

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

THIAGO REIS MARQUES RIBEIRO

***O EXPORT-IMPORT BANK OF WASHINGTON* E O DESENVOLVIMENTO DO
CAPITALISMO BRASILEIRO: FINANÇAS, INDUSTRIALIZAÇÃO, ESTADO E
SOCIEDADE**

**Niterói
2017**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

R484 Ribeiro, Thiago Reis Marques.

O Export-Import Bank of Washington e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro: finanças, industrialização, Estado e sociedade. / Thiago Reis Marques Ribeiro. – 2017.

397 f.

Orientadora: Virgínia Fontes.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

Bibliografia: f. 386-397.

1. Relações internacionais. 2. Brasil. 3. Estados Unidos.
4. Capitalismo. 5. Export-Import Bank of Washington. I. Fontes, Virgínia. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

THIAGO REIS MARQUES RIBEIRO

**O EXPORT-IMPORT BANK OF WASHINGTON E O DESENVOLVIMENTO DO
CAPITALISMO BRASILEIRO: FINANÇAS, INDUSTRIALIZAÇÃO, ESTADO E
SOCIEDADE**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial
para a obtenção do título de doutor em
História Social.**

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Virgínia Fontes – Orientadora (UFF)

Prof.^o. Dr.^o. Pedro Henrique Campos (UFRRJ)

Prof.^o. Dr.^o Felipe Abranches Demier (UERJ)

Prof.^o. Dr.^o. Demian Bezerra de Melo (UFF)

Prof.^a. Dr.^a. Sonia Regina de Mendonça (UFF)

Resumo

O presente trabalho trata das relações econômicas, políticas e intelectuais entre Brasil e Estados Unidos tomando como caso o papel das primeiras operações do *Export-Import Bank of Washington (Eximbank)* com a economia capitalista brasileira. O objetivo é analisar a influência do Estado norte-americano no desenvolvimento do capitalismo no Brasil através da atuação do Eximbank (agência financeira governamental criada em 1934), destacando os objetivos políticos aos quais essa agência e suas operações estiveram subordinadas assim como o programa de desenvolvimento e planejamento econômico sustentado pelos agentes do Estado norte-americano para o Brasil. Portanto, trata-se de identificar os principais eixos da influência norte-americana na formação de elementos do programa desenvolvimentista posto em prática pelo Estado brasileiro – influência esta que foi viabilizada em grande parte pelo conjunto das operações do Eximbank junto das experiências de missões de cooperação econômica enviadas ao Brasil pelos Estados Unidos.

Procuramos problematizar o desenvolvimentismo no Brasil e seu programa, assim como a influência norte-americana na sua formação, a partir do conceito de revolução passiva elaborado por Antonio Gramsci, especialmente para os casos de sociedades do século XX que promoveram formas de planejamento econômico que conjugavam os objetivos de promover a recuperação e o crescimento econômico e também de conter forças e tendências sociais que crescentemente tensionadas pudessem encaminhar soluções potencialmente revolucionárias para as contradições então enfrentadas pelas sociedades capitalistas. Ou seja, entender como o desenvolvimentismo e a influência norte-americana sobre o seu programa, viabilizada pelo *Eximbank*, atuaram para permitir aquilo que Florestan Fernandes chamou de “fuga pra frente”, *i. e.*, promover a modernização e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil no sentido do estabelecimento do grande capital monopolista sem romper com os representantes das antigas classes dominantes brasileiras.

Palavras-chave

Relações Brasil-Estados Unidos · Capitalismo · Desenvolvimentismo · Agências Econômicas de Estado · *Export-Import Bank of Washington (Eximbank)* · Revolução Passiva

Abstract

This work deals with the economic, political and intellectual relations between Brazil and the United States, taking as a case the role of the first operations of the *Export-Import Bank of Washington (Eximbank)* with the Brazilian capitalist economy. The aim is analyze the influence of the American State in development of capitalism in Brazil through the action of Eximbank (governmental financial agency established in 1934), highlighting the political objectives to which this agency and its operations were subordinated, as well as the development program and economic planning supported by agents of the US State for Brazil. Therefore, it is a question of identifying the main axes of the North American influence in the formation of elements of the developmental program put into practice by the Brazilian State – an influence that was made feasible to a large extent by the Eximbank operations as whole with the experiences of cooperation missions sent to Brazil by the United States.

Developmentalism in Brazil and its program is problematized, as well as the American influence in its formation, from the concept of passive revolution elaborated by Antonio Gramsci, especially for the cases of societies of century XX that promoted forms of economic planning that combined the Objectives of promoting economic recovery and growth, and also to contain increasingly strained social forces and trends that could lead to potentially revolutionary solutions to the contradictions faced by capitalist societies. That is, to understand how developmentalism and the North American influence on that program, made possible by the Eximbank, acted to allow what Florestan Fernandes called “escape forwards”, i. e., to promote the modernization and development of capitalism in Brazil in the sense of establishing the great monopoly capital without breaking with the representatives of the old Brazilian ruling classes.

Keywords

Brazil-United States Relations · Capitalism · Developmentalism · State Economic Agencies · Export-Import Bank of Washington (Eximbank) · Passive Revolution

Sumário

Siglas – p. 7

Agradecimentos – p. 11

Introdução – p. 13

Capítulo 1 – Um estudo sobre a revolução passiva nos *Cadernos* de Gramsci – p. 19

§1. Considerações iniciais – p. 20

§2. A revolução passiva nos *Cadernos* – p. 21

§3. Algumas considerações – p. 46

§4. *Addendum* sobre o Americanismo – p. 54

Capítulo 2 – O *New Deal* e a formação do *Eximbank* – p. 63

§1. Desenvolvimento e crise do capitalismo norte-americano no início do século XX – p. 65

§2. O governo Roosevelt – p. 83

§3. Origens do *Eximbank* – p. 96

§4. Capitais e grupos capitalistas norte-americanos em meados dos anos 1930 – p. 121

Capítulo 3 – Brasil e Estados Unidos nas primeiras operações do *Eximbank* – p. 145

§1. Desenvolvimento e crise do capitalismo no Brasil – p. 146

§2. A diplomacia econômica do *New Deal* – p. 164

§3. O Acordo Comercial de 1935 e o *Eximbank* – p. 196

§4. Os *development loans* do *Eximbank* – p. 227

§5. O programa norte-americano para o desenvolvimento capitalista no Brasil: a *Missão Cooke* – p. 251

§6. Considerações sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro no período – p. 264

Capítulo 4 – O *Eximbank* e o Brasil no pós-Segunda Guerra – p. 295

§1. Bretton Woods e o *Eximbank* – p. 296

§2. O governo Dutra – p. 302

§3. Relações brasileiro-estadunidenses no pós-Segunda Guerra – p. 311

§4. Crise e controle cambial – p. 326

§5. A Missão Abbink e seu programa – p. 330

§6. O Ponto IV e as relações Brasil-Estados Unidos – p. 333

Considerações Finais – p. 342

Anexos – p. 348

Anexo 1 – p. 349

Anexo 2 – p. 356

Anexo 3 – p. 361

Anexo 4 – p. 365

Referências Bibliográficas – p. 386

Siglas

AAA – Agricultural Adjustment Administration
ABA – American Bankers Association
ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro
AIB – Ação Integralista Brasileira
AmCham – American Chamber of Commerce for Brazil
AMEA – American Manufacturers' Export Association
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANL – Aliança Nacional Libertadora
BEA – Bureau of Economic Analysis
BEW – Board of Economic Warfare
Bird – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BIS – Bank for International Settlements
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CCC – Civilian Conservation Corps
CDE – Committee for Economic Development
CEFEEM – Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios
Cexim-BB – Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior
CFR – Council on Foreign Affairs
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho
CMBAEE – Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos
CMBEU – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CME – Coordenação de Mobilização Econômica
CNE/AN [Fundo] – Fundo Conselho Nacional de Economia / Arquivo Nacional
CNPIC – Comissão Nacional de Política Industrial e Comércio
CONCLAP – Congresso Nacional das Classes Produtoras
CONSULTEC – Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda.
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPE – Comissão de Planejamento Econômico
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
CWA – Civil Works Administration
DASP – Departamento Administrativo de Serviço Público
DNC – Departamento Nacional do Café
DNIC – Direção Nacional de Indústria e Comércio
DRS – Drought Relief Service
EBA – Emergency Banking Act
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ESAMV – Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
EUA – Estados Unidos da América
Eximbank, Ex-Im, Exim – Export-Import Bank of Washington
FAA – Federal Aviation Administration
FAP – Federal Art Project
FBPC – Foreign Bondholders Protective Council
FCA – Farm Credit Administration
FCC – Federal Communications Commission
FDIC – Federal Deposit Insurance Corporation
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FERA – Federal Emergency Relief Administration
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHA – Federal Housing Administration
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FLRA – National Labor Relations Act
FLSA – Fair Labor Standards Act
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMP – Federal Music Project
FRBNY – Federal Reserve Bank of New York
FRUS – Foreign Relations of the United States [*“diplomatic papers”*]
FSA – Farm Security Administration
FSRC – Federal Surplus Relief Corporation
FTA – Federal Theatre Project

FWA – Federal Works Agency
FWP – Federal Writers' Project
GM – General Motors
GMAC – General Motors Acceptance Corporation
HOLC – Home Owners' Loan Corporation
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE-FGV – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
LSN – Lei de Segurança Nacional
NAM – National Association of Manufacturers
NFTC – National Foreign Trade Council
NIRA – National Industrial Recovery Act
NLRB – National Labor Relations Board
NMF – Nação Mais Favorecida
NRA – National Recovery Administration
NRC – National Resources Committee
NYA – National Youth Administration
OCIAA – Office of the Coordinator of Inter-American Affairs
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PRRA – Puerto Rico Reconstruction Administration
PWA – Public Works Administration
RA – Resettlement Administration
REA – Rural Electrification Administration
RFC – Reconstruction Finance Corporation
RTAA – Reciprocal Trade Agreement Act
SAFT – Special Adviser on Foreign Trade
SALTE [Plano] – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SEC – Securities and Exchange Commission
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI – Serviço Social da Indústria
SHD – Subsistence Homesteads Division
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SSA – Social Security Administration
SSB – Social Security Board

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
TNEC – Temporary National Economic Committee
UNE – União Nacional de Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USCC – U. S. Chamber of Commerce
USHA – United States Housing Authority
USMC – United States Maritime Commission
VARIG – Viação Área Rio-Grandense
WPA – Works Progress Administration

Agradecimentos

Agradeço aqui aos amigos do *Grupo de Trabalho e Orientação (GTO)* com os quais tive a oportunidade de vivenciar uma forma de trabalho e interlocução crítica até então inédita em nossos anos de estudos; sem dúvida, o que há de melhor nesses escritos foi resultado desse diálogo extremamente frutífero com esse grupo de colegas e amigos. Muito obrigado, Pedro Cassiano, André Guiot, Anderson, Rejane, Márcio, Danilo, Flávio, Lineker, Elaine, João Paulo (cujo apoio foi fundamental, especialmente na reta final dessa jornada) e todos os membros do GTO.

Expresso aqui a imensa gratidão a Virgínia Fontes, orientadora, crítica, inspiradora, amiga. Trabalhar com Virgínia durante esses anos foi uma experiência que carregarei por toda a vida; fundamental na minha formação – profissional, intelectual, militante, de vida, enfim: nas mais diversas dimensões. Muitíssimo obrigado.

Agradeço ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx). Trabalhar com esse grupo me permitiu aprender demais com os colegas de outros campos de pensamento, possibilitando uma formação teórico-crítica com uma profundidade rara. Além disso, aprendi muito em termos prático, ou seja, na organização de eventos e no trabalho em vários aspectos do Niep-Marx – comprovando que uma afiada formação teórica só se concretiza com uma verdadeira disposição para o trabalho prático. Muito obrigado, Paulo Henrique, Hugo, Bianca, André, João Leonardo, Flávio, Marcelo Carcanholo, Marcelo Badaró, Marcelo Ramos, Kênia, José, Maurício e a todos os integrantes do Niep-Marx.

Agradeço demais aqueles que aceitaram a participar da banca (de qualificação e de defesa) pelas riquíssimas contribuições que deram ao meu trabalho – pessoas essas que já eram objeto de minha admiração e que pude ter a honra de contar com arguidores. Muito obrigado, Renato Lemos, Sonia Mendonça, Felipe Demier, Demian Melo, Pedro Campos (fundamental por ter me apresentado ao GTO anos antes) e, como já mencionado acima, Virgínia Fontes.

Também sou grato ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) por me acolher desde os anos do mestrado – além, claro, dos anos de graduação que também vivi na História da UFF. Muito obrigado.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro durante os anos de pesquisa, viabilizando a realização do presente

trabalho.

Agradeço a todos os camaradas de lutas; a experiência prática com vocês em todos esses últimos anos, extremamente difíceis da nossa história, foi fundamental também para aquilatar o sentido do trabalho intelectual que vim fazendo ao longo do doutorado. Muito obrigado.

Agradeço demais a amizade daqueles que me acompanharam durante essa jornada, amigos dos mais diversos círculos; o convívio com vocês foi algo precioso para arejar o intelecto, a alma e o corpo, recobrando forças para continuar. Muito obrigado, Bianca, Jon, Rubão, Diogo, Pedro Alô, Pedro Mico, Bruno, Allister, Ana, Rodrigo, Renata, Marina, Thiago Turista, Matheus, Dudu, Marcos Vinícius (Leitinho), Maria Joana, Hugo, André, Paulo, Casé, Elias, enfim, a todos os amigos – sendo esta, felizmente, uma pequena amostra. A todos vocês, muito obrigado.

Agradeço demais a minha família; o apoio e a formação que tive com vocês foi de importância tal que seria difícil até começar a descrever. A apresentação ao mundo que tive por vocês foi tão valorosa que até hoje descubro novas dimensões dessa história. Muito obrigado, Diva, Sebastião, Millena, Nair, Eunice, Elpídio e a todos da família.

Também sou muito grato a todos os estudantes com os quais aprendi muito enquanto ensinava. Vocês e todos os outros com os quais virei a trabalhar são dos mais importantes sentidos dos estudos que venho fazendo durante todos esses anos. Obrigado pelas lições.

Por fim, agradeço a Veridiana, com quem vivi durante todos esses anos de trabalho; com você aprendi a inventar e a reinventar o amor – sem o que pouca coisa resta fazendo sentido.

Introdução

A história das relações capitalistas entre Brasil e Estados Unidos apresentam-se, à primeira vista, como um grande intercâmbio de coleções de mercadorias – e que os caros leitores nos permitam a audácia da alusão às primeiras palavras da *magnum opus* de um dos fundadores da filosofia da práxis.¹ Intercâmbio não tão grande assim, é verdade, nos primeiros lances dessa história, mas o suficiente para não passar despercebido pelo breve resgate desse passado realizado por uma das mais antigas entidades representativas dos interesses comerciais no Brasil: a *Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)*, quando do relançamento de sua *Revista do Comércio*, em dezembro de 1945. Nessa edição veicula-se uma matéria intitulada “Relações Econômicas Brasil-Estados Unidos” em que se aponta como marco inicial dessas relações o estabelecimento simultâneo dos holandeses em Pernambuco e na América do Norte (fundando a Nova Amsterdam, futura Nova York).

Há quase três séculos chegava ao Recife o holandês João Van Roosevelt, cinco anos antes de seu primo-irmão aportar em Nova Amsterdam. Quase um século mais tarde uma empresa comercial da Ilha da Madeira – Scott, Pringle & Scott, escrevia João e Guilherme Brown, Benjamin Garrish Filho e Samuel Curwin, de Salem, Massachusetts, comunicando-lhes ter sido autorizada pelo Governo português a “enviar peixe e outros víveres ao Brasil”. Em 1774, valentes comerciantes de Truro, Mass., iniciaram a pesca da baleia nas costas do Brasil. Os capitães Gamaliel Collins e David Smith foram os primeiros a se dedicarem a esse comércio, dois anos antes da Declaração de Independência dos Estados Unidos. No ano seguinte, em 19 de abril de 1775, o capitão Urias Bunker, da Ilha de Nantucket, Mass., voltava à sua terra com um carregamento de azeite de baleia brasileira, quase exatamente cem anos antes da chegada de D. Pedro II à América do Norte.²

Sem entrarmos em detalhes sobre essas primeiras relações entre os dois países, registramos apenas a disposição da ACRJ através de sua revista em enfatizar a secular relação comercial entre Estados Unidos e Brasil (país que carrega na sua carne o nome de sua primeira mercadoria). Inclusive existe a sugestão de uma também longínqua relação da família do então recém-falecido presidente Franklin Delano Roosevelt com o Brasil, fortes exemplos da situação dos laços comerciais, políticos e culturais entre os dois países ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Porém, a despeito das flagrantes diferenças entre Brasil e Estados Unidos no tocante a forma historicamente própria do desenvolvimento capitalista em cada um dessas sociedades, existe uma mercadoria importada por ambos que, apesar de não serem reciprocamente intercambiadas, foram traficadas intensamente durante o século XIX: trata-se da mercadoria humana, *i. e.*, escravos. Portanto, se quisermos buscar os antecedentes das relações capitalistas entre Brasil e Estados Unidos, precisamos retornar a um momento em que estes

1 Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume I, Tomo I*: o processo de produção do capital (São Paulo: Abril Cultural, 1983).

2 Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), *Revista do Comércio* (Rio de Janeiro, Nº. 1, Ano 1, dez. 1945), p. 19.

dois países foram fundamentais na sustentação deste comércio em um período em que a maior potência capitalista de então, a Inglaterra, opunha-se a sua manutenção. Foi o auge e o declínio deste comércio, que, por sua vez, estava quantitativa e qualitativamente modificado do escravismo e do tráfico negreiro dos séculos anteriores. Portanto, a “solução” dada à crise do escravismo e do tráfico negreiro é um dos fatores mais importantes, mas, obviamente, não único, para entender as diferentes trajetórias assumidas pelas duas formações capitalistas. Antes disso, porém, Brasil e Estados Unidos foram *loci* básicos do desenvolvimento da chamada *segunda escravidão*, formando uma espécie de “Internacional Escravista”, união entre ambos os países – mais Cuba, que, apesar de ainda ser colônia da Espanha, gozava de relativa autonomia neste momento – em prol da manutenção das relações escravistas internamente e de seu comércio externamente.³ Sendo assim, parece-nos que um ponto de partida razoável para uma história das relações capitalistas entre Brasil e Estados Unidos seja exatamente essa era da segunda escravidão.

No que diz respeito às trocas mercantis recíprocas entre Estados Unidos e Brasil, ao que parece, o caso mais pretérito parece ter sido uma espécie de contrato permitindo aos norte-americanos a armação de caça a baleias – isso ainda no século XVIII.⁴ Porém, não é neste momento que o fluxo comercial entre ambos os países começa a assumir uma maior relevância; é a partir do século XIX e do início da produção mercantil do café que esses laços tornam-se mais firmes. Os Estados Unidos logo se tornam o maior comprador de mercadorias do Brasil quando o café passa a ser o principal produto da exportação brasileira. Na verdade, desde 1831 – apesar de alguns autores referirem-se a 1873 – o café entra nos Estados Unidos sem pagar imposto algum (fato este muito bem explorado recorrentemente pelos agentes diplomáticos norte-americanos, pois, quando lhes convinham, ameaçavam taxar o café brasileiro, por mais que em suas conversas privadas quase sempre admitirem que se tratava de um blefe). Obviamente, tal fato não se devia a qualquer simpatia especialmente nutrida pelos brasileiros, mas sim à necessidade de suprir a baixos preços um sucedâneo ao chá comercializado por sua antiga metrópole. Inclusive, o fato de se consumir café tornou-se importante fato de diferenciação na construção da nacionalidade norte-americana com relação

3 Sobre o tema, *inter alia*, cf.: Rafael Marquese e Tâmis Parron, “Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão”, *In: Topoi* (v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011); Rafael Marquese e Ricardo Salles (orgs), *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016).

4 Não deixa de ser significativo o fato de que a ACRJ ao relançar a sua revista após o término da Segunda Guerra Mundial tenha publicado toda uma reportagem sobre a história dos laços comerciais entre Brasil e Estados Unidos, mencionando esse contrato permitindo a norte-americanos a armação de baleias como marco inicial dessas relações. Importante mencionar que na ACRJ organizaram-se importantes interesses norte-americanos no Brasil, como representantes das indústrias Ford, da Câmara de Comércio Americana para o Brasil, entre outros interesses.

aos ingleses – mundialmente conhecidos como bebedores de chá. Sendo impossível enfatizar mais do que o já enfatizado pela historiografia a importância do café para a formação capitalista brasileira, cabe-nos apenas a salientar que o fato de ser os Estados Unidos o maior comprador desse produto brasileiro indica que, além dos laços políticos e culturais, existe um importante intercâmbio material de fôlego secular entre os dois países.

Na outra mão do intercâmbio comercial, ou seja, das importações do Brasil nos Estados Unidos, é apenas no século XX que os países europeus são superados como origem dessas importações. No século XIX, serviços de frete – de escravos, inclusive, o que era importante em um momento que a Inglaterra combatia o tráfico negreiro –, venda de gelo (sim, acredite), entre outros artigos, estão entre os mais demandados pela economia brasileira. No século XIX, a posição tanto comercial quanto financeira da Inglaterra foi de liderança flagrante. Apenas em fins do século XIX e inícios do século XX é que a Alemanha passa a ter destaque nas exportações para o Brasil (lembrar, entre outras, a importância das vendas da famosa siderúrgica *Krupp* para o Brasil, sendo parte notável dessas vendas de material bélico). Por algum intervalo histórico não desprezível, a Inglaterra, a despeito da sua declinante posição comercial com relação ao Brasil, manteve por algumas décadas a sua liderança no que diz respeito à posição financeira.⁵

Essa menção à posição financeira da Inglaterra nesses anos se justifica no sentido de apontar em toda a sua densidade a importância dos anos 1930s e 1940s para as relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos. Apesar da importância financeira dos Estados Unidos no Brasil vir crescendo desde os 1920s – e isso não apenas com relação ao Brasil –, é apenas no decorrer da Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial que os Estados Unidos à sua posição dominante de exportador para e importador do Brasil soma a de maior credor do Brasil. Tendo em vista os intensos conflitos inter-imperialista que esse processo custou e o seu desdobramento geopolítico-militar extremo na Segunda Guerra, podemos enxergar a grande mobilização de energias econômicas, políticas e intelectuais realizados pelos agentes capitalistas norte-americanos até o alcance dessa posição dominante sobre o Brasil.

É fato que as crises marcam a historicidade do capitalismo; que as formas que o capitalismo assume para sair de uma crise determina o padrão dominante de acumulação do período subsequente. Porém, aqui é importante qualificar a assertiva no sentido de explicitar o significado dessa historicidade enquanto *lutas de classes*; ou seja, história como luta de

5 Na verdade, uma parcela considerável dos ganhos obtidos pela tradicional casa bancária dos *Rotschields* durante todo o século XIX se deu através de seus negócios com o Brasil, com grande destaque para a dívida pública (cuja origem remonta a 1824). Existe, inclusive, no repositório *online* de fontes dos *Rotschields*, uma seção exclusiva sobre as tratativas com o Brasil.

classes. Portanto, a forma encontrada em cada formação social capitalista para saída de uma crise no caminho de uma novo padrão dominante de acumulação é diretamente sensível à *correlação de forças sociais*. Aqueles que tiverem em uma melhor posição de *poder* e de *astúcia* poderão jogar nos ombros dos outros “inimigos irmãos” as perdas decorrentes da crise e abocanhar uma fatia maior da recuperação econômica. Portanto, é dentro dessa perspectiva que se deve entender as “soluções” dadas a intensa crise capitalista que se explicita com a crise de 1929 e com a Grande Depressão – depressão esta que, do ponto de vista da acumulação capitalista, só começa a se dissipar com a mobilização econômica requisitada pela guerra –, ou seja, que o arco de possibilidades da recondução da expansão capitalista era determinado pelas resultantes da correlação de forças. Tanto no Brasil quanto no mundo como um todo o recrudescimento da luta de classes era um fato e, dessa forma, influía diretamente nas possibilidades e pressões para a solução dessa crise. Nesse sentido, tanto na sociedade brasileira quanto na estadunidense, o recrudescimento das lutas de classes era patente e influenciou diretamente nas possibilidades aventadas e aplicadas para aplacar a situação de crise. Esse fato não deixaria de influenciar as relações entre os dois países, alterando a forma de incidir econômica, política e intelectual sobre o Brasil – especialmente no nível do *Estado* e de seus *aparelhos econômicos*. Portanto, parte importante das agências econômicas brasileiras responsáveis pelo crescimento econômico capitalista a partir dos anos 1930s tiveram maior ou menor influência intelectual norte-americana na sua concepção. O próprio entendimento do significado do *planejamento econômico* em gerações de agentes brasileiros é um processo que, segundo nosso entendimento, deve buscar suas origens nos anos 1930s e 1940s. Essas, novas praxes administrativas – tanto do ponto de vista da execução de políticas econômicas quanto do ponto de vista do planejamento microeconômico, *i. e.*, no nível da empresa capitalista – devem ser entendidas dentro do contexto geral do *americanismo*, no caso, no que diz respeito à administração pública e privada. Americanismo, no caso, entendido no sentido conferido por Gramsci de buscar um “macaqueamento” das características econômico-sociais do capitalismo norte-americano sem romper com setores mais toscos e arcaicos economicamente, mas ainda importantes para a sustentação do *status quo*, para o exercício da dominação social no nível político e, especialmente, do *Estado*. Nesse sentido, a influência da sociedade capitalista norte-americana e de seu Estado sobre a formação social brasileira nesses críticos anos 1930s e seguintes deve ser compreendido dentro do processo histórico maior teorizado por Gramsci como *revolução passiva*.

A expressão intelectual e programática dessa revolução passiva no Brasil foi, com algumas adequações de nomenclatura aqui e acolá ao longo dos anos, o assim chamado

desenvolvimentismo. Por mais que seja difícil para os seus mais entusiastas defensores admitir, existe um importante componente intelectual “americanizado” no “desenvolvimentismo realmente existente” no Brasil, com especial destaque para os aparelhos econômicos do Estado capitalista brasileiro em formação. Nesse sentido, nas páginas que se seguem buscaremos abordar essa influência econômica, política e intelectual do capitalismo norte-americanos sobre a formação capitalista brasileira do ponto de vista das operações de uma importante agência norte-americana criada no período do *New Deal* para impulsionar o seu comércio exterior: o *Export-Import Bank of Washington*, o *Eximbank*. Dada a importância financeira dessa agência nas relações Brasil-Estados Unidos ao longo dos anos e de suas consequências e articulações políticas e intelectuais, entendemos que observar o processo histórico da revolução passiva brasileira do ponto de vista das relações com essa instituição permite visualizar algumas conexões e determinações que ajudam a entender a forma pela qual ocorreu a invenção do capitalismo no Brasil.

Capítulo 1

**Um estudo sobre a revolução
passiva nos *Cadernos* de Gramsci**

§1. Considerações iniciais

Inicialmente, o objetivo do presente texto era elaborar uma proposta de interpretação do fenômeno histórico conhecido como *desenvolvimentismo* enquanto expressão ideológica e programática de nossa longa revolução passiva e de como a influência norte-americana nesse programa e ideologia são melhor enfocados a partir desse conceito. Porém, tais planos iniciais tiveram que ser reformulados tendo em vista que a consecução de tal objetivo necessariamente deveria passar por um exame desse conceito segundo a elaboração de Antonio Gramsci em seus *Cadernos do cárcere*, elaboração bem conhecida – apesar de nem sempre tão bem compreendida. Mais especificamente, era necessário explicitar o seu entendimento da revolução passiva nas formas assumidas no “breve século XX”, para usar a expressão de Hobsbawm⁶, dado que o desenvolvimentismo é um fenômeno característico deste mesmo século, especialmente nas sociedades latino-americanas. Semelhante exame do conceito de revolução passiva com este enfoque específico se mostrou bem mais trabalhoso do que aparentava de início, dada a dispersão deste tema pelas diversas seções (assinaladas pelo símbolo “§”, iniciais entrelaçadas da expressão latina *signum sectionis*) dos *Cadernos do cárcere*. Sendo assim, os escritos que seguem buscam primeiramente este objetivo: percorrer os *Cadernos* em busca do conteúdo do conceito de revolução passiva nos escritos carcerários de Antonio Gramsci.

Ao final, procuraremos realizar algumas breves considerações no sentido de apresentar algumas interpretações possíveis sobre o conceito de revolução passiva à luz dos *Cadernos* de Gramsci – além de levantar alguns problemas para o debate sobre os entendimentos e usos possíveis do conceito de revolução passiva para casos posteriores àqueles abordados por Gramsci em seus escritos.

6 Eric Hobsbawm, *A era dos extremos: o breve século XX* (São Paulo: Cia das Letras, 1995).

§2. A revolução passiva nos *Cadernos*

Das contribuições intelectuais que Antonio Gramsci produziu para a práxis do historiador – historiador entendido aqui, podemos dizer, de forma “ampliada”⁷ – o conceito de *revolução passiva* situa-se entre as mais relevantes, tratando-se de um instrumento de interpretação histórica dos mais vivos e criativos, o que implica em sua constante elaboração em face das próprias transformações históricas experimentadas. Mais que apenas uma categorização de tipo topológica/sincrônica, o conceito de revolução passiva a partir da construção gramsciana busca apreender exatamente o *movimento*, a *diacronia*, o *processo* de transformação das sociedades contemporâneas, a *forma* própria dos diversos casos de *modernização*, *i. e.*, da *passagem* para a moderna sociedade burguesa. Portanto, tal conceito além de suscitar a questão de *quais mudanças foram realizadas* também aponta para a outra fundamental, ou seja, a questão de *como tais mudanças se realizaram e por quem* – demonstrando formidável articulação conceitual entre *processo histórico* e *luta de classes*, o que é (ou deveria ser) preocupação primordial do historiador no sentido *lato* aludido acima.

O conceito de revolução passiva deve ser compreendido tendo em perspectiva a totalidade dos demais conceitos elaborados por Gramsci, já que o conjunto de preocupações do Autor guardam articulações entre si e, na própria operação do conceito – como no caso do *Risorgimento* italiano –, outros conceitos são mobilizados (como *Estado*, *intelectuais*, *transformismo*, *hegemonia*, etc.). O interesse de Gramsci que resultou em sua original reelaboração do conceito de revolução passiva (reelaboração esta que procuraremos apresentar adiante), estava centrado na formação da moderna sociedade burguesa italiana e da Europa em geral e, associado a isso, à crítica da concepção de história de Benedetto Croce (o que ele chamava de “história ético-política”, que teria seu período de mais rico desenvolvimento exatamente no período da Restauração europeia – ou da revolução passiva, como se verá). A partir do balanço das interpretações sobre a história italiana e da Europa no século XIX de Croce, Gramsci chega à expressão “revolução passiva”, encaminhando um rico processo de construção deste conceito, reelaborando o significado desta expressão.

Nos *Cadernos*, a primeira vez que a expressão revolução passiva aparece⁸ é na curta §57

7 “Se o político é um historiador (não apenas no sentido de que faz a história, mas também no de que, atuando no presente, interpreta o passado), o historiador é um político; e, neste sentido [...], a história é sempre história contemporânea, isto é, política. Croce, contudo, não pode chegar a esta conclusão necessária precisamente porque ela conduz à identificação entre história e política e, conseqüentemente, entre ideologia e filosofia”. Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce* (5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011), p. 312.

8 De acordo com a datação apresentada pela edição organizada por Valentino Gerratana dos *Cadernos*, elaborada por Gianni Francioni – que é seguida pela edição organizada por Carlos Nelson Coutinho. Cf.

do “Caderno 4”, em que Gramsci refere-se à *Vicenzo Cuoco*, autor que usara este termo para tratar dos levantes ocorridos na Itália (nos quais ele mesmo participara) em decorrências das guerras napoleônicas. Já nesta primeira aparição, Gramsci sugere uma primeira ampliação de seu sentido, pois a ele parecia “[...] exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”.⁹

Ao recuperar a fórmula de Cuoco ampliando-lhe o sentido, Gramsci faz uma importante adição ao escrito anterior na §150 do “Caderno 1”, intitulado *A concepção do Estado segundo a produtividade (função) das classes sociais*. Neste parágrafo, inicialmente, o Autor busca dar conta das relações entre as classes fundamentais (burguesia capitalista e proletariado moderno) e o Estado, em casos em que este “só é concebível como forma concreta de um mundo econômico, um determinado sistema de produção”, quando “[c]onquista do poder e afirmação de um mundo produtivo são indissociáveis”; ocorrendo esta coincidência, ter-se-ia uma origem unitária da classe dominante, “a qual é econômica e política ao mesmo tempo”.¹⁰ Porém, prossegue Gramsci, quando uma nova configuração estatal é “reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos”, não sendo firmemente articulado a um desenvolvimento econômico local, “a classe portadora das novas ideias é a classe dos intelectuais” – a concepção de Estado muda em favor de uma “coisa em si”, “um absoluto racional”.

[...] sendo o Estado a moldura concreta de um mundo produtivo e sendo os intelectuais o elemento social que melhor se identifica com o pessoal de governo, é próprio da função dos intelectuais pôr o Estado como um absoluto: desse modo, é concebida como absoluta a sua função histórica, é racionalizada sua existência. Este motivo é fundamental para o idealismo filosófico e está ligado à formação dos Estados modernos na Europa como “reação – superação nacional” da Revolução Francesa e do napoleonismo (revolução passiva).¹¹

De acordo com a edição brasileira dos *Cadernos* que estamos usando, o termo “revolução passiva” entre parênteses foi posteriormente adicionado, provavelmente após a confecção da nota sobre Cuoco e a revolução passiva supracitado.¹² Como percebe-se, aqui o interesse de

Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere, volume 6: Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices* (2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011), pp. 457 e ss.

9 *Id.*, *Cadernos do Cárcere, volume 5: O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália (2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011), pp. 209-210.

10 *Id.*, *Cadernos do cárcere, volume 6 ... (op. cit.)*, pp. 349-350 (“Uma antologia dos textos A”).

11 *Ibid.*, p. 350.

12 Na §44 do “Caderno 1” (não traduzido na edição brasileira), retomado posteriormente no “Caderno 19” como texto C, também consta a adição do termo “revolução passiva” posteriormente à sua primeira redação. Cf. Alvaro Bianchi, *O laboratório de Gramsci* (São Paulo: Alameda, 2008).

Gramsci está nas relações entre o processo de transformação histórica, o mundo produtivo, as classes sociais, os intelectuais e o *Estado*. O termo revolução passiva daria conta, portanto, do processo histórico de formação dos modernos Estados europeus anteriormente abordado. Esse adendo realizado por Gramsci mostra o caráter dinâmico de seu pensamento e de como o seu entendimento sobre este tema foi progressivamente construído ao longo de seu trabalho no cárcere.

Outra mostra de que o seu entendimento sobre este assunto ainda estava em construção é a passagem da § 151 do “Caderno 1” em que Gramsci levanta a questão se este “modelo”¹³ de formação dos Estados modernos europeus, em resposta aos estímulos provocados pela “revolução ativa” que formou o moderno Estado francês, poderia repetir-se; frente a este problema, mesmo que provisoriamente, Gramsci afirma que a repetição deste modelo “[...] deve ser excluído pelo menos quanto à amplitude e quanto aos grandes Estados”; porém, ressalta a importância desta questão, “[...] já que o modelo França–Europa criou uma mentalidade”.¹⁴ Em passagens posteriores, pode-se perceber uma mudança da interpretação de Gramsci com relação a essa questão, admitindo, portanto, a possibilidade de que outros processos históricos possam ser entendidos de acordo com esta chave.

Dessas primeiras abordagens realizadas por Gramsci ao conceito de revolução passiva, percebe-se que ele desenvolve e amplia o conceito de Cuoco para dar conta do processo de formação dos modernos Estados nacionais europeus nos quais não se processou uma ruptura de forma violenta com a ordem anterior nem se mobilizou de forma substantiva as classes subalternas para operar politicamente este processo de transformação; portanto, o uso do conceito de revolução passiva para além do caso italiano, associando-o ao período da Restauração europeia no século XIX, abre novas portas para a reflexão em torno do processo de mudança social e da sua articulação com a luta de classes. Com o desenrolar de seu trabalho, Gramsci procurará desenvolver o conceito de revolução passiva para dar conta de outros processos de transformação social para além da formação dos Estados burgueses europeus no século XIX.

O trabalho de reelaboração do conceito de revolução passiva segue quando Gramsci propõe-se criticar o pensamento idealista de Benedetto Croce e de sua concepção de história e

13 O “modelo” seria: “1º) Explosão revolucionária na França; 2º) Oposição europeia à Revolução Francesa e à sua expansão pelos “canais” de classe; 3º) Guerras revolucionárias da França, com a República e com Napoleão, e constituição de uma hegemonia francesa com tendência a um Estado universal; 4º) Insurreições nacionais contra a hegemonia francesa e nascimento dos Estados modernos europeus mediante ondas sucessivas, mas não mediante explosões revolucionárias como a francesa original. As ‘ondas sucessivas’ se dão por uma combinação de lutas sociais de classe e de guerras nacionais, com predominância destas últimas”. Gramsci, *Cadernos do cárcere, volume 6 ... (op. cit.)*, p. 351.

14 *Loc. cit.*

de política. Não se tratava de tarefa simples, pois Croce era considerado um dos mais influentes representantes do idealismo e do reformismo político na Europa – além de Croce ter substancial conhecimento da obra marxiana tendo, inclusive, escrito sobre o pensamento de Marx (textos, aliás, duramente criticados por Gramsci); no entendimento de Gramsci, Croce seria uma das fontes intelectuais do revisionismo que grassava sobre a intelectualidade social-democrata alemã e de reformismos de outras correntes europeias.¹⁵ Sendo assim, a crítica deste grande expoente intelectual de sua época seria uma tarefa tão necessária quanto árdua, já que, segundo o próprio Gramsci, na luta político-intelectual, os embates com pensadores de estatura menor redonda em mera perda de tempo e energias – divergindo, neste específico, das anteriores analogias realizadas entre a arte/ciência política e a arte/ciência da guerra.

Estava, portanto, entre os planos de trabalho de Gramsci a elaboração de um ensaio acerca de Benedetto Croce; a temática da revolução passiva aqui reaparece no esforço de contextualização de Croce no interior de certa tradição moderada italiana, tradição esta ligada a certas “teorias históricas da Restauração”. Neste sentido, Croce figuraria entre aqueles pensadores que fariam da revolução passiva uma fórmula de ação, um programa, ao contrário de entendê-la como uma advertência para que se recobrasse o vigor “ético-nacional” em meio a um processo de transformações sociais.¹⁶ Tais intelectuais da cêpa de Croce conceberiam a si mesmos como encarnações da tese e da antítese e, portanto, como elaboradores da própria síntese. Esta postura intelectual, como aludido na §150 do “Caderno 1”, já seria por si só expressão de uma sociedade cujo Estado foi formado a partir da ação primordial de segmentos intelectuais tomados de outros grupos que não das classes fundamentais, como revolução passiva, sendo estes intelectuais artífices da própria Restauração – sendo o idealismo afim a este processo.

Outra crítica de Gramsci a Benedetto Croce é à sua concepção de história, momento em que também aparece o tema da revolução passiva. A crítica de Gramsci se inicia já na própria periodização feita por Croce ao tratar da história da Europa no século XIX e da história da Itália; em ambos os trabalhos, Croce excluiu a fase “ativa” do processo de transformação, ficando apenas com o período da revolução passiva, portanto, da Restauração. “Croce prescinde do momento da luta, no qual a estrutura é elaborada e modificada, e assume placidamente como história o momento da expansão cultural ou momento ético-político”. Já aqui nos seus apontamentos para um ensaio sobre Benedetto Croce já aparece com melhores

15 Segundo Bianchi (*op. cit.*), esta influência de Croce sobre o revisionismo social-democrata seria menor do que Gramsci imaginava.

16 Gramsci, *Cadernos do Cárcere. Volume 1... (op. cit.)* p. 280.

contornos a questão da atualidade do conceito de revolução passiva e da extensão de sua uso para períodos mais recentes – o que nos interessa mais de perto neste trabalho. Pergunta Gramsci:

Estamos num período de “restauração-revolução” a instituir permanentemente, a organizar ideologicamente, a exaltar liricamente? A Itália teria com a URSS a mesma relação que a Alemanha (e a Europa) de Kant-Hegel teriam com a França de Robespierre-Napoleão?¹⁷

Aqui, portanto, parece que Gramsci não se contenta com a anterior negativa à hipótese de que o “modelo” Revolução Francesa – Restauração europeia pudesse ser estendido a outros casos de transformações sociais, novamente levantando a questão da possibilidade de ampliar ainda mais o conceito de revolução passiva.¹⁸

Seguindo este objetivo de ampliação do conceito de revolução passiva, Gramsci aponta que a Restauração suscitou na Itália uma historiografia que nutria verdadeiro pânico de qualquer participação ativa das massas populares em um processo de transformação social e que Croce representaria o renascimento desta historiografia da Restauração, adaptada aos interesses e às necessidades do período atual – *i.e.*, manter à distância das massas populares um papel ativo nas transformações em curso no início do “breve século XX”. De acordo com Gramsci, o equívoco (“de origem prática!”) da concepção de história da tradição historiográfica da Restauração consistiria no seguinte:

[...] pressupõe-se “mecanicamente” que, no processo dialético, a tese deva ser “conservada” pela antítese a fim de não destruir o próprio processo, o qual, portanto, é “previsto”, como uma repetição ao infinito, mecânica e arbitrariamente prefixada. Na realidade, trata-se de um dos tantos modos de “enquadrar o mundo”, de uma das tantas formas de racionalismo anti-historicista. A concepção hegeliana, mesmo em sua forma especulativa, não permite tais enquadramentos e limitações mutiladoras, mesmo sem com isso dar lugar a formas de irracionalismo e de arbitrariedade [...]. Na história real, a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer *a priori* o que será “conservado” da tese na síntese, sem que se possa “medir” *a priori* os golpes como em um ringue convencionalmente regulado. Que isto ocorra de fato, de resto, é uma questão de “política” imediata, já que, na história real, o processo dialético se fragmenta em inúmeros momentos parciais; o erro consiste em elevar a momento metodológico o que é pura imediatez, elevando, precisamente, a filosofia o que não é senão ideologia. [...] Pode-se observar que um tal modo de conceber a dialética é próprio dos intelectuais, os quais concebem a si mesmos como os árbitros e os mediadores das lutas políticas reais, os que personificam a “catarse” do momento econômico ao momento ético-político, isto é, a síntese do próprio processo dialético, síntese que eles “manipulam” especulativamente em seus cérebros, dosando seus elementos “arbitrariamente” (isto é, passionalmente). Esta posição justifica o seu não-“engajamento” completo no ato histórico real e é indubitavelmente cômoda: é a posição de Erasmo em face da

17 *Ibid.*, p. 281.

18 Em outra passagem, Gramsci aproxima o conceito de revolução passiva ao termo “revolução-restauração”, cunhado por Edgar Quinet que, segundo o Autor, seria a tradução francesa da revolução passiva.

Reforma.¹⁹

A crítica de Gramsci a esta concepção de história idealista é também uma crítica à postura política “contemplativa” dos intelectuais que a professam. A concepção dialética da história nunca significará para Gramsci a certeza sobre a forma e os resultados de todos os processos de transformação, o que implicaria na mecânica necessidade de sempre conservar-se na síntese os mesmos elementos previamente conhecidos da tese; afinal, não se pode de antemão afirmar quais elementos da tese se conservará – assim como não se pode prever com total exatidão o resultado de uma luta, mas apenas que, em certas circunstâncias, a luta ocorrerá.

Gramsci segue em sua empreitada crítica à concepção de história de Croce abordando as suas obras de ensaio histórico – como *Storia dell’Europa nel secolo XIX*, *Storia del regno di Napoli*, *Storia d’Italia dal 1871 al 1915*, *La rivoluzione napoletana de 1799* e *Storia dell’età barroca in Italia*. Focando particularmente nas obras *Storia dell’Europa nel secolo XIX*, que se inicia a partir de 1815, e *Storia d’Italia dal 1871 al 1915*, Gramsci mostra como, “por acaso” ou por uma “razão tendenciosa”, Croce simplesmente exclui de suas reflexões os momentos mais ativos e violentos do processo de transformação social, como no caso da obra de Croce sobre a história da Europa, resultando este livro em mero

[...] fragmento de história, o aspecto “passivo” da grande revolução que se iniciou na França em 1789, espalhou-se pelo resto da Europa com os exércitos republicanos e napoleônicos, sacudindo poderosamente os velhos regimes e determinando não a sua derrocada imediata, como na França, mas a corrosão “reformista” que durou até 1870.²⁰

Para Gramsci, portanto, a própria periodização efetuada por Croce denuncia sua concepção de história; a questão que Gramsci levanta neste ponto é se esta concepção croceana de história não estaria relacionada com o próprio contexto político do início do século XX, tendo por finalidade a elaboração de um movimento ideológico análogo ao período da restauração-revolução,

[...] na qual as exigências que encontraram na França uma expressão jacobino-napoleônica foram satisfeitas em pequenas doses, legalmente, de modo reformista, conseguindo-se assim salvar a posição política e econômica das velhas classes feudais, evitar a reforma agrária e, notadamente, evitar que as massas populares atravessassem um período de experiências políticas similares às da França nos anos do jacobinismo, em 1831, em 1848.²¹

Por trás desta concepção de história de Croce, mutilada de seu período ativo de lutas sociais, haveria o compromisso político, em seu tempo, de evitar justamente aquilo que os

19 *Ibid.*, pp. 291-293.

20 *Ibid.*, p. 298.

21 *Ibid.*, pp. 298-299.

intelectuais do *Risorgimento* e da Restauração também implicavam-se em evitar: a radical mobilização das classes populares. Qual seria, então, o movimento político do início do século XX que cumpriria funções análogas ao do liberalismo moderado e conservador do século XIX? “Não seria esse precisamente o movimento fascista?”.²² Paradoxalmente, Croce poderia ter contribuído para o desenvolvimento do movimento fascista, mesmo que animado por outras determinações, já que lhe conferiria uma “justificativa mental”, como movimento político-ideológico vocacionado à contenção da ativa e violenta mobilização popular.

Segundo nosso entendimento, essa nota do “Caderno 10” possui importantíssimas indicações para uma ainda maior ampliação do conceito de revolução passiva, especialmente para abarcar os processos de transformação que tem curso no início do século XX. Seguindo por esta mesma §9, expõe Gramsci o que chamou de “hipótese ideológica”, na qual aponta, de forma ainda mais contundente, para as possibilidades de reelaboração do conceito de revolução passiva para períodos, então, atuais:

[...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuado a socialização e cooperação da produção sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais.²³

A partir desta passagem, Gramsci avança de forma mais precisa a hipótese de estender o conceito de revolução passiva para dar conta dos processos de reconfiguração dos Estados capitalistas no sentido de tornar ainda mais sofisticadas e fundamentais as suas *funções econômicas*, acentuando-se, nos dizeres de Gramsci, o elemento “plano de produção”. Tais modificações na estrutura material dos Estados capitalistas após a Primeira Guerra Mundial e

22 *Ibid.*, p. 299.

23 *Loc. cit.* A versão anterior desta passagem, o texto da § 236 do “Caderno 8” (não traduzido na edição dos *Cadernos* que estamos usando), usa o termo “economia média” para se referir àquelas sociedades que estariam entre o mais intenso “individualismo econômico” e a plena “economia programática”. Em nosso entendimento, Gramsci tem em mente aqui as passagens do *Livro 3 d'O capital* em que Marx trata dos efeitos do crédito e do capital portador de juros sobre a sociedade capitalista (em especial, o Cap. XXVII, “O Papel do Crédito na Produção Capitalista”). Nestas passagens, Marx menciona que as *sociedades por ações* e as *cooperativas* seriam “pontos de passagem” para a formação de um outro modo de produção para além do capitalismo. Seria a “abolição” (e aqui Marx usa o termo *aufhebung*, que recentemente vem sendo traduzido como *suprassunção*) da propriedade privada mantendo-se a apropriação privada – assim como a expansão das relações capitalistas básicas – no que o *Estado* passa a ter um papel cada vez mais importante, entre outras coisas, por causa dos seus *títulos*. Trata-se de um assunto complexo que mencionamos aqui apenas para destacar a relação dessas passagens d'*O capital* com o conceito de revolução passiva e a questão das “economias programáticas”. Cf. Karl Marx. *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo 1: o processo global da produção capitalista* (São Paulo: Abril Cultural, 1984), pp. 332-335.

mais acentuadamente após a crise de 1929, promoveram um avanço na socialização e na cooperação no processo produtivo sem tocar na apropriação privada dos frutos dessa produção; esta seria a “única solução” para que se desenvolvesse as forças produtivas industriais sob a direção das classes dirigentes tradicionais em um contexto de acirrada concorrência internacional entre as potências capitalistas. Estaria em curso, portanto, um novo período de transformação histórica profunda, cujo ritmo seria novamente modulado pelas “ondas sucessivas” da revolução passiva.

Mesmo não discorrendo sobre os alcances e limites de realização desta hipótese, Gramsci afirma que esta questão tem uma importância relativa. O mais importante do ponto de vista político e ideológico é o poder de gerar “expectativas” e “esperanças” sobre certos grupos sociais, “como a grande massa de pequenos burgueses urbanos e rurais”, que este novo programa de transformação passiva possuía, contribuindo, conseqüentemente, “para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais”. A ideologia e o programa econômico da revolução passiva do século XX

[...] serviria como elemento de uma “guerra de posição” no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam à guerra de movimento) internacional, assim como a “revolução passiva” é este elemento no campo político. Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo.²⁴

Nesta passagem, Gramsci expõe qual seria o período “ativo”, a “guerra de movimento” do novo processo de transformação histórica iniciada no século XX: o período que vai de março de 1917 a março de 1921, *i. e.*, do início da Revolução Russa até o fim da Guerra Civil. Portanto, esta concepção ampliada de revolução passiva dava conta do processo crítico em que entrara o mundo capitalista com a Primeira Guerra – do ponto de vista econômico e político – com o recrudescimento dos conflitos inter-imperialistas e do problema real que foi colocado aos diversos Estados capitalistas, ou seja, ou de tomar medidas que favorecessem a recuperação econômica – o que implicaria em medidas de planejamento econômico e de “intervenção estatal”, portanto, uma espécie de “guerra de posição econômica” (cuja “guerra de movimento” correspondente seria a livre concorrência e a livre troca) – e que, conjuntamente, oferecesse combate à ameaça de uma mobilização dos subalternos na superação desta crise – o que poderia levar de roldão à superação da própria ordem capitalista, como foi o caso na URSS.

24 Gramsci, *Cadernos do Cárcere. Volume 1... (op. cit.)*, pp. 299-300.

Com o advento do Estado soviético, alguns elementos do seu modelo econômico baseado na coordenação e no planejamento da produção viriam a ser absorvido pelas economias capitalistas em sua “guerra de posição” econômica, como forma de fazer face ao período crítico em que se encontravam. Tais elementos de planejamento pioneiramente postos em prática na União Soviética seriam adaptados para o regime da apropriação privada como forma de evitar o colapso econômico, o que causaria fortes pressões das classes subalternas por transformações ainda mais radicais. É interessante notar que Gramsci assinala em outras passagens a influência que a “filosofia da práxis” vinha progressivamente exercendo sobre o próprio pensamento burguês – por mais que esta influência muitas das vezes não seja revelada. O próprio Benedetto Croce seria um desses exemplos. Esta influência é destacada por Gramsci também no próprio pensamento econômico burguês, demonstrando como os problemas levantados pela “economia crítica” vinham sendo enfrentados, com todas as contradições que construções teóricas compósitas deste tipo estão sujeitas.²⁵ As próprias transformações pelas quais vinham passando as sociedades capitalistas do pós-Primeira Guerra, especialmente no que diz respeito às funções econômicas do Estado, seriam tentativas de respostas à queda tendencial da taxa de lucro. Fica clara a vinculação, portanto, entre esta ampliação do conceito de revolução passiva com a nova etapa atingida pelo processo de acumulação capitalista, ou seja, a etapa dos monopólios e dos imperialismos.

A disposição de Gramsci em estender o conceito de revolução passiva fica ainda mais explícita quando ele retoma o texto A do “Caderno 1” (§151), em que exclui, *a princípio*, a possibilidade do modelo “Revolução Francesa – Restauração” abranger casos históricos do século XX.

Esse “modelo” da formação dos Estados modernos pode se repetir em outras condições? Isso deve ser excluído em sentido absoluto, ou é possível dizer que, pelo menos em parte, podem ocorrer desenvolvimentos similares, sob a forma do advento de economias programáticas? Pode-se excluir isso para todos os Estados ou só para os grandes? A questão é de suma importância, já que o modelo França-Europa criou uma mentalidade que, por ser “envergonhada de si mesma” ou por ser um “instrumento de governo”, nem por isso é menos significativa.²⁶

Aqui não é afirmado categoricamente que este “modelo França-Europa” pode abarcar outros casos históricos, mas, além de não se afirmar mais que a ampliação deste modelo deva ser excluída, Gramsci aventa, nesta reelaboração daquela nota inicial do “Caderno 1”, a possibilidade de estendê-lo para o “advento das economias programáticas”.

Em outro dos *Cadernos*, o de número 15, Gramsci passa a tratar do tema da revolução

25 *Ibid.*, p. 446. Aqui ele chama os estudos econômicos marxistas de “economia crítica”.

26 *Ibid.*, p. 426.

passiva, o relacionando com *Prefácio de 1859* de Marx, que por diversas vezes é apontado pelo comunista sardo como uma chave interpretativa de enorme relevância na filosofia da práxis. Na §17, que se inicia com o título “Maquiavel” (em referência a qual dos projetos esta nota será reelaborada), se lê:

O conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem, lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser referidos à descrição dos três momentos fundamentais em que se pode distinguir uma “situação” ou um equilíbrio de forças, com o máximo de valorização do segundo momento, ou equilíbrio das forças políticas, e especialmente do terceiro momento, ou equilíbrio político-militar. [...]

O ponto de partida deste estudo será o trabalho de Vincenzo Cuoco, mas é evidente que a expressão de Cuoco a respeito da Revolução Napolitana de 1799 não passa de uma sugestão, porque o conceito foi completamente modificado e enriquecido.²⁷

Neste ponto, Gramsci é enfático ao afirmar que o conceito de revolução passiva tal qual ele tem elaborado já está bem “modificado” e “enriquecido” frente à acepção dada originalmente por Cuoco; além disso, relacionando o conceito com as passagens do *Prefácio de 1859* de Marx, Gramsci eleva a importância interpretativa deste conceito, relacionando-o com o próprio problema do *Estado* e da *correlação de forças sociais*, além do próprio problema da transformação histórica. Aludindo à conhecida §17 do “Caderno 13” sobre a correlação de forças, Gramsci conecta o conceito de revolução passiva à dinâmica dos três momentos fundamentais da transformação histórica; a revolução passiva seria uma das resultantes da interação entre as forças existentes em uma sociedade; soluções já possíveis (ou em vias de serem possíveis) para os problemas que esta sociedade se propõe, apesar das forças sociais pretéritas que nela existem ainda terem quadros para se desenvolverem. Tais resultantes transitariam entre os três momentos da correlação de forças, mas, para o problema da revolução passiva, os problemas relativos ao segundo (correlação de forças políticas) e ao terceiro momentos (correlação de forças militares) seriam de suma importância na caracterização da revolução passiva. Sem desenvolver muito esta relação nesta seção, menciona outros movimentos políticos existentes no século XX – como o gandhismo e o tolstoísmo, ambos com conotações pacifistas e de não enfrentamento violento com as classes dominantes – como exemplos de portadores de concepções afins com a própria revolução passiva, já que o problema do terceiro momento da correlação de forças (o do enfrentamento

27 *Id.*, *Cadernos do Cárcere*, volume 5 ... (op. cit.), p. 322.

de caráter militar) é excluído das preocupações destes movimentos.²⁸ Portanto, Gramsci passa a incluir ainda mais casos de movimentos políticos e ideológicos como passíveis de serem compreendidos sob a chave da revolução passiva.

Desdobrando as determinações oriundas do *Prefácio de 1859* para o conceito de revolução passiva, Gramsci aponta a necessidade de se formular com exatidão a relação entre as condições objetivas e subjetivas do evento histórico – no caso, o *Risorgimento*.

Parece evidente que jamais podem faltar as chamadas condições subjetivas quando existem as condições objetivas, dado que se trata de simples distinção de caráter didático: portanto, pode haver discussão sobre o grau e a intensidade das forças subjetivas, ou seja, sobre a relação dialética entre as forças subjetivas conflitantes. É preciso evitar que a questão seja formulada em termos “intelectualistas” e não histórico-políticos. É fato pacífico que a “clareza” intelectual dos termos da luta é indispensável, mas esta clareza é um valor político quando se torna paixão difundida e é a premissa de uma forte vontade.²⁹

Novamente Gramsci aborda conjuntamente os problemas de interpretação histórica e de ação histórica (ou seja, a ação política); assim, afirma aqui que “jamais podem faltar as condições subjetivas quando existem as condições objetivas”, pois tais distinções têm apenas caráter didático. A questão principal deve ser o do grau e da intensidade das forças subjetivas, que seriam função da relação dialética entre as forças subjetivas conflitantes, *i. e.*, das *lutas de classes* e da correlação de forças sociais. Portanto, as transformações históricas, ao contrário de automaticamente fluírem com o desenvolvimento das condições objetivas, seriam o produto da ação conflitiva das diversas forças subjetivas existentes em cada situação. Sendo assim, a correta interpretação das situações de conflito só tem valor político, sendo em si também arma política, quando difunde-se enquanto “paixão”, quando é a “premissa de uma forte vontade”. A dialética de Gramsci na interpretação da história e do seu mover, coloca em questão o próprio historiador, a sua ação e o seu papel político – mesmo que seja esse “inconsciente” ou “passivo”.³⁰

Como afirmamos, um dos temas sobre os quais se desenvolveu o problema da revolução passiva foi, ao lado da crítica a Croce, o do *Risorgimento* – o que é de certa forma óbvio se levarmos em consideração a concepção de história de Gramsci em que interpretação e ação histórica são indissociáveis. Em sua interpretação sobre o *Risorgimento* Gramsci põe em articulação o problema da revolução passiva e da hegemonia. Como dito anteriormente, o

28 *Ibid.*, p.322.

29 *Ibid.*, pp. 322-323.

30 Em outra passagem, assim refere-se Gramsci à revolução passiva: “Sobre a revolução passiva. Protagonistas os “fatos”, por assim dizer, e não os “homens individuais”. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase”. *Ibid.*, p. 328.

processo de formação do moderno Estado italiano não foi levado a cabo mobilizando-se as massas populares; portanto, nenhum grupo social em particular exerceu uma função dirigente – uma função hegemônica – sobre os subalternos (no caso do *Risorgimento*, especialmente os camponeses). Os diversos núcleos das classes dominantes ao longo da península itálica não pretendiam dirigir ninguém, “não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos”.

Queriam “dominar”, não “dirigir”, e mais ainda: queriam que fossem dominantes os seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte e, daí, a função da monarquia. O Piemonte, portanto, teve uma função que, sob certos aspectos, pode ser comparada à do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social (e, com efeito, sempre se falou de “partido piemontês”); com a particularidade de que se tratava de um Estado, com um Exército, uma diplomacia, etc.

Este fato é de máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. [...]

O importante é aprofundar o significado que tem uma função como a do “Piemonte” nas revoluções passivas, isto é, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que estes grupos têm a função de “domínio”, e não de “direção”: ditadura sem hegemonia. A hegemonia se dará de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo, etc., segundo o modelo “jacobino”.³¹

Gramsci coloca em questão a possibilidade de em processos de revolução passiva – como o caso italiano – o papel dirigente ser exercido pelo Estado sobre as próprias classes que “deveriam ser” dirigentes, delegando ao Estado e ao seu pessoal a função de manter dominante os seus interesses, ao invés dos seus próprios membros. Trata-se, portanto, de um arranjo político de tipo “bonapartista”, que, apesar de aqui não ser mencionado este termo, guarda estreitas semelhanças com os casos de bonapartismo por ele examinado no “Caderno 13”.³²

Em outra passagem, no “Caderno 19”, Gramsci aborda novamente a questão do *Risorgimento* e do papel exercido pelos moderados. A política levada adiante pelo Piemonte e pelos moderados foi a dirigente neste processo, por mais que não se tenha mobilizado as classes populares. O problema do *Risorgimento* para os moderados e para o Piemonte era exercer a função de domínio (inclusive de forma coercitiva) sobre os subalternos e exercer uma função dirigente sobre as classes dominantes. Portanto, para os casos de revolução

31 *Ibid.*, pp. 328-330.

32 Sobre este tema, cf. Felipe Demier. “O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário”. (Tese de Doutorado) (Niterói: PPGH-UFF, 2012).

passiva o problema da hegemonia não estava excluído, mas tratava-se de uma função hegemônica entre as classes dominantes, não sobre os subalternos (pelo menos nesse caso tratado por Gramsci).

A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco.³³

Portanto, a atividade de direção exercida pelos moderados antes e depois da chegada ao poder foi de fundamental importância para a formação do moderno Estado italiano enquanto “revolução passiva”; *i. e.*, direção sobre as classes dominantes e sobre os intelectuais dos adversários (decapitando as classes subalternas de suas lideranças através do *transformismo*) e dominação sobre os subalternos. Assim, a fórmula “ditadura sem hegemonia” refere-se às classes subalternas, já que hegemonia existe no caso do *Risorgimento*, porém contida nos marcos das próprias classes dominantes. Mais uma vez, lutas de classes e transformação histórica apresentam-se articuladamente.

Em outra parte do “Caderno 15”, Gramsci retorna à questão da extensão do conceito de revolução passiva para outros períodos históricos, procurando analogias entre o período após a queda de Napoleão e o período subsequente à Primeira Guerra. A historiografia tradicional não observa, segundo Gramsci, o paralelo entre estes dois períodos – apesar de todos reconhecerem as rupturas históricas acontecidas no período 1914-1918. Esta ruptura se deu no sentido de que

[...] toda uma série de questões que se acumulavam molecularmente, antes de 1914, “se sobrepuseram umas às outras”, modificando a estrutura geral do processo anterior: basta pensar na importância que assumiu o fenômeno sindical, termo geral sob o qual vêm à tona diferentes problemas e processos de desenvolvimento de importância e significação variada (parlamentarismo, organização industrial, democracia, liberalismo, etc.), mas que, objetivamente, reflete o fato de que uma nova força social se constituiu, tem um peso não desprezível, etc.³⁴

As questões que vinham se acumulando “molecularmente”, sobrepondo-se uma às outras, seriam expressões da existência objetiva de uma nova força social, ou seja, o proletariado; portanto, a forma de encaminhar as questões colocadas por esta nova força social conformariam um problema crucial para a revolução passiva desde então em curso.

Fica mais claro que o conceito de revolução passiva pode ser usado para a interpretação de

33 Gramsci. *Cadernos do Cárcere, volume 5 ... (op. cit.)*, p. 63.

34 *Ibid.*, pp. 328-330.

outros processos históricos, como se depreende do início da § 62 do “Caderno 15”: “O tema da ‘revolução passiva’ como interpretação da Era do *Risorgimento* e de qualquer época complexa de transformações históricas”.³⁵ E aqui Gramsci reitera a advertência de não se tomar a revolução passiva como um programa, apontando para os perigos – mas também para as utilidades – de uma interpretação sob a chave da revolução passiva.

Portanto, não teoria da “revolução passiva” como programa, como foi nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante. (Portanto, luta contra o morfinismo político que exala de Croce e de seu historicismo.) (Parece que a teoria da revolução passiva é um corolário crítico necessário do “Prefácio” à *Contribuição à crítica da economia política*.) Revisão de alguns conceitos sectários sobre a teoria dos partidos, que representam, exatamente, uma forma de fatalismo do tipo “direito divino”. Elaboração dos conceitos do partido de massas e do pequeno partido de elite, e mediação entre os dois. (Mediação teórica e prática: teoricamente, será que pode existir um grupo relativamente pequeno, mas sempre considerável, por exemplo de alguns milhares de pessoas, homogêneo social e ideologicamente, sem que sua própria existência demonstre uma ampla situação de coisas e estados de espírito correspondentes, que só não podem se expressar por causas mecânicas externas e, por isto, transitórias?)³⁶

Gramsci situa a teoria da revolução passiva como “corolário crítico necessário do ‘Prefácio’”, tantas vezes aludidos pelo seu valor metodológico, o que coloca a teoria da revolução passiva em um alto grau de importância no interior do pensamento gramsciano. As considerações acerca do partido e suas formas – partido de massas e pequeno partido de elite – também são de suma importância pois mostram o nexos existente entre as duas formas de partido, além de levantar a questão de que mesmo um partido pequeno mas não desprezível pode expressar tendências sociais mais profundas, mas que não se desenvolvem por força de estrangulamentos “externos” e, portanto, “transitórios”. Aqui, claramente, Gramsci tem em mente, entre outros casos, os diversos formatos que assumiu, por exemplo, o Partido Bolchevique nas diferentes conjunturas políticas: ora mais restrito, por conta principalmente da repressão, ora mais ampliado.

Outra evidência do empenho de Gramsci em reelaborar o conceito de revolução passiva, ampliando-o, é quando ele coloca a então recente experiência histórica norte-americana, questão que ele registrará sob a rubrica “geral e um pouco convencional” de “Americanismo e fordismo”, como um dos casos também de revolução passiva.

Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia

35 *Ibid.*, p. 331.

36 *Ibid.*, pp. 331-332.

programática: estes problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução, resistências que provêm das dificuldades presentes na *societas rerum* e na *societas hominum*.³⁷

O americanismo e o fordismo, pretende Gramsci, estão situados em meio à passagem do velho liberalismo econômico (em outras passagens chamado de “liberismo”) para a economia planificada (referida nesta passagem como “economia programática”). As resistências objetivas (*societas rerum*) e subjetivas (*societas hominum*) nesta passagem acarretam em uma série de problemas que Gramsci pretende examinar sob esta rubrica – portanto, afim com os critérios de análise que colhe do *Prefácio de 1859*. Logo depois, portanto, Gramsci aponta alguns destes problemas que pretende abordar nos próximos escritos,³⁸ a intenção de Gramsci em enriquecer mais ainda a “teoria da revolução passiva” permanece; porém, aqui já são apontados alguns problemas característicos das modernas sociedades capitalista do início do século XX, especialmente da sociedade estadunidense, associando-os ao tema da revolução passiva. Como se percebe, trata-se de uma grande variedade de problemas, que iam desde o tema da lei da queda tendencial da taxa de lucro e as mudanças nas formas de financiamento da acumulação de capital até à expansão da psicanálise após a Primeira Guerra e às questões sexuais. Depreende-se que o objetivo era exatamente entender a época histórica que se inicia a partir da Primeira Guerra e da Revolução de 1917 em sua totalidade, abordando vários aspectos da vida social.

Entre estes temas aparece um em especial que é de grande interesse para se entender o

37 *Id.*, *Cadernos do cárcere, volume 4*: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 241-242.

38 “1) substituição da atual camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro, baseado imediatamente na produção industrial; 2) questão sexual; 3) questão de saber se o americanismo pode constituir uma ‘época’ histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo (examinado em outros locais) das ‘revoluções passivas’ próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma ‘explosão’, ou seja, uma revolução de tipo francês; 4) questão da ‘racionalização’ da composição demográfica europeia; 5) questão de saber se o desenvolvimento deve ter seu ponto de partida no interior do mundo industrial e produtivo ou se pode ocorrer a partir de fora, através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo; 6) questão dos chamados ‘altos salários’ pagos pela indústria ‘fordizada’ e racionalizada; 7) o fordismo como ponto extremo do processo de sucessivas tentativas da indústria no sentido de superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro; 8) a psicanálise (sua enorme difusão no pós-guerra) como expressão do aumento da coerção moral exercida pelo aparelho estatal e social sobre os indivíduos e das crises mórbidas que esta coerção determina; 9) o Rotary Club e a Maçonaria, 10) (...) {B}”. *Loc. cit.* De acordo com a edição que dispomos dos *Cadernos*, a listagem de problemas interrompe-se abruptamente e são deixadas em branco as próximas oito páginas, o que demonstra a intenção de Gramsci estender ainda mais esta listagem e de como a sua concepção acerca do tema americanismo e fordismo ainda estava em fase de elaboração. Importante destacar que Gramsci refere-se ao fim da lei seca nos EUA, o que só aconteceu em 1933. De acordo com a datação de Gianni Francioni, esta nota foi escrita provavelmente entre fevereiro e março de 1934. Este fato nos faz ter o entendimento que é bem plausível que Gramsci tenha tido acesso a informações acerca do *New Deal* e das políticas adotadas pelo governo Roosevelt para aplacar a Grande Depressão – o que se depreende das associações que Gramsci tem feito entre o americanismo e fordismo e a “economia programática”.

conceito de revolução passiva como um critério de interpretação histórica para o século XX; trata-se da questão se um desenvolvimento deve necessariamente partir do mundo industrial ou se pode ser induzido “através da construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal que guie a partir de fora os desenvolvimentos necessários do aparelho produtivo”. Como se percebe, problema fundamental para se abordar a questão do *desenvolvimentismo*, sua ideologia e seu projeto – assim como a questão das transformações no capitalismo norte-americano ocorridas no século XX. Aqui parece que Gramsci elabora de forma ainda mais profunda o problema levantado desde o “Caderno 1” (§150), ou seja, o da formação dos modernos Estados a partir da ação de camadas intelectuais tomadas de segmentos das frações dominantes anteriores. Aqui, o problema aparece atualizado para o século XX, abordando o processo de industrialização e de avanço na socialização do processo produtivo sob o capitalismo.

Gramsci levanta o problema de como uma maior *racionalização da composição demográfica*, existente nos Estados Unidos, já que a “velha camada plutocrática” não teria nem de longe o peso que possuía na Europa, poderia influenciar no crescimento capitalista; de acordo com Gramsci, estas camadas, “pensionistas da história econômica”, abocanhavam uma parcela considerável da renda nacional e, apesar de exercerem uma função de poupança, não possuíam uma ligação orgânica com o mundo da produção. Estas “classes parasitárias” oriundas de formações sociais anteriores, saturadas e fossilizadas nas funções estatais e intelectuais seriam um dos principais elementos distintivos entre a moderna sociedade capitalista europeia e a norte-americana.

Além dos fatores intelectuais, políticos e culturais, a existência desta classe parasitária implica em dificuldades econômicas quanto ao esquema de financiamento da acumulação de capital, pois reduziria a poupança disponível para a realização de investimentos produtivos, já que a manutenção do modo de vida dessas classes parasitárias representam um custo muito alto para sociedade. Este alto custo também pode ser interpretado no sentido da intensa exploração a que são submetidos os subalternos, especialmente, os camponeses, já que, além de tirarem a sua subsistência, têm de dar sustento (segundo patamares elevados de vida) a estas classes parasitárias – que ainda conseguem fazer uma poupança a partir do que exploram dos camponeses, conformando um “modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e malsãos, já que fundados na iníqua exploração usurária de camponeses mantidos no limite da fome e que custa enormemente”.³⁹ Portanto, a forma histórica de transição para a sociedade

39 *Ibid.*, p. 245. O desenvolvimento deste ponto seria de grande importância para o debate acerca do patamar histórico rebaixado da força de trabalho brasileira e de sua reprodução (categorizado por Marini e seus seguidores como “superexploração”) e das formas históricas de acumulação de capital na sociedade

capitalista, como revolução passiva, com todos os arranjos políticos com os setores das velhas classes dominantes (como ocorre na velha sociedade europeia), acarreta profundas consequências para a esfera econômica, no que tange às formas de financiamento da acumulação de capital.

É interessante notar que, apesar do tema central do “Caderno 22” ser o americanismo e o fordismo, Gramsci constantemente faz referências comparativas com a situação europeia, especialmente a italiana. A questão da composição demográfica das diferentes sociedades é um exemplo disso. Neste sentido, Gramsci refere-se a estudos sobre a população italiana, citando os pesquisadores sobre o assunto Prof. Mortara⁴⁰ e Prof. Mário Camis, em que se evidenciam as péssimas condições de saúde e de nutrição de uma parcela considerável da população que poderia exercer atividades produtivas, não fosse a sua “dependência” das classes parasitárias.

Gramsci também cita outros exemplos de Estados que sofreriam com este problema de uma alta proporção da população com funções passivas, parasitárias, no mundo econômico, representantes de sedimentações de formações sociais passadas – como Índia, China e outros países da velha Europa. Mais um importante tema a se desenvolver para se tratar do problema dos capitalismo dependentes, periféricos, tardios, etc.

Frente a existência de tais “produtores de poupança” (*i. e.*, estas classes parasitárias, segundo Gramsci), colocava-se o problema de tornar a formação de poupança uma função do próprio bloco produtivo, barateando, além dos custos de produção, os custos de financiamento. Tal fato permitiria, além da diminuição dos custos, um aumento nos salários (ampliando o mercado interno) e nos níveis de lucratividade, prescindindo da intermediação

brasileira.

40 Trata-se de Giorgio Mortara, demógrafo que em 1940 veio para o Brasil fugindo da guerra na Europa, já que tinha ascendência judia e temia perseguições. Participou, a convite do governo brasileiro, do censo demográfico de 1940 realizado pelo IBGE. Posteriormente, realizou diversos estudos sobre a população brasileira, sendo considerado muito importante para o desenvolvimento da demografia no Brasil. Mortara também realizou estudos sobre a sociedade soviética quando ainda estava na Itália, o que é significativo para entender o corporativismo como revolução passiva, como resposta às mudanças no sentido do planejamento econômico que vinham sendo realizadas então. Também é significativa a ação do Estado Novo no sentido de levantar dados econômico-sociais que subsidiassem esforços de planejamento, no que o Prof. Mortara contribuiu participando do censo de 1940, trazendo importantes inovações técnicas e metodológicas. Sobre este assunto, cf. IBGE. *Giorgio Mortara: Ampliando os horizontes da Demografia Brasileira* (Rio de Janeiro: IBGE, 2007). Esta menção se justifica pois na edição que lançamos mão dos *Cadernos*, consta no índice onomástico do volume 4, de forma equivocada, o nome de Edgardo Mortara (também mencionado por Gramsci, mas em outro contexto), que foi um menino judeu que, em meados do século XIX, foi sequestrado de seus pais pelo Papa Pio IX por supostamente ter sido batizado por uma empregada em meio a uma crise de saúde – já que a legislação de alguns Estados da península itálica de então proibia que crianças católicas fossem criadas por não católicos –; trata-se da prática da oblação. No volume 5, além de ser mencionado este caso de antisemitismo, constam referência a ambos: Giorgio Mortara e Edgardo Mortara.

desses “produtores de poupança”, “que são na realidade devoradores de mais-valia”.⁴¹

Portanto, parte dos intelectuais italianos do corporativismo buscavam meios de introduzir mudanças no aparelho econômico para poder racionalizar a produção, não apenas nos seus aspectos técnicos no interior da fábrica, mas também nas diversas funções do capital, de maneira a facilitar a disponibilidade de recursos financeiros para a expansão industrial. Gramsci ressalta que os operários eram favoráveis a mudanças que possibilitassem uma maior racionalização da produção industrial (no nível micro e macroeconômico); na verdade, os operários na concepção de Gramsci eram os verdadeiros portadores dessas inovações no contexto italiano do pós-Primeira Guerra, no que foram fortemente obstaculizados – apesar de alguns industriais terem tentado apropriar-se dessas inovações em períodos de luta sindical em que Gramsci participou, como Agnelli, proprietário da *Fiat*. Gramsci acredita que tais mudanças técnicas e econômicas no mundo da produção podem, sob outras condições, ser de interesse dos próprios trabalhadores e, portanto, busca meios para compatibilizar estas inovações com um programa econômico de caráter nacional-popular, portanto, enquanto revolução ativa. Esta convicção de Gramsci – fundamental para caracterizar a revolução passiva do século XX como resposta à leva revolucionária que se abre em 1917, enquadrando as exigências do moderno mundo da produção, cada vez mais socializado, em marcos conservadores-capitalistas – fica patente em diversas outras passagens.⁴²

Como dito, apesar de Gramsci estar nestas passagens ocupando-se do americanismo, não perde a preocupação em observar os nexos e diferenças entre este caso de revolução passiva e o corporativismo italiano. Assim, afirma Gramsci:

[...] o movimento corporativo existe e, sob alguns aspectos, as realizações jurídicas

41 Gramsci, *Cadernos do cárcere, volume 4...* (*op. cit.*), pp. 256-257. Tal problema também foi identificado nas primeiras análises sistemáticas da economia brasileira com vistas ao crescimento econômico, realizadas pelos “missões de cooperação técnicas” entre Brasil e Estados Unidos; nestes casos, o principal elemento identificado a “devorar” a poupança que poderia ser usada para investimentos em projetos de desenvolvimento eram as altas inversões em imóveis que, apesar de terem pouco efeito no crescimento econômico global, proporcionavam rendimentos seguros e crescentes no longo contexto inflacionário. O que tais análises não mencionavam como causa da inflação era a forte concentração da propriedade imobiliária (reforçada por esta tendência de investimentos em imóveis) em um momento de forte migração em direção às cidades. Cf. Comissão Mista Brasileiro Americana de Estudos Econômicos (CMBAEE) [“*Missão Abbinck*”], *Relatório Final, vol. 1* (Rio de Janeiro, 1949); Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU). *Relatório Geral, vol.1* (Rio de Janeiro, 1954).

42 Em outras passagens, Gramsci demonstra entender que uma série de mudanças operadas na gestão das grandes indústrias no sentido de melhorar a sua eficiência poderiam ser usadas em favor dos trabalhadores no caso de estarem sob novas relações de produção. Interessante lembrar que Lênin também pensou ser possível inserir métodos de racionalização produtiva – como o taylorismo – para se construir a economia socialista e que, pela economia de tempo, em algum momento redundaria em redução do tempo de trabalho. Sobre este tema, cf. Roberto Finzi. “Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência”. In: Eric Hobsbawm (org.). *História do marxismo VII: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. (2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988).

já ocorridas criaram as condições formais nas quais a transformação técnico-econômica pode se verificar em larga escala, já que os operários não podem se opor a tal transformação nem podem lutar para se tornarem eles mesmos seus portabandeiras. A organização corporativa pode se tornar a forma dessa transformação, mas pode-se perguntar: teremos ocasião de ver uma daquelas “astúcias da providência” mencionadas por Vico, que fazem com que os homens, sem propô-lo ou desejá-lo, obedeçam aos imperativos da história? Por enquanto, temos razão para duvidar.⁴³

As condições jurídicas trazidas pelas legislações corporativas não eram suficientes e nem mesmo eram suficientes as condições determinantes nesse processo. Para a difusão do americanismo na Europa é necessária uma determinada estrutura social, um determinado tipo de Estado. E este é o

[...] Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio. O desaparecimento do tipo semifeudal do rentista é, na Itália, uma das principais condições para a transformação industrial (é, em parte, essa própria transformação), não uma consequência. A política econômico-financeira do Estado é o instrumento desse desaparecimento: amortização da dívida pública, títulos nominais, maior peso da taxaçoão direta sobre a indireta na formação da receita orçamentária.⁴⁴

O que acontecia no corporativismo fascista era a criação de novas camadas de rentistas, promovendo novas formas de acumulação parasitária, contribuindo para defender as posições ameaçadas dessas classes, já que cria empregos de novo tipo para aqueles segmentos que, em caso de livre concorrência, estariam desempregados; estes novos empregos seriam, porém, de caráter organizativo e não produtivo, para os desempregados das classes médias. Portanto, o corporativismo não daria conta de superar a forças que inibem o desenvolvimento do sistema produtivo italiano exatamente por causa da especificidade política legada pela história da revolução passiva, com seu séquito de elementos passivos que, por razões políticas, deveriam encontrar alguma remuneração.

As inovações técnicas na esfera produtiva industrial conformam outra característica do americanismo, cujo paradigma é exatamente o modelo elaborado pelos métodos introduzidos por Henry Ford em suas fábricas. Tais inovações implicariam em profundas pressões psicofísicas, o que estaria por formar um novo tipo de trabalhador. Aí estaria a base dos altos salários pagos pelas indústrias Ford, ou seja, a remuneração relativamente mais elevada seria uma maneira de selecionar os trabalhadores mais afinados com estes novos métodos – que, naquele momento, não eram tão abundantes e disponíveis. Dado o tremendo esforço físico e psíquico exigidos do trabalhador das indústrias Ford, haveria iniciativas de supervisionar,

43 Gramsci, *Cadernos do cárcere, volume 4... (op. cit.)*, p. 258.

44 *Ibid.*, p. 259.

inclusive, a vida privada destes trabalhadores, iniciativas apenas superficialmente moralizantes; nas palavras de Gramsci, o objetivo era tentar evitar o colapso deste trabalhador em seus momentos de folga, incentivando hábitos dos mais puritanos. Portanto, como se observa, as novas formas de produção implicam em uma intrusão nos mais recônditos poros da vida privada do trabalhador, o que leva Gramsci a afirmar que, no americanismo, a hegemonia nasce da fábrica. O resgate do puritanismo e do proibicionismo seria uma das formas assumidas por esta sanha disciplinar própria do fordismo. Também neste específico, Gramsci acredita que este controle psicofísico, que agora é trazido de fora pela disciplina fabril, “poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais”⁴⁵, aludindo à possibilidade da formação deste novo tipo de trabalhador ser levada adiante sob outras relações sociais de produção, numa correlação de forças em que este “controle” seja, na verdade, “autocontrole”. Gramsci acredita que, após um período de adaptação psicofísica, a mente do trabalhador iria se “libertar” para pensar em outras coisas, já que os movimentos maquinais sucessivos teriam se “aninhado” no seu próprio aparelho motor, pensamentos estes que, dado o alto grau de exploração, não seriam dos mais “conformistas”. Portanto, além de ser uma forma de selecionar este novo tipo de trabalhador, os altos salários relativos seriam uma forma de obter consenso deste trabalhador em face da extenuante rotina de trabalho – apesar de a tendência ser de diminuição dos salários com a generalização do “trabalhador fordizado”.⁴⁶

De acordo com Gramsci, o padrão Ford de produção tenderia a se universalizar, é “racional”, mas para isso seria necessário um longo processo de transformação dos costumes e hábitos, além das próprias condições sociais, mas que não poderia ocorrer apenas através da “coerção”, mas apenas pela combinação de autodisciplina e persuasão através dos altos salários – levando a um padrão de vida acorde com os intensos dispêndios de energia muscular e nervosa.⁴⁷

Apesar de todos estes aspectos aparentemente “positivos” do americanismo, existiriam nele também fortes contradições; haveria uma tendência à formação, também nos Estados Unidos, de “castas” com referências morais muito distantes dos trabalhadores (levando progressivamente a uma “fratura psicológica” entre dominantes e dominados) e sem função ativa na produção.

Abordando o tema da Grande Depressão, Gramsci destaca que esta provocou a

45 *Ibid.*, p. 267.

46 *Ibid.*, pp. 272-273.

47 *Ibid.*, p. 275.

expropriação simultânea de poupanças de amplíssimas massas da população, ainda mais violentas que aquelas em decorrência da forte inflação que teve lugar após a Primeira Guerra; apesar desta expropriação ter ocorrido em vários países, foram mais intensas nos Estados Unidos. Gramsci afirma que uma das consequências da crise no mercado de ações foi a maior procura pelos títulos do Estado, já que tais títulos proporcionariam remunerações módicas, mas seguras. Desta forma, o Estado estaria a intermediar, através desses títulos, o financiamento de vastas áreas da economia, agindo como uma espécie de *holding-estatal*.⁴⁸ Além deste papel financeiro – na verdade, em certa medida, por causa da assunção deste papel –, o Estado passa a “intervir” cada vez mais no processo produtivo, buscando coordenar e ampliar o aparato produtivo nacional. É exatamente nesta expansão de certos segmentos da economia – por força do aumento populacional e do surgimento de novas necessidades coletivas – que residiriam os maiores riscos para a iniciativa privada e por isso o Estado é levado a intervir – o que, obviamente, não é isento de riscos.⁴⁹

Mais uma vez Gramsci busca extrair os possíveis desdobramentos “progressistas” deste novo papel assumido pelo Estado no mundo econômico. Segundo Gramsci, a direção econômica do Estado seria progressista no caso da produção de poupança passar, de função de uma classe parasitária, para função do próprio organismo produtivo, o que demandaria uma reforma agrária – fazendo com que a renda da terra formasse uma poupança coletiva articulada ao conjunto do sistema produtivo –, além de uma reforma industrial que “[...] fizesse todas as rendas decorrerem de necessidades funcionais técnico-industriais e não mais serem consequências jurídicas do puro direito de propriedade”.⁵⁰

Seriam essas exigências históricas prementes (combater a crise, dar conta da expansão da base produtiva e dos serviços demandados pela expansão econômica e populacional, etc.) que levariam ao advento do corporativismo, a despeito de suas aparências mais imediatas. O Estado corporativista, porém, apesar de propagar-se como apoiado na “gente miúda”, baseia-se, também, na “plutocracia”.⁵¹

Como temos sustentado ao longo desses escritos, o entendimento de Gramsci de que o americanismo – assim como o fascismo, o nazismo e, acrescentaríamos, o *desenvolvimentismo* – é uma forma contemporânea da revolução passiva baseia-se na concepção de que estes fenômenos são uma reação ao desenvolvimento de forças históricas que encontraram sua irrupção mais violenta, visível e periodizadora na Revolução de 1917⁵²,

48 Cf. *supra* (nota 23) sobre *Livro 3 d'O capital* e a noção de “economia programática”.

49 *Ibid.*, p. 277.

50 *Ibid.*, p. 278.

51 *Ibid.*, pp. 278-279.

52 Sobre os impactos da União Soviética no mundo capitalista em uma obra publicada pouco após a

especialmente em relação ao advento do planejamento econômico. Portanto, à pergunta se na América existe uma nova civilização, uma nova cultura, responde Gramsci:

[...] não, não existe, etc., e, de resto, o que se faz na América é apenas remoer a velha cultura europeia. O problema é este: se a América, com o peso implacável de sua produção econômica (isto é, indiretamente), obrigará ou está obrigando a Europa a uma transformação radical de sua estrutura econômico-social demasiadamente antiquada, o que ocorreria de qualquer modo, ainda que com ritmo lento, mas que, ao contrário, se apresenta desde já como uma consequência imediata da “prepotência” americana; ou seja, se está ocorrendo uma transformação das bases materiais da civilização europeia, o que a longo prazo (e não muito longo, já que atualmente tudo é mais rápido do que no passado) levará a uma transformação da forma de civilização existente e ao nascimento forçado de uma nova civilização. Os elementos de “nova cultura” e de “novo modo de vida” que hoje se difundem sob a etiqueta americana não passam das primeiras tentativas feitas às cegas, devidas não tanto a uma “ordem” que nasce de uma nova estrutura, que ainda não se formou, mas à iniciativa superficial e macaqueadora dos elementos que começam a se sentir socialmente deslocados pela ação (ainda destrutiva e dissolutora) da nova estrutura em formação. O que hoje é chamado de “americanismo” é em grande parte a crítica antecipada feita pelas velhas camadas que serão esmagadas pela possível nova ordem e que já são vítimas de uma onda de pânico social, de dissolução, de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e toma como ponto de apoio os aspectos negativos da transformação. Não é dos grupos sociais “condenados” pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: estes últimos “devem” encontrar o sistema de vida “original” e não de marca americana, a fim de transformarem em “liberdade” o que hoje é “necessidade”.⁵³

O novo sistema de vida “original” é, nos parece claro, o *socialismo* – que não é aqui mencionado pelo sabido motivo de estar o Autor dos *Cadernos* procurando não despertar excessiva atenção dos seus algozes para o conteúdo de seus escritos – e, portanto, não se pode considerar o americanismo uma nova civilização; afinal, “[...] nada mudou no caráter e nas relações dos grupos fundamentais: trata-se de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização europeia, que apenas assumiu uma nova epiderme no clima americano”.⁵⁴ Gramsci destaca que o americanismo suscita na Europa as mais extremas

Segunda Guerra Mundial, cf. Edward Carr, *The Soviet Impact on the Western World* (New York: The Macmillan Company, 1947). Um exemplo desse interesse na origem dos métodos de planejamento e de crescimento acelerado na URSS (mas no contexto da *Aliança para o Progresso*) é a tradução para o inglês de textos de intelectuais e de instituições soviéticas acerca deste assunto – como Grossman, Leontiev, Preobrajensky, e da própria Gosplan (órgão central de planejamento). Uma dessas publicações foi organizada por Nicolas Spulber (*Foundations of the Soviet Strategy for Economic Growth: selected soviet essays, 1924-1930*. Bloomington: Indiana University Press, 1964), importante colaborador da *Foreign Affairs*, órgão de publicação do *Council of Foreign Relations (CFR)*, que, segundo R. Dreifuss, é uma dos mais importantes dispositivos das *elites orgânicas transnacionais* para a difusão dos pressupostos ideológicos e programáticos do desenvolvimento capitalista transnacional no pós-Segunda Guerra. Sobre este assunto, cf. René Dreifuss, *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)* (Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986).

53 Gramsci, *Cadernos do cárcere, volume 4... (op. cit.)*, pp. 279-280.

54 *Ibid.*, pp. 281. Frente a estas passagens, não é possível acompanhar L. Werneck Vianna em sua opinião – exposta na obra *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 1997) – de que o americanismo seria uma nova civilização que estaria se formando a partir de uma molecular transformação, uma revolução passiva em chave “positiva”. Afirma este autor:

reações, ocasionando as mais rasgadas exaltações e as mais violentas repulsas; porém, nenhuma das reações captam o essencial do problema. Portanto, aqui fica um importante aspecto do americanismo: que sob este termo se busca apreender as tentativas de emulação das características gerais do capitalismo norte-americano em outras sociedades e nem tanto referir-se as características que diretamente se apresentam na sociedade norte-americana; ou seja, o americanismo se dá como um movimento que atua mais em outros países, como atitude “macaqueadoara” nesses países daquilo que se imagina desenrolar nos Estados Unidos – afinal, pouco sentido faria em falar de americanização da própria sociedade norte-americana – pelo menos à primeira vista.⁵⁵

É extremamente significativo que, à luz dessa passagem, tenhamos em mira que após a Segunda Guerra os Estados Unidos se tornam a sede do fabuloso desenvolvimento econômico capitalista – irradiando diretamente para outros países, seja através de missões econômicas ou por meio de aportes financeiros a “era de ouro” – e também do combate ao comunismo globalmente, o que, a partir da chave interpretativa da revolução passiva, nos parece funções firmemente articuladas.

Interessante notar que, entre as impressões causadas pelo americanismo na Europa, existe a de que a sociedade norte-americana forma um todo isento de conflitos sociais – o que, obviamente, não é verdade –, impressão esta que muitas vezes se configura como “premissa ideológica para leis de exceção”.⁵⁶ É claro que tais leis de exceção têm como alvo primário as correntes contestatórias da ordem capitalista – sendo Gramsci, inclusive, uma de suas vítimas.

Em suas reflexões sobre o americanismo Gramsci também leva em consideração os outros países do continente americano, apontando para a sua composição social (destacando a forte presença indígena, o que também é destacado na interpretação da realidade latino-americana realizada por *José Carlos Mariátegui*). Destaca que na maior parte dos países da América do Sul e Central ainda existiriam situações de *kulturkampf*⁵⁷, devido à forte influência da Igreja

“O americanismo é, para Gramsci, uma nova forma de Estado que nasce da própria sociedade, ‘uma nova cultura’ e um ‘novo modo de vida’, um histórico-universal que se imporia pelo movimento expansivo da estrutura racionalizada de seu sistema produtivo e da sociedade industrial de massas” (*ibid.*, p. 109). Como se percebe, é exatamente o inverso o que Gramsci afirma nessas passagens; algo bem longe de uma “vantagem do moderno”. Mesmo muito lendo e citando Gramsci, parece que Werneck Vianna não compreendeu que a teoria da revolução passiva não é um programa reivindicado por Gramsci – o que se depreende de outras passagens desta mesma obra, em que se decreta o fim da era das revoluções. Se Werneck Vianna não chega a sustentar explicitamente o “fim da história”, pelo menos entende que ela sempre seguirá o mesmo *script*, ou seja, como uma perpétua e enfadonha revolução passiva.

55 Na verdade, nos Estados Unidos foram criados umas espécies de “comitês de americanização” com o objetivo de “americanizar” parte da população imigrante vivendo em território norte-americano

56 Gramsci, *Cadernos do cárcere, volume 4... (op. cit.)*, p. 282. Em outra passagem menciona o “banditismo” nos Estados Unidos e afirma que a sua causa principal é o “policialismo”, sua truculência e corrupção (*Ibid.*, p. 311).

57 Referência ao movimento anticlerical e nacionalista levado adiante no séc. XIX na Alemanha por

Católica nas instituições e na concepção de mundo – sendo, inclusive, a difusão da *Igreja Positivista* uma reação a esta ainda forte presença da cultura religiosa.⁵⁸ Apesar dos debates que ocorriam na Europa sobre o caráter da América do Sul e Central – se “América Ibérica”, “América Hispânica” ou “América Latina” – e as iniciativas de reaproximação política, econômica e cultural, Gramsci destaca a já visível crescente influência dos Estados Unidos nestes países.⁵⁹

Como mencionado, a expansão da influência norte-americana sobre o mundo viria a se tornar ainda mais profunda após a Segunda Guerra, sendo os Estados Unidos a liderança incontestada do mundo capitalista a partir de então, seja na promoção do crescimento econômico nos países mais convenientes em cada ocasião, seja no implacável combate ao comunismo. Portanto, se podemos observar uma tendência à generalização do americanismo nesse período, as causas encontram-se exatamente na base do conceito de revolução passiva, ou seja, de dar resposta ao avanço das lutas de classes no nível internacional através de uma “fuga pra frente”⁶⁰. Portanto, se o americanismo busca centrar a vida nacional na produção, inclusive difundindo uma série de dispositivos estatais fomentadores do crescimento econômico capitalista, este crescimento é também um instrumento de contenção de possíveis agitações sociais oriundas da deterioração das condições de vida de vastas parcelas da população mundial. Portanto, se as “super-estruturas são mais dominadas pelas estruturas”⁶¹ por conta dos imperativos do crescimento econômico acelerado, como quer Werneck Vianna (não ficando muito claro o que esse autor entende sob essa fórmula), o conteúdo *político* deste crescimento nos parece demasiado evidente para ser negligenciado. O conceito de revolução

Bismarck.

- 58 No “Caderno 12” Gramsci menciona o nome de Vargas e também faz esta consideração acerca do *kulturkampf* e do positivismo, além de mencionar a forte presença dos militares na vida política brasileira.
- 59 Gramsci, de forma brevíssima, aponta em outra passagem para o problema de formas de trabalho compulsórias ou semi-compulsórias encontradas por imigrantes italianos na América Central e do Sul, através de mecanismo de endividamento e de usura (o esquema do “barracão”, por exemplo), mantendo em condição de dependência esses trabalhadores. *Ibid.*, p. 299.
- 60 Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (5. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Globo, 2010).
- 61 Em uma passagem do “Caderno 12” Gramsci assim se refere aos intelectuais norte-americanos: “Nos Estados Unidos, deve-se notar a ausência, em certa medida, dos intelectuais tradicionais e, portanto, o diverso equilíbrio dos intelectuais em geral. Ocorreu uma formação maciça de todas as superestruturas modernas com base na indústria. A necessidade de um equilíbrio não é dada pelo fato de que seja necessário fundir, num único cadinho nacional de cultura unitária, diversos tipos de cultura trazidos pelos imigrantes de origens nacionais variadas. A ausência de uma vasta sedimentação de intelectuais tradicionais, como ocorreu nos países de civilização antiga, explica parcialmente seja a existência de apenas dois grandes partidos políticos, que poderiam na realidade ser facilmente reduzidos a um só [...]”. Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere, Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo* (6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011), p. 29. Portanto, parece que são fenômenos dessa natureza que Gramsci procura apontar quando fala de superestruturas melhor dominadas pelas estruturas. Lembrando que em certas passagens Gramsci refere-se aos intelectuais como “funcionários das superestruturas”.

passiva elaborado por Gramsci, portanto, nos permite enxergar os enraizamentos políticos e sociais do próprio processo de crescimento econômico capitalista e, associado ao tema do americanismo, proporciona um sólido ponto de partida para se entender o papel dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, em que o seu papel no estímulo a expansão do crescimento econômico capitalista através de suas agências esteve intimamente ligado ao intento político de conter o avanço do comunismo e a revolução social nas mais diversas longitudes e latitudes do planeta (importante característica do *imperialismo* norte-americano de então).⁶²

62 Em um dos casos de “cooperação econômica” entre Brasil e Estados Unidos (que foi objeto de pesquisa que levamos adiante a partir da problemática do americanismo e da revolução passiva), a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o membro do Departamento de Estado Merwin Bohan (em uma correspondência interna do Departamento de Estado) deixa bem claro que o coração do programa da Comissão Mista era *político* (contenção de possíveis instabilidades sociais que pudessem redundar em processos revolucionários), não econômico. United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1952-54. The American Republics. Volume IV* (Washington: United States Government Printing Office, 1983), p. 617.

§3. Algumas considerações

Após esse percurso pelos *Cadernos* em busca do sentido conferido por Gramsci ao conceito de revolução passiva, cremos que, apesar da dispersão das elaborações feitas por Gramsci sobre o tema nos seus diversos escritos, são possíveis algumas considerações sobre qual conjunto de problemas Gramsci pretendia abarcar a partir desse conceito.

I. Classes, Estado e formação da sociedade capitalista

Como se depreende das primeiras passagens em que Gramsci aborda o problema da revolução passiva, mesmo sem usar o termo na primeira redação (“Caderno 1”, §§ 44, 150 e 151), os processos históricos de revoluções passivas corresponderiam àqueles em que a formação do Estado e da sociedade burguesa não foram obra direta das próprias classes burguesas, mas de segmentos intelectuais (dirigentes e/ou governativos), em geral, colhidos de frações de classes dominantes decadentes (como os antigos proprietários de terras). Apesar da expansão do domínio econômico da burguesia, as funções intelectuais e de Estado são levadas adiante por outros segmentos sociais dominantes não necessariamente de extração diretamente burguesa: o que interessa à burguesia é que, mais que as suas pessoas, sejam dominantes os seus interesses. E, nesse sentido, quando em condições históricas mais favoráveis para tanto, procuram operar esse processo de transformação burguesa articulado ao problema de manter as classes subalternas fora do protagonismo desse processo – portanto, preferindo a aliança com elementos oriundos das antigas classes dominantes. O conceito de revolução passiva, sendo assim, é a expressão no pensamento gramsciano que, de fato, a história é a história das lutas de classes; da dominação social e da luta contra ela.

Importante destacar que a importância dos segmentos intelectuais em processos de revoluções passivas vai além do seu papel imediatamente nesse processo de transformação; o impacto das revoluções passivas também se fazem sentir na conformação de concepções intelectuais (como o idealismo filosófico, o revisionismo e o reformismo) que enxergam estes mesmos intelectuais como “senhores da síntese”, como os verdadeiros demiurgos do processo de transformação. Portanto, a extração de elementos das antigas classes dominantes (ou “decapitados” dos movimentos subalternos) para exercer objetivamente funções de dominação política e intelectual em um processo de transformação que, de toda forma, servem aos interesses dos segmentos burguesas economicamente dominante, também leva ao desenvolvimento e difusão de concepções filosóficas idealistas e revisionistas (ou “contemplativas”, como se refere Gramsci) em meio ao mundo intelectual – processo

importante para entender a articulação possível entre intelectuais orgânicos e tradicionais.

II. Periodização histórica e relações internacionais

A perspectiva das lutas de classes também se expressa na sua *periodização* da história contemporânea e do processo de formação das sociedades capitalistas; nesse sentido, importa para Gramsci a dimensão *internacional* do processo de expansão do mundo capitalista e a sua articulação com conflitos sociais que ocorrem nas diversas sociedades. O desencadeamento de uma ruptura radical e violenta com as antigas classes proprietárias no processo de formação da sociedade burguesa e de expansão das relações capitalistas – como o ocorreu na *Revolução Francesa* –, se por um lado, coloca para as antigas classes dominantes o problema de evitar um processo revolucionário que mobilizasse politicamente os subalternos, por outro, coloca o problema de como operar o processo de formação da moderna sociedade burguesa (processo esse que se mostra crescentemente difícil de refrear) sem provocar rupturas violentas como no caso francês. É nesse sentido que o conceito de revolução passiva ao mesmo tempo que é um critério de interpretação histórica e de periodização, também é um critério de avaliação das relações entre os diversos Estados e classes dominantes no mundo contemporâneo.

O período que se abre com a *Revolução Francesa* até a queda de Napoleão (1789-1815) é exatamente o período *ativo* do início da história contemporânea, em que a internacionalização do conflito e os seus efeitos sobre os diversos países de então encontra os seus enraizamentos mais profundos. Mesmo com a derrota de Napoleão e do fim do processo revolucionário francês em sua fase mais explosiva, as forças históricas então desatadas não puderam mais ser negligenciadas; o desencadeamento esporádico e descoordenado das lutas das classes subalternas – expressando-se de forma ainda mais aguda após o apelo nacional realizado quando do combate às tropas francesas –, para não redundar em uma explosão de “tipo francês”, deveriam encontrar alguma forma de desenvolvimento e em algum tipo de Estado que possa emoldurar tal processo. Gramsci, portanto, caracteriza o período da *Restauração* (1815-1870) como a era das revoluções passivas, período em que os processos de transformação burguesa progressivamente se associaram com as antigas classes dominantes em decadência em um momento em que o *proletariado* cada vez mais se apresentava como um ator não negligenciável nas lutas de classes. É nesse sentido que Gramsci critica a forma que Croce trabalha sua história ético-política para o caso da Europa do século XIX: ao iniciar a obra em 1815 Croce “amputa” o segmento *ativo* do processo histórico de expansão das relações capitalistas pela Europa.

III. O século XX e a revolução passiva

Ao associar o conceito de revolução passiva com as pressões exercidas por revoluções de fato *ativas*, Gramsci, desde as primeiras vezes que a aborda o problema, levanta a possibilidade de existir outros processos históricos passíveis de serem interpretados a partir do conceito de revolução passiva que foram animados por outros casos de revoluções ativas para além do caso da Revolução Francesa. Assim sendo, o outro processo revolucionário que abre um novo ciclo de revoluções passivas no século XX é exatamente a *Revolução Russa de 1917*. O impacto da Revolução Russa sobre a história do século XX em nível internacional, assim como a Revolução Francesa sobre a história do século XIX, também expressar-se-ia no nível do *Estado*; no século XX uma série de Estados capitalistas, frente aos constrangimentos criados pelas inevitáveis e cada vez mais explosivas crises capitalistas e também ao patamar atingido de centralização e concentração de capitais nesse período (ampliando cada vez mais a *socialização do processo produtivo*, a despeito da manutenção de sua apropriação privada), tiveram que operar transformações em sua estrutura estatal em favor de suas *funções econômicas*, ficando em um certo “meio termo” (ou “economia média”, como às vezes Gramsci se refere) entre o liberalismo econômico do período anterior e a *economia programática*, cuja expressão maior seria o planejamento econômico levado adiante com o intento de construir o socialismo na URSS.

Como se depreende do texto dos *Cadernos*, Gramsci entende que processos que intensifiquem a socialização da produção de maneira racionalizada e planejada são do interesse da classe trabalhadora e que apenas com a sua direção intelectual e política é possível levar adiante o processo racional e planejado de socialização da produção – já que sem os constrangimentos de ter que manter as relações sociais capitalistas que implicam na apropriação privada pelas classes dominantes – e desse processo tirar o máximo de consequências possíveis. Portanto, fenômenos como o *fascismo* e o *americanismo* (mas não apenas, já que a ideia é buscar processos que tenham larga abrangência histórica naquele período) são os mais detidamente tratados por Gramsci sob o conceito de revolução passiva no século XX pois levam adiante processos que, em geral, incidem na socialização e racionalização da produção sob o domínio ainda das classes dominantes capitalistas e seus aliados – mantendo, portanto, a apropriação privada da riqueza social produzida. Tendo em vista a radicalidade do processo revolucionário na Rússia e a onda de levantes populares e proletários que suscitou em diversos países, uma série de questões que vinham sendo represadas há algum tempo (“parlamentarismo, organização industrial, democracia, liberalismo, etc.”, são alguns exemplos apresentados por Gramsci) tiveram que ter algum

encaminhamento de maneira que evitasse o protagonismo e a mobilização dos subalternos em processos mais radicais. É nesse sentido que esses processos no século XX são entendidos por Gramsci como *revoluções passivas*, pois encaminharam tais processos de transformações por uma série de reformas e sob a direção das antigas classes dominantes.

Creemos que neste ponto cabe uma breve comparação com o pensamento de Nicos Poulantzas. Apesar de não usar explicitamente o termo *revolução passiva*, entendemos que esse Autor busca desenvolver os problemas levantados por Gramsci acerca das crescentes *funções econômicas* que vinham sendo assumidas pelo Estado capitalista no século XX, o que é algo bem plausível, dada a conhecida influência do marxista sardo sobre o desenvolvimento do conceito de Estado trabalhado por Poulantzas – cuja síntese mais significativa dado pelo intelectual grego está na fórmula do Estado como uma condensação material de uma correlação de forças entre as classes sociais e suas frações, condensações essas que se inscrevem na própria ossatura material do Estado.⁶³ Em sua última obra, na parte em que aborda o problema das *funções econômicas do Estado* e de seus *aparelhos econômicos*, cremos que ecoam muitos dos problemas levantados por Gramsci, especialmente quando trata do corporativismo e do americanismo – sobre os quais fazemos apenas as seguintes considerações.

O problema para Poulantzas nesse ponto de sua obra derradeira é entender o processo de intensificação e ampliação das funções econômicas do Estado, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial. Se, por um lado, o Estado sempre esteve presente no mundo econômico desde seus primórdios de sua fase concorrencial – sendo um equívoco, portanto, falar em “intervenção na economia” pelo Estado, entendendo ambos como coisas exteriores entre si⁶⁴ –, por outro são patentes as mudanças qualitativas de suas funções econômicas no período marcado pelo grande capital monopolista e pelo imperialismo. Para Poulantzas, se em um primeiro momento as funções econômicas existiam, porém subordinadas às funções de dominação, no período do capitalismo monopolista as funções econômicas subordinariam as próprias funções de dominação – o que implicaria em contradições cada vez maiores para o exercício da hegemonia sobre as classes subalternas, já que, por exercer um papel central no próprio núcleo duro da acumulação capitalista no período dos grandes monopólios, existiria um limite negativo na própria ação econômica do Estado: não descuidar da manutenção das taxas de rentabilidade deste capital monopolista. Por mais que os avanços ocorridos no

63 Nicos Poulantzas, *O Estado, o poder, o socialismo* (Rio de Janeiro: Graal, 1980).

64 “Esta designação [*intervenção do Estado na economia*] deixa supor que, pelo menos para um certo período do capitalismo, as relações entre o Estado e a economia foram relações de exterioridade, enquanto que a separação capitalista do Estado e da economia não foi mais que a forma específica da presença, sob o capitalismo, do Estado nas relações de produção”. *Ibid.*, p. 191.

sentido do que Poulantzas chama de uma *reprodução ampliada da força de trabalho* só terem ocorridos por força das lutas populares, o capital subordinaria tais funções a favor de seu processo de acumulação; ou seja, tal reprodução ampliada da força de trabalho operada pelo Estado, representando um *salário indireto*, contribuiria para reduzir os gastos das grandes empresas com salários. Este seria um dos exemplos dos limites das funções econômicas do Estado: os próprios “gastos” sociais do Estado deveriam resultar, de alguma forma, em vantagens para o capital monopolista. Aí residiria, portanto, um dos principais elementos críticos do Estado capitalista formado no pós-Segunda Guerra.

Em nosso entendimento, Poulantzas desenvolve problemas que Gramsci já tinha apontado em seus *Cadernos* quando tratava das mudanças que vinham ocorrendo no caráter das funções econômicas do Estado em sua época – e isso mesmo em um momento em que tal processo de mudança estava em seus estágios iniciais. Vejamos o exemplo deste tema da reprodução ampliada da força de trabalho, comparando os dois autores:

[Gramsci:]

[...] não se trata apenas de conservar o aparelho produtivo tal como este existe num determinado momento; trata-se de reorganizá-lo a fim de desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas. Precisamente nestes desenvolvimentos necessários é que reside o maior risco da iniciativa privada e deveria ser maior a intervenção do Estado, que também não está livre de riscos, muito ao contrário.⁶⁵

[Poulantzas:]

[...] toda uma série de medidas econômicas do Estado, muito particularmente as que se referem à reprodução ampliada da força de trabalho, *the foram impostas pela luta das classes dominadas* em torno do que se pode designar sob a noção, social e historicamente determinada, de “necessidades” populares: da segurança social à política relativa ao desemprego e ao conjunto de domínios assinalados do consumo coletivo.⁶⁶

A outra forma das funções econômicas do Estado contribuiriam para a acumulação do capital monopolista é através do barateamento do capital constante, através de subsídios, seja na disponibilidade meios mais favoráveis de financiamento, seja através de concessão de serviços e bens de produção básicos produzidos por empresas estatais a preços subsidiados. Gramsci também observou esta tendência em sua época, quando menciona que, através dos títulos da dívida pública, o Estado se tornava uma espécie de *holding*-estatal, intermediando o financiamento, de forma facilitada, para a acumulação de capital.⁶⁷ Além disso, observava que, uma vez assumidas tais funções, o Estado capitalista não poderia negligenciar o processo produtivo, pois necessitava garantir a remuneração destes títulos e, conseqüentemente, a

65 Gramsci, *Cadernos do cárcere, volume 4... (op. cit)*, p. 277.

66 Poulantzas (*op. cit.*), p. 213.

67 Gramsci, *Cadernos do cárcere, volume 4... (op. cit.)*, pp. 276-277.

rentabilidade mínima das empresas capitalistas.⁶⁸ Mesmo com essa preocupação em manter uma certa rentabilidade das empresas para poder garantir a remuneração dos títulos da dívida, Poulantzas lembra que as crises fiscais são recorrentes pois não é possível prever com plena segurança as receitas fiscais obtidas anualmente – além do fato, não explicitado por Poulantzas, de que em muitas economias, principalmente as dependentes, o sistema tributário é altamente regressivo. Como destaca Gramsci na passagem acima, a maior “intervenção” do Estado na economia “não está livre de riscos”.

Apesar de ser notório para Gramsci e mais ainda para Poulantzas (quase meio século depois) a emergência das funções econômicas do Estado no sentido de promover o rápido crescimento econômico e o planejamento, este processo, sendo ainda a produção realizada enquanto produção capitalista, voltada para o lucro, existe um limite para esta ação, como mencionamos. Se por um lado, tem que agir para combater os efeitos da crise, não pode tocar em suas causas últimas. Se o Estado não pode avançar nas suas funções econômicas sobre o próprio processo de valorização do capital, também não pode recuar das funções já assumidas – mantendo-se oscilante entre “[...] omitir-se e/ou participar (na economia) no mais das vezes. Em lugar de um Estado onipotente, trata-se de um Estado encostado na parede e diante de um fosso”.⁶⁹ O planejamento estatal capitalista, incorporado pelo mundo capitalista após a Grande Depressão e a Segunda Guerra, apesar de ter se apresentado como um expediente necessário,

[...] se limita, na maioria dos casos, a indicar em suas grandes linhas as condições de compatibilidade entre as suas bases materiais da produção (demografia, utilização de recursos naturais e técnicas, etc.) e a acumulação do capital enquanto acumulação de riquezas avaliadas financeiramente. Ela encobre assim, pelo menos, a função de uma imensa pesquisa de mercado: os diversos especialistas em planificação, depois das ilusões dos anos 50 (repercutidas no seio da esquerda), começam eles mesmos a se dar conta disso e a se desencantar⁷⁰.

Muito provavelmente, esta parcela da esquerda que menciona Poulantzas são os intelectuais que “transformizaram-se” no processo de revolução passiva que tem lugar após a Segunda Guerra Mundial, acreditando que através de ondas sucessivas de reformas – como o próprio planejamento econômico – se pudesse chegar a algum tipo de socialismo; portanto, sucumbiram ao poder de atração do centro dirigente desta nova etapa de acumulação

68 *Loc cit.*. “[...] uma vez assumida esta função, por causa de necessidades econômicas imprescindíveis, pode o Estado se desinteressar da organização da produção e da troca? Deixá-la, tal como antes, à iniciativa da concorrência e à iniciativa privada? Se isso ocorresse, a desconfiança que hoje atinge a indústria e o comércio privados envolveria também o Estado; o surgimento de uma situação que obrigasse o Estado a desvalorizar seus títulos (através da inflação ou por outro meio), tal como se desvalorizaram as ações privadas, seria uma catástrofe para o conjunto da organização econômico-social. O Estado é assim necessariamente levado a intervir para controlar se os investimentos realizados por seu intermédio estão sendo bem administrados [...]”.

69 Poulantzas (*op. cit.*), p. 221.

70 *Ibid.*, p. 222.

capitalista em que o Estado e suas funções são imprescindíveis – *i. e.*, os intelectuais do capital monopolista transnacional.⁷¹

IV. Revolução passiva e revolução ativa (teoria da história e teoria da revolução)

A partir da leitura dos *Cadernos*, poderíamos, sob certo ângulo, interpretar o conceito de revolução passiva como um conceito em certa medida também “passivo”, no sentido de que nos parece claro que em sua construção Gramsci o associa às revoluções *ativas*, sendo este o momento determinante para a abertura de um ciclo histórico de revoluções passivas. Portanto, o conceito de revolução passiva é um desdobramento da teoria da história da filosofia da práxis, cuja concepção centra-se na perspectiva de que a história é a história das lutas de classes; assim sendo, pode-se extrair o desdobramento de que, sendo história das lutas de classes, a história também é a *história das revoluções*. As revoluções passivas seriam, desta forma, desdobramentos de processos de transformações que, dada a correlação de forças e a configuração objetiva das classes sociais, são encaminhados tendo como um dos principais objetivos combater e conter possíveis processos revolucionários de fato ativos – estes sim superando os momentos ético-político e militar. Assim, o conceito de revolução passiva pode ser tomado como um *critério de interpretação histórica*.

A teoria da revolução passiva em Gramsci – e indo um pouco além do próprio texto dos *Cadernos*, apesar de a partir de uma interpretação que entendemos afim com o conjunto do pensamento gramsciano – é um momento de uma teoria mais abrangente que, por razões de censura, Gramsci não poderia desenvolver de forma mais explícita, mas cujos elementos são possíveis extrair de seu pensamento: a *teoria da revolução*. Conceitos como *intelectual*, *hegemonia* (que Gramsci afirma que foi desenvolvido e posto em prática por *Ilitch, i. e., Lenin*), *guerra de posição/movimento*, *Estado integral* (ou *Estado ampliado*), entre outros, são desenvolvidos no cárcere, mas com o objetivo de municiar intelectualmente a emancipação revolucionária da classe trabalhadora; o conceito de revolução passiva, portanto, se pode ser entendido, além de como um critério de interpretação histórica, também como um *programa*, este é, certamente, um programa que não é de interesse histórico da classe trabalhadora e do conjunto dos subalternos (a consciência, portanto, do *programa da revolução passiva*, serve como “exemplo negativo”, como algo a não se seguir pelos subalternos em suas lutas). Se existem algumas reformas que enfrentam alguns problemas

71 Dreifuss destaca como a ação das elites orgânicas transnacionais agiram na Europa após a Segunda Guerra, formando um eixo que ligava diversas entidades da Europa com outras congêneres nos Estados Unidos, como o *Committee for Economic Development (CED)*. A principal diretriz do programa econômico dessas elites orgânicas é promover o crescimento capitalista acelerado através do planejamento econômico do Estado e conter o avanço do comunismo pela Europa. Cf. Dreifuss (*op. cit.*),

críticos das sociedades modernas, estas se fazem exatamente no sentido de impedir a direção da classe trabalhadora em um processo de fato revolucionário e, dessa forma, promover a manutenção e a expansão das relações capitalistas e a dominação burguesa. A revolução passiva é, portanto, um *programa contrarrevolucionário* em uma era de acirramento das lutas de classes e de demonstrações mais ou menos esporádicas e coordenadas de insubordinação dos subalternos – e isso em uma era em que a revolução social é uma realidade em nível internacional.

De acordo com nosso entendimento, portanto, uma melhor aclaração do conceito de revolução passiva para casos posteriores aos abordados por Gramsci seria possível a partir de um balanço da própria *teoria e história das revoluções no século XX*, no sentido de, entre outras coisas, realizar um inventário das revoluções ocorridas após a redação dos *Cadernos*, portanto, após a Segunda Guerra Mundial e sob o contexto da *Guerra Fria*. Desta forma, teríamos melhores condições de avaliar os processos de transformação ocorridos após a Segunda Guerra e sua avaliação enquanto revoluções passivas e, portanto, a relação entre lutas de classes e revoluções nesses processos.

Feitas as considerações acima, gostaríamos de levantar alguns problemas para o debate que, dado os objetivos mais centrados no estudo do conceito nos escritos carcerários de Gramsci, não poderemos aprofundar aqui: *tendo em vista a relação entre revoluções ativas e revoluções passivas apresentada nestes escritos, seria possível interpretar as dinâmicas históricas mais recentes, em especial as da década de 1990 em diante, como revoluções passivas, dada a perda do prestígio das concepções de esquerda radical e da ideia de revolução? Não seria necessária uma nova onda revolucionária – superando o nível ético-político e militar – internacionalmente no século XXI para falarmos de novas revoluções passivas? Não seria necessário para barrar o avanço (a “guerra de movimento econômica”) do capitalismo imperialista sobre o globo e a sua reprodução destrutiva e expropriante sob a etiqueta “neoliberal” (e suas vertentes “social-liberal”, “neodesenvolvimentista”, entre outras) a abertura de um novo ciclo de revoluções ativas?*

Sejam quais forem as respostas para os problemas levantados acima, podemos, por ora, afirmar a nossa convicção de que a grande contribuição que o comunista revolucionário sardo proporcionou ao entendimento da sociedade contemporânea, a despeito de terem sido elaboradas sob cárcere, será fundamental para a construção da mais acurada tática e estratégia afim com um programa que, em conjunto, leve à emancipação ativamente revolucionária do povo trabalhador na história que se avizinha.

§4. *Addendum* sobre o Americanismo

Antes de concluir este capítulo, cremos que a inclusão desse *addendum* sobre o conceito de *americanismo* possa ajudar a transição para o capítulo posterior. Afinal, de acordo com a datação proposta por Francioni, como mencionamos acima, os escritos de Gramsci sobre os Estados Unidos se intensificam entre 1932 (no caso do “Caderno 8”) e 1933-1934 (no caso do “Caderno 22”) – exatamente no período inicial de nosso corte cronológico. Portanto, mais do que uma solução de continuidade ou de uma “aplicação” dos conceitos de Gramsci, pretendemos dar continuidade ao desenvolvimento das problemáticas levantadas por Gramsci a partir do período em que ele parou, enfatizando como caso de revolução passiva o *americanismo*, seus desdobramentos durante a Segunda Guerra e sua influência sobre outros países (no caso específico de nosso estudo, o caso do Brasil). Como veremos, nesses escritos Gramsci aborda problemas que diretamente estão relacionados com a nossa pesquisa no que diz respeito às disputas em torno da política econômica exterior no período da Grande Depressão dos anos 1930 – como as desvalorizações cambiais, os *clearings*, os acordos comerciais bilaterais, entre outros temas.

No interior do campo marxista, o tema do *americanismo* é muito mais conhecido através dos desenvolvimentos intelectuais realizados por Antonio Gramsci no cárcere sobre esse assunto. Porém, um dos pontos que desejamos destacar aqui é a influência de Marx na construção dos problemas que Gramsci busca apreender sob a rubrica “um tanto convencional” de *americanismo* e, adiciona ele, *fordismo* – e isso em um período contemporâneo à chegada de Roosevelt à presidência e à aplicação das primeiras medidas do *New Deal*. Apesar de Marx não usar diretamente o termo “americanismo”, é conhecido o seu interesse sobre os desenvolvimentos históricos que correm nos Estados Unidos; além disso, entendemos que alguns dos problemas abordados por Marx quando tratando de questões relacionadas aos Estados Unidos influenciaram fortemente o pensamento de Gramsci sobre este tema. Portanto, antes de prosseguirmos no tema do americanismo, retornaremos um pouco na história do desenvolvimento desse problema no interior do materialismo histórico, voltando às reflexões de um de seus fundadores, *i. e.*, Karl Marx, sobre o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos.

Uma das passagens que julgamos importante destacar de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos se encontra no início dos *Grundrisse*, quando aborda criticamente as obras dos seus contemporâneos Bastiat, francês, e Carey, “único economista

original dentre os norte-americanos”. Nessas passagens, Marx atenta para as especificidades do desenvolvimento do capitalismo na França e nos Estados Unidos e a influência dessas características sobre as concepções teóricas de ambos os autores. Nesse contexto, Marx afirma que Carey é oriundo de um país

[...] em que a sociedade burguesa não se desenvolveu sobre a base do feudalismo, mas começou a partir de si mesma; em que a sociedade burguesa não aparece como o resultado remanescente de um movimento secular, mas como o ponto de partida de um novo movimento; em que o Estado, em contraste com todas as formações nacionais anteriores, desde o início esteve subordinado à sociedade burguesa e à sua produção e jamais pôde ter a pretensão de ser um fim em si mesmo; enfim, em um país em que a própria sociedade burguesa, combinando as forças produtivas de um velho mundo com o imenso terreno natural de um novo, desenvolveu-se em dimensões e liberdade de movimento até então desconhecidas e suplantou em muito todo trabalho anterior no domínio das forças naturais; e onde, enfim, os antagonismos da própria sociedade burguesa aparecem unicamente como antagonismos evanescentes.⁷²

Apesar de Marx aqui estar centralmente preocupado na crítica à Carey – que, diga-se de passagem, era contrário à ingerência do Estado na economia, apesar de ser à favor do protecionismo para as indústrias e de ver como algo positivo o acelerado processo de centralização de capitais que se passava nos Estados Unidos de então –, queremos dar destaque às características principais do desenvolvimento capitalista norte-americano, em especial, o fato deste se desenvolver em “liberdade de movimento”, pois não surgiu a partir da dissolução da sociedade feudal e nem o seu Estado remonta a períodos anteriores ao desenvolvimento capitalista, mas esteve desde o início subordinado à sociedade burguesa. Tendo à sua frente uma sociedade capitalista em desenvolvimento sem os óbices existentes no Velho Mundo, segundo Marx, “Carey confronta os economistas ingleses com a maior potência da sociedade burguesa na América do Norte”.⁷³

Ainda nos *Grundrisse*, no trecho que ficou conhecido como “Prefácio de 1859” (apesar de ser, de fato, de 1857), Marx volta a comparar o desenvolvimento capitalista norte-americano com o da Inglaterra, afirmando que “[u]m povo está em seu auge industrial na medida em que, para ele, o essencial não é somente o ganho, mas o ganhar. Nesse caso, os ianques [são] superiores aos ingleses”.⁷⁴ Como se percebe, Marx dá grande importância à especificidade do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos no que tange à inexistência de segmentos sociais oriundos de classes dominantes em dissolução (e com eles, suas concepções de mundo peculiares), como na Europa; nos Estados Unidos, a pulsão para *ganhar*, seria, portanto, mais

72 Karl Marx, *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços de crítica da economia política (São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011), p. 28.

73 *Ibid.*, p. 29.

74 *Ibid.*, p. 42.

essencial.⁷⁵

É importante recordar que os *Grundrisse* foram redigidos entre 1857 e 1858, portanto, antes da eclosão da Guerra Civil, em 1861 e da abolição da escravidão nos Estados Unidos. Assim, pode parecer contraditório Marx enxergar potenciais tão grandes de desenvolvimento capitalista em uma nação em que parte considerável dos estados ainda mantinham os escravos como principal força de trabalho, estados estes cujos elementos das classes proprietárias tinham, inclusive, uma situação política favorável no âmbito do governo federal. Além disso, os Estados Unidos, junto com Brasil e Cuba, foram importantes bastiões do escravismo em um contexto em que a Inglaterra cerrava o cerco contra o tráfico transatlântico de escravos. Porém, Marx entendia a produção escravista do sul dos Estados Unidos durante o séc. XIX como sendo uma atividade capitalista. Além disso, Marx, ainda nos *Grundrisse*, faz a seguinte afirmação:

A escravidão de negros – uma escravidão puramente industrial –, que, em todo caso, desaparece com o desenvolvimento da sociedade burguesa e é com ela incompatível, pressupõe o *trabalho assalariado*, e se outros Estados livres, com trabalho assalariado, não existissem ao lado de tal escravidão, mas a isolassem, imediatamente todas as condições sociais nos Estados escravistas se converteriam em condições pré-civilizadas.⁷⁶

Dado que se trata de um texto de 1857, Marx não estava formalizando uma situação já consumada, mas observando tendências já visíveis nesse momento. Portanto, para Marx, o fato dos Estados Unidos não ser obstado por sedimentações oriundas das classes dominantes pretéritas era um dado tão favorável ao seu desenvolvimento capitalista que sobrepujaria o próprio escravismo a longo prazo – mesmo que se tratasse de uma “escravidão industrial”, *i. e.*, o capital investido nos empreendimentos escravistas de meados do séc. XIX no sul dos Estados Unidos era de fato *capital industrial*, no sentido atribuído por Marx.

Como se percebe, Marx sempre manteve interesse sobre o desenvolvimento do capitalismo nos Estado Unidos; inclusive, é sabida a sua contribuição para jornais norte-americanos assim como os artigos que escreveu sobre os desdobramentos da Guerra Civil. Além disso, através das cartas trocadas entre Marx e Engels durante o conflito, é possível perceber que Marx nutria expectativas de que, com o envolvimento dos escravos na guerra e, conseqüentemente, com a abolição da escravidão, as forças sociais mobilizadas poderiam dar um caráter popular ao conflito. Na verdade, Marx nessas cartas criticava duramente as hesitações de Lincoln em

75 Destacamos ainda outra passagem dos *Grundrisse*, que Marx aborda, muito sucintamente, o sistema bancário dos Estados Unidos de então, afirmando que, “em virtude da indispensável licença estatal, é livre apenas nominalmente, onde existe não a livre concorrência entre os bancos, mas um sistema federativo de bancos monopolistas” (*Ibid.*, p. 84).

76 *Ibid.*, p. 168.

envolver os negros no conflito, definindo o fim da escravidão. Engels, por outro lado, era mais cético quanto aos potenciais populares da Guerra Civil.⁷⁷

Posteriormente à Guerra Civil, já em *O capital* (“Capítulo XXV – A Teoria Moderna da Colonização”), à semelhança das passagens supramencionadas dos *Grundrisse*, Marx, ao tratar do problema das especificidades do desenvolvimento capitalista norte-americano, novamente o faz a partir de considerações críticas de economistas contemporâneos que tratam do tema; no caso, um certo Wakefield. Sendo esse economista de origem inglesa, Marx aponta para o fato de que ao tratar de problemas atinentes a desenvolvimentos *fora* da Europa, alguns elementos basilares da concepção burguesa aparecem de forma explícita em suas categorias de análise, ou seja, menos velados por permanências ideológicas do mundo feudal. E, nesse caso, o problema era o de como formar um contingente de mão de obra disponível para o emprego assalariado pelo capital em um contexto de “fronteira aberta”, portanto, com possibilidades supostamente maiores de acesso à terra – seja gratuitamente, seja por preços irrisórios. Lembrado que Marx acabara de abordar no capítulo anterior o problema da “assim chamada” acumulação primitiva de capital e, portanto, também o tema da expropriação de populações para disponibilizá-las para a exploração capitalista.

O grande problema em regiões como a dos Estados Unidos era como ter disponível uma quantidade abundante de força de trabalho em um contexto em que, apesar do processo de imigração, a grande quantidade de terras reduzia a disponibilidade de trabalhadores, especialmente de trabalhadores dispostos a vender a sua força de trabalho a baixos preços. A tendência era que, existindo tal disponibilidade de terras, os imigrantes logo se tornassem pequenos proprietários e que produzissem a partir de seus próprios meios de produção. Portanto, esta tendência representaria um obstáculo a própria constituição da relação de produção capitalista, *i. e.*, a dependência do produtor direto (o trabalhador assalariado) ao capitalista (o proprietário dos meios de produção enquanto capital). Não à toa, uma das medidas sugeridas por figuras como Wakefield para tratar desta tendência à dispersão da força de trabalho foi o estabelecimento de barreiras ao acesso à terra através da sua venda a preços suficientemente altos para impedir a compra pelo imigrante antes de ter trabalhado por algum tempo para outro proprietário. O fundo formado pela venda dessas terras deveria ser empregado no financiamento de novas imigrações pra compensar aqueles que abandonavam o

77 Sobre este tema, cf.: Alvaro Bianchi, “Marx, Engels e a guerra civil nos Estados Unidos”. In: *Revista Outubro* (n. 22, novembro de 2014). O Autor destaca que, para se ter uma real dimensão dos juízos de Marx sobre Lincoln, é importante não tomar como referência apenas o conhecido comunicado redigido por Marx no âmbito da Associação Internacional dos Trabalhadores, que era um documento público e de intervenção política. Bianchi aponta que, através das cartas entre Marx e Engels, é possível observar as profundas reservas que Marx tinha com relação a Lincoln.

mercado de trabalho por ter adquirido o seu próprio pedaço de terra. Marx, porém, aponta que tais medidas não tiveram êxito, nem nos Estados Unidos, nem mesmo na Austrália.

Apesar dessas considerações, é claro que Marx observa o espetacular desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos. Qual teria sido, então, a via pela qual criou-se a massa de trabalhadores constantemente disponíveis para a exploração capitalista?

Por um lado, o imenso e contínuo afluxo de gente, impellido ano a ano para a América, deixa sedimentos estagnados no leste dos Estados Unidos, pelo fato de a onda de emigração da Europa lançar aí no mercado de trabalho mais pessoas do que a onda de emigração para o oeste pôde absorver. Por outro lado, a guerra civil americana teve por consequência uma imensa dívida nacional, e com ela, pressão tributária, criação da mais ordinária aristocracia financeira, entrega de presente de imensa parte das terras públicas a sociedades de especulação para a exploração de estradas de ferro, minas etc. – em suma, a mais rápida centralização do capital. A grande República deixou pois de ser a terra prometida para trabalhadores emigrantes. A produção capitalista avança lá a passos de gigantes, embora o rebaixamento dos salários e a dependência do trabalhador assalariado ainda não tenha caído, nem de longe, ao nível normal europeu.⁷⁸

Portanto, para Marx, não é possível o desenvolvimento capitalista sem expropriação do trabalhador de seus meios de produção, tanto no Velho como no Novo Mundo. Mesmo a imensa disponibilidade de terras frente ao constante afluxo de imigrantes não representam um limite absoluto à formação de um mercado de trabalho com as suas características propriamente capitalistas – ou seja, uma superpopulação relativa –, mesmo que os níveis salariais ainda sejam superiores aos observados na Europa. Além disso, a guerra civil e seus desdobramentos aceleraram fortemente o processo de centralização de capitais nos Estados Unidos – e aqui é importante notar a relação entre a guerra, o endividamento público e o processo de formação de uma “aristocracia financeira” apontado por Marx.

Porém, a preocupação de Marx nesses escritos é com a produção capitalista desenvolvida, como se encontrava na Europa.

O regime capitalista aqui [*na Europa*] ou submeteu diretamente toda a produção nacional, ou, onde as condições estão menos desenvolvidas, controla pelo menos indiretamente aquelas camadas sociais decadentes que pertencem ao modo de produção arcaico que continua existindo a seu lado. Sobre esse mundo já pronto do capital, o economista político aplica com zelo tanto mais ansioso e com unção tanto maior as concepções de direito e propriedade do mundo pré-capitalista quanto mais claramente os fatos negam a sua ideologia.⁷⁹

Marx quando publica esses escritos, pouco tempo fazia do fim da escravidão nos Estados Unidos e da Guerra Civil; apesar de em outras passagens enfatizar alguns aspectos do avançado processo de desenvolvimento capitalista naquele país, diferentemente da Europa,

78 Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*. Volume I, Tomo 2: o processo de produção capitalista (São Paulo: Abril Cultural, 1984), p. 301.

79 *Ibid.*, p. 295.

onde, pelo menos para os países capitalistas mais desenvolvidos, o processo de acumulação primitiva e expropriação havia mais ou menos se completado, ainda haveria avanços a serem feitos nesse processo nos Estados Unidos. Porém, é exatamente no período posterior à publicação do Livro Primeiro d'*O capital* até o fim do século XIX em que os Estados Unidos experimentam um fortíssimo processo de desenvolvimento capitalista, culminando esse processo com os Estados Unidos tornando-se a maior nação industrial do mundo capitalista na virada do século. Assim, toda a liberdade de movimento aludida por Marx ao desenvolvimento capitalista será ainda mais acentuada após a derrota dos setores agrários escravistas no sul dos Estados Unidos, entre outros fatores.

Desse capítulo d'*O capital*, cremos que os problemas mais importantes abordados por Marx e que tiveram ressonância direta nas reflexões de Gramsci sobre o americanismo são aqueles relacionados aos *altos salários* relativamente aos trabalhadores europeus, à disposição *demográfica* (no caso, a questão das migrações) e à inexistência de setores sociais oriundos de classes dominantes decadentes (como na Europa, apesar de serem indiretamente controladas pelo regime capitalista). Assim como nessas passagens de Marx, Gramsci também recorrentemente compara a sociedade norte-americana com as sociedades europeias, o que aponta para a relação das reflexões de Gramsci sobre o americanismo com esses escritos de Marx. Além disso, Gramsci usa no “Caderno 22” a expressão “fabricar o fabricante” para se referir ao protecionismo, expressão essa que, com algumas diferenças, também aparece no “Capítulo XXV”.⁸⁰ Porém, Gramsci não poderia ignorar os grandes avanços ocorridos no desenvolvimento capitalista norte-americano desde os tempos de Marx até o início dos anos 1930s, período este atravessado pela Primeira Guerra Mundial, pela ascensão dos Estados Unidos ao lugar de maior potência capitalista (seja do ponto de vista industrial e comercial, seja do ponto de vista financeiro), pela Grande Depressão e pelo início do *New Deal*. Assim, além dessas problemáticas de longo fôlego que são tratadas por Marx desde os tempos de escrita dos *Grundrisse*, outros aspectos do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos em um momento tão crítico como o entreguerras não poderiam ser negligenciados – especialmente a difusão do *fordismo* e do *taylorismo* e da possibilidade de irradiação para outras sociedades capitalistas dessas e outras inovações que tiveram lugar em solo norte-americano.

A partir daquilo que já trabalhamos acima, ou seja, sobre as passagens de Gramsci sobre o americanismo como revolução passiva, aquilo que pensamos ser o fundamental e de longo

80 “Como o sistema protecionista em suas origens ambicionava a *fabricação de capitalistas* na metrópole, assim a teoria da colonização de Wakefield, que a Inglaterra durante certo tempo procurou pôr em prática legalmente, ambicionava a fabricação de trabalhadores assalariados nas colônias. Isso ele denomina *systematic colonization* (colonização sistemática)”. *Ibid.*, p. 296.

curso ao desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos é o fato do capitalismo se desenvolver lá em um contexto tanto de inexistência de reminiscências de classes dominantes anteriores decadentes quanto do papel das correntes migratórias e da estrutura agrária na conformação da classe trabalhadora norte-americana. Esses dois elementos – que cremos também ter merecido atenção de Marx – permitiram um desenvolvimento capitalista vigoroso mesmo em uma situação salarial superior à observada na Europa, já que as classes dominantes norte-americanas e o Estado – assim como as camadas intelectuais – estariam mais organicamente centrada no *ganhar*, em *produzir* e em extrair mais-valia crescentemente. Isso estaria relacionado com o novo papel assumido pelos altos salários na produção taylorista/fordista, pois os novos métodos produtivos que exigiam um tipo especializado e não tão disponível de trabalhadores encontrariam um contexto mais favorável à sua aplicação quando os portadores de tais inovações eram diretamente os modernos empresários capitalistas dispostos a aplicar tais inovações produtivas e administrativas para incrementar os seus ganhos.

Porém, além desses aspectos mais fundamentais do desenvolvimento do capitalismo norte-americano, é importante destacar que Gramsci observa que a *crise* traz importantes transformações no caráter do desenvolvimento capitalista norte-americano – sendo o *New Deal* uma das expressões dessas mudanças.

A própria temática do americanismo enquanto algo de interesse difundido entre diversos intelectuais, políticos, etc., relaciona-se com a posição dominante que os Estados Unidos assumem após a Primeira Guerra; assim, o próprio tema do americanismo já leva consigo as possibilidades e limites de sua expansão para outras sociedades. Se, por um lado, o tema do americanismo adquire maior notoriedade após o conflito mundial, por outro, a própria crise que leva a mudanças notáveis no desenvolvimento capitalista norte-americano tem suas raízes fincadas nas próprias contradições do desenvolvimento econômico nesse período em que os Estados Unidos assumem uma posição dominante no nível internacional – tanto do ponto de vista industrial e comercial quanto do ponto de vista financeiro.

Apesar da crise de 1929 ter acontecido quando Gramsci já se encontrava encarcerado, ele não deixa de abordar essa questão em seus *Cadernos*. Gramsci procura apresentar a crise enfatizando três pontos: (1) a crise é um processo complexo, sendo necessário levar em consideração múltiplas determinações, em vez de aspectos unilaterais do processo; (2) a crise se desenvolve desde pelo menos a Primeira Guerra (sendo essa guerra, inclusive, uma das expressões da crise), apesar desta não ter sido a sua primeira manifestação; (3) a crise tem raízes no modo de produção capitalista, nas “posições de classe”, e não em decisões

equivocadas tomadas por governantes, empresários, etc.⁸¹ Além desses pontos principais, Gramsci também apresenta como elemento tensionador dessa crise o fato de que a vida econômica “tem como premissa necessária o internacionalismo, ou melhor, o cosmopolitismo”, apesar da “vida estatal” ter se desenvolvido no sentido do “nacionalismo” e da “autossuficiência”. Assim, as características mais visíveis da crise – “quotas de importação e exportação, *clearing*, restrição ao comércio de divisas, comércio equilibrado entre dois Estados, etc.” – seriam apenas a “exasperação do elemento nacionalista (estatal-nacionalista) na economia”.⁸² Ainda no tema das relações econômicas internacionais e a crise, trata Gramsci da função da *moeda* e do *ouro* na evolução da crise; neste sentido, afirma Gramsci:

Quando num Estado a moeda varia (por inflação ou deflação), ocorre uma nova estratificação de classes no próprio país; mas, quando varia uma moeda internacional (por exemplo, a libra esterlina e, em menor medida, o dólar, etc.), ocorre uma nova hierarquia entre os Estados, o que é mais complexo e leva a interrupção no comércio (e com frequência a guerras)⁸³, ou seja, há transferência “gratuita” de mercadorias e serviços entre um país e outro, e não só entre uma classe e outra da população. A estabilidade da moeda, internamente, é uma reivindicação de algumas classes e, externamente (para as moedas internacionais, nas quais se assumiram os compromissos), de todos os que comerciam. Mas por que elas variam? As razões são muitas, certamente: 1) porque o Estado gasta demais, ou seja, não quer que suas despesas sejam pagas diretamente por certas classes, mas por outras, indiretamente, e, se possível, por países estrangeiros; 2) porque não se quer diminuir um custo “diretamente” (por exemplo, o salário), mas só indiretamente e num prazo prolongado, evitando atritos perigosos, etc. De qualquer modo, também os efeitos monetários se devem à oposição dos grupos sociais, que nem sempre se deve entender no sentido do próprio país em que o fato ocorre, mas no de um país antagonista.⁸⁴

Nesta última passagem Gramsci demonstra uma abordagem sobre problemas *cambiais* e *monetários* em que a relação entre as classes sociais (dentro de um mesmo país e entre diferentes países) é fundamental para o entendimento do processo; em vez de entender esse processo em termo puramente monetários, Gramsci aponta os efeitos de mudanças no âmbito das divisas e das moedas na distribuição dos ganhos e das perdas entre as classes e na própria “estratificação de classes” – assim como os termos das relações econômicas entre diferentes nações.

Apesar de Gramsci não discorrer longamente sobre esses problemas, podemos afirmar que tais disputas cambiais, comerciais e financeiras apontadas eram exatamente alguns dos mais explícitos aspectos da disputa *inter-imperialista* do período, mesmo que Gramsci aqui não use o termo imperialismo (aliás, termo relativamente pouco usado por Gramsci nos *Cadernos*);

81 Gramsci, *Cadernos do cárcere, volume 4...* (*op. cit.*), p. 317.

82 *Ibid.*, p. 318.

83 Certa previsão de Gramsci, já que alguns anos após terem sido feitos esses escritos e ao seu falecimento a Segunda Guerra Mundial se iniciou.

84 *Ibid.*, pp. 319-20.

portanto, entendemos que tais problemas levantados por Gramsci são de fundamental importância para entender as características do imperialismo daquele tempo e a transição para o concerto capitalista mundial sob a liderança dos Estados Unidos.

Como veremos no próximo capítulo, essas questões ligadas aos problemas comerciais e monetários formam um dos pontos mais polêmicos no início do *New Deal*, opondo diferentes grupos, dentre e fora do governo Roosevelt – sendo a disputa opondo o Secretário de Estado Cordell Hull e o Senador George Peek uma das mais acirradas e com mais efeitos sobre os rumos do *Eximbank* e as suas primeiras operações com a economia brasileira. Portanto, Gramsci demonstrava-se extremamente interessado nas transformações que vinham ocorrendo no capitalismo norte-americano na década de 1930 e de seus possíveis efeitos sobre o futuro do capitalismo mundial. Portanto, tendo em mente todos esses problemas levantados por Gramsci sobre a revolução passiva e sobre o americanismo é que seguiremos para o próximo capítulo, trabalhando sobre desdobramentos e detalhes acerca do capitalismo estadunidense que não foram possíveis de serem realizados dados os limites do seu trabalho no cárcere e também da própria vida do Autor.

Capítulo 2
O *New Deal* e a formação do
Eximbank

Enquanto vai tudo bem, a concorrência [...] age como irmandade prática da classe capitalista, de forma que esta [a taxa de lucro] se reparte coletivamente na proporção da grandeza do que cada um empenhou, o despojo coletivo. Quando já não se trata de repartição do lucro, mas do prejuízo, cada um procura diminuir tanto quanto possível seu quantum do mesmo e empurrá-lo ao outro. O prejuízo é inevitável para a classe. Quanto, porém, cada um tem de suportar, até que ponto ele tem de acabar participando dele, torna-se uma questão de poder e astúcia, transformando-se então a concorrência numa luta entre irmãos inimigos.⁸⁵

85 Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo I: o processo global da produção capitalista*. (São Paulo: Abril Cultural, 1984), p. 191.

§1. Desenvolvimento e crise do capitalismo norte-americano no início do século XX

Desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos

Uma análise detalhada sobre a chamada *Grande Depressão* dos anos 1930s é uma tarefa seguramente das mais relevantes – ainda mais no período atual em que o capitalismo mundial ainda não se recuperou da crise que se manifestou em 2007-2008, já que as crises são momentos privilegiados para a observação de certos aspectos estruturais da dinâmica capitalista, abstraindo-se, obviamente, aquilo que diz respeito às especificidades históricas de cada crise tomada de forma singular. Porém, mais do que buscar as determinações, estruturais e contingentes, da crise que inicia o período da Grande Depressão, focaremos a atenção nas ações dos diferentes setores sociais – mais ou menos conscientes – em face desse período crítico; mais especificamente, trataremos dessas ações no que diz respeito às transformações que suscitaram no *Estado capitalista* de então – no seu aparato econômico e nas agências tocantes às relações econômicas exteriores.

Cabe, aqui, porém, realizar antes algumas brevíssimas considerações sobre as crises capitalistas no que diz respeito às relações entre as *frações capitalistas* que podem ser depreendidas dos trechos acima em epígrafe. Se concordamos que as crises capitalistas tem como *uma* de suas bases a queda da taxa média de lucros⁸⁶ – culminando na transformação dos lucros em prejuízos –, queda essa que, por sua vez, é a expressão da *superprodução de capital* (variando em cada a crise a proporção em que essa superprodução se distribui entre as *formas funcionais* do capital, ou seja, entre *capital-dinheiro*, *capital-mercadoria* ou *capital industrial*), havendo, portanto, uma grande quantidade de capital que não encontra oportunidade de valorização, podemos estender essas afirmações de Marx para os períodos de crise capitalista. Isso significa que a determinação sobre quais frações capitalistas vão arcar mais ou menos com os efeitos da crise – e também quais vão se beneficiar mais ou menos no período de recuperação – repousa na questão do *poder* e da *astúcia* de cada uma dessas frações. Os prejuízos decorrentes de um período de crise são inevitáveis para a classe como um todo, como coloca Marx, mas não com o mesmo peso para cada fração em particular. Sendo assim, as crises e a historicidade que elas conferem às formações sociais capitalistas,

86 Pois outros fatores deveriam ser considerados numa discussão mais abrangente sobre as crises capitalistas, como a própria contradição básica entre valor de uso e valor, entre o processo de trabalho e valorização, entre outros pontos tratados por Marx desde os primeiros capítulos do *Livro 1* do *d'O capital*, que, dado o escopo desse trabalho, não poderão ser aprofundados aqui. Para uma boa discussão recente sobre as crises capitalistas abordando a evolução dessa temática nos escritos marxianos, cf. Alex Callinicos, *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny* (London: Bookmarks Publications, 2014), p. 235 e ss.

devem ser entendidas no sentido próprio da história enquanto lutas de classes – o que também implica em conflitos e alianças entre as diferentes frações das classes sociais. Em suma: entendemos que a forma própria de recuperação de um período crítico na história do capitalismo também é resultado da *correlação de forças sociais* e dos combates que se travam entre os diversos setores das classes sociais. E, nesse sentido, fica clara a articulação do pensamento de Gramsci com o de Marx no que diz respeito ao entendimento da dinâmica capitalista e da sua história.

Se além dessas considerações concordarmos também que o Estado é na verdade a condensação material da correlação de forças sociais, em vez de um objeto passivo ou um sujeito omnideterminante, partindo da célebre formulação de Poulantzas⁸⁷, podemos concluir que o Estado capitalista, expressando um determinado bloco de forças sociais, é elemento incontornável para se entender as formas próprias em que as crises capitalistas incidem sobre cada grupo social e quais serão os mais favorecidos no período de recuperação pelas políticas adotadas – fato esse ainda mais evidente nas sociedades capitalistas complexas em que o imperialismo e os monopólios já são uma realidade, favorecendo as chances de sucesso das pressões políticas exercidas pelos grandes grupos capitalistas através da formação dos suas associações privadas. Nesse sentido, dada a gravidade da Grande Depressão dos anos 1930s, a magnitude do processo de centralização e concentração de capitais experimentados até então e, especialmente, a radicalidade da luta de classes desde pelo menos o fim da Primeira Guerra Mundial (sendo a Revolução Russa uma de suas maiores expressões, mas não a única), o Estado adquire uma função renovada no garantimento da continuidade e expansão do processo de acumulação de capital. Nesse sentido, uma das principais expressões dessas novas funções foi a ampliação do aparato estatal no que diz respeito às suas funções especificamente econômicas, *i.e.*, multiplicam-se e densificam-se as agências do aparelho econômico do Estado – outro tema explorado por Poulantzas em sua obra tardia.⁸⁸

Mais do que tratar das causas da crise de 1929 e da Grande Depressão, nos interessa mais nos escritos da presente seção entender como se recobrou e se expandiu o processo de acumulação capitalista ao longo desses anos e qual foi o papel desempenhado pelo Estado e pelas frações de classe nesse processo. Até porque a busca das razões mais profundas da Grande Depressão

87 Nicos Poulantzas, *O Estado, o poder, o socialismo* (Rio de Janeiro: Graal, 1980).

88 Como bem observa Fontes, a ampliação do Estado capitalista contemporâneo conforme analisado por Gramsci em seus *Caderno* é uma tentativa de apreender as características desse Estado no período da história do capitalismo marcado pelos monopólios e pelo imperialismo – apesar de Gramsci usar raras vezes a palavra imperialismo. Virgina Fontes, *O Brasil e o capital-imperialismo* (Rio de Janeiro: EPSJV/EdUFRJ, 2010), p. 99 e ss.

devem ser buscada em um período anterior – seguindo as pistas de Gramsci, desde, *pelo menos*, a Primeira Guerra Mundial (sendo a guerra, inclusive, já uma das manifestações dessa crise).⁸⁹ Portanto, uma periodização da história do capitalismo no século XX que busque dar conta das razões profundas da Grande Depressão dos anos 1930s devem ser buscadas em períodos anteriores, buscando também uma confrontação com os períodos de transição do capitalismo para a sua fase monopolista e imperialista.

No caso dos Estados Unidos, como assinalado por Marx, já no período da *Reconstrução*⁹⁰, após a Guerra Civil, já podem ser observados indícios de um processo de centralização de capitais, processo esse relacionado principalmente com a expansão das companhias ferroviárias, a especulação com as terras pelas quais passavam as estradas de ferro, as novas formas de administração e capitalização (através da formação das sociedades anônimas⁹¹), e ao impacto no sistema bancário provocado pelo aumento abrupto da emissão de títulos da dívida pública para financiar a guerra.⁹² Assim, aproximadamente no mesmo período em que os países capitalistas europeus recrudesciam o seu processo de expansão imperialista clássico (e/ou completavam o seu processo de unificação nacional, como no caso da Alemanha e da Itália), os Estados Unidos expandiam suas relações capitalistas para os territórios do oeste conquistado nas décadas anteriores e para os estados sulistas que acabavam de ter a escravidão extinguida.⁹³ Portanto, a “conquista” do oeste norte-americano teve funções análogas, do ponto de vista econômico, à expansão imperialista dos países capitalistas europeus (mas não idênticas, já que tratava-se da incorporação de territórios ao Estado nacional, não a sua subordinação formalmente colonial), proporcionando novas fronteiras para investimentos de capitais e para a expansão das relações de produção capitalistas.

Como bem aponta Lenin, na virada do século XIX para o século XX praticamente não existiam mais territórios no globo terrestre sobre os quais não existisse algum país que reivindicasse o domínio. Portanto, a expansão de uma determinada potência imperialista

89 Cf. Capítulo 1, §4.

90 Sobre o período da *Reconstrução*, cf. Eric Foner, *Reconstruction: American's Unfinished Revolution, 1863-1877* (New York: Harper & Row, 1988); Charles Post, *The American road to capitalism: study in class-structure, economic development, and political conflict 1620-1877* (Leiden/Boston: Brill, 2011), p. 253 e ss.

91 Sobre a evolução nas formas de administração das grandes empresas capitalistas e do papel das ferrovias nesse processo, cf. Alfred DuPont Chandler Jr., *The visible hand: the managerial revolution in American Business* (15. ed. Cambridge/Massachusetts/London: The Belknap Press of Harvard, 1999), p. 81 e ss.

92 Aqui nos referimos muito mais ao norte, pois o meio principal utilizado pelos sulistas para financiar a guerra foi através do lançamento de títulos lastreados em algodão para a aquisição de equipamento bélico na Europa.

93 No que diz respeito aos estados do sul, trata-se de um *processo*, já que o fim da escravidão não coincidiu *imediatamente* com o estabelecimento de relações de trabalho assalariadas, subsistindo por algum tempo o trabalhador meeiro (“*sharecropper*”), principalmente nas plantações de algodão. Cf. Post, *The American road to capitalism (op. cit.)*, p. 264 e ss.

muito provavelmente deveria ser dar sobre territórios já reivindicados por outros países.⁹⁴ Nesse mesmo período, aproximadamente, surgem preocupações em parte da intelectualidade dos Estados Unidos sobre o papel da fronteira na formação da sociedade norte-americana e dos efeitos que se sucederiam do relativo “fechamento” dessas fronteiras – sendo uma das maiores expressões dessa preocupação a obra clássica de Jackson Turner escrita nesses anos.⁹⁵ Nesse sentido, não nos parece ser uma coincidência o fato de que seja justamente na virada do século XIX para o XX que se intensifiquem as investidas norte-americanas sobre territórios para além do continente, especialmente sobre Cuba, no Atlântico, e sobre Filipinas, Havaí, entre outras ilhas no Pacífico.⁹⁶

No início do século XX, os Estados Unidos já contavam, portanto, com gigantes corporações monopolistas a controlar setores inteiros da economia norte-americana – com destaque para a *U.S. Steel* (a primeira corporação bilionária do mundo capitalista, formada pelo banqueiro J. P. Morgan após a aquisição da *Carnegie Steel Company*), a *Standard Oil* (fundada pelo “patriarca” da poderosa família Rockefeller, John D. Rockefeller), entre outras gigantes do mundo capitalista norte-americano (e cada vez mais internacional). Apesar da aprovação do *Sherman Antitrust Act* em 1890, a tendência à monopolização da economia capitalista norte-americana continuou a se aprofundar. O que essa legislação indica é o desenvolvimento desigual entre o mundo econômico-social e o político-estatal, ou seja, que, apesar da dominância econômica desses grupos monopolistas, o Estado capitalista norte-

94 Vladimir Lenin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (3. ed. São Paulo: Centauro, 2010), p. 75 e ss. (“Capítulos VI – A partilha do mundo entre as grandes potências”)

95 Frederick Jackson Turner, *The frontier in American history* (New York: Henry Holt and Company, 1920). Essa publicação reúne artigos sobre a fronteira norte-americana de Turner escritos desde a década de 1890. Para uma comparação entre o papel da fronteira nos Estados Unidos e na Rússia, cf. Octávio Velho, *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento* (São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976), pp. 11-106 Sobre uma reflexão acerca da relação entre imperialismo e expansão para o oeste nos Estados Unidos (apesar do foco do texto ser a sociedade contemporânea), cf. Paulo Arantes, “Cavalaria global”; In; *Idem, Extinção* (São Paulo: Boitempo, 2007), pp. 126-134. Sobre a relação entre expansão imperialista e aquisição de territórios não-capitalistas para a manutenção do processo de reprodução ampliada do capital, cf. Rosa Luxemburg, *A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo* (Rio de Janeiro: Zahar, 1970), p. 279e ss. (“Terceira Parte – As condições históricas da acumulação”)

96 É justamente a partir da guerra contra a Espanha que se inicia o denso estudo de Moniz Bandeira sobre a formação do “Império Americano”. Cf. Moniz Bandeira, *A formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque* (Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2005). Apesar da grande quantidade de informações de extrema relevância para o estudo do estabelecimento do poderio dos Estados Unidos, não podemos concordar com Bandeira no uso do conceito de *superimperialismo*, conforme elaborado por Kautsky. O exemplo que Bandeira apresenta para demonstrar o acerto de Kautsky – e, conseqüentemente, do erro de Lenin – prova exatamente o oposto do que o Autor busca comprovar: a *Liga das Nações*, em vez de patentear o triunfo do entendimento entre as potências capitalistas, tendo em vista o seu fracasso e a não participação da maior potência de então (os Estados Unidos), demonstra apenas o caráter insuprimível, das contradições inter-imperialistas naquele período histórico, prenunciando a nova rodada de destruição mútua que foi a Segunda Guerra – com a diferença e agravante do elemento contrarrevolucionário no arco de preocupações políticas das grandes potências capitalistas.

americano ainda estava atravessado por interesses de outros setores não-hegemônicos (ou não dominantes) que opunham certos obstáculos – nunca intransponíveis – às frações capitalistas mais poderosas. É importante destacar nesse mesmo período a atuação dos chamados *populistas*, cuja base social era, em geral, os setores agrários não-dominantes do sul. A complexificação do quadro social nesse período – que, além dos populistas, já contava com uma intensa atividade do movimento operário – fez com que os maiores interesses capitalistas norte-americanos buscassem a organização em entidades que pudessem pôr em prática a luta pelos seus interesses – primeiramente no nível econômico-corporativo e crescentemente no nível ético-político. É nesse período, *e. g.*, que se forma a poderosa entidade *National Association of Manufacturers (NAM)*, representando os setores industriais dos Estados Unidos.

Poucos anos após a virada para o século XX, o processo de monopolização do capitalismo estadunidense começa a demonstrar suas primeiras manifestações mais contraditórias do ponto de vista da sustentabilidade do processo de acumulação. Em 1907 a economia norte-americana passa por uma forte crise que se manifesta principalmente no setor *bancário-financeiro*, provocado – pelo menos na superfície dos fenômenos monetários – a partir de uma série de movimentos especulativos malsucedidos para se operar um esquema de controle majoritário de uma grande corporação do setor de exploração de cobre (a *United Copper Corporation*). Quando tornou-se patente o fracasso do esquema, aqueles bancos que emprestaram dinheiro para financiar essas operações sofreram uma corrida por saques das somas depositadas que resultou na exaustão das suas reservas, causando um pânico financeiro. A solução, pelo menos temporária, se deu a partir da ação do banqueiro J. P. Morgan que, juntamente com outras instituições financeiras a ele associadas, elaborou um esquema de compensação mútua para que nenhum desses grandes bancos sofresse com a exaustão das suas reservas. O esquema montado por Morgan foi a base para a formação posterior do *Federal Reserve System*, em 1913, dotando os Estados Unidos pela primeira vez de um banco central. É nesse período que também são fundadas importantes entidades voltadas para a defesa dos interesses capitalistas norte-americanos, como a *U. S. Chamber of Commerce (USCC)*, em 1912, e a *National Foreign Trade Council (NFTC)*, em 1914 – sendo que ambas transcendiam a representação apenas das frações comerciais, englobando uma grande quantidade de *businessmen* dos Estados Unidos, com a última, porém, enfatizando aqueles setores com interesses comerciais no exterior.⁹⁷

97 A *U.S. Chamber of Commerce* foi formada depois da criação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Apesar de terem acontecido algumas reuniões preliminares reunindo alguns empresários norte-americanos, a formação da *USCC* concretiza-se a partir de uma mensagem do presidente Taft ao

Mais do que as vicissitudes desse pânico bancário em particular, de acordo com a interpretação de Sweezy e Baran, o que a crise de 1907 patentearia era exatamente uma já sensível queda na lucratividade e no nível de emprego (de capitais e de força de trabalho), consequência do esgotamento relativo do padrão de acumulação vigente até a virada do século – que tinha como fator dinâmico a expansão das ferrovias (importante tanto pelos seus efeitos multiplicadores e de ocupação econômica do território norte-americano quanto pela sua magnitude em relação ao total dos capitais norte-americanos) e o intenso processo de monopolização em diversas grandes corporações.⁹⁸ De acordo com esses Autores, a Primeira Guerra Mundial teria debelado a continuidade do processo recessivo, já que o esforço econômico de guerra teria estimulado o uso intensivo da capacidade econômica norte-americana. Além disso, o então recém-criado *Federal Reserve* foi largamente usado para financiar os gastos do Estado, através da aquisição por parte do *Fed* de uma grande quantidade de títulos do Tesouro. O quadro abaixo apresentado por Sweezy e Baran indica a diminuição da quantidade de meses de expansão econômica nos ciclos econômicos após 1907, sendo esse um dos indícios das contradições que vinham se acumulando desde inícios do século XX.⁹⁹

Congresso enfatizando a importância da formação de uma entidade que pudesse trabalhar junto ao governo para tratar dos interesses comerciais das empresas norte-americanas. Meses depois dessa “convocação”, acontece a conferência que estabeleceu a entidade. Além dos interesses diretamente comerciais, era preocupação da *USCC* contrapor-se a crescente organização do movimento sindical nos Estados Unidos.

98 Paul Sweezy e Paul Baran, *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana* (2. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1974), p. 218e ss. (“Sobre a história do capitalismo monopolista”) Apesar da conhecida polêmica com Sweezy acerca da transição do feudalismo para o capitalismo, Maurice Dobb também situa as bases estruturais da Depressão que se manifestaria na década de 1930 no conjunto de contradições que vinham se acumulando desde a virada do século. Cf. Maurice Dobb, *A evolução do capitalismo* (3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973).

99 *Ibid.*, p. 228. Essa obra clássica de Sweezy e Baran é de suma importância, especialmente no que ajuda no entendimento do funcionamento das grandes corporações capitalistas, suas formas organizativas, suas relações recíprocas, etc. – além da grande quantidade de dados que traz. Porém, não podemos concordar com a sua refutação da tese elaborada por Marx sobre a queda *tendencial* da taxa de lucro (não da massa de lucros), em favor da tese elaborada por eles do *aumento tendencial do excedente*. Aquilo que os Autores chamam de incapacidade do sistema (sem “estímulos externos”) de absorver o excedente é justamente o resultado da *superprodução de capital*, fazendo com que uma massa imensa de capitais não encontre valorização satisfatória (ou mesmo desvalorização), forçando para baixo a taxa média de lucros. Portanto, aquilo que eles chamam de “estímulos externos” (sendo os principais as guerras e as inovações tecnológicas que marcam época, como as ferrovias e os automóveis), são na verdade a forma própria do sistema capitalista expandir o seu processo de acumulação – no caso das guerras, destruindo o capital sobrando que não encontra valorização da forma mais violenta possível; no caso das inovações tecnológicas, abrindo novos ramos na produção que permitem aqueles capitais que pioneiramente o ocupam auferir *superlucros*. Portanto, se por um lado, é errado tomar as crises como “acidentes” no percurso da acumulação capitalista – como fazem, não Sweezy e Baran, mas os intelectuais apologetas do capitalismo –, também não podemos entender, dada a história do capitalismo, as guerras e inovações tecnológicas como “estímulos externos” e, muito menos, que a queda tendencial da taxa de lucros tenha perdido a sua validade.

Quadro 2.1.
Esquema dos ciclos econômicos (1890-1914)

Número do ciclo	Ciclos completos			Duração em meses	
	Fundo	Ápice	Fundo	Expansão	Contração
1	1891 (mai.)	1893 (jan.)	1894 (jun.)	20	17
2	1894 (jun.)	1895 (dez.)	1897 (jun.)	18	18
3	1897 (jun.)	1899 (jun.)	1900 (dez.)	24	18
4	1900 (dez.)	1902 (set.)	1904 (ago.)	21	23
5	1904 (ago.)	1907 (mai.)	1908 (jun.)	33	13
Média dos ciclos 1 a 5				23,2	17,8
6	1908 (jun.)	1910 (jan.)	1912 (jan.)	19	24
7	1912 (jan.)	1913 (jan.)	1914 (dez.)	12	23
Média dos Ciclos 6 a 7				15,5	23,5

Fonte: Sweezy e Baran (*op. cit.*), p. 218.

O período da Primeira Guerra também é importante para o desenvolvimento do capitalismo norte-americano do ponto de vista da prefiguração de agências econômicas estatais e de formas de direção sobre a economia que suscitou, antecipações essas de instituições e políticas que inspirariam medidas tomadas a partir da Grande Depressão; como também destaca Marx, a *guerra e as forças armadas* em certas ocasiões adiantam categorias que apenas em períodos posteriores terão curso mais generalizado na sociedade.¹⁰⁰ Muito da experiência desses anos de guerra será reivindicada como precedente para as medidas propostas e eventualmente adotadas durante o período da Depressão dos anos 1930s. Do ponto de vista da associatividade capitalista, o período imediatamente posterior à Primeira Guerra é importante por conta das novas associações criadas com intuito de dar conta do novo papel de supremacia que viria ser exercido pelos Estados Unidos, com destaque para o *Council on Foreign Affairs (CFR)*, entidade fundada em 1919 e classificada por René Dreifuss como sendo uma das mais importantes *elites orgânicas* norte-americanas.¹⁰¹ O *CFR*

100 Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume I, Tomo 2: o processo de produção do capital* (São Paulo: Abril Cultural, 1984); *Idem, Grundrisse: manuscritos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política* (São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011). Os principais exemplos apontados por Marx são a forma *salário*, os *inventos militares*, a *organização e divisão de tarefas* nas corporações militares, as formas de *financiamento da guerra*, entre outras categorias. Sobre o efeito das guerras no funcionamento dos bancos, e de como nesses períodos torna-se evidente como já existem condições objetivas para se iniciar um processo de transição socialista, cf. Vladimir Lenin, *As tarefas do proletariado na nossa revolução* (“Nacionalização dos Bancos e dos Consórcios Capitalistas”); *In: _____, Obras escolhidas, volume II* (2. ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1988).

101 Para o conceito de *elites orgânicas* e o seu uso no estudo das associações capitalistas transnacionais, cf. René Dreifuss, *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986* (Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986). Sobre a origem do *CFR*, cf. Laurence Shoup e William Minter, *Imperial Brain Trust: the Council on Foreign Relations and United States Foreign Policy*

teve como importante precedente o *Inquiry Group*, grupo de intelectuais reunidos por Wilson durante a guerra para assistir a presidência no planejamento de políticas exteriores antes e após a guerra.

Após a Primeira Guerra Mundial os Estados Unidos, que já era a maior potência industrial, também se tornam o maior credor do mundo capitalista de então – sendo o fluxo de capital-dinheiro dos Estados Unidos para a Europa superior, inclusive, ao pós-Segunda Guerra.¹⁰² Além disso, dada a devastação da economia europeia envolvida na guerra, os Estados Unidos acumularam vultoso *superavit* comercial com os países europeus – tanto de produtos industriais quanto agrícolas – tendo o setor agrário aumentado consideravelmente a sua área cultivada e os capitais investidos em maquinários e implementos objetivando aumentar a produção para atender a demanda europeia. Do ponto de vista financeiro, o governo norte-americano facilitou enormemente a participação de grupos privados nos acordos de empréstimos para os países europeus necessitados de capitais, em vez de realizar o próprio governo os principais empréstimos a esses países – com destaque para os empréstimos relacionados ao esquema de reparações e às demais dívidas de guerra europeias, principalmente a partir das negociações em torno do *Plano Dawes* (1924) e do *Plano Young* (1929-1930).¹⁰³ O primeiro lustro dos anos 1920s, portanto, será de intensa prosperidade para o capitalismo norte-americano, tornando-se a maior potência do mundo capitalista (apesar da aguda, mas curta, recessão de 1921).

Em meados dos anos 1920, as exportações norte-americanas de manufaturas dobraram em relação ao período anterior à Primeira Guerra; de 1922 a 1928 o total de exportações cresceu a uma taxa 50% mais rápida que o crescimento do Produto Interno Bruto (que foi de 40% no período); na década de 1920, o valor total do investimento direto no exterior dos Estados Unidos cresceu 129% em manufaturas e 95% no total; na América Latina, os Estados Unidos superaram a Grã-Bretanha no montante de investimentos.¹⁰⁴ Na verdade, mesmo na Europa os Estados Unidos adquirem uma grande quantidade de ativos industriais, configurando-se o período do entreguerras como de um avanço no investimento direto estrangeiro até então inédito para qualquer potência capitalista.¹⁰⁵

As indústrias norte-americanas em fins da década de 1920 produziam cerca de 80% de todos os carros do mundo – sendo que 20% de toda a produção norte-americana de aço, 80%

(New York; London: Monthly Review Press, 1977).

102 Leo Panitch e Sam Gindin, *The making of global capitalism: the political economy of american empire* (New York: Verso, 2012).

103 O Plano Young, inclusive, está na base da criação do *Bank for International Settlements (BIS)*, em 1930.

104 Panitch e Gindin (*op. cit.*), p. 49.

105 Dobb, (*op. cit.*).

da produção de borracha, 75% da produção de vidros planos e 65% da produção de couro era consumida na indústria automobilística. O preço do carro caiu cerca de três quartos nas duas décadas após 1909 – abrindo caminho para o consumo de massa de carros numa forma até então nunca vista. Além disso, há toda uma ampliação e complexificação do sistema de crédito ao consumidor de massa, fazendo com que, além de expandir o mercado automobilístico, fosse exercida uma compulsão sobre o trabalhador para que trabalhasse intensamente para preservar seus empregos e honrar as prestações dos créditos adquiridos.¹⁰⁶

Apesar de todos os dados impressionantes acerca do crescimento econômico norte-americano nesses anos, é importante matizar melhor as características desse desenvolvimento nos anos 1920 no sentido de deixar mais saliente as suas contradições; afinal, como afirmado acima, desde pelo menos a primeira década do século XX já eram observáveis alguns indícios de que violentas redefinições no sistema capitalista deveriam ser operadas para que, mesmo que de forma destrutiva e traumática (como foram as duas Guerras Mundias), o processo de acumulação de capital pudesse ser recobrado numa realidade econômica crescentemente dominada pelas grandes corporações monopolistas. Além disso, como destacam Panitch e Gindin no que diz respeito ao aparato econômico estatal e às relações recíprocas entre essas agências de cada país, era como se buscasse fazer rodar o capitalismo do século XX nos trilhos construídos no século XIX.¹⁰⁷

Um dos primeiros setores a sentir com força tais contradições já no século XX foi exatamente o setor *agrícola*. Durante os anos da Primeira Guerra Mundial, conforme mencionado acima, os produtores agrícolas foram estimulados pelo governo a expandir as suas plantações e adquirir bens de produção agrícolas (máquinas, implementos, etc.) para atender a demanda europeia, já que a produção agrícola desses países encontrava-se comprometida por conta do conflito e a demanda por matérias-primas agrícolas para o esforço econômico de guerra (em especial, algodão) encontrava-se significativamente majorada. Com

106 *Ibid.*, p. 50. Este seria mais um elemento, assim entendemos, a se articular com as características do mundo do trabalho norte-americano conforme analisado por Gramsci em seus escritos sobre *americanismo* e *fordismo* no que diz respeito às forças subordinadoras e disciplinadoras do trabalhador; a difusão do crédito para parte considerável da classe trabalhadora assalariada e a necessidade de realizar os pagamentos das prestações também contribuiu para que se aceitasse condições de trabalho em que a exploração é intensificada – conforme analisado por Gramsci, quando trata da questão dos “altos salários”. O que é interessante é que boa parte dessa intensificação do crédito ao consumidor de bens de consumo duráveis também se deu na indústria automobilística, mas através de uma empresa concorrente da Ford: a *General Motors*. Através de uma firma financeira chamada *General Motors Acceptance Corporation (GMAC)*, a estratégia de vendas focou mais na concessão de créditos para ampliar suas vendas do que na criação de modelos padronizados e mais baratos, como fazia a Ford com o modelo T. Essa estratégia parece ter dado certo, já que em fins dos anos 1920 a GM já superava a Ford em vendas de automóveis. Por muitos anos a Ford foi refratária a ideia de criar uma firma associada que pudesse oferecer facilidades creditícias aos seus consumidores.

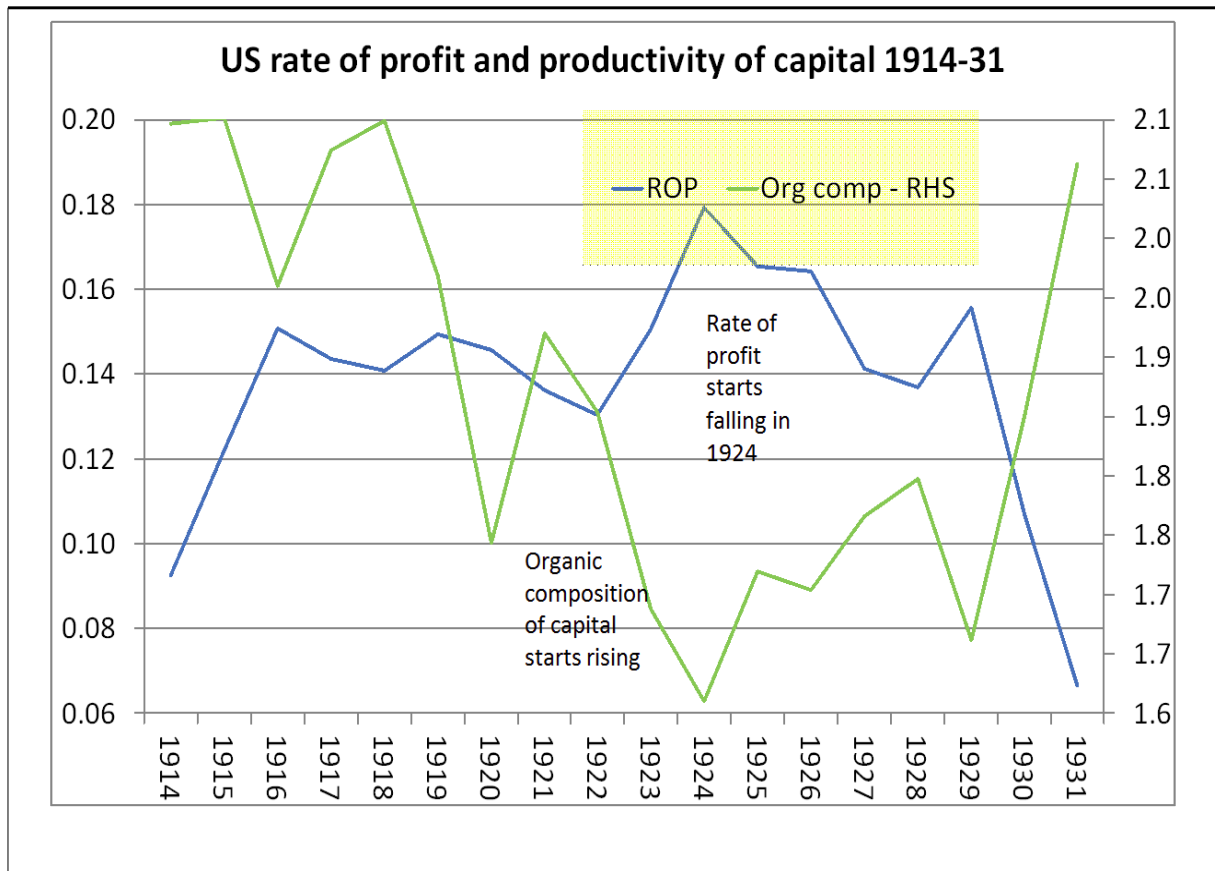
107 *Ibid.*

o fim da guerra e a recuperação da economia europeia, a economia agrícola estadunidense começa a apresentar excedentes crescentes e preços declinantes – somando-se a isso o fato que durante a primeira metade da década de 1920s uma boa parte dos países europeus ainda não tinham tentado retornar ao padrão-ouro e estavam com suas moedas desvalorizadas frente ao dólar, dificultando as exportações para esses países. Tal situação gerou uma crescente insatisfação entre os produtores rurais, muitos deles sentindo-se ludibriados pelo governo por terem atendido aos estímulos governamentais para expandir a sua produção. A crescente pressão política exercida pelos interesses agrários expressou-se na apresentação de diversas vezes no Congresso norte-americano da *McNaury-Haugem Farm Relief Act* até fins da década de 1920s.

Em termos gerais, a ideia era que através dessa legislação fosse criada uma agência estatal responsável pela compra do excedente agrícola a preços equivalentes aos praticados antes da Primeira Guerra Mundial. Os estoques desses produtos seriam vendidos no mercado doméstico a preços maiores e exportados a preços do mercado internacional, que eram menores. A diferença seria paga através de um fundo formado por impostos a serem criados sobre a produção agrícola – que, em última instância, recairiam sobre o consumidor doméstico. Apesar de ter sido diversas vezes apresentado para a votação e de ter sido aprovada em certas ocasiões tanto no Congresso quanto no Senado, o *McNary-Haugen Farm Relief Act* foi vetado duas vezes pelo então presidente republicano Coolidge – apesar do projeto de lei ter sido apresentado por congressistas igualmente republicanos. Tais vetos do presidente Coolidge e a resistência do posterior presidente Hoover fizeram com que importantes interesses agrários rompessem com o Partido Republicano – entre suas mais expressivas figuras, George Nelson Peek, futuro primeiro presidente do Eximbank – que sai do Partido Republicano e filia-se ao Partido Democrata.

Se formos tomar o conjunto da economia capitalista do ponto de vista da lucratividade média dos capitais, alguns sinais de perda de fôlego também podem ser observados. Na verdade, de acordo com dados trabalhados por Michael Roberts, já a partir de 1924 se pode observar um movimento de queda na taxa de lucro dos capitais; após uma rápida recuperação no período 1928-1929, as taxas voltam a cair bruscamente com o início da Grande Depressão.

Gráfico 2.1.



Fonte: Gráfico extraído de: Michael Roberts, “Profits call the une”, *In*: <thenextrecession.wordpress.com>; publicado em: 26/06/2012; acessado em: 12/2015. Tais dados trabalhados por Roberts foram coletados por Duménil e Lévy nas bases estatísticas norte-americanas, em especial as do *Bureau of Economic Analysis (BEA)*. Para as tabelas e gráficos elaborados por Duménil e Lévy, cf. <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle1994e.pdf>> (acesso em: dez./2015). É importante destacar que essa taxa de lucro se refere à massa total de capitais, conformando-se como taxa média – não se referindo, portanto, a certos ramos e capitais em particular, havendo sempre certos setores e capitais específicos cujas taxas se encontram acima ou abaixo dessas taxas médias. Onde se lê *ROP*, refere-se à taxa de lucro (“*rate of profits*”); onde se lê *Org comp*, refere-se à composição orgânica do capital (“*organic composition*”).

O que se observa também a partir desses dados é que aproximadamente no mesmo período em que inicia-se esse movimento de queda na taxa de lucros ocorre um aumento da composição orgânica do capital – sem, contudo, se verificar uma queda nessa tendência nos anos 1928-1929. Posto que a taxa de mais-valia se mantém estável nesses anos (de acordo com outros dados trabalhados por Duménil e Lévy), tais fatos representam importantes indicativos do intenso movimento especulativo que se processava na economia norte-americana, já que o registro de lucros nos anos 1928-1929 podem ter sido obtidos a partir de movimentos especulativos no sentido de proporcionar uma distribuição de lucros e dividendos maior que os justificados pela situação real das empresas – ou que uma parte dos ativos das empresas estivessem sendo liquidados para manter o pagamento dos dividendos.

A política adotada pelo *Federal Reserve* nos anos 1920s, se não determinou diretamente

esse movimento especulativo, pelos menos o facilitou; durante esses anos, em geral, o *Fed* adotou uma política de juros baixos para tentar conter o desaquecimento da economia norte-americana que poderia acontecer a partir do fim da guerra e com a recuperação da economia europeia. Apesar de pelos menos a partir de 1926 o argumento usado para manter essa política ter sido a de ajudar os países europeus (e a Grã-Bretanha, em especial) a retornar e manter-se no padrão-ouro¹⁰⁸, esta política de “dinheiro fácil”, em vez de ser canalizado para investimentos produtivos, foi em boa parte usado em complexas operações especulativas no mercado financeiro.¹⁰⁹

Quando em 1929 o *Fed* realiza uma relativa alta na taxa básica de juros, boa parte desses negócios especulativos que dependiam de um contexto de crédito barato são arruinados por não conseguirem mais rolar os seus negócios, provocando um estouro da bolha especulativa que crescia na bolsa de valores de Nova York, revelando o estado crítico das empresas capitalistas estadunidenses e tornando ainda mais aguda a Depressão experimentada. Além disso, com a fuga de capitais para os Estados Unidos em busca de taxas de juros maiores, parte considerável dos países europeus não conseguem mais manter os seus pagamentos correntes aos Estados Unidos, provocando a sua diminuição e, posteriormente, a saída de boa parte desses países do padrão-ouro.¹¹⁰ Portanto, as contradições que vinham se acumulando no capitalismo norte-americano em particular e no sistema capitalista como um todo desde aproximadamente a primeira década do século XX encontram um irrupção violenta com a crise de 1929, a Grande Depressão e todos os efeitos deletérios sobre a economia e a sociedade dos países capitalistas – sendo exatamente a classe trabalhadora e outros grupos sociais subalternos que amargaram sofrer os seus efeitos mais destrutivos.

A crise

As altíssimas *taxas de desemprego* foram, sem dúvida, um dos efeitos mais dolorosos sobre os trabalhadores durante a Grande Depressão. De acordo com as principais estatísticas, o desemprego vai aumentando progressivamente a partir de 1929 até atingir o seu pico em 1933 de quase 25%.¹¹¹

108 Cf. Panitch e Gindin (*op. cit.*); Allan H. Meltzer, *A history of the Federal Reserve, volume I (1913-1951)* (Chicago; London: The University of Chicago Press, 2003), p. 221.

109 Como bem salientava Marx, períodos de baixas taxas de juros representam um convite para a disseminação de práticas especulativas. Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo I (op. cit.)*.

110 O mais correto seria dizer *padrão divisa-ouro*, já que na tentativa de recuperação do padrão-ouro nos anos 1920s, em vez de ser exigido dos bancos centrais reservas em ouro que lastrassem a emissão de moeda, era permitido que essas reservas fossem em outra moeda que, por sua vez, fosse ela diretamente lastreada em ouro.

111 Sweezy e Baran (*op. cit.*), p. 231. Esses mesmos autores afirmam que essas taxas, mesmo sendo

Tabela 2.1.
Taxa de desemprego da força de trabalho civil

Ano	Taxa de desemprego	Ano	Taxa de desemprego
1919	2,3	1933	24,9
1920	4,0	1934	21,7
1921	11,9	1935	20,1
1922	7,6	1936	16,9
1923	3,2	1937	14,4
1924	5,5	1938	19,0
1925	4,0	1939	17,2
1926	1,9	1940	14,6
1927	4,1	1941	9,9
1928	4,4	1942	4,7
1929	3,2	1943	1,9
1930	8,7	1944	1,2
1931	15,9	1945	1,9
1932	23,6	1946	3,9

Fonte: Sweezy e Baran (*op. cit.*), p. 231.

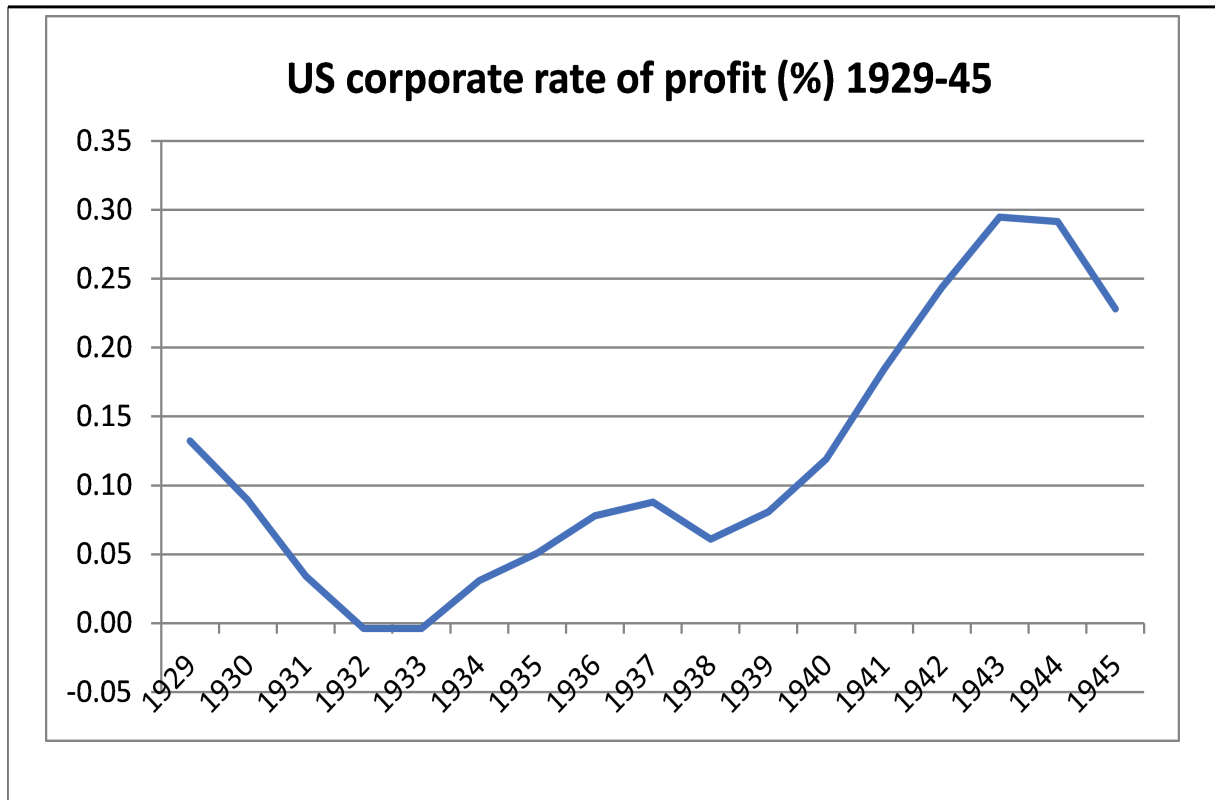
Entre os trabalhadores rurais os efeitos da crise também foram devastadores – talvez mais duros do que sobre os trabalhadores urbanos. A queda nos preços dos produtos agrícolas se torna ainda mais acentuada durante a Depressão, fazendo com que muitos trabalhadores rurais fossem demitidos ou, no caso de pequenos proprietários, perdessem suas terras. Muitos migraram para as cidades, não sem antes passarem por várias semanas acampando em beiras de estradas em condições das mais degradantes. A situação crítica do setor rural também terá como um dos seus resultados uma concentração ainda maior da propriedade da terra – seja por conta da aquisição por proprietários maiores daquelas lavouras em pior situação, seja por conta dos efeitos das políticas para o campo adotadas nos anos posteriores.¹¹²

impressionantemente altas, ainda não expressam a real magnitude do desemprego naqueles anos. Além de apontar deficiências nos métodos usados nessas pesquisas, os Autores concluem que o espantoso crescimento econômico experimentado no período 1939-1944 não teria sido possível se não existisse uma disponibilidade ainda maior de força de trabalho de reserva, o que os levam a concluir que as taxas de desemprego nos anos anteriores eram maiores. “Conquanto, naturalmente, nem a capacidade de trabalho nem o equipamento pudessem continuar indefinidamente a ser acionados no auge da intensidade da guerra, ainda assim julgamos que a tremenda expansão da produção, entre 1939 e 1944, prova categoricamente que a estimativa oficial de desemprego e os cálculos sobre a utilização da capacidade produtiva, deduzidos por métodos estatísticos amplamente aceitos, subestima a extensão da sub-utilização de recursos humanos e materiais numa economia capitalista monopolista.” Sweezy e Baran, p. 241.

112 Cf. Para dados sobre os efeitos concentracionistas na propriedade fundiária rural em função das medidas tomadas âmbito do *New Deal*, cf. Elliot Rosen, *Roosevelt, the Great Depression and the economics of recovery* (University of Virginia Press, 2005), pp. 148-150. Rosen não se esforça para disfarçar a sua aprovação desse processo de concentração (verdadeiras expropriações), afirmando que, tendo em vista a

No que diz respeito aos capitais da economia norte-americana, observa-se um aumento muito acentuado nas falências das empresas.¹¹³ Além disso, a lucratividade média dos capitais norte-americanos cai vertiginosamente até tornar-se prejuízo. Mesmo com pequeníssimas recuperações, no geral essa situação se prolongará até o início da Segunda Guerra Mundial.

Gráfico 2.2.



Fonte: Gráfico extraído de: Michael Roberts, “The Great Depression and the war”, In: <thenextrecession.wordpress.com>; publicado em: 26/06/2012; acessado em 12/2015.

Todo esse processo de falências, desvalorização das ações das empresas, entre outros fatores, favorecerá nos anos posteriores uma intensificação do processo de centralização de capitais, pois aqueles capitais que sobreviveram a esse processo (em geral, os maiores capitais e aqueles cujos agentes apresentaram maior *poder e astúcia*) tenderam a adquirir os ativos baratos daquelas empresas mais combatidas pela depressão. Além disso, as medidas tomadas posteriormente – tanto no setor industrial quanto no bancário e financeiro – favoreceram enormemente os grandes capitais monopolistas, permitindo que aqueles setores menos

modernização e o aumento da produtividade da agricultura a partir das medidas tomadas pelo governo Roosevelt, esse processo de concentração teve consequências positivas. Quando em 1935 foi estabelecido um sistema de seguridade mais abrangente nos Estados Unidos, os trabalhadores rurais estavam excluídos – semelhantemente ao que ocorreu no Brasil com a *Consolidação das Leis do Trabalho*.

113 Temporary National Economic Committee *apud* Rhonda Levine, *Classe struggle and New Deal: industrial labor, industrial capital, and the state* (Lawrence, Kansas: University Press of Kansa, 1988).

aquinhoodos pelas medidas tomadas pelo Estado e mais vulneráveis aos efeitos da crise fossem adquiridos pelos grandes capitais.¹¹⁴

No que diz respeito aos dados mais gerais da economia capitalista norte-americana, o Produto Interno Bruto de 1933 era pouco mais da metade do de 1929 em valores correntes. No que diz respeito às relações econômicas internacionais, as exportações e as importações em 1933 caíram para menos da metade do montante de 1929 em valores correntes. Apesar da queda acentuada nas exportações, é possível observar que mesmo em 1929 estas não chegaram a cerca de 5% do Produto Interno Bruto norte-americano.

Tabela 2.2.
Produto Interno Bruto dos Estados Unidos

Ano	Produto Interno Bruto em dólares correntes (bilhões)
1929	104,6
1930	92,2
1931	77,4
1932	59,5
1933	57,2
1934	66,8
1935	74,3
1936	84,9
1937	93,0
1938	87,4
1939	93,5
1940	102,9
1941	129,4
1942	166,0
1943	203,1
1944	224,6
1945	228,2

Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). Disponível em: <<http://www.bea.gov>>

114 Cf. Levine (*op. cit.*); Rosen (*op. cit.*).

Tabela 2.3.
Comércio Exterior dos Estados Unidos

Ano	Exportações em dólares correntes	Importações em dólares correntes
	(bilhões)	(bilhões)
1929	5,9	5,6
1930	4,4	4,1
1931	2,9	2,9
1932	2,0	1,9
1933	2,0	1,9
1934	2,6	2,2
1935	2,8	3,0
1936	3,0	3,2
1937	4,0	4,0
1938	3,8	2,8
1939	4,0	3,1
1940	4,9	3,4
1941	5,5	4,4
1942	4,4	4,6
1943	4,0	6,3
1944	4,9	6,9
1945	6,8	7,5

Fonte: Bureau of Economic Analysis (BEA). Disponível em: <<http://www.bea.gov>>

Como se pode observar, por essa e por muitas outras dimensões, a situação da economia e da sociedade norte-americana era deveras grave – tornando a situação política igualmente crítica, tanto do ponto de vista dos conflitos entre capital e trabalho quanto do ponto de vista dos conflitos entre os próprios setores capitalistas. Apesar disso, muitos dos agentes que vivenciaram esses anos ainda tentavam manter os coordenadas básicas do sistema capitalista funcionando nos moldes do período anterior – seja do ponto de vista do papel das agências estatais, seja do ponto de vista da observância dos dogmas do política econômica liberal ortodoxa (especialmente no que diz respeito às políticas monetárias e fiscais). Esse fato era ainda mais grave em se tratando dos agentes que estavam em posições chaves no governo Hoover, a começar pelo próprio presidente. A relutância em tomar medidas mais drásticas para tentar recuperar a economia norte-americana fez com que se somasse aos descontentes com o governo – além da classe trabalhadora e do conjunto dos subalternos que tornavam-se cada vez mais ativos em suas mobilizações – grande parte dos setores capitalistas¹¹⁵ que, por

115 O exemplo da *U. S. Chamber of Commerce*, no que diz respeito à negativa de Hoover em adotar algumas medidas propostas. Levine (*op. cit.*). Existe também o caso de Peek, mencionado acima, que rompe com o

pragmatismo ou por desespero, estavam dispostos a arriscar em políticas econômicas de novo tipo.

No que diz respeito à política econômica exterior, a medida mais importante tomada pelo governo Hoover após o início da depressão econômica foi a *Smoot-Hawley Act*, assinada pelo presidente em junho de 1930; esta foi uma das mais altas tarifas protecionistas já estabelecidas pelo governo norte-americano, que objetivava dar resposta às políticas de defesa da economia doméstica implementadas na Europa. Apesar desta elevação tarifária, não foram tomadas medidas pelo governo Hoover que pudessem indicar alguma intenção de abandonar o padrão-ouro no sentido de uma desvalorização do dólar frente a outras divisas – medida essa que teria um efeito protetivo mais acentuado do que a elevação de tarifas. Como veremos, foi exatamente o oposto o que foi realizado pelo governo Roosevelt: baixou-se as tarifas alfandegárias e abandonou-se o padrão-ouro.

A criação do *Reconstruction Finance Corporation (RFC)* foi talvez a medida de maior relevo tomada pelo governo Hoover para debelar a crise – apesar dessa agência tornar-se mais efetiva apenas com as modificações e ampliações de seus poderes realizadas a partir do próximo governo. O *RFC* (que posteriormente será o principal subscritor dos fundos que formarão o Eximbank) tinha como incumbência fornecer empréstimos a baixas taxas aos bancos que estavam sofrendo dificuldades de liquidez por causa das corridas bancárias e da perda de valor dos seus ativos – especialmente aos bancos que não eram membros do *Federal Reserve System*, impossibilitados, portanto, de adquirir reservas diretamente com essa agência. Além disso, o *RFC* estava autorizado a realizar empréstimos para algumas operações envolvendo negócios agrícolas – sendo o seu escopo de ação consideravelmente ampliado com o início do governo Roosevelt.

A falta de sucesso dessas medidas e a constatação possível já em 1932 de que a situação econômica complicada não era apenas uma das baixas periódicas dos ciclos de negócios mas uma depressão de mais fôlego deram o pano de fundo das eleições realizadas nesse mesmo ano. Roosevelt conseguiu angariar uma compósita base eleitoral que ia desde trabalhadores desempregados ou mal-remunerados, passando por pequenos agricultores e meeiros, a grandes proprietários rurais, capitalistas descontentes com as medidas do governo Republicano, entre outros. A aparente errância das políticas tomadas pelo futuro governo, as figuras mutuamente contraditórias nomeadas para cargos-chave, a multiplicidade de agências estabelecidas nos anos do *New Deal*, entre outros fatos, são expressões da quantidade de

governo Republicano por conta da não adoção de medidas que pudessem recuperar os preços agrícolas. Esse grupo é politicamente muito importante para Roosevelt.

interesses que se buscava inscrever no interior da sociedade política. Apesar dessa “desorganização” no balanço de poder e da dinâmica política que a Depressão suscitou, expressando-se nas transformações que operaram-se no aparelho de Estado capitalista norte-americano de então, o objetivo e a resultante das ações tomadas pelos sujeitos em posições mais privilegiados no governo foram no sentido de salvar o então combalido capitalismo estadunidense (que estava sob forte críticas de muitos setores subalternos organizados) e de sustentar os interesses daqueles capitalistas que demonstraram maior astúcia e poder no “fazer história” daqueles anos críticos.

§2. O governo Roosevelt

A origem do New Deal e a busca pela coordenação dos monopólios

O conjunto de políticas adotadas pelo governo Roosevelt que é comumente chamado de *New Deal*, não foi um programa previamente elaborado em suas minúcias e isento de incoerências entre os diversos itens particulares que o compõe; muito do que veio a se tornar o *New Deal* foram medidas *ad hoc*, tomadas para dar conta de interesses contraditórios entre si e de problemas práticos que se apresentavam na complicada conjuntura da Grande Depressão. Isso não significa, porém, que esboços e linhas gerais já não viessem sendo traçados antes de Roosevelt assumir o gabinete da Casa Branca.

Um dos exemplos dessas primeiras linhas gerais do que viria a ser o *New Deal* é um memorando enviado a Roosevelt por Louis Faulkner¹¹⁶, figura ligada às altas finanças de Wall Street, e Adolf Berle Jr.¹¹⁷, acadêmico da Universidade de Columbia, ainda no período eleitoral. Nesta correspondência enviada por Faulkner e Berle Jr. – sendo que esse último seria membro de primeira hora do chamado “*Brain Trust*”¹¹⁸ de Roosevelt, junto com Rexford Tugwell¹¹⁹ e Raymond Moley¹²⁰ –, após uma exposição sobre aquilo que seriam as principais causas da Depressão (em termos gerais, uma explicação de tipo subconsumista), divide-se o programa de ação do futuro governo entre medidas que deveriam ser tomadas imediatamente para combater os aspectos mais graves da Depressão e medidas com um alcance temporal

116 Louis Fallkner nasceu em 1883 em Mansfield (Pennsylvania). Formou-se no State Normal School em Mansfield. Atuou no ramo de ferrovias, bancário e financeiro, entre outras firmas. Cf. <http://www.oocities.org/hattiesburg_history/louis_edward_faulkner.html>; acesso em: dez./2015.

117 Adolf Berle Jr nasceu em 1895 em Boston (Massachusetts). Formado em direito ainda bem jovem, escreveu um livro que se tornou muito influente acerca das grandes corporações no capitalismo contemporâneo, junto com Means. Adolf Berle Jr. e Gardiner C. Means. *The modern corporation and private property* (New York: MacMillan Company, 1933). Além de fazer parte do *Brain Trust* mais próximo de Roosevelt, adquiriu funções diplomáticas e entre 1945 e 1946 foi embaixador no Brasil.

118 O termo “*brain trust*” parece ter sido usado anteriormente, mas popularizou-se naqueles anos para se referir ao grupo de conselheiros mais próximos de Roosevelt para a elaboração de sua política em diversas esferas. A sua composição mudou ao longo dos anos do governo Roosevelt, além de também existir grupos específicos de conselheiros para cada esfera de política. O termo “*brain trust*” também era usado para se referir a alguns tipos de comitês que reuniam acadêmicos, políticos profissionais e empresários com objetivo de elaborar políticas a serem adotadas a longo prazo.

119 Rexford Tugwell nasceu em 1891 em Sinclairville (Nova York). Formou-se em economia, focando seus estudos em economia agrária. É conhecido por ser o “Pai do planejamento nos Estados Unidos”, por conta da defesa que fazia da assunção por parte do Estado de funções de planejamento econômico. Escreveu textos, inclusive, sobre a economia agrária soviética. Foi um dos mais importantes formuladores do *Agricultural Adjustment Administration (AAA)*.

120 Raymond Moley nasceu em 1886 em Berea (Ohio). Formou-se em Ciência Política e foi um dos organizadores de uma das *Americanization boards*, cujo objetivo era tentar adequar a população de imigrantes ou de seus descendentes aos modos da cultura norte-americana – pelo menos aquilo esses setores dominantes entendiam como sendo cultura americana. Depois de ser um dos assessores mais próximos de Roosevelt – sendo, inclusive, quem escrevia boa parte de seus discursos – foi se afastando da presidência até finalmente romper com o governo, aproximando-se da oposição. Cf. <<http://ech.cwru.edu/ech-cgi/article.pl?id=MR1>>; dez./2015.

mais longo: entre as medidas imediatas, a essência das recomendações residia na ampliação dos poderes do *RFC*, possibilitando-o oferecer empréstimos para revitalizar a produção nos mais diversos setores; já entre as medidas de longo prazo, o que se propunha era uma verdadeira nova estratégia de acumulação para o capitalismo norte-americano.¹²¹

No memorando reconhecia-se que de fato a economia norte-americana estava se tornando cada vez dominada por grandes corporações cujo montante de capitais estava cada vez mais concentrado e centralizado, cabendo ao Estado tomar medidas para que esse fato não tornasse a Depressão ainda mais desastrosa – trazendo o espectro de uma possível irrupção revolucionária explícita.¹²² Constatava-se que a economia norte-americana era dominada por cerca de 2 mil homens que, além de agirem de forma descoordenada entre si, se encontravam num processo competitivo que poderia ser destrutivo para as partes envolvidas; além disso, tais corporações não tinham grandes responsabilidades para com os seus trabalhadores, consumidores e a comunidade em que se encontravam. A legislação criada para coibir o crescimento dos monopólios, segue o memorando, não resultou em efeitos práticos e nem poderia resultar; portanto, tal legislação deveria ser modificada no sentido de permitir consolidações entre empresas e a formação de monopólios, contanto que aqueles conglomerados interestaduais a dominar mais da metade do mercado fossem submetidos a uma regulação federal. Em traços gerais, essa regulação seria no sentido de estabelecer preços uniformizados, algum controle sobre a emissão de ações e novas fusões dentro de cada setor da economia – especialmente o industrial. Também eram arroladas medidas como seguros para a velhice, doença e desemprego. A justificativa para essas medidas assegurando alguns benefícios para os trabalhadores eram justificadas por conta da nova situação social criada pela proliferação dos monopólios.

Em vez de se continuar tentando de forma inútil debelar a formação dos grandes monopólios, a política correta seria não só permitir que esses monopólios se formassem, como também estimular essa formação. Porém, dada a perda de liberdade individual em uma economia dominada por monopólios, impossibilitando na prática que os indivíduos busquem seu bem-estar pessoal pelos seus próprios meios, regulações deveriam ser estabelecidas para garantir esse bem-estar. Em troca da liberdade e do estímulo à formação de monopólios, as grandes empresas monopolistas deveriam concordar em ter uma parte de seus lucros taxada para dar conta desses benefícios mínimos. Era essa a “barganha”, portanto, que deveria ser feita entre o grande capital e os trabalhadores assalariados, na visão do memorando

121 Levine (*op. cit.*), p. 65.

122 *Ibid.*

Faulkner/Berle Jr.¹²³

Para a implementação de um programa como esse, o apoio do grande capital seria de importância fulcral, e trazê-los para dentro do processo de elaboração e implementação das políticas planejadas ajudaria na conquista desse apoio. Pouco tempo depois, dois outros membros do *Brain Trust* de Roosevelt, Rexford Tugwell e Raymond Moley, elaboraram, em julho de 1932, um memorando para Roosevelt em que é proposta a formação de um conselho econômico diretamente ligado ao Executivo que tivesse a presença de representantes do grande capital norte-americano. Nesse mesmo memorando também é mencionado que a ideia fora apresentada a Henry I. Harriman¹²⁴, presidente da *U. S. Chamber of Commerce*, e que ele e a *USCC* apoiariam uma proposta de formação de um conselho desse tipo.¹²⁵ Tugwell e Moley recomendam que nenhum avanço na formatação de tal conselho econômico se dê sem consultar-se antes a *USCC*, dada a sua importância para a formação da opinião do empresariado. Como se percebe, no que diz respeito a *USCC*, ela já estava *de facto* “aconselhando sobre o conselho”, *i. e.*, sobre o seu desenho e funcionamento. Na opinião dos autores do memorando, este talvez fosse “o mais importante item singular no esquema geral para a reconstrução econômica”, ou seja, garantir que as medidas econômicas a serem tomadas fossem elaboradas de forma afinada com o grande capital e que o governo pudesse contribuir no maior entendimento do empresariado entre si.¹²⁶

Em novo memorando, de agosto de 1932, Berle Jr. insiste na necessidade de regular e unificar os grandes capitais monopolistas. Afirma ele: “Realmente, eles [*os maiores businessmen dos Estados Unidos*] estão no estado político dos barões feudais na França antes de um governo centralizado unificá-los”¹²⁷ A comparação com o absolutismo francês não poderia ser mais significativa do tipo de papel que planejava-se para o Estado capitalista norte-americano durante o governo Roosevelt.

Após a vitória eleitoral de Roosevelt em novembro de 1932, alguns pontos do programa a ser implementado pelo governo já ficavam mais claros. Novamente, Berle Jr. envia

123 “Although apparently differentiated from problems of concentration, insurance against old age, unemployment and sickness really becomes necessary as result of concentration. The theory that such insurance is unnecessary and unwise is based on the premise that individual action at liberty is the best safeguard of the individual. Where businesses are largely small and competitive, this may be true. In concentrated industry, the individual has no real liberty of action; he is at mercy of a uniform system with which he cannot cope.” Faulkner e Berle Jr. *apud* Levine (*op. cit.*), p. 66.

124 Não confundir com E. Henry Harryman, de uma geração anterior. Sendo esse último pai de W. Averrel Harriman, empresário com muitos interesses no comércio com a União Soviética e futuro embaixador dos Estados Unidos naquele país – sucedendo William Bullitt.

125 *Ibid.*, p. 66.

126 Tugwell e Moley *apud* Levine (*op. cit.*), pp. 66-67.

127 “Where the few thousand men running things a coordinated group, you would at least have a government of sorts. Actually, they are in the state of the political feudal barons in France before a centralized French government unified them.” Berle Jr. *apud* Levine (*op. cit.*), p. 67.

memorando a Roosevelt enfatizando que o programa de recuperação econômica deveria ter os seguintes eixos: (1) assistência aos agricultores e implementação de algum plano limitando a área que poderia ser cultivada; (2) estabilização das indústrias e dos seus preços através da permissão para fusões desde que fosse garantida o aumento no número de empregos; (3) medidas de assistência aos mais afetados pela Depressão que poderiam vir associadas a um programa de seguro-desemprego; (4) políticas acerca da emissão de moeda, dívida pública, tarifas, taxaço e orçamento.¹²⁸

Dessas medidas propostas por seus assessores antes de tomar posse em março de 1933, Roosevelt buscou aplicar algumas delas, o que não significa que mesmo as que buscou implementar tivessem resultados iguais aos previstos. A forma própria das medidas adotadas foram determinadas tanto pelas contingências de cada momento quanto pelas pressões exercidas por interesses contraditórios entre si. As sugestões mencionadas acima em boa parte tomaram forma no projeto do *National Industrial Recovery Act (NIRA)*¹²⁹, que seria aprovado no Congresso – não sem antes passar por uma série de vicissitudes. Como bem aponta Levine, o estímulo maior para a pronta aprovação do *NIRA* e para a inclusão de cláusulas trabalhistas mais abrangentes – sendo a mais significativa a permissão e estímulo à organização sindical – foi o temor da aprovação de um projeto de lei que tinha sido apresentado no governo anterior, mas ainda tramitava no Congresso: a chamada “*Black Thirty Hour Bill*”, que reduziria a jornada de trabalho para 30 horas semanais.

Para o estudo sobre a política econômica exterior adotada pelo *New Deal*, a *NIRA* e o *NRA* são importantes por conta dos grandes poderes que concedeu à presidência para aplicar medidas econômicas de efeitos profundos e de criar novas agências sem precisar passar pelo Congresso. Tanto a política monetária que resultou na saída dos Estados Unidos do padrão-ouro, quanto a própria formação do Eximbank – a partir dos poderes que dispunha sobre o *RFC* sobre o uso dos seus fundos, que acabaram sendo usados para compor a maior parte das reservas iniciais do Ex-Im –, assim como diversas outras medidas econômicas de grande monta se deram a partir dos dispositivos existentes na legislação do *NIRA* que permitia ao Executivo norte-americano de então uma liberdade de ação muito maior que nos períodos

128 Levine (*op. cit.*), pp. 67-68.

129 Para o texto do *NIRA*, cf. <<http://www.legisworks.org/congress/73/publaw-67.pdf>>; acesso em: dez./2015. De acordo com o *NIRA*, cada setor econômico deveria se organizar em associações com representantes desses mesmos setores com uma das suas mais importantes incumbências elaborar códigos com o objetivo de regular a atuação dos diversos capitais nas diversas áreas da economia. Essa legislação estimulou fortemente a formação de associações de categorias em setores em que a associatividade civil ainda não estava desenvolvida. Os grandes capitais monopolistas – muitos deles já contando com as suas associações – saíram na frente e conseguiram ter uma influência muito mais forte na elaboração desses códigos.

anteriores.

Esse poder acrescido do Executivo também se expressou na quantidade inédita de agências estatais criadas no governo Roosevelt – a chamada “sopa de letrinhas” de Roosevelt, por conta dos acrônimos que denominavam essas agências. Assim como no governo Vargas no Brasil, o governo Roosevelt estabeleceu uma imensa quantidade de órgãos federais, com destaque para aqueles que vieram compor um ampliado e complexificado aparato econômico estatal. É verdade que uma parte dessas agências tiveram vida curta, mas esse fato é mais um indício não apenas do caráter experimental das medidas que vinham sendo tomadas nos primeiros anos do governo Roosevelt, mas também da quantidade de interesses que Roosevelt buscava inserir nos quadros federais com o objetivo de garantir o seu apoio político e a coordenação entre os capitalistas norte-americanos de então.¹³⁰ Abaixo estão arroladas algumas das agências mais importantes criadas nesses anos.

130 Panitch e Gindin também sublinham a grande quantidade de agências federais criadas nesses anos, destacando o ineditismo desse processo. Os Autores interpretam esse fato como mais uma evidência da autonomia relativa que o Estado capitalista norte-americano vinha progressivamente adquirindo naqueles anos com relação a essa ou aquela fração capitalista em particular. Para dar conta do processo de internacionalização de algumas de suas funções – especialmente após a Segunda Guerra (e no caso do Brasil, acrescentaríamos, já no próprio período da Segunda Guerra) – o Estado capitalista norte-americano teve que passar primeiro por esse processo interno de desenvolvimento de suas funções econômicas em um momento em que a Depressão econômica e as tensões sociais que suscitou fizeram com que as tendências internacionalizantes do Estado norte-americano fossem temporariamente amainadas. Os Autores, porém, não mencionam a criação do Eximbank como um órgão que viria contribuir com esse processo de internacionalização e isso desde, pelo menos, fins de 1935 (portanto, em um período ainda mais pretérito)– quando se torna mais definitiva a vitória da linha “livre-cambista” de Hull e a subordinação da política seguida pelo Ex-Im ao Departamento de Estado.

Quadro 2.2.
Agências de Estado criadas durante o New Deal

Agência	Ano	Agência	Ano
Reconstruction Finance Corporation (RFC)*	1932	National Labor Relations Board (NLRB)	1934
Agricultural Adjustment Administration (AAA)	1933	Securities and Exchange Commission (SEC)	1934
Civilian Conservation Corps (CCC)	1933	Drought Relief Service (DRS)	1935
Civil Works Administration (CWA)	1933	Federal Art Project (FAP)	1935
Subsistence Homesteads Division (SHD)	1933	Federal Music Project (FMP)	1935
Emergency Banking Act (EBA)	1933	Farm Security Administration (FSA)	1935
Federal Aviation Administration (FAA)	1933	Federal Theatre Project (FTA)	1935
Farm Credit Administration (FCA)	1933	Federal Writers' Project (FWP)	1935
Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC)	1933	National Labor Relations Act (FLRA)	1935
Federal Emergency Relief Administration (FERA)	1933	National Youth Administration (NYA)	1935
Federal Surplus Relief Corporation (FSRC)	1933	Resettlement Administration (RA)	1935
Home Owners' Loan Corporation (HOLC)	1933	Rural Electrification Administration (REA)	1935
National Industrial Recovery Act (NIRA)	1933	Social Security Administration (SSA)	1935
National Recovery Administration (NRA)	1933	Social Security Board (SSB)	1935
Puerto Rico Reconstruction Administration (PRRA)	1933	Works Progress Administration (WPA)	1935
Public Works Administration (PWA)	1933	United States Maritime Commission (USMC)	1936
Export-Import Bank of Washington (Eximbank)	1934	United States Housing Authority (USHA)	1937
Federal Communications Commission (FCC)	1934	Fair Labor Standards Act (FLSA)	1938

Federal Housing Administration (FHA)	1934	Federal Works Agency (FWA)	1939
--------------------------------------	------	----------------------------	------

Notas: * Apesar de ter sido criada no final do governo Hoover, apenas no governo Roosevelt essa agência adquiriu maiores poderes de ação na realidade econômica norte-americana.

Fonte: William Safire, *Safire's Political Dictionary* (New York: Oxford University Press, 2008).

Política, capital-dinheiro e mercado mundial

O *NIRA*, que suscitou a criação do *National Recovery Administration (NRA)*, também possuía alguns dispositivos que autorizavam o presidente a alterar a relação do dólar com o ouro com fins de evitar uma queda generalizada dos preços agrícolas. Esse fato é importante porque, apesar de ser enfatizada a importância do *NIRA* para a economia doméstica norte-americana, uma mudança na relação ouro/dólar, por mais que justificada como medida para favorecer a agricultura doméstica, teria impactos fortíssimos nas relações econômicas exteriores norte-americanas como um todo. Tais dispositivos da *NIRA* foram exatamente os usados para se iniciar o processo de abandono do padrão-ouro em 1933, como dissemos.¹³¹

Como dissemos anteriormente, interesses contraditórios entre si em certos aspectos encontravam-se inseridos no interior do governo Roosevelt; sendo assim, a discussão em torno da política monetária torna possível a observação de parte dessas contradições que atravessavam os agentes presentes no governo. Logo no início do seu governo, Roosevelt criou um grupo de conselheiros que pudessem sugerir medidas em termos de política monetária, sendo que, dentro desse próprio grupo, as posições eram as mais divergentes – além da própria composição desse grupo ter se alterado ao longo do tempo. Além das tradicionais posições em favor da estabilidade monetária e manutenção do atrelamento do dólar ao ouro – o que era defendido pelas posições mais ortodoxas e sensíveis à grande banca de Wall Street –, um grupo de economistas voltados para economia agrária passa a ter presença de destaque no conselho sobre assuntos monetários ligados à presidência.

Esses economistas agrários, mesmo divergindo entre si em diversos aspectos, tinham em comum o ponto de defenderem uma política de aumento dos preços agrícolas. Enquanto

131 Essa relação dólar/ouro sobre os preços agrícolas não foi apontada pela primeira vez nos anos da Depressão. Remonta ao fim do séc. XIX os protestos de expressivos setores agrários de que após o retorno dos Estados Unidos ao padrão-ouro – após a Guerra Civil – os preços dos produtos agrícolas vinham constantemente sendo deflacionados. Dessa forma, um das reivindicações desses interesses – especialmente através de associações rurais criadas naquele período, culminando na formação do *People's Party*, ou seja, através do chamado *populismo* norte-americano – era a adoção de medidas monetárias que pudessem aplacar esse efeito deflacionário e, no limite, abandonar o padrão-ouro. Outra importante medida reivindicada pelos populistas era a regulação do sistema ferroviário com vistas a diminuir as tarifas pagas pelo produtor rural para transportar sua produção para os mercados. Barry Eichengreen, *Globalizing capital: A history of the international monetary system* (Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2008), p. 85. Gabriel Kolko, *Railroads and regulation, 1877-1916* (New York: The Norton Library, 1970).

alguns defendiam que esse aumento fosse realizado através da desvalorização unilateral do dólar – com compra de ouro pelo governo a preços superiores aos praticados no mercado –, outros achavam que esse aumento deveria ser obtido de maneira negociada com outras potências capitalistas (especialmente a Grã-Bretanha). Outra divergência também se tinha com relação às políticas de limitação da área plantada, reguladas através da AAA, entre outras medidas de planejamento da economia agrária – sendo essa política, inclusive, denunciada como “socialismo” e “comunismo”.¹³² Seja como for, é importante destacar que figuras oriundas do Departamento de Comércio e do Departamento de Agricultura passaram a ter um peso cada vez maior no “grupo monetário” ao longo dos meses, em detrimento dos agentes oriundos no Tesouro (mais sensíveis à Wall Street e favoráveis à manutenção da vinculação dólar/ouro).

Aquele que mantinha-se mais aferrado à visão ortodoxa de recuperação do padrão-ouro e de combate a tendências inflacionárias era Paul Warburg¹³³, levando-o, inclusive, a entrar em conflitos com Roosevelt. Tais atritos vieram numa crescente culminando no rompimento de Warburg com o governo.¹³⁴ Porém, as medidas efetivamente tomadas por Roosevelt para desvalorizar o dólar através da política de compra de ouro, culminando na saída definitiva do padrão-ouro também não tinham o respaldo de todo o “grupo monetário” de Roosevelt. A preocupação da Presidência era evitar que os preços dos produtos agrícolas caíssem ainda mais e prosseguir a compra de ouro. Posteriormente, foi implementada uma política de adquirir todo novo ouro extraído no território norte-americano e, por fim, de proibição da posse de ouro por particulares – a não ser para usos artísticos, científicos, entre outros usos.

132 Lembrando que o destacado membro do “Brain Trust” Rexford Tugwell era uma dos mais ardorosos defensores do planejamento econômico, tanto do setor agrícola em particular, quanto da economia como um todo. Tugwell escreveu um dos capítulos de uma obra coletiva sobre a economia soviética, tratando nesse texto da economia agrária. Cf. Stuart Chase, Robert Dunn e Rexford Tugwell (ed.), *Soviet Russia in the second decade: A joint survey by the Technical Staff of the First American Trade Union Delegation* (New York: The John Day Company, 1928). Tugwell também escreveu demais textos sobre a União Soviética.

133 Nascido na Alemanha em 1868, Warburg posteriormente naturaliza-se norte-americano e torna-se importante banqueiro, sendo um dos formuladores do *Federal Reserve*. Passou pela diretoria de várias grandes corporações, como a *Kuhn, Loeb, Wells Fargo*, entre outras. Participou na década de 1920 da operação que levantou capitais em Wall Street para a formação da *I. G. Farben*, maior conglomerado químico do mundo, além de ter sido também da diretoria da associada norte-americana dessa companhia, a *American I. G.* Contraditoriamente, a *I. G. Farben* tornar-se-ia a maior fabricante do gás *Zyclon*, responsável pela morte de milhões de judeus nos campos de concentração nazistas, já que Warburg ele próprio era judeu.

134 Raymond Moley, que viu parte importante de suas perspectivas não realizadas na Conferência Econômica de 1933, realizada em Londres, também foi a partir de então progressivamente se afastando do governo, culminando no seu rompimento e posterior apoio a candidaturas Republicanas para Presidência. Moley passou a defender posteriormente posições cada vez mais conservadoras, tanto do ponto de vista da política econômica, quanto do ponto de vista político e social mais amplo. Não é coincidência o fato de que algumas das suas obras mais fortemente críticas ao governo Roosevelt encontrem-se disponíveis para a leitura no *site* do Instituto Mises, como *After Seven Years* e *How to Keep our Liberty*. Cf. <<https://mises.org/profile/raymond-moley>>; acesso em: dez./2015.

Essa política foi ainda além quando se iniciou a compra de ouro também no mercado internacional, isso através de uma subsidiária do *RFC*, já que existiam limitações legais para o *Federal Reserve* realizar esse tipo de operação. O agente destacado por Roosevelt para executar esse programa – então no *Farm Credit Administration*, mas que posteriormente ocuparia a Secretaria do Tesouro – foi Henry Morgenthau Jr.¹³⁵

O que é importante perceber nesse processo de abandono do padrão-ouro e desvalorização do dólar é que os interesses que mais influenciaram essa tomada de decisão foram exatamente os interesses agrários, principalmente os dos produtores de algodão e trigo. Esse fato seria para boa parte da historiografia uma das evidências da fase mais “nacionalista” nos primeiros anos do *New Deal* – situando apenas após o chamado “segundo *New Deal*” (a partir de cerca de 1935), uma postura mais internacionalista. Se é inegável o impacto dessas medidas de caráter monetário sobre as relações econômicas exteriores, estas devem ser relacionadas também com as políticas comerciais tomadas nesse período. Sendo assim, ao se tratar da política comercial – a da ferrenha disputa que também ocorreu nesse campo, sendo as figuras mais representativas de cada lado Cordell Hull e George Peek – é possível ter um quadro mais matizado, pois, se no caso da política monetária aparentemente foram os interesses agrários os que pesaram mais fortemente, no que diz respeito à política comercial os representantes desses interesses (George Peek) *parecem* terem sido derrotados. Nesse sentido, as políticas comerciais mais importantes no que diz respeito às relações exteriores e que foram objeto de intensas disputas foram a criação do Eximbank e a aprovação do *Reciprocal Trade Agreement Act (RTAA)*. Nessa disputa, porém, aparentemente a posição internacionalista foi a que saiu vitoriosa, com a adoção da linha defendida por Hull de se buscar a liberalização do comércio internacional através de acordos recíprocos com cláusulas-NMF. Tratemos, portanto, mais de perto dessa disputa em torno da política comercial no bojo da qual o Eximbank foi criado.

Política, capital-mercadoria e mercado mundial

Nos períodos críticos da Depressão, o debate em torno de qual deveria ser a política comercial adotada era um dos que acendia as maiores polêmicas. Além do debate sobre a política tarifária propriamente dita, ideias em torno da realização de operações de *compensação*, *permuta*, entre outras envolvendo, de forma simplificada, a troca bilateral de mercadoria contra mercadoria (sem ou com insignificante intermediação monetária), passaram a ser

135 Para todos os passos nesse esquema de ruptura com o padrão-ouro, cf. Milton Friedman e Anna Schwartz, *Monetary history of the United States* (9. reimpressão. Princeton: Princeton University Press, 1993), p. 446 e ss. É interessante registrar que essa obra foi realizada no âmbito do *National Bureau of Economic Research* norte-americano ainda no período da administração Kennedy.

ventiladas com mais veemência. O caráter compósito das forças sociais que ocupavam o governo Roosevelt também expressava-se nesse debate, existindo as posições as mais díspares. Porém, pelo menos na imediatividade de luta política dos primeiros anos do *New Deal*, a aparência é que a posição *internacionalista*, defendida por Hull foi a vitoriosa – em detrimento da posição *bilateralista* defendida por Peek.

Se observarmos os dados acerca da participação das exportações norte-americanas no total da produção econômica, constataremos que estas responderam por cerca de um vigésimo da produção total em 1929, conforme apresentado na tabela exposta anteriormente.

Pode parecer surpreendente que houvesse tanta hesitação em privilegiar medidas mais preocupadas com a recuperação da economia doméstica. De fato, como vimos acima, no que diz respeito à política monetária, venceu a posição que privilegiava a recuperação dos preços domésticos em detrimento da manutenção da vinculação do dólar ao ouro – vinculação essa, segundo se acreditava, forçava uma deflação dos preços domésticos. Porém, no que diz respeito à política comercial propriamente dita, ou seja, no que diz respeito à política tarifária, de acordos comerciais, modalidades comerciais, etc., o assunto tomava uma complexidade maior pois existiam certos setores no governo que acreditavam que o adensamento das relações comerciais via tratados, diminuição de barreiras protecionistas, etc., ajudariam a sustentar a estabilidade política internacional e evitar que novos conflitos pudessem ocorrer. Cordel Hull era também um dos principais divulgadores dessa visão, e de sua posição como Secretário de Estado buscou colocá-la em prática, pressionando o governo e agindo através do Departamento de Estado para que acordos a partir da cláusula-*NMF* fossem negociados pelos Estados Unidos com o maior número possível de nações.¹³⁶

Um dos primeiros episódios dessa disputa foi novamente a Conferência Econômica de Londres, em 1933 – momento esse pouco favorável para o sucesso de uma política multilateralista como a defendida por Hull, já que, além da desvalorização da libra esterlina em 1931, a Grã-Bretanha (fundamental em uma estratégia de reconstrução dos laços econômicos internacionais naquele momento) também tinha recentemente assinado acordos de preferências comerciais com os países do *Commonwealth* (Ottawa, 1932) e com a Argentina (Roca-Runciman, 1933). Esses acordos de preferências comerciais assinados pela Grã-Bretanha com esses outros países envolviam não apenas a suspensão de tarifas protecionistas, mas também o estabelecimento de cotas recíprocas de certas categorias de mercadorias que cada país se comprometeria a adquirir por ano. Ou seja, tratava-se exatamente do oposto do que prescreveria uma política multilateralista como a defendida por

136 Cordel Hull, *The Memoirs of Cordel Hull, Volume I* (New York: The MacMillan Company, 1948).

Hull.¹³⁷ Além disso, não havia homogeneidade entre as posições defendidas entre os membros da delegação norte-americana presente na Conferência de Londres. Não seria nesse momento, portanto, que Hull e os partidários de uma política comercial liberal obteriam as suas primeiras vitórias.

O principal opositor de Hull, George Peek, nos primeiros meses do governo Roosevelt encontrava-se instalado no *Agricultural Adjustment Administration (AAA)*, agência estatal criada a partir da aprovação do *Agricultural Adjustment Act* – legislação cuja formulação o próprio Peek participara com destaque. Como mencionamos acima, Peek rompera com o Partido Republicano após a sua relutância em implementar políticas de sustentação do preço dos produtos agrícolas e de estabelecimento de barreiras protecionistas também para esses produtos. A experiência de Peek nos anos de guerra na *Economic War Board* fez com que ele defendesse a permanência também para os períodos de paz dos mecanismos de sustentação dos preços, de subsídios, de operações de permuta direta de mercadorias, entre outras medidas comerciais aparentemente pouco ortodoxas. O projeto de lei *McNaury-Haugen* era a maior expressão dessa política e fora apresentada algumas vezes nos governos republicanos e nunca sancionada pela presidências – com veementes protestos de Peek. A importância política de Peek era apreciada por Roosevelt que buscou através dele angariar para a sua campanha eleitoral e para o seu governo o apoio dos setores rurais descontentes com a falta de assistência ao campo dos governos Republicanos. Daí a sua nomeação para o *AAA*, apesar das contradições com outros membros dessa mesma agências e de outras também voltadas para a recuperação da economia rural.

Como mencionamos acima, Rexford Tugwell era um dos mais fervorosos defensores do planejamento econômico nos Estados Unidos e seu campo de estudo principal era exatamente a economia rural. O *AAA* era uma das agências criadas por Roosevelt naqueles anos que mais ativamente deveria exercer essa política de planejamento, na visão de Tugwell. Apesar disso, Peek, que estava instalado nessa mesma agência, era contrário ao planejamento estatal na economia rural. Achava que a coordenação da produção rural (especialmente a política de controle de preços) deveria se dar através dos próprios agentes privados entre si. Além disso, Peek era contrário ao método de elevação dos preços agrícolas através da limitação da área

137 De acordo com as memórias de Warburg, presente na Conferência Econômica de Londres e também defensor de uma política monetária internacionalista, Hull aparentava não ter conhecimento aprofundado das implicações e detalhes do funcionamento das transações monetárias internacionais, focando sua defesa pela multilateralização das relações comerciais muito mais do ponto de vista tarifário. Segundo Warburg, Hull não teria percebido que qualquer redução tarifária teria efeitos nulos se o dólar se desvinculasse do ouro e se disseminasse uma “guerra cambial”, através de desvalorizações sucessivas dos diversos países. Rosen (*op. cit.*), pp. 27, 42.

plantada – no qual o governo pagaria um subsídio por acre que fosse deixado inculto. A quantidade de contradições que Peek foi acumulando com outros membros das agências estatais voltadas para produção rural – assim como algumas grandes companhias processadoras dessa produção rural, que discordavam em estabelecer preços mínimos para essa produção – levou a sua demissão do *AAA* em dezembro de 1933. Pouco tempo depois, porém, Roosevelt o nomeou como *Special Adviser on Foreign Trade (SAFT)*, garantindo um cargo para Peek em seu governo e o seu apoio político.¹³⁸

O que fica claro do debate sobre a política comercial nesse primeiros anos é o peso que os interesses agrários tinham nesse tema. Apesar de ter ocorrido um grande aumento nas exportações de bens manufaturados – especialmente de bens de consumo duráveis – no final da Primeira Guerra e nos anos imediatamente seguintes, os produtos agrícolas eram os que mais tradicionalmente dependiam do setor externo – em especial o algodão, mais ainda que o trigo, cuja produção ainda tinha parte considerável consumida no mercado interno. Além disso, esses produtos sofriam mais com a oscilação de preços no mercado mundial, dadas as características da formação de preços desses produtos primários. Portanto, o sucesso da política “livre-cambista” defendida por Hull dependia de encontrar alguma forma de atender os setores agrários – o que acabou acontecendo via favorecimento dos produtores maiores em detrimento da bancarrota dos menores, isso sem falar do imenso desemprego que grassou entre os trabalhadores rurais meeiros – e derrotar as posições mais radicalmente autárquicas e bilateralistas em termos de comércio exterior.¹³⁹ Na verdade, o próximo Eximbank – cuja origem trabalharemos na próxima seção – foi fundamental para conseguir o apoio desses setores agrários através dos créditos de curto prazo destinados na maior parte para o escoamento dos excedentes agrários.

O ano de 1934 é aquele em que a visão multilateralista de Hull alcança as suas primeiras vitórias. A maior expressão dessa vitória foi a aprovação do *Reciprocal Trade Agreement Act (RTAA)*, em 12 de junho de 1934. De acordo com essa legislação, o Executivo ganhava autonomia para firmar acordos comerciais com outros países com reduções de tarifas de até 50% sem precisar passar tais acordos pelo Congresso – desde que os países com os quais se firmasse o acordo também efetuasse reciprocamente reduções em suas taxas.¹⁴⁰ Munido

138 Sobre o uso por Roosevelt da “técnica” de reorganizar constantemente a sua cadeia de comando e de pôr em funções similares ou em uma mesma agência figuras composições às vezes opostas como forma de manter o controle sobre detalhes de decisões importantes, cf. Robert Dallek, *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945* (New York; Oxford: Oxford University Press, 1995), p. 42.

139 A política de fornecimento de subsídio para a manutenção de uma parte das fazendas incultas também ajudou bastante no sucesso em dobrar os maiores interesses agrários, assim como a política de fornecimento de facilidades creditícias aos produtores rurais.

140 Para o texto do *RTAA*, cf. <<http://legisworks.org/sal/48/stats/STATUTE-48-Pg943a.pdf>>; dez./2015.

desses poderes, o Executivo dará carta branca para o Departamento de Estado iniciar tratativas diplomáticas com o objetivo de firmar acordos recíprocos no espírito do *RTAA*.

A aprovação dessa legislação foi encarado como um duro golpe por Peek – que então acumulava sua função como *Special Adviser on Foreign Trade* com a de Presidente do recém-criado *Export-Import Bank of Washington* – na verdade, acumulava a presidência dos dois Ex-Im's criados em 1934, conforme veremos mais à frente.¹⁴¹ Segundo Peek, os Estados Unidos cometiam um grave erro ao abrir mão do seu poder barganha comercial em um momento em que os principais países capitalistas protegiam suas economias com barreiras protecionistas.¹⁴² Importante destacar que nesses anos, de sua posição no Eximbank Peek buscou desenrolar negociações com o governo da Alemanha envolvendo a venda de algodão em que moeda bloqueada seria usada como pagamento – moeda essa que só poderia ser usada para a compra de mercadorias alemãs. Esse esquema de pagamento, como veremos em capítulo a frente, é muito similar àquele praticado entre Brasil e Alemanha na segunda metade dos anos 1930s.

Porém, após veemente intervenções junto à presidência, mais uma vez capitaneadas por Hull, foram abandonadas essas tratativas com a Alemanha.¹⁴³ Portanto, com cada vez menos espaço dentro do governo Roosevelt, com a relativa falta de atividade do Eximbank em seus primeiros meses de funcionamento – muito por conta da indefinição acerca dos rumos que tomaria a política comercial exterior dos Estados Unidos –, em dezembro de 1935 ocorre a demissão de Peek dos seus cargos no governo e a sua ida para a oposição. Inicia-se, portanto, uma segunda fase – ou um segundo *New Deal*, como quer parte da historiografia –, em que questões de ordem internacional passam a ter uma atenção maior da Administração Roosevelt do que nos primeiros anos de governo. Se essa virada redundou em oposição de figuras como Peek, por outro lado também ajudou o governo a angariar o apoio de outros setores capitalistas que viam com extrema preocupação as medidas favorecendo a sindicalização dos trabalhadores urbanos e o estabelecimento dos principais eixos de um sistema de seguridade social (a partir de 1935).¹⁴⁴

141 Trataremos dos eventos que antecederam a criação do Eximbank em seção posterior.

142 Carta de Peek para Roosevelt, 16 de julho de 1935, *In*: “Agriculture; Peek, George N.” folder, Eximbank Digital Archive, disponível em <<http://cdm16645.contentdm.oclc.org/cdm/>>.

143 Cf. Carta de Hull para Roosevelt de 14 de dezembro de 1934, *In*: <<http://docs.fdrlibrary.marist.edu/PSF/BOX31/a294j01.html>>; acesso em: dez./2015. Rascunhos do acordo do algodão com os alemães, cf. <<http://docs.fdrlibrary.marist.edu/PSF/BOX31/a294j07.html>>; acesso em: dez./2015.

144 De acordo com Rosen, muitos empresários que apoiaram a reeleição de Roosevelt em 1936 o fizeram acreditando que a agenda econômica internacional propugnada por Hull seria uma das prioridades do seu segundo mandato. Além disso, o *CFR* buscou exercer pressão sobre o governo para que uma linha comercial mais multilateralista tivesse curso a partir daqueles anos – sendo a aprovação do *RTAA* e a posterior ação do Eximbank sinais, aos olhos do *CFR*, desse novo curso. Shoup e Minter (*op. cit*), pp. 22-28. De acordo com essa obra, o governo Roosevelt marca uma fase de presença mais íntima do *CFR* no governo.

§3. Origens do Eximbank

Antecedentes históricos

Os antecedentes do Eximbank, assim como outras medidas de controle e coordenação da produção implementados durante o *New Deal*, também devem ser buscados nos idos da Primeira Guerra Mundial. Nos anos do conflito fora criado nos Estados Unidos o *War Finance Corporation*, cujo capital disponível para operações montava em cerca de 500 milhões de dólares – todo ele subscrito pelo governo. O objetivo dessa agência era fornecer crédito comercial de até 5 anos aos exportadores que naqueles anos de guerra não estavam conseguindo obter empréstimos em magnitude e termos razoáveis dentro dos canais bancários privados – situação bem similar a vivenciada pelos exportadores nos anos da Grande Depressão. Essa experiência pioneira, porém, teve vida curta: tendo sido criada em abril de 1918, o *War Finance Corporation* foi liquidado em 1 de janeiro de 1925 – apesar de até 1938 ainda subsistirem alguns negócios antigos pendentes e certos pagamentos a receber.¹⁴⁵

Durante os anos 1920, com a busca de restabelecer suas posições no mercado mundial, foram países europeus e o Japão que avançaram na formatação de instituições creditícias destinadas a apoiar a exportação de mercadorias, especialmente através de fornecimento de seguros para as transações comerciais e concessão de crédito de longo prazo. Nos anos que antecederam a fundação do Eximbank, o exemplo dessas instituições de crédito comercial europeias e japonesas foram frequentemente mencionados como formas bem sucedidas de promover as exportações.

Outro fato de grande importância para origem do Eximbank, foi o retorno da atividade comercial entre Estados Unidos e *União Soviética* nos anos 1920s – pois o Eximbank em sua origem foi pensado para financiar o comércio com a economia soviética. Apesar disso, o não reconhecimento diplomático do governo norte-americano opunha uma série de barreiras ao desenvolvimento ainda maior desse comércio nos anos 1920s. Além das razões econômicas alegadas – o não reconhecimento das dívidas do governo czarista, a nacionalização de propriedades estrangeiras, entre outras –, existia o fato político básico de que, pelo menos formalmente, o Estado soviético assumir como seu compromisso o apoio à derrubada revolucionária dos regimes capitalistas no mundo e à construção do socialismo. No que diz respeito aos débitos do governo czarista, apesar de serem de pequena monta, este, segundo Hoover, era um problema de princípios aos quais os Estados Unidos deveriam estar sensíveis,

145 Sidney A. Trundle Jr., “The Export-Import Bank of Washington: its origins, operations and relationships with other governmental agencies (1934-1950)” (New York: Rutgers University, 1950), p. 24.

já que tinham tornado-se uma nação credora frente aos outros países do mundo.¹⁴⁶ Essa opinião da presidência era compartilhada pela grande maioria dos agentes do Departamento de Estado, que, inclusive, viam com reprovação aqueles capitalistas que se arriscavam nesses negócios.

Esses constrangimentos políticos dificultavam, mas não bloqueavam totalmente as relações econômicas Estados Unidos-União Soviética – e afirma-se constrangimentos *políticos* porque outros países encontravam sérias dificuldades em efetuar os pagamentos de suas dívidas de guerra, chegando, inclusive, a realizar o *default* desses serviços e não sofriam o mesmo tratamento que era dispensado à União Soviética. Os dados permitem observar que após o fim da *Guerra Civil* na União Soviética e a sua recuperação econômica, o comércio entre os países experimentou um considerável aumento, sendo esse aumento ainda maior nos primeiros anos da Grande Depressão.¹⁴⁷

Tabela 2.4.

Comércio dos Estados Unidos com a União Soviética (milhares de dólares)

Ano	Exportações	Importações
1921	15.584,00	1.311,00
1922	29.896,00	964,00
1923	7.617,00	1.619,00
1924	42.103,00	8,168,00
1925	68.906,00	13,120,00
1926	49.906,00	14,122,00
1927	64.921,00	12.877,00
1928	74.091,00	14.025,00
1929	84.011,00	22.551,00
1930	114.399,00	24.386,00
1931	103.717,00	13.206,00
1932	12.641,00	9.736,00

Fonte: Mikhail V. Condoide, *Russian-American trade: a study of the soviet foreign-trade monopoly* (Second Printing. Columbus, Ohio: Bureau of Business Research College of Commerce and Administration, 1947), p. 91.

Apesar da posição majoritária dos governos anteriores a Roosevelt de não reconhecer

146 William H. Becker e William M. McCleanahan Jr., *The Market, the State and the Export-import Bank of the United States, 1934-2000* (New York: Cambridge University Press, 2003), p. 99.

147 Para uma comparação do comércio de outros países com a União Soviética, cf. United States Department of State, *Papers Relating to the Foreign Relations of the United States, 1928, Volume III* (Washington: Government Printing Office, 1943), pp. 825-826. Os dados de Becker e McClenahan apresentam inconsistências se comparados com esses, pois não parece proceder a afirmação que em meados dos anos 1920s a União Soviética chegou a ser o principal destino das exportações norte-americanas.

diplomáticamente a União Soviética, o governo não interferiu nos agentes privados que buscaram realizar negócios naquele país. Os casos mais emblemáticos de negócios realizados por norte-americanos com os soviéticos foram os realizados por W. Averell Harriman¹⁴⁸ em 1925, que envolvia a exploração de minas de manganês, por Percival Farquar em 1928, que envolvia pequenas siderúrgicas e minas de carvão e ferro¹⁴⁹, e, talvez o caso com maiores repercussões, a assinatura em maio de 1929 por Henry Ford de um acordo de cooperação para a construção da indústria automobilística soviética – inclusive com o envio de missões técnicas com o intuito de treinar a primeira geração de operadores dessas plantas industriais.¹⁵⁰

Outros homens de negócios também tentaram obter alguma parcela do mercado soviético. Tais capitalistas, como meio de conseguir mais facilidades nos negócios com a União Soviética, criaram nessa década diversas associações civis, como a *American Commercial Association to Promote Trade With Russia* – criada em 1919 para suprir o vácuo deixado pela *American-Russian Chamber of Commerce*, ainda indecisa sobre como relacionar-se com a economia soviética após a Revolução de Outubro – e a *Allied American Corporation*, criada com o objetivo de fazer as vezes de câmara comercial até a renovação da *American-Russian Chamber of Commerce*.¹⁵¹ O *Chase National Bank of New York*, que tinha perdido dinheiro com as nacionalizações, procura nesses anos organizar junto a outras instituições bancárias

-
- 148 W. Averell Harriman foi um capitalista norte-americano que estava envolvido numa multiplicidade de negócios, desde bancos, ferrovias, produtos agrícolas, entre outros. Também buscou levantar financiamento para negócio (em que capitais alemães também estavam envolvidos) que, segundo a visão do Departamento de Estado, acabaria configurando-se em empréstimo para o governo soviético – no caso, através da *Amtorg Trading Corporation*, agência estatal responsável pela realização de operações comerciais com os Estados Unidos. United States Department of State, *Papers Relating to the Foreign Relations of the United States, 1926, Volume II* (Washington: Government Printing Office, 1941), p. 906 e ss. Posteriormente tornou-se embaixador dos Estados Unidos na União Soviética. Cf. Stephen D. Fitch, “The Harriman Manganese Concession in the Soviet Union: Lessons for Today”, *In: Berkeley Journal of International Law* (v. 9, 1991).
- 149 United States Department of State, *Papers Relating to the Foreign Relations of the United States, 1928, Volume III* (*op. cit.*), p. 826. É exatamente o mesmo Percival Farquar que, além da participação na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, igualmente atuou no ramo da mineração no Brasil, com destaque para a *Itabira Iron Ore Company* que, após a sua encampação pelo Estado, tornar-se-ia parte da *Companhia Vale do Rio Doce*.
- 150 A contrapartida do governo soviético seria a compra por um número determinado de anos de um montante negociado de peças de automóveis e caminhões para serem montadas em território soviético. Após a assinatura desse acordo, um número considerável de outras companhias procuraram os agentes soviéticos em busca de oportunidades de negócios – busca essa que se tornaria ainda mais aguda após o início da Depressão.
- 151 A *American-Russian Chamber of Commerce* foi criada em 1916 e, dado que muitos dos seus membros perderam milhões de dólares com as nacionalizações, essa associação era um dos bastiões da política de não reconhecimento. James K. Libbey, *Alexander Gumberg & Soviet-american Relations, 1917-1933* (Kentucky: The University Press of Kentucky, 1977), p. 141 e ss. Contrariamente do que afirma Becker e McClenahan (*op. cit.*, p. 13), a *American-Russian Chamber of Commerce* não foi criada nos anos 1920, mas em 1916 – o que não é um mero detalhe, dado que ocorreu um processo revolucionário nesse meio tempo.

norte-americanas negócios em comum para conceder créditos para as operações comerciais soviéticas, revendo a sua posição dos anos logo imediatamente após a Revolução de Outubro.

A partir de 1928 e o anúncio do Primeiro Plano Quinquenal pelo governo soviético, aumentou a expectativa de muitos empresários norte-americanos por novos negócios – especialmente no tocante a bens de produção (e de fato ocorreu o aumento na aquisição de bens desse tipo no âmbito do Plano). Porém, já naquele momento, o que se apresentava como um dos maiores impeditivos eram as canais inadequados de financiamento disponíveis nos Estados Unidos – enquanto outros países, como a Grã-Bretanha e a Alemanha, forneciam créditos mais vantajosos para esses negócios.

É importante destacar, conforme já mencionado acima, que nos anos 1920s uma comitiva de representantes sindicais norte-americanos visitou a União Soviética e, ao retornar, publicaram seus relatos acerca das mais diversas dimensões da vida naquele país. Esses relatos também foram usados para a realização de uma série de estudos, sendo que um deles (sobre a agricultura soviética) fora escrita por *Rexford Tugwell*, entusiasta do planejamento econômico e futuro membro do *Brain Trust* montado por Roosevelt para assessorá-lo.

Pelas razões apresentadas acima e por outras, cresce nos Estados Unidos a pressão para que se reconhecesse diplomaticamente a União Soviética. Porém, a resistências dos agentes dos governos Republicanos em iniciar o processo de entendimento diplomático nunca foi dobrada – mesmo depois de países como a Alemanha e a Grã-Bretanha já terem efetuado esse reconhecimento.¹⁵² Apenas após quase três anos de Depressão devastadora e com a vitória de Roosevelt é que o reconhecimento se concretizou – reconhecimento esse que Roosevelt já na campanha eleitoral anunciara que faria.

Voltando a tratar das relações comerciais norte-americanas com um todo, o período da Grande Depressão será decisivo para que avance tanto as pressões no sentido do reconhecimento da União Soviética e do apoio mais decisivo às relações econômicas com aquele país, quanto no sentido de criar uma instituição financeira governamental que pudesse apoiar às exportações norte-americanas de forma geral.

Já em 1931, o *NFTC* advogava a criação de um programa abrangente de estímulo às

152 As afirmações de Becker e McClenahan de que, genericamente, em fins dos anos 1920 e inícios dos anos 1930 a situação política mundial inspiraria alguns setores do Departamento de Estado a cogitar reconhecer a União Soviética para contrabalançar as tendências anti-soviéticas da Alemanha nazista e de setores militares japoneses nos parecem carecer de fundamento. Afinal, Hitler adquire poderes ampliados apenas um dia após a posse de Rossevelt em 4 de março de 1933. É apenas no curso da Segunda Guerra que se processará um apoio de fato à União Soviética para combater a Alemanha nazista – e isso depois de um bom tempo de clamores por parte dos soviéticos em busca desse apoio.

exportações – o que envolveria, tanto o apoio ativo do Departamento de Estado na exploração de novas oportunidades através dos canais diplomáticos, quanto a formação de uma agência de financiamento ao comércio exterior nos moldes daquelas criadas pelos países europeus e pelo Japão. Ainda no governo Hoover, pouco depois de ter sido criado o *RFC*, em 22 de janeiro de 1932, alguns representantes da *American Manufacturers Foreign Credit Exchange* reúnem-se com representantes do governo para discutir maneiras de estimular as exportações fornecendo crédito a compradores estrangeiros e auxiliando em casos em que os exportadores encontrem demoras para conseguir o pagamento por causa da escassez de divisas nesses países.

É anunciado logo depois pelo Senador Duncan Fletcher, da Flórida, que estava em estudo a formação de uma instituição financeira que teria as seguintes características: (1) financiamento de exportações com prazo de até 12 meses; (2) a cobertura de apenas novos embarques; (3) a concessão de crédito condicionado a apresentação de garantias por parte dos norte-americanos; (4) o trabalho do *RFC* em todos esses projetos, além de seu empenho em debelar problemas envolvendo escassez cambial em outros países.¹⁵³ Após esse anúncio, o item que causou maiores preocupações foi aquele tratando das garantias necessárias para a realização das operações de crédito. Além de não ficar claro o que seria aceito como garantia, muitos empresários já tinham colocado boa parte dos seus ativos como garantias para levantar empréstimos objetivando conseguir sobreviver aos anos de Depressão.

Outro anúncio feito ainda no governo Hoover foi a formação de uma seção do *RFC* que pudesse financiar a exportação de excedentes agrícolas. – isso nos últimos meses de seu governo. Em 4 de dezembro de 1932, quando já se sabia o resultado das eleições que deram a vitória para Roosevelt, foi formada uma comissão chamada *Joint Committee on Foreign Exchange Relations*, que não tardou a apresentar cinco pontos principais que deveriam compor um programa de recuperação do combalido comércio exterior norte-americano: (1) indicar um grupo que pudesse fazer estudos mais aprofundados sobre os problemas enfrentados pelo comércio exterior; (2) fornecer créditos e adiantamentos sobre fundos bloqueados no exterior por falta de divisas; (3) realizar operações comerciais de compensação para promover as exportações; (4) pressionar através do Departamento de Estado os países que estivessem realizando controles cambiais para que suspendessem tais controles¹⁵⁴; (5) estabelecimento de um departamento para estudar as agências existentes em outros países

153 Trundle Jr. (*op. cit.*), p. 13. O Autor busca essas informações em notas divulgadas à imprensa, no caso, no *New York Times*.

154 O que é contraditório com a reivindicação anterior, pois o comércio de compensação não deixa de ser uma forma de controle cambial.

voltadas para o financiamento das exportações.¹⁵⁵

Conforme seguiam os debates, a situação das exportações tornavam-se ainda piores – ainda mais com o anúncio, pela *American Foreign Credit Underwriters Inc.* de que cessaria as suas operações de seguros para o comércio exterior. Esse fato fez com que os interesses exportadores organizados apresentassem novas reivindicações, especialmente no tocante ao fornecimento do serviço de seguros por uma agência estatal, à aceitação de notas comerciais pelo *RFC* para a realização de adiantamentos¹⁵⁶, a disponibilização de créditos de médio e longo prazos e, finalmente, a criação do *Export Finance Corporation*. A ideia era que essa agência tivesse um capital de cerca de 3,5 bilhões de dólares, formado por grandes capitais norte-americanos e pelo governo. Pouco depois, o *NFTC* acrescentou a reivindicação de que fosse feita uma emenda na legislação que criara o *RFC* no sentido de permitir que essa agência descontasse notas comerciais *sem cobertura* em até 75% sobre o seu valor de face – já que países como a Grã-Bretanha, França e Alemanha vinham realizando operações desse tipo sem sofrer grandes prejuízos. Novamente, aqui o exemplo apontado era o de instituições formadas na época da Primeira Guerra, no caso, o *War Risk Insurance Corporation*. Além disso, reivindicava-se que o *RFC* passasse a descontar também notas comerciais sobre exportações de bens industrializados, não apenas de bens agrícolas – pois, segundo *NFTC*, não existiriam razões para discriminar esses produtos.¹⁵⁷

Com a posse do novo governo, as expectativas sobre o que poderia ser feito para promover as exportações através de uma agência de crédito ao comércio exterior aumentaram ainda mais – assim como sobre como iria impactar sobre as oportunidades de negócios o reconhecimento diplomático da União Soviética. Como veremos, essas duas demandas – a de facilitar o comércio EUA-URSS e criar uma instituição de crédito para a exportação – se encontrariam no contexto da criação do Ex-Im.

O reconhecimento diplomático da União Soviética foi sucedido de tentativas de se firmar algum tipo de acordo comercial; porém, era perceptível que a falta de canais adequados de financiamento – impossíveis nos meios privados naquele contexto de baixa econômica – era um empecilho ao desenvolvimento desse comércio. Por esse motivo, quando em meados de 1933, em meio ao processo de negociação do reconhecimento diplomático, é concedido um crédito de 50 milhões para a China adquirir trigo, houve muitos protestos por conta da manutenção das dificuldades em conceder financiamento para os soviéticos – já que eles

155 Trundle Jr. (*op. cit.*), p. 14.

156 Lembrando que boa parte dessas notas comerciais eram promissórias sobre saldos em outros países que poderiam vir a ser bloqueados por falta de divisas.

157 Trundle Jr. (*op. cit.*), p. 15.

estariam em condições muito melhores para efetuar os pagamentos que os chineses naquele momento. Chegou-se a aventar a realização de operações de compensação, mas essa ideia foi logo abandonada, justificando-se as dificuldades de organização e administração.¹⁵⁸

Ainda em meados de junho de 1933, a *Amtorg* anunciou o seu interesse em créditos do *RFC* para adquirir até 3 milhões de fardos (“*bales*”) de algodão, além de uma certa quantidade de maquinário agrícola. O principal problema apresentado pelo Departamento de Estado e pela Casa Branca foi no tocante ao tipo de garantias que a *Amtorg* poderia oferecer para essa operação. Quando, em 3 de julho de 1933, foi anunciado um empréstimo de 4 milhões de dólares aos soviéticos para a aquisição de algodão, as garantias ficaram por conta do banco estatal soviético. O pagamento seria feito através de 30% em dinheiro vivo e o restante em um ano à taxa de 5%. Apesar dos agentes soviéticos buscarem por créditos para maiores compras – no caso, metais e maquinário –, os estatutos do *RFC* limitavam os empréstimos apenas para matérias-primas. Os exportadores de algodão também concordaram em cobrir com garantias 25% da transação. *Jesse Jones, Chairman* do *RFC* naqueles anos teve de se esforçar para sustentar que não se tratava de um empréstimo propriamente – objetivando fugir das críticas daqueles que achavam que nenhum empréstimo deveria ser dado aos soviéticos antes que o problema dos débitos do governo czarista fossem resolvidos.¹⁵⁹

A *Amtorg* continuou procurando por financiamento do *RFC* e, em 16 de janeiro de 1933, tentou obter créditos de 50 a 75 milhões de dólares, mas os termos deveriam ser melhorados, ou seja, menos pagamento em *cash*, menores taxas e prazos mais longos. O objetivo era novamente adquirir algodão. O que de fato acabou sendo negociado nessa ocasião foram créditos de 18 milhões – acrescidos de cláusulas que impediam os soviéticos revender o algodão sem permissão dos Estados Unidos – dado o esquema de controle de preços que estava-se buscando implementar.¹⁶⁰

Em dezembro de 1933, finalmente, foi anunciado que um dos planos que estava sendo cogitado para financiar as exportações norte-americanas para a União Soviética era a criação de uma instituição com capital de 200 milhões de dólares, dos quais 100 milhões seriam

158 Trundle Jr. (*op. cit.*), pp. 16-17.

159 Trundle Jr. (*op. cit.*), p. 17.

160 Trundle Jr. (*op. cit.*), pp. 17-18. Essa era uma grande preocupação dos agentes norte-americanos envolvidos no programa de elevação dos preços do algodão, pois um dos efeitos “colaterais” desse programa era estimular a produção de algodão em outros países que, de outra forma, teriam os custos de produção proibitivos. O Brasil, por exemplo, foi beneficiado com esse programa, ocorrendo uma transição das antigas lavouras de café para a cultura do algodão. Cf. Joseph Love, *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982); Annibal Villela e Wilson Suzigan, *Política do governo e crescimento econômico: 1889-1945* (2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975). Efeito similar ocorria com a política de valorização do café no Brasil, ou seja, estimulava-se a produção de café em outras regiões do planeta.

subscritos pela *RFC* e o restante por exportadores interessados em explorar o mercado soviético – além do próprio governo soviético. A ideia era que uma parte do valor de face das notas comerciais apresentadas para desconto pelos exportadores fossem retidas para a capitalização do banco, além de reter os primeiros 40 milhões de dólares de exportações dos soviéticos para os Estados Unidos por até dois anos com o objetivo de fornecer os fundos com que operaria esse banco.¹⁶¹ Como podemos perceber, a ideia era formar um banco quase que de forma associada com o governo soviético, apesar da clara preponderância dos Estados Unidos.

No contexto dos anúncios desses planos acerca da formação dessa nova instituição financeira, algumas associações que estavam interessadas em ter seus interesses atendidos nessa nova instituição passaram a se mobilizar ainda mais. A *NFTC*, a *American Manufacturers' Export Association (AMEA)*, o *Council on Inter-American Relations*, entre outras associações, formaram um comitê para discutir o assunto da nova instituição financeira. Outras associações foram se aproximando do comitê, como a *Russian-American Chamber of Commerce* e a *National Association of Manufacturers (NAM)*, buscando participar de forma mais organizada nas discussões sobre a nova instituição.¹⁶²

A proposta apresentada por esse comitê de associações empresariais, em janeiro de 1934, buscava ampliar o escopo da instituição, habilitando-a a realizar operações com outros países. O que seria o *National Foreign Trade Bank* teria capitais de 25 milhões subscritos pelo *RFC* e mais 5 milhões subscritos por exportadores. Apesar de ser planejada a participação do governo, a ideia era que a instituição fosse majoritariamente, se não totalmente, administrada por agentes do setor privado. Apesar do comitê julgar que os agentes privados estariam mais inteirados das necessidades da indústria e da agricultura, a presença do Estado era fundamental, pois um dos maiores problemas enfrentados pelos exportadores – os créditos bloqueados em outros países – acabariam demandando negociações entre governos. A ideia era que a agência também pudesse emitir seguros e ajudar resolver disputas em torno de investimentos estrangeiros, créditos, acordos de negócios, entre outros contenciosos entre capitalistas. O comitê justificava a importância dessa medida apontando que muito do encolhimento de 69% que ocorrera desde 1929 nas exportações se devia ao fato dos exportadores serem forçados a rejeitar negócios por causa da falta de facilidades na intermediação financeira. Além disso, dos 12 milhões de desempregados existentes em 1934, cerca de 14% encontravam-se nessa situação por causa da redução nas exportações, na

161 Trundle Jr. (*op. cit.*), p. 19.

162 Becker e McClenahan (*op. cit.*), p. 19.

opinião do comitê.¹⁶³

O comitê afirmava que o total dos saldos de exportações norte-americanas bloqueados em mais de 36 países chegava a cerca de 350 milhões de dólares – sendo da alçada da instituição proposta dar conta da liquidação desses saldos, pelo menos do ponto de vista imediato dos exportadores – ficando a cargo dos agentes da nova instituição buscar pelo pagamento desses saldos junto às autoridades desses países. Afirma o comitê que existe uma grande quantidade de pedidos em suspenso para a compra de bens de capital e que tais oportunidades seriam perdidas caso não se provesse uma intermediação financeira adequada. Existia outra vantagem importante de uma instituição como essa, que seria exatamente o fato de que os seus benefícios não seriam dependentes diretamente de mudanças na política tarifária.

Quem liderou os trabalhos desse comitê de associações de empresários foi uma figura que se tornaria bem conhecida das autoridades e empresários brasileiros: *John Abbink*, que nessa época era vice-presidente e diretor geral da *Business Publishers International Corporation*. Abbink viria chefiar em 1948 a missão de estudos econômicos sobre a realidade brasileira que ficou conhecida como *Missão Abbink*.¹⁶⁴ Além de Abbink, outras figuras importantes nesse comitê eram *H. P. Barrand* (banqueiro), *Henry P. DuBois* (da *Motors Export Corporation* e membro da *AMEA*) e *E. P. Thomas*, presidente do *NFTC*.¹⁶⁵

Como se percebe, uma instituição que facilitasse o crédito para exportação era, talvez, a política mais importante para esse grupo de empresários para recuperar o dinamismo do comércio exterior norte-americano. Portanto, a formação de um banco como viria a ser o Eximbank estava longe de ser algo sem importância para esses capitalistas, pois além de conceder o crédito necessário para expandir os negócios, ainda conseguiria dar conta do problema que era dos mais graves nas relações comerciais entre as economias naqueles anos, *i. e.*, os saldos bloqueados por falta de câmbio.

Como veremos, essas reivindicações do comitê formado por diversas associações civis empresariais foram parcialmente atendidas – pelo menos imediatamente. Como mencionamos acima, a indefinição da política comercial e econômica exterior como um todo que seguiria o governo Roosevelt ainda permanecia de pé em muitos aspectos importantes, haja a vista a contenda nesse tema envolvendo Peek e Hull. Pelo menos na conjuntura mais imediata, o que

163 Trundle Jr. (*op. cit.*), p. 21; Becker e McClenahan (*op. cit.*), pp. 19-20; Export-Import Bank of Washington, *Second Annual report of the Export-Import Banks* (Washington, 1935).

164 Cf. Thiago Marques Ribeiro, “Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da ‘Missão Abbink’ (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953)” (Dissertação, Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2012) (Capítulo 2).

165 Roberta Carlquist Logerman, “Diplomacy of the Export-Import Bank of Washington, D. C.” (Los Angeles: Thesis submitted to the Department of History and Government, 1950), pp.1-2.

acabou suscitando a criação do Eximbank foi mesmo as negociações comerciais com os soviéticos – apesar de estudos mais abrangentes já estarem sendo realizados. Portanto, o governo buscava dar conta simultaneamente do problema específico do comércio com a União Soviética e do comércio exterior como um todo.

A instituição financeira que de fato primeiramente foi criada por Roosevelt para estender crédito para a exportação e a receber o nome *Export-Import Bank*, foi estabelecida através da *Executive Order 6581*, publicada em 2 de fevereiro de 1934. O texto do documento vinha sendo elaborada por uma equipe ligada diretamente ao Executivo, formada por figuras como *William Bullit*¹⁶⁶, primeiro embaixador dos Estados Unidos na União Soviética, *Stanley F. Reed*, promotor geral do *RFC*, *R. Walton Moore*, Secretário Assistente de Estado e *Robert Kelley*, o mais *senior* dos especialistas em União Soviética do Departamento de Estado. Kelley, que anteriormente fora contra o reconhecimento da União Soviética, dada a nova linha adotada pelo governo com relação àquele país, passa a ter a opinião de que a existência de um banco estatal poderia ajudara os Estados Unidos a ganhar confiança junto aos soviéticos e facilitar a negociação dos pagamentos das dívidas contraídas pelo governo czarista. Além disso, com a centralização dos créditos concedidos em uma instituição estatal só, seria evitado que as companhias de comércio soviéticas conseguissem jogar os exportadores norte-americanos uns contra os outros no processo de barganha.¹⁶⁷ Ironicamente, eram os norte-americanos, nesse caso, que tentavam coibir a livre negociação comercial.

Bullit acompanhou todo o processo de preparação do documento criando o banco, cujos rascunhos iniciais também foram preparados por dois advogados, entre eles, *Warren Lee Pierson*, então no *RFC* e posteriormente presidente do *Eximbank*. Após uma revisão realizada por agentes do Tesouro, a *Executive Order* preparada para a assinatura de Roosevelt tinha no local do nome um espaço em branco, que Roosevelt preencheu escrevendo *Export-Import Bank of Washington*, batizando a nova agência estatal.¹⁶⁸

O primeiro Eximbank

Charles Trundle Jr., o autor de uma obra sobre o Eximbank que por muito tempo foi uma das

166 Bullit, curiosamente, escreveria posteriormente junto com *Freud* uma biografia sobre o ex-presidente Wilson. Cf. Willian Bullit e Sigmund Freud, *Thomas Woodrow Wilson: A Psychological Study* (Boston: Houghton Mifflin 1967). Este seria um dos últimos escritos de *Freud*. Anos depois Bullit foi acusado de fraude em um esquema que envolvia lojas soviéticas em que se permitia a negociação de produtos importados com pagamentos feitos em moeda forte – não em *rublos*.

167 Becker e McClenahan (*op. cit.*), pp.13-14.

168 Para o texto da *Executive Order*, cf.: Franklin D. Roosevelt: "Executive Order 6581 Creating The Export-Import Bank of Washington.," February 2, 1934. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=14772>>; acesso em: dez./2015.

poucas referências sobre o tema, definiu a origem do Banco como “um filho resultante de um casamento de conveniências”, referindo-se ao movimento de reaproximação diplomática e econômica entre os Estados Unidos e a União Soviética.¹⁶⁹ O que ficará claro é que esse “filho” resultante desse casamento logo seria adotado para outras finalidades que não o financiamento do comércio entre esses dois países, conforme veremos.

Após a ordem executiva criando o primeiro Eximbank a formação do seu fundo se deu através da subscrição de 10 milhões de dólares em ações preferenciais pelo *RFC* e 1 milhão de dólares em ações comuns cuja subscrição foi autorizada pelos Secretários de Estado e de Comércio de acordo com as disposições referentes ao *NIRA* – que criara um fundo totalizando 3,3 bilhões de dólares para a recuperação da economia norte-americana como um todo sobre os quais o Executivo podia dispor sem precisar da autorização do Congresso; portanto, uma parte ínfima desse total.¹⁷⁰ Na verdade, a própria criação do Eximbank se deu a partir dos poderes conferidos à presidência pelo *NIRA*, o que atesta o fato de sua criação não ter tramitado no Legislativo, mas ter sido realizada diretamente por uma medida do Executivo. Se, por um lado, esse fato demonstra os poderes majorados da presidência naquele período, por outro aponta para um limite, pelo menos num primeiro momento, para o funcionamento do Banco – pois as disposições do *NIRA* conferindo autoridades especiais à presidência expirariam em junho de 1935, apesar do funcionamento do Ex-Im ser previsto inicialmente para no mínimo 10 anos.¹⁷¹ O Banco foi criado sob a legislação do distrito de Columbia, em Washington, para se evitar as limitações do *Edge Act* acerca da concessão de créditos comerciais para países estrangeiros.¹⁷² Daí o seu nome inicial ser *Export-Import Bank of Washington* – nome esse que seria alterado décadas depois para *Export-Import Bank of the United States*.

Esse primeiro Ex-Im fora pensado para tratar exclusivamente dos negócios com a União Soviética; a ideia aventada nesses primeiros momentos foi a de criar um Ex-Im para cada país a comerciar com os Estados Unidos – ideia essa que foi parcialmente posta em prática por alguns meses, dado que, como veremos, pouco tempo depois foi criado o segundo Eximbank para operar com Cuba. Posteriormente essa ideia de criar um Ex-Im para cada país foi

169 Trundle Jr (*op. cit.*).

170 Export-Import Bank of Washington, *Annual report of the President of Export-Import Bank of Washington* (Washington, 1934), pp. 1-2. Esses fundos em boa parte eram destinados para *Public Work Administration (PWA)*, a agência criada para pôr em prática o programa de obras públicas do *New Deal*, cujo objetivo principal declarado era o combate aos níveis alarmantes de desemprego.

171 Export-Import Bank of Washington, *Annual report of the President of Export-Import Bank of Washington* (*op. cit.*), p. 2.

172 O *Edge Act* foi aprovado em 1919 e buscava regular a operação de bancos registrados no *Federal Reserve* no estrangeiro.

abandonada, pois temia-se que constrangimentos diplomáticos pudessem aparecer junto àqueles países que não tivessem uma agência similar criada para apoiar o seu comércio com os Estados Unidos.

A criação do Eximbank foi encarada de forma ambígua pelos exportadores norte-americanos; se por um lado viam com bons olhos a criação de uma instituição similar àquela criada por outros países para estimular suas exportações – demanda que vinham apresentando desde fins da década de 1920s –, por outro não foram bem sucedidos no seu intento de inscrever na organização do banco uma diretoria com ampla presença de representantes diretos da comunidade empresarial – dado que o *Board of Trustees* do Eximbank era todo ele formado por agentes do governo – tanto agentes oriundos do Departamento de Estado (que dariam mais ênfase a fatores políticos em suas decisões) quanto figuras nomeadas por razões ligadas a negociações políticas internas (como foi o caso de Peek, que após sua demissão do *Agricultural Adjustment Administration*, foi alocado na presidência do Ex-Im, acumulando essa função com a de *Special Advisor on Foreign Trade*).¹⁷³ A ocupação dos quadros mais importantes do Banco com figuras do Departamento de Estado e com outras próximas a Peek mostrar-se-ia demasiado contraditória para permitir que a agência atingisse seu pleno funcionamento – lembrando que o Secretário de Estado Cordell Hull era adversário de Peek na disputa em torno da política comercial que os Estados Unidos deveriam adotar. Esse fato se expressou na inatividade desse primeiro Eximbank nos seus primeiros meses de funcionamento. Porém, essa não seria a única razão dessa inatividade.

Apesar dos avanços nas relações com a União Soviética – o que atesta o seu reconhecimento diplomático e a própria criação do primeiro Ex-Im –, as negociações em torno de um possível acordo comercial e sobre a concessão de créditos que pudessem expandir o comércio entre os dois países encontrariam ainda muitos obstáculos. O principal deles dizia respeito ainda aos débitos contraídos pelo governo czarista durante a Primeira Guerra Mundial; enquanto alguns, como Kelley, acreditavam que um acordo com os soviéticos poderia ajudar a obter os pagamentos referentes a tais débitos, outros achavam que esses pagamentos deveriam ser feitos antes de se voltar a discutir a concessão de empréstimos. Os agentes soviéticos chegaram a concordar em realizar algum pagamento referentes a tais débitos – pelo menos assim afirmou o embaixador Troyanovisky ao embaixador William Bullit e a Kelley, responsável no Departamento de Estado pelos assuntos ligados ao leste europeu. O problema maior era sobre o montante total a ser pago, os prazos e

173 Becker e McClenahan (*op. cit.*), p. 20.

a taxa de juros.¹⁷⁴ As negociações tornaram-se ainda mais complicadas quando em abril de 1934 foi aprovada o *Johnson Act*, legislação que proibia cidadãos norte-americanos de oferecer créditos a países em *default* com os Estados Unidos.¹⁷⁵ Além disso, a presidência do primeiro Ex-Im na figura de George Peek desde março já vinha seguindo a diretriz de não realizar nenhum empréstimo até que o assunto dos débitos russos pré-revolução fossem resolvidos. Ainda se tentou por alguns meses chegar a algum entendimento, mas por volta de meados de 1935, já era percebido por autoridades de ambos os lados que seria difícil chegar a um acordo.

Portanto, o “filho de um casamento de conveniências”, *i. e.*, o primeiro Eximbank não realizou nenhuma das operações para as quais fora criado; sendo assim, em abril de 1935 o primeiro Ex-Im foi fundido com o segundo Eximbank – criado em março de 1934 para realizar operações com Cuba. De fato, empréstimos foram concedidos aos soviéticos nos anos 1930s, mas foram de pequena monta e por outros canais alheios ao Eximbank. Apenas no contexto da Segunda Guerra que créditos mais vultosos foram concedidos à URSS, sob o esquema do *Lend-Lease*, para a aquisição de armamentos e de outros bens necessários ao esforço econômico de guerra.

O segundo Eximbank

Como mencionamos, em 9 de março de 1934 foi criado o segundo *Export-Import Bank of Washington*, voltados para o financiamento de operações de crédito com Cuba. O seus fundos totais eram de 3 milhões de dólares, sendo 2,75 milhões em ações preferenciais subscritas pelo *RFC* e 250 mil pelo Secretário de Estado e de Comércio – também a partir de fundos reservados pelo *National Industrial Recovery Administration* para uso da presidência sem a necessidade de prévia aprovação do Congresso.

No caso das operações desse segundo Ex-Im, as considerações políticas eram ainda mais evidentes. Com o início da Grande Depressão e a elevação das tarifas no âmbito do *Smoot-Hawley Act* de 1930, as exportações de açúcar de Cuba para os Estados Unidos caíram bruscamente, afetando também as importações daquele país originadas nos Estados Unidos. A situação derivou para uma grande instabilidade política, culminando na deposição do governo

174 United States Department of State, *Foreign Relations of the United States, Dipomatic Papers, The Soviet Union, 1933-1939* (Washington: Government Printing Office, 1952), p. 63 e ss.

175 É importante frisar que a legislação proibia agentes *privados* de realizar esses empréstimos, não as agências estatais. O decisivo para a não concessão de créditos para os soviéticos, portanto, foi a decisão da própria diretoria do Eximbank e da posição majoritária no Departamento de Estado, não algum tipo de impedimento legal. Para o texto do *Johnson Act*, cf.: <<http://legisworks.org/sal/48/stats/STATUTE-48-Pg574b.pdf>>; dez./2015.

de Gerardo Machado e o estabelecimento de um governo provisório em 1933 – governo esse formado por uma coalização compósita, mas com forte viés nacionalista e popular, sendo, inclusive, suspensa a emenda Platt da constituição cubana (que previa a intervenção unilateral dos Estados Unidos em território de Cuba). O governo provisório liderado por *Ramón Grau San Martín*, porém, acabou sofrendo um golpe liderado por setores direitistas liderado por *Fulgêncio Batista*, levando ao fim as experiências reformistas do governo provisório, em janeiro de 1934.

Estabelecido esse novo governo, os Estados Unidos buscaram apoiá-lo, principalmente através de medidas que pudessem estabilizar a economia e as trocas comerciais entre os dois países.¹⁷⁶ Nesse sentido, o segundo Eximbank autorizou empréstimo para a aquisição de prata pelo governo cubano destinada à cunhagem de moedas – cunhagens essas a serem realizadas pela casa da moeda norte-americana, na Filadélfia. A ideia com esse empréstimo era além de realizar uma estabilização da economia doméstica cubana, também criar os meios de pagamentos necessários para que Cuba pudesse retomar suas importações dos Estados Unidos – medidas essas que contribuiriam para manter o novo governo pró-Estados Unidos no poder.

Com os dois Ex-Im's estabelecidos, aumentaram as requisições – a maior parte delas endereçadas ao *RFC* – para que facilidades creditícias similares fossem estendidas para outros países, além da União Soviética e Cuba. Por um tempo, a expectativa foi que mais um Ex-Im fosse criado. Porém, a solução que acabou sendo encontrada foi a extensão do mandato do segundo Eximbank para todos os países, exceto a União Soviética, através de decisão do *Board of Trustees* em 30 de junho de 1934 – decisão essa depois ratificada por Roosevelt.¹⁷⁷

Já em 1935 as expectativas de que algum empréstimo pudesse ser estendido à União Soviética através do Eximbank tornaram-se cada vez mais rarefeitas, ainda mais após a aprovação do *Johnson Act* e do fracasso nas negociações entre norte-americanos e soviéticos acerca das dívidas pré-revolução. Portanto, todos os fundos do primeiro Ex-Im ficariam praticamente sem uso.¹⁷⁸ Assim posto, em 3 de abril de 1935 ocorreu a passagem das operações do segundo Ex-Im para o primeiro – já que este agora estava autorizado a fazer negócio com todos os países exceto a União Soviética, apesar de possuir fundos bem inferiores ao primeiro Banco. Essa decisão foi facilitada pelo fato do *Board of Trustees* de

176 Esse episódio envolvendo Cuba é um dos melhores casos para se observar o significado e os limites da assim chamada “Política de Boa Vizinhança” de Roosevelt.

177 Export-Import Bank of Washington, *Second Annual report the Export-Import Banks* (1935) (*op. cit.*), p. 3.

178 No relatório anual de 1934, Peek se refere, sem dar maiores detalhes, que pequenas somas foram passadas para o segundo Eximbank, dado que nenhum negócio fora fechado até então com os soviéticos. Cf. Export-Import Bank of Washington, *Annual report of the President of Export-Import Bank of Washington Annual report* (1934) (*op. cit.*).

ambos os bancos serem compostos pelos mesmos membros.¹⁷⁹ Pequenos detalhes ainda tiveram que ser encerrados no que tange à operações anteriores realizadas pelo segundo Ex-Im, sendo a sua liquidação completa realizada em 1936

Outro fato importante nesse ano foi a renovação da autorização do funcionamento de ambos os Ex-Im's, já que as disposições legais do *NIRA* usadas por Roosevelt para criar os bancos estavam para expirar em junho de 1935 – na verdade, esse prazo foi antecipado para maio, dado que a Suprema Corte norte-americana declarou inconstitucional vários dos dispositivos do *NIRA*. Nesse sentido, a legislação estendendo o tempo de funcionamento dos Bancos – dessa feita, após tramitação e aprovação pelo Congresso –, permitiu que os Ex-Im's pudessem funcionar até 16 de junho de 1937, quando precisaria de nova autorização para continuar suas atividades. A necessidade dessas renovações tornou-se uma marca do Eximbank, cujos prazos inicialmente eram de dois anos e posteriormente de cinco anos.¹⁸⁰ Além disso, o escopo de atuação do banco foi ampliado, principalmente no que diz respeito ao montante total de que poderia dispor e dos tipos de operações possíveis de serem realizadas através do banco.

Com a fusão dos dois bancos, chegou-se a uma estabilidade relativamente maior no seu funcionamento; porém, existiam dois fatores principais que ainda constrangiam o pleno funcionamento do banco: os efeitos no Eximbank da disputa entre o Departamento de Estado e a presidência do Banco, ainda ocupada por George Peek; e a autorização para o Banco realizar operações *without recourse*, ou seja, sem a necessidade de apresentação de garantias pelos exportadores norte-americanos no caso de *default* dos compradores estrangeiros. No que diz respeito à disputa Peek/Hull, 1935 seria o ano em que ocorreriam os últimos lances, culminando com a demissão de Peek em dezembro de 1935 (apesar de desde pelo menos junho desse ano Peek já demonstrar a sua disposição em deixar a presidência do Banco). Já no que diz respeito aos empréstimos sem apresentação de garantias, alguns episódios teriam que ocorrer até que os dirigentes do Banco aceitassem esse tipo de operação – episódios esses relacionados com o aumento da temperatura da situação política internacional – que serão tratados em outro capítulo.

179 Export-Import Bank of Washington, *Second Annual report the Export-Import Banks* (1935) (*op. cit.*), p. 5.

180 Na verdade, foi essa necessidade de renovação da autorização que possibilitou a ameaça de encerramento das atividades do Banco em junho de 2015, quando o Congresso entrou em recesso sem aprovar a nova autorização do Banco (o que finalmente foi conseguido no final desse ano, não sem antes ocorrer extrema mobilização de entidades como a *U.S Chamber of Commerce*, a *National Association of Manufacturers*, entre outras entidades). Para o texto do manifesto em prol da renovação da autorização do Eximbank, cf.: <<https://www.uschamber.com/sites/default/files/documents/files/FINAL%20NAM%20Chamber%20Joint%20Ex%20Im%20Letter%20with%20signatories.pdf>>; acesso em dez./2015.

Primeiras operações do Eximbank

Os anos que vão da fundação dos dois Ex-Im's, passando pela fusão de ambas as agências e chegando até a demissão de Peek, são caracterizados pela falta de definição sobre quais seriam os rumos do Eximbank e suas praxes básicas de funcionamento. Apenas a partir de 1936 é que a instituição financeira iria atingir um maior grau de consolidação quanto aos seus objetivos e longevidade – já que em 1936 o Eximbank é autorizado a funcionar até 1939, adiantando a renovação da autorização que estava prevista para acontecer só em 1937.

Logo que assumiu a presidência do Banco, Peek buscou afinar-se com os interesses capitalistas voltados para a exportação ou para as relações econômicas exteriores como um todo. Por exemplo, em 1934 Peek pede para que a *American Bankers Association (ABA)* indicasse um comitê para assessorar a diretoria do Ex-Im nas políticas que deveria adotar. Pouco depois esse comitê foi ampliado, recebendo representantes da indústria e da agricultura.¹⁸¹ Porém, esse tipo de relação mais íntima com a comunidade empresarial teve que esperar a demissão de Peek e a redução das indefinições quanto a linha a ser seguida pelo Banco para se tornar mais perene. Além disso, a convocação primeiro da associação de banqueiros para depois chamar representantes industriais e agrícolas pode ser um dos indícios das predileções políticas de Peek e/ou de sua inabilidade no trato político com interesses de setores diversos.

Seja como for, a própria documentação do Eximbank proporciona mais detalhes sobre o seu funcionamento e, inclusive, sobre a composição do *Board of Trustees* a partir do relatório anual de 1936. Isso significa que o Eximbank não passaria por transformações de grande monta nos anos posteriores – principalmente após 1937 (ano da “Depressão de Roosevelt”) e o início da Segunda Guerra Mundial.

Nesse primeiros anos, os principais operações realizadas pelo Eximbank – e doravante estamos nos referindo a ambos os bancos, mesmo antes da fusão – foram as seguintes: (1) créditos comerciais de até 90 dias, cobrindo principalmente a exportação de produtos agrícolas; (2) créditos de até 5 anos para a exportação de bens industriais, principalmente maquinaria pesada; (3) resgate de notas comerciais representando saldos bloqueados no exterior.¹⁸²

O primeiro tipo de operação tinha como objetivo cobrir as notas comerciais referentes à exportação de produtos cujos pagamentos efetivos, por conta das características do sistema de

181 Export-Import Bank of Washington, *Second Annual report the Export-Import Banks* (1935) (*op. cit.*), p. 7.

182 Está excluído desse três grupos de operações os empréstimos efetuados para Cuba adquirir prata para a cunhagem de moedas, dada as especificidades desse tipo de empréstimo e destes terem sido aprovados antes da ampliação do raio de ação do segundo Ex-Im para todos os países, exceto a URSS.

pagamentos vigente naquela época, poderiam demorar algum tempo até chegar ao bolso do exportador em moeda sonante. Para adiantar esse processo, o exportador pegava essas notas comerciais e as descontava no banco – que, posteriormente, auferiria o pagamento em dólares. Esse tipo de operação era comumente realizada através de instituições bancárias privadas; porém, com a Depressão, a falta de liquidez dos bancos e os riscos envolvidos de um *default*, praticamente nenhum banco privado norte-americano continuava a realizar esse tipo de transação. O estabelecimento de mecanismos que pudessem viabilizar esse tipo de operação – muito comum no mundo comercial em tempos de prosperidade – era uma das principais reivindicações dos exportadores naqueles anos de Depressão e, afim a esses anseios, o Eximbank realizou uma grande quantidade desse tipo de desconto. O Eximbank, mesmo sendo uma instituição estatal, buscou não alijar completamente os bancos privados desse tipo de operação, já que apontava o próprio banco dos exportadores como intermediário na realização desses descontos. Esse fato era sempre enfatizado pelo Eximbank como um exemplo de que a sua função era complementar à da banca privada, e não substitutiva. Os maiores usuários desse tipo de operação eram exportadores de produtos agrícolas, especialmente algodão e tabaco.¹⁸³

O segundo tipo de operação era a concessão de créditos diretamente às firmas produtoras de bens industriais voltados para a exportação. Nesse caso, não existia a intermediação de instituições privadas e o próprio Eximbank diretamente adquiria as obrigações emitidas pelo comprador estrangeiro, assumindo o risco (portanto, sem a necessidade de apresentação de garantias totais pelo exportador) em até 50% do total do crédito oferecido – sendo que em alguns casos especiais (não especificados nos relatórios) o risco assumido poderia ser de até 65%. Além disso, os prazos desses empréstimos eram maiores, chegando até a cinco anos. A justificativa apresentada para a concessão desses créditos era a de que o setor industrial da economia estadunidense era aquele em que se apresentava uma das maiores taxas de desemprego, especialmente os ramos voltados para a produção de bens de consumo duráveis e de bens de produção (afinal, poucas eram as firmas dispostas a ampliar a sua capacidade instalada em um momento de baixa nas vendas, como naqueles anos de Depressão). Apesar desses altos níveis de desemprego nessas indústrias, era do entendimento do relatório que existia demanda no exterior para esses bens industriais; o problema era que competidores estrangeiros estariam a oferecer melhores condições de pagamento para esses bens, seja através de linhas de créditos de longo prazo, seja através da assunção de riscos maiores.

183 Export-Import Bank of Washington, *Annual report of the Export-Import Bank of Washington for 1936* (Washington, 1936), p. 3.

Portanto, o objetivo desse tipo de operação do Eximbank era recuperar os mercados perdidos e conquistar novos mercados para a produção industrial norte-americana.¹⁸⁴

O terceiro tipo de operação consistia na concessão de empréstimos aos exportadores norte-americanos que experimentavam uma redução no seu capital de giro (“*working capital*”) por causa de vendas cujos pagamentos encontravam-se bloqueados em contas no exterior por causa da falta de câmbio nesses países para efetuar os pagamentos (em geral, considerava-se como saldo bloqueado aqueles que assim se encontravam a mais de 90 dias). Diferentemente das operações anteriores, essas exigiam do exportador norte-americano a apresentação de garantias contra *default* do comprador estrangeiro. Além disso, tais operações também deveriam ser garantidas por governos estrangeiros, por bancos estrangeiros ou por ambos. Importante destacar que em 1936 o Eximbank já tinha consolidado em sua carteira operações desse tipo realizadas anteriormente pelo *RFC* e pelo *Farm Credit Administration*, que, após ajustes normativos e legais, passaram para a alçada do Eximbank. Dessas cobranças “herdadas” pelo Eximbank, destacam-se às referentes a venda de trigo, algodão e farinha para a China, assim como outros débitos de Cuba para com os Estados Unidos (que não tinham relação com os empréstimos mencionados acima para a aquisição de prata).¹⁸⁵

As primeiras operações do Eximbank com o Brasil, portanto, enquadram-se nessa terceira categoria, já que se tratavam de atrasados comerciais acumulados desde 1933 no Banco do Brasil e que não podiam ser resgatados pelos exportadores norte-americanos por causa do quadro de escassez de divisas em que se encontrava economia brasileira recorrentemente nos anos 1930. Como veremos no capítulo posterior, o pagamento desses atrasados, mais do que a dívida externa federal, dos estados e municípios, era a maior preocupação dos agentes diplomáticos norte-americanos nas suas tratativas econômicas com o Brasil – assim como o crescente comércio de compensação com a Alemanha. O montante exato desses atrasados é difícil precisar, sendo a sua magnitude, inclusive, um dos objetos de disputa entre os agentes privados e governamentais envolvidos. Porém, de acordo com os dados fornecidos pela documentação do Eximbank, o total das notas emitidas pelo Banco do Brasil consolidando esses atrasados chegava a 27,75 milhões de dólares em 1936. Porém, ainda no ano de 1936 pouco desse total de notas do Banco do Brasil foram descontadas pelos exportadores norte-americanos, dado que esse desconto estava condicionado à apresentação de garantias também pelos exportadores nos Estados Unidos. O total descontado até então não passou de 558,368 mil dólares.¹⁸⁶

184 *Ibid.*, p. 4.

185 *Ibid.*, pp. 4-5.

186 *Ibid.*, pp. 6-7. Em 1937 o desconto dessas notas chegou a US\$ 1.716.977,48. Cf. Export-Import Bank of

O relatório de 1936 indica um considerável aumento nas suas operações nesse ano, afirmando que esse fato se devia, entre outras coisas, à maior firmeza quanto às praxes e objetivos do Banco e ao maior conhecimento das necessidades dos exportadores e importadores estadunidenses – superando, portanto, a fase anterior em que as operações ainda se davam em uma base um tanto experimental. O que se omite aqui – o que era de se esperar – é que o maior fator a obstar maiores operações do Banco era a intensa disputa acerca da política comercial exterior que corria desde o início da Administração Roosevelt, disputa essa que era deveras acesa no interior do Eximbank, já que essa agência abarcava representantes de ambas as posições opostas. Na verdade, mesmo no relatório de 1935 já é possível ler nas entrelinhas a contrariedade de Peek, ainda presidente do Ex-Im naquele ano, quanto a não realização de uma operação de compensação com os alemães envolvendo a venda de excedentes de algodão (uma das modalidades de comércio defendida por Peek e condenada por Hull e aliados), afirmando que essa negociação não chegara a bom termo por causa da oposição de outras agências do governo.¹⁸⁷ Seja como for, a inatividade relativa dos anos anteriores também deve ser atribuída à indefinição quanto às relações comerciais e financeiras com a União Soviética; afinal, o próprio Banco fora criado originalmente para operar com aquele país, apesar do fracasso nesse intento, como vimos acima.

As operações realizadas pelo Eximbank até 31 de dezembro de 1936 por categorias de operações podem ser observadas na tabela abaixo.

Washington, *Annual report of the Export-Import Bank of Washington for 1937* (Washington, 1937), p. 3. Essa operação do *Eximbank* com a economia brasileira se deu no âmbito do Tratado Comercial Recíproco Brasil-Estados Unidos, que, apesar de ter sido assinado em fevereiro de 1935 em Washington, só foi ratificado no Brasil depois de longa e polêmica tramitação em dezembro desse ano. Nesse meio tempo, os norte-americanos inseriram no Tratado disposições acerca da disponibilização de câmbio para a efetivação de pagamentos, tanto referentes a atrasados acumulados, quanto a importações futuras – o que foi ratificado pela parte norte-americana em fevereiro de 1936, Cf, United States Department of State, *Foreign Relations of the United States. Diplomatic papers, 1936, Volume V (The American Republics)* (Washington: Government Printing Office, 1954), p. 247 e ss.

187 Export-Import Bank of Washington, *Second Annual report the Export-Import Banks* (1935) (*op. cit.*), pp. 6-7.

Tabela 2.5.
Empréstimos autorizados até 31 de dezembro de 1936 (US\$)

Operações	US\$
(a) Exportações agrícolas	
Autorizações	26.723.646
Desembolsos (incluindo montantes negociados sob outras agências)	14.457.613
Reembolsos	1.630.597
(b) Exportações industriais	
Autorizações	37.650.808
Desembolsos	238.764
Reembolsos	65.142
(c) Outros créditos	
Autorizações	48.353.559
Desembolsos	17.446.867
Reembolsos	15.874.877

Fonte: Export-Import Bank of Washington, *Annual report of the Export-Import Bank of Washington for 1936* (Washington, 1936), p. 6.

As operações com a economia brasileira estão contidas na categoria “c. Outros Créditos”, assim como àquelas referentes à compra de prata para cunhagem de moedas feitas pelo governo cubano. As atividades compreendendo os anos de 1934 a 1936, no que diz respeito ao montante autorizado, desembolsado e reembolso são as apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 2.6.
Atividades dos Eximbank's

Ano	Autorizações*	Desembolsos**	Reembolsos***
1934	11.466.137	3.774.864	3.774.725
1935	45.658.010	10.255.164	5.983.876
1936	55.603.867	21.113.216	7.812.015
Total	112.728.014	35.114.216	17.570.616

*Inclui 350.00 em fundos rotativos.

**Inclui montantes adiantados sob acordos de outras agências com bancos.

***Inclui montante reembolsados sob acordos de outras agências.

Fonte: Export-Import Bank of Washington, *Annual report of the Export-Import Bank of Washington for 1936* (Washington, 1936), “EXHIBIT A”.

Já a situação do Banco em 1936 expressa no seu balancete (“*balance sheet*”), ou seja, no que diz respeito aos seus ativos (“*assets*”) e passivos (“*liabilities*”) podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 2.7.

Balancete do *Export-Import Bank of Washington* em 31 de dezembro de 1936

Ativos	
Dinheiro, saldos com o Tesouro e bancos	4.631.904,56
Empréstimos e notas adquiridas	19.994.506,12
Notas descontadas	507.663,38
Aceites (por outros bancos) – contra	70.954,88
Juros acumulados e outros aceites	16.871,70
Total de ativos	22.221.900,64
Passivos	
Ações preferenciais	20.000.000,00
Ações ordinárias	1.000.000,00
Reservas	40.576,39
Lucros não-divididos	562.397,42*
Rendas a apropriar	47.970,13
Aceites (por outros bancos) – contra	70.954,88
Outros passivos	500.002,00
Total dos passivos	22.221.900,64

*Não se considera os dividendos cumulativos em ações preferenciais da data de organização, 12 de fevereiro de 1934, nenhum dividendo foi declarado.

Fonte: Export-Import Bank of Washington, *Annual report of the Export-Import Bank of Washington for 1936* (Washington, 1936), “EXHIBIT B”.

Por fim, o conselho curador (“*Board of trustees*”) do *Eximbank* no final de 1936 é a registrada na nominata abaixo:

Quadro 2.3.
Board of Trustees

Nome	Cargo	Observações
<i>R. Walton Moore</i>	<i>Assitant Secretary of State (Chairman)</i>	Nascido em Fairfax, Virgínia. Formado em Direito. Foi eleito Deputado por diversas vezes para o Congresso. Em 1933 é indicado por Roosevelt como Secretário Assistente de Estado. < http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=M000915 >; acesso em: dez./2015.
<i>Daniel C. Roper</i>	<i>Secretary of Commerce</i>	Nascido em Marlboro County, Carolina do Sul. Formou-se na Duke University. Após ter exercido diversos cargos públicos, (no <i>Census Bureau</i> , no serviço postal, etc.) é indicado por Roosevelt como Secretário de Comércio. Ainda no governo Roosevelt se torna Embaixador no Canadá. < http://library.duke.edu/rubenstein/findingaids/roper/ >; acesso em: dez./2015.
<i>Wayne C. Taylor</i>	<i>Assistant Secretary of the Treasury</i>	Nascido em Chicago, Illinois. Formado pelo Universidade de Yale em Economia. Antes de ser Secretário Assistente do Tesouro, ocupa cargo no AAA. Ainda na Administração Roosevelt se torna Sub-Secretário de Comércio. < http://library.syr.edu/digital/guides/t/taylor_wc.htm >.
<i>Warren Lee Pierson</i>	<i>President, Export-Import Bank of Washington</i>	Antes de tornar-se presidente do <i>Eximbank</i> exerce funções no <i>RFC</i> . Também atuou como advogado, banqueiro e diplomata. Também foi executivo da <i>Trans World Airlines (TWA)</i> < http://www.loc.gov/pictures/item/hc2009008836/ >; < https://www.washingtonpost.com/archive/local/1978/01/15/banker-warren-lee-pierson-dies/e31ab01f-a4d0-4242-a27e-3427557860b6/ >; acesso em: dez./2015.
<i>Ernest G. Draper</i>	<i>Assistant Secretary of Commerce</i>	Nascido em Washington, D. C. Formou-se na Armherst College. Trabalhou em firmas como Cresoting Company e na Hills Brother Company. Serviu na Marinha durante a Primeira Guerra Mundial. Depois de ser indicado como Secretário Assistente de Comércio, torna-se membro do <i>Board of Governors</i> do <i>Federal</i>

		<i>Reserve System.</i> < http://www.federalreservehistory.org/People/DetailView/35 >; < https://fraser.stlouisfed.org/title/918 >; acesso em: dez./2015.
<i>James B. Alley</i>	<i>General Counsel, Reconstruction Finance Corporation</i>	Nasceu em Shelbyville, Tennessee. Formou-se em Direito na Columbia College and Harvard Law School. Após ocupar o cargo de <i>General Counsel</i> no <i>RFC</i> , abre uma firma de advocacia em Manhattan. < http://www.nytimes.com/1983/11/30/obituaries/james-b-alley-91-lawyer-and-official-in-new-deal-is-dead.html >; < http://www.legacy.com/obituaries/abqjournal/obituary.aspx?pid=175739998 >; acesso em: dez./2015.
<i>Robert F. Kelley</i>	<i>Chief, Division of Eastern European Affairs, Department of State</i>	Nascido em Somerville em Massachussets. Formado em Harvard, especializa-se em História da Europa, especialmente as origens da Guerra da Crimeia (ocasião em que aprende a língua russa). Serve no Exército durante a Primeira Guerra Mundial. Nos inícios dos anos 1920 é enviado para regiões fronteiriças da União Soviética para informar o governo norte-americano sobre os conflitos entre comunistas e contrarrevolucionários. Em 1922 inicia sua carreira no Departamento de Estado. < https://m.repository.library.georgetown.edu/bitstream/handle/10822/558784/GTM.770901.html?sequence=1&isAllowed=y >; acesso em: dez./2015;
<i>Ben Johnson</i>	<i>Special Assistant, Reconstruction Finance Corporation</i>	Nascido em Mansfield, Louisiana. Formou-se na Louisiana State Normal College. Atuou em diversas instituições bancárias na Louisiana, Washington e em outras regiões antes de trabalhar no <i>RFC</i> . < http://freepages.genealogy.rootsweb.ancestry.com/~npmelton/tuojoh.htm >; acesso em: dez./2015.
<i>H. A. Mulligan</i>	<i>Treasurer, Reconstruction Finance Corporation</i>	Sem mais informações.
<i>W. J. Johnson</i>	<i>Assistant Chief, Examining Division, Reconstruction Finance Corporation</i>	Sem mais informações.
<i>Chester C. Davis</i>	<i>Member, Board of Governors, Federal Reserve System</i>	Nasceu em Dallas County, Iowa. Formou-se em na Grinnel College. Trabalhou em jornais fazendo

matérias principalmente voltadas para assuntos agrícolas. Posteriormente atuou em diversas agências agrícolas, antes de assumir cargo no *AAA*, no governo Roosevelt. Posteriormente assume como membro do *Board of Governors* do *Federal Reserve System*.

<https://fraser.stlouisfed.org/docs/historical/frbsl_history/presidents/davis/davis_chesterc_1953.pdf>;

<<http://www.federalreservehistory.org/People/DetailView/241>>; acesso em: dez./2015.

Advisory Committee

Jesse H. Jones

Chairman, Reconstruction Finance Corporation

Nascido em Robertson County, Tennessee. Atuou no ramo de madeiras no início de sua carreira. Posteriormente atuou em bancos e adquiriu o jornal *Houston Chronicle*. Foi indicado para a diretoria do *RFC* já na administração Hoover. Roosevelt posteriormente o indica como *chairman* do *RFC*. Ainda no governo Roosevelt assume como Secretário de Comércio. Trata-se de uma das figuras mais poderosas no interior da Administração Roosevelt, dadas as vultosas quantias por ele administradas a frente do *RFC*.

Daniel C. Roper

Secretary of Commerce

Cf. acima.

R. Walton Moore

Assistant Secretary of State

Cf. acima.

Wayne C. Taylor

Assistant Secretary of the Treasury

Cf. acima.

Warren Lee Pierson

*President and General Counsel
Export-Import Bank of Washington*

Cf. acima.

Fonte: A nominata acima encontra-se em: Export-Import Bank of Washington, Annual report of the Export-Import Bank of Washington for 1936 (Washington, 1936), pp. 9-10.

Após esse período de consolidação, o Eximbank passaria ainda por novas e profundas redefinições, especialmente por conta das mudanças no cenário político internacional na direção de um aumento das tensões intercapitalistas que culminariam na eclosão da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a principal mudança na linha do Banco foi a concessão dos chamados *development loans*, consolidando-se o Eximbank como instrumento poderoso à serviço da política exterior norte-americana, tanto do ponto de vista imediatamente econômico mas também cada vez mais do ponto de vista geopolítico e, no limite, militar. A concessão desse tipo de empréstimo – que para o Brasil foi representado pelo empréstimo

para a construção da *Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)* – já podem ser observados a partir do relatório de 1938, sendo os destinados para a construção de infraestrutura no Haiti e na China os primeiros desse tipo (lembrando que a China resistia naqueles anos à invasão militar japonesa). Esse tipo de empréstimos e essa nova linha de ação do Banco – afinada com a política exterior geral levada adiante pelo Departamento de Estado – serão tratados em capítulo à frente.

§4. Capitais e grupos capitalistas norte-americanos em meados dos anos 1930s

Esse parece ser um momento adequado para tecer algumas breves considerações sobre a estrutura dos maiores capitais estadunidenses em meados dos anos 1930s – momento em que o Eximbank começa a superar as suas fragilidades iniciais e a adotar uma linha de ação um pouco mais definida. Quando nos referimos aqui em estrutura dos capitais norte-americanos, mais do que tratar da distribuição desses capitais pelos diversos ramos da economia, procuraremos tratar como esses maiores capitais traçam relações entre si formando alguns grupos capitalistas – e, nesse caso, não nos referimos às associações civis das diversas categorias, mas dos grupos de controle sobre diversos tipos de empreendimentos. O objetivo aqui é proporcionar um panorama geral desses maiores capitais, buscando tornar mais inteligível quais são esses atores mais poderosos e influentes sobre os rumos adotados nos principais empreendimentos econômicos.

A determinação da magnitude e da estrutura da propriedade e controle dos diversos ramos das modernas economias capitalistas na maior parte das vezes não é uma tarefa fácil. Além da fluidez em que os títulos de propriedade podem ser negociados nas bolsas de valores, essa propriedade tomada de forma superficial e unilateral muitas vezes não torna possível observar como de fato são controladas as grandes unidades econômicas capitalistas – fato esse que se torna ainda mais complexo nas sociedades capitalistas na era dos monopólios e do imperialismo. Esse é tema da maior complexidade e que suscita os debates dos mais acalorados que, pelos limites desse trabalho não poderá ser aqui aprofundado. O que buscaremos realizar nessa seção é apenas a apresentação de *uma* abordagem desse tema que, a despeito de ter as suas limitações documentais e de enfoque (principalmente por não abordar o papel das associações civis), proporciona alguma ideia sobre a anatomia das grandes corporações capitalistas norte-americanas de meados dos anos 1930s. Existem outras razões, porém, que tornam esses dados mais interessantes para a nossa investigação – que, de forma geral, situa-se na temática das características do moderno Estado capitalista no que diz respeito ao desenvolvimento de suas funções econômicas.

As informações que seguem foram elaboradas por uma agência estatal norte-americana criada em 1939 para inventariar os recursos disponíveis naquela economia, tendo em vista que um novo conflito mundial estava se tornando uma possibilidade cada vez mais visível no horizonte histórico daqueles anos: trata-se do *National Resources Committee (NRC)*. O documento “*The structure of the American economy*” produzido por essa agência, que versa sobre diversos temas da economia norte-americana de então, tem como problemática básica o

problema da concentração dos grandes capitais norte-americanos. O estudo o levantou as 200 maiores corporações não-financeiras dos Estados Unidos e as 50 maiores corporações financeiras, tomando como critério o montante dos seus ativos e não a renda anual dessas corporações. Esses dados são ainda mais importantes para a nossa pesquisa porque eles se referem ao ano de 1935 – ano em que o Eximbank realiza suas primeiras operações com a economia brasileira.

A profundidade e o detalhamento do levantamento acerca dos recursos econômicos norte-americanos deixa clara a preocupação com um possível conflito e com a disponibilização de dados que viabilizassem um esforço econômico de guerra efetivo – por mais que essa não seja a razão declarada para a realização do estudo. O que se aponta é a necessidade de “radiografar” a economia norte-americana e de observar os efeitos da grande corporação monopolista na administração da produção econômica nos Estados Unidos.

Segundo o próprio estudo, a coordenação das atividades econômicas norte-americanas tem se dado cada vez mais por formas administrativas, em vez de através de milhares ou milhões de pequenas operações de mercado. O fenômeno da monopolização fez com que operações que outrora eram realizadas por diversos agentes econômicos independentes ligados por relações de mercado passassem a ser realizados cada vez mais no interior de uma determinada unidade econômica. Diz o estudo:

Um século atrás, quando as empresas eram pequenas e a ação do governo era relativamente menos importante, o mercado exercia o principal papel de coordenação. Mas passados cem anos grandes segmentos na organização da atividade econômica tem gradual mas constantemente sido passados do mercado para a coordenação administrativa.

[...] A empresa de grande escala e a extensão do papel econômico do Estado juntos fizeram da coordenação administrativa um dos maiores fatores na organização de recursos.¹⁸⁸

Aqui fica clara a influência da obra de Berle Jr. e Means acerca do poder das grandes

188 Tradução livre. O extrato completo no original é o seguinte: “Administrative coordination has become of increasing importance as an organizing influence. A century ago, when business enterprises were small and government activity was relatively less important, the market played a major coordinating role. But during the past hundred years great segments in the organization of economic activity have gradually but steadily been shifted from the market place to administrative coordination. Today, hundreds of thousands of workers may be organized in a single great enterprise. Within the enterprise, their activity is coordinated, not through the shifting of prices and supply and demand in the market, but through administrative direction. The largest enterprise, the American Telephone and Telegraph Co., in 1929, was coordinating the activity of over 450,000 persons within its system. Consider the vast difference between this situation and the thousand of separate and independent enterprises such as would have to exist if economic organization in the telephone industry were accomplished primary through the market place. An effective telephone system would not be possible without a high degree of administrative coordination. In the field of government, likewise, the organization of resources within each government body is to a large extent brought about through administrative coordination. Large-scale enterprise and the extension of the economic role of government together have made administrative coordination a major factor in the organization of resources.” National Resources Committee, *The structure of the American economy, Part I: Basic Characteristics* (Washington: Government Printing Office, 1939), p. 97

corporações monopolistas – obra essa muito debatida no contexto dos anos 1930s. Na verdade, o próprio Means era o diretor geral da equipe de estudo que realizou esse levantamento de dados. No que diz respeito a essas informações mais gerais, apresentaremos em anexo¹⁸⁹ aquelas referentes às maiores empresas e aos sujeitos ocupantes simultaneamente de cargos na diretoria de várias dessas corporações – um índice importante dos grupos que exercem controle comum em diversos ramos da economia.

Porém, os dados que nos interessam aqui mais diretamente são aqueles apresentados pelo então jovem pesquisador marxista, que naqueles anos trabalhava numa dessas agências econômicas estatais criadas para assistir o planejamento econômico estatal. Trata-se de *Paul Sweezy* – já citado nesse trabalho. Esse estudo é, além de uma fonte primária para o estudo do capitalismo norte-americano nos anos 1930s, um importante registro da trajetória intelectual desse influente pensador marxista. Nesse estudo já é possível perceber que suas preocupações em torno do capitalismo monopolista e da estrutura das grandes corporações remontam a pelo menos esse período.¹⁹⁰

Sweezy¹⁹¹ apresenta aquilo que ele chamou dos 8 maiores grupos capitalistas (ele usa o termo grupo de interesse) da economia norte-americana daqueles anos. Antes de apresentar os resultados, seria interessante fazer algumas considerações sobre a metodologia empregada nesse estudo.

O estudo declaradamente parte do esquema proposto por Adolf Berle Jr. e Gardiner Means sobre o tema, esquema que apresenta cinco meios de controle empregados sobre as empresas capitalistas de então: (1) controle através da propriedade quase completa; (2) controle majoritário; (3) controle através de dispositivo legal ou propriedade majoritária; (4) controle minoritário; (5) controle administrativo. De acordo com esse critério, se sabe o suficiente para posicionar uma empresa em alguma das quatro primeiras categorias, sabe-se também o suficiente para identificar qual grupo controla a empresa. Porém, o mesmo não pode ser dito quanto à quinta categoria – pois podem existir casos em que o controle efetivo pode ser exercido por um indivíduo ou grupo de indivíduos que, apesar de possuírem uma quantidade minoritária de ações, exercem o controle por outros meios menos diretos. Qual seria, então, a melhor maneira de identificar as redes de controle e esses grandes grupos capitalistas?

Uma das melhores maneiras, segundo Sweezy, de identificar o tipo de controle e, logo,

189 Cf. Anexos 1 e 2.

190 Na verdade, a própria opção de iniciar a discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo monopolista no séc. XX e da crise dos anos 1930s a partir da obra de Sweezy e Baran se deu também por essas razões.

191 National Resources Committee (*op. cit.*), p. 306 e ss. (“Appendix 13 – Interest groupings in the American economy”)

quem controla uma empresa é o conhecimento da *história* da empresa¹⁹² e dos indivíduos¹⁹³ que compõem a sua administração. Sabendo-se os interesses que controlam, é possível agrupá-los através, por exemplo, das empresas que comandam em comum. Porém, outros fatores devem influir. Se um banco, por exemplo, tem interesses em uma grande quantidade de empresas essas possivelmente podem ser colocadas no mesmo grupo de controle. A existência de diretorias interligadas não significa que essas pertençam ao mesmo grupo de interesse capitalista; se assim fosse, praticamente todas as 200 maiores empresas não-financeiras norte-americanas deveriam formar um único grupo. Apesar do conhecimento dessas interligações de diretorias, o mais importante é conhecer a política geral das companhias e indivíduos envolvidos, segundo Sweezy. Ele afirma que alguns indivíduos e firmas entendem como sendo algo de grande responsabilidade a assunção de um cargo na diretoria de uma empresa e, nesse sentido, não assumiriam tal cargo caso não concordassem com a política geral assumida por essa companhia e não fizessem a sua influência ser sentida.

Além disso, existe o fato de que a presença de certas figuras oriundas de grupos influentes – como o Morgan, por exemplo –, na diretoria de uma empresa ter efeitos consideráveis sobre os seus rumos por conta do prestígio que conferem a essa empresa.¹⁹⁴ Também existe o caso de figuras de grande expressão que encontram-se na diretoria de uma empresa apesar de não possuírem ações.¹⁹⁵

Outras conexões importantes são as que ligam certos grupos bancários a seus “clientes”, especialmente no que se refere a grupos industriais, construindo interesses mútuos cada vez mais íntimos. Desta forma, é comum certos banqueiros representarem seus clientes em reuniões de diretoria de empresas e em projetos para os quais eles tenham realizado empréstimos.

Além desses tipos de conexões aventados acima, existem outras cujo grau de especificidade não permite maiores generalizações. Assim, por essas e outras razões, um estudo como esse apresentado por Sweezy guarda um certo grau de empirismo e de

192 O estudo apresenta as seguintes fases, genericamente falando, na história de uma empresa: organização e promoção, expansão e, possivelmente, falência e reorganização. O papel que certos indivíduos exercem ou grupos de indivíduos exercem em cada uma dessas fases determinam sua importância nos tempos mais “normais”. Daí a importância incontornável apontada pelo estudo para o conhecimento dos fatos históricos dessas empresas.

193 O estudo aponta a revista *Fortune* como uma das principais fontes para se conhecer a trajetória desses indivíduos. O Autor lamenta que, naquela época, escritos de economistas e historiadores econômicos pouco dissessem sobre esses fatos, a não ser que o objeto de estudo fosse diretamente biográfico.

194 Acrescentaríamos, facilitando novos negócios e o levantamento de capital, como nos exemplos apontados por Marx em que um certo consumo suntuário é importante para que um capitalista consiga levantar empréstimo junto a um banqueiro, demonstrando a sua riqueza pessoal e sugerindo a sua capacidade pagamento. Esses custos suntuários Marx chamou de *custos de representação* do capital. Cf. Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume I, Tomo 2 (op. cit.)*.

195 Acrescentaríamos novamente, talvez por conta das conexões políticas que essa figura possa vir a ter.

juízo subjetivo quanto aos critérios de formação dos grupos de interesse – não sendo possível, portanto, a aplicação mecânica de regras –, característica essa que Sweezy não nega.

Os principais limites do trabalho são dois, segundo o Autor: (1) o segmento da economia analisado – *i. e.*, as 200 maiores companhias não-financeiras e as 50 financeiras apresentadas em outro apêndice dessa mesma publicação; (2) o número de grupos investigados (no caso, 8 grupos).

As 104 maiores corporações “manufatureiras”, “mineradoras”, “comerciais” e “outras” possuíam 33,8% do total dos ativos nessas categorias – foram englobadas na categoria “indústrias”. As 96 maiores corporações na categoria “transportes” e “serviços públicos” possuíam 87,4% do total de ativos dessas categorias – sendo cerca de 95% de ferrovias e estradas e 75% de serviços públicos. As 50 maiores instituições bancárias possuíam *depósitos*¹⁹⁶ que somavam cerca de 47,9% dos depósitos médios de todos os bancos comerciais.

Esses setores, pela proporção do seu tamanho, eram os grupos de maior poder econômico nos Estados Unidos daquele período. Porém, os tipos de conexão e os ramos em que se envolviam esses diferentes grupos variam bastante entre si.

Grupo Morgan-First National

O primeiro grupo apontado por Sweezy era liderado pelo J. P. Morgan & Co. e pelo First National Bank of New York. As empresas que pertenciam ao grupo *Morgan-First National* eram controladas parcialmente (do ponto de vista do percentual acionário com direito a voto) por uma dessas instituições ou, o que é mais comum, por ambas. Esse é um dos casos mais emblemáticos de um controle exercido não pelo controle acionário majoritário, mas por conta do prestígio conferido à diretoria dessas empresas pela presença de algum representante da Morgan e/ou do First National. As empresas que compõem esse grupo estão apresentadas no Quadro 2.4.

Como podemos observar nesse quadro, existe uma grande diversificação de atividades do grupo *Morgan-First National*, sendo os maiores destaques as empresas de serviços públicos (energia elétrica, telefonia e telégrafos, principalmente) e as empresas ferroviárias – empresas essas que em sua maioria se destacavam pela pequena quantidade de empregados em proporção aos seus ativos (ou seja, empresas com alta composição orgânica do capital).¹⁹⁷

196 Atenção, não apenas *ativos*, pois os depósitos também figuram no passivo dos balancetes dos bancos já que, apesar dos bancos usarem esses fundos para realizar suas operações, eles devem essas somas depositadas aos seus clientes

197 Marx apontou que uma das características das grandes empresas com alta composição orgânica de capital é comumente levantar o seu capital a partir da emissão de ações, sendo o caso mais notório de empresas

Mesmo havendo investimentos em todas as categorias, o montante de ativos claramente se concentra nas categoria ferrovias e serviços públicos. Portanto, tal fato é um indicativo da política do grupo *Morgan-First National* em manter operações com esses tipos de empreendimentos – que, pelas suas características enquanto valores de uso são, por assim dizer, monopólios “naturais”. Apesar da concentração nas empresas ferroviárias e de serviços públicos, gigantes do mundo industrial de então estavam representadas nesse grupo, como a *U. S. Steel* – adquirida pela Morgan do grupo Carnegie anos antes – e a *General Electric* – que é importante, inclusive, do ponto de vista da conjugação dos outros investimento em empresas de fornecimento elétrico, já que não era incomum acontecer da *General Electric* aceitar como pagamentos por compras de equipamentos elétricos dessas empresas algumas de suas ações.

desse tipo na época de Marx o das empresas ferroviárias. Esse procedimento teria a vantagem de retardar o processo de queda tendencial da taxa de lucros pelo fato de fazer com que o rendimento desses tipos de empreendimentos precisem bastar apenas para pagar o juros sobre o capital investido. Sobre esse tema, cf. Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo 1 (op. cit.)*

Quadro 2.4.
Grupo capitalista
Morgan-First National Bank of New York

Indústrias

Pulman, Inc. (6)
 General Electric Co. (4)
 United States Steel Corporation (3)
 Kenecott Copper (3)
 Phelps Dodge Corporation (2)
 American Radiator & Standard Sanitary Corporation (2)
 Continental Oil Co. (2)
 Montgomery Ward & Co., Inc. (1)
 National Biscuit Co. (1)
 Philadelphia & Reading Coal and Iron Corporation (1)
 Baldwin Locomotive Works*
 Glen Alden Coal Co.*

Serviços Públicos

American Telephone & Telegraph Co.
 International Telephone & Telegraph Co.
 Consolidated Gas Co. of New York (depois Consolidated Edison Co. Of New York)
 United Corporation Group:
 Commonwealth & Southern Corporation
 United Gas Improvement Co.
 Public Service Corporation of New Jersey
 Niagara Hudson Power Corporation
 Columbia Gas & Electric Corporation
 Electric Bond and Share Group***
 American Power & Light Co.
 American Gas & Electric Co.
 National Power & Light Co.
 Electric Power & Light Corporation

Ferrovias

New York Central System
 Alleghany System
 Northern System
 Atchinson System
 Southern System
 Western Pacific

Bancos

Guaranty Trust Co.
 Bankers Trust Co.
 New York Trust Co.

Notas. 1. No Guaranty Trust existem três parceiros dos Morgan na diretoria. 2. Os ativos combinados dessas empresas somam 4,421 bilhões de dólares. 3. Apenas a Alleghany e a Western Pacific não possuem diretamente representantes dos Morgan e/ou First National – apesar das relações financeiras remontarem a longa data. 4. Os ativos combinados dessas empresas somam 9,678 bilhões de dólares. 5. A AT&T tem três representantes do First National, mas suas relações informais com JP Morgan & Co. parecem ser mais importantes. 6. Dois parceiros de Morgan estão na diretoria da IT&T. 7. United Corporation Group é fundada pelos Morgan e pela Bonbright & Co. 8. Os ativos combinados dessas empresas somam 12,191 bilhões de dólares. *Casos especiais: são controladas por uma outra companhia que, por sua vez, possui representantes do First National. ***American & Foreign Power foi omitida do estudo porque todas as suas propriedades estão no exterior, firma essa que possuía muitos empreendimentos desse tipo no Brasil.

Ativos totais do Grupo Morgan-First National (em bilhões de dólares):

Industriais:3,920
 Serviços Públicos:12,191
 Estradas de Ferro:9,678
 Bancos:4,421
Total:30,210

Grupo Rockefeller

O segundo grupo capitalista tratado por Sweezy, abaixo apresentado no Quadro 2.5, é o grupo liderado por *Rockefeller*. Chama atenção aqui a concentração naqueles anos das suas operações no ramo petrolífero, o que seria de se esperar. Apesar dos ativos somados das empresas que pertenciam a esse grupo ser menor que os do grupo *Morgan-First National*, é importante ter em mente que com a vigência do *NRA* as disposições antitruste da Lei Sherman encontravam-se suspensas. Isso é de fundamental importância para esse grupo, já que o

próprio desmembramento da Standard Oil original se deu com base nessa lei. Portanto, o grupo *Rockefeller* possuía um terreno aberto para expandir as suas atividades monopolistas. Seja como for, o controle sobre as empresas desse grupo – muitas delas também muito conhecidas da história econômica brasileira – era exercido também através da influência que os representantes dos *Rockefeller* possuíam nos rumos adotados por essas empresas. Esse é mais um caso em que não se pode derivar a magnitude do poder de comando sobre as empresas da porcentagem do poder de voto que possuíam em cada uma dessas companhias – apesar desse controle ser exercido mais de uma maneira negativa, ou seja, mais como um poder de veto. Sweezy aponta o caso da Standard Oil de Indiana em que um dos executivos desafia essa liderança dos *Rockefeller*, o que acabou se transformando numa batalha “por procuração” (“*proxy battle*”), ou seja, em que não era diretamente travada entre seus representantes, mas entre aliados de ambos os lados. As empresas do grupo *Rockefeller* juntas controlavam em 1935 mais da metade do mercado norte-americano petrolífero.

Aqui é importante fazer um destaque sobre as relações do grupo *Rockefeller* com o Brasil nos anos 1930s no que diz respeito às operações do Eximbank. Mencionamos que uma das principais categorias de operações do Eximbank naqueles anos era exatamente o desconto de notas sobre saldos bloqueados em outros países por causa da falta de divisas. A Standard Oil em meados da década de 1930s era uma dos maiores exportadores para o Brasil de petróleo e derivados e, portanto, buscava remeter o valor das vendas aqui realizadas em dólares para os Estados Unidos. Porém, pelas características do comércio desses produtos, a empresa ia realizando as suas vendas e só depois requeria o câmbio para realizar a remessa (as chamadas importações em conta aberta). Dado o quadro de escassez de câmbio, como dissemos, muitas vezes acumulavam-se saldos que ficavam bloqueados no Brasil. Portanto, as primeiras operações do Eximbank se enquadravam naquela categoria destinada a descontar notas sobre saldos bloqueados. A Standard Oil era uma das que possuíam os maiores saldos bloqueados e em meio das tratativas que ocorreram entre 1935 e 1936 entre agentes norte-americanos e brasileiros sobre esse problema, os primeiros pressionaram com veemência os agentes norte-americanos para conseguir assegurar que seus interesses fossem atendidos nessas negociações.¹⁹⁸ Portanto, antes mesmo da fundação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA)*, agência encabeçada por Nelson Rockefeller e voltada para a ação cultural e intelectual sobre o Brasil (pelo menos na sua superfície), o grupo *Rockefeller* tinha interesses aqui enraizados.¹⁹⁹

198 Cf. United States Department of State, *Foreign Relations of the United States. Diplomatic papers, 1936, Volume V (The American Republics)* (Washington: Government Printing Office, 1954).

199 Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, *History of the Office of the Coordinator of Inter-*

A única instituição bancária integrante do grupo *Rockefeller*, no entanto, era a maior dos Estados Unidos naquele momento – *i. e.*, o poderoso *Chase National Bank*. Por fim, é importante destacar que o grupo *Rockefeller* mantinha negócios com a *I.G. Farben* da Alemanha – indústria voltada para artigos químicos em geral, petroquímicos, sintéticos, etc. Nos Estados Unidos, a *American I.G.* era a empresa em associação com a equivalente alemã. Essa menção é importante por indicar os laços mais fortes do grupo *Rockefeller* com alguns ramos do capital alemão – ao invés do inglês, como era o caso, por exemplo, do grupo *Morgan-First National*, de acordo com Pijl.²⁰⁰ Esse mesmo autor indica como a indústria química era um dos setores mais dinâmicos da economia capitalista mundial do entreguerras. A *I.G. Farben* alemã após a Segunda Guerra Mundial seria desmembrada, pois foi colaboradora do regime nazista sendo, inclusive, a inventora do gás *Zyklon*, usados nas câmaras de execução estabelecidas pelo governo nazista, conforme mencionado acima. Na verdade, muito mais um “bode expiatório”, pois existiam inúmeras outras empresas alemãs (e estrangeiras, haja vista o caso da IBM) que colaboraram com os nazistas e que não tiveram o mesmo tratamento da *I.G. Farben*.²⁰¹

Quadro 2.5.
Grupo capitalista
Rockefeller

Companhias criadas depois do desmembramento da Standard Oil (1911) e porcentagem (%) do poder de voto de J. D. Rockefeller e/ou de instituições “Rockefeller-endowed”

Standard Oil Co. of New Jersey:.....	16,5
Socony Vacuum Oil Co., Inc.:.....	20,8
Standard Oil Co. of California:.....	6,6
Atlantic Refining Co.:.....	7,1
Ohio Oil Co.:.....	21,0

Notas. 1. Essas seis companhias tinham mais do que a metade do total de ativos da indústria petrolífera. 2. Os ativos combinados de todas as companhias petrolíferas dos Rockefeller somam 4,262 bilhões de dólares. 3. O Chase National Bank foi adquirido pelo grupo Rockefeller, sendo J. D. Rockefeller provavelmente o seu maior acionista. Winthrop Aldrich, representante legal há anos dos Rockefeller, era o *chairman* do Chase. Os ativos totais do Chase somam 2, 351 bilhões de dólares, sendo o maior banco norte-americano.

Grupo Kuhn, Loeb

Nesse grupo capitalista o fato que mais salta aos olhos é exatamente a concentração da sua atuação no ramo ferroviário – no qual exercia forte concorrência contra os Morgan. Outro fato importante é a concentração da sua atuação na economia doméstica estadunidense. Segundo Sweezy, o tipo de influência exercida pelo grupo *Kuhn, Loeb* era a partir da colocação de

American Affairs: Historical Reports on War Administration (Washington: Government Printing Office, 1947).

200 Kees Van Der Pijl, *The making of an atlantic ruling class* (London; New York: Verso, 2012).

201 Não fica claro o porquê de Sweezy não situar a Ford Motors nesse grupo, pois ela tinha assento na diretoria da *American I. G.*, como se pode observar no quadro anexo. Talvez Sweezy tenha tomado essa decisão por essa ser a única diretoria interligada entre Ford, Standard Oil e a American I. G.

poucos representantes nas diretorias das empresas a ele associadas – exercendo esses representantes muito mais a função de contatos com os capitalistas dessas empresas. Nesse sentido, a coerência e coordenação no interior desse grupo capitalista se dava de forma um tanto mais “frouxa” se comparada com a exercida pelo grupo Morgan sobre as ferrovias que controlava.

Assim como *todos* os grupos capitalistas tratados no estudo de Sweezy, o grupo *Kuhn, Loeb* também contava com uma instituição bancária. Nas décadas posteriores, porém, o grupo *Kuhn, Loeb* entrou em um processo de decadência até ser absorvida pelo grupo *Lehman*, que, por sua vez, quebrou na crise de 2008.

Quadro 2.6.
Grupo capitalista
Kuhn, Loeb

<i>Principais Ferrovias</i>	
Pennsylvania	
Union Pacific	
Southern Pacific	
Chicago, Milwaukee, St. Paul & Pacific	
Chicago & Northwestern	
<i>Outras Ferrovias</i>	
Missouri-Kansas-Texas	
Delaware & Hudson	
<i>Serviços Públicos</i>	
Western Union Telegraph Co.	
<i>Bancos</i>	
Bank of the Manhattan Co.	
<i>Notas.</i> 1. Desde pelo menos os 1890s, tem sido o principal rival dos Morgan no ramo ferroviário.	
<i>Ativos totais do Grupo Kuhn, Loeb (em bilhões de dólares):</i>	
Industriais:	
Serviços Públicos:.....	0,342
Estradas de Ferro:	9,663
Bancos:.....	0,548
Total:.....	10,853

Grupo Mellon

O grupo *Mellon* é aquele que, segundo Sweezy, o controle e a unidade do grupo é mantida de forma mais firme pela família Mellon e pelos seus representantes. Apesar do estudo não ser conclusivo sobre o controle *de facto* ou não da *Westinghouse* pelo grupo Mellon, ele aponta para a existência, no mínimo, de fortes interesses deste grupo nessa empresa. Além dessa, aparece uma boa quantidade de empresas no ramo da mineração, siderurgia e uma importante no ramo de vidraçaria. Nesse caso, dois bancos compõem o grupo Mellon.

Quadro 2.7.
Grupo capitalista
Mellon

<i>Industriais</i>	
(Círculo mais fechado)	
Gulf Oil Corporation	
Koppers Co.	
Aluminum Co. of America	
Pittsburgh Coal Co.	
(Provavelmente dominado pelo Mellon)	
Westinghouse Electric & Manufacturing Co.	
(Aliados)	
Jones & Laughlin Steel Corporation	
American Rolling Mill Co.	
Crucible Steel Co. of America	
Pittsburgh Plate Glass Co.	
<i>Estradas de Ferro</i>	
Virginia Ry Co.	
<i>Serviços Públicos</i>	
United Light & Power Co.	
Brooklyn Union Gas Co.	
<i>Bancos (círculo mais fechado)</i>	
Mellon National Bank	
Union Trust co.	
 <i>Ativos totais do Grupo Mellon (em bilhões de dólares):</i>	
Industriais:	1,648
Serviços Públicos:.....	0,859
Estradas de Ferro:	0,153
Bancos:.....	0,672
Total:.....	3,332

Grupo Chicago

Como sugere o nome, o grupo *Chicago* tinha todas as companhias que o compõem com sede na cidade de Chicago, no estado do Illinois (estado natal de George Peek). Aqui nesse grupo, cujo traçado realizado por Sweezy foi realizado através da observação das diretorias com figuras em comum, os maiores ativos estavam concentrados nas instituições bancárias – lembrando que a cidade de Chicago desde muito tempo tinha um mercado financeiro muito dinâmico por conta de ser o principal local de negociação de produtos agrícolas, sendo as operações sobre safras futuras a origem de algumas operações com títulos derivativos muito comuns nos dias atuais.

Também se destaca no quadro a presença da *International Harvester Co.*, empresa centenária fabricante de maquinário agrícola. O estado do Illinois também possuía outras importantes empresas de maquinário agrícola que não constam no grupo *Chicago*, como a *John Deere* e a *Moline Plow* – nas quais Peek atuara como executivo anos antes de assumir cargos no governo Roosevelt, sendo que a *Moline Plow* entrou em falência após a Primeira Guerra Mundial, por conta das baixas nos preços agrícolas e nas vendas de maquinário rural.

Os anos 1920s foram anos de intensa concorrência entre as firmas de máquinas agrícolas, ocorrendo um importante processo de centralização nesse ramo. Nesse sentido, pelo destino das empresas em que atuou, parece que Peek estava do lado das companhias derrotadas nessa disputa. Os dispositivos regulatórios entre empresas do mesmo ramo estabelecidas pelo *NRA* provavelmente ajudaram essas empresas monopolistas a controlarem de forma coordenada esse mercado. No caso da *International Harvest*, essa empresa atua no Brasil desde 1930.²⁰²

Quadro 2.8.
Grupo capitalista
Chicago

<i>Industriais</i>	
International Harvester Co.	
Armour & Co.	
Marshall Field & Co.	
Wilson & Co.	
<i>Serviços Públicos</i>	
Commonwealth Edison Co.	
Public Service Corporation of Northern Illinois	
Peoples Gas, Light & Coke Co.	
<i>Bancos</i>	
Continental Illinois National Bank & Trust Co.	
First National Bank of Chicago	
Northern Trust Co.	
Harris Trust & Savings Bank	
<i>Ativos totais do Grupo Chicago (em bilhões de dólares):</i>	
Industriais:	0,858
Serviços Públicos:.....	0,813
Estradas de Ferro:	
Bancos:.....	2,395
Total:.....	4,266

Grupo Du Pont

Destaca-se no caso do grupo *Du Pont* a grande concentração de suas atividades no setor *industrial*, com poucas mas gigantescas corporações. A *General Motors* e a *Du Pont* são as mais conhecidas desse grupo. Existe também uma empresa do ramo de borracha, demonstrando uma certa integração entre as diversas atividades do grupo. De acordo com Sweezy, o controle exercido é de caráter parecido com o exercido pelo grupo *Rockefeller*, já que a empresa principal – a *Du Pont* – possui de 20% a 25% das ações com direito a voto das empresas que controlam. A *Du Pont* é uma das empresas mais longevas do capitalismo norte-americano, tendo sido criada por imigrante francês fugido da *Revolução Francesa*. A *General*

202 Cf. Luis Nassif, Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/empresas-historicas-international-harvester-company>>; acesso em: dez./2015. O pai do jornalista Luís Nassif trabalhou na *International Harvest* do Brasil, sendo essa a principal fonte de seus relatos sobre essa empresa no Brasil.

Motors nos anos 1930s já tinha superado a Ford em vendas, especialmente por conta da política adotada de fornecer créditos facilitados aos consumidores.

Quadro 2.9.
Grupo capitalista
Du Pont

<i>Industriais</i>	
E. J. Du Pont de Nemours	
General Motors Corporation	
United States Rubber Co.	
<i>Banco</i>	
National Bank of Detroit	
<i>Notas.</i> 1. A família Du Pont mantém o controle das companhias chaves através da Christiana Securities Co.; através dessa companhia, o grupo Du Pont exerce o controle de cerca de 20-25% das ações com direito a voto das companhias.	
<i>Ativos totais do Grupo Du Pont (em bilhões de dólares):</i>	
Industriais:	2,232
Serviços Públicos:.....	
Estradas de Ferro:	
Bancos:.....	0,396
Total:.....	2,628

Grupo Cleveland

Assim como o grupo anterior, os ativos do grupo *Cleveland* concentram-se no setor industrial, com destaque para o ramo de borracha e pneus – a conhecida marca *Goodyear* – e siderúrgico, dividindo a *Cleveland-Cliffs Iron Co.* a supremacia nesse ramo com a *U. S. Steel*, do grupo *Morgan*. De acordo com Sweezy, esse grupo era um dos que mantinha das mais complexas estruturas de controle, muito no sentido de tentar escapar dos dispositivos legais antitruste.

Quadro 2.10.
Grupo capitalista
Cleveland

<i>Industriais</i>	
Cleveland-Cliffs Iron Co.	
Republic Steel Corporation	
Youngstown Sheet & Tube Co.	
Inland Steel Co.	
Wheeling Steel Corporation	
Goodyear Tire & Rubber Co.	
Interlake Iron Corporation	
<i>Banco</i>	
Cleveland Trust Co.	
<i>Ativos totais do Grupo Cleveland (em bilhões de dólares):</i>	
Industriais:	1,066
Serviços Públicos:.....	
Estradas de Ferro:	
Bancos:.....	0,338
Total:.....	1,404

Grupo Boston

A concentração dos ativos do grupo *Boston* no ramo bancário é um dos principais destaques desse grupo, apesar de constar apenas uma instituição bancária no quadro. A grande quantidade de executivos em comum entre as diversas companhias é o principal fator a indicar a existência desse grupo. Cabe também a menção à *United Fruit*, empresa com grandes interesses em outros países, especialmente na América Central.

Quadro 2.11.
Grupo capitalista
Boston

<i>Industriais</i>	
United Shoe Machinery Corporation	
U. S. Smelting, Refining & Mining Co.	
United Fruit Corporation	
American Woolen co.	
<i>Serviços Públicos</i>	
Stone & Webster, Inc,	
Edison Electric Illuminating Co. of Boston	
<i>Banco</i>	
First National Bank (incluindo Old Colony Trust)	
<i>Ativos totais do Grupo Boston (em bilhões de dólares):</i>	
Industriais:	0,425
Serviços Públicos:.....	0,554
Estradas de Ferro:	
Bancos:.....	0,740
Total:.....	1,719

Concentração entre os grupos capitalistas

Tomando-se o conjunto formado pelas 200 maiores empresas não-financeiras e as 50 maiores empresas financeiras, a tabela abaixo indica a fatia que cada um dos grupos ocupava em cada ramo. O grupo *Morgan-First National* tinha a maior fatia do ramo bancário e de serviços públicos, mas com forte presença também nos outros ramos. Já no ramo industrial²⁰³, o grupo *Rockefeller* dominava a maior parcela. Já o ramo ferroviário era dominado pelo grupo *Kuhn, Loeb*. O grupo *Du Pont* ocupava a terceira posição no ramo industrial e o grupo *Chicago*, o segundo lugar no ramo bancário.

Portanto, como podemos perceber, uma parcela muito grande da economia norte-americana era dominada por esses 8 grupos. Tomando todos os grupos em conjunto, podemos observar que eles possuíam ativos que ultrapassavam a metade do total do conjunto formado pelas 250 maiores empresas norte-americanas. Entendemos, portanto, ser esse fato forte indicação de que nesses 8 grupos capitalistas estava a “nata” do poder econômico norte-americano.

Tabela 2.8.

Porcentagem de cada grupo de capitalista no total das 200 maiores corporações não-financeiras e das 50 maiores corporações financeiras norte-americanas por ramos econômicos (1935)

	Morgan-First National	Rockefeller	Kuhn, Loeb	Melllon	Du Pont	Chicago	Cleveland	Boston	Total
Industriais	15,7	17,1	0	6,6	8,9	3,4	4,3	1,7	57,7
Ferrovias	39,9	0	41,1	0,6	0	0	0	0	81,6
Bancos	18,6	9,9	2,3	2,8	1,7	10,9	1,4	3,1	50,7
Serviços Públicos	47,9	0	1,3	3,4	0	3,2	0	2,2	58,0

Fonte: National Resources Committee (*op. cit.*).

Relações entre grupos

É preciso ainda acrescentar que apesar da existência desses diferentes grupos evidenciar um processo de concorrência em diversos ramos, isso não significa que não existisse relações entre esses grupos capitalistas expostos acima. Nesse sentido, o quadro que segue aponta alguns casos em que existem ligações entre eles.

203 Importante destacar que a terminologia industrial é empregada pelo estudo realizado pelo *NRC*. De fato, a exploração petrolífera exige uma alta composição orgânica de capital e massivos investimentos em maquinário, mas, em termos marxianos, deve-se acrescentar que boa parte da renda bruta auferida por esse ramo se deve ao fato dele proporcionar a *renda da terra*. Portanto, em termos concretos, o ramo petrolífero encontra-se mesclado com funções propriamente industriais e auferindo rendas da terra, conforme Marx estudou nas últimas seções do Livro 3 d'*O capital*.

Quadro 2.12.
Relações entre os grupos capitalistas

1. Entre Morgan-First National e Mellon

Seis representantes do grupo Morgan-First National e três do grupo Mellon são do conselho da Pullman, Inc. Tal relação resultou da fusão em 1930 entre a Pullman e a Standard Steel Car, um dos empreendimentos industriais mais firmemente ligado do grupo Mellon. Texas Gulf Sulphur Co, junto a Freeport Sulphur Co. tem o monopólio prático da produção de enxofre e derivados dos Estados Unidos – sendo que os parceiros do grupo Morgan tem dois assentos no conselho da Texas Gulf Sulphur Co., enquanto a Mellon's Gulf Oil Corporation possui um terço das suas ações.

2. Entre Morgan-First National e Chicago

Três membros proeminentes do grupo Chicago estão na diretoria da Pullman, Inc. e da Montgomery Ward & Co., Inc. – ambas adquiridas pelo grupo Morgan-First National.

3. Entre Morgan-First National e Du Pont

Três altos representantes do grupo Morgan-First National são diretores da General Motors, controlada através de ações minoritárias pelo grupo Du Pont. Além disso, as firmas Morgan são os banqueiros chefes e representantes dos interesses da Du Pont em alguns negócios.

4. Entre Morgan-First National e Boston

Ao menos três homens que são membros do grupo Boston são diretores da General Electric, e cinco são diretores da American Telephone & Telegraph. Essas duas corporações são as que tem as mais longas e as mais próximas relações com o grupo Morgan-First National of New York,

5. Entre Morgan-First National e Cleveland

O grupo Cleveland é representado nas diretorias da Alleghany Corporation e muitas das suas subsidiárias. Alleghany foi adquirida pelo grupo Morgan-First National. Além disso, três homens são diretores tanto da Alleghany e da Goodyear Tire and Rubber.

6. Entre Kuhn, Loeb e Cleveland

Os registros da *Securities and Exchange Commission* indicam que pelo menos desde o início de 1935 Kuhn, Loeb foi o subscritor líder para quatro das companhias siderúrgicas no grupo Cleveland – Republic, Youngstown Sheet & Tube, Inland e Wheeling (além de duas das maiores siderúrgicas independentes: Bethlehem and National).

7. Entre Kuhn, Loeb e Du Pont

Uma das poucas das maiores companhias em que parceiros da Kuhn, Loeb ocupam diretorias são United States Rubber e, neste caso dois desses parceiros são diretores. A United States Rubber é controlada por ações minoritárias pelo grupo Du Pont.

8. Entre Du Pont e Rockefeller

A General Motors do grupo Du Pont e a Standard Oil of New Jersey são donos cada uma da metade da Ethyl Gasoline Corporation. Essa última corporação exerce o virtual poder policial sobre os termos e condições de venda de 85% da gasolina de alta octanagem, aproximadamente, nos Estados Unidos. Esta representa quase 70% de toda a gasolina vendida.

9. Entre Rockefeller e Boston

Uma das principais dificuldades do estudo apresentada por Sweezy foi decidir em qual dos grupos capitalistas a International Paper & Power Co. deveria ser associada, se no grupo Rockefeller ou no grupo Boston. O grupo Boston era firmemente associado à sua subsidiária de energia, a New England Power Association, que possuía mais da metade das ações da International Paper & Power. F. D. Comerford, por exemplo, ao mesmo tempo era diretor do First National Bank of Boston, *chairman* da New England Power Association e presidente da Edison Electric Illuminating Co. of Boston. Essa última possui cinco diretores em comum com o First National e/ou a Old Colony. Por outro lado, Chase National Bank possui 16,6% do poder de voto na International Paper & Power, no que é excedido apenas pela família Phipps. Chase e International Paper & Power possuem dois

diretores em comum. O estudo optou por não alocar a International Paper & Power nem no grupo Boston nem no grupo Rockefeller – sendo, talvez, a melhor saída dividir os ativos da International Paper & Power entre os dois grupos (o que não exclui, todavia, a forte ligação entre ambos os grupos).

10. Entre Boston e Mellon

O gás em Boston é fornecido pela subsidiária da Kopper, Eastern Gas & Fuel Associates. Halfdan Lee, presidente da Eastern Gas e Fuel é diretor do First National Bank of Boston. Três proeminentes membros do grupo Boston estão no conselho diretor da Eastern Gas & Fuel.

11. Entre Mellon e Kuhn, Loeb

Westinghouse Electric & Manufacturing, certamente sob influência do grupo Mellon e provavelmente sob seu controle, tem tido longas e próximas relações com Kuhn, Loeb. Ao fim de sua vida, Jerome Hannauer, ex-parceiro da Loeb, Kuhn, foi diretor da Westinghouse.

Sumário dos ativos dos grupos capitalistas por ramos econômicos

Na tabela abaixo é apresentada a consolidação dos dados sobre os ativos dos grupos capitalistas dos Quadros 2.4-2.11 em bilhões de dólares. Como se pode perceber, o total de ativos de todas essas empresas somadas chegava à vultosa cifra de mais de 61 bilhões dólares – número espantoso para os níveis da década de 1930s.

Tabela 2.9.

Sumários dos principais grupos capitalistas (bilhões de dólares)

Grupo capitalista	Indústrias	Serviços Públicos	Ferrovias	Bancos	Total
Morgan-First National	3,920	12,191	9,678	4,421	30,210
Rockefeller	4,262	2,351	6,613
Kuhn, Loeb	...	0,342	9,963	0,548	10,853
Mellon	1,648	0,859	0,153	0,672	3,332
Chicago	0,858	0,813	...	2,595	4,266
Du Pont	2,232	0,396	2,268
Cleveland	1,066	0,338	1,404
Boston	0,425	0,554	...	0,740	1,719
Total	14,411	14,759	19,794	12,061	61,025

Fonte: National Resources Committee (*op. cit.*).

Observação sobre a American Telephone & Telegraph.

O estudo destaca que essa companhia, a maior nos Estados Unidos em termos de ativos totais, possuía subsidiárias em quase todas as regiões dos Estados Unidos, formando o que chama de *Bell System*. Em cada uma dessas regiões, as subsidiárias travavam relações com diversas outras companhias com operações na mesma região. Não parece, ainda de acordo com o

estudo, que as relações travadas em cada região configurasse algum tipo de conexão com a rede de relações formadas por subsidiárias existentes em outras regiões. O estudo, porém, concorda que ainda existia muito a ser estudado sobre a *Bell System*, já que existia material disponível elaborado por outras seções das diversas agências de análises econômicas criadas durante o governo Roosevelt.

Conclusões provisórias

Ao observar esses quadros sobre os maiores grupos capitalistas norte-americanos uma das coisas que é perceptível é a ausência da Ford Co. em algum desses grupos. É claro que Sweezy adverte que não abordou a economia como um todo e também não esgotou todas as possibilidades de pesquisa sobre outros grupos além dos 8 que ele apresentou. Porém, ele buscou apresentar aqueles que seriam os maiores grupos capitalistas em termos de ativos somados das empresas integrantes. Dada a importância da Ford no estabelecimento de uma nova forma de organização produtiva em larga escala, o *fordismo*, poderia se esperar que essa empresa figurasse compondo e, por que não, liderando algum poderoso grupo capitalista. Ainda mais tendo em vista a presença e a importância da Ford em países estrangeiros – contribuindo, inclusive, para o programa automobilístico soviético, conforme mencionamos acima. Por mais que já tivesse sido suplantada em vendas e em valor de mercado pela *General Motors* – conforme vimos, pertencente ao grupo *Du Pont* –, no que diz respeito às relações econômicas exteriores a Ford continuou com uma pronunciada importância, inclusive no Brasil – onde um dos seus representantes chegou a tornar-se membro da *Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)*.²⁰⁴ Seja como for, é importante lembrar do caso mencionado da American I. G., em que a Standard Oil e a Ford possuem assentos na diretoria.

Ao observar todos esses dados, uma questão que vem à mente é a seguinte: qual a natureza do conflito intercapitalista durante os anos do *New Deal*, além do conflito social como um todo? Como se expressavam politicamente esses grupos?

Rhonda Levine expõe em sua obra que o principal conflito intercapitalista a acontecer no período do *New Deal* era exatamente aquele opondo as frações *monopolistas* contra as frações *não-monopolistas* da economia capitalista norte-americana – o que atestaria os protestos apresentados contra os controles exercidos pelo NRA, pois os códigos que deveriam ser usados para regular o funcionamento de cada ramo industrial foram na maior parte das vezes escritos pelas maiores corporações monopolistas desses ramos. Lembrando que esses códigos funcionavam como formas de regular os preços, a produção e as cotas para cada uma das

204 Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), *Revista Commercial do Brasil* (1935-1936).

empresas – dado que os dispositivos antitruste da legislação norte-americana foram relaxados durante esse período. Além disso, a seção 7a do NIRA estabelecia que os trabalhadores teriam direito a se organizar em sindicatos e que a esses seria estendida legitimidade para barganhar com os empregadores – ao que, inclusive, o Partido Comunista se opunha por temer que os sindicatos perderiam a sua independência pelo atrelamento que estariam sujeitos pelos dispositivos da NIRA.²⁰⁵ Importante destacar que a Autora menciona a NAM como sendo uma associação ainda muito sensível aos interesses industriais não-monopolistas da economia capitalista norte-americana – além de apontar que a U.S. Chamber poderia estar sujeita a pressões exercidas por frações não-monopolistas que faziam parte dessa associação também.

Aparentemente, essa análise apresentada por Levine se confirma, tendo em vista as teias intersetores econômicos em que se encontrava os mesmos grupos capitalistas, expostos no estudo de Sweezy de 1939 (lembrando que os dados usados referem-se a 1935). Como se percebe, não é uma atividade econômica específica que define esses diferentes grupos capitalistas, mas as conexões entre as maiores corporações que determinam a política adotada por essas diferentes corporações. Como apontado nas considerações metodológicas de Sweezy, a história dos grupos e indivíduos é fundamental para se entender a formação desses grupos. Portanto, semelhante às reflexões de Pijl sobre as frações capitalistas e de suas concepções de controle, não são as funções econômicas ou as funções do capital que somente determinam as frações de classe; a histórias das lutas e alianças entre os grupos sociais ficam inscritas nessas relações e nas frações de classe que de fato agem com algum grau de coordenação entre si. Sendo assim, as especificidades da história das lutas de classes no bojo da formação do capitalismo norte-americano contribuíram para moldar essas frações capitalistas. Não é de espantar que muitos desses grupos apontados por Sweezy se organizem

205 Os comunistas naqueles anos tinham mais influência sobre os desempregados e sobre parcelas do movimento negro do que sobre os setores empregados das grandes plantas industriais. Os setores trotskistas também opunham-se a essa forma de organização sindical proposta pelo NRA. Importante lembrar que durante o período de vigência do NRA (ou seja, até maio de 1935) a linha da Internacional Comunista em geral e do Partido Comunista dos Estados Unidos em particular era a de “classe contra classe”, extremamente sectária se comparada com a sua política de frente ampla adotada em 1935 que culminou no apoio *de facto* do Partido Comunista dos Estados Unidos à reeleição de Roosevelt em 1936, sob o argumento de que os avanços proporcionados naquela fase do New Deal (especialmente do ponto de vista trabalhista e da seguridade social) deveriam ser defendidos contra possíveis ameaças de extrema-direita, que, na visão do PC, estariam representadas na “Liberty League”, liderada pelo ex-presidente Hoover. Importante destacar que existiram rumores – até hoje não muito bem esclarecidos – de que um golpe estava sendo tramado contra Roosevelt. Sobre a atuação do Partido Comunista dos Estados Unidos de forma geral nesses anos, cf. William Z. Foster, *History of the Communist Party of the United States* (New York: International Publishers, 1952). Sobre a atuação dos comunistas no movimento negro, cf. Aruã Silva de Lima, “Acima de tudo, trabalhadores: comunistas negros nos Estados Unidos do início do século XX”, In: *História e luta de classes* (set. 2015). Sobre os antecedentes de movimentos de extrema-direita no período do New Deal, cf. Tatiana Poggi, “FACES do Extremo: Uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América (1970-2010)”, (Niterói: PPGH-UFF, Tese de Doutorado, 2012). (Capítulo II)

em torno de corporações que carregam topônimos em suas denominações, já que a regionalidade muitas vezes é um dos elementos que promovem a identidade e consciência de interesses entre os grupos sociais; ou seja, que a regionalidade pode ser um critério de divisão entre as frações de classe, especialmente em estágios iniciais e intermediários do desenvolvimento capitalista. Isto significa apenas, no caso do estudo de Sweezy, que essas corporações com nomes regionais indicam apenas onde se *originou* o grupo capitalista, não a abrangência deste grupo que, na maior parte desses casos, já era nacional e até internacional.

Portanto, a questão que fica é a seguinte: poderíamos identificar esses grupos como frações do grande capital monopolistas? Ou, dialogando com Levine, como subfrações da fração monopolista do capital estadunidense de meados dos anos 1930s? Quem saiu beneficiado e quem saiu prejudicado com as mudanças ocorridas no período do New Deal?

Em primeiro lugar, a quantidade de falências e incorporações por empresas maiores nos anos da Depressão sugere que os setores menores e não-monopolistas saíram perdendo – e isso em diversas esferas (agricultura, bancos, indústrias, etc.). Mencionamos a ausência da Ford em alguns desses maiores grupos capitalistas norte-americanos, o que pode indicar uma perda de importância *relativa* (e não *absoluta*) frente a outras empresas do ramo. Importante lembrar novamente que desde os anos 1920s a Ford estava perdendo espaço para a GM, que, através da GMAC estava concedendo facilidades creditícias para a aquisição de carros que não apenas aqueles modelos mais baratos.²⁰⁶ Talvez esse fato esteja por trás da disposição de Ford em colaborar com o programa automobilístico soviético no âmbito do Primeiro Plano Quinquenal e também de buscar novas oportunidades de investimentos lucrativos em outras partes do mundo. Seja como for, isso não pode ser entendido como um abrandamento do processo de monopolização da indústria automobilística, já que muitas outras companhias menores foram adquiridas tanto pela Ford quanto pela GM.

Outro fato importante é a própria legislação social e trabalhista. Talvez esse fosse o único ponto em que as diversas frações capitalistas se unissem. Inclusive, a GM encarou em algumas de suas plantas um dos maiores movimentos grevistas do período do New Deal que

206 Fica também a questão se os arroubos antisemitas de Ford nos 1930s, associando os judeus à alta finança mundial, não guardava alguma relação com o fato dele estar perdendo fatias do mercado para um concorrente que justamente tinha se associado a uma instituição bancária para aumentar as suas vendas. Portanto, aos elementos disciplinadores do fordismo, deve ser acrescentado o papel do crédito de massa como compulsador ao trabalho, como mencionado por Panitch e Gindin e aludido acima. Portanto, além de Ford, poderíamos falar da GM como estabelecendo novas formas de subordinação das massas trabalhadoras a partir do crédito. Como já nos referimos, cremos que além do fordismo propriamente também deve ser colocado o crédito como exercendo essa função de subordinar e compulsar sobre o trabalhador assalariado. Já se falou em restrições morais de Ford ao crédito, já que este desencorajaria o hábito da poupança e da “temperança” no consumo, tendo como efeito o relaxamento na intensidade do trabalho.

objetivava o reconhecimento do sindicato como interlocutor legítimo no processo de negociação – o *sit-in* na cidade de Flint, em 1936.²⁰⁷ Seja como for, as maiores companhias industriais tinham maiores chances de absorver os impactos oriundos da nova legislação trabalhista e social, o que era mais difícil para as companhias menores. Além disso, Pijl fala que alguns setores capitalistas – ele menciona o grupo Rockefeller – já vinham buscando formas mais “hegemônicas” de lidar com a classe trabalhadora e outros setores subalternos, cogitando-se a possibilidade de algumas concessões e de um trato não exclusivamente coercitivo com a classe trabalhadora.²⁰⁸ Se formos tirar pela atuação, por exemplo, do *OCIAA*, existem, sim, elementos para corroborar essa afirmação de Pijl – levando-se em consideração, é claro, que existiam interesses em possíveis jazidas petrolíferas no Brasil e no mercado doméstico brasileiro como um todo.

Outro grupo que, pelo menos em termos *relativos* em comparação ao período anterior, parece que sofreu algumas perdas no período do New Deal foi o Morgan, especialmente por causa da aprovação do *Glass-Steagall Act*, legislação que proibia que uma mesma instituição exercesse funções de banco de investimento e de banco de comercial.²⁰⁹ Seja como for, pela quantidade de conexões apontadas pelo estudo de Sweezy e pelo montante de ativos das empresas do seu grupo, a sua posição ainda era das mais privilegiadas em meados dos anos 1930s. Panitch e Gindin também mencionam essa perda relativa de posição do grupo Morgan. De toda maneira, se alguma perda houve de posições, essa foi *relativa*, já que um dos principais conselheiros de Roosevelt foi *Russell Leffingwell*, figura ligada aos Morgan e importante membro do *CFR*.²¹⁰

207 O movimento grevista foi vitorioso, porém a GM instalou gás lacrimogênio em suas plantas para que pudesse reprimir futuros movimentos grevistas sem riscos de danificar o maquinário das plantas industriais – o que dificultou a repressão dos *sit-in's* e contribuiu para a vitória do movimento grevista. Dobb (*op. cit.*) traz dados também sobre o aumento nas compras de gás lacrimogênio e outros tipos de armas pelas grandes companhias norte-americanas nos anos 1930s com o intuito de armar as guardas particulares formadas nesse período para reprimir o movimento dos trabalhadores. Esses fatos nos ajudam a matizar melhor o significado da dominação por consenso exercido pelas classes dominantes norte-americanas, pois se a hegemonia nasce da fábrica, a coerção nesses anos também parece que se enraíza desde o chão dos locais de produção.

208 Pijl (*op. cit.*). O Autor menciona a experiência de uma repressão violentíssima de uma greve em 1919 em uma de suas companhias como um fator que teria “sensibilizado” Rockefeller para uma nova concepção de controle sobre a classe trabalhadora e sobre formas de acumulação em termos mais abrangentes. Nessa ocasião, inclusive algumas crianças foram mortas pela repressão brutal, fazendo com que a imagem do grupo Rockefeller, já desgastada por conta da sua condenação pela legislação antitruste, sofresse um novo golpe.

209 Após o chamado *Relatório Pecora*, cuja elaboração foi liderada pelo congressista Pecora para apurar as causas da crise e da Depressão é que essa legislação foi aprovada. Foram realizadas diversas audiências com banqueiros no âmbito da elaboração desse relatório.

210 Lembrando que, de acordo com a obra de Shoup e Minter (*op. cit.*) sobre o *CFR*, o governo Roosevelt teria marcado uma maior presença dessa *elite orgânica*, para usar o conceito proposto por René Dreifuss, no governo. A presença de Leffingwell é um bom índice dessa maior presença. Merece destaque também o fato de que Leffingwell foi uma das figuras em Wall Street que apoiaram a saída dos Estados Unidos do padrão-ouro em 1933, se não por princípio, mas pelo menos como uma medida contingente para enfrentar

Por fim, nos aproximando mais do nosso objeto, fica a questão: quais grupos beneficiaram-se da política econômica exterior do *New Deal* como um todo e do Eximbank em particular?

Existe um problema nos relatórios anuais do Eximbank pois eles não revelam as firmas que foram beneficiadas com as suas operações.²¹¹ Porém, como mencionamos acima, setores organizados em torno do NFTC e do AMEA (sendo que essa última se funde com a NFTC em 1935) viam o Eximbank como sendo positivo principalmente pelo fato do Banco, através dos seus créditos, ser capaz de fornecer benefícios de forma *relativamente* autônoma à política tarifária e monetária (cambial) adotado pelo governo. É preciso, porém, observar que em 1934 Peek, quando ainda estava na presidência, procurou formar um comitê consultivo com a ABA e outros representantes do *big business* norte-americano – lembrando que, além da John Deere, Peek fora executivo da fabricante de tratores e implementos agrícola *Moline Plow* que tinha falido nos inícios dos anos 1920s.

Pelos tipos de operações que executou, pode se perceber que o Eximbank não beneficiou homogeneamente determinado grupo capitalista: houve setores agrícolas beneficiados (com os créditos comerciais de até 90 dias), setores industriais, especialmente bens de produção (com créditos de até 5 anos) e os créditos bloqueados (com recurso a garantias contra o exportador norte-americano, como vimos). Aparentemente o Eximbank foi uma agência através da qual os setores monopolistas podiam exercer aquele tipo de hegemonia intraclasses dominante, buscando minimizar as perdas dos setores capitalistas mais abalados com a grande Depressão, facilitando, mesmo que apenas imediatamente, suas operações financeiras e comerciais. Porém, o “filé” teria ficado com as grandes companhias industriais. E aqui é preciso periodizar, já que em 1936 o balancete do Ex-Im indica que, apesar do maior montante em autorizações ter sido para exportações industriais (fora aquelas para descontar créditos bloqueados), o nível de desembolso para as exportações agrícolas era bem maior. Com a diferença, porém, de que os créditos para a exportação agrícola eram mais curtos enquanto os industriais poderiam ser desembolsados em até 5 anos.

Não é possível descurar dos créditos para resgatar saldos bloqueados. Grandes empresas podem ter sido beneficiadas. No caso do Brasil, a documentação *FRUS* indica que empresas de combustíveis estariam pressionando para que pudessem ser incluídas no montante de atrasados comerciais. Elas clamavam por descontar suas notas bloqueadas – lembrando que essas empresas trabalhavam num esquema de requisição de cambiais em conta aberta, não

o período de emergência econômica.

211 A partir de 1945 o Eximbank passa a ter que apresentar semestralmente ao Congresso norte-americano relatórios da sua atuação bem mais detalhados do que os anteriores. Torna-se possível identificação de *algumas* das empresas que beneficiaram-se com as operações do Eximbank a partir de então.

através de apresentação de certificados prévios de importação, o que faz com que não seja possível determinar de antemão o montante que será requerido. Além disso, a gasolina era o segundo maior item na pauta de importação brasileira na maior parte dos anos 1930s – e a Standard Oil era a maior vendedora desse produto no Brasil.²¹² Conforme veremos no capítulo seguinte, os representantes das empresas de combustíveis instaladas no Brasil se valiam também de outros meios para conseguir divisas e remeter seus lucros, pressionando diretamente as autoridades bancárias brasileiras e muitas vezes não reportando-se às autoridades diplomáticas norte-americanas.

Outro fato importante a observar sobre as agências norte-americanas criadas nesse período, é que uma delas, a *Temporary National Economic Committee*, registrava a movimentação dos grupos capitalistas no nível mais micro, arrolando mais de 1500 associações de categorias econômicas existentes nesse período. Esse estudo aponta a intensa atividade desses setores para se adaptar às mudanças trazidas no período da Depressão e do *New Deal*.²¹³ Outra questão que se apresenta é se essas agências de levantamentos de dados e realização de estudos e análises econômicas não teriam representado um acúmulo intelectual e de experiência para os agentes norte-americanos que participaram das primeiras missões de cooperação técnica aqui no Brasil. No que diz respeito ao relatório da Missão Cooke de 1943, dois anos apenas após o último relatório da *TNEC*, existem algumas semelhanças entre eles; apesar da profundidade do estudo, ele não tem a menor comparação com os realizados pelo *TNEC* e pelo *NRC*.²¹⁴ Aliás, pelo menos um membro da Missão Cooke no Brasil também participara da equipe do *NRC*, no caso, *Corwin Edwards*, que escreveu alguns capítulos do relatório dessa missão, com destaque para o capítulo intitulado “Associações Comerciais Brasileiras”.²¹⁵ Tais questões trabalharemos em capítulos mais à frente.

212 Ministério da Fazenda, *Comércio exterior do Brasil (resumo por mercadorias)* (Rio de Janeiro: Directoria de Estatística e Economia Financeira, 1935).

213 Temporary National Economic Committee, *Investigation of concentration of economic power* (Washington: Government Printing Office, 1941), p. 343 e ss. Para o estímulo à associação provocado pelo NRA, cf. p. 372 e ss. A lista de associações encontra-se em: p. 439 e ss. Um dos sinais dessas mudanças associativas no grande capital é a fusão da *American Manufacturers Export Association* em 1935 com o *National Foreign Trade Council*. Os últimos materiais da AMEA são produzidos nesses anos, como: *American Manufacturers Export Association, Foreign trade and domestic markets* (New York, 1935). O presidente da AMEA era James D. Mooney, oriundo da General Motors (p. 34).

214 O total dos estudos e relatórios temáticos elaborados pela *TNEC* e a *NRC* somam cerca de 20 mil páginas e abordam uma imensa diversidade de aspectos da economia norte-americana. O que esse período de imenso avanço nos registros estatísticos e informacionais indicam é, além da complexidade que adquiriu a economia capitalista na fase dos monopólios e da sofisticação cada vez maior do aparato econômico do Estado, é a realidade do fato de existirem as condições objetivas para a construção de um outro tipo de sociedade e economia em que os reais produtores da riqueza social – os trabalhadores – tomem conscientemente de forma coletiva, *i. e.*, enquanto classe, os rumos da produção de nossa vida material.

215 Morris Cooke (Chefe da Missão), *A Missão Cooke no Brasil* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949), p. 350 e ss. A tradução da FGV desse relatório provavelmente está equivocada, pois “trade association” pode ser usado para outros tipos de associações que representam os interesses de uma

Portanto, concluindo essa seção, nesses primeiros anos do Eximbank, por de trás das indefinições iniciais do funcionamento do Eximbank, o que existia era uma progressiva tentativa de compatibilizar os diversos interesses capitalistas envolvidos nas relações econômicas exteriores. Afinal, como mencionamos, por mais que politicamente sejam deveras importantes na história política estadunidense os interesses agrários, naqueles anos eles não constavam entre os maiores grupos capitalistas. O Eximbank, antes de agir como um instrumento de exercício de supremacia hegemônica sobre as classes dominantes de outros países – como foi o caso do Brasil –, ele também exerceu essa função primeiramente entre os grupos dominantes no interior do próprio Estados Unidos. Nos anos seguintes, com a política de empréstimos para projetos de desenvolvimento – que atingirá seu ápice no Brasil nos anos da Segunda Guerra – outras empresas fabricantes de bens de capital serão também privilegiadas com as vendas para esses grandes projetos de desenvolvimento. Esses serão temas explorados em capítulos posteriores desse trabalho.

determinada categoria econômica que não necessariamente apenas as associações comerciais. Merece destaque o fato de que já nesse texto de 1943 Corwin Edwards observa que a legislação sindical brasileira no que diz respeito aos dispositivos estabelecendo as associações oficiais tinha como principal objetivo o controle sobre os trabalhadores, não sobre os empresários: “Essa primitiva lei sindical [a de 1931] visava, sem dúvida, a princípio, as organizações de trabalho, embora também regulasse as organizações dos trabalhadores”. Portanto, percepção muito mais precoce do que boa parte da historiografia brasileira. No geral, esse texto de Edwards é um bom exemplo da preocupação das autoridades norte-americanas em levantar informações sobre as associações civis brasileiras, inclusive com uma interessante abordagem histórica remontando as origens de algumas dessas associações desde o séc. XIX.

Capítulo 3

**Brasil e Estados Unidos nas
primeiras operações do
Eximbank**

§1. Desenvolvimento e crise do capitalismo no Brasil

Acumulação agroexportadora

O processo de abolição do trabalho escravo na história da formação do capitalismo brasileiro é de fato uma mudança de grande monta nesse desenvolvimento histórico; porém, do ponto de vista da inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e do padrão de acumulação dominante, o que se observa é uma vigorosa continuidade da agroexportação como o eixo principal da economia capitalista brasileira.²¹⁶ Porém, o próprio “sucesso” do padrão de acumulação calcado na exportação de artigos agrícolas e primários acabaria por lançar as bases da crise desse modelo – especialmente no que tange à contradição envolvida na subordinação desse modelo ao capital monetário estrangeiro, resultando, no longo prazo, uma saída líquida maior de capital-dinheiro do que a sua entrada. Entender a crise desse modelo e, portanto, o contexto em que as primeiras operações do Eximbank foram efetuadas com a economia brasileira, algumas breves considerações sobre o desenvolvimento da economia agroexportadora nos anos da Primeira República são importantes para dimensionarmos as principais contradições que acabaram por resultar em sua superação – especialmente após a Primeira Guerra, momento em que a presença dos capitais norte-americanos no Brasil passaram a crescer com maior velocidade.²¹⁷

Nessas considerações sobre a economia agroexportadora brasileira e suas contradições, comecemos pela *mercadoria*.

Na dinâmica da economia brasileira da Primeira República, de fato o papel-chave que o *café* continuou a exercer é uma das evidentes continuidades com relação aos anos do Império – especialmente a partir da segunda metade do século XIX. É exatamente no fim desse período que o café atingirá o máximo da sua participação nas exportações do Brasil (mais de 70% em alguns anos da década de 1920²¹⁸) e, pouco depois, experimentará a manifestação dos efeitos mais críticos desse modelo de acumulação, consolidado a partir de 1907, calcado na “produção da superprodução” provocada pela política de valorização do café. Apesar do relevante papel das exportações de *borracha* nos últimos anos do séc. XIX até a década de

216 O que não significa que não haja flutuações nesse processo, *e. g.*, o período de diminuição da velocidade do crescimento das exportações brasileiras nos últimos anos do Império. Cf.: Fernando Henrique Cardoso *et al.*, *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Volume 8: O Brasil Republicano* (8. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006), p. 383 e ss.

217 Sobre a presença de capitais norte-americanos no Brasil na Primeira República, cf. Victor Valla, *A penetração norte-americana na economia brasileira (1898-1929)* (Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978).

218 Fernando Henrique Cardoso *et al.*, *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Volume 8: O Brasil Republicano...* (*op. cit.*), p. 387 (Tabela 2).

1910s, e da presença de mercadorias como *açúcar, algodão, couros e peles*, entre outras de menor relevância quantitativa, a tendência durante a Primeira República, no que diz respeito às exportações, foi a de concentrar a vida econômica na *mercadoria café* – portanto, longe de uma diversificação e perto de uma manifestação de forma extensiva da produção mercantil brasileira voltada para o mercado mundial. Na “imensa coleção de mercadorias” do mercado mundial, a economia brasileira contribuía com alguns poucos exemplares – a despeito do café, do ponto de vista da magnitude do valor, estar entre as mercadorias agrícolas mais importantes.

No que diz respeito às mercadorias da pauta de *importações*, esta era consideravelmente mais variada do que a pauta de exportações, tanto do ponto de vista da diversidade de itens em um mesmo momento, quanto do ponto de vista da sua modificação ao longo dos anos desse período. No início da Primeira República é possível observar um peso importante das importações de gêneros alimentícios – em decorrência da chamada “crise agrária” que se segue à Abolição²¹⁹ – e de bens de consumo industrializados leves. Até o fim do período a tendência que se observará é de um aumento da participação dos bens de produção na pauta de importações e uma diminuição da parcela dos alimentos e bens de consumo industrializados leves. É importante destacar que o acesso a essas mercadorias não foi contínua ao longo do período da Primeira República, dado que os conflitos internacionais (especialmente na Primeira Guerra) e a recorrente falta de divisas para atender a todos os pagamentos internacionais (especialmente os da dívida pública) obstaculizaram o fluxo dessas importações por várias ocasiões ao longo do período.

Essa escassez de dinheiro enquanto *dinheiro mundial*²²⁰ criava uma situação em que alguns pagamentos só podiam ser feitos em detrimento de outros; e, portanto, que algumas importações só podiam ser realizadas em detrimento de outras – o que seria uma espécie de “substituição de importações”, mas no sentido de que certas importações são substituídas por outras. Nesse sentido, havia uma dependência de parte do setor industrial das receitas produzidas pelo setor exportador (assim como da entrada de capitais) (*valores*) para conseguir adquirir os *valores de uso* necessários para a expansão da sua capacidade produtiva, no caso, dos *meios de produção* (máquinas, ferramentas, insumos, matérias auxiliares, combustíveis, etc.) – já que naquela quadra da história do capitalismo brasileiro não havia a possibilidade de

219 O discurso acerca da “crise agrária” desde os anos da Abolição e da necessidade de combatê-la será recorrente nas defesas da *Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)*, desde sua fundação ligada aos interesses daqueles proprietários agrários voltados para a produção mercantil para o *mercado interno*. Sobre o tema, cf. Sonia Mendonça, *O ruralismo brasileiro (1888-1931)* (São Paulo: Hucitec, 1997).

220 Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume I, Tomo 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

produzir internamente boa parte desses valores de uso, desses meios de produção, necessários para a reprodução ampliada do setor industrial internamente.

Do ponto de vista das relações econômicas exteriores nesse período da formação do capitalismo brasileiro, um fator de fundamental importância que não poder ser deixado de lado é o papel da *imigração* no processo da disponibilização crescente de força de trabalho para uso capitalista. Desde aproximadamente o período da Abolição até a Primeira Guerra Mundial, a vinda de imigrantes foi o principal fator de crescimento da população brasileira. Portanto, somando-se aquela parcela da população recém-emancipada da escravidão a esses contingentes imigrantes é possível perceber um considerável e crescente aumento da população brasileira expropriada (tanto em território brasileiro, quanto no exterior, como no caso do imigrante que já chega despossuído ao Brasil) disponível e empregável pelo capital no processo de valorização.

Como se sabe, a maior parte desses imigrantes foram empregados no setor agroexportador da economia capitalista brasileira; porém, apesar de persistirem na cidade e no campo formas de produção da subsistência ainda não mercantilizadas (e, obviamente, também não pagas pelo capital, deprimindo ainda mais o preço da força de trabalho²²¹), passa a se tornar cada vez mais comum na reprodução dos trabalhadores itens mercantis, formando, assim, uma produção para abastecer o mercado de meios de subsistência para esses trabalhadores (o Departamento 2b, de acordo com os esquemas propostos por Marx²²²). Dessa maneira, formase uma espécie de unidade na distinção entre o setor agroexportador e aquele ligado ao setor de subsistência interno: se por um lado, esse setor de subsistência é impulsionado pela expansão do setor agroexportador, a cujos trabalhadores abastece com itens mercantis; por outro, a forma própria de vinculação do capitalismo agroexportador ao mercado mundial – forma essa que resulta em recorrentes crises cambiais – cerrava os limites em que esse setor de subsistência interno (no caso, o que depende da importação de meios de produção) poderia se expandir. Portanto, a necessidade de divisas para expandir os meios de produção em uma situação em que as remessas (lucros, dividendos, juros, amortizações, etc.) representavam uma parcela cada vez maior a disputar por esse capital monetário mundial (sendo muitas dessas remessas relacionadas a empréstimos internacionais que, em termos gerais, buscava manter a lucratividade do setor agroexportador) criava a virtualidade da crise desse modelo e de sua superação em outras bases – no caso brasileiro no pós-anos 1930s, bases capitalistas.

221 Para uma clássica apresentação desse dispositivo na formação do capitalismo brasileiro, cf. Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo, 2003).

222 Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Um aspecto de fundamental importância para a caracterização do capitalismo agroexportador brasileiro nos anos da Primeira República é a sua relação com as potências *imperialistas* de então – ainda mais se levarmos em consideração que boa parte desse período coincide com os anos de formação e expansão do imperialismo clássico e da concentração e centralização dos grandes capitais monopolistas (ca. 1870-1914), ou seja, também o período clássico do *padrão-ouro* como dinheiro mundial.²²³ Do ponto de vista das relações comerciais, a economia capitalista brasileira distribuiu de forma diversa as regiões de destino das exportações e origem das importações; do ponto de vista das exportações, a maior parte do produto destinava-se ao mercado norte-americano (maiores consumidores do café brasileiro), da parte das importações, variou ao longo do tempo o peso específico de cada um, mas os principais países de origem foram Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.

Enquanto os Estados Unidos se mantiveram durante todo o período como o maior destino das exportações brasileiras (realizando o Brasil com esse país um *superavit* no balanço comercial), o principal país de origem das importações brasileiras variou ao longo do período: é perceptível a perda de importância da Inglaterra (cujas mercadorias eram em sua maioria industrializadas mais leves), o intermitente mas constante aumento de importância da Alemanha (que iria, inclusive, ameaçar a posição norte-americana, nos anos 1930s) e o aumento das importações dos Estados Unidos – culminando com o país se tornando também a principal origem das importações brasileiras a partir da Primeira Guerra. Vários fatores devem ser levados em consideração nesse processo: a perda de posições da indústria inglesa no mercado mundial e a ascensão da indústria norte-americana e alemã; a política britânica de privilegiar as suas relações comerciais com os seus domínios; a própria modificação da estrutura da pauta de importações da economia brasileira; entre outros. De toda maneira, durante todo o período a pauta de importações e exportações contrastaram muitíssimo no que diz respeito à diversidade e dinâmica das suas estruturas ao longo do tempo.

A figura também se torna diferente se observamos as relações econômicas exteriores brasileiras durante a Primeira República do ponto de vista *financeiro*. No que diz respeito aos empréstimos ao governo, a *City* de Londres continua com a sua posição de principal praça – com destaque para a secular importância da Casa dos Rothschilds. No que diz respeito aos *investimentos*, os ingleses também permanecem por boa parte do período como os principais investidores (com destaque para as áreas de transportes navais e de ferrovias); porém, especialmente a partir da Primeira Guerra, é crescente o papel dos Estados Unidos como

223 Para um estudo sobre o capitalismo internacional nos anos do padrão-ouro e das profundas transformações implicadas na era do seu ocaso, cf. Karl Polanyi, *A grande transformação* (2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000).

credor do Brasil – assim como o seu papel como investidor, concentrando-se nas áreas de serviços públicos (iluminação e eletrificação), transporte rodoviário, bens de produção, entre outras áreas que, no geral, representavam uma sofisticação tecnológica maior do que os dos investimentos ingleses.

Um importante índice dos crescentes interesses de setores do capital estadunidense no Brasil foi a criação em 1916 no Rio de Janeiro da *Câmara Americana de Comércio* (sendo criada em 1919 a *Câmara Americana de Comércio de São Paulo*). A partir de 1921 a Câmara do Rio edita a revista *Brazilian Business*, além de buscar associações com agências privadas de setores das classes dominantes brasileiras – como, por exemplo, é o caso da ACRJ, onde a *AmCham* possui alguns representantes.²²⁴

De toda maneira, apesar da crescente posição dos Estados Unidos, os capitais ingleses teriam maior magnitude – seja do ponto de vista dos empréstimos, seja do ponto de vista dos investimentos – até os anos 1930s. Até 1914, essa concentração das relações financeiras com a zona da libra se deu dentro do período de vigor do padrão-ouro, por mais que o Brasil tenha ficado fora desse padrão pela maior parte do período. Essa espécie de “triangulação” entre o balanço comercial e o balanço de pagamentos é uma das principais características do fluxo de valores e valores de uso com o exterior da economia capitalista brasileira desses anos – assim como será nos anos 1930s até a Segunda Guerra uma das características mais marcantes o processo de assunção também pelos Estados Unidos da principal posição financeira e do dólar como principal moeda das transações financeiras brasileiras.

A observação da dinâmica dos fluxos de capital monetário nos anos da Primeira República é de fundamental importância, sendo um dos aspectos fundamentais da dependência brasileira em relação às potências imperialistas – especialmente à Inglaterra, da qual se chegou temer uma intervenção armada para se garantir o pagamento dos serviços da dívida, muitas delas realizadas com base na hipoteca das alfândegas, principal fonte de recursos do governo federal. Tomando como base o montante de entrada e saída de capital durante o período em operações financeiras, observa-se que as saídas excedem as entradas de forma considerável.²²⁵ Esses mecanismos financeiros de apropriação de valor produzido em território brasileiro por países estrangeiros é, portanto, um dos principais aspectos da dependência do capitalismo

224 American Chamber of Commerce for Brazil, *Brazilian Business*, Ano 1, nº. 1. Rio de Janeiro, 1921.

225 Marcelo de Paiva Abreu, “Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador?” (Texto para discussão nº. 403). PUC-Rio, 2001. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td403.pdf>>; acesso em mar./2017.. Paiva Abreu chega a realizar alguns exercícios contrafactuais com outros títulos públicos – como os dos *consols* britânicos – e chega a conclusão que a taxa de retorno dos títulos brasileiros eram mais compensadoras que muitos dos contrafactuais. Também cf. Pedro Paulo Z. Bastos, “A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1945)” (Tese de Doutorado em Economia. Campinas: UNICAMP, 2001).

brasileiro. Apesar de existir uma série de medições nesse processo – especialmente as de ordem política –, nessa dialética produção e apropriação do ponto de vista das relações econômicas exteriores, tais mecanismos financeiros assim como aqueles relacionados à transformação dos valores em preços são fundamentais para caracterizar o esquema de acumulação do capitalismo dependente.²²⁶

Por mais que os serviços financeiros dos governos federais, estaduais e municipais formassem parcela significativa das movimentações financeiras externas, as remessas de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas também concorriam para obter divisas para efetuar tais operações. Assim como a dívida pública, as remessas (e transferências de capital em que as contas dos lucros acumulados são dissimuladas para serem efetuadas como transferências de capital, em que o percentual permitido de movimentação era maior) dos investimentos estrangeiros foram mais um setor a pressionar os estreitos saldos no balanço de pagamentos desses anos.

As relações cumulativamente críticas entre as relações comerciais e as relações financeiras exteriores experimentaram um passo decisivo a partir da realização das políticas de valorização do café. Ao mesmo tempo que tensionava ainda mais o balanço de pagamentos futuros com os serviços dos empréstimos contraídos para realizar a compra dos excedentes de café, também estimulava a expansão da produção de um setor que, exatamente por estar em superprodução, recorria aos tais esquemas de valorização. Tratava-se de combater excessos no âmbito da produção a partir de medidas no âmbito da circulação.²²⁷ Os anos 1920s, portanto, vivenciaram o auge e a crise da economia agroexportadora, processo no qual a interação entre fatores comerciais e financeiros dariam à crise da economia agroexportadora um conteúdo cumulativamente explosivo – ainda mais quando se entrelaçava com as crises econômicas em nível mundial.

Após a Primeira Guerra, apesar de terem continuado as vagas migratórias, essas foram de uma magnitude consideravelmente inferior se comparadas ao período pré-1914. Um dos aspectos marcantes desse período é o processo de migração inter-regional e campo-cidade. De

226 Cf. Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo 1: o processo global da produção capitalista* (São Paulo: Abril Cultural, 1984) [Caps. IX e X].

227 Como bem frisa Sonia Mendonça (“O Convênio de Taubaté e a agricultura fluminense”, *In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 4, nº. 3. Taubaté, agosto de 2008; “A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF/PPGH, 1977). Além disso, a Autora aponta como os esquemas de valorização, além de terem sido primeiramente apresentados por membros da sociedade política fluminense, também tiveram efeitos diversos sobre as diferentes áreas cafeicultoras (especialmente no que tange à idade dos cafezais, distância com relação aos portos de escoamento, preços dos fretes, etc.). Por exemplo, os cafeicultores não sentiram maiores benefícios com as políticas de valorização, acelerando, portanto, o processo de transferência para outras culturas agrícolas direcionadas para o mercado interno – tomando o caso dos cafeicultores fluminenses.

acordo com as principais referências estatísticas, as principais migrações inter-regionais são aquelas do Nordeste para o Sudeste e, dentro do Sudeste, de algumas regiões mineiras e fluminenses para as cidades do Rio, de São Paulo e outras áreas urbanas. Apesar da população rural claramente ainda ser a maioria do total da população, é possível observar um aumento na velocidade de crescimento da população urbana após a Primeira Guerra. Dessa maneira, a disponibilização de força de trabalho para os setores urbano-industriais do capital experimentava um incremento. Por outro lado, dadas as características da reprodução da força de trabalho urbana na economia brasileira de então, em que existiam mais itens mercantis se comparados com a reprodução da força de trabalho rural, a produção para o Departamento 2b encontra um mercado crescente para os seus produtos – tanto os de bens agrícolas quanto de bens manufaturados.

Uma outra dimensão desse processo é a crescente monetização do pagamento da força de trabalho sob a forma salário, já que o esquema do “barracão”, em vigor em algumas zonas rurais, além de propiciar uma punção do trabalhador através dos preços abusivos praticados, assim como pelo endividamento (reduzindo, portanto, o preço realmente pago pela força de trabalho), também tinha como efeito a diminuição da quantidade de moeda necessária para o pagamento da força de trabalho – já que esta deveria bastar para pagar o saldo do salário (quando havia) contra as dívidas acumuladas ao longo do mês no barracão. Nesse contexto de menor necessidade de meios de pagamento, as medidas monetárias contracionistas podiam ser melhor absorvidas pelos setores que empregassem mão de obra cujos meios de subsistência eram menos monetizados. Diferentemente, nas áreas urbanas, sendo os meios de subsistência dos assalariados mais monetizados, ocorre uma maior demanda por meios de pagamento assim como uma exposição maior às medidas contracionistas. Portanto, com o crescimento urbano após a Primeira Guerra, as consequências monetárias do círculo envolvido na dinâmica dívida pública/valorização do café (especialmente quando das tentativas de estabilização e/ou apreciação cambial) vão repercutir com cada vez maior intensidade sobre o emprego e o poder de compra do trabalhador assalariado.²²⁸

228 Mesmo que não seja uma função direta das deteriorações dos padrões sócio-históricos de reprodução da força de trabalho, também não parece ser coincidência a grande ativação no movimento dos trabalhadores desde as greves de 1917 e ao longo dos anos 1920s – devendo ser levado em consideração os efeitos da Revolução Russa e dos levantes ocorridos em outros países no período sobre o movimento dos trabalhadores brasileiros. Portanto, essa crescente tensão social – agravada pelo ativismo político de setores médios, como militares, funcionários, etc. (sendo o tenentismo uma das maiores expressões desse ativismo que contagiou setores médios da sociedade brasileira) – ao mesmo tempo que era determinada pelas contradições do esquema de acumulação agroexportador dependente brasileiro, também determinava as crescentes dificuldades políticas de se conseguir novos empréstimos no exterior. Para essa relação contraditória entre vinculação com as divisas internacionais e crescente monetização da força de trabalho, cf. Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. (31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002); Bastos (*op. cit.*).

Ao lado dessa maior oferta de mão de obra nas cidades, o período pós-Primeira Guerra também experimenta uma grande ampliação da capacidade produtiva industrial representada pelo aumento das importações de meios de produção; como não poderia ser diferente nessa relação contraditória, o auge da economia agroexportadora também possibilitou saldos em divisas que possibilitaram as importações necessárias para a ampliação da capacidade instalada industrial. Esse processo é importante por que será essa capacidade instalada nos anos 1920s que em boa parte será usada nos 1930s, quando o setor urbano-industrial passa a crescer com maior velocidade. Apesar dessa ampliação da capacidade produtiva da indústria nos anos 1920s, o setor agroexportador permanecerá como o mais dinâmico até a Grande Depressão. Boa parte do fôlego desse dinamismo foi dado através da política de valorização do café, postergando e amplificando os efeitos da crise desse modelo.

A política de valorização do café – expondo os primeiros sinais de esgotamento da forma até então assumida do esquema de acumulação agroexportador e, portanto, os primeiros indícios de sua *crise* – como forma de privilegiar o setor cafeicultor em detrimento do conjunto dos outros membros da economia (a assim chamada “socialização das perdas”) não pode ser compreendido sem levar em consideração o *poder político* do campo hegemônico pelas *personas* do complexo cafeeiro – assim como a sua expressão no *Estado*. Esse poder político expresso na política da valorização demonstra que as *durações* do tempo econômico não coincidem absolutamente com aqueles do tempo político, ou seja, dado os recursos de poder de que dispunham e dos outros interesses a eles aliados de forma subalterna, os cafeicultores e seu complexo de interesses puderam conferir uma certa “sobrevivência” à posição privilegiada do seu setor econômico no conjunto da sociedade – mesmo que às custas de “cavar” para frente o próprio buraco em que cairia a economia agroexportadora. Do ponto de vista do Estado e da sociedade civil, aqueles setores não-hegemônicos das classes dominantes ligados à produção agrícola para o mercado interno, organizados principalmente no Ministério da Agricultura e na Sociedade Nacional de Agricultura²²⁹, quando da perda de poder político dos setores cafeicultores, logo poderão aproveitar a crise para ocupar de forma mais abrangente algumas agências importantes do aparato estatal – assim como girar a política econômica agrária em favor da maior diversificação e do estímulo de culturas naquele momento mais voltadas para o mercado interno, assim como do estímulo à produção de novos

229 Para um estudo minucioso da formação e expansão do poder político desses setores agrários voltados para o mercado interno organizados na SNA e no Min. da Agricultura, cf. Sonia Mendonça, *O ruralismo brasileiro... (op. cit.)*. Para esse mesmo setor das classes dominantes, mas no período pós-1930 cf. Sonia Mendonça, *Estado e classe dominante agrária no Brasil pós-1930 (1930-1945)* (Curitiba: Editora Prismas, 2016).

artigos de exportação passíveis de serem produzidos pelo campo brasileiro.²³⁰ A progressiva suspensão da política de valorização do café e o estabelecimento de mecanismos que facilitassem a outros setores (como os industriais, mas não apenas) o acesso às parcas divisas conseguidas seriam alguns dos principais índices da perda relativa de poder dos cafeicultores.

Sobre os setores não-hegemônicos das classes dominantes, é importante destacar que quando da crise do poder cafeicultor paulista e da ascensão dos setores agrários voltados para o mercado interno, a política econômica adotada a partir de então não teve como resultados apenas o favorecimento da produção agrícola para o mercado interno; as contingências imediatas da tomada de decisão no campo da política econômica puderam vir privilegiar outros setores que, às vezes, nem apoiavam diretamente aqueles setores agrários, como os industriais paulistas. É importante ter em mente a *autonomia relativa* na formação dos intelectuais dirigentes, ou seja, o fato de terem sido de grupos de proprietários de terras alçados boa parte dos intelectuais que assumiram posições de prestígio no Estado brasileiro, não significa que suas ações diretamente se darão no sentido de privilegiar os interesses desse mesmo grupo proprietário. Por uma complexa história da formação dos intelectuais, muitos daqueles que tomaram medidas no sentido da transformação da economia capitalista brasileira em favor de uma dinâmica em torno do eixo urbano-industrial eram sociologicamente oriundos de setores de proprietários fundiários. Afinal, de acordo com Gramsci, um dos aspectos possíveis em casos de revoluções passivas – como, segundo nosso entendimento, é o caso brasileiro – é que “sejam dominantes os interesses, não necessariamente as suas pessoas”.

Crise

Sob certo ponto de vista, a investigação sobre as bases da crise da acumulação agroexportadora que se manifesta de forma explícita a partir de 1929 deve remontar, pelo menos, ao período em que a política de valorização do café se torna recorrente (até tornar-se permanente, como nos anos 1920s). A incidência na *circulação* como forma de majorar os preços do café tinha o efeito cumulativo de não apenas não limitar a superprodução (que o mercado internacional cada vez mais dava mostras de ser incapaz de absorver), mas de estimular a expansão da área plantada. Como existe um hiato de cerca de 4-5 anos entre o plantio do café e a sua plena produção, a diminuição da produção não é algo que se possa

230 De acordo com Sonia Mendonça (*ibid.*), ao lado de importantes permanências no que tange à linha política assumida pelo Ministério da Agricultura e ao seu programa, uma mudança de destaque na atuação do Ministério foi exatamente o estímulo à diversificação dos artigos agrícolas de exportação – assim como o acolhimento no interior dos quadros dessa agência figuras representantes de interesses agrários paulistas oriundos da produção cafeeira.

fazer imediatamente no caso de queda dos preços do café. Portanto, essa forma própria de acumulação, em que a sustentação do preço da principal *commoditie* estimula a sua superprodução – sustentação que era dependente da oferta internacional de dinheiro para mediar essa operação de valorização, tendo, portanto, implicações na situação cambial –, atinge seu auge a partir de meados dos anos 1920s para em fins da década chegar ao colapso.

As quedas nas vendas de café, assim como do seu preço, já podiam ser percebidas *antes* do *crash* da bolsa de Nova York em novembro de 1929; além disso, por conta do estímulo ao aumento da área plantada na última fase de alta das vendas, quando os efeitos da crise mundial passam a ser sentidos na economia brasileira com mais força (em especial, a interrupção do fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil, assim como a redução no preço das exportações) ocorre uma coincidência com safras recordes de plantações feitas anos antes, resultando em um excedente ainda maior de mercadoria sem colocação no mercado mundial e na redução ainda mais grave dos seus preços.

Os preços do café em 1931 representavam cerca de um terço da média de 1925-1929²³¹, isso a despeito da permanência das tentativas de levantar os seus preços. Além das diminuições das divisas disponíveis por causa da redução das exportações, a falta de dinheiro mundial torna-se ainda mais crítica com a referida interrupção do fluxo de novos empréstimos, investimentos, entre outros capitais. Assim sendo, os pagamentos que deviam ser feitos em divisas – com as importações, remessas de lucros e juros, serviços e amortizações da dívida pública, entre os mais importantes – encontrariam um cenário de extrema escassez, fazendo com que alguns desses pagamentos fossem privilegiados em detrimento de outros.

Os impactos da crise no comércio exterior brasileiro do ponto de vista das *importações* foi o mais grave, ocorrendo uma diminuição ainda mais forte do que a experimentada pelas exportações, o que seria de se esperar, já que as divisas geradas pelas exportações – única geradora de dinheiro mundial nesse momento, pois as entradas de capitais sob a forma monetária escasseiam deveras com os impactos da crise – também deveriam dar conta dos pagamentos da dívida externa assim como de outros serviços financeiros e remessas. É importante ter em mente também que desde meados dos anos 1920s fora estabelecida a conversibilidade do mil-réis em ouro, fato esse que determinou que a Caixa de Estabilização do Banco do Brasil fosse exaurida de suas reservas em grande velocidade nos primeiros momentos da crise, resultando em seu fechamento.

231 Annibal Villela e Wilson Suzigan, *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1989-1945* (2. ed.. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975), p. 161.

A exiguidade de divisas chegou a tal ponto que se teve que buscar maneiras de garantir alguma disponibilidade de dinheiro para que os pagamentos federais relativos à dívida não fossem suspensos absolutamente (como será o caso em 1937). Essa seria uma das mais importantes preocupações dos agentes da sociedade política brasileira quando do estabelecimento do monopólio cambial pelo Banco do Brasil assim como dos controles sobre a oferta de câmbio segundo critérios de essencialidade – isso tanto antes quanto depois do fim da Primeira República, pelo menos até ficar claro que a diminuição do fluxo de capitais externos para a economia brasileira era mais grave e duradoura do que se supunha. Portanto, a disposição do governo de garantir o pagamento dos serviços da dívida – dos maiores sorvedouros de divisas na maior parte da história republicana até então – seria definida tanto pelas perspectivas de acesso a financiamentos futuros, quanto pelo poder de pressão dos credores da dívida pública (e, obviamente, dos seus aliados na sociedade política e civil brasileira). Tendo em vista serem os ingleses os maiores interessados na manutenção do pagamento da dívida pública brasileira, durante os anos de Depressão a capacidade de pressão dos ingleses – *i. e.*, dos grupos capitalistas ingleses ligados ao financiamento da dívida pública brasileira²³² – seria determinante para a manutenção dos serviços da dívida nos maiores patamares possíveis, por mais frágeis e hesitantes que possam ter sido tais tentativas. Como se perceberá ao longo dos anos 1930s, os ingleses perdiam margem de manobra para exercer algum tipo de retaliação mais grave sobre o Brasil, tendo em vista o seu papel modesto enquanto destino das exportações brasileiras e a brusca redução dos fluxos de seus capitais monetários para cá. Como se viu anteriormente, os Estados Unidos vinham aumentando a sua presença no campo comercial e financeiro (crédito e investimentos) brasileiro, apesar da Inglaterra no início da Depressão ainda deter o maior montante de empréstimos e investimentos sobre o Brasil (lembrando que boa parte desse estoque era de dívidas antigas, como as consolidadas nos *funding loans* de 1898 e 1914). Porém, nos anos iniciais da Depressão (pelo menos durante a Administração Hoover) os Estados Unidos não conseguiram trazer efetivar suas potencialidades de pressão sobre o governo brasileiro no nível que seria de se esperar tendo em mira a sua crescente importância econômica para o Brasil; o comportamento do governo norte-americano frente à queda de Washington Luís em 1930 e ao Governo Provisório são fundamentais para entender essa perda relativa de influência sobre a política econômica adotada se comparada com a forte influência que assumirá anos depois.

As relações entre o Governo Provisório e a Administração Hoover não foram das mais

232 Sobre os demais interesses ingleses não tão bem contemplados pelo seu governo, alguns em associação com Simonsen, cf. Marcelo de Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999).

cordiais, especialmente nos seus primeiros momentos. Poucas semanas antes da vitória do movimento armado liderado pela Aliança Liberal, levando Getúlio Vargas ao poder, o governo estadunidense embargara um navio carregado com equipamento bélico que abasteceria as forças militares envolvidas no movimento. Essa demonstração de “fidelidade” ao governo que logo seria deposto suscitou muitas desconfianças de parte dos membros do Governo Provisório com relação aos Estados Unidos.²³³ Além disso, não foram poucos os que suspeitavam do apoio dos Estados Unidos aos revoltosos paulistas de 1932.²³⁴ Essa relativa deterioração das relações políticas entre a Administração Hoover e o Governo Provisório teve claros impactos na capacidade de influenciar a política econômica brasileira nos primeiros anos da Depressão. Portanto, quando do colapso da capacidade de pagamento da economia brasileira e das subseqüentes negociações com os credores e os detentores de títulos comerciais atrasados (o que seria crescentemente o caso dos interesses norte-americanos), é perceptível a posição subordinada dos Estados Unidos nesse tema em comparação a outras potências imperialistas de então, *e. g.*, a Inglaterra.

Exemplo dessa maior influência inglesa nesses anos é o envio para o Brasil em 1931 da assim chamada *Missão Niemeyer*²³⁵ com o objetivo de analisar a situação econômica brasileira – especialmente a sua capacidade de pagamento em divisas – e propor medidas em termos de política econômica. Uma das principais medidas recomendadas pela Missão Niemeyer foi a criação de um *Banco Central*, de preferência como uma instituição autônoma frente ao Banco do Brasil. Na verdade, a ideia era permitir uma pretensa “autonomia” frente às influências “políticas” no seu funcionamento – apesar do relatório de Niemeyer recomendar a contratação de algum consultor com experiência no assunto para auxiliar na formação do Banco (obviamente, um consultor próximo ao raio de influências da casa Rothschild²³⁶). É

233 Luiz Alberto Moniz Bandeira (*Presença dos Estados Unidos no Brasil – Dois séculos de história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978); Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945 (op. cit.)*; United States Department of State, *Paper Relating to the Foreign relations of the United States, 1930* (Volume I. Washington: U.S. Government Printing Office, 1945). Nesses documentos do Departamento de Estado dá para perceber a preocupação dos agentes aqui no Brasil em tranquilizar os que estavam nos Estados Unidos. Por exemplo, mencionam que os *tecidos vermelhos* levantados em muitas cidades conquistadas pelos aliancistas significava “revolução”, não “comunismo”. Como é possível depreender desses documentos, havia também uma certa confusão por parte dos agentes norte-americanos quanto ao caráter do movimento armado e da capacidade de resistir de Washington Luís.

234 Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos...* (*op. cit.*). O Autor aponta os relatos de um representante dos revoltosos paulistas que fora aos Estados Unidos com o objetivo de adquirir armamento, em que apresenta o plano de entrada dessas armas no Brasil, entre outras questões. Esse representante afirma que, apesar de não ter recebido apoio explícito das autoridades norte-americanas, também não teve suas ações no país dificultadas.

235 Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945 (op. cit.)*. A Missão Niemeyer foi precedida nos anos 1920s por outras missões de caráter semelhante, como a Missão *Montagu* e a Missão *Norman*. Uma curiosidade sobre *Sir Otto Niemeyer* é que este passara em primeiro colocado no concurso para uma agência econômica britânica em que Keynes passara em segundo.

236 *Ibid.* Em alguns círculos financeiros e diplomáticos ingleses existia um forte incômodo com a influência

importante destacar que Niemeyer era muito mais sensível à influência dos interesses *financeiros* da *City* londrina (especialmente os próximos ao grupo Rothschild) do que, por exemplo, os interesses comerciais.²³⁷ Por exemplo, Roberto Simonsen na época da Missão Niemeyer fez a denúncia desse particularismo de suas análises e recomendações – sendo, aliás, o próprio Simonsen representante do grupo *Lazard* no Brasil.

Nesse episódio da Missão Niemeyer e das negociações que se seguiram acerca do pagamento dos compromissos externos do Brasil chama atenção a ausência dos agentes norte-americanos, o que seria de se esperar dada a magnitude não negligenciável dos seus interesses envolvidos nesse tema. Apesar da França, que tinha realizado algumas operações de empréstimo consideráveis para o Brasil anos antes, também ter sido excluída dessas negociações²³⁸, a maior importância das operações financeiras em particular e econômicas em geral com a economia brasileira dos Estados Unidos faz com que seja razoável que a sua exclusão das negociações em conjunto com os ingleses em 1931 tivesse a ver com a sua deteriorada relação política com o Governo Provisório. De toda maneira, a negociação com os ingleses nesses anos se concentraram nas questões financeiras, menos que nas questões comerciais (tema que seria mais delicado para os ingleses, dado o seu saldo comercial com o Brasil no momento), sendo a prioridade norte-americana a negociação de questões comerciais, como ficará claro anos depois no âmbito da negociação do Acordo Comercial Recíproco de 1935 e no combate ao comércio de compensação com a Alemanha.

Apesar de importante episódio na história dos debates e pressões em torno da política econômica realmente adotada pelo Governo Provisório (e, dependendo do estudo, das suas intenções), a maior parte das recomendações da Missão Niemeyer não foram seguidas, seja por falta de “intenção”, seja pela impossibilidade de segui-las em face da realidade econômica internacional e doméstica; nem as suas medidas de austeridade fiscal, nem a criação de um Banco Central, entre outras recomendações, foram adotadas pelo Governo Provisório. De toda forma, essa visita é um precedente na longa história de tentativas de agentes intelectuais trazerem a efeito a criação de um Banco Central no Brasil, já que nas décadas posteriores

que um certo Kemmerer (consultor financeiro norte-americano atuante no “aconselhamento” de várias autoridades monetárias latino-americanas) vinha exercendo nesse mesmo ramo de “consultoria técnica” – obviamente, incômodo na verdade por identificar o seu deslocamento por novos agentes ligados a outros interesses.

237 Um conhecido estudioso sobre o tema assim se refere acerca dos interesses que animariam a Missão Niemeyer: “Seria um equívoco supor uma completa coincidência entre os interesses do Reino Unido como país e os interesses financeiros londrinos, e especificamente os dos Rothschilds, que enviaram Niemeyer ao Brasil. A missão Niemeyer deve ser considerada uma tentativa malsucedida de certos círculos *financeiros* britânicos de garantir a continuidade de sua influência sobre a formulação da política econômica brasileira.” *Ibid.*, p. 103.

238 Segundo Paiva Abreu (*ibid.*) exatamente para dar a aparência de que não se tratava de uma discriminação mais direta contra os Estados Unidos.

seriam recorrente nas diversas “missões técnicas” norte-americanas enviadas ao Brasil a recomendação para a criação de um Banco Central.

Política e capital no início do Governo Provisório

Como mencionado acima, nos momentos finais do governo Washington Luís, quando se desfizeram as ilusões quanto à possibilidade de seguir uma política de conversibilidade do mil-réis dada a exaustão das divisas da Caixa de Estabilização (resultando no seu fechamento em novembro de 1930), o governo estabeleceu o monopólio cambial pelo Banco do Brasil. Seja por ainda estar agarrado a certas ideias ortodoxas quanto à política cambial, seja para satisfazer setores das classes dominantes (ou mesmo para se diferenciar, pelo menos no nível mais imediato, do governo recém-deposto), o fato é que logo que assume o poder o Governo Provisório reestabelece o mercado livre de câmbio, tendo, porém, que revisar essa diretiva em 1931 – *i. e.*, retomar o monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil assim como o estabelecimento de controles segundo critérios de essencialidade.²³⁹

Apesar da declaração do fim do monopólio cambial pelo Banco do Brasil pouco depois do início do Governo Provisório, não se pode dizer que havia um mercado livre de câmbio de fato; os bancos privados que operavam com câmbio recebiam instruções estritas acerca do seu uso – já existindo algum critério de essencialidade, a proibição de operações futuras, assim como outras restrições.²⁴⁰ Portanto, apesar das intenções em se reestabelecer um mercado livre de câmbio, a realidade caracterizada por uma forte queda das disponibilidades de divisas fazia com que esse objetivo (mais ou menos sincero) do Governo Provisório dos primeiros meses fosse continuamente frustrado. Algumas das consequências dessa realidade cambial crítica foram as sucessivas moratórias realizadas entre 1930 e 1931 – isso apesar de alguns empréstimos de curto prazo levantados em Londres em inícios desse último ano.²⁴¹ A situação

239 O caráter da política econômica do governo Vargas durante a Depressão é uma das mais clássicas polêmicas da historiografia econômica brasileira. De forma geral, podemos afirmar que a tônica desse debate tem sido se as medidas adotadas ou as intenções do governo Vargas eram “ortodoxas” ou “heterodoxas” (ou “desenvolvimentistas”, “industrialistas”, etc.), se teriam facilitado ou debelado a recuperação econômica. Porém, como bem aponta Sonia Mendonça (“Economia e política na historiografia brasileira”, *In: Antropolítica*. Niterói: Eduff n.º. 7, 1999), o centro do debate seria acerca da *performance* da economia brasileira, quase sempre do ponto de vista do crescimento quantitativo – F. de Oliveira (*op. cit.*) também aborda criticamente essa historiografia da “performance”. O que os Autores observam nessas polêmicas é a falta de preocupação com as *classes e grupos sociais* mais ou menos beneficiados pelas medidas do governo. Essa adoção pelo Governo Provisório até 1931 da relativa liberdade cambial e as suas razões ficam melhor aclaradas se tivermos em mente, além da “inconsciência” dos agentes quanto aos efeitos dessa política e das permanências em termos de ideias de repertório de política econômica, a trama contraditória de interesses que o governo buscava mediar de forma arbitral naqueles anos.

240 Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945 (op. cit.)*, p. 115.

241 *Ibid.*, pp. 115-116.

agrava-se de tal maneira que em setembro de 1931 era novamente declarado o monopólio cambial pelo Banco do Brasil e a suspensão dos pagamentos de juros e amortizações da dívida.²⁴²

Junto do estabelecimento do monopólio, foram estabelecidos controles sobre a disponibilização de câmbio que seguiam os seguintes critérios (em ordem decrescente de prioridades): (1) serviços da dívida pública e compras oficiais; (2) importações essenciais, sujeitos, porém, à apresentação de certificados originais de conhecimento de carga; (3) outros, divididos da seguinte forma: (3.1) pequenas remessas para pagar pessoal no exterior; (3.2) algumas remessas de juros e dividendos de capital estrangeiro; (3.3) importações volumosas com conta aberta e consignação; (3.4) obrigações anteriores de altos valores.²⁴³ Importante destacar que esses critérios de essencialidade, pelo menos *de jure*, nem tanto *de facto*, tinham algumas incongruências advindas, por exemplo, da própria forma de pagamento de algumas dessas importações tidas como essenciais – o que era o caso das importações de petróleo e derivados, carvão, produtos químicos, entre outros, já que essas importações ocorriam sob a forma de conta aberta, uma das últimas categorias na escala de prioridades na concessão de cobertura cambial.²⁴⁴ Com algumas modificações, o controle cambial exercido pelo Banco do Brasil iria se estender até 1934; porém, não raro o Banco do Brasil fornecia uma certa quantidade de divisas ao assim chamado “mercado cinza” (que ficava entre o mercado negro e o mercado oficial), divisas essas oriundas de exportações não tradicionais ou de outras operações que não exportação.

Essa situação de escassez de dinheiro mundial acabava por afetar não apenas os compromissos relacionados aos pagamentos de juros e amortizações da dívida pública, mas também o próprio pagamento das importações correntes, formando os *atrasados comerciais* (ou os assim chamados “congelados”, termo usado até pelos agentes norte-americanos). O tema dos atrasados comerciais seria um dos principais objetos de negociação envolvendo agentes brasileiros e norte-americanos durante a década de 1930s, recebendo esse tema mais atenção da parte dos Estados Unidos do que os assuntos referentes à dívida pública em dólares. Também seria com o objetivo de dar tratamento a essa situação dos congelados comerciais que se realizariam as primeiras operações do Eximbank com a economia

242 Decreto 20.451 de 1931.09.28.

243 Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945 (op. cit.)*, p. 116.

244 Como se perceberá à frente, desde antes de 1933 as companhias petrolíferas, apesar de trabalharem em conta aberta, vinham encontrado bem menos dificuldades do que outros setores para obter cobertura cambial, mesmo sendo grande o montante de divisas requisitadas por essas companhias. Paiva Abreu (*ibid.*) apesar de corretamente ter apontado essa incongruência *de jure*, não sublinha que essas empresas petrolíferas estavam melhor servidas em cobertura cambial *de facto* apesar de trabalharem em conta aberta.

brasileira. Importante destacar que além de representarem recursos imobilizados, sem, portanto, comando imediato sobre recursos reais, esse montante de recurso estava exposto à desvalorização do mil-réis frente às divisas que esses depósitos congelados aguardavam cobertura. Nesse sentido, já em 1933 tinha-se acumulado um volume considerável desses depósitos congelados, fazendo com que aumentasse a pressão para que alguma solução fosse encaminhada.

Das possibilidades de solução para o problema dos atrasados comerciais, em princípio, aquela menos “cordial” seria o estabelecimento unilateral por parte dos países credores de uma operação de *clearing* para liquidar esses congelados. Por suposto, essa é uma operação que só é possível de ser realizada por aqueles países que possuem balanço comercial desfavorável com o Brasil, já que o *clearing* consistiria em reter as receitas de exportação brasileiras para efetuar os pagamentos atrasados por importações. Portanto, a Inglaterra, que mantinha um tradicional *superavit* comercial com o Brasil (ainda mais após a adoção de sua política de privilegiar as importações oriundas de seus domínios), não se encontrava em posição de realizar uma operação desse tipo – diferentemente da França e, especialmente, os Estados Unidos, maior destino das exportações brasileiras e país com o qual mantinha o seu maior *superavit* comercial.²⁴⁵

Os representantes do interesses comerciais norte-americanos, frente ao acúmulo desses congelados comerciais numa situação em que o balanço comercial era fortemente favorável ao Brasil, também passaram a exercer crescente pressão para que algo fosse realizado em favor de seus interesses no Brasil – como uma operação de *clearing* ou um estabelecimento de preferências na disponibilização de cobertura cambial para atender os compromissos com os Estados Unidos. Nesse sentido, os principais instrumentos dos interesses estadunidenses no exercício dessas pressões eram a *American Chamber of Commerce in Brazil (AmCham)*²⁴⁶ e o *National Foreign Trade Council (NFTC)* – sendo essa última instituição presidida por Eugene Thomas, uma das principais figuras presentes nas negociações com o Brasil sobre o tema dos atrasados.

Apesar dessas intensas e crescentes pressões para que os Estados Unidos fizessem valer suas potencialidades em termos de barganha e de capacidade de retaliação sobre o Brasil, o

245 Os agentes franceses nessas negociações acerca dos atrasados comerciais eram os que mantinham posição das mais hostis, realizando de fato uma operação de *clearing* em 1932 – além de pressionar os Estados Unidos, com forte posição de barganha devido às suas grandes importações do Brasil, para que fossem mais severos no seu tratamento da questão. Apesar de terem até sugerido a formação de uma instituição bancária para tratar dos débitos brasileiros dirigida exclusivamente por estrangeiros – proposta que não veio a efeito –, as pressões e o *clearing* realizado pelos franceses foram praticamente nulos em melhorar sua posição frente a esse problema dos congelados. *Ibid.*, p. 117.

246 *Ibid.*, p. 117.

Departamento de Estado não era da opinião de que se devesse forçar com o Brasil a realização de algum esquema de *clearing* ou cobrar o estabelecimento de alguma preferência na cobertura de câmbio; a ideia dos agentes do Departamento de Estado era que os Estados Unidos não deveriam tomar atitudes explicitamente contrárias aos países que mantinham com os Estados Unidos *superavit* comercial; afinal, os Estados Unidos mantinham *superavit* no comércio com muitos outros países, e, portanto, medidas que exigissem preferências ou *clearings* contra o Brasil serviriam como estímulos para que os países em *deficit* comercial com os Estados Unidos tomassem medidas semelhantes contra eles. No caso específico das relações comerciais com o Brasil, existia também a pressão para que os Estados Unidos ameaçassem e/ou implementassem de fato uma taxa sobre o café importado do Brasil – hipótese essa que causava grande temor em muitos dos agentes brasileiros destacados para negociações com os norte-americanos. Também nesse caso, os agentes do Departamento de Estado afirmavam que a isenção de taxas sobre o café brasileiro não representava nenhuma medida em favor do Brasil, mas sim era uma medida com base nos próprios interesses domésticos norte-americanos, já que não procuravam provocar aumento de preços em uma mercadoria tão comum na cesta de consumo da população estadunidense – o que seria o caso, ao invés de uma diminuição das compras do Brasil.²⁴⁷

Desde o início desses acúmulos de atrasados comerciais é possível, portanto, perceber que os agentes do Departamento de Estado mantinham uma relativa autonomia frente aos interesses norte-americanos no Brasil – mesmo frente aos interesses comerciais, privilegiados que eram em comparação com os interesses financeiros. Obviamente, os agentes do Departamento de Estado tinham em mente uma maior penetração política e econômica no Brasil, mas criam que para esse desiderato ser bem atingido era necessário ceder nas questões econômicas mais imediatas, *i. e.*, no curto prazo. Essa disposição em preservar os interesses econômicos e políticos estratégicos dos Estados Unidos no Brasil em detrimento das pressões recorrentes no curto prazo seria ainda mais impulsionada com a vitória da linha multilateralista preconizada por Cordell Hull sobre a linha bilateralista (representada por Georges Peek) em termos de política econômica exterior. Além disso, é importante ter em mente que do ponto de vista político ainda existiam muitas desconfianças de parcela do Governo Provisório com relação aos Estados Unidos desde as “trapalhadas” diplomáticas ocorridas no contexto dos movimentos de 1930 que puseram fim à Primeira República.²⁴⁸

247 *Ibid.*, pp. 117-118. United States Department of State, *Foreign relations of the United States: diplomatic papers, 1933. The American Republics* (Volume V. Washington: U.S. Government Printing Office, 1952), p. 42.

248 A Revolta Paulista de 1932 também deu azo ao aumento dessas desconfianças, dada a atitude ambígua do governo norte-americanos com relação aos revoltosos, conforme mencionamos. Por exemplo, o Cônsul

Portanto, se o objetivo era fortalecer a presença e influência econômica e política no longo prazo, tinha-se que ter o cuidado de não só evitar o agravamento das relações políticas com o Brasil mas também melhorá-las no que fosse possível.

Geral em São Paulo (Cameron) nas suas correspondências com o Departamento de Estado repetidas vezes se referia a Vargas como “Ditador”, sublinhava o fervor do apoio da população à Revolta, além de garantir que o movimento paulista longe estava da presença de comunistas (muito pelo contrário, afirmava Cameron), mesmo existindo “lideranças radicais do proletariado” (como João Alberto e Miguel Costa, obviamente, no relato de Cameron) que tentavam angariar apoio ao “Ditador” –, o apelo era em grande medida ignorado pela população de São Paulo e sendo rechaçado pelas forças da Revolta Paulista com “mão de ferro”. Cameron para Stimson, 22.07.1932 – United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1932. The American Republics*. (Volume V. Washington: U.S. Government Printing Office, 1948), p. 404.

§2. A diplomacia econômica do *New Deal*

No Capítulo 2 deste trabalho abordamos a luta ocorrida no início da Administração Roosevelt sobre quais seriam os princípios da política econômica exterior a ser adotada por aquele governo; apesar de posteriormente a vitória ter sido fundamentalmente da visão multilateralista e liberal de Cordell Hull, nesses primeiros do governo Roosevelt essa vitória não estava absolutamente clara. Tendo em vista a posição de Secretário de Estado ocupada por Hull desde o início do governo, o seu Departamento foi instrumento fundamental na promoção dessa política. É importante destacar que grande parte dos setores capitalistas norte-americanos que atuavam na economia brasileira tendiam para soluções mais afinadas com a visão bilateralista – se não por princípio, por pragmatismo –, expressa em proposta de estabelecimento de preferências aos interesses norte-americanos no que toca à disponibilização de divisas para determinadas finalidades, conforme veremos. Portanto, muitas vezes o Departamento de Estado não implementou medidas que eram solicitadas por interesses – organizados em entidades como a *AmCham*, no Brasil, e a *National Foreign Trade Council (NFTC)*, nos Estados Unidos – por achar que feririam o princípio do multilateralismo que o Departamento de Estado procurava difundir naqueles anos. Como alternativa a essas medidas pedidas por esses interesses – como a realização de *clearings* ou de alguma forma de preferência no acesso às divisas – o Eximbank realizaria suas primeiras operações com a economia brasileira.

Dimensão fundamental da realidade econômica e política brasileira no que toca às suas relações exteriores é o contexto de acirramento das disputas *inter-imperialistas* por posições mais vantajosas nas suas relações com o Brasil. Se nos anos iniciais eram enfatizadas as disputas com os ingleses, especialmente sobre a maior parcela da exígua cobertura cambial disponível, a partir de meados da década de 1930s as disputas com a Alemanha se tornam as maiores preocupações, especialmente por conta da crescente importância do comércio de compensação. Porém, seja contra os alemães ou os ingleses, é perceptível a ênfase maior na defesa dos interesses *comerciais* estadunidenses, interesses esses, inclusive, melhor aparelhados na sociedade civil para fazer valer a sua pressão do que, por exemplo, os interesses daqueles detentores de títulos da dívida pública brasileira – que só formariam uma entidade para fazer pressão pelos seus interesses tardiamente em comparação com os outros interesses comerciais. Isso não significa que essa ênfase nas questões comerciais fosse dada em detrimento dos princípios liberais de comércio, como dissemos. De toda maneira, tanto o Departamento de Estado quanto a *AmCham* e a *NFTC* concordavam que o problema dos

atrasados comerciais (ou dos saldos *congelados*) eram dos mais graves e que demandavam medidas sérias para serem resolvidas. Nesse sentido, para resolver os problemas relacionados a esses atrasados comerciais o Eximbank primeiramente atuou na economia brasileira, razão pela qual é importante apresentar a evolução desse problema, as diferentes medidas aventadas para resolvê-las, assim como as ações que de fato foram adotadas.

Atrasados comerciais e atuação do Departamento de Estado e do Eximbank

Já em inícios de 1933, ainda antes da posse de Cordell Hull como Secretário de Estado, Stimson, então Secretário, informava ao embaixador norte-americano no Brasil, Morgan, das muitas reclamações que o Departamento de Estado vinha recebendo de interesses comerciais acerca da falta de cobertura cambial que vinham enfrentando para as suas operações no Brasil. Em resposta, o embaixador Morgan realizou um pequeno inventário dos principais tipos de reclamações apresentadas pelos norte-americanos. Em relato que expressa bem as reclamações e os principais dilemas e interesses envolvidos nesse tema dos atrasados comerciais e da disputa por câmbio para as suas operações, Morgan comenta com detalhe cada um dos pontos. Dada a importância dessa exposição de Morgan para entender o problema dos atrasados e de quais interesses estavam em jogo, vejamos o estado do problema dos atrasados, da maneira como era entendido por um membro do Departamento de Estado presente no ambiente econômico e político brasileiro.

Uma das reclamações apresentadas era a de que o estabelecimento dos controles sobre o câmbio desde setembro de 1931 estaria causando grandes acúmulos de mil-réis em contas no Brasil, ocasionando grandes atrasos na disponibilização de divisas para fazer as suas remessas. Morgan comenta esse ponto afirmando que de fato muitas empresas norte-americanas não estariam conseguindo obter plena cobertura cambial para realizar as suas operações; porém, essa era uma realidade que também estava sendo enfrentada por empresas de outros países, como do Canadá e da Grã-Bretanha. O principal motivo do acúmulo desses saldos em mil-réis à espera de divisas era a falta de cobertura cambial adequada para assegurar tanto as necessidades dos negócios quanto as necessidades do governo – que, numa situação como essas, obviamente haveria de agir para garantir para si a maior cobertura possível para as suas necessidades.

Outra alegação apresentada pelos interesses norte-americanos era a de que não estariam recebendo tratamento igualitário na concessão de divisas, no que Morgan afirma que, em se tratando de questões estritamente comerciais, os norte-americanos estavam recebendo tratamento equânime na distribuição de divisas. Porém, se é levado em consideração o

conjunto da cobertura cambial, inclusive aquelas parcelas destinadas ao pagamento dos serviços de empréstimos e alguns arranjos especiais de câmbio com outros países, poderia haver alguma razão nessas reclamações, na visão de Morgan.

Das reclamações apresentadas ao Departamento de Estado, uma das mais antigas e recorrentes eram as relativas à política de valorização do café; nesse caso específico, buscava-se apontar as medidas para apreciar o câmbio e os seus efeitos sobre o preço do café pago pelo consumidor norte-americano. Morgan comenta que essa relação entre valorização do câmbio e aumento do preço do café não podia ser apontada de forma tão direta, mas concordava que o conjunto dos métodos usados pelo governo brasileiro para a valorização do café fazia com que os lucros majorados oriundos dessas medidas de fato se dariam às custas dos consumidores de café, sendo os Estados Unidos os maiores compradores. Ainda no que diz respeito ao café, foram apresentadas queixas sobre os empréstimos realizados junto aos britânicos, usados para os esquemas de valorização do café – assim como sobre as taxas de exportação adotadas a partir do Governo Provisório, já que uma parte dos custos dessas taxas acabariam recaindo também sobre o consumidor estadunidense.²⁴⁹ Porém, para tratar desses empréstimos britânicos para os brasileiros, Morgan faz uma importante recuperação do histórico da *City* londrina, e a Casa dos Rothschilds em especial, enquanto fontes tradicionais de financiamento do governo brasileiro, ressaltando a importância de se relevar esses fatores históricos na avaliação desses empréstimos e a importância para o Brasil em saldá-los.

Morgan lembra que os britânicos foram os banqueiros do Brasil por mais de um século, enquanto os banqueiros norte-americanos apenas recentemente passaram a operar mais intensamente com o Brasil. Um resultado dessa situação tradicional dos britânicos foi que os *funding loans* de 1898 e 1914 foram empréstimos em esterlino, e como foram realizados com o objetivo de libertar o Brasil de graves dificuldades financeiras, seus serviços eram encarados como uma obrigação prioritária do Tesouro Federal – avaliava Morgan. O embaixador também destacava que não eram todos os empréstimos britânicos que estavam recebendo pagamento pleno, mas apenas os *funding* de 1898 e 1914; os demais, estavam no *funding* de 1931, sendo em boa parte incluídos nas categorias que receberam séries de 40 anos – enquanto os empréstimos norte-americanos também negociados no *funding* de 1931, na maioria estavam no grupo com séries de 20 anos, ou seja, em uma situação mais confortável.

Morgan também apontava que a maior parte das dívidas dos estados e municípios se

249 Aqui é importante destacar que a ideia de que o imposto sobre exportação do café para pagar as compras de excedentes – que a partir de 1930 era realizada a partir de recursos internos – acabaria sendo pago pelo consumidor norte-americano – ideia exposta por Peláez na sua famosa polêmica com Furtado – já existia entre agentes norte-americanos em inícios da década de 1930s, não sendo, portanto, uma tese original de Peláez.

encontravam em *default*, sendo igual a situação para credores franceses, ingleses e norte-americanos; o embaixador adenda que de acordo com relatório elaborado pelo Secretário da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, *i. e.*, *Valentim Bouças*, os norte-americanos não detinham uma parcela muito avultada dessas dívidas estaduais e municipais – o contrário do que muitos interesses norte-americanos vinham pensando. Outra preocupação recorrente dos setores norte-americanos com negócios no Brasil reportados ao Departamento de Estado eram ligados aos créditos concedidos pelos Rothschilds em 1931 e do peso que os seus pagamentos estariam exercendo sobre a oferta de câmbio. Nesse ponto de sua comunicação ao Secretário de Estado, Morgan relatou as informações que lhe foram passadas em um encontro com um dos representantes dos Rothschilds no Brasil, *Sir Henry Lynch*.

Lynch apontava que, apesar do papel histórico que a Casa dos Rothschilds vinha exercendo por décadas, nos últimos tempos os banqueiros norte-americanos vinham ampliando sua presença nos negócios brasileiros, possibilitando que o Brasil saísse um pouco da tutela dos britânicos. Lynch destacava como exemplo a *Brazilian Traction Light and Power Company, Ltd.*, que encorajou seus banqueiros, a *Dillon, Read & Company*, a adentrar o campo dos financiamentos brasileiros. Quando acabou o período de prosperidade, segue Lynch, muitos bancos norte-americanos fecharam as suas contas no Brasil fazendo com que muitos pagamentos brasileiros tivessem que ser feitos em Nova York. Com o quase esgotamento do Tesouro nessa ocasião, os Rothschilds foram chamados para auxiliar na situação emergencial em que se encontrava o governo brasileiro. Finalmente os Rothschilds realizaram os empréstimos – que deveriam ter os pagamentos dos seus serviços iniciados em fevereiro de 1932; porém, com a guerra contra a sublevação de São Paulo, os serviços desses empréstimos foram reduzidos. De toda maneira, pelo total de pagamentos já efetuados, a expectativa era que esses empréstimos fossem totalmente quitados em poucos meses. Morgan argumentava que apresentar esse relato de Lynch era importante pois, apesar de enfatizar o ponto de vista dos britânicos e dos brasileiros, é possível concluir que os empréstimos realizados pelos Rothschilds ajudaram a pagar os descobertos dos bancos norte-americanos, beneficiando-os, portanto. O ponto de Morgan era que, ao contrário de ter prejudicado os interesses norte-americanos, os créditos levantados *junto aos britânicos* acabaram também ajudando ao Brasil pagar a *credores norte-americanos*.

Entre as muitas considerações feitas acerca dos apelos dos interesses estadunidenses com negócios no Brasil, cabe destacar que Morgan era favorável à tese de que o fato dos Estados Unidos serem os maiores compradores do Brasil lhes dariam o direito de uma maior cobertura

cambial – aparentando, portanto, que Morgan não comungava plenamente da política multilateralista propagada por Hull, que nesse momento ainda não assumira a Secretaria de Estado. Porém, no que diz respeito aos chamados “acordos especiais de câmbio”, ou seja, formas de comércio de compensação, o embaixador Morgan afirmava que, apesar de não ser possível obter informações claras e detalhadas sobre o assunto, de fato o Brasil vinha realizando esse tipo de acordo com alguns países e com outros à espera de realizar acordos semelhantes. Morgan fez menção a uma operação de compensação envolvendo café e carvão com a Alemanha em maio de 1932. Dada a importância em encontrar mercado para o abundante café brasileiro, o governo brasileiro teria a “necessidade” e “vontade” em entrar em acordos de compensação, segundo Morgan. Esse tipo de prática comercial era prejudicial aos interesses norte-americanos, na sua opinião, tanto do ponto de vista estritamente comercial quanto do ponto de vista das vendas para esses países através de acordos de compensação não gerarem divisas que pudessem ser usadas para o pagamento dos atrasados norte-americanos.

As reclamações apresentadas ao Departamento de Estado também recaíram sobre os planos brasileiros para a aquisição de armamentos, sob a alegação de que países em situação cambial tão delicadas deveriam evitar esse tipo de compra. Nessa reclamação, Morgan afirma que não poderiam ser levantadas objeções à ação do governo, mesmo que isso drenasse uma parte das divisas disponíveis, tendo em vista que poucos meses antes se engajara em uma guerra civil para se manter no poder. O lado positivo, aponta Morgan, era que uma considerável parte dessas compras seriam realizadas nos Estados Unidos.

Após o comentário a todas essas reclamações apresentadas por interesses norte-americanos ao Departamento de Estado, Morgan fez algumas recomendações sobre as ações a serem adotadas. De acordo com o embaixador, o fator principal dos problemas cambiais brasileiros era a insuficiência de câmbio para fazer face ao mesmo tempo às necessidades do governo e dos negócios; o governo reagiu diminuindo os serviços da dívida pública e pagando apenas aqueles compromissos considerados como questão de honra. Assim, afirma Morgan, os negócios acabariam recebendo menos cobertura cambial do que o necessário. O embaixador norte-americano não acreditava, entretanto, que fosse útil a apresentação de representação formal ao governo brasileiro sobre seu emprego das divisas de que se apropriava. Em sua opinião, o problema mais grave era a enorme quantidade de mil-réis retidos a espera de câmbio para serem remetidos; eles constituíam um enorme risco para os seus possuidores, já que distúrbios políticos poderiam levar à desvalorização do mil-réis tornando tais depósitos de pouco ou nenhum valor. Ações drásticas de parte do governo, como um bloqueio dessas contas, representariam mais um perigo; ou seja, tendo em vista a constante desvalorização do

mil-réis, o governo poderia determinar a proibição de transferências de divisas ao exterior por anos por parte dos maiores interesses envolvidos – cujas identidades e pertences são conhecidos pelo governo. Morgan, dessa maneira, solicitou autorização para conversar informal e oralmente com autoridades brasileiras apropriadas. O objetivo dessas conversações seria o de apresentar às autoridades brasileiras o sentimento dos interesses norte-americanos de que não estariam recebendo tratamento igualitário na concessão de divisas, o que seria de se esperar, tendo em vista a posição dos Estados Unidos como comprador do Brasil e, assim, como fornecedor de divisas. Afirmaria Morgan aos brasileiros que seria desejável o estabelecimento de um acordo com as partes norte-americanas acerca de um plano para lidar com a situação dos crescentes acúmulos de mil-réis retidos. Nesse sentido, o embaixador cria ser provável que os esforços da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, secundado pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos e as outras organizações norte-americanas consultadas, em breve resultassem em uma fórmula que, apresentada ao governo brasileiro pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil e sob as instruções do Departamento de Estado, ele pudesse aconselhar de forma apropriada.²⁵⁰

Ao cabo dessa importante correspondência da Embaixada no Brasil para o Departamento de Estado, era anexado um memorando da Câmara Americana de Comércio para o Brasil abordando os problemas cambiais. O memorando permite observar as impressões da Câmara sobre o tema e suas principais preocupações, ou seja, os efeitos dessa situação sobre as exportações norte-americanas para o Brasil. Nesse sentido, a Câmara sugeria algumas mudanças no regime de controle de divisas como até então praticado no Brasil. Tais foram as sugestões da *AmCham*:

1. A Câmara sentia que era importante que o governo através do Banco do Brasil mantivesse o controle das taxas de compra e de venda de câmbio, porém, preparando o terreno para um gradual relaxamento desses controles. Antes disso, porém, era de fundamental importância que o problema dos mil-réis acumulados à espera de divisas fosse satisfatoriamente resolvido. Em setembro de 1932 esses acumulados montavam a cerca de 1 milhão de contos, baseado em dados compilados pela Câmara. Essa situação no mercado de câmbio tinha efeitos perturbadores sobre as transações comerciais internacionais brasileiras, e, assim, o mil-réis devia ser conduzido à “saudável” (no

250 Morgan para Stimson, 02.02.1933 – United States Department of State, *Foreign relations of the United States: diplomatic papers, 1933. The American Republics...* (op. cit.), pp. 37-38. Todo esse relato transmitido por Morgan para Stimson acerca da situação cambial brasileira, das reclamações dos interesses norte-americanos, assim como sugestões de medidas, foi elaborado por Walter C. Thurston, conselheiro da embaixada.

entendimento da Câmara) base de liberdade de medidas de controle. Naquele momento, não havia crédito externo para liquidar estes saldos acumulados e apenas futuras exportações poderiam gradualmente fornecer as divisas necessárias para cobri-los – a não ser que as condições internacionais melhorassem tornando disponível crédito em Nova York, Londres e Paris.

2. Como era impossível para o Banco do Brasil estimar com certeza quais as necessidades correntes para importações e remessas de juros e serviços sobre capital estrangeiro, e como a Câmara se opunha a qualquer medida regulatória sobre as importações do Brasil nos Estados Unidos e como o Conselho Nacional do Café executara operações de escambo e compensação com vários países – existindo muitos outros no aguardo para executar tais operações –, a Câmara sentia que os interesses norte-americanos no Brasil só poderiam ser garantidos através da execução de similar acordo de compensação entre as entidades próprias dos Estados Unidos e do Brasil imediatamente. A Câmara também sugeria que tais acordos fossem padronizados por tipo e privilégios, prescrevendo ainda que aos países que compravam exportações brasileiras fosse dada a oportunidade de obter cobertura cambial oriunda das suas compras no Brasil nos termos de tal padronização de acordos de escambo e compensação. A Câmara também aconselhava que não menos que 75% das divisas geradas pelas exportações brasileiras para os Estados Unidos fossem disponibilizadas para as necessidades dos negócios norte-americanos com o Brasil. As diversas formas de crédito oriundas de exportações deviam ser operadas pelas entidades bancárias adequadas no Brasil quando mil-réis estivessem envolvidos – e nos Estados Unidos no que diz respeito às transações em dólar –, com os saldos a serem alocados para o comércio dos Estados Unidos de acordo com a distribuição indicada por comitê em Nova York apontado mutuamente, onde estariam representados os maiores interesses dos exportadores norte-americanos e os importadores brasileiros.
3. Um desejável efeito de não requerer todo montante de divisas produzidas pelas exportações para um país para esse mesmo país era permitir ao Brasil aceitar e pôr em prática uma outra sugestão da Câmara. Aparentemente, afirmava a Câmara, não havia dúvida de que o comércio exterior brasileiro necessitava variar as suas exportações, que, naquele momento, eram representadas em 73% por um único item e 92,5% representadas por dez itens; o estímulo dos restantes cem itens de exportação poderia ser efetuado através da colocação deles em uma lista livre, sem restrições de venda dos certificados ou outros instrumentos de crédito delas oriundas. Tal medida não seria

apenas grande estímulo ao comércio em geral, mas também permitiria a suspensão das restrições às exportações e outros itens poderiam ser adicionados à lista livre – assim que o garantissem as condições cambiais. Os itens sugeridos naquele momento para compor essa lista livre eram todos, exceto: (i) carne congelada e resfriada; (ii) couro cru; (iii) peles; (iv) arroz; (v) cacau; (vi) café; (vii) frutas e castanhas; (viii) sementes oleaginosas; (ix) tabaco; (x) mate.

A Câmara de Comércio para o Brasil terminava seu memorando afirmando que acreditava existirem condições para que o Brasil implementasse imediatamente essas medidas, sendo possível sentir os seus benefícios até o fim daquele ano.²⁵¹

É possível inferir de todo esse contexto que antecede de pouco o início do governo Roosevelt, relatado em detalhes por Morgan na correspondência tratada acima, que a linha política multilateralista que Hull procurará imprimir ao Departamento de Estado não encontrava, pelo menos imediatamente, concordância entre boa parte dos interesses comerciais norte-americanos que se reportam ao Departamento – em especial nessa correspondência, a *AmCham*. O que se percebe é uma forte predileção para soluções para o problema dos atrasados comerciais em particular e os de falta de cobertura cambial de forma geral que envolvessem medidas bilaterais, como *clearings* ou outras formas de estabelecimento de preferências no acesso a câmbio. Portanto, a linha do Departamento de Estado em favor das relações comerciais internacionais liberais teria que resistir às pressões exercidas para que medidas bilaterais fossem tomadas para resolver o problema dos atrasados comerciais e demais transações que se deparavam com falta de divisas. Conforme se verá adiante, também existia um outro fator envolvido nessa questão, ou seja, os conflitos entre os diferentes interesses norte-americanos por uma melhor cobertura cambial no Brasil – nesse caso, entre aqueles que demandavam divisas para liquidar seus saldos congelados e aqueles que demandavam que mais divisas fossem disponibilizadas pelo governo para realizar os pagamento da dívida externa em dólares. Como se perceberá, os interesses organizados em torno da *AmCham* e da *NFTC* estavam em melhores condições para pressionar por soluções a seu favor no que diz respeito ao problema da escassez de divisas. Se, por um lado, o Departamento de Estado não adotou as medidas bilaterais sugeridas pela *AmCham* e pela *NFTC*, por outro, em suas tratativas com os agentes brasileiros buscaram dar mais ênfase aos problemas que assolavam o comércio.

251 Todos relatos de Morgan assim como a cópia do memorando da Câmara de Comércio encontra-se em: Morgan para Stimson, 02.02.1933 – *ibid.*, pp. 39-40.

Pouco depois da última correspondência enviada por Morgan ao Secretário Stimson, o mesmo enviava nova mensagem afirmando a piora da situação cambial brasileira, apesar das empresas de petróleo atuando no Brasil terem chegado a um entendimento em que obteriam cobertura plena de câmbio para as suas operações – isso apesar de trabalharem com conta aberta, que pelos controles estabelecidos em 1931 estariam entre os últimos itens em termos de prioridade no acesso a divisas; portanto, tais controles não eram tão rígidos assim e estavam sujeitos a pressões de interesses com força suficiente para se fazerem atendidos.²⁵² Importante destacar que antes mesmo da chegada de Hull ao Departamento de Estado, já havia nessa agência muitas reservas quanto à política de garantir preferências às empresas norte-americanas no que toca ao câmbio, haja vista a resposta de Stimson de que o Departamento não estava de acordo com o proposta apresentada pela *AmCham* de reservar uma parte das receitas de exportações brasileiras para os Estados Unidos para uso exclusivo com o pagamento de obrigações do Brasil com os norte-americanos, afirmando que esse ponto (o de número 2 do memorando da *AmCham* supracitado) não estava afim aos interesses da nação norte-americana.²⁵³

Como aludido, não havia plena sintonia entre as prioridades do Departamento de Estado e todos os interesses capitalistas norte-americanos com negócios no Brasil. Um exemplo disso é o caso das taxações estabelecidas sobre o café, cacau, entre outras mercadorias, para angariar divisas que pudessem ser usadas na liquidação dos atrasados comerciais, já que, segundo Morgan em comunicação para o já empossado Secretário de Estado Cordell Hull, os norte-americanos detentores de atrasados estariam provavelmente apoiando essa medida do governo – em clara discordância, por tanto, com os princípios liberais que presidiam a conduta do Departamento.²⁵⁴ Os interesses capitalistas norte-americanos com negócios no Brasil, especialmente os organizados em torno da *AmCham*, não eram necessariamente contra os princípios liberais professados pelo Departamento, mas eram da opinião de que no curto prazo algo de emergencial deveria ser realizado para dar conta da situação dos atrasados comerciais. Sloat, presidente da *AmCham*, afirmava que a situação era realmente grave e que algumas filiais brasileiras de empresas norte-americanas poderiam fechar as portas no caso dessa situação continuar, levando à suspensão de novos embarques para o Brasil. Sloat sustenta que nas reuniões previstas para ocorrer em Washington com delegados da comissão brasileira designados para a Conferência Econômica de Londres, reuniões a ocorrer antes da Conferência se iniciar, os agentes do lado norte-americano deveriam encarar como prioridade

252 Morgan para Stimson, 06.02.1933 – *ibid.*, pp. 40-41.

253 Stimson para Morgan, 21.02.1933 – *ibid.*, p. 41.

254 Morgan para Hull, 30.03.1933 – *ibid.*, p. 43.

o tema dos problemas cambiais brasileiros, especialmente para garantir o pagamento de embarques recentes para o Brasil, novos requerimentos correntes de câmbio e a liquidação dos atrasados comerciais que se avolumavam.²⁵⁵

Tinha partido do Brasil a delegação que iria representar o país na Conferência Econômica de Londres, que ocorreria pouco tempo depois, ainda em 1933. Porém, antes de se iniciar a Conferência, a delegação brasileira passaria em Washington e em Nova York numa série de reuniões – formalmente, apenas para tratar dos preparativos da Conferência; porém, a oportunidade foi aproveitada, como sugerido por Sloat da *AmCham*, para tratar também de questões relativas à escassez de câmbio e de fórmulas possíveis de realizar a liquidação dos congelados comerciais que atravancavam pagamentos comerciais do Brasil – com crescentes consequências no próprio fluxo de embarques de mercadorias. Apesar de divergirem das medidas propostas, tanto o Departamento quanto a *AmCham* concordavam que o problema dos congelados era grave e precisava ser superado com celeridade. Apesar das resistências do Departamento de usar a ocasião para tratar de questões bilaterais em vez de focar apenas nos problemas a serem tratados na Conferência, no dia 19 de maio de 1933 ocorre uma reunião com agentes norte-americanos e brasileiros para abordar essas questões.

A partir do relato de W. R. Manning (da Divisão de Assuntos Latino-Americanos do Departamento de Estado) em memorando circulado no dia posterior ao da reunião, é possível ter alguma ideia do teor das negociações que ocorreram sobre o problema dos congelados. Na primeira parte da reunião, ocorrida pela manhã do dia 19 de maio, estavam presentes pelo lado brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil (Chefe da Delegação brasileira para a Conferência), Joaquim Eulálio do Nascimento Silva (Delegado), Numa de Oliveira (Delegado), Heitor Freire de Carvalho (Delegado), José Nabuco (Conselheiro Legal), Valentim Bouças (Conselheiro Técnico) e Acyr do Nascimento Paes (Secretário); o Delegado Oscar Weischenck e o Assistente Técnico Augusto Amaral ainda não tinham chegado à Washington. Da parte do Departamento de Estado estavam presentes o Secretário de Estado Hull (presente por apenas cinco ou dez minutos no início), William Bullit (Secretário Assistente, cuja trajetória na União Soviética como embaixador foi mencionada no Capítulo 2), Feis (Conselheiro Econômico), Sussdorff (do *Office of the Economic Adviser*), E. C. Wilson (Chefe da Divisão Latino-americana), Merrill e Manning (da mesma Divisão); também estiveram presentes o Secretário de Agricultura Rexford Tugwell (cuja importância na formação do *New Deal* foi também mencionada no Capítulo 2) e o Senador Pittman (de

255 American Chamber of Commerce for Brazil para Presidente Roosevelt, 12.05.1933, 30.03.1933 – *ibid.*, pp. 43-44.

Nevada).

Feis iniciou a reunião com uma espécie de ameaça velada, pois tocou imediatamente no assunto de que já estaria correndo no Congresso norte-americano a proposta de taxar o café brasileiro, mas que, definitivamente, não era esse o desejo do Departamento. Portanto, mesmo não querendo se comprometer, o Departamento comunicou a ameaça que pairava sobre as relações comerciais brasileira no seu principal produto e no seu principal mercado consumidor – ameaça, como se sabe, pouco fundada, pois uma taxaço sobre o café brasileiro acabaria incidindo sobre o consumidor norte-americano, o que não era desejável naquela quadra histórica de relativa carestia entre a população e de crescente agitação social. De toda maneira, como ameaça servia muito bem. Logo depois Feis também fez questão de transmitir as diversas reclamações apresentadas por interesses norte-americanos com negócios no Brasil de que não conseguiam cobertura cambial para todas as suas operações e que, não estariam recebendo tratamento equânime na distribuição dessa cobertura. Ao apresentar essas questões, Feis buscava, na verdade, vinculá-las em uma proposta de barganha: caso os representantes brasileiros se comprometessem por escrito que os negócios norte-americanos receberiam cobertura adequada de câmbio, o Secretário de Estado poderia comprometer-se em usar “bons ofícios” no sentido de evitar, caso a oportunidade surgisse, a aprovação da taxaço do café.

Importante aqui alguns comentários sobre o desequilíbrio, para dizer o mínimo, da proposta de Feis; por um lado, o governo brasileiro deveria se comprometer a fornecer câmbio adequado para as transações norte-americanas em um contexto de crônica escassez cambial – um compromisso, portanto, com pouquíssimas chances de ser efetivado; por outro, o Secretário de Estado concordava em agir segundo uma linha política que já era adotada e defendida por ele no interior do governo, *i. e.*, de expansão das relações comerciais multilaterais, que implicaria em reduzir tarifas, não impôr novas tarifas sobre mercadorias que eram isentas, o que seria o caso na taxaço do café. Além disso, conforme aparece por diversas vezes na documentação do Departamento de Estado, a política de manter a isenção de taxa sobre o café não era uma concessão aos interesses brasileiros, mas uma medida de acordo com os próprios interesses norte-americanos, tendo em vista a perspectiva de que tais taxas agravariam os preços pagos pelo consumidor daquele país. Mesmo defendendo princípios liberais e multilaterais, o Departamento de Estado não descartou a recurso a medidas bilaterais *ad hoc*, ainda que apenas enquanto ameaças nas negociações.

O Delegado brasileiro Joaquim Eulálio, de acordo com relato de Manning, sem exibir nenhuma emoção, enfatizou que uma medida como a taxaço do café geraria efeitos

indesejáveis, não só no Brasil, mas também nos outros países produtores de café.²⁵⁶ Na parte da tarde em nova reunião – em que se somaram Grosvenor Jones (Chefe Divisão de Finanças e Investimentos do Departamento de Comércio) e Corliss (Especialista em América Latina daquela Divisão) – E. C. Wilson tomou a palavra e, depois de repetir as reclamações recebidas de empresários norte-americanos, afirmou que, apesar de favorável aos princípios liberais de intercâmbio econômico internacional (discordando de medidas bilaterais como as adotadas no acordo anglo-argentino de Roca-Runciman), não poderia evitar no longo prazo efetuar alguma operação de *clearing* se o problema da falta de câmbio não fosse resolvida – tendo em vista o grande saldo comercial do Brasil com os Estados Unidos.²⁵⁷ Como medida concreta, Wilson apresentou um rascunho de um compromisso por escrito a ser assinado pelos delegados brasileiros de que os Estados Unidos receberiam tratamento equânime na distribuição cambial.

Apesar de Eulálio parecer mais inclinado a aceitar a proposta de assinatura do compromisso sem mais questionamentos, Numa de Oliveira tomou a palavra e por cerca de meia hora apresentou a sua impressão de que algum mal-entendido deveria estar ocorrendo, já que na sua visão os interesses norte-americanos estavam recebendo tratamento justo na distribuição de câmbio, citando, inclusive, que parte dos créditos recentemente levantados juntos aos Rothschilds foram usados para realizar pagamentos em Nova York, oriundos da liquidação de contas de bancos norte-americanos no Brasil – portanto, versão similar àquela apresentada pelo representante dos Rothschilds à Morgan, mencionado em correspondência anterior. Além disso, Numa de Oliveira afirmou que um novo crédito estava em negociação com os Rothschilds com o objetivo de liquidar os congelados comerciais no Brasil, algo em torno de £6-6,5 milhões.

Nesse ponto da reunião apresentou-se uma divergência, que iria reaparecer posteriormente, no que diz respeito à magnitude desses atrasados comerciais; Wilson afirmou que o empréstimo de cerca de £6-6,5 milhões em negociação com os Rothschilds não seriam suficientes para liquidar os atrasados, já que, pelos cálculos apresentados ao Departamento, estes montariam a cerca de US\$20-50 milhões. Em resposta, foi argumentado por Numa de Oliveira que provavelmente desse montante constariam também estoques de mercadorias não vendidas, e que, assim, por não resultarem em depósitos em mil-réis em contas no Brasil, não poderiam ser considerados congelados comerciais à espera de cobertura cambial para serem

256 Memorando de Mr. W. R. Manning da Divisão de Assuntos Latino-americanos, 20.05.1933 (10 a.m.) – *ibid.*, pp. 45-46.

257 De acordo com os dados apresentados por Wilson, em 1932 os Estados Unidos compraram US\$83.000.000, venderam US\$32.000.000, fornecendo um balanço de cerca de US\$50.000.000 para o Brasil (sendo o total do saldo comercial brasileiro desse ano de US\$72.000.000).

remetidos.

Ao fim desse primeiro dia ficou agendada uma nova reunião em que se tentaria chegar a uma proposta de acordo para questão dos congelados.²⁵⁸ Nesse sentido, em 23 de maio ocorre nova reunião para discutir o assunto, com a presença de toda a delegação brasileira para a Conferência Econômica de Londres mais Feis, Wilson, Manning, Merrill, Jones e Corliss – sendo que Hull participou em parte da reunião. O *Governor Cox* passou para cumprimentar a delegação brasileira. Após a reiteração por parte de Assis Brasil que o controle de câmbio estabelecido não discriminava os interesses norte-americanos, este chegou a informar, em caráter confidencial, que o governo estaria disposto a abrir os registros do Banco do Brasil para algum indicado oficial norte-americano inspecioná-los e, segundo sustentou Assis Brasil, constatar o tratamento equânime que vinha sendo dispensado aos interesses norte-americanos no funcionamento dos controles cambiais.

Após algumas negociações, na reunião dia 23 de maio ficou acordado a assinatura de declaração de compromisso de que o Brasil asseguraria e continuaria a assegurar tratamento equânime aos interesses norte-americanos, tanto nos negócios em geral, quanto na distribuição de cobertura cambial em particular. Por seu turno, o Secretário de Estado assinaria uma declaração *confidencial* a ser entregue ao governo brasileiro de que não acredita ser adequada qualquer taxaço sobre o café e que possuía fortes esperanças de que sua cobrança não seria aprovada.²⁵⁹

Apesar das declarações realizadas nessas reuniões que antecederam a Conferência Econômica de Londres, nada de mais concreto foi estabelecido para solucionar o problema dos atrasados comerciais. Alguns setores norte-americanos esboçavam algumas propostas mais concretas. Entre as medidas aventadas existia a possibilidade se levantar recursos junto ao *Reconstruction Finance Corporation (RFC)* para realizar o resgate desses atrasados comerciais. A proposta, que aparentemente foi elaborada por Fred Kent, Supervisor de Câmbio do *Federal Reserve Bank* de Nova York (*FRBNY*), gerou interesse em alguns setores, como o *National Foreign Trade Council (NFTC)* e o seu presidente Eugene Thomas e a Standard Oil de Nova Jersey, apresentado em conversas em 26 de maio com o Departamento de Estado pelo Assessor da Presidência da companhia *General Palmer E. Pierce*. Nessas conversas do dia 26 de maio, Thomas e Pierce, após serem informados das declarações dos delegados brasileiros em garantir tratamento equânime aos norte-americanos, perguntaram se o “plano Kent”, ou seja, envolvendo os recursos do *RFC* para o resgate dos congelados fora

258 Memorando de Mr. W. R. Manning da Divisão de Assuntos Latino-americanos, 20.05.1933 (3. p.m.) – *ibid.*, pp. 46-48.

259 Memorando do Chefe da Divisão de Assuntos Latino-americanos (Wilson), 23.05.1933 – *ibid.*, pp. 48-50.

apresentado aos brasileiros. O Departamento respondeu que a correspondência contendo informações sobre esse plano não chegou a tempo das conversas com os brasileiros, mas que arranjos estariam sendo feitos para que ocorresse uma reunião entre Numa de Oliveira e Kent. O Departamento ouviu dos representantes da *NFTC* e da Standard Oil que as instituições bancárias privadas não se interessaram em operações para resgatar esses atrasados.

Existe um fato de grande relevância nessas conversas entre o Departamento de Estado e os representantes *NFTC* e da Standard Oil; Pierce afirma que, a despeito das dificuldades cambiais brasileiras, a Standard Oil Company estava recebendo plena cobertura cambial – uma espécie de “privilégio”, portanto, em uma situação em que outros empresários acumulavam grandes somas em contas congeladas por falta de câmbio. Sendo óleo e gasolina artigos de grande necessidade, a Standard Oil junto com outras companhias petrolíferas chegaram a entendimentos com o governo para que recebessem cobertura cambial para as suas operações – apesar de possuírem algumas contas em mil-réis congelados, mas resultantes de operações passadas.²⁶⁰ Como se pode perceber, apesar dos dispositivos em vigor desde setembro de 1931 colocarem as operações em conta aberta, no fim das prioridades na distribuição de divisas, essas companhias conseguiram garantir a sua parte na escassa oferta de divisas no Brasil daqueles anos, o que denota “poder e astúcia” relativamente maiores desses setores capitalistas nas disputas por dinheiro mundial para remeter seus lucros.²⁶¹

Poucos dias depois Kent finalmente se encontrou com Numa de Oliveira e apresentou a proposta de que o *RFC* realizasse o empréstimo para efetuar o resgate dos congelados comerciais. A proposta era que o empréstimo fosse de US\$30 milhões e que uma parte das divisas geradas com as vendas brasileiras para os Estados Unidos fossem retidas para formação de um fundo que agisse como colateral desse empréstimo. Depois de apresentar algumas observações – como a preferência de que fosse o Banco do Brasil o tomador do empréstimo e de que se utilizasse os canais bancários regulares, não necessitando a alteração dos agentes fiscais com os quais se vinha trabalhando –, Numa de Oliveira afirmou que apresentaria a proposta para o governo brasileiro, ficando agendada nova reunião para breve.²⁶²

260 Memorando de Wilson, 26.05.1933 – *ibid.*, pp. 51-52.

261 Como se percebe, a afirmação, correta, de Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial...* (*op. cit.*) de que haveria uma incongruência nos critérios exercidos no controle de câmbio estabelecidos em 1931, já que privilegiavam importações essenciais e preteriam as operações em conta aberta, dado que as essenciais importações de petróleo e derivados ocorriam sob essa forma de conta, deve ser qualificada, pois as companhias de petróleo, agindo em seu próprio interesse, garantiram a “correção” dessa incongruência através de acertos que lhes reservavam divisas para as suas operações.

262 Kent para Hull, 27.05.1933 – United States Department of State, *Foreign relations of the United States: diplomatic papers, 1933. The American Republics* (*op. cit.*), pp. 53-54.

Pouco tempo depois, Numa de Oliveira encontrou-se com os representantes da Standard Oil e da *NFTC* para tratar dos demais detalhes do acordo; as contas de até US\$50 mil seriam liquidadas imediatamente e aquelas com valores superiores seriam pagas mensalmente com certificados de câmbio (à taxa de 13,3 mil-réis por dólar) por seis anos, rendendo juros de 4% a.a. O texto em discussão para o acordo previa que a primeira leva de divisas oriundas de exportações para os Estados Unidos seriam reservadas para a liquidação dos atrasados, no que Numa de Oliveira objetou, afirmando serem palavras dos próprios agentes norte-americanos em reuniões anteriores que não eram favoráveis a medidas como essas, similares às previstas no acordo anglo-argentino de Roca-Runciman; nesse sentido, foram excluídas as menções específicas aos Estados Unidos no texto do acordo. Posteriormente a esse encontro, Pierce da Standard Oil perguntou qual a visão do Departamento de Estado sobre a proposta, no que Wilson respondeu dizendo que, a princípio, o Departamento não podia apoiar acordos com cláusulas similares ao acordo anglo-argentino e que na Conferência em Londres iriam pressionar para que os ingleses desmontassem toda a “parafernália” que os concediam preferências com os argentinos. Além disso, Wilson afirma para Pierce que pelo seu relato, apenas os interesses comerciais e das companhias de serviços públicos foram abordados, ficando de fora os detentores de títulos da dívida pública brasileira; sendo assim, o Departamento de Estado não poderia apoiar acordos que favorecessem determinados interesses de cidadãos norte-americanos em detrimento de outros. Pierce argumentava que o objetivo do governo brasileiro era resolver o problema dos congelados primeiramente de estimular a melhora do comércio como um todo e aí sim tratar das questões envolvendo os títulos da dívida pública. Pierce também frisou que se tratava de um arranjo entre interesses privados e o Banco do Brasil, não envolvendo o Departamento de Estado e outras agências governamentais, já que o *RFC* (assim como os bancos privados) não se interessaram em nenhum acordo para a liquidação desses atrasados comerciais.²⁶³ Nessas conversações entre Wilson e Pierce é claro o esforço do Departamento de Estado em expressar que não apoiaria um acordo como esse assim como não expressaria nenhuma opinião sobre esse assunto.

Depois de todas essas rodadas de negociações, o acordo finalmente foi firmado, sendo a parte brasileira representada por Bouças e Numa de Oliveira – representando o governo e o Banco do Brasil respectivamente – e a parte norte-americana sendo representada pelas seguintes companhias: *The Texas Company (South America) Ltd.*, *Electric Bond and Share Company*, *American & Foreign Power, Inc.*, *Standard Oil Company of Brazil*, *Atlantic Refining Company*, *Westinghouse Electric International Company*, *The Caloric Company* –

263 Memorando de Wilson, 02.06.1933 – *ibid.*, pp. 54-55.

além dos demais com contas bloqueadas no Brasil e desejosos de assinar o acordo (o que deveria ser feito até uma determinada data). O acordo cobria um total de congelados de US\$25 milhões. Qualquer comunicado da parte brasileira deveria ser enviado ao *Chairman* do *Council on Inter-American Affairs*.²⁶⁴

Pela letra do acordo nenhum crédito de fontes públicas ou privadas estava previsto, apenas o compromisso de que o Banco do Brasil reservaria parte das divisas das exportações para os Estados Unidos para o pagamento dos certificados de câmbio emitidos para as somas superiores. Dado que não existia nada no acordo referente aos detentores de títulos da dívida pública brasileira, as reservas de câmbio para os pagamentos enquadráveis nesse acordo faria com que os pagamentos desses títulos da dívida fossem preteridos. Essa situação fez com que membros do Departamento de Estado – como o Secretário Interino Phillips – temessem que estivesse ocorrendo discriminação contra os detentores dos *bonds* da dívida brasileira. Phillips chegou a entrar em contato com Roosevelt com o objetivo de apresentar a situação. Em comunicado de 27 de junho de 1933, Phillips esclarece para Roosevelt o que lhe parecia ser um conflito de interesses entre cidadãos norte-americanos: de um lado, estariam os detentores de *bonds* da dívida pública brasileira representados pelos bancos; de outro, as companhias com contas congeladas no Brasil. Phillips informa ao presidente do acordo firmado recentemente, resultado de meses de negociações envolvendo, da parte norte-americana, o *NFTC* e o *Council on Inter-American Affairs*. O acordo possuía apoio de Kent do *FRBNY*, que esperava que ele servisse de modelo para outros acordos semelhantes com demais países latino-americanos. As companhias signatárias do acordo eram claramente as mais beneficiadas; porém, protestos foram apresentados pelo portadores de *bonds* da dívida brasileira, muitos representados pelo *American Committee on Brazilian State and Municipal Loans*, comitê conhecido por opor os interesses dos banqueiros aos dos industriais e dos exportadores. A principal reclamação apresentada pelos portadores dos *bonds* era que os dispositivos que regulavam a alocação prioritária de divisas para a liquidação dos atrasados comerciais deveriam alocar essas divisas *pro rata* também para os portadores de *bonds*. Phillips pediu orientações à presidência, pois nesse caso os conflitos não oporiam interesses de outros países aos norte-americanos, mas sim diferentes interesses norte-americanos.²⁶⁵ Em resposta, Roosevelt afirmou que, apesar de não ter muito conhecimento sobre a matéria em questão, o princípio a ser seguido era o da não intervenção do Departamento de Estado nas questões particulares com governos – a menos que alguma das partes estivesse sendo

264 Thomas (Presidente da *NFTC*) para Phillips (*Acting Secretary of State*), 15.06.1933.06.15 – *ibid.*, 56-59. (Em anexo o texto do acordo mencionado.)

265 Phillips para Roosevelt, 27.06.1933 – *ibid.*, pp. 60-61.

discriminada.²⁶⁶

Mesmo sem o apoio público do Departamento de Estado – mas também sem reprovação explícita –, ocorreu uma grande quantidade de pedidos para participar do acordo, montando só esses pedidos iniciais aos US\$25 milhões negociados. Na visão de Livesey (*Assistant Economic Adviser*), provavelmente estavam incluídos nos acordos não só congelados comerciais, mas também transferências e remessas de lucros e dividendos da *American Foreign Power Company*²⁶⁷, já que seus agentes estiveram presentes no comitê que negociou o acordo. Ainda segundo informações de Livesey, existia a expectativa de que França e Grã-Bretanha fizessem acordos similares com o Brasil – o que era muito positivo para os franceses e britânicos, tendo em vista que gozariam do mesmo estatuto que os norte-americanos na cobertura de divisas, mesmo tendo firmado acordos preferenciais em outras ocasiões com outros países. Livesey revelava a esperança de que essa situação de equivalência entre norte-americanos, franceses e britânicos pudesse servir de exemplo para os últimos, sendo de alguma ajuda para “envergonhá-los” e levá-los a reformarem suas condutas comerciais bilaterais. À parte o “moralismo” de Livesey, nesse mesmo comunicado de 6 de julho ele trazia importantes dados acerca da magnitude dos investimentos norte-americanos no Brasil; de acordo com dados do Departamento de Comércio, a estimativa dos investimentos norte-americanos de longo prazo no Brasil era de US\$216,166 milhões de investimento direto e US\$346,835 milhões de investimento em *portfolio*, sendo esse último US\$139,643 milhões de *bonds* do governo federal, US\$142,049 milhões de *bonds* dos governos estaduais (“*Provincial Government*”), US\$62,260 milhões de *bonds* municipais e US\$2,883 milhões de *bonds* de empresas privadas. Assim, o total do investimento de longo prazo no Brasil seria de US\$563,001 milhões (dados de 1931). Livesey compara com os investimentos britânicos a partir de dados da revista *South American Journal*, que apontam em fins de 1932 o total do investimento de longo prazo de £ 274.659.569, incluindo *bonds* dos governos federais, estaduais e municipais, assim como ativos de ferrovias de outras empresas (o artigo mencionado não diferencia as categorias desses investimentos, não sendo possível, portanto, estimar a magnitude dos investimentos britânicos que poderiam se beneficiar de um possível acordo sobre alocação de câmbio).²⁶⁸

Apesar de todo o esforço em chegar a um acordo sobre os congelados, não tardou para que as primeiras dificuldades voltassem no fornecimento de cobertura cambial das operações norte-americanas; afinal, não se tratava de uma questão de vontade maior ou menor das

266 Roosevelt para Phillips, 29.06.1933 – *ibid.*, p. 61.

267 Integrante do grupo capitalista Morgan-First National, conforme vimos no Capítulo 2.

268 Memorando de Livesey, 06.07.1933.07.06 – *ibid.*, pp. 62-63.

autoridades brasileiras em fornecer as divisas necessárias para as operações dos negócios estadunidenses, mas sim uma questão de realidade econômica crítica que, dada a vinculação dependente ao mercado mundial do capitalismo brasileiro, fazia com que fossem recorrentes as crises por falta de dinheiro mundial. Um dos indícios de que novos problemas cambiais ocorreriam foi a correspondência enviada pelo embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Lima e Silva, na qual pedia por um financiamento de cerca de US\$50 milhões (com pagamentos anuais que não excedessem os US\$6 milhões) exclusivamente voltados para liquidação das contas congeladas no Banco do Brasil – isso depois de afirmar que uma nação nova e sem capital como o Brasil só poderia equilibrar o seu balanço de pagamentos através da entrada de capitais estrangeiros. Sendo assim, desde outubro de 1929, afirma Lima e Silva, praticamente cessaram as novas entradas de capital, tornando cronicamente instável a situação do balanço de pagamentos do Brasil.²⁶⁹ Apesar desse pedido, que se deu sob a forma de uma longa recuperação histórica da economia brasileira e de exposição de motivos, tais créditos não foram concedidos naquela ocasião.

Outro indício de que a situação cambial brasileira caminhava para uma nova crise foi o conjunto de reclamações apresentadas ao Departamento de Estado de que os negócios norte-americanos não estariam recebendo a devida cobertura cambial conforme acordado. Hugh Gibson (novo embaixador norte-americano no Brasil) informou que os empresários estavam sendo desencorajados pelo Diretor de Câmbio do Banco do Brasil, Carlos Figueiredo, a ter expectativas de que os termos do acordo firmado em Washington seriam cumpridos. Gibson acreditava que o envio de Kent para negociar esse problema, tendo em vista seu prestígio junto às autoridades brasileiras, muito poderia ajudar a resolver essa situação favoravelmente aos interesses norte-americanos. Fazendo uma observação acerca do comportamento político no Brasil, Gibson lembrava que se deveria ter em mente que no Brasil a “base legal para os nossos desideratos não é suficiente em si mesma e que relações pessoais são de importância igual ou maior.”²⁷⁰

Essas crescentes dificuldades culminam com o estabelecimento no final do ano de novas restrições na distribuição de câmbio, sendo liberada cobertura apenas para importações de matérias-primas e outros artigos essenciais – rompendo de fato com o acordo sobre os atrasados firmado meses antes. Apesar das informações desencontradas, Gibson sustentava que Figueiredo do Banco do Brasil não estaria cumprindo com a sua palavra, abalando a sua

269 Lima e Silva (Embaixador do Brasil nos Estados Unidos) para Hull, 05.09.1933 – *ibid.*, pp.66-68. Para a resposta de Hull negando o pedido de empréstimo, cf. Hull para Lima e Silva, 10.11.1933 – *ibid.*, pp. 72-73.

270 Gibson para Hull, 27.10.1933 – *ibid.*, p. 70.

legitimidade junto à comunidade de negócios norte-americana.²⁷¹ Poucos dias depois Gibson voltou a informar sobre a situação cambial no Brasil, relatando que representantes da Shell, Texas Company e da Atlantic Refining Company afirmaram que não estariam recebendo cobertura cambial para suas operações; dos 21 dias de dezembro, essas companhias receberam apenas em 4 dias permissões para a obtenção de divisas; afirmaram seus representantes que não pediram antes ajuda da embaixada porque estavam negociando com o Ministro da Fazenda. Na visão de Gibson, apesar de Figueiredo afirmar que o Banco do Brasil não possuía câmbio suficiente, haveria várias evidências de que o câmbio existia. De toda maneira, recomendava delicadeza no tratamento da questão para evitar ações como as do governo francês que provaram não terem sido bem sucedidas – fazendo referências aorealizado pela França com os saldos de exportação do Brasil que, além de gerar protestos das autoridades e da imprensa brasileira, não resultou em grandes vantagens para a França.²⁷²

O agravamento da situação cambial brasileira e a progressiva perda de confiança de Figueiredo entre as autoridades norte-americanas e demais interesses norte-americanos, o levou a pedir demissão em fins de dezembro de 1933.²⁷³ Como se percebe, os problemas econômicos brasileiros em geral e os cambiais em particular demonstravam-se mais complicados, fazendo com que os acordos firmados não pudessem evitar a acumulação de novos atrasados comerciais. Assim sendo, novas medidas deveriam ser buscadas no próximo ano, que deveriam promover um conhecimento mais substancial da realidade econômica brasileira – que se buscava obter no próximo ano a partir da missão enviada em 1934 ao Brasil chefiada por John Williams para estudar os graves problemas brasileiros no seu suprimento de dinheiro mundial.

Missão Williams e novas negociações acerca dos “congelados”

O acordo firmado sobre os congelados em meados de 1933, pelas perspectivas que criou quanto às melhoras nas condições comerciais, acabou estimulando um excesso de importações que não foram devidamente checadas no controle de câmbio em vigor (“*unchecked imports*”). Em consequência, de junho de 1933 até março de 1934 já se acumulavam cerca de US\$25 milhões de créditos congelados. A percepção de que novas jornadas de escassez de câmbio ocorreriam em breve fez com Kent do *FRBNY* procurasse por diversas vezes Figueiredo antes dele demitir-se da Diretoria de Câmbio do Banco do Brasil no intuito de observar qual estava sendo a distribuição de câmbio por países – no que foi

271 Gibson para Phillips, 21.12.1933 – *ibid.*, p. 74.

272 Gibson para Phillips, 21.12.1933 – *ibid.*, pp. 74-75.

273 Gibson para Phillips, 31.12.1933 – *ibid.*, p. 75.

ignorado.²⁷⁴ Como vimos anteriormente, em 1933 de fato os delegados brasileiros presentes em Washington passaram aos norte-americanos permissão para conferir os registros do Banco do Brasil no que diz respeito à distribuição cambial. A recusa de Figueiredo em fornecer essas informações à Kent – por mais que isso de fato representasse concessão demasiada das autoridades brasileiras, dado que a recíproca nos registros do *Fed* com certeza não seria verdadeira –, demonstra, no mínimo, uma falta de coordenação dos agentes brasileiros envolvidos na implementação da política cambial, sendo também provável que essa situação decorresse dos interesses contraditórios inscritos no aparato estatal brasileiro naqueles anos de crise e desenvolvimento do capitalismo no país. De toda maneira, a demissão de Figueiredo aponta para as dificuldades do governo como um todo de seguir uma linha definida no que diz respeito à política do dinheiro mundial. Ainda em março de 1934 Gibson informa ao Secretário de Estado da nomeação do novo Diretor de Câmbio do Banco do Brasil, Souza Dantas, que vinha do Conselho Nacional do Café, sendo que, enquanto esteve como presidente desse Conselho, segundo Gibson, foi amigável aos interesses norte-americanos (“*friendly to American interests*”).²⁷⁵ Como se verá adiante, Souza Dantas também iria pedir demissão de seu cargo em mais um momento crítico da política econômica e da economia política brasileira dos anos 1930s.

Durante as rodadas de negociações entre agentes norte-americanos e brasileiros em 1933 se tentou sem sucesso um financiamento através de uma agência governamental – no caso, o *RFC* – ou dos mecanismos privados usuais. Em 1934, porém, em boa parte a partir de fundos oriundos do *RFC*²⁷⁶, seria estabelecido o *Export-Import Bank of Washington*, agência logo mobilizada para atuar sobre esse problema dos congelados. Em 2 de abril de 1934 ocorreu uma reunião entre o primeiro presidente do Eximbank, George Peek, e Valentim Bouças – na qual também estiveram presentes E. C. Wilson e H. Feis. Nessa ocasião Bouças apresentou a ideia de crédito de nove meses com o Eximbank sendo que uma parte ou a totalidade das vendas de café realizadas nos Estados Unidos teriam suas divisas revertidas para o Eximbank, para abater do empréstimo realizado. Feis pareceu avaliar que essa medida seria vantajosa para os Estados Unidos e que também criaria novas oportunidades para os exportadores norte-americanos. Contudo, conforme informa Peek, o Eximbank ainda não estava plenamente estabelecido e não poderia fechar o acordo naquele momento.²⁷⁷ Como é possível se

274 Memorando de Alexander Sloan (*Office of the Economic Adviser*), 07.03.1934 – United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1934. The American Republics* (Volume IV. Washington: U.S. Government Printing Office, 1951), pp. 578-579.

275 Gibson para Hull, 13.03.1934 – *ibid.*, pp. 579.

276 Cf. Capítulo 2.

277 Memorando de Feis, 05.04.1934 – *ibid.*, pp. 582.

depreender da proposta de Bouças, tratava-se de praticamente uma operação de compensação, com a diferença de ser mediada por uma operação de crédito; de toda forma, semelhantemente a uma operação de compensação, uma considerável parcela das divisas geradas com as vendas para os Estados Unidos (do café) ficariam canalizadas para pagamentos nos Estados Unidos, o que obviamente teria o poder de estimular as exportações norte-americanas para o Brasil – como bem observou Feis. Esse fato é de suma importância tendo em vista que o mesmo Bouças, nos debates sobre o comércio de compensação com outros países, manifestou-se veementemente contra, inclusive fazendo protestos de que esse tipo de prática bilateral estaria retardando a recuperação da economia mundial. Mais do que apego aos princípios liberais de comércio exterior, aparentemente mais apego tinha Valentim Bouças ao estreitamento das relações bilaterais com os Estados Unidos.

A chegada ao Ministério da Fazenda de Artur da Souza Costa – que viria a ser o Ministro da Fazenda mais longo na pasta, deixando o Ministério apenas em 1945 – e a de Souza Dantas na Diretoria de Câmbio do Banco do Brasil pareceram agradar a comunidade de negócios norte-americana com interesses no Brasil. O embaixador Gibson relatou que o tratamento aos interesses norte-americanos melhorara muito nos últimos tempos; segundo o embaixador, Souza Costa e Souza Dantas teriam estreitado contatos com uma série de grupos escolhidos pela *AmCham* enquanto uma solução definitiva não era dada para a questão dos congelados.²⁷⁸ Poucos dias depois, o governo norte-americano deu um importante passo no sentido de uma solução mais definitiva para os problemas cambiais brasileiros, ou seja, procurar um levantamento maior de informações acerca das relações econômicas exteriores brasileiras e de quais seriam as medidas mais indicadas para a superação desses desequilíbrios. John Williams, economista do *FRBNY* especialista em divisas internacionais chegaria ao Brasil em 13 de julho e buscaria estudar mais a fundo os problemas cambiais brasileiros. Williams, que viria acompanhado de Donald Heath da Divisão de Assuntos Latino-Americanos, após a estadia no Brasil, também visitaria outros países da América do Sul com problemas similares. No dia 20 de julho Williams concluiu a parte do relatório referente ao Brasil, enviando esses documentos ao Secretário de Estado. Segundo Williams, Souza Dantas e Souza Costa estariam ansiosos para atingir uma solução satisfatória para os recorrentes problemas cambiais, sendo que Aranha, que chegaria dias depois em Washington como novo embaixador do Brasil nos Estados Unidos, desejava aguardar para discutir o tema após sua chegada aos Estados Unidos.²⁷⁹

278 Gibson para Hull, 31.05.1934 – *ibid.*, p. 586.

279 John H. Williams sobre Missão Especial a alguns países Sul-Americanos para Hull, 20.07.1934 – *ibid.*, pp. 587-588.

O Relatório Williams representa uma importante investigação sobre a situação cambial e do balanço de pagamentos brasileiros, tendo em vista que naquele momento havia uma precária documentação e registro dos dados pertinentes sobre o fluxo internacional de divisas do Brasil. De acordo com o próprio relatório, um dos seus objetivos principais nos dias em que esteve no Rio de Janeiro (13 a 23 de julho) era realizar uma investigação detalhada da operação técnica dos controles cambiais que vinham sendo operados pelo Brasil – no que as facilidades concedidas por Souza Dantas foram de suma importância. O outro objetivo principal foi discutir com os representantes governamentais norte-americanos, as autoridades brasileiras e com a *AmCham* as soluções possíveis para as dificuldades cambiais brasileiras. De acordo com Williams, foram discutidas dois tipos de soluções: uma solução geral, que implicaria numa melhoria da situação norte-americana igualmente à melhoria da situação de outros países; outra solução específica, que implicaria na disponibilização imediata de cobertura cambial para os negócios norte-americanos sem aguardar a melhoria geral das condições cambiais brasileiras. Para avaliar qual tipo de solução se deveria buscar seria fundamental identificar se os interesses norte-americanos estavam recebendo tratamento equivalente aos outros países ou se estava sendo discriminado por conta de acordos especiais com outros países.

Williams relatou que a *AmCham* era praticamente unânime para que se adotasse o quanto antes medidas especiais e se garantisse logo a cobertura cambial necessária para as transações norte-americanas; ou seja, a *AmCham* defendia que se alocasse uma parte das divisas geradas pelas exportações brasileiras para os Estados Unidos. As argumentações apresentadas pelos membros da *AmCham* a Williams iam na linha de enfatizar a forte posição comercial norte-americana com o Brasil, dando grande margem para a adoção das medidas de reserva de câmbio para as necessidades norte-americanas; além disso, a *AmCham* sustentava que as exportações norte-americanas pouco se beneficiaram do crescimento recente nas importações brasileiras, que o Brasil estava entrando em arranjos especiais com outras nações, assim como o controle cambial estava sendo usado para aumentar os gastos federais – especialmente os militares. Assim, a *AmCham* via a solução especial como a mais indicada, e que possivelmente encontraria pouca resistência entre as autoridades brasileiras.

Em 17 de julho Aranha e Souza Dantas apresentaram a Williams um esboço de arranjo de compensação ou *clearing*; arranjo que não fora solicitado pela parte norte-americana. Propunham que o Banco do Brasil efetuasse os pagamentos aos bancos de Nova York tão logo os depósitos fossem efetuados nas contas no Brasil – eliminando, assim, o acúmulo de saldos bloqueados e disponibilização imediata das divisas para as necessidades norte-americanas; ao

fim de cada mês, o restante das divisas que não fossem requeridas pelas transações norte-americanas seriam distribuídas para as necessidades dos outros países. Associados a esse arranjo Dantas e Aranha propunham que um crédito do Eximbank ou dos bancos de Nova York fosse concedido ao Banco do Brasil para liquidar os saldos congelados acumulados desde junho de 1933. Este empréstimo seria amortizado anualmente e as divisas necessárias à sua amortização estariam incluídas no *clearing*. Maiores detalhes da proposta seriam discutidos posteriormente, quando da chegada de Aranha a Washington.²⁸⁰ Como se pode perceber, não era só os aqueles adeptos do comércio com a Alemanha que existiam partidários de acordos de compensação ou algo semelhante. Também os setores do governo simpatizantes com o estreitamento das relações comerciais com os Estados Unidos eram favoráveis a essa modalidade de comércio – obviamente, desde que as compensações se dessem nas transações com os Estados Unidos.

William apontou que também existia a alternativa de adotar soluções mais gerais para assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos permitindo, assim, a suspensão dos controles cambiais. Essas soluções requereriam: (1) condições externas favoráveis para as exportações brasileiras, especialmente café; (2) uma taxa de câmbio que estimulasse as exportações e desestimulasse as importações; (3) a adoção de uma política que procurasse reduzir os gastos, especialmente os em moeda estrangeira, e também evitasse a inflação doméstica. Para adotar essa solução geral no Brasil, seria necessário o estabelecimento de uma série de etapas no processo de relaxamento dos controles cambiais – o que demandaria também o aprimoramento das bases estatísticas disponíveis sobre as posições do câmbio em diversas moedas, assim como do balanço de pagamentos de uma forma mais abrangente.

Em seu relatório, Williams dava impressão positiva sobre a situação das contas da economia brasileira naqueles meses, tendo em vista o aumento recente do preço do café e a melhora do balanço comercial brasileiro nos últimos cinco meses – isso se comparado com os cinco meses do ano anterior. De acordo com a estimativa realizado por Corliss, o *deficit* no balanço de pagamentos seria de cerca de US\$15 milhões – devendo se ter em mente que essa estimativa foi feita a partir dos números do balanço comercial brasileiro no ano anterior, muito mais modestas, levando à suposição de que esse *deficit* fosse bem menor ou que já houvesse algum *superavit*. Somado a esse fato, existiam os efeitos positivos sobre o balanço de pagamentos oriundos da redução dos dispêndios anuais no serviço da dívida sob o assim chamado *esquema Aranha*²⁸¹, ponto esse enfatizado por Dantas e Aranha segundo Williams;

280 Report on American Exchange Problems in Brasil (“*Missão Williams*”) – *ibid.*, pp. 401-402.

281 O assim chamado “esquema Aranha”, em termos simplificados, implicava em dividir a dívida pública brasileira nas três esferas de governo em sete categorias: aquelas dívidas na categoria 1 (*e. g.*, os *funding*

não fosse a existência ainda de somas consideráveis de mil-réis congelados à espera de câmbio, a situação seria de quase equilíbrio das contas externas. Além disso, as informações que chegaram até Williams vindas da *AmCham* eram de que ocorreria uma significativa redução do tempo entre o embarque de mercadorias nos Estados Unidos e o recebimento dos contratos de câmbio – o que apontava para a expectativa de que os congelados comerciais iriam diminuir.

Semelhantemente aos membros do Departamento de Estado, Williams elogiou muitíssimo o trabalho de Souza Dantas, assim como destacou que não ouviu um comentário desfavorável à sua pessoa na comunidade de negócios norte-americana no Brasil, demonstrando ter confiança de que, sendo dada liberdade de ação à Dantas, certamente a administração dos controles cambiais melhoraria. Outro fato visto por satisfação por Williams foi a apresentação por Dantas das intenções de reduzir o mercado “oficial” de câmbio e aumentar as disponibilidades cambiais do mercado “cinza” e “livre”. A ideia era que esse processo de liberalização relativa do mercado de câmbio ocorresse em cerca de um ano, desde que os seguintes pontos essenciais fossem conseguidos:

- (1) A liquidação através de *funding* ou de outro crédito das contas congeladas acumuladas desde junho de 1933, sendo que as estimativas da *AmCham* (variando entre US\$12-18 milhões) eram *menores* que o de Souza Dantas (cerca de US\$20 milhões apenas para as contas norte-americanas) – de acordo com Dantas, a razão para esse fato era que o Banco do Brasil acabara de fechar um acordo com um banco norte-americano, assumindo parte de suas contas à espera de câmbio. Dantas também afirmava que, em comparação com junho de 1933, existia uma quantidade bem maior de contas individuais mas com somas menores em cada uma delas.
- (2) O relaxamento gradual dos controles de câmbio, dado que havia o temor de que uma suspensão abrupta dos controles pudesse levar a uma rápida desvalorização do mil-réis

loans) receberiam amortização e juros plenamente; as categorias subsequentes iam tendo reduções nos pagamentos de juros e amortização até chegar à última categoria, que não receberiam nem pagamentos de juros e nem amortizações. Importante destacar que essas categorias com redução e suspensão de pagamentos seriam pagas, previa-se, posteriormente; não configurando em um “ganho”, mas apenas um adiamento em seus pagamentos. Paiva Abreu (*O Brasil e a economia mundial... op. cit.*) corretamente apontou o equívoco de encarar como ganhos os adiamentos previstos no esquema Aranha, afirmando esse Autor que as sugestões para esse esquema foram dadas por Otto Niemeyer. Porém, é importante destacar que alguns membros do Departamento de Estado viam o esquema de pagamento das dívidas de guerra da *Alemanha* (regulados anteriormente pelos Planos Dawes e Young nos anos 1920s) como a inspiração para o esquema Aranha – especialmente esse procedimento de escalonar as dívidas por categorias que recebiam pagamentos de juros e amortizações de forma decrescente com relação às outras categorias. United States Department of State, *Foreign relations of the United States: diplomatic papers, 1933. The American Republics... (op. cit.)*, p. 83 e ss., 98 e ss.

e, assim, afetar o preço do café. Porém, sendo paulatino o aumento do percentual do total das divisas disponíveis na economia para o mercado “cinza” e “livre” não haveria efeitos tão deletérios sobre o preço do café.

- (3) A manutenção de um cuidadoso controle das importações, sendo estabelecidos três grupos de mercadorias em ordem de necessidade.²⁸² A repartição das divisas entre os grupos era a seguinte: 50% no primeiro grupo, 30% no segundo grupo e 20% no terceiro grupo. Os pedidos de câmbio receberiam cronologicamente um número na categoria correspondente da importação, sendo a concessão das divisas realizadas de acordo com essa ordem. A ideia era direcionar aqueles em busca de divisas de forma mais célere para os mercados “cinza” e “livre” para realizar as suas importações. Williams observava que o estabelecimento desse critério de essencialidade para as importações poderia não agradar a alguns exportadores norte-americanos, já que uma parte das exportações para o Brasil nos últimos anos foi de bens de luxo e não-essenciais. Porém, existia uma compensação no fato de que, sendo mais alto o preço do câmbio nos mercados “cinza” e “livre”, as divisas seriam obtidas prontamente, não passando por grandes atrasos – lembrando que muitas das exportações norte-americanas para o Brasil se situavam no primeiro grupo.

Como se percebe do relato feito por Williams sobre o plano de Dantas para a liberalização relativa do mercado cambial, a palavra “relativa” deve ser enfatizada, tendo em vista que continuariam em vigor critérios de essencialidade na distribuição da cobertura cambial – por mais que se buscasse estimular a procura fora do mercado “oficial” de cobertura para as importações, já que naquele mercado o acesso às divisas seria imediata – obviamente, se se pagasse o preço majorado do dinheiro mundial nesse mercado.

Na conclusão de seu relatório, Williams, fez um balanço dos prós e contras da solução específica e da solução geral para os problemas cambiais brasileiros do ponto de vista do governo dos Estados Unidos. A solução específica, implicando uma retenção imediata de parte das divisas das exportações brasileiras para os Estados Unidos para a liquidação dos congelados e as demais necessidades cambiais norte-americanas, teria uma boa receptividade no governo brasileiro. Inclusive, Aranha ao chegar em Washington pretendia apresentar uma proposta nessa linha, com o adendo de que fosse realizado um empréstimo para liquidar os congelados gerados desde junho de 1933. Na visão de Williams, se por um lado, poderia ser

²⁸² *Primeiro grupo*: maquinaria e peças, ferramentas, produtos médicos, equipamentos, carvão, caminhões e peças, couros beneficiados, papel, artigos sanitários, azulejos. *Segundo grupo*: bens de consumo duráveis. Obviamente que por razões políticas, o *papel de jornal* tinha preferência até sobre as matérias-primas.

uma opção viável a reserva de parte das divisas brasileiras para os compromissos com os norte-americanos, a parte referente ao empréstimo era desaconselhável, tendo em vista que o esquema Aranha então em vigor já tinha se tornado necessário por conta do endividamento excessivo e da capacidade de pagamento reduzida da economia brasileira. Se como lado positivo existia o fato dessa solução imediatamente colocar dinheiro mundial, moeda forte nas mãos daqueles cujas contas em mil-réis esperavam por cobertura para serem remetidas, pelo lado negativo esse tipo de arranjo era muito parecido com o estabelecido no âmbito do acordo anglo-argentino de Roca, que pelo seu caráter bilateralista e de preferências na concessão de câmbio, fora criticado pelo Departamento de Estado. Williams ainda lembrava que o governo chileno apresentara uma proposta similar e que o Departamento na ocasião recusara em favor da manutenção dos princípios gerais multilateralistas. Comparando com o caso argentino, para avaliar a conveniência de um novo crédito para o Brasil, enquanto desde os anos de Depressão até então, a Argentina manteve o pagamento de suas dívidas externas, o Brasil, realizou reduções no pagamento de juros e amortizações de suas dívidas. Tendo em vista esse quadro, a hipótese do empréstimo, na visão de Williams, não seria um bom risco. Por outro lado, a pressão em favor da desvalorização do mil-réis no caso de suspensão dos controles cambiais sem resolver o problema dos saldos congelados, tornaria muito difícil o sucesso de uma política de liberalização do mercado de câmbio.

Em favor da solução geral, além do fato de estar mais afim aos princípios multilateralistas professados pelo Departamento de Estado, conta também as perspectivas de que as exportações e as contas externas brasileiras estivessem passando por uma fase de franca melhora –isso, claro, nas previsões de Williams. Se fosse a opção do governo seguir pelo caminho de buscar uma solução mais geral, Williams recomendava ser de suma importância atentar ao funcionamento do controle cambial, protestar quando ocorressem despesas que parecessem excessivas do governo e quando os interesses norte-americanos fossem preteridos na cobertura cambial. Além disso, Williams cria ser recomendável a concessão de todo o auxílio técnico necessário aos agentes brasileiros envolvidos no controle de câmbio; o economista do *Fed* também se demonstrou surpreso com a precariedade dos dados estatísticos brasileiros sobre as posições cambiais tendo em vista que a produção de tais dados deveria ser uma consequência do próprio exercício dos controles cambiais. Um fato, porém, que Williams não explorou no seu relatório é que a falta de registro estatístico detalhado das contas externas brasileiras naquele momento poderia também ser uma consequência de preferências sendo concedidas – como aparentemente era o caso com as companhias petrolíferas – oriundas de diferentes formas de exercício de influência, preferências essas que poderiam não ser

convenientes de estarem registradas com detalhe nas estatísticas do Banco do Brasil. Além do mais, não se pode perder de vista que era tolerado o chamado mercado “cinza”, demonstrando não ser possível coibir a existência do mercado “negro” de câmbio naquela situação, tentando-se apenas mitigá-lo –, muito menos era possível levantar dados estatísticos precisos sobre esse mercado, proibido, mas tolerado.

Fechando seu relatório sobre os problemas cambiais da economia brasileira, Williams, finalmente, recomendava que fosse seguida a diretiva de não se fazer uso do poder de barganha comercial dos Estados Unidos com o Brasil (maior comprador das exportações brasileiras) para realizar um *clearing* ou uma alocação preferencial de câmbio por um determinado período de tempo, *desde que*: (1) o governo brasileiro evitasse que fosse feito uso desavisado da cobertura cambial disponível; (2) melhorasse o controle de câmbio e os dispositivos de informação sobre as posições cambiais. Se após algum período essas condições não tivessem sido contempladas e se o tratamento cambial recebido pelos Estados Unidos não tivesse melhorado, Williams recomendava que se fizesse alocações especiais para as necessidades norte-americanas das divisas geradas pelas vendas do Brasil para os Estados Unidos, ou seja, em termos práticos, um *clearing* bilateral.²⁸³

A Missão Williams de 1934 e o relatório que resultou dos seus trabalhos foi um marco importante na trajetória das ações do Estado norte-americano no Brasil com o objetivo de exercer influência sobre a política econômica a ser adotada, assim como na própria formação de agentes que atuaram nos quadros das agências econômicas do Estado capitalista brasileiro em sua história de formação; é importante frisar que mais do que apresentar diretivas de como agir naquela conjuntura brasileira acerca do problema do câmbio, Williams demonstrava-se preocupado com as debilidades “técnicas” dos operadores do controle de câmbio, sugerindo, inclusive, que o governo norte-americano dispusesse para o governo brasileiro todo auxílio técnico que se demandasse nessa área. Não deixa de ser notável que na trajetória dessas “missões e comissões” norte-americanas no Brasil a ênfase inicial passe das questões monetárias internacionais para aspectos mais abrangentes do *planejamento econômico* realizado a partir das diversas agências econômicas formadas desde então. Em meados dos anos 1930s, tendo em vista que um dos aspectos mais visíveis e imediatos da grande depressão foram as crises monetárias, no caso brasileiro, as crises cambiais, as primeiras preocupações de intelectuais como Williams foram de como conformar o pessoal das agências econômicas estatais ligadas ao controle da moeda e do câmbio de acordo com os critérios

283 Report on American Exchange Problems in Brasil (“*Missão Williams*”) – United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1934. The American Republics...* (op. cit.), pp. 401-406.

julgados adequados para os padrões de mundo bancário e financeiro norte-americano. É importante não perder de vista também de que naqueles anos e nos posteriores se tornaria recorrente entre os agentes norte-americanos a pressão para que o Brasil estabelecesse uma determinada agência econômica, nesse caso, um *banco central*.

Como se pode perceber de alguns dos comentários de Williams em seu relatório, uma das preocupações que apresentou era relativa às supostas compras excessivas do governo, inclusive de armamentos.²⁸⁴ Porém, com o aumento da tensão geopolítica internacional a partir de meados da década de 1930s, se tornaria cada vez mais difícil o Departamento de Estado argumentar junto a autoridades brasileiras o desaviso desse tipo de compra. Mesmo naqueles anos em que procurava dar mostras das intenções de relaxar os controles cambiais, as medidas mais liberalizantes propostas e/ou implementadas sempre implicavam em uma cota a ser retida pelo Banco do Brasil para as obrigações do governo e outras necessidades julgadas incompressíveis.

Bom exemplo desse limite à plena implementação de medidas liberalizantes quanto ao câmbio foram as novas regulações sobre o câmbio em vigor a partir de 10 de setembro de 1934. Essa nova regulação do câmbio foi anunciada na reunião do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) criado há pouco tempo, reunião essa presidida pelo próprio Vargas. De acordo com nova regulação – cujos pormenores foram apresentados por Souza Dantas –, as divisas geradas por exportações de todas as mercadorias, *exceto o café*, estavam livres para serem negociadas no mercado; com relação ao café, 83% de suas divisas seriam retidas pelo Banco do Brasil, o restante ficando livre para a negociação no mercado. No que diz respeito às importações, o Banco do Brasil forneceria 60% da cobertura à taxa oficial e os outros 40% deveriam ser obtidos no mercado aberto. Essas alterações na regulação do câmbio foram interpretadas de forma positiva pelo embaixador Gibson, afirmando que essa medida seria um claro passo em direção à suspensão dos controles cambiais. Gibson também informou que no plano imediato ocorreu uma valorização do mil-réis no mercado livre, dado um aumento da oferta negociada nesse mercado; porém, acreditava que em breve ocorreria nova valorização do dólar assim que os importadores passassem a procurar o mercado livre para buscar os 40% restantes de sua cobertura. O embaixador avaliava que essa nova regulação estimularia as exportações e tornaria mais cara as importações, concorrendo, na sua visão, para o aumento do custo de vida.

Além da nova regulação, Gibson notou um fato importante nessa ocasião: a presença de

284 Isso mesmo com parte dessas compras realizadas nos Estados Unidos, como foi o caso de compras de material de precisão à Niles Machine Tool Company. Gibson para Hull, 31.08.1934 – *ibid.*, p. 588.

Vargas no Conselho Federal de Comércio Exterior, assinalando que a Presidência procuraria ter um papel ativo nas negociações em torno do acordo comercial Brasil e Estados Unidos que vinham, em caráter experimental, ocorrendo desde o ano anterior. O Departamento de Estado também permaneceria atento às ações do CFCE, em certas ocasiões considerando como um foco de resistência às propostas multilateralistas norte-americanas, e em outras ocasiões como encarando o Conselho importante interlocutor nas questões de interesse dos Estados Unidos.²⁸⁵

Os problemas relativos ao câmbio e quais as políticas deveriam ser seguidas para superar os constrangimentos existentes nas relações econômicas exteriores brasileiras estiveram entre os primeiros interesses do Conselho Federal de Comércio Exterior. Porém, se por um lado a nova regulação do mercado de câmbio representou uma medida no sentido de maior liberalização relativa – regulação essa, como se disse, apresentada em reunião do CFCE –, por outro lado outras modalidades relativamente menos liberais não foram descartadas pelo Conselho – muito pelo contrário. Desde suas primeiras reuniões o CFCE apreciou matéria relacionada ao convênio envolvendo divisas bloqueadas ou de compensação, sendo esse tipo de moeda inconvertível a que mediava a maior parte do comércio de compensação levado adiante principalmente a partir de 1934 até o início da Segunda Guerra. Portanto, se no ano anterior a Inglaterra era encarada por boa parte dos interesses norte-americanos como a principal adversária na disputa pelas insuficientes divisas brasileiras, já em 1934 e crescentemente nos próximos anos a Alemanha se apresentaria como uma grande ameaça, pois o uso dos marcos de compensação fazia com que saldos de exportação brasileiros geradores de divisas que poderiam ser usadas, por exemplo, na liquidação dos congelados norte-americanos, fossem usadas exclusivamente para pagar importações da Alemanha (tendo em vista que o Brasil não possuía nenhum empréstimo realizado naquele país).

Existiam, porém, fortes estímulos para a realização desse tipo de operação de compensação; se os Estados Unidos possuíam muitas contas congeladas no Brasil por falta de divisas, o Brasil igualmente possuía saldos em outros países cuja remessa em moeda convertível para o Brasil estava com atraso ou, no limite, estavam bloqueadas. O aumento do volume de contas bloqueadas nesses países era algo perceptível para os agentes brasileiros; porém, como boa parte desses saldos bloqueados eram de café que se não fossem vendidos iriam ser recolhidos do mercado e destruídos pelo Departamento Nacional do Café (DNC), a existência das contas bloqueadas não era o maior dos problemas; afinal, como bem acentuou

285 Gibson para Hull, 13.09.1934 – *ibid.*, pp. 590-591.

Gibson, é melhor ter contas bloqueadas na Europa do que ter cinzas de café no Brasil.²⁸⁶ Os países importadores com os quais o Brasil mantinha contas bloqueadas, logo passaram a pressionar para que os saldos bloqueados fossem usados no pagamento dessas importações. Até que acordos de compensação fossem acertados foi uma questão de tempo; poucos dias depois chegaria ao Brasil uma comitiva comercial alemã com o objetivo, entre outros, de aprofundar a experiência do comércio de compensação com a economia brasileira.²⁸⁷

Da parte norte-americana é importante destacar que, apesar de não ser essa a linha política dominante no Departamento de Estado, entre os segmentos capitalistas com negócios no Brasil existia uma grande simpatia em favor de soluções especiais envolvendo *clearings*, compensações ou arranjos similares. Além disso, algumas companhias norte-americanas – como as de petróleo, a General Electric Company, entre outras, conseguiam entrar em arranjos especiais com o Banco do Brasil para obter câmbio para as suas transações – apontando que as autoridades governamentais responsáveis pelas operações de câmbio eram sensíveis às pressões dessas empresas por garantia de cobertura cambial.²⁸⁸ A partir de estimativas apresentadas por Dantas a Gibson e por ele transmitidas ao Departamento de Estado, existiria uma soma de cerca de US\$15 milhões de dólares aguardando por câmbio em outubro de 1934 – inclusos os congelados objeto de acordo de 1933 (“*Congelado Agreement of 1933*”).²⁸⁹ O conjunto dos congelados no aguardo de cobertura cambial de todos os países chegaria a cerca de US\$36 milhões. Havia, porém, de parte dos agentes do Departamento de Estado a impressão de que outros países estariam recebendo cobertura cambial mais prontamente que os norte-americanos, especialmente os alemães por conta dos acordos especiais de câmbio.²⁹⁰

Uma maior velocidade na disponibilização de câmbio para as operações com a Alemanha pode ser melhor entendida se levarmos em consideração que o Banco do Brasil aproveitou o acordo de compensação com os alemães para liquidar as contas bloqueadas brasileiras oriundas de operações passadas – o que gerou grandes protestos por parte dos alemães, que desejavam que os marcos de compensação fossem utilizados para novas compras na Alemanha.²⁹¹ Portanto, diferentemente da visão dos norte-americanos, os representantes comerciais alemães tinham a sensação de que estavam sendo prejudicados por conta da ação do Banco do Brasil em incluir os fundos bloqueados passados (desde aproximadamente

286 Gibson para Hull, 25.09.1934 – *ibid.*, p. 592.

287 Gibson para Hull, 10.10.1934 – *ibid.*, p. 595-596.

288 Gibson para Hull, 16.10.1934 – *ibid.*, p. 596-597.

289 Gibson cita outra fonte que fala em totais de US\$24 milhões de saldos aguardando por cobertura cambial.

290 Phillips para Gibson, 20.10.1934 – *ibid.*, p. 5, p. 597.

291 Gibson para Phillips, 22.10.1934 – *ibid.*, p. 5, p. 598.

setembro de 1933) nos acordos de compensação.

Pouco tempo depois da chegada da missão comercial alemã ao Brasil, momento em que foram discutidas as bases do comércio de compensação entre os dois países dali em diante, novas importantes mudanças foram efetuadas na política cambial brasileira, dessa vez, favorecendo bastante e imediatamente os interesses norte-americanos no Brasil: a distribuição da cobertura cambial na categoria oficial – categoria essa que era suprida totalmente com as divisas de exportação de café – passou a ser realizada de acordo com a participação de cada país nas compras de café. Dessa forma, os Estados Unidos ficariam com 46% da cobertura cambial disponível. No que diz respeito aos países onde o Brasil possuía contas bloqueadas, as importações com origem nesses países só poderiam ser pagas com moedas desses mesmos países.²⁹²

Não escapou à percepção norte-americana o claro favorecimento que estavam recebendo com esse novo regime cambial; porém, dada a linha geral avessa a preferências nas relações econômicas internacionais, se buscou evitar manifestações públicas de agradecimento por essa concessão – o que também poderia suscitar reações dos britânicos, dada a posição desvantajosa que se situaram com esse novo regime cambial. Segundo relatos de Gordon, Souza Dantas e outras importantes autoridades brasileiras tinham o entendimento de que essa medida era uma maneira de adequar a provisão de câmbio para os diferentes países à importância das relações comerciais que mantinham com o Brasil; na situação anterior, haveria uma grande quantidade de dólares usados para pagar necessidades em libras, e com o novo regime cambial uma distribuição mais justa dessa cobertura cambial seria efetivada.²⁹³ Frente a essa clara vantagem para os Estados Unidos na distribuição de cobertura cambial, ao mesmo tempo em que o Departamento procurava difundir os princípios liberais e multilaterais de comércio, Hull orientava novamente para que não se fizessem manifestações públicas, mas que em espaços privados e adequados e com as pessoas convenientes, poderia-se expressar a gratidão pela amizade para com os negócios norte-americanos.²⁹⁴

O ano de 1934 foi marcado por claros movimentos de estreitamento de laços econômicos com a Alemanha através do comércio de compensação e com os Estados Unidos através do favorecimento que receberam. É notável também a clara perda de posição da Inglaterra que, não sendo um tradicional comprador de café do Brasil, acabou sendo um dos países piores servidos em termos de acesso a divisas na economia brasileira. O aspecto contraditório dessa situação no caso dos Estados Unidos é que o favorecimento recebido no acesso a câmbio se

292 Gordon (*Chargé*) para Hull – *ibid.*, pp.599-600.

293 Gordon para Hull – *ibid.*, p. 601.

294 Hull para Gordon, 06.12.1934 – *ibid.*, pp.601-602.

deu sob formas que iam de encontro aos princípios multilateralistas defendidos por Hull e ao encontro de boa parte da posição mais imediatista dos interesses norte-americanos no Brasil. O próximo ano seria de fundamental importância uma solução para os problemas cambiais brasileiros que ao mesmo tempo preservasse os interesses norte-americanos na economia brasileira – especialmente quanto a obter plena e pronta cobertura cambial para as transações comerciais e das grandes companhias norte-americanas no Brasil – e servissem como exemplo na cruzada liberal e multilateralista que Hull pretendia levar adiante. Nesse sentido, a articulação entre o Acordo Comercial Recíproco Brasil-Estados Unidos (especialmente nos seus dispositivos que asseguravam a cobertura cambial adequada para os negócios norte-americanos) baseado em cláusulas NMF (Nação Mais Favorecida) e as operações do Eximbank seria uma das vias exploradas pelo Departamento de Estado para harmonizar seus objetivos de curto e de longo prazo.

§3. O Acordo Comercial de 1935 e o Eximbank

Liberalismo e economia dirigida

Como pudemos perceber acima, uma das principais contradições das relações econômicas e políticas dos Estados Unidos com o Brasil nos primeiros anos do governo Roosevelt era aquela entre os interesses mais imediatos e os objetivos de mais longo prazo para a economia mundial. O plano compartilhado por Cordell Hull e outros setores nas classes dominantes norte-americanas defendia que a reconstrução econômica mundial se desse a partir da restauração do liberalismo e do multilateralismo nas relações entre os países – suspendendo, portanto, as medidas protecionistas e preferenciais em curso em boa parte das nações capitalistas naqueles anos. O papel do Brasil seria importante nessa estratégia de difusão do liberalismo comercial como exemplo para a assinatura de acordos com cláusulas NMF com outros países, em especial na América Latina. Porém, existiam claras contradições entre essa linha do Departamento de Estado e os setores capitalistas organizados em torno de associações como a *AmCham* e NFTC, mais favoráveis a soluções específicas e imediatas. É importante destacar que a principal insistência de capitalistas norte-americanos com negócios no Brasil era mais na questão *cambial* do que propriamente na questão *tarifária*. Contrariamente, o principal foco da legislação aprovada no anterior permitia ao Executivo entrar em negociações comerciais que implicassem em reajustes tarifários com outros países sem a necessidade de aprovação pelo Congresso (o *Reciprocal Trade Agreement Act, RTAA*), o principal objeto do Acordo Comercial Recíproco Brasil-Estados Unidos de 1935. Não à toa, ao longo das negociações, se procurou inserir também no texto do Acordo alguma cláusula referente à disponibilidade cambial, mesmo que o foco do *RTAA* fosse tarifário.

Assim como nos Estados Unidos, no interior das classes dominantes brasileiras e em meio aos seus agentes na sociedade política e civil não existia concordância quanto a qual linha de política econômica exterior se deveria adotar. Tais discordâncias ficariam explícitas, por exemplo, no interior do recém-criado Conselho Federal de Comércio Exterior, havendo tanto posições favoráveis à adoção de uma linha (muitas vezes associada à ideia de *economia dirigida*), quanto favoráveis à reconstrução e manutenção das praxes multilateralistas.

Como já apontado por Octavio Ianni em obra clássica sobre o planejamento econômico no Brasil, o Conselho Federal foi um dos primeiros órgãos do aparato estatal brasileiro a assumir mais claramente funções de planejamento na economia brasileira – mesmo que ainda de forma hesitante e irregular. Um questionamento importante levantado nessa obra é sobre a razão de tais funções de planejamento apresentaram-se pioneiramente no Brasil em um órgão

voltado para problemas relacionados a relações econômicas exteriores.

[...] não foi por mero acaso que o novo padrão de política econômica governamental (estudo, organização, coordenação, análise técnico-científica, decisão, execução) começou a ser posto em prática na esfera do comércio exterior. Para uma economia dependente como a brasileira de então (fundamentalmente economia primária exportadora, ou “semicolonial”, como disse Vargas) os problemas surgidos nas relações comerciais e financeiras externas eram os problemas principais. Por isso, foi a partir das atividades do Conselho Federal de Comércio Exterior que o governo construiu uma nova compreensão das condições e possibilidades emergentes na economia brasileira, como um subsistema do capitalismo mundial.²⁹⁵

Portanto, o Autor aponta para o caráter *dependente* do capitalismo brasileiro, fazendo com que os aspectos mais críticos do seu desenvolvimento se apresentassem aos atores de então como problemas causados pelos choques oriundos das relações econômicas exteriores do Brasil; ou seja, os efeitos da crise capitalista e da depressão dos anos 1930s manifestavam-se de forma mais aguda no setor externo da economia – crises de escassez cambial, queda na capacidade de importar artigos fundamentais para o funcionamento da economia, queda acentuadíssima nos valores (mais do que nas quantidades) das exportações brasileiras, etc. Outra dimensão desse problema que cremos ser importante levar em conta concerne aos conteúdos em disputa sobre a noção de *planejamento econômico*: nos anos iniciais de funcionamento do Conselho Federal de Comércio Exterior apresentava-se o campo bilateralista do Conselho principalmente sob o termo de *economia dirigida*, por destacar o papel do Estado na regulação das relações econômicas exteriores.

O CFCE foi criado²⁹⁶ também com o objetivo de acomodar os diferentes interesses que compunham a base política do governo Vargas no que diz respeito aos problemas do comércio e das relações econômicas exteriores. Do que foi possível examinar dos documentos iniciais produzidos pelo CFCE²⁹⁷, os primeiros problemas examinados pelo CFCE diziam respeito aos *problemas cambiais, atrasados comerciais, comércio de compensação*, entre outros. Foi sobre como lidar com esses problemas que se levantaram as polêmicas que opunham bilateralistas e multilateralistas.

Não existia um entendimento homogêneo do significado dessa economia dirigida²⁹⁸, variando bastante a ênfase neste ou naquele aspecto da economia; porém, pelo menos no

295 Octavio Ianni, *Estado e planejamento econômico no Brasil* (5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991), p. 40.

296 Decreto nº. 34.429, 1934.06.20. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24429-20-junho-1934-515178-publicacaooriginal-1-pe.html>>; acesso em: mar./2017.

297 A lata que deveria conter o *Processo no. 1* do CFCE, que, de acordo com o instrumento de pesquisa do *Arquivo Nacional* encontra-se sob a rubrica temática de “*Problema dos Congelados*” não foi localizada pela administração do Arquivo Nacional, impossibilitando o exame direto desses processos iniciais.

298 Durante a década de 1930s no Brasil muitos dos agentes brasileiros que se envolveram nesses debates estavam influenciados pela obra de Charles Bodin *Economia dirigida, economia científica*, sendo essa obra também referida pelos críticos às ideias de economia dirigida, conforme se verá à frente.

interior do CFCE, o que se apresentava como sendo um dos principais significados da economia dirigida era o papel de direção que o Estado deveria assumir sobre as relações econômicas exteriores. Portanto, o significado de economia dirigida também poderia ser o de adesão à política de comércio de compensação e de medidas especiais em termos de distribuição de câmbio. No interior do Conselho um dos mais explícitos defensores dessa visão era *João Maria de Lacerda*, que, além de Conselheiro no CFCE, era diretor da DNIC (Direção Nacional de Indústria e Comércio, órgão ligado ao Ministério da Fazenda).

De acordo com João Maria, o Brasil deveria entrar na era da *economia dirigida*, o que significava que o Brasil deveria adotar políticas comerciais que intervissem no sentido de estimular certos setores mais dinâmicos da economia. Nesse sentido, políticas bilaterais como o comércio de compensação não deveriam ser rejeitadas se de fato estimulassem as exportações em geral e de certos artigos que se julguem “estratégicos” – ou mesmo se facilitassem a aquisição no exterior de bens e insumos importantes para a produção nacional. Em relatório escrito com grande riqueza de dados sobre a evolução das exportações e importações brasileiras, João Maria de Lacerda conclui que o Estado deveria intervir diretamente nas relações econômicas exteriores para estimular as exportações (especialmente no sentido da diversificação), aliviar problemas de escassez cambial, etc. A essa política, que incluía desde facilidades na venda das cambiais originadas das exportações – ou seja, seriam vendidas a uma taxa mais alta do que a taxa oficial ou com uma proporção menor do montante total de cambiais vendidas que deveriam ser compradas pelo Banco do Brasil a uma taxa desfavorável –, arranjos bilaterais de comércio que favorecessem algum artigo sem colocação satisfatória sob os meios “tradicionais”, entre outras políticas, ele chamava de economia dirigida.²⁹⁹

299 Arquivo Nacional, Fundo “Conselho Nacional de Economia” (doravante AN/CNE), lata 164, Processo 207 | 801.1 (XIII – P.R. 15). “Plano de Propaganda e Expansão Comercial”, apresentado pelo Conselheiro João Maria de Lacerda ao CFCE em janeiro de 1935. Além de abertamente defender a economia dirigida, na seção do seu relatório apresentado ao CFCE sobre a produção *siderúrgica* de diferentes países, João Maria enfatiza com grande aprovação a experiência vivida na União Soviética nesse específico, que, sob os auspícios do Primeiro Plano Quinquenal, viu multiplicar a sua produção siderúrgica: “[...] só é notar o avanço espantoso da Rússia, que conquistou o 1º lugar na Europa e o 2º no mundo – com sua economia dirigida.” (*ibid.*, p. 80). A essa experiência João Maria de Lacerda chama igualmente de *economia dirigida*, como se percebe, que, pelo menos no que tange ao âmbito do estímulo à produção econômica e ao planejamento, a experiência soviética não deveria ser desprezada – obviamente, sem as conotações revolucionárias que deram origem àquele tipo de Estado. Importante destacar que em outro processo apreciado pelo CFCE tratou-se de possíveis acordos comerciais envolvendo o Brasil e a União Soviética, suscitado por contatos entre os agentes das companhias estatais de comércio exterior soviéticas (a *YUTORG*, responsável pelo comércio com a América do Sul) e possíveis exportadores brasileiros. Após volumoso levantamento de extratos de jornais, estudos, etc., sobre a União Soviética e suas relações econômicas exteriores, o parecer do Ministro das Relações Exteriores Macedo Soares, anexado ao processo, conclui que, no caso do Brasil, não se trataria de recuperar o comércio com a Rússia, já que ele sempre fora insignificante, mas de criá-lo de fato. A conclusão do Ministro foi pela rejeição da proposta dos soviéticos, no que foi seguido pela maioria dos votos dos outros conselheiros, especialmente pelos

A oposição a essa visão no interior do CFCE era protagonizada, entre outros, por Valentim Bouças, que então defendia a manutenção das praxes liberais calcadas no princípio NMF. Por exemplo, Bouças se opôs veementemente ao comércio de compensação com a Alemanha e medidas protecionistas e cambiais que obliterassem o comércio internacional. Esse tipo de “nacionalismo econômico”, segundo Bouças, dificultava a recuperação da economia internacional.³⁰⁰ Era favorável, portanto, a uma aproximação ainda maior com os Estados Unidos, que, naquele momento, eram os maiores críticos ao comércio de compensação. Porém, como fizemos menção acima, apesar dessa defesa no CFCE e em outros espaços para além das agências estatais das praxes liberais e multilaterais, quando de suas negociações com os Estados Unidos para resolver o problema dos saldos congelados em mil-réis, Bouças chegou a oferecer como opção um arranjo especial bilateral com Estados Unidos, garantindo cobertura cambial preferencial – o que contrariaria o princípio NMF, fato esse percebido e destacado pelos agentes do Departamento de Estado.

Esse debate se desenrolou para fora dos limites do CFCE; por exemplo, a *Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)*, nas páginas de seu boletim e de sua revista³⁰¹, também foi palco desse debate. Ao mesmo tempo em que publicava artigos favoráveis à *economia dirigida* – como o de João Maria de Lacerda³⁰² –, também publicava artigos dos seus mais ferrenhos opositores, como Mario de Andrade Ramos.³⁰³ Eugênio Gudim também publicou artigos críticos à economia dirigida e ao abandono do padrão-ouro.³⁰⁴ Porém, Mario de Andrade Ramos era naqueles anos um dos mais destacados apologetas dos princípios do liberalismo associado ao mais reacionário dos pensamentos políticos.

Mario de Andrade Ramos também era membro da então existente *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios (CEFEEM)*, agência esta que era o germe do que viria ser o *Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF)*, em 1937. Em ata de reunião de 1933³⁰⁵, Mario de Andrade Ramos faz a mais rasgada defesa dos princípios

riscos políticos envolvidos, pois entendiam que a ação desses agentes por aqui poderiam ser também no sentido de estimular atividades subversivas. Tal fato não se passou sem uma crítica explícita à política de Roosevelt de estimular seu comércio com a Rússia, classificando-a de “ingênua”. Cf. AN/CNE, lata 156, Processo 7 | 814.(42)(74). “Intercâmbio Comercial com a Rússia”. Segundo Hilton (1977) alguns produtores rurais de São Paulo e do Rio Grande do Sul demonstraram vigoroso interesse em arranjos comerciais com os russos (1977, p. 72).

300 AN-CNE, lata 158, Processo 57 [1934]; lata 164, Processo 214 [1935] | 842. 21 (72)(42).

301 Associação Comercial do Rio de Janeiro, *Boletim Semanal; Id., Revista Commercial do Brasil*.

302 *Revista Commercial do Brasil* (órgão oficial da Associação Commercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Commerciaes do Brasil). Anno XXXIII, Vol. 30, N.º. 176, agosto 1935, pp. 67-73.

303 *Revista Commercial do Brasil...*, N.º. 180, dezembro 1935, pp. 287-290.

304 *Revista Commercial do Brasil...*, N.º 171, Vol. 29, março 1935, p. 137; *Revista Commercial do Brasil...*, N.º 172, Vol. 29, abril 1935, p. 182; *Revista Commercial do Brasil...*, N.º 173, Vol. 29, maio 1935, p. 172.

305 Brasil. Ministério da Fazenda. Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios,

ortodoxos das relações monetárias e comerciais internacionais, o que então significava a defesa do padrão-ouro, da cláusula NMF nos acordos internacionais e o combate à assim chamada *economia dirigida*.

Os preços são cientificamente, diz Charles Bodin, os reguladores da vida econômica. A Economia Dirigida pretendeu subtrair às leis naturais que os regem e os sujeitos ao seu poder. Neste ponto embora por outros métodos e para um outro fim, a Economia Dirigida segue por tal forma uma direção análoga a do marxismo, que com ele poderia concluir uma aliança passageira.

O marxismo também fez seu ataque à Economia Científica, na teoria da determinação dos preços e por um inevitável corolário ao sistema monetário tradicional, isto é o sistema de *substratum* metálico.

[...] O Conselho Federal de Economia e Finanças seria pois também um órgão de compensação aos excessos dessa Economia Dirigida, que é arma do neocapitalismo de Estado, impaciente de resultados e que não quer considerar a ação do tempo e das leis econômicas naturais, na realização dos fenômenos econômicos e das liquidações financeiras.

[...] O esclarecido político e escritor Joséph de Maistre, o grande embaixador da França em S. Petersburgo, vindo a Paris em 1814, isto é, durante aquele período de sofrimento atroz e desordem moral e orgânica que a França suportava com ligeiras alternativas desde os dias tristes de 1789 e do terror, escreveu uma carta que tornou célebre (1º de dezembro de 1814) em que tratando dos malefícios internos após a Revolução e o primeiro Império exprimiu um pensamento idêntico com as palavras seguintes: “Haverá boas coisas a fazer neste país... Vinte homens bastariam... se estivessem de acordo...” Profunda filosofia do pensador cristão. Hoje, como outrora, a dificuldade em restaurar e construir na ordem pública e particular, reside menos no poder dos maus, que na impotência dos bons em se entender para propagar e defender a noção de bem.³⁰⁶

Mario de Andrade Ramos, como se nota, consegue realizar em suas ideias a firme articulação da aguerrida defesa dos princípios econômicos liberais com um dos mais acabados reacionarismos – o que se depreende de suas afirmações sobre o marxismo e suas citações ao conhecido pensador conservador e ferrenho crítico da Revolução Francesa Joséph de Maistre. O apego à então combatida pelos fatos ortodoxia liberal junto a um espírito explicitamente contrarrevolucionário parece ter sido compartilhado por outros membros do CEFEEEM, já que outros membros da Comissão de Estudos não raro aproveitavam a oportunidade para mencionar os supostos malefícios da *Revolução Russa* e de como o desemprego e a carestia econômica podiam tornar as massas suscetíveis à propaganda subversiva.³⁰⁷

Como se pode perceber, esse tema encontrava ressonância em diferentes espaços da sociedade política e da sociedade civil onde ocorriam debates entre os representantes das

Finanças do Brasil: Atas e Pareceres (agosto de 1933 a agosto de 1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Oficinas do Calabouço, 1934 (Volume VI). Disponível em: <<https://archive.org/details/financasdob1934minfaz6>>; acesso em: mar./2017. [doravante, *Finanças do Brasil*, v. 4 (1934)].

306 *Finanças do Brasil*, v. 4 (1934), p. 162. No contexto em que são proferidas essas afirmações debatia-se a criação de mais uma agência econômica, no caso, o Conselho Federal de Economia e Finanças, o que veio se concretizar apenas em 1937 com o nome de *Conselho Técnico de Economia e Finanças*.

307 *Finanças do Brasil*, v. 4 (1934), p. 263 e ss.

frações dominantes brasileiras de então. A ação daqueles agentes norte-americanos mais afinados com o Departamento de Estado seria justamente no sentido de debelar os defensores da economia dirigida no Brasil e fortalecer as posições os defensores das praxes NMF. Após a vitória da visão de Hull sobre a de Peek acerca das relações econômicas exteriores, a ação norte-americana difundiria a política liberal e do princípio NMF entre os diferentes países, e o Brasil era uma etapa importante nessa “cruzada liberal” contra o “nacionalismo econômico”. Assim, as operações financeiras com a economia brasileira através de instituições governamentais, como é o caso do Eximbank, em íntima afinidade com o Departamento de Estado, traziam o Brasil para o arco de países dispostos a reconstruir a economia internacional em bases multilaterais e, inicialmente, combatiam a influência alemã no Brasil na base do comércio de compensação. Para entender as primeiras operações do Eximbank com o Brasil é importante analisar os debates e tratativas em torno do *Acordo Comercial Recíproco Brasil-Estados Unidos* de 1935, já que nessas primeiras operações negociadas no âmbito das cláusulas do Acordo (assim como a partir de trocas de notas com o agora embaixador Oswaldo Aranha) os Estados Unidos tentavam garantir cobertura cambial suficiente para as suas operações correntes.

Negociações em torno do Acordo Comercial Recíproco Brasil-Estados Unidos

O Acordo Comercial que foi aprovado em fevereiro de 1935 em Washington vinha sendo negociado, mesmo que ainda em termos vagos, desde 1933³⁰⁸, ano em que Roosevelt iniciou o seu primeiro governo. Este era importante para a nova administração norte-americana não apenas do ponto de vista imediatamente econômico, mas também sob o aspecto *político*. A atitude hesitante da diplomacia norte-americana quando do movimento de 1930 que levava Vargas ao poder e da Revolta Constitucionalista de 1932 criou celeumas com alguns setores do governo Vargas, conforme mencionamos acima.³⁰⁹ O sucesso no estabelecimento de um

308 No *Arquivo Osvaldo Aranha* que se encontra no CPDOC, existem alguns primeiros rascunhos do acordo comercial em negociação datados de fins de 1933 (cf. OA t Brasil – EUA). Os documentos do *Departamento de Estado* também possuem indicações sobre o início dessas negociações desde 1933. United States Department of State, *Foreign relations of the United States: diplomatic papers, 1933. The American Republics...* (op. cit.); *Id.*, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1934. The American Republics...* (op. cit.); *Id.*, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1935. The American Republics...* (op. cit.); *passim*.

309 Sobre o tema dos interesses capitalistas estrangeiros no Brasil no que diz respeito à sua maior ou menor afinidade com o novo governo, cf. Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos...* (op. cit.); Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial...* (op. cit.); Sonia Mendonça, *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)* (Niterói: Eduff, 2010); Joseph Love, *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930* (São Paulo: Perspectiva, 1975), especialmente no que tange a alguns indícios de uma maior presença de empresas norte-americanas no Rio Grande do Sul (apesar deste Autor não achar que isto tenha sido determinante do ponto de vista político); *Id.*, *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982), para indicações sobre maior

acordo comercial com o Brasil também teria o significado de uma reaproximação política com o governo Vargas, de fundamental importância em um momento em que as tensões geopolíticas vinham crescendo e em que potências como a Alemanha e a Inglaterra lutavam para preservar e ampliar a sua influência sobre os outros países das Américas.³¹⁰

O outro significado político do Acordo Comercial de 1935, mesmo que do ponto de vista *político-econômico, i. e.*, do ponto de vista da política econômica adotada, era no sentido de trazer o Brasil para o campo dos países que buscariam inserir-se na economia mundial em uma base multilateral, portanto, abrindo mão de pretensos particularismos no que diz respeito à política econômica exterior. Como já mencionado, o Acordo Comercial de 1935 se deu sob os auspícios do *Reciprocal Trade Agreement Act*, aprovado pouco tempo após a criação do Eximbank. Em inícios de 1935 ainda estava vivo o conflito com aqueles que compartilhavam a visão do Senador George Peek, avessos ao comprometimento dos Estados Unidos em uma “Cruzada Liberal” em favor do relaxamento das barreiras nacionalistas dos outros países ao comércio internacional. Havia setores, por exemplo, pressionando para que os Estados Unidos realizassem um acordo de compensação com a Alemanha que pudesse “desencalhar” os excedentes de algodão que existiam naquele país em meados dos 1930s.

Esse episódio da tentativa de um ajuste comercial de compensação com importadores alemães se deu justamente no momento em que os agentes diplomáticos norte-americanos pressionavam o governo brasileiro para a célere aprovação no Congresso brasileiro do Acordo Comercial Recíproco – diferentemente dos Estados Unidos desde a aprovação do *RTAA*, ele precisava da aprovação do Legislativo brasileiro antes de entrar em vigor. Ou seja, para os interesses norte-americanos expressos na figura de Cordell Hull, o sucesso no estabelecimento do Acordo com o Brasil também teria o efeito de fortalecer a posição multilateralista dentro da própria disputa política interna nos Estados Unidos.³¹¹ Portanto, não era algo desimportante para os rumos gerais da política econômica exterior norte-americana os resultados dessa investida sobre o governo brasileiro no sentido de fortalecer os setores multilateralistas e/ou

presença de interesses ingleses e alemães até a década de 1930s em São Paulo, especialmente a partir da colocação em operação do esquema de valorização do café. Para mais detalhes sobre o início da política de valorização da política de valorização da café, cf.: Sonia Mendonça, “A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro” (Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1977).

310 Importante destacar que em 1935, além do Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos, também foi firmado pelo Ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares, o compromisso de apoiar *militarmente* os Estados Unidos em um eventual ataque das Forças Armadas do *Japão*, afirmando, além disso, a aprovação de Vargas a esse apoio. United States Department of State. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1935. The American Republics...* (op. cit.), pp. 387-388.

311 Stanley Hilton, *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939: os aspectos políticos da rivalidade comercial* (trad. de Carlos Nelson Coutinho e Stanley E. Hilton. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977); Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial...* (op. cit.).

pró-Estados Unidos e enfraquecer os setores bilateralistas e/ou pró-Alemanha e pró-Inglaterra, principalmente.

Desde sua assinatura em fevereiro de 1935 em Washington até a sua aprovação final no Brasil, houve um período de tramitação e de fervorosos debates opondo favoráveis e contrários ao Acordo. No início de 1935, o Ministro da Fazenda Arthur da Sousa Costa embarcou para uma missão econômica oficial cujo objetivo era discutir a delicada situação comercial e financeira do Brasil naqueles anos. A programação da Missão Sousa Costa tinha como principais destinos os Estados Unidos e a Inglaterra. Antes mesmo de sua chegada ao seu primeiro destino, os Estados Unidos, Sousa Costa recebia através de correspondências telegráficas informes sobre a repercussão de sua Missão e de seus possíveis resultados no Brasil. Pode-se depreender dessa documentação, ser do conhecimento de diversos órgãos de imprensa e setores políticos as tratativas em torno do Acordo Comercial de 1935, e como este era objeto de encarniçada polêmica – inclusive dentro do governo Vargas.³¹² Entre essas correspondências, existia uma que apontava os efeitos desastrosos sobre a indústria nacional de *rádios* da assinatura de Acordo que implicasse grandes reduções de tarifas – lembrando que a indústria nacional era a principal fornecedora para as “classes armadas”.³¹³ Outras mensagens, contrariamente, enfatizavam a importância de se estreitar os laços comerciais com os Estados Unidos, especialmente para evitar que o café pudesse ser taxado, deprimindo ainda mais a já comalida economia cafeeira.³¹⁴

312 Alguns aparentes aliados de Sousa Costa dentro do governo Vargas o mantinham informado sobre o desenrolar dos fatos políticos envolvendo os objetivos da Missão, sendo recorrente nessa correspondência a menção a notícias na imprensa que, entre outras coisas, envolviam as negociações do Acordo Comercial Recíproco com os Estados Unidos. CPDOC, *Arquivo Sousa Costa*, SC mf dg 1935.01.24; 28-29. Tais fatos parecem contrariar a afirmação de D’Araújo e Moura (“O Tratado Comercial Brasil-EUA e os interesses industriais brasileiros.” *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 21, Nº 1, pp-55-73, jan./mar., 1978) de que as negociações desse acordo se deram de forma encoberta à imprensa. Porém, nesse artigo de 1978 faz-se importante destaque para o fato de que nos debates foi em torno do Acordo Comercial Recíproco com os Estados Unidos a primeira vez em que as forças políticas paulistas posicionaram-se de forma divergente, ou seja, os industriais eram *contra* o Acordo Comercial e os cafeicultores *a favor*.

313 CPDOC, *Arquivo Sousa Costa*, SC mf dg 1935.01.29.

314 Entre essas correspondências, havia uma de um representante dos produtores de algodão do sul dos Estados Unidos que apresentou a Sousa Costa a proposta de realizar um programa de migração de *negros desempregados* das fazendas algodoeiras para algumas regiões do Brasil em que algumas dessas empresas tinham adquirido opções de compra de terrenos, já que essa medida sairia mais barata do que os gastos com a assistência aos desempregados do campo. Essa figura termina a sua carta afirmando, porém, que entenderia perfeitamente se o Brasil não tivesse interesse no programa de migração de negros. CPDOC, *Arquivo Sousa Costa*, SC mf dg 1935.01.1. Tal fato demonstra que não faltaram propostas de cunho extremamente segregacionistas e racistas para fazer face aos principais efeitos da Grande Depressão no campo estadunidense, em especial, o desemprego. Importante destacar que em reunião de Sousa Costa com a presença de Roosevelt, foi mencionado um possível acordo sobre o algodão que pudesse limitar a produção norte-americana e brasileira de forma coordenada, setor que se encontrava em superprodução nos Estados Unidos e em expansão no Brasil (especialmente através do estabelecimento de algodoais em terrenos outrora usados para a produção cafeeira. De acordo com Love (*A locomotiva...*, *op. cit.*) o programa de valorização do algodão implementado pelo governo Roosevelt teve efeitos estimulantes

Ao chegar nos Estados Unidos, a Missão Sousa Costa teve uma agenda de reuniões que transcendia os círculos governamentais, com vários encontros com setores empresariais norte-americanos. No que diz respeito ao Acordo Comercial, no âmbito das suas negociações também foi pautado o tema de possíveis empréstimos para o Brasil, especialmente para fazer face ao problema que mais afligia os exportadores norte-americanos, o tema dos *atrasados comerciais*. De nada valeria um acordo que relaxasse as tarifas permitindo maiores importações dos Estados Unidos se essas importações não pudessem ser pagas em tempo de não sofrer os efeitos de possíveis desvalorizações; a separação no tempo entre *compra* e *pagamento* expressava-se aqui em seus desdobramentos mais críticos.³¹⁵ A ideia era que se obtivesse algum empréstimo – fosse do Tesouro, do *RFC* ou do Eximbank – para possibilitar o desbloqueio do fluxo de pagamentos das importações brasileiras feitas nos Estados Unidos e evitar o congelamento das relações comerciais por falta de meios de pagamentos. Além disso, esses empréstimos poderiam ajudar a dobrar os setores mais reticentes dentro dos Estados Unidos a um acordo com o Brasil sem que fossem resolvidos os problemas dos atrasados comerciais. Primeiramente, aventou-se a possibilidade desses empréstimos poderem ser usados para a formação de um *banco central* no Brasil, possibilitando assim um instrumental que permitira o governo regular a política cambial no sentido de evitar esse tipo de escassez.

Apesar dessas negociações sobre os empréstimos governamentais norte-americanos só terem sido concluídos em fins de 1935 e inícios de 1936, já em fevereiro deste ano o Acordo Comercial Recíproco foi assinado em Washington. Após a assinatura do Acordo, Sousa Costa seguiu para a Inglaterra para tratar, principalmente, dos atrasados financeiros referentes à dívida externa brasileira.³¹⁶ Depois da assinatura do Acordo em Washington, o texto

sobre a produção no Brasil, já que os preços majorados do algodão no mercado internacional a partir desse programa tornariam a exportação de algodão no Brasil economicamente vantajosa. Vilella e Suzigan (*op. cit.*) sustentam que a expansão da produção de algodão no Brasil nos anos 1930s, especialmente em São Paulo, teve como importante determinante o avanço nas pesquisas levadas adiante por institutos paulistas no sentido de melhoramentos de espécies de algodão. Sonia Mendonça (*Agronomia e poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998) aponta os trabalhos da *ESALQ* também no sentido de obtenção de espécies de algodão de fibra mais longa, mais apreciados nos mercados internacionais. Seja como for, é importante destacar a importância antes dos anos 1930s do nordeste enquanto produtor de algodão, especialmente o estado da Paraíba. Ainda em 1935, a revista da *ACRJ* aponta a Paraíba como um dos principais produtores e exportadores de algodão em suas seções com dados econômicos correntes do Brasil. Em outra matéria a *ACRJ* destaca que o Brasil tem uma posição considerável na produção têxtil, ocupando, em número de fábricas, a sexta posição mundial naqueles anos. Sem entrar em detalhes sobre a produção algodoeira brasileira, mencionamos esses fatos apenas para demonstrar como as medidas econômicas norte-americanas para a produção rural tiveram consideráveis impactos também sobre a economia brasileira.

315 Para uma discussão sobre a importância da separação entre compra e pagamento – relacionado com a expressão do valor na *moeda* –, cf., Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume I, Tomo 1: o processo de produção do capital* (São Paulo: Abril Cultural, 1983).

316 Importante destacar que a impressão dos agentes ingleses do *Foreign Office* era a de que os interesses norte-americanos estavam sendo privilegiados nessas negociações; alguns desses agentes anunciavam que o palco estava armado para o “Tio Sam entrar em cena” – cf. Paiva Abreu, *O Brasil e a economia*

regulamentando os seus termos e cláusulas passaria por uma longa e polêmica tramitação nas duas casas legislativas brasileiras – lembrando que desde 1934 o Brasil tinha uma nova constituição e o Legislativo voltara a funcionar.

Em suas discussões no Legislativo, os principais opositores ao Acordo Comercial com os Estados Unidos eram em sua maioria expressões dos interesses industriais, como Euvaldo Lodi, Vicente Galliez, Roberto Simonsen³¹⁷, entre outros deputados. Lembrando que, de acordo com a Constituição de julho de 1934, fora estabelecido o instituto do deputado classista, sendo este o caso de Euvaldo Lodi, por exemplo, representando os empregadores industriais. Tendo em vista a bem-sucedida revisão das tarifas em 1934 – o que teria garantido uma maior proteção à produção industrial, reivindicação dos industriais de longa data –, os representantes dos empregadores das indústrias entendiam que se o Acordo com os Estados Unidos fosse colocado em prática, todos os avanços conseguidos com a revisão tarifária de 1934 seriam perdidos.³¹⁸ Apesar da maioria dos opositores ao Acordo não terem objeção por princípio ao estreitamento das relações econômicas com os Estados Unidos, eles achavam que outras formas de cooperação entre os dois países poderiam ser encontradas de maneira a evitar efeitos negativos sobre a indústria brasileira. Ao defenderem as políticas protecionistas, os representantes dos industriais diziam seguir o exemplo dos próprios Estados Unidos, que, ao longo de sua história utilizaram barreiras protecionistas para defender e expandir suas indústrias – inclusive, até bem recentemente, com o estabelecimento da tarifa Smoot-Hawley em 1930, que fora das maiores tarifas protecionistas da história dos Estados Unidos.³¹⁹

Ainda tomando o caso de Euvaldo Lodi, ele chegou a procurar agentes diplomáticos norte-americanos para informar que, apesar de ser um grande admirador da nação norte-americana e

mundial... (op. cit.). Esse mesmo Autor ressalta que, diferentemente dos agentes norte-americanos do *Department of State*, os ingleses privilegiaram os interesses *financeiros* (em sua maioria, ligados à dívida externa brasileira, o que remonta desde o início do Estado brasileiro e as indenizações pagas através de empréstimos levantados junto à casa dos Rothschilds) em detrimento dos seus interesses comerciais. No caso dos Estados Unidos, apesar de ser muito difícil a conferência desses dados, existem alguns indícios de que boa parte da dívida externa em dólares do Brasil se dava sob a forma de títulos em propriedade de pequenos investidores, alguns deles pensionistas, trabalhadores qualificados, entre outros setores intermediários que tinha a possibilidade de acumular algum tipo de poupança. Ao que parece muitos possuidores de pequenas poupanças dos Estados Unidos foram induzidos por bancos e agências financeiras adquirir títulos da dívida brasileira. Apesar dos interesses financeiros norte-americanos no Brasil se encontrarem numa crescente desde o período após a Primeira Guerra Mundial, os interesses comerciais ainda mobilizavam um montante de pagamentos consideravelmente superior naqueles em meados dos anos 1930s. Na verdade, os anos finais dos anos 1930s e os iniciais dos 1940s foi o período em que, além de consolidar e expandir a sua posição como exportador e importador com o Brasil, também atinge a liderança enquanto credor do Brasil.

317 Brasil, *Diário do Poder Legislativo – Estados Unidos do Brasil*, 1935. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>; mar./2017.

318 Para demais informações sobre a discussão em torno da revisão tarifária de 1934, cf.: Maria Antonieta Leopoldi, *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e Estado* (São Paulo: Paz e Terra, 2000).

319 Brasil, *Diário do Poder Legislativo – Estados Unidos do Brasil*, 1935.

de ver com bons olhos a aproximação política e econômica de ambos os países, não poderia votar favoravelmente ao Acordo pois teria efeitos extremamente deletérios sobre a produção industrial brasileira. Esse fato gerou grande inquietação nas autoridades norte-americanas, despertando a atenção para as peculiaridades do funcionamento da Câmara Legislativa brasileira sob a Carta de 1934 no que tange à existência dos deputados classistas.

Alguns dos principais apoiadores ao estabelecimento do Acordo eram, por exemplo, os cafeicultores que sucumbiam às ameaças dos agentes norte-americanos de que seriam estabelecidas taxações sobre o café – este produto entrava nos Estados Unidos sem pagar nenhuma taxa desde o séc. XIX.³²⁰ Também apoiavam o estabelecimento do Acordo aqueles históricos representantes dos interesses norte-americanos no Brasil, com destaque para Valentim Bouças – que, entre outras ocupações, foi representante da *IBM* no Brasil desde os tempos da Primeira República.³²¹

O CFCE também foi provocado a apreciar os termos do Acordo por conta de uma petição apresentado por representantes da *Nestlé*, pois segundo eles o texto do Acordo dava brechas para que o *leite em pó* pudesse entrar com tarifas rebaixasadas, o que prejudicaria fortemente a indústria de laticínios instalada no Brasil.³²² No registro do debate fica clara a veemente oposição ao Acordo e os prognósticos catastróficos sobre a economia brasileira no caso deste entrar em vigor. Apesar disso, o parecer do Conselho foi pelo arquivamento do processo e a orientação aos interessados de procurar o Congresso para fazer suas reivindicações, já que era esta a instância competente para tratar desse tema. É importante destacar que nos boletins da ACRJ também consta o tema das cláusulas do Acordo em discussão no que se refere ao leite em pó, indicando a posição da entidade no sentido de reivindicar ajustes nesse ponto do Acordo – mas não sua rejeição completa.³²³

320 Frente a pressões de alguns setores norte-americanos pelo estabelecimento de taxas sobre o café – ainda mais tendo em vista a política de valorização que acabava, em certa medida, pesando sobre o consumidor dos Estados Unidos –, o Departamento de Estado e Cordell Hull em especial afirmavam que, apesar das ameaças, não havia interesse em taxar o café brasileiro, não por algum espírito benévolo para com os brasileiros, mas porque o estabelecimento dessa taxa só teria como resultado o encarecimento do café para o consumidor norte-americano, não a diminuição das suas vendas para os Estados Unidos. Essa fato se dava por conta da inelasticidade da demanda do café, fazendo com que esta não respondesse de forma linear às variações de preço. Cf. Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial...* (op. cit.); United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1935. The American Republics...* (op. cit.). As insatisfações que poderiam advir do aumento nos preços de um item tão básico no consumo do povo trabalhador norte-americano – inclusive sendo importante na “invenção” da identidade nacional norte-americana, em oposição aos ex-colonizadores ingleses – famosos por serem bebedores de chá – geraria tensões sociais ainda mais graves naqueles anos de depressão em que os níveis de desemprego eram altíssimos e os níveis de bem-estar baixos.

321 Valentim Bouças era tido como um importante apoiador dos interesses norte-americanos no Brasil pelos seus próprios agentes no Departamento de Estado e um grande aliado na luta pela aprovação do Acordo. Cf.: *Ibid.*

322 AN-CNE, lata 164, Processo 210 | 843.11 (42)(22).

323 ACRJ, *Revista Commercial do Brasil* (órgão oficial da Associação Commercial do Rio de Janeiro e da

Os debates no Congresso prolongaram-se ao longo do ano de 1935, trazendo com que grande inquietação para os agentes norte-americanos – pressionados por interesses dentro dos próprios Estados Unidos favoráveis ao exercício de uma pressão ainda maior sobre o Brasil para que fosse estabelecido o Acordo. Alguns desses interesses sustentavam, inclusive, que nenhum Acordo deveria ser estabelecido com o Brasil até que os atrasados comerciais fossem resolvidos. O acordo que os agentes do Departamento de Estado conseguiram com esses setores foi no sentido de incluir nos seus termos cláusulas que garantissem facilidades ao acesso a cambiais para os exportadores norte-americanos para o Brasil.³²⁴

Para quebrar as últimas resistências no Congresso à aprovação do Acordo, os agentes do Departamento de Estado intercederam junto a Vargas para que este tivesse uma ação mais enérgica no sentido de garantir a aprovação do Acordo. Sendo assim, Vargas procura os opositores à aprovação do Acordo – em especial, Euvaldo Lodi – e afirmou que, no caso da manutenção da oposição à aprovação do Acordo, ele declararia publicamente o seu rompimento com eles. Apenas após essa pressão é que o Acordo conseguiu a sua aprovação pelas Comissões e pelo Plenário da Câmara, pelo Senado e, finalmente, foi assinado pela Presidência em fins de 1935.³²⁵

Com a aprovação do Acordo em fins de 1935, em 1936 foram feitos os últimos arranjos para a disponibilização dos recursos para resgatar os atrasados comerciais, como contrapartida à inclusão das cláusulas mencionadas referentes a facilidades no acesso a cambiais para efetuar os pagamentos das importações brasileiras feitas nos Estados Unidos. A forma que tomou a disponibilização desses recursos foi a seguinte: o Banco do Brasil emitiria cupons referentes ao montante total dos atrasados comerciais que aguardavam por disponibilidade de

Federação das Associações Comerciais do Brasil). Anno XXXIII, janeiro-agosto de 1935.

324 Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial...* (op. cit.); United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1935. The American Republics...* (op. cit.); Id., *Foreign Relations of the United States. Diplomatic papers, 1936 Volume V (The American Republics)* (Washington: Government Printing Office, 1954).

325 Sobre os temores em um eventual rompimento com Vargas, é importante registrar que o mesmo Lodi, em carta enviada a Vargas em janeiro de 1935 desmente rumores de que ele fosse portador de “ideologias extremistas” o que, nesse caso, possível se referia ao comunismo. Afirma que sempre fora leal a Vargas e que o seu empenho na defesa da indústria nacional não poderia ser confundido com comunismo. Como prova de sua lealdade, Lodi lembra que já manifestara o seu apoio ao “projeto de segurança nacional”, referindo-se a *Lei de Segurança Nacional (LSN)*, aprovada pelo Congresso pouco tempo depois do lançamento da *Aliança Nacional Libertadora (ANL)* – que representava a tentativa de materializar a política de frente antifascista e anti-imperialista no Brasil – política esta a diretriz da Internacional Comunista desde aquele ano (CPDOC, *Arquivo Getúlio Vargas*, GV c1935.01.22/1). A aprovação dessa lei e o recrudescimento da repressão após o fechamento da ANL e do Levante nesse mesmo ano (pejorativamente conhecido como “Intentona Comunista”) parece ter tido algum efeito no “convencimento” dos setores que resistiam à aprovação do Acordo, já que, mesmo muito longe de ser ou ter algum envolvimento com comunistas, um rompimento público com Vargas poderia levá-los a se tornar alvo da repressão que então vinha em um crescendo – culminando com o estabelecimento da ditadura do *Estado Novo* em 1937.

câmbio até aquela data, isso sob uma determinada taxa de juros; esses cupons seriam dados como pagamento aos exportadores norte-americanos que aguardavam pagamento; por fim, esses cupons seriam descontados pelo Eximbank, disponibilizando imediatamente o pagamento em dólares aos exportadores norte-americanos. O total de atrasados descontado sob esse esquema com recursos do Eximbank foi de cerca de 27 milhões de dólares.³²⁶ Como se percebe, portanto, as mais importantes operações do Eximbank com o Brasil em seus anos iniciais foram no sentido de combater o problema dos congelados cambiais norte-americanos – problema, aliás, recorrente também em outros países – e criar os meios práticos e políticos para o estabelecimento de acordos comerciais sob bases liberais, *i. e.*, a partir da cláusula NMF.

Apesar da vitória dos agentes norte-americanos com a aprovação do Acordo, a luta continuaria no sentido de combater o comércio de compensação que o Brasil continuou a praticar com a Alemanha até o início da Segunda Guerra Mundial. Apenas a partir de 1937 – ano em que, além de ter sido estabelecido o Estado Novo, também aconteceu nova regressão dos índices econômicos estadunidenses, a chamada “Depressão de Roosevelt” – haveria nova inflexão na política econômica exterior dos Estados Unidos, iniciando um movimento de abertura a propostas para que estes apoiassem programas de *desenvolvimento econômico*, com claros rebatimentos sobre a política de empréstimos do Eximbank, sendo o crédito para a construção da CSN o mais significativo dessa inflexão.

Esses anos iniciais das operações do Eximbank com a economia capitalista brasileira marcados pelo contexto das negociações em torno do estabelecimento do Acordo Comercial Recíproco deixam claro que o processo posterior – especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial – de associação de interesses capitalistas brasileiros e norte-americanos não foi um processo linear e automático, mas sim marcado por indas e vindas, conflitos, alianças, acomodações, etc. Ou seja, não estava isento da dinâmica das lutas de classes e entre as suas frações. A construção da política de alinhamento com os Estados Unidos foi marcada nos momentos iniciais por esses conflitos entre forças sociais internas e também por conflitos inter-imperialistas; apenas com o início do conflito mundial e, posteriormente, a entrada do Brasil ao lado dos Aliados na guerra é que os Estados Unidos passaram a ter uma confortável supremacia econômica e política sobre o Brasil – e também intelectual, sendo a *Missão Cooke*, em 1942, um importante exemplo da influência norte-americana sobre a elaboração de planos de desenvolvimento capitalista brasileiro. A partir desse período a *americanização* do Brasil e o desenvolvimento da sua *revolução passiva* inaugura um novo capítulo

326 Cf. Cap. 2.

determinante.

O Eximbank e o problema dos congelados

Como observamos, desde 1934 era discutida a possibilidade do Eximbank ser mobilizado na tentativa de resolver os problemas das contas congeladas em mil-réis à espera de cobertura cambial para serem liquidadas e remetidas ao exterior; porém, no ano de 1935, no contexto da assinatura e tramitação no Brasil do Acordo Comercial Recíproco, finalmente se chegou a uma fórmula possível de ação do Banco para resolver esse problema. Afinal, de pouco valeria um Acordo centrado em reduções recíprocas de tarifas se as importações brasileiras dos Estados Unidos continuassem a sofrer de longos atrasos em seus pagamentos em dólares enquanto os congelados em mil-réis continuavam se acumulando. Nesse sentido, aproveitou-se a ocasião das negociações do Acordo com o Brasil para inserir cláusulas referentes aos atrasados comerciais – principal fonte das contas congeladas, que também contavam com uma parcela significativa de lucros realizados no Brasil à espera de divisas para serem remetidas aos Estados Unidos. Porém, conforme veremos, mesmo com o acerto de que o Eximbank atuaria para aliviar a situação dos congelados – acerto esse que *não* constava explicitamente no texto do Acordo, apesar de ter feito parte do conjunto das negociações –, a operação prática do Eximbank nesse caso não se faria sem contradições, boa parte delas emanadas de diferentes interesses norte-americanos no Brasil não facilmente harmonizáveis entre si.

As dificuldades em harmonizar esses interesses norte-americanos residia principalmente no fato de que havia mais demanda por divisas do que a sua disponibilidade na economia brasileira, disputando escassas divisas, principalmente: (1) os exportadores norte-americanos para o Brasil; (2) as companhias instaladas no país para a remessa de lucros e dividendos – assim como transferências de capital; (3) os portadores de títulos da dívida pública brasileira (municipal, estadual e federal). Essa competição pelas divisas da economia brasileira se tornariam ainda mais agudas em 1935, ano em que o saldo do balanço comercial brasileiro sofre uma significativa redução.³²⁷ Tais disputas são um ótimo exemplo da dinâmica exposta por Marx envolvendo as mútuas relações entre os diversos setores capitalistas no que diz respeito à distribuição da mais-valia entre os diversos capitais: quando os negócios vão bem (no caso brasileiro desses anos, quando existe disponibilidade de dinheiro mundial), toda a classe capitalista forma como que uma irmandade prática à explorar a classe trabalhadora;

327 Sobre as discussões sobre as causas dessa redução no balanço comercial brasileiro em inícios de 1935, cf. Conselho Federal de Comércio Exterior, *Os dois ciclos econômicos da República e o seu comércio exterior*: Parecer emitido pelo Consultor Técnico Valentim Bouças na sessão de 7 de outubro de 1935 (Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph. C. Mendes Junior, 1935) [“Relatório Bouças”, 1935].

quando os negócios estão em baixa (no caso brasileiro, quando existe grande escassez de divisas), cada um buscará situar-se o melhor possível para obter as divisas na parca oferta brasileira para suas transações, jogando nas costas dos outros capitais o ônus decorrente da falta de divisas.³²⁸

Desde fins de 1934 havia o temor por parte dos agentes norte-americanos de que o Brasil pudesse suspender os pagamentos da dívida externa – já significativamente reduzidos no âmbito do assim chamado “esquema Aranha”.³²⁹ De fato, existiam setores do governo brasileiro, como Souza Dantas (Banco do Brasil), que eram favoráveis à suspensão dos pagamentos da dívida externa brasileira, privilegiando os pagamentos das importações e a liquidação dos congelados. Por outro lado, Aranha (Ministério das Relações Exteriores) não só era favorável à manutenção dos pagamentos da dívida no âmbito do esquema que levava o seu nome como pareceu surpreso às autoridades norte-americanas quando foi informado que os cupons referente às parcelas de janeiro estavam com os pagamentos atrasados.³³⁰ Da parte do Departamento de Estado, a maior preocupação era de que a suspensão desses pagamentos pudessem influenciar as negociações em curso sobre o Acordo Comercial Recíproco. Importante destacar que se por um lado o NFTC exercia pressão em favor dos exportadores norte-americanos, preocupando-se principalmente com a questão dos atrasados comerciais, há pouco tempo fora criado o *Foreign Bondholders Protective Council (FBPC)*, responsável por representar os interesses dos portadores dos títulos da dívida externa brasileira em dólares – sendo que o FBPC telegrafara ao Ministro da Fazenda expressando a esperança de que poderia anunciar aos portadores de títulos da dívida brasileira, com anuência do governo e do Ministro, que os pagamentos referentes a janeiro seriam em breve efetuados.

A queda do saldo comercial brasileiro em 1935 com certeza foi um dos principais motivos para se aventar a suspensão desses pagamentos; porém, ajudou a agravar essa situação um relativo relaxamento dos controles cambiais que resultaram numa grande massa de remessas efetuadas por companhias estrangeiras instaladas no Brasil. Em termos confidenciais, Hull informou ao encarregado do Departamento no Brasil (*Chargé*), Gordon, que após conversas com Aranha em Washington teve a impressão de que tais relaxamentos no controle cambial brasileiro teriam levado a remessa de grandes somas nos últimos meses realizadas por firmas instaladas no Brasil (cerca de £14 milhões), dando como exemplo firmas de utilidades públicas de propriedade canadense (“*Canadian owned public utilities*”), ou seja, a bem conhecida na

328 Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo I: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

329 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1935. The American Republics...* (*op. cit.*), pp. 321-323.

330 Hull para Gordon, 04.01.1935 (1 p.m.) – *ibid.*, pp. 323-324.

história econômica brasileira *Light* (só a *Light*, cerca de £4 milhões).³³¹ O encarregado Gordon, seguindo orientações do Secretário Hull, procurou o Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, Souza Dantas, no sentido de obter mais informações sobre a queda na oferta de divisas, questionando se remessas de firmas estrangeiras recentemente efetuadas poderiam ter agravado a situação cambial. Souza Dantas não só negou que tais remessas teriam prejudicado a disponibilidade de divisas como afirmou que a queda nos embarques de café nos últimos meses fora o principal motivo da redução na oferta de divisas. Aproveitou Dantas para informar a Gordon que no âmbito do esquema Aranha em janeiro já teriam ocorrido pagamentos que montavam em aproximadamente £706 mil, US\$1 milhão, 1.1 milhões de franco-papel e 70 mil florins, somando o total em cerca de £930 mil; além dessas remessas referentes à dívida externa, Dantas lembrava que também foram efetuados pagamentos de cerca de £100 mil referentes ao acordo dos fundos congelados de junho de 1933.³³²

Apesar do atraso, os pagamentos referentes ao início de janeiro foram efetuados ainda naquele mês; porém, as preocupações do Departamento de Estado permaneciam e Gordon externalizou essas preocupações a Dantas. Mesmo que inicialmente Dantas não tivesse afirmado que o governo iria suspender o pagamento da dívida externa – até porque estava agendada uma reunião com altos membros do governo para tratar do assunto –, o Diretor do Banco do Brasil francamente revelou sua opinião ao *Chargé* Gordon de que seria impossível ao governo brasileiro continuar efetuando os pagamentos agendados no esquema Aranha sem reduzir o montante de divisas destinadas às importações e à liquidação dos congelados – deixando claro que era contra que se efetuasse tais reduções, quase que diretamente afirmando ser favorável à suspensão ou maior redução no pagamento da dívida externa. Ainda nessa ocasião, Dantas comunicou que banqueiros de Nova York e os Rothschilds ofereceram empréstimos para fazer frente aos problemas de falta de divisas, mas que ele recusou tais empréstimos por acreditar que essa seria uma falsa maneira de se lidar com essa questão.³³³

Como se percebe, apesar de Souza Dantas quando de sua nomeação para a Diretoria da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil ter sido muito elogiado pelas autoridades e agentes privados norte-americanos (haja vista os elogios rendidos a ele por John Williams no ano anterior, conforme vimos), frente ao agravamento da escassez de divisas a sua posição com relação ao pagamento da dívida externa passa a se chocar com a defesa do Departamento de

331 Hull para Gordon, 04.01.1935 (5 p.m.) – *ibid.*, p. 324.

332 Gordon para Hull, 05.01.1935 (1 p.m.) – *ibid.*, p. 325.

333 Gordon para Hull, 05.01.1935 (6 p.m.) – *ibid.*, pp. 325-326.

Estado pela continuidade do pagamento desses débitos.³³⁴ No interior do governo, a principal oposição à suspensão dos pagamentos era do Ministro das Relações Exteriores, que tinha o entendimento de que as dificuldades cambiais eram passageiras e que não valeria a pena prejudicar o crédito brasileiro nas praças internacionais por conta de uma situação transitória; o máximo que o Ministro poderia concordar era com um adiamento, e por pouco tempo, do pagamento das parcelas da dívida externa. A posição de Vargas e de Souza Costa ainda não estava clara naquele momento; de toda maneira, para demonstrar a boa-fé do governo em resolver a situação, comunica Gordon ao Secretário de Estado, ficou acertado que o Ministro Souza Costa iria pessoalmente à Washington e a Londres para tratar dos problemas cambiais brasileiros. Com a definição posterior de que o governo continuaria efetuando os pagamentos das parcelas da dívida externa, Souza Dantas apresenta o seu pedido de exoneração.³³⁵ É o segundo Diretor de Câmbio do Banco do Brasil que pede exoneração em menos de dois anos, o que demonstra a gravidade das dificuldades políticas que a situação cambial acabava trazendo para o interior do governo.

A delicada situação cambial, que cada vez mais estava transbordando para uma também delicada situação política, fez com que os agentes do Departamento de Estado ficassem ainda mais atentos para a posição dos números cambiais brasileiros, inclusive recorrendo às filiais do National City Bank (o único banco comercial norte-americano em atividade no Brasil) para obter informações mais detalhadas. Gordon afirma que em dezembro de 1934 as contas congeladas no Brasil chegavam ao total de cerca de US\$20,8 milhões, sendo que no mês anterior esse total era de US\$22,6 milhões. O que deixava mais preocupado o *Chargé* no Brasil era a falta de clareza sobre qual era a linha do governo no que toca as questões cambiais. De acordo com Gordon,

[...] a situação financeira tem sido tão nervosa e a inabilidade governamental de decidir sobre um claro e definido programa tão marcante que declarações de intenções provaram ser as mais efêmeras e devem ser recebidas com grande reserva, sendo os desdobramentos do dia a dia tudo com o que se pode lidar.³³⁶

Ainda nessa correspondência, Gordon informa que Vargas foi ganho para visão de que o esquema de controle cambial então vigente – o que implicava em manter a cota de câmbio para o serviço da dívida externa – não deveria ser alterado. Porém como se depreende da afirmação anterior, o encarregado não acreditava que essa posição de Vargas se manteria

334 Importante lembrar que Souza Dantas era ligado à Ação Integralista Brasileira (AIB), chegando, inclusive a integrar o órgão máximo daquele movimento, a Câmara dos Quarenta. Cf. CPDOC, “Biografias”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/marcos_de_sousa_dantas>; acesso em: mar./2017.

335 Gordon para Hull, 07.01.1935 – *ibid.*, pp. 329-327.

336 Gordon para Hull, 09.01.1935 – *ibid.*, p. 328. (tradução livre)

indefinidamente.

A assim chamada Missão Souza Costa partiu ainda em janeiro do Rio, sendo composta, além do Ministro da Fazenda Souza Costa, por Sebastião Sampaio (chefe do setor comercial do Ministério das Relações Exteriores e membro do CFCE), por Souza Dantas (apesar de não mais ser o diretor de câmbio do Banco do Brasil) e Paulo Frederico de Magalhães (funcionário do Ministério da Fazenda).³³⁷ Pouco tempo depois da partida da Missão, a distribuição de câmbio à taxa oficial aos bancos foi suspensa com a promessa, porém, que a cota de cada banco seria mantida. Gordon chegou a questionar o novo diretor de câmbio do Banco do Brasil se seriam verdadeiros os rumores de que a suspensão da distribuição das cotas era decorrência das remessas ocorridas dias antes de cerca de £324 mil para o pagamento de parcelas da dívida externa, conforme previsto no esquema Aranha – no que o diretor do Banco do Brasil negou.³³⁸ Como se percebe, era corrente entre os interesses com negócios no Brasil a sensação de que cobertura cambial não era suficiente para todas as necessidades em moeda conversível da economia brasileira, gerando desconfianças que alguns pagamentos estariam sendo realizados em detrimentos de outros nesses momentos de aperto cambial.

No dia 24 de janeiro a comitiva liderada por Souza Costa chegou a Washington. Na manhã do dia seguinte Souza Costa se encontrou com o Secretário de Estado, ocasião em que apresentou as linhas gerais de sua posição sobre os problemas cambiais brasileiros. Costa afirmou que o Brasil não poderia seguir cumprindo plenamente os seus compromissos em moeda estrangeira; o seu plano era continuar pagando plenamente a dívida externa nos termos do esquema Aranha, obter crédito para liquidar as contas congeladas e, então, suspender os controles cambiais – sendo que a necessidade do crédito para os congelados seria para evitar uma brusca depreciação do mil-réis quando da suspensão dos controles cambiais, preocupação essa já externalizada anteriormente. Costa sabia que no imediato esse plano favoreceria mais os interesses financeiros britânicos, detentores das maiores parcelas da dívida externa brasileira, do que os interesses comerciais norte-americanos; porém, acreditava que no longo prazo essa seria a melhor solução tanto para os interesses norte-americanos quanto para os interesses brasileiros.³³⁹

No dia 29 de janeiro ocorreu a reunião dos representantes brasileiros da Missão Souza Costa e dos representantes norte-americanos para tratar dos problemas cambiais e financeiros envolvendo os dois países – no caso, com os assim chamados representantes técnicos, sem a

337 Aranha para Hull, 14.01.1935 – *ibid.*, p. 330.

338 Gordon para Hull, 15.01.1935 – *ibid.*, pp. 330-331.

339 Hull para Gordon, 28.01.1935 – *ibid.*, pp. 333-334.

presença, por exemplo, de Aranha e Souza Costa. O objetivo da reunião era chegar a um entendimento nesses temas com o objetivo de subsidiar as discussões sobre o Acordo Comercial Recíproco entre as duas nações no que toca as questões cambiais e financeiras. Uma das questões levantadas pelos representantes norte-americanos³⁴⁰ foi acerca das garantias mínimas em termos de política financeira e cambial consideradas adequadas pelo governo norte-americano como parte do Acordo Comercial Recíproco que estava sendo concluído entre ambos os governos. Na visão dos agentes norte-americanos, um dos requisitos para essas garantias seria a inclusão no texto do acordo de uma cláusula que garantisse tratamento NMF aos interesses norte-americanos também em matéria de cobertura cambial – o que já havia sido acordado pela parte brasileira. Outra garantia requerida era uma reiteração do compromisso de que os pagamentos previstos no esquema Aranha seriam mantidos. Uma outra importante requisição por parte do governo norte-americano foi que, tendo em vista a situação econômica mundial em que muitos países vinham adotando o bloqueio de divisas, operações de *clearing* e de compensação, que o Brasil, nesse caso, reservasse um mínimo de divisas para efetuar suas transações com os Estados Unidos (mesmo sem querer apresentar um número fechado, foi sugerido algo em torno de 30% do total da cobertura cambial, e no caso de se abarcar também uma reserva para a liquidação das contas congeladas, esse total poderia ser algo em torno de 33% – sendo que a maior preocupação dos norte-americanos não era tanto se tal cobertura deveria vir do mercado oficial ou livre, mas sim que esta cobertura estivesse disponível prontamente). Outro ponto importante foi a requisição de que as remessas das empresas norte-americanas instaladas no Brasil recebesse o mesmo tratamento que as de outros países – sendo esse ponto considerado de grande importância pelos agentes norte-americanos, tendo em vista que em 1934 tais remessas somaram cerca de £15 milhões. Por fim, no que se refere a esse tema, os norte-americanos requisitaram que fosse estabelecido uma base de informação entre o FRBNY e o Banco do Brasil para que se pudesse conferir o real tratamento que se estava dispensando aos interesses norte-americanos.

Outro tema que animou essa discussão foi o referente aos procedimentos necessários para que fosse dada uma solução geral para o problema dos controles cambiais – lembrando que Williams, quando de sua visita ao Brasil, apresentou como possibilidades nesse tema soluções especiais e soluções gerais, manifestando a sua predileção por esse último tipo de solução, mais afim com a linha seguida pelo Departamento de Estado. Por sua vez, os agentes brasileiros apresentaram dois tipos de soluções gerais para o tema: (1) um plano para suspender imediatamente os controles cambiais; (2) um plano para relaxar esses controles de

340 No caso, Feis, Wilson e John Williams.

forma gradual, através de estágios definidos.

No caso do primeiro tipo de solução geral uma porcentagem das exportações de café (algo em torno de 20%) deveria ser reservada para os pagamentos nos termos do esquema Aranha e do acordo dos congelados de junho de 1933 sob uma taxa fixa assim como para pagamentos de eventuais novos créditos levantados com o objetivo de liquidar novos atrasados comerciais. Todas as demais necessidades cambiais deveriam ser atendidas através do mercado livre de câmbio. Esse tipo de solução geral parecia ser a preferida por Souza Dantas, mas ele também apresentou a preocupação de que uma brusca suspensão dos controles cambiais poderia redundar em uma depreciação do mil-réis, a queda no preço do café e o encarecimento geral das importações – o que, na visão de Dantas, teria sérias repercussões sociais e políticas. No sentido de prevenir esse tipo de consequência, Dantas sugeriu que fossem reduzidas as remessas privadas, que teriam sido as principais causadoras do colapso do sistema de controle de câmbio. Os agentes do Departamento de Estado concordaram com Dantas que uma redução nas remessas privadas deveria ser efetuada para que a suspensão dos controles cambiais fosse bem-sucedida.

No segundo tipo de solução geral, ou seja, na suspensão gradual dos controles cambiais, a ideia era manter cerca de 60% da cobertura cambial sob o sistema de controle e os 40% restantes destinados para o mercado livre e ir gradualmente aumentando a porcentagem do câmbio no mercado livre. Para esse plano funcionar, deveria haver uma redução das remessas privadas, uma interrupção na acumulação de atrasados comerciais e uma gradual depreciação do mil-réis. Na visão dos agentes norte-americanos, a redução das remessas privadas seria a principal garantia de que não ocorreriam mais acúmulos de atrasados comerciais e que não haveria uma brusca depreciação do mil-réis. Todavia, uma depreciação seria necessária para evitar a expansão indevida de importações assim como estimular as exportações brasileiras.

Em ambos os tipos de soluções gerais apontadas, estava previsto a concessão de algum crédito para efetuar a liquidação dos congelados que ainda permaneciam em contas no Banco do Brasil. Era recomendável que os credores brasileiros tivessem alguma voz na discussão sobre os detalhes do plano – sendo, porém, da parte brasileira toda a responsabilidade acerca da sua implementação, reservando-se os Estados Unidos o direito de denunciar o acordo no caso do plano de suspensão dos controles cambiais falharem, cabendo ações unilaterais para garantir os interesses norte-americanos.

Os agentes norte-americanos deixaram claro que estavam cientes de que havia riscos na adoção desse plano, especialmente no que diz respeito à desvalorização cambial forçar o Brasil entrar em acordos de compensação com outros países – o que diminuiria os custos em

moeda para efetuar as importações. Porém, o governo norte-americano estaria disposto a correr esses riscos para ajudar o Brasil a superar os seus problemas cambiais em uma linha liberal.³⁴¹

Como mencionamos acima, essa reunião teve como objetivo preparar os termos do Acordo Comercial referente a questões cambiais e financeiras – sendo o Acordo definitivamente assinado em 2 de fevereiro. No texto do Acordo o artigo VI era o que definia tratamento NMF aos norte-americanos também em matéria de cobertura cambial, não apenas em questão tarifária – o que era de suma importância na conjuntura dos anos 1930s, em que grande parte das economias passavam por problemas cambiais, dialeticamente, causa e corolário do colapso do padrão-ouro (ou melhor, do padrão divisa-ouro, que buscou-se estabelecer após a Primeira Guerra), já que de nada valeria a diminuição de tarifas alfandegárias se os pagamentos em moeda conversível encontrassem bloqueios. Porém, os agentes norte-americanos procuraram detalhar um pouco mais o artigo VI do Acordo através de troca de notas com o embaixador Aranha, o que se tornará fonte de grandes controvérsias tempos depois, já que parte dos agentes brasileiros aceitavam o artigo VI mas não reconheciam como válida a troca de notas com Aranha.

A nota enviada por Aranha ao Secretário de Estado tinha explicitamente como objetivo, aclarar os termos do artigo VI. A interpretação dada ao referido artigo seria o seguinte: (i) enquanto estiver em vigor o controle cambial, o Banco do Brasil forneceria cobertura cambial para as importações brasileiras nos Estados Unidos assim como para efetuar a liquidação dos atrasados comerciais, sendo esse montante calculado em cima da porcentagem das mercadorias norte-americanas no total das importações brasileiras tomando por base os últimos dez anos com um pequeno acréscimo para dar conta de futuras expansões esperadas a partir dos efeitos do a Acordo; (ii) as transferências de lucros e dividendos das companhias instaladas no Brasil receberiam tratamento igual ao recebido por outros países, mais não podendo ser garantido até que a situação cambial se estabilizasse; (iii) o governo brasileiro sugeria uma cooperação entre o Banco do Brasil e o FRBNY no que diz respeito à troca de informações e dados que permitissem o conhecimento da real situação da disponibilidade e distribuição de câmbio entre ambos os países; (iv) no caso de se concretizarem os empréstimos em negociação, o governo brasileiro se comprometeria a fornecer o câmbio para o pagamento de suas parcelas assim como para o pagamento das somas acordadas no plano firmado em 5 de fevereiro de 1934 para o pagamento da dívida externa³⁴² (*id est*, o esquema

341 Memorando de Acordo com os Representantes Brasileiros, 30.01.1935 – *ibid.*, pp. 334-339.

342 Aranha para Hull, 02.02.1935– *ibid.*, pp. 340-341.

Aranha).

É notável essa estratégia do governo norte-americano de firmar um Acordo Comercial e suplementá-lo com uma troca de notas, sendo que o texto do Acordo era de conhecimento público muito mais difundido que a troca de notas; assim, a reserva preferencial de cobertura para as transações norte-americanas seria garantida através de dispositivos, se não secretos, com certeza menos claros – possivelmente como uma estratégia de evitar as críticas de que, apesar da defesa do multilateralismo e das práticas comerciais liberais, na prática, o Departamento de Estado estaria pressionando pela implementação de preferências nesse tocante. Afinal, em um contexto de graves e recorrentes crises de escassez cambial, o compromisso em fornecer cobertura suficiente para as necessidades norte-americanas implicava, na prática, em subtrair a outras nações a cobertura para suas respectivas transações. Porém, como dissemos, essa contradição foi explorada por boa parte dos membros do governo Vargas, fazendo com que os próprios agentes norte-americanos admitissem que pelo texto do Acordo o governo brasileiro estaria cumprindo com os compromissos acordados.

Pouco tempo depois da partida da Missão Souza Costa – que ainda passaria por Londres, onde foram discutidas possibilidades de se conseguir créditos junto aos Rothschilds para a liquidação das contas congeladas britânicas e possivelmente de congelados norte-americanos – por um breve período a concessão de câmbio para as necessidades norte-americanas foram retomadas; porém, não tardaram a retornar as reclamações norte-americanas sobre atrasos na concessão de cobertura cambial. Além disso, não foi estabelecido da maneira, como os agentes norte-americanos esperavam, uma base para o intercâmbio de informações sobre a situação cambial brasileira – sendo inclusive levantada a suspeita de que o governo brasileiro estivesse deliberadamente mantendo em sigilo tais dados para não expor a real situação cambial brasileira.³⁴³ Essa situação fez com que se tornasse cada vez mais atraente para os interesses norte-americanos organizados em torno da *AmCham* e do NFTC a proposta de realização de um empréstimo do Eximbank para a liquidação dos congelados ou então que o Exim concordasse em descontar as notas do Banco do Brasil referentes a essas contas congeladas.³⁴⁴ Importante destacar que alguns membros do governo brasileiro – como Oswaldo Aranha – não eram favoráveis ao Brasil contrair novos empréstimos para realizar a liquidação dos congelados – preferindo que tais congelados fossem gradualmente liquidados sem a necessidade de novos empréstimos. Aranha quando apresentou essa sua opinião ao Secretário de Estado, ouviu dele que a liquidação gradual dos atrasados estava gerando e

343 *Ibid.*

344 *Ibid.*

continuaría gerando ainda mais reclamações daqueles interesses com negócios no Brasil, que preferiam que um empréstimo fosse realizado e os congelados liquidados com maior celeridade – no que Aranha respondeu dizendo que se de fato fosse muito forte a insatisfação dos norte-americanos concordaria em um empréstimo do Eximbank.³⁴⁵

Nos meses posteriores à assinatura do Acordo Comercial Recíproco em Washington e à troca de notas complementado o artigo VI sobre a distribuição cambial, com a piora na obtenção de divisas pelos norte-americanos no Brasil e a proposta que os congelados fossem renegociados através de notas do Banco do Brasil – melhor consideradas no meio empresarial norte-americano do que os compromissos do governo brasileiro –, o NFTC reuniu-se algumas vezes com representantes do Eximbank e com Aranha para que o Eximbank descontasse as notas do Banco do Brasil em vez de emprestar diretamente recursos para o Banco do Brasil ou para o governo brasileiro, para liquidar os congelados.³⁴⁶

Enquanto ocorriam essas discussões sobre o problema dos congelados brasileiros houve importantes mudanças no sistema de controle cambial, permitindo uma maior liberalização do mercado cambial; uma das propostas aventadas era permitir aos exportadores a venda de suas divisas no mercado livre, retendo apenas cerca de 20% à taxa oficial destinados ao pagamento do esquema Aranha de 1934 e ao acordo dos congelados de junho de 1933 – esquema similar ao discutido em Washington entre os membros brasileiros da Missão Souza Costa e os membros do Departamento de Estado e do FRBNY. Quando da colocação em prática desses novos critérios no controle cambial a porcentagem foi acrescida para 35%, sendo sucessivos produtos isentados de vender essa cota de 35% à taxa oficial, seja para estimular a exportação de alguns artigos não tradicionais, seja por conta da pressão exercida sobre as instâncias responsáveis por elaborar e implementar para que determinados produtos pudessem vender todas as suas divisas no mercado livre.³⁴⁷

Nesse mesmo contexto em que os interesse norte-americanos com negócios na economia brasileira encontravam dificuldades na aquisição de dinheiro mundial para suas transações apesar do Acordo Comercial recém-firmado – que estava enfrentando uma difícil e demorada tramitação no Congresso – contar com uma cláusula NMF também sobre questões cambiais, complementada pela troca de notas entre Aranha e Hull, ocorreu um grande impulso no comércio brasileiro com a Alemanha intermediado pelos marcos de compensação, portanto, moedas inconvertíveis. Não tardou para que os capitalistas organizados em torno da *AmCham*

345 *Ibid.*

346 *Ibid.*

347 Muitas desses pedidos de isenção da cota de 35% vendida sob a taxa oficial foi encaminhada ao CFCE; cf. CFCE, Fundo CNE/AN, *passim*.

e do NFTC pressionassem para que protestos fossem apresentados às autoridades brasileiras de que o comércio através dos marcos de compensação feriam a cláusula VI do Acordo Comercial de 1935 e a troca de notas entre Aranha e Hull.³⁴⁸ Mais uma vez os agentes do Departamento de Estado não acompanharam a opinião da comunidade empresarial norte-americana com negócios no Brasil, afirmando, inicialmente, que não poderiam afirmar peremptoriamente que o comércio de compensação entre o Brasil e a Alemanha feria o dispositivo NMF sobre câmbio do Acordo Comercial.³⁴⁹

O Departamento de Estado acabou não apresentando nenhum protesto formal ao governo brasileiro sobre o comércio de compensação e a cláusula do Acordo de 1935, ainda mais tendo em vista que o governo brasileiro, pelo menos aparentemente, externalizava que não era do interesse do governo ampliar o comércio de compensação com a Alemanha – de toda maneira, informando às autoridades brasileiras de que reclamações estavam sendo apresentadas por norte-americanos ao Departamento de Estado. Um dos exemplos dessa direção aparentemente ambígua do governo brasileiro com relação ao comércio de compensação com Alemanha foi a reunião do CFCE que decidiu pela continuidade do comércio de compensação com Alemanha, estabelecendo, porém, que 35% da exportação para Alemanha deveria ser paga com moedas conversíveis e que deveriam ser vendidas ao Banco do Brasil à taxa oficial – porcentagem igual às exportações para outros países. Na decisão do CFCE pela continuidade do comércio de compensação constava no texto que o Brasil não era favorável ao sistema de compensação, mas que tendo em vista importantes interesses e necessidades comerciais e industriais não poderia naquele momento abrir mão dessas exportações através dos marcos de compensação pois de outra maneira essas exportações não seriam realizadas.³⁵⁰ Além disso, a declaração do CFCE afirmava que além das exportações existiam também importações realizadas na Alemanha de grande importância e que não seriam realizadas se não fossem mediadas pelos marcos de compensação. Nessa reunião do CFCE, em que estava presente o Ministro Souza Costa, Valentim Bouças foi o único a se opor à manutenção do comércio de compensação com a Alemanha – apesar de ter oferecido uma espécie de operação de *clearing* como uma opção para a solução do problema dos congelados norte-americanos anteriormente, como vimos.

Os interesses norte-americanos eram na sua maioria do entendimento de que o comércio de compensação com Alemanha se dava às custas das exportações norte-americanas, implicado

348 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1935. The American Republics...* (op. cit.).

349 *Ibid.*

350 *Ibid.*

em manipulação das correntes comerciais internacionais e em flagrante desacordo com os termos do Acordo Comercial de 1935.³⁵¹ Importante ter em mente que quando da manifestação dessas reclamações ao Departamento de Estado o Acordo Comercial com os Estados Unidos ainda estava em tramitação no Congresso, o que significava que não se poderia acusar o governo brasileiro de estar infligindo um Acordo que formalmente, pelo menos do lado brasileiro, ainda não estava em vigor. Tendo em vista a difícil tramitação do Acordo no Congresso, um protesto mais veemente por parte da embaixada norte-americana poderia implicar em maior complicação na aprovação do Acordo – apesar do Departamento de Estado orientar à embaixada no Brasil a exercer, mesmo que discretamente, alguma pressão sobre os membros do Congresso considerados “amigáveis” aos interesses norte-americanos.³⁵²

Nesse cenário, a atuação do Eximbank tornou-se cada vez mais importante para evitar que os interesses norte-americanos fossem desprivilegiados em suas relações com a economia capitalista brasileiras por causa da ampliação do espaço ocupado pelos alemães. O comércio de compensação impulsionado principalmente (mas não apenas) pelos Alemães com o Brasil era uma medida que ambicionava a manutenção e expansão do intercâmbio comercial em uma situação em que a falta de dinheiro mundial era um problema afligindo uma grande quantidade de países capitalistas naqueles anos da Grande Depressão. Portanto, se o governo norte-americano pretendia manter a sua posição comercial com o Brasil ao mesmo tempo que defendia a difusão dos princípios liberais nas relações econômicas exteriores – abstendo-se, portanto, de *clearings* e esquemas de compensação, assim como de outras medidas bilaterais e unilaterais mais imediatas – estava claro que, pelo menos no curto/médio prazo, algo deveria ser feito para desbloquear os saldos que continuavam a se acumular em contas no Banco do Brasil, sendo um empréstimo do Eximbank ou o desconto pelo Banco das notas referentes aos congelados alternativas que menos entravam em contradição com os princípios multilaterais professados pelo Departamento. Além disso, a atuação do Eximbank poderia servir para convencer aqueles representantes do capital norte-americano com negócios no Brasil mais inclinados a soluções imediatistas e bilaterais a anuir com a linha geral que o Departamento buscava imprimir.

Apesar crescente importância do Eximbank como instrumento viabilizador da associação entre uma política econômica exterior liberal e a manutenção da posição de destaque dos Estados Unidos na economia brasileira, em fins de 1935 alguns percalços já eram perceptíveis

351 *Ibid.*

352 *Ibid.*

na atuação prática do Eximbank quanto aos congelados. Depois de algumas reuniões de agentes do Eximbank com o NFTC, nas quais aparentemente tinha ficado claro que o Eximbank incidiria sobre o problema dos congelados realizando o desconto das notas do Banco do Brasil, os representantes do Eximbank apresentaram alguns problemas ao NFTC na definição da forma concreta de desconto dessas notas, alegando a falta de informações acerca das taxas de juros dessas notas e do tempo de maturação.³⁵³ Porém, o que só ficaria mais claro no ano posterior, existiam outras questões envolvidas nessa hesitação do Eximbank em definitivamente descontar as notas do Banco do Brasil referentes aos congelados – assim como à avaliação pelo Exim da real necessidade de alguns desses interesses em descontar as notas do Banco do Brasil ou de resolver os seus problemas cambiais no Brasil através da atuação de uma agência financeira governamental.

Em fins de 1935 em meio às alternativas levantadas para resolver o problema dos congelados surgiu a ideia de que um acerto similar ao de junho de 1933 fosse realizado, ou seja, que as somas menores congeladas no Banco do Brasil fossem liquidadas em até 120 dias e as somas maiores substituídas por notas do Banco do Brasil com garantias do Tesouro que maturariam mensalmente por 5 anos com juros de 6 por cento; a diferença seria exatamente a possibilidade de desconto imediato dessas notas pelo Eximbank.³⁵⁴ Posteriormente essa alternativa ficaria conhecida entre os agentes norte-americanos como “plano Bouças”. Porém, de forma um tanto surpreendente, os representantes do NFTC e do Departamento de Estado ofereceram resistências a esse plano, orientando, inclusive, para que se fizesse esforços no sentido de combater essa alternativa.³⁵⁵ Já de parte dos representantes, tanto privados como da embaixada norte-americana, estabelecidos no Brasil havia grande simpatia com relação ao plano Bouças, o que viria a gerar confusões e desentendimentos entre agentes norte-americanos nos Estados Unidos e no Brasil. Inclusive, membros do NFTC chegaram a acusar os norte-americanos no Brasil envolvidos nessas questões de entrarem em negociações paralelas com as autoridades brasileiras passando por cima do trabalho que vinha sendo feito até então pelo NFTC, atrapalhando, nessa visão, o rumo das negociações.³⁵⁶ É bem perceptível a celeuma que essa questão gerou entre as partes no Brasil e nos Estados Unidos dos agentes norte-americanos envolvidos, sendo, inclusive, convocada reunião de emergência para tratar da questão com a presença de representantes do NFTC, do Eximbank, do FRBNY e do

353 *Ibid.*

354 Gibson para Hull, 21.12.1935 – *ibid.*, p. 386.

355 United States Department of State, *Foreign Relations of the United States. Diplomatic papers, 1936, Volume V (The American Republics)...* (*op. cit.*), p. 282.

356 *Ibid.*

Departamento de Estado para discutir a situação.³⁵⁷

Aparentemente, a raiz da discórdia entre os agentes norte-americanos situados no Brasil e nos Estados Unidos era um entendimento equivocado do significado do plano Bouças; a ideia era que as somas congeladas superiores fossem substituídas por notas do Banco do Brasil com garantias do Tesouro, e não o inverso – como parecia ser o entendimento da parte norte-americanas lotadas no território norte-americano. As notas do Banco do Brasil eram consideradas mais sólidas do que compromissos do Tesouro, já que esses últimos poderiam ter seus pagamentos suspensos por conta de considerações políticas, enquanto as notas do Banco do Brasil poderiam ser diretamente sacadas nas datas programadas de maturação ou, no caso de não pagamento, descontadas diretamente no Banco podendo, inclusive, levar à sua liquidação – o que, obviamente, seria evitado a todo custo pelo Banco do Brasil.³⁵⁸ Como se percebe, a preocupação era evitar que os detentores de saldos congelados no Brasil se tornassem credores do governo brasileiro, já que os *bonds* da dívida externa brasileira nos Estados Unidos estavam recebendo pagamentos com muitas dificuldades. Provavelmente a origem da confusão se deu pelo fato de que simultaneamente estava sendo negociado formas de resolver o problema dos congelados de contas pertencentes a britânicos e que seriam liquidados pelo empréstimo dos Rothschilds, e, no caso dos britânicos, compromissos do Tesouro eram considerados como mais fiáveis que os do Banco do Brasil tendo em vista o tradicional papel de Londres como fornecedor de crédito ao Brasil e o conseqüente interesse das autoridades brasileiras em manter portas abertas para futuros financiamentos³⁵⁹ – pelo menos esse era o entendimento que se tinha na época, não sendo percebido pelos agentes norte-americanos o declínio do secular papel financeiro da Inglaterra na economia brasileira, especialmente no que diz respeito às finanças públicas.

Porém, indo um pouco além das aparências, a razão dessa discórdia residia na sensação de que existiam divergências entre interesses norte-americanos nessa questão dos congelados, havendo alguns grupos que vinham buscando fazer valer seus interesses agindo diretamente sobre as autoridades brasileiras sem a mediação de entidades com sede nos Estados Unidos (como NFTC) e do Departamento de Estado, buscando a obtenção de favores especiais para a realização das suas operações.³⁶⁰ Quais seriam, então, os interesses intercedendo diretamente em causa própria junto a autoridades brasileiras?

Como observou o agente da embaixada norte-americana no Brasil, existiam casos em que

357 *Ibid.*

358 *Ibid.*

359 *Ibid.*

360 *Ibid.*

certas figuras eram simultaneamente agentes do governo brasileiro e representantes tradicionais de interesses norte-americanos – sendo citado nominalmente o caso de Valentim Bouças.³⁶¹ Além disso, quando da realização das estimativas do total dos congelados existentes no Brasil surgiram confusões sobre o montante total, ocorrendo de certas companhias incluírem no total dos congelados mercadorias em inventário, ou seja, que não tinham sido vendidas e logicamente sem os seus valores depositados em contas no Banco do Brasil – o que foi admitido por algumas companhias, já que não poderiam realizar os depósitos em conta no Banco na data especificada para poder participar do acordo de liquidação dos congelados.³⁶² Além disso, especialmente entre as companhias petrolíferas atuando no Brasil e em outros países, existia a prática de importarem petróleo desses outros países para o Brasil e mesmo assim incluí-los como sendo atrasados comerciais de importações feitas nos Estados Unidos; em suma, apesar de serem companhias norte-americanas, incluir no acordo dos congelados importações originadas em países terceiros.³⁶³

Existiam algumas divergências sobre qual o montante dos congelados de firmas norte-americanas no Brasil seriam passíveis de entrar no acordo, sendo o Departamento de Estado e o NFTC da opinião de que o montante seria determinado pela soma dos mil-réis efetivamente depositados no Banco do Brasil na data estipulada, enquanto as autoridades brasileiras eram do entendimento que o montante seria determinado pelas cifras apresentadas em Nova York ao NFTC ou através dele pelas companhias no período de firmamento do acordo. A partir desse último entendimento, teriam uma porcentagem menor dos congelados liquidados companhias como a Paulista Railway e a Texas Company – sendo que no agregado, as companhias petrolíferas receberiam uma porcentagem maior.³⁶⁴ Ora, se a Texas Company em particular receberia uma porcentagem menor mas as companhias petrolíferas em geral receberiam uma porcentagem maior, parece muito provável companhias como a Standard Oil sairiam beneficiadas, já que não existiam muitas outras companhias de petróleo operando no Brasil.³⁶⁵ Além disso, é importante lembrar da menção feita acima de que os agentes da embaixada norte-americana no Brasil argumentavam que figuras como Bouças eram ao mesmo tempo membros do governo e representantes de interesses norte-americanos no país.³⁶⁶

361 *Ibid.*

362 *Ibid.*

363 *Ibid.*

364 *Ibid.*

365 Existia também a Atlantic Co., mais voltada para a venda de lubrificantes e outros derivados, sendo que essa companhia também estava ligada ao grupo Rockefeller da Standard Oil.

366 Importante destacar que nesse mesmo ano de 1936 começava a circular o periódico *O observador econômico e financeiro*, de propriedade de Valentim Bouças. Se observarmos os principais anunciantes

Outro indício de conflitos inter-capitalistas envolvidos no entendimento do que seria ou não incluído no acordo sobre os congelados se pode depreender do tratamento dispensado à Paulista Railway, envolvendo o lado doméstico desses conflitos entre diferentes frações capitalistas. De acordo com os informes passados pela embaixada norte-americana ao Secretário de Estado, o montante da Paulista Railway originara-se de importações de equipamentos realizados ainda nos anos 1920, principalmente de empresas como a General Electric, a Westinghouse e a Pullman. Porém, como a Paulista Railway gozava de credibilidade entre esses grupos norte-americanos, os pagamentos dessas importações foram adiados, funcionando como uma espécie de concessão de crédito. Com o estabelecimento dos controles cambiais os fundos da Paulista que poderiam ser usados como pagamentos dessas importações ficaram bloqueados no Brasil. De toda maneira, na eventualidade da Paulista Railway inserir essas somas no acordo dos congelados ela se beneficiaria de custos menores em obter câmbio dado que as taxas oficiais eram menores do que do mercado livre. Além disso, havia pressões de ricas famílias de São Paulo, de acordo com a descrição do embaixador Gibson, para que os interesses da Paulista fossem contemplados nesse acordo dos congelados e que isso teria gerado ressentimentos no Rio de Janeiro – referindo-se aqui aos membros do governo federal.³⁶⁷ Essa seria a razão, de acordo com Gibson, pela preferência das autoridades brasileiras em considerar como o montante dos congelados sujeitos ao acordo aquelas cifras apresentadas em Nova York e não os depósitos efetivamente realizados em mil-réis no Banco do Brasil – sendo essa última alternativa mais interessante para a Paulista Railway. Portanto, diferenças entre diferentes setores das classes dominantes brasileiras também pesaram de forma determinante nessas discussões em torno do acordo dos congelados.³⁶⁸

Os conflitos envolvendo diferentes interesses norte-americanos também se davam em torno de qual seria o montante dos congelados que deveriam ser contemplados no acordo. Até então as negociações entre o NFTC e o Eximbank pareciam estar caminhando para um bom termo, mas alguns empecilhos apareceram entre fins de 1935 e a assinatura do acordo em fevereiro de 1936. Conforme tratamos no Capítulo 2, a derrota da visão multilateralista de Peek e sua demissão da presidência do Eximbank, resultaram no acúmulo por Jesse Jones das funções de presidente do RFC e do Eximbank, período de relativa indefinição quanto ao futuro do Banco e de suas diretrizes. Essa situação teve consequências nas negociações dos congelados em

nesse periódico veremos a presença recorrente da Standard Oil e da Atlantic Co., o que pode ser um indício das ligações de Bouças também com os interesses de empresas do grupo Rockefeller.

367 *Ibid.*, pp. 297-298.

368 *Ibid.*, p. 298, Tabela. O novo acordo dos congelados foi acertado em 21 de fevereiro de 1936.

mil-réis no Brasil. A principal objeção apresentada por Jesse Jones foi a de que uma parte muito considerável dos congelados pertenciam a algumas poucas e grandes companhias norte-americanas sem urgência em liquidar esses atrasados para continuar com os seus negócios, comprometendo, assim, recursos do Eximbank que poderiam ser usados em outras aplicações mais necessárias naquela conjuntura. Dado que o acordo dos congelados não poderia ser assinado, segundo o NFTC, sem envolver o desconto das notas do Banco do Brasil pelo Eximbank, a diretoria do Exim e do NFTC continuaram as discussões para chegar a algum entendimento sobre o assunto. Como consequência, o total dos congelados das grandes companhias a ser descontado pelo Eximbank foi bastante reduzido, pois foram excluídas somas oriundas de embarques de mercadorias realizadas a partir de outros países (o caso de algumas companhias petrolíferas). Além disso, alguns dos detentores de contas congeladas em mil-réis decidiram ficar com as notas do Banco do Brasil até que todas maturassem, não as descontando, então, junto ao Eximbank.³⁶⁹ Com esses novos acordos, apesar do acordo ter sido finalizado em 21 de fevereiro de 1936, as notas do Banco do Brasil efetivamente descontadas pelo Eximbank foram consideravelmente reduzidas.

Assim como o acordo de junho de 1933, esse novo acordo sobre os congelados de fevereiro de 1936 não operaria sem percalços por muito tempo; afinal, os problemas cambiais brasileiros na raiz da constante acumulação de congelados, especialmente de atrasados comerciais, eram de natureza mais profunda e de solução bem mais complexa do que se imaginava naqueles anos. Apesar de se apresentarem na sua imediatividade como escassez cambial, o principal problema que gerava essa constante acumulação de congelados e as recorrentes crises cambiais residia exatamente na natureza dependente do capitalismo brasileiro com relação às grandes potências imperialistas em disputa naqueles anos – em especial, nesse caso, os Estados Unidos. Sem o acúmulo de congelados, as reduções no pagamento da dívida externa, entre outros expedientes, os *deficit* no balanço de pagamento da economia brasileira seriam ainda maiores, assim como as restrições para importar – o que atingiria ramos que dependiam de combustíveis e matérias-primas para continuar funcionando. Além disso, frente a essas contradições da economia capitalista brasileira numa conjuntura de crescentes tensões políticas internas e geopolíticas externas, as pressões exercidas pela realidade para que o planejamento econômico se desse cada vez mais no sentido de promover um desenvolvimento acelerado e que favorecesse setores estratégicos tornaram-se cada vez maiores. Nesse sentido, soluções de prazo mais longo e mais abrangentes para a economia brasileira e com rebatimentos nas suas relações econômicas

369 Hull para Gibson, 08.02.1936 – *ibid.*, pp. 293-294.

exteriores passaram a ser buscadas pelos agentes brasileiros.

As insuficiências das soluções até então apresentadas para os problemas cambiais e dos congelados também teriam efeitos sobre a natureza e magnitude das operações do Eximbank com a economia capitalista brasileira, ocorrendo uma passagem de uma atuação que incidia apenas no balanço de pagamentos em geral e na questão dos congelados em particular para uma ação do Banco em planos mais robustos no que diz respeito ao capitalismo brasileiro de forma mais ampla. Essa segunda fase das operações do Eximbank com a economia brasileira seria marcada pelos assim chamados *development loans*, dos quais os empréstimos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce foram os mais significativos. Nesse sentido, os anos que vão de 1937 – ano de retrocesso na trajetória de recuperação da economia norte-americana (conhecido como a “depressão de Roosevelt”) e do estabelecimento do Estado Novo – até o início da Segunda Guerra Mundial marcam a transição das operações do Eximbank com a economia brasileira de uma situação em que o foco era o balanço de pagamento e os saldos bloqueados para outra em que os dividendos políticos do apoio norte-americano a projetos de desenvolvimento econômico mais abrangentes passaram a ter um peso muito maior.

§4. Os *development loans* do Eximbank

O ano de 1937 iniciou uma transição na magnitude e na substância das operações do Eximbank com a economia capitalista brasileira, tanto por motivos mais imediatamente econômicos quanto por determinantes políticos. Do ponto de vista econômico do lado brasileiro, o ano de 1937 marca mais uma piora nas contas exteriores do país, com uma forte diminuição do saldo comercial brasileiro. Já do lado norte-americano, em 1937 houve uma forte regressão da produção econômica, que se recuperava, mesmo que de forma acanhada, desde cerca de 1933; muito contribuiu para essa regressão a redução dos gastos do Estado nos programas estabelecidos nos anos iniciais do New Deal com vistas a debelar a depressão que assolava a sociedade capitalista estadunidense – redução que apontava para a existência de permanências de concepções de política econômica para que os *superavit* fiscais eram um dos principais horizontes da condução da política econômica. A queda nos níveis de atividade econômica em 1937 ficou conhecida como a “depressão de Roosevelt”, tendo em vista que a busca pela eliminação dos *deficit* teve um papel fundamental.

Do ponto de vista político brasileiro, em 1937 o crescendo ditatorial que vinha se verificava desde 1935 (ano de criação da Lei de Segurança Nacional) chega ao ponto do estabelecimento formal de uma ditadura com o início do Estado Novo. Resultaria em importantes mudanças de política econômica, especialmente no tocante ao pagamento da dívida externa; em 1937 o pagamento dos juros e das amortizações da dívida externa foram suspensos, sendo a primeira suspensão total do pagamento da dívida até então na história econômica brasileira. A inflexão na condução da política para a dívida externa se fez acompanhar por transformações na estrutura material do Estado brasileiro de então, sendo mais significativa a criação do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) em 25 de novembro de 1937. Assim como o Conselho Federal de Comércio Exterior, o CTEF aos poucos foi abordando questões cada vez mais abrangentes, saindo da esfera restrita das questões imediatamente relacionadas à questão da dívida. Um dos maiores exemplos de expansão de competências foram os estudos realizados pelo CTEF para a elaboração de um programa siderúrgico, estudos importantes para a criação da CSN poucos anos depois – lembrando que Guilherme Guinle, futuro primeiro presidente da CSN, era membro de destaque do CTEF. É significativo que a elaboração do programa siderúrgico brasileiro tenha passado pelo CTEF, dado que, se do ponto de vista técnico a construção da siderúrgica foi algo inédito na economia brasileira de então, do ponto de vista financeiro a CSN também contou com importantes inovações – especialmente no tocante ao lançamento maciço de

ações da empresa na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro³⁷⁰ e ao uso dos fundos previdenciários para a subscrição dessas ações, canalizando, portanto, recursos reunidos para o pagamento dos direitos previdenciários recém-adquiridos por diversas categorias para o financiamento da construção da companhia.³⁷¹ Uma das contrapartidas dos empréstimos do Eximbank para a construção da CSN era que o governo brasileiro levantasse um montante equivalente em mil-réis (e a partir de 1942, em cruzeiros) de forma “assim chamada” não inflacionária, ou seja, através de fundos fiscais ou outros tipos de arrecadações.

Assim como em 1933 e 1935, em 1937 foi enviada nova missão aos Estados Unidos para tratar dos problemas cambiais e comerciais brasileiros que afetavam as relações entre as duas nações. Importante lembrar que essa missão, que também contou com a presença de Souza Costa, chegou aos Estados Unidos *antes* do estabelecimento do Estado Novo – inclusive, havendo autores que entendem que um dos objetivos não declarados da missão era checar as possibilidades e a disposição norte-americanas para retaliar o Brasil em caso de suspensão do pagamento da dívida externa.³⁷² De toda maneira, como já sublinhamos acima, a ênfase norte-americana nas negociações se dava muito mais sobre questões comerciais do que sobre a questão da dívida externa – diferentemente dos ingleses –, porém, tendo em vista que a suspensão no pagamento da dívida externa brasileira foi total e não apenas uma redução, o tema da dívida e das formas possíveis para o Brasil retomar seus pagamentos teve lugar de destaque nas conversas entre os agentes norte-americanos e brasileiros na ocasião.

Os argumentos apresentados pelo Ministro Souza Costa e pelo conjunto dos agentes brasileiros para a suspensão dos pagamentos da dívida foram de que além da deterioração da situação cambial, havia alguns investimentos estratégicos do governo (especialmente na área militar) que não poderiam ser adiados, dada a situação de tensão política internamente e também do ponto de vista geopolítico internacional. Ademais, a parte brasileira anunciou ao governo norte-americano que a política de retenção de estoques para a sustentação do preço do café estava também sendo suspensa, colocando fim a de cerca de três décadas de intervenção do governo no mercado de café; a suspensão do pagamento da dívida externa, segundo as autoridades brasileiras, era necessária porque acreditavam que com essa liberalização do mercado de café haveria uma brusca redução nos preços do café, nas receitas

370 Sobre este tema, cf. Maria Bárbara Levy, *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994).

371 A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (Creai-BB), criada em 1937, é um importante precursor do uso de fundos previdenciários para o financiamento de longo prazo, já que em 1938 é baixado um decreto que permitia que tais fundos fossem direcionados para a Creai-BB para que fossem usados em suas operações de financiamento de longo prazo.

372 Essa é a posição, por exemplo, de Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial...* (*op. cit.*).

de exportação dessa mercadoria e também uma grande desvalorização do mil-réis, tornando muito custoso para o governo adquirir as divisas para efetuar o pagamento da dívida no caso de suspensão também dos controles cambiais – o que era sempre apresentado aos agentes norte-americanos como um ponto permanente no horizonte da política econômica ser seguida. De toda maneira, seria estabelecido um imposto de 3% sobre as exportações com o objetivo de formar um fundo que permitisse retornar aos pagamentos da dívida.³⁷³

A suspensão do pagamento da dívida externa pelo Brasil logo depois da instalação de uma ditadura ajudou a tornar ainda mais agudas as críticas ao governo brasileiro na imprensa norte-americana, o que se poder atestar das seguidas correspondências de Oswaldo Aranha para Vargas informando do efeito negativo desses últimos acontecimentos e das suas tentativas de melhorar a imagem do governo junto à imprensa norte-americana e aos membros do governo.³⁷⁴ Aranha também comunicava a Vargas que havia nos Estados Unidos cerca de 250 mil portadores de *bonds* da dívida externa brasileira, muitos dos quais supostamente dependendo deles como fonte de renda, aumentando a insatisfação com o governo brasileiro. Apesar dessas indicações, Aranha não fornece maiores detalhes sobre como obteve essas informações sobre os detentores dos *bonds* brasileiros. O Departamento de Estado ficou em uma difícil situação. Ao mesmo tempo, tinha de apresentar as repercussões negativas nos Estados Unidos da suspensão do pagamento da dívida externa e da instalação do Estado Novo, e manter boas relações com o governo brasileiro para conservá-lo cada vez mais próximo de sua área de influência, ainda mais tendo em vista que com a “depressão de Roosevelt” os meios e principalmente a disposição para retaliar o Brasil se encontrava em baixa entre as autoridades norte-americanas.³⁷⁵

Voltava na linha de conta do Departamento de Estado, ao avaliar a melhor maneira de tratar com a nova situação política e econômica no Brasil, a crescente importância do comércio de compensação com a Alemanha. Os Estados Unidos buscavam naquela conjuntura não perder posições políticas e econômicas no Brasil, sabendo que existiam muitos membros no governo como um todo, e nas forças armadas em particular, claramente pró-germânicos. Foi ficando claro que o tratamento com o Brasil deveria responder cada vez mais a

373 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1937. The American Republics* (Volume V. Washington: U.S. Government Printing Office, 1954).

374 Aranha para Vargas, 1937., GV/CPDOC. Aranha creditava o que ele via como uma verdadeira campanha negativa contra o governo aos elementos comunistas existentes na imprensa norte-americana e também os de origem judia, tendo em vista as sabidas tendências antisemitas de alguns altos membros do governo.

375 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1937. The American Republics...* (*op. cit.*). Chegou-se até problematizar o reconhecimento ou não do novo governo ditatorial, não tardando, porém, para se optar pelo reconhecimento do governo e de buscar meios negociados para tratar dos problemas nas relações entre ambos os países.

imperativos políticos estratégicos e que a manutenção e aprimoramento da supremacia econômica norte-americana no país deveria ser encarada a partir de uma grade de análise de longo prazo – ponto de vista que se demonstrou acertado, haja vista a história das relações brasileiro-estadunidenses nas décadas posteriores. Portanto, a transição das operações do Eximbank para os chamados *development loans* deve ser entendida como uma forma de utilizar os próprios programas de crescimento econômico acelerado como instrumento político, não sendo possível, portanto, desvencilhar a esfera política do processo de passagem do capitalismo brasileiro para a era monopolista.

O ano de 1937 foi também um marco importante nas relações dos Estados Unidos com o Brasil por conta da primeira visita de uma figura que será um intelectual de fundamental importância na assim chamada *americanização* do Brasil: Nelson Rockefeller. Por mais que nessa primeira visita Nelson tenha vindo de forma quase anônima ao Brasil, já então ele demonstrava profundo interesse pelo Brasil e vislumbrava as diversas possibilidades de negócios que aqui existiam, entre eles, plantações de algodão.³⁷⁶ Nos próximos anos Nelson seria talvez o principal agente empenhado em estreitar os laços dos Estados Unidos com o Brasil lançando mão de expedientes intelectuais e culturais, além dos meios políticos e econômicos tradicionais, através do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), órgão que terá papel de destaque nos primeiros anos da década de 1940.³⁷⁷ Um ponto importante a destacar aqui é o contexto dos relevantes negócios da Standard Oil no

376 Sobre essa primeira viagem de Rockefeller ao Brasil, cf. Antonio Pedro Tota, *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil* (São Paulo, Cia. das Letras, 2014). Essa obra apresenta um importante relato dessa pouco conhecida primeira viagem de Rockefeller ao Brasil, mas vale uma correção de algo afirmado na obra. Tota narra um episódio em que Rockefeller visita algumas plantações de algodão demonstrando interesse em investir nesse ramo no Brasil, ouvindo, porém, de um interlocutor que o acompanhava o questionamento se o negócio do algodão no Brasil continuaria a ser lucrativo quando os Estados Unidos retirassem seu “guarda-chuva protetor”. Tota afirma que esse guarda-chuva protetor era o Acordo Comercial de 1935, o que não faz o menor sentido, dado que o acordo previa a redução de tarifas, não podendo funcionar como qualquer tipo de proteção, muito pelo contrário; o tal guarda-chuva protetor era a política de sustentação do preço do algodão estabelecido pelo governo norte-americano, o que tinha como efeito indireto tornar mais lucrativos os investimentos em algodão no Brasil, já que o preço internacional da mercadoria estava majorado – política que mencionamos no Capítulo 2. Esse efeito da política norte-americana para o algodão foi observado por diversos autores, como Villela e Suzigan (*op. cit.*), Love (*A locomotiva... op. cit.*), entre outros. Além disso, como mencionamos acima, quando de sua viagem em 1935 para os Estados Unidos, Souza Costa ouviu do próprio presidente Roosevelt uma sugestão de que os governos brasileiros e norte-americanos deveriam buscar política coordenada para o algodão. Nos anos posteriores, especialmente durante a Segunda Guerra, é notória a preocupação do Departamento de Estado do crescimento da fatia do mercado canadense de algodão ocupada pela produção brasileira. Portanto, definitivamente, o Acordo Comercial de 1935 não pode ser compreendido como tendo qualquer efeito protetor sobre a produção algodoeira brasileira. Cf., *supra*.

377 Sobre esse tema, especialmente com enfoque sobre as questões culturais e políticas envolvidas nas ações do OCIAA, cf. Antonio Pedro Tota, *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra* (2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005); Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, *History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: Historical Reports on War Administration* (Washington: Government Printing Office, 1947).

Brasil e os fortes indícios de privilégios para companhia na distribuição de câmbio – assim como suas ligações com figuras de proa da política de então, como Valentim Bouças. Portanto, quando Rockefeller buscou operar um salto qualitativo nas relações no Brasil com os Estados Unidos através do OCIAA, sua companhia já possuía há alguns anos uma posição de destaque na economia brasileira – o que nem sempre é sublinhado quando se aborda as suas investidas intelectuais e culturais sobre a sociedade brasileira através da agência por ele coordenada.

Tendo em vista o estabelecimento do Estado Novo no penúltimo mês de 1937, as principais repercussões de suas primeiras medidas – em especial, a suspensão do pagamento da dívida externa – seriam sentidas no próximo ano. Assim sendo, em 1938 já estava absolutamente claro para o Departamento de Estado que os principais problemas das relações econômicas dos Estados Unidos com o Brasil eram a dívida externa, o comércio de compensação do Brasil com a Alemanha e a falta e/ou atraso na concessão de cobertura cambial para os interesses norte-americanos.³⁷⁸ Ao longo desse ano, entretanto, seria apresentada às autoridades brasileiras a disposição do governo norte-americano em auxiliar em eventuais projetos de desenvolvimento econômico de mais fôlego. Antes disso acontecer, o principal foco das negociações entre autoridades de ambos os países era a questão cambial, com o Eximbank prometido para cumprir um papel de destaque.

Como dissemos acima, em fins de 1937 já era perceptível que o Brasil passaria por mais um grave problema cambial, tendo em vista a brusca diminuição dos saldos comerciais brasileiros, de algo em torno de US\$70 milhões em 1936 para cerca de US\$17 milhões em 1937. Diferentemente do período 1934-1935 (sendo deste último ano os registros mais críticos do balanço comercial brasileiro na década), parece ter contribuído para a queda do balanço comercial o considerável aumento nas importações brasileiras, mais do que uma diminuição nas receitas de exportação – no que parece ter contribuído a própria liberalização relativa do mercado de câmbio, assim como os estímulos a exportações dos Estados Unidos por causa da entrada em vigor do Acordo Comercial de 1935. Portanto, apesar das dificuldades e atrasos enfrentados pelos exportadores norte-americanos para receber o pagamento pelas suas vendas, não parece que a expansão do comércio de compensação com a Alemanha, no geral, tenha prejudicado os negócios norte-americanos. Dadas as condições cambiais estruturalmente adversas, os representantes de capitais norte-americanos com negócios no Brasil parecem ter apreciado as tentativas de melhorar os métodos de aprovisionamento de cobertura cambial

378 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1938. The American Republics* (Volume V. Washington: U.S. Government Printing Office, 1956).

realizadas pelo Banco do Brasil – especialmente, a opção de, ao invés de receber contratos de câmbio com maturação de 60 dias, receber papéis de câmbio de 90 dias negociáveis em Nova York, e, portanto, passíveis de serem descontadas antes desse prazo caso fosse do interesse do capitalista em questão.³⁷⁹

A embaixada norte-americana no Brasil parecia ter o entendimento de que os problemas cambiais brasileiros no ano de 1938 eram, de certa maneira, inevitáveis no curto prazo, tendo em vista a brusca redução no saldo comercial brasileiro.³⁸⁰ Porém, essa opinião não era compartilhada pelo Secretário de Estado Cordell Hull, afirmando ele que os registros de importação do Brasil da Alemanha eram contabilizados em marcos conversíveis no lugar de serem registrados em marcos de compensação – esses últimos com uma cotação inferior aos primeiros. Isso fazia com que o balanço comercial brasileiro se apresentasse como sendo menor do que se fosse contabilizada as exportações da Alemanha em marcos de compensação, estimando em cerca de US\$16 milhões a discrepância com esse tipo de cálculo.³⁸¹ Portanto, na visão de Hull, o governo brasileiro buscava apresentar um saldo comercial menor do que de fato era para justificar seus problemas cambiais e a suspensão do pagamento da dívida externa.³⁸²

A posição do governo brasileiro com relação ao comércio de compensação com a Alemanha deve ser matizada para melhor compreender os prós e contras desse comércio – assim como os diferentes setores das classes dominantes brasileiras interessados no comércio com a Alemanha. Se por um lado o comércio de compensação era interessante para os setores exportadores para a Alemanha e para aqueles que importavam suas mercadorias desse mesmo

379 *Ibid.*

380 *Ibid.*

381 *Ibid.*

382 Esse ponto é de suma importância pois evidencia que uma polêmica historiográfica acerca da magnitude das exportações da Alemanha e dos Estados Unidos para o Brasil já era do conhecimento das autoridades norte-americanas, pelo menos no que diz respeito ao registro das importações brasileiras. Paiva Abreu (*O Brasil e a economia mundial... op. cit.; inter alia*) destaca que, diferentemente do apontado pela historiografia sobre as relações econômicas internacionais do Brasil na década de 1930s, a Alemanha nunca ultrapassou os Estados Unidos como origem das importações brasileiras – apesar do substancial aumento da posição comercial da Alemanha ao longo do período. A confusão, segundo o Autor, teria surgido dessa forma de registrar as importações da Alemanha em marcos conversíveis ao invés de em marcos de compensação, gerando essa visão errônea de que a Alemanha teria ultrapassado os Estados Unidos em vendas para o Brasil. Paiva Abreu menciona que até autores que identificaram esse problema nos registros brasileiros – como Hilton (*op. cit.*) – acabavam ao longo da obra usando os dados sobrestimados do Banco do Brasil. Porém, o que Paiva Abreu não destaca é a motivação política nesse tipo de registro, sendo improvável que se tratasse de um erro de notificação; o governo brasileiro, como mencionamos, tinha interesse em mostrar saldos comerciais menores do que na realidade para justificar seus problemas cambiais e também evitar a maior pressão sobre as cambiais existentes. Além disso, essa forma de notificação tinha como consequência lançar as expectativas dos negócios norte-americanos no Brasil em uma situação mais ameaçadora, eventualmente deixando os negociadores com as autoridades brasileiras mais suscetíveis a realizar concessões com medo de perder ainda mais posição para a Alemanha.

país a preços mais baixos, por outro lado os marcos de compensação, por suposto, só poderiam ser usados para realizar pagamentos na Alemanha, não sendo tais divisas passíveis de serem usados para saldar obrigações com outros países que porventura viessem a ser julgadas como mais prioritárias. Além disso, o uso dos marcos de compensação estava sujeito à capacidade de exportar da Alemanha: uma situação de acúmulo desses marcos sem a possibilidade da Alemanha atender as demandas de importação do Brasil esterilizaria tais divisas – o que resultaria em uma apreciação do mil-réis frente ao marco de compensação gravando futuras exportações brasileiras. Dado o crescente envolvimento do aparato produtivo alemão na produção bélica e afins – o que poderia redundar em incapacidade de atender as exportações para o Brasil –, ficam claros os limites do comércio de compensação com a Alemanha, apesar das reais vantagens no curto prazo.

Nesse sentido, por algumas vezes em 1938 a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil suspendeu suas compras de marcos de compensação já que essa Carteira se encontrava em uma situação perigosamente “comprada”, *i. e.*, com mais marcos de compensação comprados do que vendidos. Por exemplo, quando alguns negociadores alemães ofereceram preços bem altos para compra na Bahia de cacau, algodão, entre outros artigos, o Diretor de Câmbio do Banco do Brasil suspendeu novas compras de marcos de compensação até que fossem realizadas novas vendas nessa moeda – o que gerou fortes protestos dos representantes dos negócios alemães.³⁸³ Destaque-se que esse incidente ocorreu próximo ao período em que Aranha se envolvia em graves desentendimentos com Ritter, o embaixador alemão no Brasil, cuja escalada resultou na declaração dele *persona non grata* no Brasil e na troca do embaixador alemão no Brasil.³⁸⁴

As considerações acima apontam para o fato de existirem claros limites ao avanço do comércio de compensação com a Alemanha sem a transformação mais estrutural das correntes de comércio internacionais; se no curto prazo se justificavam as preocupações dos representantes do capital norte-americano no Brasil e dos agentes estatais norte-americanos, em termos mais gerais as pressões norte-americanas resultavam mais em um reforço da posição privilegiada norte-americana do que numa equalização dos termos de tratamento em comparação com outros países.³⁸⁵

383 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1938. The American Republics...* (*op. cit.*).

384 Hilton (*op. cit.*).

385 Especialmente se comparamos a posição dos Estados Unidos com a da Inglaterra, sendo perceptível que em questão de câmbio o avanço das posições norte-americanas se deu às custas dos ingleses. Inclusive, no ano de 1938 foi informado pelas autoridades brasileiras ao Departamento de Estado das intenções de trocar os títulos britânicos em posse do governo por títulos norte-americanos, sendo argumentado que, além de existir interesse, estrategicamente e no longo prazo, em estreitar relações com os Estados Unidos,

O Eximbank ao longo de 1938 foi diversas vezes aventado para agir com vistas a aliviar a tensa situação cambial, ocorrendo, inclusive, a visita do seu presidente, Warren Lee Pierson, ao Brasil; Pierson reuniu-se com agentes do Banco do Brasil, em especial da área de câmbio, para negociar medidas de maior cooperação entre as duas instituições. Um dos principais avanços identificados pelos agentes norte-americanos com relação ao Banco do Brasil foi que este passou a realizar operações de garantia de importações dos Estados Unidos desde que essas importações fossem pelo menos parcialmente financiadas pelo Eximbank.³⁸⁶ A visita de Pierson já apontava para a perspectiva de ampliação dos negócios do Eximbank com o Brasil, o que se confirmaria tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, no caso, a partir dos *development loans*. Além disso, Pierson reuniu-se com agentes da *AmCham* e da NFTC na presença de outros representantes do governo para buscar novas saídas para os problemas cambiais brasileiros e evitar um terceiro congelamento definitivo de contas em mil-réis no Banco do Brasil.³⁸⁷ A ideia era que novamente o Eximbank agisse para liquidar imediatamente os congelados acumulados no Brasil, já que na visão dos representantes do NFTC a ação do Exim resolveria o problema sem mais delongas. O presidente do NFTC, Thomas, não descartava lançar mão de medidas assemelhadas a *clearings* para resolver o problema, por mais que buscasse “disfarçar” tal *clearing*. Como essa não era a linha do Departamento de Estado, Thomas foi repreendido pelos representantes dessa agência, quando o presidente do NFTC tentou negar ter proposto alguma medida bilateral, mas aproveitou para enfatizar ainda mais que a situação seria resolvida da melhor maneira com a decidida atuação do Eximbank – no que o seu presidente, Lee Pierson, estava de pleno acordo.³⁸⁸

Até o momento, a função pensada para o Eximbank no trato com a economia brasileira era a de fornecer crédito e/ou realizar descontos de notas para lidar com o problema da escassez brasileira crônica de câmbio, conforme temos enfatizado. Assim, a função principal do Banco, *i. e.*, estimular as exportações norte-americanas se dava muito mais através da diminuição dos obstáculos para tal comércio representados pelos atrasados comerciais em particular e dos congelados como um todo. Portanto, não se tratava propriamente de financiar compras nos Estados Unidos, mas de fornecer dinheiro mundial para não paralisar o intercâmbio comercial. O Eximbank estava funcionando – ou pretendia-se que assim funcionasse de forma

havia uma forte insatisfação entre os brasileiros com os ingleses tendo em vista o alegado tratamento despótico que vinha sendo dispensado aos brasileiros nos últimos trinta anos. United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1938. The American Republics...* (*op. cit.*).

386 *Ibid.*

387 *Ibid.*

388 *Ibid.*

mais abrangente – mais para resolver os problemas cambiais brasileiros *com os Estados Unidos* do que como agência de financiamento de exportações. Acreditava-se que uma solução menos *ad hoc* e mais definitiva para os problemas cambiais brasileiros seria atingida através do estabelecimento no Brasil de um Banco Central de Reserva, ou de uma instituição com funções análogas – proposta apresentada no início da década pela Missão Niemeyer. Nesse sentido, o governo brasileiro propôs aos Estados Unidos adquirir uma certa quantidade de ouro com o objetivo tanto de usá-lo como garantia para conseguir crédito para fazer às necessidades cambiais quanto para lastrear a formação do futuro Banco Central.

Com o avançar das negociações para obter ouro ocorre uma redefinição das agências competentes para realizar tais negociações, cabendo ao Tesouro na figura de Henry Morgenthau as negociações para o programa de aquisição de ouro do Brasil. A ideia era que o Brasil adquirisse até US\$60 milhões para esse fim.³⁸⁹ Dessa maneira, as negociações em torno dos problemas cambiais brasileiros passava à alçada do Tesouro – mesmo que apenas para essa operação determinada. Porém, na mesma comunicação enviada por Souza Costa a Morgenthau para tratar do tema do Banco Central e da aquisição de ouro, é expresso o desejo de que as relações entre ambos os países pudessem se estreitar ainda mais em favor de um amplo programa de desenvolvimento econômico (ou um programa de “reconstrução econômica” ou ainda de “reaparelhamento econômico”, conforme o jargão usado na época). De acordo com Souza Costa, havendo uma linha de financiamento disponível, o governo brasileiro estaria pronto para se decidir por um vasto programa de compras integralmente nos Estados Unidos – que implicaria, em termos gerais, na aquisição de máquinas e equipamentos, materiais de transporte, entre outros itens –, beneficiando, dessa forma, os exportadores norte-americanos.³⁹⁰ Seria para essa função que o Eximbank mais recorrentemente seria mobilizado para tratar com a economia brasileira a partir de então, dado que, além de atender ao critério de estimular as exportações norte-americanas, esse tipo de atuação do Eximbank na maior parte das vezes contaria com clara simpatia das autoridades dos outros países que negociavam com o Banco – não que os empréstimos para a liquidação de congelados deixassem de ser realizados pelo Eximbank, mas estes deixaram de ser o foco principal e exclusivo das operações do Banco com o Brasil. Além disso, desde pelo menos 1937 o Eximbank já realizava os chamados *development loans*, o que era do conhecimento, pelo menos, de Aranha e Vargas, já que o primeiro informava do financiamento do Eximbank para a realização de grandes obras na China³⁹¹ – financiamento que tinha claro fundo político,

389 *Ibid.*

390 *Ibid.*

391 Aranha para Vargas, 1937, GV/CPDOC.

tendo em vista a guerra já em curso na China depois da invasão japonesa da Manchúria.

A partir dessa interlocução inicial entre Costa e Morgenthau – este último claramente favorável ao apoio norte-americano a um programa de desenvolvimento econômico brasileiro³⁹² – foram lançadas as bases para os maciços empréstimos governamentais para o Brasil através do Eximbank para financiar projetos de longo prazo no Brasil. A essas trocas iniciais de correspondência sucedeu uma nova missão oficial brasileira aos Estados Unidos, no ano seguinte; a assim chamada Missão Aranha (de 1939) marcaria não apenas a viragem na política de financiamento do Eximbank para o Brasil em particular e do governo norte-americano como um todo, mas também a adesão do Brasil à aliança com os Estados Unidos que marcaria a próxima era das relações exteriores brasileiras. Na Missão Aranha de 1939 foram acordados os recursos do Eximbank para financiar projetos de desenvolvimento econômico no Brasil, por mais que de início não estivesse definido o uso de tais recursos; apenas em 1940 o governo brasileiro reivindicaria que tais recursos acordados no ano anterior fossem usados para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional.

A Missão Aranha e as operações do Eximbank

Quando Oswaldo Aranha foi enviado mais uma vez a Washington para liderar a missão que trataria das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos que resultariam no estreitamento das relações econômicas entre ambos os países – aprofundando também o caráter dependente de sua relação com a potência imperialista norte-americana – este já ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores. O convite para a ida de Aranha a Washington partiu diretamente do presidente Roosevelt e a agenda de discussões preparada pelos agentes norte-americanos era vasta, apontando para a diversidade de áreas que os Estados Unidos buscariam explorar como passíveis de cooperação entre os dois países.³⁹³

Após acertada a ida da Missão Aranha para Washington, o Ministro brasileiro enviou a Cordell Hull correspondência apresentando os pontos que a Missão ambicionava discutir com a parte norte-americana, resumidos por Aranha em seis pontos. O primeiro desses pontos (*I*) tratava das intenções do governo brasileiro de publicar em breve um novo decreto

392 Interessante que os agentes do Departamento de Estado relataram que Aranha esperava uma reação mais empolgada de Morgenthau, o que causou estranheza entre esses agentes; segundo suas interpretações, provavelmente Aranha não percebeu de início o grande fôlego da colaboração que Morgenthau estava disposto a conceder ao Brasil, estando o embaixador brasileiro mais focado em questões de curto prazo. United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1938. The American Republics...* (op. cit.). Paiva Abreu (*O Brasil e a economia mundial... op. cit.*) destaca a “ousadia” dos planos de Morgenthau para o Brasil, afirmando, porém, que o alinhamento geopolítico brasileiro aos Estados Unidos saiu muito mais barato do que Morgenthau estava disposto a pagar.

393 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1939. The American Republics* (Volume V. Washington: U.S. Government Printing Office, 1957), pp. 348-350.

liberalizando o mercado de câmbio para transações comerciais e criando dispositivos para facilitar as remessas de lucros e dividendos de investimentos de cidadãos norte-americanos no Brasil. Dada a existência de atrasados comerciais e outras contas à espera de câmbio para serem liquidadas no Brasil, Aranha afirmava que o governo brasileiro esperava contar com um crédito do Eximbank para liquidar essas pendências, facilitando, assim, a liberalização do mercado de câmbio brasileiro. O governo brasileiro esperava que dessa maneira atender plenamente os compromissos assumidos com a nota enviada pelo próprio Aranha em 2 de fevereiro de 1935, quando se comprometera em fornecer a cobertura cambial demandada pelas transações dos representantes de capitais norte-americanos com negócios no Brasil.

Outro ponto apresentado por Aranha para a discussão era *(II)* um projeto de criação pelo Brasil de um banco central de reserva com o objetivo de regular o preço da moeda brasileira, assim como controlar a política monetária e creditícia. A ideia era evitar que as flutuações no balanço de pagamentos criassem problemas de coordenação no ritmo de entrada e saída de dinheiro mundial, e, para tanto, contava também com uma linha de crédito para evitar a excessiva desestabilização do mil-réis – para esse crédito intencionava-se travar discussões com o Tesouro norte-americano, o que já vinha acontecendo desde o ano anterior.

Também era intenção da Missão Aranha discutir *(III)* um plano sistemático de desenvolvimento econômico do Brasil que pudesse, em suas palavras, beneficiar a população brasileira e estimular o comércio entre ambos os países. Para tanto, o governo brasileiro contava com o financiamento do Eximbank, mas com prazos mais longos com o objetivo de adquirir bens industriais no mercado norte-americano.

O ponto seguinte proposto para a discussão era *(IV)* um programa de estímulo à produção de larga escala de produtos agrícolas nativos do Brasil ou passíveis de serem produzidos no Brasil de forma que pudessem complementar a produção agrícola norte-americana e encontrar mercado nos Estados Unidos. Também nesse caso Aranha afirmava que a expectativa do governo brasileiro era contar com a cooperação do governo norte-americano no estudo e desenvolvimento desses produtos agrícolas, assegurando à economia estadunidense uma segura fonte de suprimentos desses produtos.

Também era objetivo da Missão *(V)* discutir o problema da dívida externa brasileira em dólares – federal, estadual e municipal –, mas já adiantando que estava prevista para 1 de julho de 1939 a retomada dos pagamentos dessas dívidas, tanto dos juros quanto das amortizações. Quando retornasse ao Rio, Aranha se propunha reunir-se com membros da Foreign Bondholders Protective Council (FBPC) para negociar a forma como os pagamentos seriam realizados a partir de então.

Por fim Aranha comunica que a Missão também gostaria de tratar de (VI) uma política geral para estimular o investimento privado norte-americano no Brasil, afirmando que a intenção era que os investidores dos Estados Unidos não enfrentassem dificuldades maiores do que aquelas encontradas por investidores brasileiros, permitindo, assim, contar com os capitais e a experiência técnica norte-americanos no desenvolvimento dos recursos existentes no Brasil.³⁹⁴

A resposta de Hull não tardou e no dia posterior já enviava a Aranha uma correspondência em que demonstrava satisfação acerca das intenções gerais do governo brasileiro em estreitar suas relações com os Estados Unidos. Sobre a liberalização do mercado de câmbio (item I), Hull afirma que além de ver com muita aprovação as intenções nesse sentido, o Eximbank podia sim ajudar na liquidação dos atrasados devidos a cidadãos norte-americanos. Sobre a formação do banco central (item II), além de saudar a determinação na criação da agência econômica, afirma que o Secretário de Tesouro, com aprovação do presidente Roosevelt, informara a ele que a Presidência estava pronta para enviar ao Congresso recomendações para autorizar o crédito para esse fim. Sobre o programa de desenvolvimento econômico brasileiro (item III), Hull adiantava que o Eximbank estaria disposto a conceder financiamento de longo prazo para a aquisição de equipamentos nos Estados Unidos. Sobre o programa agrícola brasileiro (item IV), Hull informa que não apenas via com aprovação a ideia desenvolver produção agrícola complementar aos Estados Unidos como também recentemente fora aprovada legislação que autorizava o governo o empréstimo de agentes técnicos para finalidades como essa.³⁹⁵ Como não poderia ser diferente, Hull via com grande satisfação a intenção do governo brasileiro retomar os pagamentos da dívida externa em dólares no dia 1 de julho de 1939 (item V) e, por fim, também expressava grande gratificação a intenção de estimular a participação de cidadãos norte-americanos no desenvolvimento econômico brasileiro (item VI).³⁹⁶

Esse rol de temas envolvendo as relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos é de suma importância para compreender as origens do alinhamento da política exterior brasileira

394 Aranha para Hull, 08.03.1939 – *ibid.*, pp. 352-354.

395 A ideia de produção agrícola complementar aos Estados Unidos pode ser encarada como uma grande vitória norte-americana, já que desde inícios da Administração Roosevelt havia a preocupação com a competição do algodão produzido no Brasil estimulado, como mencionamos, pela política de sustentação do preço internacional do produto levado adiante pelo governo. A cooperação com técnicos agrícolas norte-americanos, por mais que não oriundos do setor estatal, contava com uma história que remetia à Primeira República, sendo comum a presença de estudiosos e técnicos agrícolas em escolas voltadas para o agro, como a ESALQ e a ESAMV. Sobre o tema, cf. Sonia Mendonça, *O ruralismo brasileiro...* (*op. cit.*).

396 Hull para Aranha, 09.03.1939 – United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1939. The American Republics...* (*op. cit.*), pp. 354-356.

aos Estados Unidos, já que aqui são manifestas claras intenções de um aprofundamento das relações econômicas entre os dois países e o papel estratégico que se outorgava aos Estados Unidos no desenvolvimento econômico brasileiro. No que diz respeito ao financiamento de longo prazo para o programa de desenvolvimento econômico, a concordância de que o Eximbank poderia realizá-lo, conforme o texto da comunicação de Hull para Aranha. Este é um ponto relevante nas tratativas econômico-diplomáticas entre os dois países pois essa correspondência será diretamente mencionada quando no ano posterior se reivindica o Eximbank como financiador do projeto da CSN – conforme veremos adiante.

No que diz respeito à dívida externa, Aranha, de certa maneira, assumiu compromissos que excediam o que fora anteriormente combinado no Rio, especialmente quanto ao reestabelecimento dos pagamentos dos serviços da dívida externa.³⁹⁷ Por outro lado, Aranha tinha todo o interesse que a Missão fosse bem-sucedida inclusive para fortalecer a sua posição pró-norte-americana no interior do governo. O tema da dívida externa era muito sensível naquela altura, não apenas pelo tempo desde que os pagamentos estavam suspensos, mas também pelo renovado poder de pressão da Foreign Bondholders Protective Council (FBPC) em exigir a retomada dos pagamentos – inclusive enviando cartas e telegramas a Aranha que levaram o Ministro a evitar ter que lidar pessoalmente com os seus representantes.³⁹⁸ A FBPC chegou a enviar posteriormente o seu vice-presidente ao Brasil para estudar a situação e exercer uma pressão extra para que os pagamentos da dívida externa fossem normalizados.³⁹⁹ Além disso, no que diz respeito às ações do Eximbank no Brasil, a FBPC exigiu que suas ações fossem suspensas até que o Brasil chegasse a uma solução aceitável sobre a questão da dívida externa em dólares.

Sobre as operações do Eximbank, as negociações da comitiva brasileira liderada por Aranha incidiriam nas ideias já esboçadas desde o ano anterior, do apoio do governo norte-americano amplo programa de desenvolvimento econômico – que resultariam em grandes compras nos Estados Unidos, especialmente de máquinas e equipamentos, material de transporte, entre outros itens. Outra parte das negociações seriam encaminhadas com o Tesouro, pois ainda estavam vivas as esperanças de que em breve o Brasil pudesse estabelecer o seu Banco Central. Portanto, a ideia da Missão era negociar com duas agências econômicas norte-americanas; porém, conforme veremos, efetivamente as ações do Eximbank tornaram-se

397 Francisco Luiz Corsi, “O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira”, *In*: Pedro Paulo Z. Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.), *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade* (São Paulo: Editora da Unesp, 2012).

398 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1939. The American Republics...* (*op. cit.*).

399 *Ibid.*

mais efetivas que as propostas de formação de um banco central apoiada pelo Tesouro.⁴⁰⁰

Nos meses posteriores outra modalidade de ação do Eximbank que se tornou muito comum seria a de trabalhar com intermediação de casas bancárias privadas com o intuito de evitar a acumulação de atrasados comerciais através do desconto papéis de contas depositadas em mil-réis e no aguardo de cobertura cambial.⁴⁰¹ Essa foi uma forma em que se conseguiu aliar os interesses dos exportadores com os das casas bancárias norte-americanas – que no caso do Brasil, tratava-se em especial do National City Bank.

No que diz respeito ao câmbio, em 1939 ocorreram medidas liberalizantes, retendo o mínimo possível da cobertura cambial à taxa oficial – pelo menos assim se alegava – para efetuar os pagamentos da dívida externa e liberando o restante para ser negociado no mercado livre. As esperanças dos agentes norte-americanos eram que os problemas cambiais do Brasil assim como um caminho em direção a uma maior liberdade cambial pudesse ser conseguido com a formação do banco central – proposta que pouco prosperou nos meses seguintes à partida da Missão Aranha. Por conta do relativo abandono da ideia de formação do banco central, pouco do ouro negociado no ano anterior para esse fim foi efetivamente utilizado pelo Banco do Brasil.⁴⁰²

O Eximbank e o projeto siderúrgico brasileiro

Desde pelo menos 1939 algumas medidas concretas envolvendo agentes norte-americanos estavam sendo efetuadas em relação ao projeto siderúrgico brasileiro. Uma comissão formada por técnicos da US Steel iniciou os estudos para a construção da siderúrgica brasileira, chegando a resultados que constatavam a viabilidade da empreitada, apesar de existirem alguns obstáculos de ordem técnica e logística – todos eles, todavia, contornáveis. Portanto, era grande a expectativa entre agentes do governo brasileiro de que a solução para a questão siderúrgica brasileira passasse pela instalação de uma companhia privada estrangeira. Importante destacar, que ao longo dos trabalhos dessa comissão com agentes da US Steel, o Departamento de Estado procurou se envolver o mínimo possível nas conversações entre a comissão e os agentes brasileiros.⁴⁰³

Em inícios de 1940, porém, chega ao governo brasileiro a notícia de que a US Steel não tinha mais interesse no projeto siderúrgico brasileiro, apesar dos esforços em termos de estudos e elaboração de projetos prévios para tanto. Vargas, em particular, não só ficou muito

400 *Ibid.*

401 *Ibid.*

402 *Ibid.*

403 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1940. The American Republics* (Volume V. Washington: U.S. Government Printing Office, 1961).

desapontado com o recuo da US Steel como claramente expôs à embaixada norte-americana a desconfiança de a recusa teria algo a ver com as negociações em torno do pagamento da dívida externa em dólares – o que foi enfaticamente negado pelo Departamento de Estado, afirmando, por sua vez, que não poderia obrigar uma empresa norte-americana a construir a siderúrgica se essa não fosse a decisão da empresa.⁴⁰⁴ Isso não significa que entre os interessados no problema da dívida brasileira não existissem aqueles que defendiam que nenhum empréstimo do Eximbank deveria ser concedido até que os pagamentos da dívida externa em dólares fossem retomados – conforme destacamos acima no caso da FBPC.

A partir da profunda insatisfação entre a maior parte do governo brasileiro manifestada aos agentes do Departamento de Estado, a agência diplomática norte-americana não podia mais manter-se à distância da questão siderúrgica brasileira, ainda mais com as evidências de que o setor militar do governo nutria profundo interesse na questão siderúrgica; de fato, o projeto siderúrgico tinha importância política também do ponto de vista simbólico, já que o estabelecimento da grande siderurgia era encarado como um dos projetos que melhor expressava o intento do governo em promover o desenvolvimento econômico nacional – sendo, inclusive, identificado pelo Departamento como sendo algo importante para a própria estabilidade do governo Vargas.⁴⁰⁵ A partir de então reuniões entre diferentes agências norte-americanas, algumas com a presença do embaixador brasileiro, buscavam soluções alternativas para a questão, inclusive, procurando outras companhias norte-americanas que pudessem estar interessadas em instalar uma grande siderúrgica no Brasil – a Ford, Bacon and Davis, Bethlehem Steel, foram algumas das empresas aventadas na ocasião.⁴⁰⁶

Apesar de não ser um assunto de sua alçada direta, o Secretário do Tesouro Morgenthau foi consultado sobre o problema siderúrgico brasileiro e o embaraço causado pela recusa da US Steel de levar adiante o projeto. Mesmo frisando ser um assunto a ser discutido no âmbito do Eximbank e do Departamento de Estado, Morgenthau aproveitou a oportunidade para sugerir que a possibilidade do projeto siderúrgico fosse executado por uma empresa brasileira deveria ser seriamente explorada.⁴⁰⁷ Antes mesmo do governo brasileiro se definir por uma solução nacional para a questão siderúrgica, o Secretário Morgenthau se mostrava aberto para que a questão fosse encaminhada nesses termos, o que mostra que não apenas os agentes brasileiros eram favoráveis a que a siderúrgica fosse uma empresa brasileira. No mais, desde pelo menos 1937/1938 – talvez impactado pelos efeitos danosos sobre a economia norte-americana e as

404 *Ibid.*

405 *Ibid.*

406 *Ibid.*

407 *Ibid.*

suas relações externas provocados pela assim chamada “depressão de Roosevelt” – Morgenthau se mostrava favorável ao apoio norte-americano a projetos econômicos de grande fôlego no Brasil.⁴⁰⁸

Após conversações com a US Steel com o objetivo de fazê-la reconsiderar a possibilidade de construir a siderúrgica, assim como sondagens junto a outra siderúrgica (a Inland Steel), o Departamento recebe a notícia de que Vargas não mais estaria interessado na construção da siderúrgica por uma empresa estrangeira, mas pretendia usar os estudos realizados com a comissão da US Steel para construir a siderúrgica como uma empresa brasileira. Além disso, era mencionado o acordo firmado em março de 1939, onde o Eximbank se comprometera a conceder financiamento de longo prazo para projetos de desenvolvimento econômico no Brasil; solicitava, portanto, que sob esse ponto acordado o Eximbank concedesse o financiamento para a construção da usina siderúrgica no Brasil.⁴⁰⁹

Após essas reivindicações do governo brasileiro, o Departamento de Estado foi autorizado pela Federal Loan Administration, que desde pouco tempo era dirigida por Jesse Jones, outrora presidente do RFC, a informar ao governo brasileiro que o Eximbank estaria pronto para financiar a construção da usina siderúrgica brasileira, desde que fosse apresentado um plano concreto e bem detalhado para a sua construção.⁴¹⁰ Essa exigência de que o financiamento para a construção da usina se fizesse mediante a apresentação de projetos concretos marca um importante precedente no *modus operandi* com relação aos empréstimos do Eximbank, já que uma das principais razões para a constituição da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cerca de dez anos depois, seria a de elaborar os mais de quarenta projetos concretos que receberiam financiamento do Eximbank e, naquele caso, do Banco Mundial. No que diz respeito à decisão de Jesse Jones, apesar da decisão favorável ao financiamento da siderúrgica pelo Eximbank, ele aproveitou a oportunidade para afirmar ao Departamento de Estado que ainda avaliava que a melhor maneira de garantir a qualidade técnica na construção e na operação da nova siderúrgica seria através da participação de uma companhia norte-americana no empreendimento – o que naquela altura não era mais possível. Destaque-se que essa decisão pelo financiamento do projeto siderúrgico brasileiro se deu em maio de 1940, *antes*, portanto, das polêmicas declarações de Vargas a bordo do *Minas Gerais* (sendo este último episódio no dia 11 de junho). Prontamente ao saber da posição favorável do governo norte-americano ao financiamento da usina siderúrgica, já no dia 1 de junho Vargas

408 Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial...* (op. cit.).

409 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1940. The American Republics...* (op. cit.).

410 *Ibid.*

comunicou que enviaria uma comissão aos Estados Unidos para entabular as conversações necessárias ao firmamento do acordo.⁴¹¹

Apesar dessa manifestação positiva do governo norte-americano em financiar a usina, os alemães continuavam oferecendo ao Brasil (e em condições crescentemente mais favoráveis) propostas para que a Krupp realizasse a instalação da usina siderúrgica – o que era encarado como uma perigosa ameaça pelo Departamento de Estado. Os agentes alemães estariam investindo nos meios militares para convencê-los da proposta alemã, por mais que, de acordo com os informes do Departamento, Vargas não estivesse cedendo a essas pressões.⁴¹² Apesar das insistências alemãs, já estava marcado para o dia 24 de julho a partida para Nova York da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Brasileiro, liderada por Guilherme Guinle, assim como já estava em andamento, ainda que com algum atraso, o preparo do relatório sobre o projeto da usina que tinha ficado a cargo da firma Arthur McKee & Co. (Cleveland, Ohio).

Pouco tempo depois da apresentação pelos alemães de seu projeto de construção da usina, os agentes norte-americanos passaram também a sinalizar que estavam dispostos a negociar com a comissão liderada por Guinle também a possibilidade de financiamento pelo Eximbank de projetos envolvendo a exploração de minério de ferro – financiamentos que se concretizariam posteriormente com a construção da Companhia Vale do Rio Doce. Nessa altura, apesar dos avanços no sentido da siderúrgica brasileira ser construída com financiamento e apoio dos Estados Unidos, ainda havia grande temor de um eventual fracasso nos acertos finais a ocorrer com a comissão brasileira, já que o Departamento de Estado entenderia que nesse caso o governo brasileiro aceitaria imediatamente a proposta da Krupp. Nas palavras do próprio agente do Departamento Summer Welles “A predominância alemã sobre a vida econômica e militar [*do Brasil*] seria assim assegurada por muitos anos”.⁴¹³ Por mais que hoje em dia seja possível ter grandes reservas quanto a possibilidade real da Alemanha de fato realizar a construção da usina siderúrgica – tendo em vista o conflito na Europa e o envolvimento da indústria alemã no esforço econômico de guerra –, em 1940 havia forte preocupação entre os agentes norte-americanos com a possibilidade, ainda mais tendo em vista que era de conhecimento deles que entre as Forças Armadas brasileiras existiam fortes simpatias com os alemães.⁴¹⁴ Portanto, por mais que fosse pouco viável da

411 *Ibid.*

412 08.07.1940 – *ibid.*

413 *Ibid.*, p. 610.

414 Em outra ocasião de 1940 Aranha confidenciava a agente diplomático norte-americano que, na sua opinião, cerca de 90% da população brasileira estaria a favor dos Aliados, enquanto apenas algo em torno de 10% estariam com o Eixo – sendo que estes últimos eram muito melhor organizados que os primeiros e contavam com cargos de destaque no governo e, especialmente, nas Forças Armadas. Aranha fez essas afirmações no contexto da repercussão do discurso de Vargas no *Minas Gerais*, sendo o objetivo de

alternativa alemã para a siderúrgica, é inquestionável que era muito mais favorável aos Estados Unidos que o governo brasileiro nem ao menos tentasse essa alternativa – tendo em vista o dispêndio de energias políticas (e, no limite, físicas) que deveriam se realizado para contornar uma situação de forte presença alemã no Brasil.⁴¹⁵

Do lado dos Estados Unidos, um dos obstáculos momentâneos ao arranjo final para a concessão do financiamento pelo Eximbank era a tramitação no Congresso de legislação que ampliaria a capacidade de operação do Banco para cerca de US\$500 milhões de dólares; apesar de esperar a aprovação da ampliação dos recursos do Exim, temia-se que possíveis atrasos pudessem atrapalhar as negociações. Sendo assim, a orientação era para que se chegasse rapidamente a um acordo definitivo de financiamento.⁴¹⁶ Nos dias seguintes, a partir de conversações entre Jesse Jones e Guilherme Guinle progressivamente se chegaria aos termos do acordo. Os empréstimos seriam, inicialmente, de até US\$20 milhões de dólares a serem usados para a compra de equipamentos nos Estados Unidos – o empréstimo seria endossado pelo Banco do Brasil com garantias do governo brasileiro. Da parte brasileira, seria investido um montante em mil-réis equivalentes a cerca de US\$25 milhões sob a forma de “*junior money*”, o que significava que os pagamentos de juros, amortizações (ou até na eventualidade de um *default*), entre outras quantias, seriam prioritariamente realizados ao Eximbank. Os pagamentos ao Eximbank deveriam começar a ser realizados três anos após o recebimento das primeiras cotas do financiamento, sendo o pagamento realizado em 20 parcelas semestrais. O Eximbank também deveria ter participação na escolha dos engenheiros, técnicos, executivos, entre outros profissionais necessários para a construção da usina. Sobre

tranquilizar os norte-americanos quanto aos enraizamentos na população das simpatias pró-Eixo – assim como destacar que Vargas e uma parte do governo eram favoráveis a uma postura pan-americanista e pró-Aliados (sendo ele próprio, Aranha, um dos principais representantes desse setor do governo). *Ibid.*

415 Existe um debate sobre o real poder de barganha de Vargas junto aos Estados Unidos para conseguir o financiamento para a construção da siderúrgica em troca do alinhamento político e militar com os Estados Unidos e do papel que o discurso a bordo do *Minas Gerais* teve no convencimento das autoridades norte-americanas a ceder o apoio à construção da usina. Conforme observamos, antes do discurso de 11 de junho já havia a disposição em conceder o financiamento da siderúrgica em particular e, desde 1939, de projetos de desenvolvimento econômico em geral. De toda forma, é claro que a partir do discurso de 11 de junho as preocupações em torno do sucesso das negociações com os brasileiros tornaram-se mais fortes. Paiva Abreu (*O Brasil e a economia mundial... op. cit.*) é da opinião de que o financiamento do Eximbank para a usina siderúrgica se deu não por conta do poder de barganha de Vargas – tendo em vista a incapacidade da indústria alemã de conseguir meios seguros de transporte marítimo para enviar o maquinário para o Brasil –, mas por causa do projeto político norte-americano de longo prazo de trazer o Brasil para sua esfera de influência. Cabe aqui considerar que se havia de fato interesse dos Estados Unidos em trazer o Brasil para o seu arco de alianças, o próprio interesse em si dava potencialmente uma margem de negociação sobre o que seria dado em troca ao governo brasileiro por esse apoio. Portanto, se é verdade que as possibilidades alemãs de construir a usina eram poucas, por outro lado também é verdade que a delicadeza da situação geopolítica mundial fazia com que qualquer ameaça por menor que parecesse fosse encarada com grande preocupação – não se pode dizer que a ameaça alemã fosse pequena, dada a simpatia com os alemães nos meios militares brasileiros.

416 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1940. The American Republics... (op. cit.)*, p. 610.

as taxas de juros, a ideia inicial era que nos primeiros 3 anos elas fossem de 4%, sendo aumentadas nos anos posteriores para 4,5%; porém, após Vargas destacar que em conversas com Pierson este havia concordado com taxas de 4% por todo o período, a decisão foi por essa última opção.⁴¹⁷

O instrumento utilizado para a formalização do empréstimo seria a troca de cartas entre Jesse Jones e Guilherme Guinle com o texto que firmaria os termos gerais do acordo. Cabe destacar que no texto da carta de Guinle os equivalentes a US\$25 milhões em mil-réis não estavam mais como sendo dispendidos pelo governo brasileiro, mas por “investidores” (“*investors*”) e por “bancos de poupança” (“*saving banks*”).⁴¹⁸ No texto também havia ênfase de que o acordo não seria apenas financeiro, mas também haveria assistência técnico norte-americana – sendo isso muito mais uma exigência do que uma concessão, já que da parte norte-americana havia preocupação de garantir a solidez do projeto da obra assim como de garantir a participação do Eximbank na decisão dos técnicos e executivos que participariam na execução do projeto. Finalmente, em 25 de setembro de 1940 Jones e Guinle assinavam a troca de cartas firmando o acordo para a construção da usina siderúrgica no Brasil.⁴¹⁹ Nos agradecimentos enviados por Aranha em nome também da Presidência da República se destacou o duplo caráter da assistência do governo norte-americano para o projeto siderúrgico brasileiro, *i. e.*, assistência financeira e assistência técnica.⁴²⁰ O Departamento de Estado frisou o entusiasmo de Vargas em discurso após a assinatura do acordo da usina, com o presidente rendendo agradecimentos especiais à figura de Roosevelt e afirmando que de fato se tratou de uma notável realização em favor das fraternas relações entre as repúblicas americanas.

Sobre o desenrolar das conversações em torno da siderúrgica e do financiamento do Eximbank para o projeto é interessante notar a disposição da parte norte-americana em aliar assistência financeira à assistência técnica nesse tema – o que se repetiria no futuro, com destaque para a experiência da Comissão Mista em 1951-1953. Portanto, assim como era dupla a dependência da economia capitalista brasileira, ou seja, dependência financeira e tecnológica, esse tipo de apoio dos Estados Unidos a projetos de desenvolvimento no Brasil também buscou associar recursos financeiros com influência técnica – obviamente, com

417 *Ibid.*, pp. 611-612.

418 Posteriormente, a parte em mil-réis acabou sendo em sua maioria levantada a partir da subscrição de ações da CSN por Institutos de Aposentadoria e Pensões de diversas categorias profissionais – sendo que muitos desses fundos tinham sido criados há pouco tempo, estando ainda na fase em que o movimento de entrada de recursos nesses fundos de pensão eram muito maiores do que o movimento de saída.

419 *Ibid.*, pp. 612-613.

420 *Ibid.*, p. 614.

objetivos políticos norteados pela relação com o capitalismo brasileiro e com a sua forma própria de Estado em formação. As experiências buscariam incidir, portanto, tanto do ponto de vista do *valor* (a assistência financeira) quanto do ponto de vista do *valor de uso* (a assistência técnica), criando as bases para que a produção capitalista brasileira pudesse operar a passagem para a fase monopolista a partir dessa dupla perspectiva. Não à toa, nesses acordos de financiamento de longo prazo para projetos de desenvolvimento, se buscava aliar empréstimos a missões técnicas ou outros tipos de ações que implicavam no envio de agentes que teriam forte influência intelectual e política na formação de agentes que assumiriam papel de destaque no desenvolvimento do capitalismo brasileiro – tanto na esfera estatal quanto na esfera privada. Algum tempo depois, já com a guerra declarada ao Eixo pelos Estados Unidos e pelo Brasil, esse tipo de missão de cooperação técnica atingiria um nível de complexidade e profundidade de estudos até então inéditos em termos de detalhamento e levantamento de dados, com o estabelecimento da Missão Cooke em fins de 1942 – que além de ter dedicado especial atenção ao desenrolar da construção da siderúrgica, dedicou-se ao estudo da economia brasileira de forma abrangente, identificando seus principais gargalos e apresentando aconselhamentos para superá-los.

O Eximbank e o programa do Lend-Lease

Antes do estabelecimento da Missão Cooke, o Eximbank participara em novos projetos que demandaria a aliança entre assistência financeira e assistência tecnológica: um deles já havia sido aventado quando da decisão de financiar a construção da siderúrgica, *i. e.*, o relacionado à exploração de minério de ferro (logo estendido para um leque mais amplo de recursos minerais); outro conjunto de operações do Eximbank se relacionava ao fornecimento de material militar para o Brasil. Mesmo o projeto de exploração mineral no território brasileiro tinha uma certa dimensão militar, pois envolvia a procura e a extração de alguns materiais considerados estratégicos no conjunto da logística militar. De toda forma, o Eximbank agiu também diretamente no financiamento da aquisição de equipamento militar pelo Brasil – esfera das relações mútuas entre dos dois países que tinha uma conotação geopolítica mais explícita.

As operações sob a rubrica do Lend-Lease do Eximbank tinham caráter secreto, não aparecendo, portanto, nas estatísticas oficiais do período; porém, dado o envolvimento do corpo diplomático norte-americano nessa questão, é possível obter algumas cifras com relação à sua magnitude através da documentação produzida pelo Departamento de Estado. A intenção era que ficasse disponível para o governo brasileiro por até 3 anos cerca de US\$100

milhões para serem despendidos em material militar em geral, incluindo equipamento naval, sendo que cerca de US\$12 milhões já tinham sido acordados anteriormente como uma cifra inicial antes que o plano mais geral do Lend-Lease estivesse concluído.⁴²¹

Nas conversações em torno do acordo do Lend-Lease o presidente Vargas em determinado momento apresentou uma proposta para que fosse concedido um financiamento do Eximbank para a aquisição de equipamento para o Exército, para a Marinha, para a Aeronáutica e para a construção de uma fábrica para a construção de motores de avião, sendo o pagamento por esse empréstimo realizado através do envio de minerais estratégicos, como manganês, mica, diamantes industriais, cristais de quartzo, borracha, entre outros itens.⁴²² Após alguns ajustes na proposta, o governo norte-americano concordou que os materiais considerados críticos e estratégicos pudessem ser usados total ou parcialmente como pagamento dos empréstimos realizados pelo Eximbank. Para regular esses fornecimentos seria estabelecido um acordo com prazo inicial de dois anos, estabelecendo critérios e normas para o fornecimento pelo Brasil desses minerais.⁴²³

Dos primeiros US\$12 milhões disponíveis pelo acordo do Lend-Lease metade seriam usados para a aquisição de veículos motores e equipamentos mecanizados; de forma geral, tais equipamentos militares seriam muito mais modernos do que qualquer compra feita pelo Brasil nos últimos anos nos Estados Unidos. Esse fato deveria ser usado politicamente a favor dos Estados Unidos, explorando o efeito moral da chegada desse equipamento⁴²⁴, ainda mais tendo em vista a possível chegada a qualquer momento de um navio alemão ao Brasil carregado de armamento da Krupp.⁴²⁵

Após o acordo dos primeiros US\$12 milhões ter sido firmado entre o Banco do Brasil e o Eximbank, as conversações continuariam para que o total de recursos fossem ampliados para os US\$100 milhões anteriormente aventados. Importante destacar que parte desses recursos do Lend-Lease estavam sendo usados para a importação de petróleo e derivados pelo Brasil. Com a expectativa de que os recursos do Eximbank para o Lend-Lease fossem ampliados

421 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1941. The American Republics* (Volume VI Washington: U.S. Government Printing Office, 1963), pp. 528-531.

422 *Ibid.*, p. 529.

423 *Ibid.*, pp. 530-531.

424 “A chegada no Brasil de equipamento moderno dos Estados Unidos (como tanques e carros blindados) mesmo que apenas em pequenas quantidades produziria um tremendo efeito moral.” *Ibid.*, p. 531.

425 O Brasil havia comprado da Alemanha uma carga de armamentos que seria retido pelos ingleses no seu bloqueio naval após o início da guerra. O *Siqueira Campos*, nome do navio detido, só seria liberado após a intercessão dos agentes norte-americanos junto aos ingleses para que o navio seguisse para o Brasil. United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1940. The American Republics...* (*op. cit.*); Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos...* (*op. cit.*); Hilton (*op. cit.*); Gerson Moura, *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980); *Id.*, *Relações exteriores do Brasil: 1939-1950*. Rio de Janeiro: Funag, 2012.

resultando em listas de compras cada vez mais amplas e complexas, o Departamento de Estado sugere que o Brasil, à semelhança de outros países participantes do programa do Lend-Lease, organizasse comitês ou grupos de trabalho que pudessem coordenar o conjunto das compras a serem realizados com esses recursos do Eximbank.⁴²⁶ Aqui está mais uma situação que demandaria do Brasil a formação de agências com funções como as que vieram a ser assumidas pela Coordenação de Mobilização Econômica no ano posterior, *i. e.*, a própria organização necessária para fazer o uso dos recursos do Eximbank liberados a partir do Lend-Lease, programa esse cuja natureza política era evidente.

Após conversações suplementares, o acordo do Lend-Lease prevendo financiamentos pelo Eximbank de até US\$100 milhões foi assinado em 1 de outubro de 1941 por Cordell Hull e pelo embaixador brasileiro nos Estados Unidos Carlos Martins Pereira e Souza.⁴²⁷ Apesar da assinatura e da disponibilidade inicial dos US\$12 milhões, o acordo não funcionou muito bem em seus primeiros momentos; já em novembro de 1941 Caffery transmitia ao governo brasileiro a perplexidade de muitos agentes militares e civis norte-americanos com o fato dos recursos disponíveis ainda não terem sido usados. Além disso, o embaixador norte-americano apontava que estaria havendo uma sobreposição de competências entre as agências brasileiras responsáveis por realizar as compras nos Estados Unidos, recomendando centralizar essa incumbência em uma mesma agência para agilizar o envio dos equipamentos para o Brasil.⁴²⁸ Não se pode excluir nesse caso a possibilidade de que tais demoras estavam ocorrendo por conta da falta de disposição de setores mais pró-germânicos nas Forças Armadas brasileiras em adquirir os equipamentos norte-americanos e/ou entrar em aliança mais estratégica com os Estados Unidos. Como se sabe, mesmo a menos de um ano antes do Brasil declarar guerra ao Eixo ainda havia um forte setor militar mais afinado com as ideias dominantes na Alemanha de então e também com seus métodos e equipamentos militares.⁴²⁹

Enquanto esteve em vigor sob o acordo do Lend-Lease os empréstimos do Eximbank não correram sem percalços, houve uma série de desentendimento quanto ao uso desses recursos nos anos seguintes. De toda maneira, não deixa de ser notável a magnitude dos empréstimos

426 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1941. The American Republics...* (*op. cit.*), p. 533.

427 *Ibid.*, pp. 534-537.

428 *Ibid.*, p. 538.

429 Na verdade, mesmo com a guerra já em estágio avançado e com o Brasil nela participando existiam setores nas Forças Armadas que ainda sentiam-se desconfortáveis com manifestações explícitas pró-norte-americanas, o que atesta o caso do fechamento da Sociedade de Amigos da América fundada por Oswaldo Aranha nos anos da Segunda Guerra e com as constantes proibições no Distrito Federal de manifestações de apoio à participação do Brasil na guerra (Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos... op. cit.*) – o que configura um caso raro de um governo reprimir manifestações de apoio a uma medida tomada pelo próprio governo.

previstos pelo acordo do Lend-Lease ao Brasil, sendo US\$100 milhões a maior quantia em termos de empréstimos do governo norte-americano negociados até então.

O Eximbank e a exploração mineral brasileira

Como mencionamos acima, o programa do Lend-Lease tinha uma ligação direta com a questão da exploração mineral, já que o acordo previa o pagamento dos empréstimos do Eximbank sob essa rubrica diretamente com a venda de recursos minerais então considerados críticos e estratégicos. Já havia um tempo que se iniciara a procura por minerais estratégicos no território brasileiro e os arranjos para dotar o Brasil de uma infraestrutura que pudesse possibilitar o eficiente escoamento desses recursos. Portanto, a questão da exploração mineral se articulava com a questão da modernização de alguns trechos ferroviários – especialmente a estrada de ferro que ligava Vitória a Minas Gerais, responsável pelo escoamento dos recursos extraídos na cidade de Itabira, cujas jazidas à época eram consideradas das maiores do mundo, com nível de qualidade considerado de excelência.

O Eximbank, portanto, logo foi chamado também a financiar os projetos necessários para a viabilização desse programa de exploração mineral no Brasil, sendo esses projetos os que encontraram mais complicações no seu transcurso, pois havia antigos interesses norte-americanos e ingleses na exploração de algumas minas que seriam envolvidos.⁴³⁰ Foi a partir dessa necessidade de viabilizar técnica e logisticamente o fornecimento pelo Brasil de recursos minerais aos Estados Unidos e, depois da entrada na guerra, aos Aliados de forma geral que será fundado em 1942 a Companhia Vale do Rio Doce, com recursos do Eximbank para a compra de equipamentos e de material ferroviário para o escoamento da produção da recém-criada companhia mineradora. Como se percebe, se o acordo do Lend-Lease implicava na exploração mineral, ela, por sua vez, implicava na infraestrutura de transporte, aprofundando o envolvimento dos Estados Unidos nos problemas econômicos brasileiros em diversas esferas.

Cabe destacar que essas operações do Eximbank para a exploração mineral brasileira no âmbito da criação da CVRD também marcou um importante precedente que se repetirá nos anos da Comissão Mista, ou seja, a de articular essa questão da exploração mineral a assuntos geopolíticos militares, já que naquela ocasião, mesmo que de forma velada, o compromisso assumido pelo Brasil em fornecer materiais estratégicos era a contrapartida pelos empréstimos

430 Sobre os problemas enfrentados nas negociações me torno dos empréstimos do Eximbank para a formação Companhia Vale do Rio Doce, cf. William H. Becker e William M. Mclenahan Jr., *The Market, the State and the Export-import Bank of the United States, 1934-2000* (New York: Cambridge University Press, 2003). Para os empréstimos realizados pelo Eximbank até 1942, cf. Eximbank, *First Semiannual Report to Congress for the period july-december 1945* (Washington, 1946).

do Eximbank e pelo fato de ter recusado enviar tropas para combater na Guerra da Coreia.⁴³¹

431 Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos...* (*op. cit.*); Sérgio Besserman Vianna, “A política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)” (Dissertação de Mestrado em Economia. Rio de Janeiro: PUC, 1987); entre outras.

§5. O programa norte-americano para o desenvolvimento capitalista no Brasil: a *Missão Cooke*

Os trabalhos realizados pela Missão Cooke no Brasil em 1942 inauguraram uma trajetória nas relações entre Estados Unidos e Brasil de associação entre apoio financeiro e apoio técnico para o planejamento de áreas diversas da produção e reprodução da economia capitalista brasileira – lembrando, porém, que no que diz respeito ao apoio técnico para a administração de assuntos bancários e financeiros, especialmente na área de produção e registros de estatísticas sobre o tema, desde pelo menos a vinda da missão chefiada por John Williams ao Brasil (1934), esse tipo de cooperação era cogitada. A Missão Cooke veio ao Brasil após o Eximbank ter ampliado bastante a magnitude de seus empréstimos ao Brasil, a partir da construção da CSN, da CVRD, assim como os empréstimos realizados para o Brasil no âmbito do programa do Lend-Lease. Portanto, o nível dos aportes financeiros estatais dos Estados Unidos já eram consideráveis, sendo o Eximbank a principal instituição a realizar esses empréstimos. Boa parte desses empréstimos seriam concedidos para investimentos que demandariam algum tipo de formação técnica para serem realizados, assim como possuírem um claro significado estratégico, econômico e militar. Não tardou para que uma missão com um caráter mais abrangente fosse enviada ao Brasil para investigar a realidade econômica brasileira e propor um programa para *racionalizar* a produção econômica brasileira (nos termos do próprio Morris Cooke) em uma grande diversidade de áreas. Em outras palavras: a Missão Cooke foi a experiência mais detalhada até então para o estabelecimento de um *planejamento econômico* no Brasil.⁴³²

Obviamente, a entrada do Brasil na Segunda Guerra e as medidas necessárias para aperfeiçoar a contribuição econômica brasileira para o esforço de guerra foram determinantes para a decisão de enviar a Missão para o Brasil; porém, alguns eixos gerais acerca do tipo de planejamento econômico a ser adotado pelo Estado brasileiro apoiado pelos Estados Unidos estabelecidos pela Missão Cooke, tiveram continuidade em experiências semelhantes futuras – como a Missão Abbink em 1947 e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos em 1951-1953. Nesse sentido, entendemos ser de grande importância a apresentação de alguns desses eixos básicos do planejamento econômico proposto pelos agentes norte-americanos da Missão Cooke para o Brasil com o objetivo de promover a passagem da economia capitalista brasileira para a era dos grandes monopólios e das grandes concentrações/centralizações de

432 Morris Cooke é um dos pioneiros na aplicação das técnicas de gestão elaboradas por Taylor, trabalhando com este último em seus primeiros experimentos. A ênfase de Cooke se deu no emprego das técnicas de administração científica proposta por Taylor na administração pública.

capital – o que também nesse caso implicava também em importantes transformações em nível tecnológico. O programa da Missão Cooke foi de grande importância para o estabelecimento do programa desenvolvimentista “realmente existente” implementado no Brasil – o estabelecimento desse programa formou uma verdadeira geração de intelectuais afins a essa concepção de planejamento econômico. Esse programa seria, portanto, um dos casos de experiência de revolução passiva, por assim dizer, de “etiqueta americanizada” – segundo nossa interpretação.

O relatório final apresentado pela Missão Cooke apresentou uma análise pormenorizada da realidade econômica brasileira lançando mão de um resgate histórico da formação da economia capitalista do país – o que se repetiria nas análises realizadas pela Missão Abbink e pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A apresentação da formação da economia e da sociedade brasileira é realizada junto a um relato das principais características do meio natural brasileiro. Considerava que alguns aspectos da ocupação do território brasileiro (remontando há alguns séculos) representavam problemas que um programa de desenvolvimento econômico deveria superar, especialmente no que diz respeito aos transportes, integração entre os principais núcleos populacionais do país, assim como ocupação efetiva de vastas regiões do *hinterland* brasileiro. Além disso, destacava aspectos sociais e culturais dos povos que ocuparam cada região brasileira para compreender a evolução econômica de cada região – e. g., o caso de São Paulo e o papel dos jesuítas, e posteriormente dos imigrantes, na formação de uma espécie de “espírito empreendedor” na região. Esse tipo de enfoque cultural para entender os problemas econômicos brasileiros também apareceria com destaque quando da análise do comportamento geral sobre investimentos de parte da sociedade brasileira que possuía excedentes para tanto.⁴³³

De forma sintética, podemos dizer que a análise da realidade econômica brasileira realizada pela Missão Cooke se dava a partir de uma perspectiva que buscava identificar pontos de potencial de crescimento da economia brasileira e pontos de bloqueio a esse desenvolvimento; portanto, algo bem assemelhado ao par analítico que seria desenvolvido nas outras missões norte-americanas no Brasil, ou seja, o par *pontos de germinação* e *pontos de estrangulamento*. A ideia era que a partir da análise dessas virtualidades da economia brasileira se elaborasse recomendações práticas para superar os pontos de estrangulamento e estimular os de germinação.

433 Importante destacar que é comum também no relatório da Missão Cooke a comparação da formação social brasileira com a formação social norte-americana – especialmente no que diz respeito à comparação entre regiões do Brasil e dos Estados Unidos e o papel do passado escravista em cada um delas. O relatório não deixa de observar as permanências desse passado na relação de alguns proprietários de terras com relação ao seu patrimônio e ao seu trato com os seus empregados.

Dentre os principais itens analisados pelo relatório da Missão Cooke, vamos considerar mais detidamente as partes que tratam dos problemas de *escassez de capitais*, já que é o tema que diretamente relacionado com os financiamentos do Eximbank. Para a Missão, existiriam, assim, dificuldades de formação e canalização de poupança na sociedade brasileira. A solução desses problemas de escassez e mobilização de capitais no Brasil seria fundamental para a viabilização concreta de um vasto programa de desenvolvimento que objetivasse levar a sociedade brasileira à condição de uma moderna economia capitalista industrial.

O problema dos capitais

Ao lado de problemas como transportes, combustíveis e mão de obra, a escassez de capitais era apontado como uma das maiores dificuldades ao desenvolvimento econômico brasileiro. O relatório da Missão Cooke aponta que, apesar de boa parte dos investimentos industriais na história econômica brasileira terem provido de capitais estrangeiros, a continuidade e expansão dessa contribuição estrangeira estariam encontrando diversas dificuldades nos últimos tempos. Uma delas seria a longa história de depreciação da moeda brasileira frente a moedas estrangeiras, problema ainda mais agravado do ponto de vista do capital estrangeiro, tendo em vista os controles cambiais adotados ao longo da década de 1930s. O investidor estrangeiro não possuiria a certeza da remessa de seus lucros e dividendos para as suas matrizes, nem realizar essas remessas sem sofrer com a depreciação do câmbio. No que diz respeito às companhias que exploravam serviços públicos, o relatório da Missão considera que a política adotada até então de calcular a taxa de retorno em moeda nacional também teria sido um fator a desestimular novos investimentos, tendo em vista a perda de ganhos em moeda estrangeira para as companhias que tal cálculo implicaria. Além desses fatores, as recentes modificações na legislação dificultando e/ou impedindo que estrangeiros tomassem parte em investimentos em áreas como mineração, exploração hidrelétrica, entre outras, também representariam dificuldades a mais no movimento de capitais estrangeiros para a economia brasileira que poderiam ser usados no financiamento de certos pontos de um programa de desenvolvimento econômico.⁴³⁴

Apesar de todas essas observações com relação às dificuldades para o investimento estrangeiro no país, o relatório destacava ser perfeitamente compreensível a intenção de manter sob o controle brasileiro algumas das indústrias chaves brasileiras; porém, sugeria uma

434 Corwin Edwards, “O Quadro Econômico”, *In*: Morris Cooke (Chefe da Missão), *A Missão Cooke no Brasil* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949), pp. 89-90. Lembrando aqui que Corwin Edwards também fora membro da agência econômica estatal norte-americana *National Resources Committee*, cujos documentos foram abordados no Capítulo 2.

fórmula que permitisse manter esse controle nacional mas também garantido os interesses do capital estrangeiro investido na economia brasileira. De acordo com o relatório,

[...] deveriam ser encontrados meios capazes de garantir à política brasileira a colocação do futuro controle de suas indústrias em mãos nacionais, salvaguardando, ao mesmo tempo, os interesses dos investimentos estrangeiros, de cujo capital o Brasil agora tão claramente necessita.⁴³⁵

Encontrar tal fórmula de interesse dos capitais brasileiros e estrangeiros teria ainda a vantagem de permitir buscar no mercado mundial formas de financiamento de empreendimentos através do lançamento de ações, obrigações, entre outras modalidades de capitalização. Essa necessidade do capital estrangeiro seria agravada no caso brasileiro por causa das graves dificuldades encontradas em levantar capitais internamente, seja por conta da inadequação das instituições financeiras ou por conta da ausência de uma cultura de investimentos em novos empreendimentos dos recursos acumulados na economia brasileira.

O brasileiro que se dispõe a fazer investimentos, geralmente se volta para a terra, propriedade imobiliária urbana, ou apólices governamentais. Até a revisão das leis concernentes às sociedades anônimas e permuta de ações, em 1939, a compra de ações de sociedade anônima, como forma de investimento, era encarada com desconfiança e, mesmo hoje, apesar de estar crescendo rapidamente o interesse nas garantias industriais, ainda é forte a tradição anterior.⁴³⁶

O relatório da Missão observava a forte tendência entre os que dispunham de capitais no Brasil em investir em propriedades imóveis (rurais e urbanas) e em títulos do governo, sendo pouco desenvolvida a prática de investir em ações de sociedades anônimas – apesar dos esforços em dinamizar o mercado de capitais brasileiro com as mudanças na legislação acerca das sociedades anônimas então recentemente realizadas. Importante destacar que essa característica da análise sobre a realidade econômica brasileira realizada pelos agentes norte-americanos será uma constante nas próximas experiências de cooperação econômica, ou seja, a parcela excessiva dos recursos da economia brasileira investidos em imóveis urbanos e rurais, pouco sobrando para ser usado em empreendimentos cujos efeitos sobre o crescimento econômico global fossem mais acentuados. Portanto, apesar do mercado de capitais e as negociações em bolsas de valores serem encarados comumente como uma área em que práticas especulativas e improdutivas predominariam, a Missão Cooke e as demais missões norte-americanas destacavam ser fundamental para um programa de desenvolvimento econômico o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de um vigoroso mercado de capitais canalizasse as parcas poupanças da economia brasileira para investimentos produtivos – reduzindo, assim, o poder de atração exercido pelos investimentos em imóveis e em títulos do governo.

435 *Ibid.*, p. 90.

436 *Ibid.*, p. 90.

O relatório apontava que o investimento em novos empreendimentos no Brasil ainda era predominantemente realizado a partir de recursos acumulados individualmente ou através de empréstimos junto a familiares e amigos. Também era muito comum as instituições bancárias funcionarem como consultoras financeiras junto a seus clientes, orientando quanto aos investimentos possíveis com os seus recursos. Mesmo que em menor medida, o relatório destacava que nos últimos anos, de forma ainda tímida, vinha se desenvolvendo a prática de realizar lançamento de ações e obrigações de empresas através de corretores de títulos reconhecidos pelos governos federais e estaduais nas bolsas do Rio, de São Paulo e de Porto Alegre – apesar de não haver muita coordenação nesses lançamentos que envolvessem corretores de várias localidades e que se realizassem em várias bolsas simultaneamente, limitando os investimentos em uma região do país à base dos próprios capitais locais disponíveis.⁴³⁷

Essa escassez de meios para o investimento privado maciço em novos empreendimentos econômicos, ou seja, de um mercado privado de capitais, de acordo com o relatório, vinha sendo compensada por investimentos realizados a partir de *fundos públicos*. Em fins de 1941, o Banco do Brasil tinha aplicado em empréstimos industriais e agrícolas algo em torno de US\$118 milhões, sendo a maior parte desses empréstimos com prazo de cinco anos renováveis por mais algum período, dependendo do caso. Além disso, os *fundos de pensão* vinham sendo uma das mais importantes fontes de investimento tendo em vista a ausência de um mercado privado de capitais mais dinâmico no país.

São importantes, pelo vulto, os fundos do sistema federal de aposentadoria e pensões o qual arrecada 6 % da folha anual de pagamentos dos empregados brasileiros – um total de quase US\$28.000.000 em 1939, responsável por investimentos num total de cerca de US\$81.000.000. A aplicação desses fundos é determinada pelo Governo e, no momento, eles são destinados principalmente à construção de casas para os operários.⁴³⁸

Como é possível perceber, existe a clara sugestão no relatório para que os fundos de pensão fossem mais massivamente utilizados como substitutos do capital privado enquanto não fosse aperfeiçoado o mercado de capitais no Brasil. Se levarmos em consideração as afirmações anteriores sobre o uso excessivo das poupanças brasileiras na compra de bens imóveis, podemos perceber que era a ideia do relatório que mais desses fundos previdenciários fossem usados para investimentos outros que não apenas imóveis para trabalhadores – apesar da parte majoritária dos capitais em moeda brasileira necessários para a construção da CSN terem sido subscritos por alguns dos fundos previdenciários estabelecidos nos últimos anos.

437 *Ibid.*, pp. 90-91.

438 *Ibid.*, p. 91.

Em termos gerais, o relatório destacava a necessidade de melhoras nas formas de mobilização de capitais no Brasil para fazer frente às crescentes necessidades do desenvolvimento capitalista brasileiro. Para tanto, era importante que as desconfianças quanto aos investimentos em sociedades anônimas fossem superadas, no que a criação de instituições reguladoras como a *Securities Exchange Administration*, dos Estados Unidos, fossem criadas para evitar práticas especulativas e aumentar a confiança nos investimentos nas bolsas de valores. Dessa maneira, seria possível desenvolver-se, à semelhança do que ocorria em outros países capitalistas, bancos de investimentos com sucursais e agências associadas, permitindo, assim, uma melhor mobilização de capitais para os investimentos produtivos demandados para a economia brasileira em expansão. No conjunto, tais medidas poderiam ajudar a tornar os investimentos em indústrias mais atrativos do que os investimentos em imóveis, o que vinha sendo o destino da maior parte dos investimentos realizados até então na economia brasileira com as poupanças acumuladas por particulares.

A Missão Cooke atribuía tal seriedade ao problema de obter fontes constantes e seguras de financiamento de longo prazo para um programa de desenvolvimento capitalista no Brasil que nos seus trabalhos finais dedicou uma inteira monografia sobre o tema, escrita pelo mesmo economista Corwin Edwards que redigiu a análise sobre a realidade econômica brasileira citada acima.⁴³⁹ O texto de Edwards realizava uma detalhada apresentação da trajetória da formação dos maiores capitais brasileiros com o objetivo de investigar a maneira tradicionalmente usada pelos capitalistas brasileiros para financiar os seus empreendimentos – sendo que, de acordo com o economista estadunidense, essas formas refletiam as próprias características históricas da economia brasileira, na qual predominara o comércio exterior há quase quatro séculos e que a indústria começara a se desenvolver há cerca de quatro décadas.

Até há pouco, as empresas comerciais foram mais numerosas e importantes do que as industriais; muitas das maiores companhias são subsidiárias ou agências de firmas estrangeiras e, tendo em vista os padrões norte-americanos, as maiores empresas brasileiras ainda são relativamente pequenas.⁴⁴⁰

Para Edwards predominou um certo “empirismo” nas formas até então exploradas pelos homens de negócios brasileiros para obter o financiamento dos seus empreendimentos. A natureza e a magnitude dos capitais brasileiros eram resultado e causa das formas até então existentes para a mobilização de capitais no Brasil: ao mesmo tempo que essa magnitude e natureza determinavam as formas limitadas de financiamento no Brasil, essas mesmas formas de financiamento reiteravam os limites impostos ao desenvolvimento dos capitais no Brasil.

439 Corwin Edwards (economista, Chefe de Pessoal da Missão), “Fontes de Crédito para novos Empreendimentos”, *In: Ibid.*, p. 322 e ss.

440 *Ibid.*, p. 322.

Porém, a despeito desses limites, o economista norte-americano entendia existirem potenciais não explorados na economia brasileira em termos de financiamento de longo prazo que, sendo explorados, o Brasil poderia desenvolver-se ainda mais em direção a uma moderna economia capitalista industrializada

Assim como outras monografias integrantes do relatório da Missão Cooke, a de Edwards impressiona pela diversidade de dados quantitativos sobre a economia capitalista brasileira, ainda que muitos dos dados julgados relevantes pela missão não pudessem ser levantados na ocasião por conta das limitações dos serviços estatísticos brasileiros. Portanto, muitos dos dados apresentados sobre a economia brasileira eram até então inéditos, contando, inclusive, com o apoio da seção regional de São Paulo da Coordenação de Mobilização Econômica – Comissão que trabalhou conjuntamente com os membros da Missão Cooke enquanto esta esteve no Brasil.

De acordo com o relatório da Missão, apesar de não haver números precisos sobre as organizações industriais, o número de estabelecimentos industriais seria bom indicativo das organizações, já que poucas empresas operavam mais de um estabelecimento industrial no Brasil.⁴⁴¹ Além disso, a grande maioria dessas empresas empregava menos de 12 trabalhadores – o que podia ser atestado tomando como exemplo os dados disponíveis para o estado de São Paulo, estado com a maior quantidade e as maiores empresas industriais brasileiras.

Como mencionamos, um importante eixo das recomendações econômicas da Missão para promover o desenvolvimento econômico brasileiro era o estímulo à formação e expansão das sociedades anônimas no Brasil cujas ações e obrigações pudessem ser negociadas em um dinâmico mercado de capitais. Nesse sentido, era levantado o quantitativo das empresas organizadas sob essa forma no Brasil – quando da confecção do relatório eram 2006 sociedades anônimas, a maior parte concentradas no Distrito Federal e em São Paulo, somando 1442 sociedades anônimas dentro desse total. Além de serem poucas sociedades anônimas em comparação com os Estados Unidos, o relatório aponta que muitas delas eram na verdade empresas familiares, sendo a maioria das ações detidas por membros de uma mesma família. Eram poucas as empresas que contavam com uma grande quantidade de acionistas e com as suas ações ativamente negociadas nas bolsas de valores.

Para obter os dados, o relatório recorreu às maiores sociedades com ações (industriais e comerciais) registradas nas bolsas de valores – apesar de existirem importantes sociedades brasileiras não registradas em nenhuma das bolsas e sociedades estrangeiras com suas ações

441 *Ibid.*, p. 323.

negociadas em outras praças. A principal bolsa de valores no Brasil, de acordo com o relatório, era a do Rio de Janeiro, sendo negociadas ações de 221 companhias em 1941 – 23 bancos, 19 companhias de seguros, 15 companhias de transportes, 30 indústrias têxteis e 134 empresas comerciais e industriais várias. O total negociado de companhias particulares em 1942, tanto ações como obrigações, era equivalente a quase de US\$194 milhões.⁴⁴² Na bolsa de São Paulo eram negociadas ações e obrigações de 9 bancos e de 160 empresas de negócios vários em 1940, sendo que 3 bancos e 6 dessas empresas também tinham seus papéis negociados na bolsa de valores do Rio; portanto, excluindo-se as repetições montava em cerca de US\$69 milhões o total dos papéis negociados na bolsa de São Paulo. Excluindo-se novas repetições, em outras bolsas do Brasil existiam mais 6 bancos e 20 outras empresas. Dessa forma, havia um total de 35 bancos e 372 outras empresas estavam efetuando transações em bolsas de valores no Brasil naquele momento.⁴⁴³

Desse total de empresas com papéis negociados em bolsas de valores, a maior empresa era uma estrada de ferro, com capital estimado de US\$25 milhões; a segunda maior era uma empresa de docas, com o capital de US\$8 milhões; a terceira, uma companhia siderúrgica com capital de US\$7,5 milhões. Não havia no momento nenhuma outra empresa com capital de mais de US\$5 milhões. Das 20 empresas com capitais na faixa de US\$1-5 milhões, 8 eram bancos, 3 companhias de transporte e 9 empresas industriais e comerciais. Na faixa de US\$0,5-1 milhão havia 26 empresas, na faixa de US\$100-500 mil 130 empresas e 184 empresas com capitais inferiores a US\$100 mil. Excluindo-se os bancos, existiam 16 firmas com capitais na faixa de US\$0,5-1 milhão, 109 na faixa de US\$100-500 mil e 160 com menos de US\$100 mil.⁴⁴⁴

Na avaliação do relatório da Missão Cooke era ainda muito difícil a canalização de recursos para investimentos em novos empreendimentos, por exemplo, via o lançamento de ações em mercados de capitais; mesmo as empresas estrangeiras atuando no Brasil costumavam se valer de seus lucros acumulados no Brasil, de empréstimos no exterior ou mesmo transferências de suas matrizes para realizar novos investimentos. O relatório assinado por Edwards apresentava quatro tipos de empresas atuando no Brasil com relação aos seus meios de financiamento: (a) *sociedade anônima de propriedade estrangeira*; (b) *sociedade anônima de tipo familiar*; (c) *grandes sociedades brasileiras de economia mista*; (d) *outras*.

Ao tratar das sociedades anônimas de propriedade estrangeira, o relatório tomou como

442 *Ibid.*, pp. 324-325. O Autor usou como taxa de conversão 20 cruzeiros (antigo mil-réis) por dólar, apesar de notar que se tratava de uma aproximação tendo em vista a variação ao longo do tempo e a existência de diferentes taxas no mercado oficial e no mercado livre.

443 *Ibid.*, p. 325.

444 *Ibid.*, p. 325.

exemplo a Companhia Brasileira de Carris, Luz e Força, organizada em 1912 controlando várias empresas de utilidade pública de diversas cidades brasileiras, a maior parte estabelecidas antes de 1900, sendo que todas essas empresas levantaram seus capitais no exterior. Essa companhia era a maior empresa de utilidade pública atuando no Brasil, sendo que nenhum novo capital fora investido quando da incorporação das diversas companhias, havendo apenas a troca dos títulos da companhia exploradora pelos da companhia controladora. Em 1918 a Companhia levantou um empréstimo de £360 mil para completar a instalação de linhas telefônicas ligando São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, desde 1918 nenhum outro empréstimo externo fora realizado pela Companhia. O relatório apontava considerável expansão dos serviços prestados pela Companhia nos últimos anos, tanto do ponto de vista de extensão de linhas de bonde, passageiros transportados, geração e distribuição de energia, linhas telefônicas, etc. No decênio encerrado em 1941 essa empresa investiu algo em torno de US\$79 milhões, sendo todo esse montante oriundo dos lucros da empresa. Tendo em vista que a empresa Companhia de Carris, Luz e Força controlava quase que completamente as empresas exploradoras das utilidades públicas, ela podia usar lucros de uma das subsidiárias para realizar investimentos demandados em outra das subsidiárias, sendo essa, portanto, a principal forma utilizada pela empresa para realizar os seus investimentos.⁴⁴⁵

Um fator importante que levou a empresa a reinvestir os seus lucros foi o controle cambial estabelecido por diversas vezes desde a década anterior, que tornava mais difícil a obtenção de câmbio para a realização de suas remessas, mas que por outro lado facilitava essa obtenção para a importação de novos equipamentos para aumentar a capacidade das empresas. Portanto, o controle cambial foi um fator de fundamental importância nos reinvestimentos dos lucros dessa empresa – sendo esse fato ilustrado por um extrato de um relatório da Junta de Diretores da empresa de 1941. Obviamente, tendo em vista os efeitos da depressão econômica nos mercados de capitais mundiais, dificilmente a Companhia conseguiria levantar nessas praças os recursos necessários para fazer os investimentos necessários para acompanhar a crescente necessidade por utilidades públicas nas cidades brasileiras.⁴⁴⁶ Do ponto de vista do portador dos títulos da empresa no exterior o valor de cada unidade dos lucros em moeda brasileira era menor quando expresso em moeda estrangeira, já que a depreciação da moeda brasileira desde o período da formação da Companhia foi muito acentuada (a moeda brasileira valia cerca de um quinto, tomando como exemplo o ano de 1914). De acordo com o relatório, os preços das utilidades oferecidas pela Companhia não foram proporcionalmente reajustados

445 *Ibid.*, pp. 326-327.

446 *Ibid.*, pp. 327-328.

à desvalorização da moeda brasileira, já que a política do governo foi a de assegurar um rendimento razoável desses investimentos tomando como base os investimentos originais em moeda nacional. A empresa só conseguiu manter a sua solvência por causa dos altos preços iniciais das tarifas, pelos esforços em reduzir custos e também por causa do fortíssimo crescimento absoluto da procura pelos seus serviços – apesar de certas subsidiárias, como no sistema de carris de São Paulo, operarem com lucros baixíssimos ou até com prejuízos.⁴⁴⁷

Se, por um lado, não era incomum empresas estrangeiras obterem grandes lucros no Brasil, a sua distribuição não era, por sua vez, uma tarefa das mais simples. As incertezas quanto a possibilidade de transferir capitais e até mesmo os seus lucros para as suas sedes vinha afugentando, afirma o relatório, a vinda de novos capitais para a economia brasileira. Inclusive era mencionado não ser incomum empresas estrangeiras contraírem empréstimos de um ano a taxas mais altas no Rio de Janeiro do que no exterior, pelo temor de não conseguir a cobertura cambial para realizar os serviços futuros dos empréstimos.⁴⁴⁸

Além desses obstáculos ao investimento estrangeiro no Brasil, o relatório apontava que desde 1937 vinha sendo tomadas medidas para estimular a participação do capital nacional em vários setores da economia brasileira, o que muitas vezes envolvia restrições ao capital estrangeiro. O relatório assinalava 14 medidas relevantes que afetavam diretamente o capital estrangeiro, que iam desde o estabelecimento de áreas para a exploração exclusiva pelo capital brasileiro até profissões que só poderiam ser exercidas por brasileiros. O relatório expressava o desejo que assim que as condições políticas internacionais se normalizassem essas medidas fossem codificadas e regulamentadas de maneira a distinguir medidas absolutamente legítimas no contexto de escalada das tensões geopolíticas internacionais daquelas que possuíssem um caráter mais permanente.⁴⁴⁹

Ao tratar das sociedades anônimas de tipo familiar, o relatório destacava que a grande maioria das empresas brasileiras eram formadas a partir de capitais ajuntados entre uma, duas, ou até três famílias, sendo que até mesmo grandes companhias brasileiras iniciaram suas atividades com essa maneira de levantar capitais. Seguindo o método de tomar um exemplo para ilustrar cada tipo de empresa quanto a forma principal de financiamento, apresenta-se o caso da Companhia Sorocabana de Material Ferroviário, uma das 3 maiores empresas do país de construção, reparação e manutenção de equipamento ferroviário.

Foi fundada, em 1929, organizada sob a forma de sociedade anônima, por 14 pessoas, das quais apenas uma não tinha parentesco com Mariano Ferraz, seu organizador, dirigente e principal acionista; o capital inicial proveio da economia

447 *Ibid.*, p. 328.

448 *Ibid.*, pp. 328-329.

449 *Ibid.*, pp. 329-330.

particular de cada um. Não se emitiram obrigações, nem se levantaram empréstimos bancários. A companhia começou a funcionar com 17 empregados, inclusive os chefes, e o capital de movimento necessário foi obtido, nos primeiros anos, à custa do penhor das joias da família. Mais tarde, obteve a Companhia crédito bancário através do desconto de contas a receber.

Hoje, a companhia tem 392 empregados. Suas vendas, sempre crescentes, atingiram de US\$250.000 a US\$300.000, no ano passado. O capital para movimento proveio de adiantamentos bancários garantidos pelos créditos a receber, sendo que um recente relatório demonstra a existência de um saldo que atinge de 20% a 25% das contas a receber. O número de acionistas aumentou para 30, inclusive funcionários da companhia, novos e antigos, permanecendo, entretanto, com a família Ferraz o controle das ações.⁴⁵⁰

A terceira e mais inovadora forma de levantamento de capitais para novos empreendimentos abordados pelo relatório da Missão Cooke foi aquela explorada pelos então recentes grandes empreendimentos estabelecidos com sociedades anônimas de economia mista, sendo o caso da Companhia Siderúrgica Nacional o mais significativo. O plano financeiro envolvia, como fartamente mencionado, um empréstimo do Eximbank efetuado contra notas promissórias, primeiramente de US\$20 milhões acrescido posteriormente em US\$25 milhões, tendo em vista alguma correções nas estimativas de custo. O plano era concluir esses pagamentos até 1955. Do ponto de vista do financiamento em moeda brasileira, o governo buscou junto às agências que mantinham reservas para fins previdenciários e afins a subscrição de ações da nova companhia, atingindo um total de cerca de US\$12,5 milhões.

O relatório da Missão destaca que a subscrição das ações da CSN foi investido de um sentido patriótico pelo governo, divulgando tais subscrições em todo o país. Ao todo, conseguiu-se cerca de 26 mil subscritores, somando um total de ações de US\$4.319.000 – ocorrendo casos de ações subscritas por empresas comerciais e industriais. Regionalmente, cerca de 44% dessas ações foram compradas no Distrito Federal, 22% em São Paulo, quase 11% em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul as compras de ações somaram em US\$181 mil; na Bahia e no Estado do Rio de Janeiro algo entre US\$100-150 mil; em Santa Catarina, Paraná, Pará e Alagoas, algo entre US\$50-100 mil; em todos os outros estados, menos de US\$50 mil – incluindo até o território do Acre, que subscreveu US\$2 mil.⁴⁵¹ Cerca de 89% de tais vendas foram realizadas através de instituições bancárias, 7% através das Caixas Econômicas Federais e 3% através de corretores de títulos. Como se percebe, era também do interesse da Missão o esclarecimento das maneiras em que as ações eram distribuídas, indicando o interesses em tornar a venda de ações de empresas algo cada vez mais disseminado na sociedade brasileira.

Os custos de construção da CSN majoraram-se consideravelmente por conta das

450 *Ibid.*, p. 330.

451 *Ibid.*, p. 331.

dificuldades com fretes, encomendas, entre outros pontos, decorrentes dos tempos de guerra, gerando a necessidade de novas subscrições de ações da Companhia. Porém, de acordo com informações levantadas por Edwards com o presidente da CSN, Guilherme Guinle, esse capital adicional seria levantado novamente junto aos fundos de pensão, já que as campanhas públicas de subscrição exigiam um esforço grandioso e resultavam em poucos resultados. Apesar dessa avaliação de Guinle, o relatório entendia que de tempos em tempos seriam viáveis novas campanhas de subscrição de ações da Companhia – o que atesta a forte intenção do relatório em estimular a praxe de subscrever ações de companhias como forma de investimento das poupanças existentes na economia brasileira.⁴⁵²

O outro caso que se menciona de companhias organizadas sob a forma de sociedades anônimas de economia mista naqueles anos foi o da Companhia Vale do Rio Doce. De acordo com os dados apresentados, houve emissão de 5343 ações da CVRD, somando um total em ações de cerca de US\$4,5 milhões, isso de um total de US\$10 milhões – sendo o restante subscrito pelo governo como forma de pagamento de propriedades vendidas para a nova Cia. e pela concessão de cerca US\$1 milhão como numerário inicial. Além desse total, como já mencionado, ainda foram levantados cerca de US\$14 milhões junto do Eximbank como empréstimo.⁴⁵³

Por fim, essa parte do relatório da Missão escrita por Corwin Edwards trata das outras formas existentes na sociedade brasileira de obter financiamento para novos empreendimentos, especialmente daquelas ao alcance das companhias privadas. Apesar de ainda serem muito limitadas as formas de financiamento diferentes das familiares e/ou de compadrio, aponta-se que aqueles que possuíam algum capital para investir acabavam buscando orientação junto aos bancos comerciais, que, por sua vez, por conta de restrições legais, faziam a intermediação com corretores de títulos reconhecidos, pagando, assim, a devida taxa de corretagem. Pelo texto do relatório, o caminho indicado seria tais investidores buscarem diretamente os corretores de fundos, tendo em vista o trabalho de relevo, de acordo com o relatório, prestado por esses profissionais na obtenção de financiamento de empreendimentos desde as alterações na lei das sociedades anônimas.⁴⁵⁴ Após detalhar os procedimentos para o lançamento de ações através dos corretores no Brasil após a mudança na legislação pertinente – assim como abordar a proporção aproximada de empresas de sociedade anônimas com suas ações negociadas em bolsas de valores –, o relatório sublinhava um vigoroso aumento no total de lançamento de novas ações por empresas brasileiras,

452 Para cf. um maior detalhamento desse aumento de custos, cf. *Ibid.*, pp. 331-332, nota 1.

453 *Ibid.*, p. 332.

454 *Ibid.*, pp. 332-333

fazendo notar que se em 1934 esse total era de cerca de 26.400 contos de réis, até os primeiros dez meses de 1942 esse total já era de cerca de 476.860 contos de réis. Mesmo fazendo a ressalva de que uma parte desse aumento devia ser creditado à nova legislação, passando aos corretores transações antes realizadas por bancos comerciais ou por outros canais, um aumento dessa magnitude representava um indício de que se estivesse generalizando a prática de realizar ofertas públicas de títulos.⁴⁵⁵

455 *Ibid.*, p. 334.

§6. Considerações sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro no período

Estado capitalista brasileiro e relações econômicas exteriores

Essa seção tem por objetivo abordar a problemática do Estado no período trabalhado nas seções anteriores, focando nas principais *agências econômicas* da sociedade política de então e na sua *articulação dependente* com as principais potências imperialistas – no caso, os Estados Unidos. As linhas que se seguem buscam fazer algumas considerações em torno do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro no período, que contou com a ação cada vez mais marcante das agências econômicas do Estado, no contexto da correlação de forças internas (entre as diversas frações e classes) e externas (entre as diferentes nações imperialistas) – atentando para o aparato econômico do Estado capitalista brasileiro em formação.

Entendemos que essas considerações encontram a sua relevância enquanto proposta de entendimento da formação de um projeto de desenvolvimento capitalista mediado por essas agências econômicas em um momento de forte centralização de decisões no Executivo, o que não impediu que parcelas da classe dominante, especialmente o empresariado industrial, ampliasse o seu poder econômico e de pressão política por meio de suas agências; assim, por mais que o regime, de forma mais marcante com o Estado Novo, se *apresentasse* como estando “acima das classes”, dado seu caráter *bonapartista* e repressivo sobre os movimentos populares, o empresariado industrial conseguiu deslocar a correlação de forças a seu favor sob o regime ditatorial, ainda que *não* tenha se tornado a fração hegemônica da classe dominante. Dadas as características contrarrevolucionárias e repressivas da longa revolução burguesa brasileira⁴⁵⁶ enquanto *revolução passiva* – contemporânea do imperialismo e da revolução socialista –, cremos que o período crescentemente ditatorial desde 1935 (com a aplicação da lei de Segurança Nacional), premido de um lado de pelas forças populares e por outro pelas forças imperialistas (Alemanha e Estados Unidos), é relevante para a compreensão do posterior desenvolvimento capitalista associado e da agressividade da ascensão do poder burguês no Brasil – que entre essas forças, procurou se aliar ao imperialismo em detrimento das forças populares. Além disso, esse período é de grande importância para nossa pesquisa pois foi exatamente nessa conjuntura que o Eximbank realizou as suas primeiras operações com o capitalismo brasileiro.

Os anos 1930-1945 formam um período de importante inflexão na construção do

456 Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (5. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Globo, 2010).

capitalismo brasileiro. De acordo com a conhecida conceituação de Celso Furtado, neste período ocorreu a passagem do *eixo dinâmico da economia* do setor agroexportador para o urbano-industrial.⁴⁵⁷ Mais que um advento circunscrito ao mundo econômico, este fato é, dialeticamente, *pressuposto e resultado* da alteração na correlação de forças entre as classes e frações da sociedade brasileira de então. Apesar desta passagem ter sido desencadeada pelo “choque de demanda”, expressão da crise capitalista internacional que se tornou explícita a partir de 1929, este choque é apenas *condição* para esta mudança, não sendo *suficiente* para levar a cabo as transformações em favor do setor urbano-industrial.⁴⁵⁸ Como salienta Marx, apesar das crises serem elementos *estruturais* do desenvolvimento capitalista – agindo de forma saneadora sobre o capital excedente que não encontra valorização (pletora de capital) –, promovendo prejuízos, descapitalizações, expropriações intracapitalistas, etc., a determinação sobre qual fração experimentará de forma mais incisiva estes prejuízos é dada pelo *poder e astúcia* daqueles que enfrentam tais situações críticas, conforme temos interpretado nesse trabalho. Portanto, a reconfiguração da *correlação de forças políticas*, expressando-se, de forma mediada, no Estado tomando medidas no sentido de direcionar a acumulação em favor do setor urbano-industrial, é variável “endógena” do desenvolvimento capitalista.

O *mercado interno* passa a responder pela maior parte da realização da produção brasileira, seja da produção agrícola voltada para o consumo interno, seja da produção industrial, que entre 1933 e 1939 cresceu a uma taxa média anual de 11,2%, sendo o setor que mais contribuiu para a manutenção do crescimento econômico da década de 1930s.⁴⁵⁹ Apesar de perspectivas teóricas variadas, já muito se salientou na historiografia o papel do *Estado* – entendido *stricto sensu*, ou seja, enquanto *sociedade política*⁴⁶⁰ – para as transformações econômicas ocorridas nos anos 1930s. Destacamos novamente apenas que entendemos ser mais adequado tomar o Estado como *condensação material da correlação de forças entre as classes sociais e suas frações*⁴⁶¹, estando, portanto, sensível à constante dinâmica da *lutas de classes*, ao invés de uma instância descolada do restante da sociedade. Esse destaque se justifica pelo fato de que grande parte da historiografia sobre o período que se debruça sobre o desenvolvimento capitalista, ao tratar do papel do Estado, se atém à problemática da

457 Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002).

458 Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo, 2003), pp. 50-51.

459 Annibal Villela e Wilson Suzigan, *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1989-1945* (2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975), p. 161ss.

460 Partimos daqui do conceito de *Estado ampliado*, em que se toma em conjunto a *sociedade civil* (entendida enquanto o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia) e a *sociedade política* (entendida enquanto o Estado *stricto sensu*) de forma articulada, conceito baseado nas reflexões de Antonio Gramsci. Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere, volume 3*: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política (4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011).

461 Nicos Poulantzas, *O Estado, o poder, o socialismo* (Rio de Janeiro: Graal, 1980).

performance e da *natureza* da política econômica: se a ação estatal estimulou ou inibiu a *performance* econômica do período e se a natureza da política econômica era *ortodoxa* ou *heterodoxa* (ou *desenvolvimentista*).⁴⁶² Diferente deste enfoque, a problemática central que buscaremos desenvolver ao tratar deste período está ligada ao *conteúdo* da política econômica e a que *classes e frações* respondem; como sublinha Francisco de Oliveira, trata-se de observar a *quem interessa* esta ou aquela política econômica adotada.

Apesar do poder de cada classe e fração (em profundo processo de formação e transformação neste período) expressar-se, entre outras formas, pela mediação do Estado, isto não significa que as ações deste último constituíram-se de forma monolítica e estática durante o período; as próprias aparentes incongruências, contradições e hesitações nas políticas adotadas pelo Estado capitalista brasileiro em *transição*⁴⁶³ (como no comércio exterior, no estímulo à indústria, na política monetária, cambial, creditícia e fiscal) atestam o processo de redefinição na correlação de forças na sociedade brasileira de então, o que promove a expressão do poder de Estado de forma *relativamente autonomizada*. A própria indefinição de alguma fração da classe dominante enquanto cumpridora de uma *função hegemônica intraclasse dominante*⁴⁶⁴ faz com que a própria dominação do *conjunto da classe dominante* sobre o restante da sociedade se expressasse a partir de um Estado cujos traços de autonomização sejam bem mais marcantes que outrora, *i. e.*, a partir de um *regime político bonapartista*.⁴⁶⁵ Esta indefinição, que leva o Executivo a concentrar uma grande quantidade de poder e agir de forma arbitral, não significa que esta correlação de forças seja estática; na verdade, trata-se de um *equilíbrio dinâmico*, com avanço e recuos por parte de cada uma das frações – o que expressa os próprios níveis quantitativos, de organização, de consciência e militares de cada uma delas.⁴⁶⁶

Tomando os principais atores sociais deste período, podemos ter uma noção da dinâmica da correlação de forças entre eles. No que tange à *classe dominante agrária*, esta encontrava-

462 Oliveira, *op. cit.*, p. 29ss.; Sonia Mendonça, “Economia e política na historiografia brasileira” *In: Antropolítica* (Niterói: Eduff n.º. 7, 1999).

463 Sônia Draibe, *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985).

464 Sobre este assunto cf.: Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere, volume 5: O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália (2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011); Alvaro Bianchi, *O laboratório de Gramsci* (São Paulo: Alameda, 2008), p. 253 e ss.

465 Karl Marx, *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (São Paulo: Boitempo, 2011). Felipe Demier, “O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário”. (Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2012). Este último Autor entende que, com o Estado Novo, a burguesia industrial cumpriria função hegemônica entre as frações dominantes. Enfatizamos que esta função hegemônica se torna ainda mais marcante – mas ainda com importantes limites – a partir dos anos finais da Segunda Guerra (em que a fração industrial obteve poder crescente no interior do Estado) e nos anos posteriores.

466 Gramsci, *Cadernos do Cárcere, volume 3...* (*op. cit.*), p. 36 e ss. (§17).

se dividida em termos regionais e setoriais, entre os voltados para a exportação e aqueles voltados para o mercado interno, desde finais da década de 1920s. Essa divisão se expressou tanto nas eleições de 1930 quanto no próprio golpe de Estado levado a cabo sob a liderança de Getúlio Vargas. Mesmo sendo este último um representante das classes dominantes agrárias voltadas para o mercado interno, as medidas implementadas durante seu governo buscaram também atender os interesses dos exportadores (no caso, os cafeicultores), já que manteve a política de valorização do café (apesar desta política passar a ser tocada a partir de instrumentos fiscais internos, ao invés, de acordo com a prática corrente na Primeira República, recorrer a empréstimos no exterior). Porém, acompanhando a queda de seu poder econômico a partir da crise econômica internacional e sendo premido pelas novas forças sociais em ascensão, os setores da classe dominante ligados à exportação de café não mais tiveram o peso político de outrora – o que se expressou, posteriormente, entre outras formas, no chamado *confisco cambial* em favor dos industriais. No que diz respeito às classes dominantes agrárias voltadas para o mercado interno, estas experimentaram aumento em seu poder econômico e político, tanto por conta das posições progressivamente obtidas desde anos anteriores – através, principalmente, da *Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)*⁴⁶⁷ – quanto pelo ambiente econômico favorável ao mercado interno gerado pela crise econômica internacional – ocorrendo, inclusive, a passagem de antigos proprietários fundiários ligados à exportação para a produção para o mercado interno.⁴⁶⁸

No que diz respeito às frações *industriais* das classes dominantes, estas passaram por transformações ao longo de todo o período, especialmente a partir de seu crescente peso no conjunto das atividades econômicas de então. Porém, a própria associatividade industrial passava por importante redefinição da década de 1930s, seja para adequar-se à nova legislação sindical corporativa (que passou a vigorar a partir de 1931), seja para dar conta dos novos problemas que decorriam da nova situação econômica e política deste período. Sendo assim, é importante sublinhar que, dada a redefinição da associatividade industrial deste período, eram recorrentes as hesitações, incongruências e contradições observáveis nas posições e defesas assumidas pelos industriais. A nova geração de lideranças deste período – como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi – iniciaram um processo de aglutinação dos diversos grupos industriais em torno de uma pauta comum sobre um conjunto estratégico de assuntos, envolvendo temas como a *proteção a indústria nacional*, o *planejamento econômico*, a *participação do Estado em setores da produção*, o *capital estrangeiro*, entre outras questões.

467 Sonia Mendonça, *O ruralismo brasileiro (1888-1931)* (São Paulo: Hucitec, 1997).

468 Villela e Suzigan (*op. cit.*).

Apesar de ser observável um crescente poder político do empresariado industrial, foi apenas a partir da Segunda Guerra Mundial e a intensa experiência em termos de gestão e planejamento econômicos no interior das mais diversas agências estatais criadas neste período e através de transações com técnicos, militares e empresários estrangeiros (especialmente norte-americanos) – além da própria necessidade de dar respostas à nova configuração mundial a emergir ao fim da guerra – que levou ao empresariado industrial coesionar-se de forma mais clara em torno de pontos básicos de um projeto de desenvolvimento econômico nacional.

Por fim cabe destacar a crescente pressão política exercida pelas *massas urbanas*, especialmente os trabalhadores assalariados e algumas camadas intermediárias – como funcionários públicos, trabalhadores autônomos, militares de baixa e média patentes, etc. Desde finais da Primeira Guerra Mundial, ocorreu uma importante mudança *quantitativa* e *qualitativa* na composição da população urbana, com a forte redução das levadas migratórias estrangeiras – que desde fins do século XIX era dos principais fatores de crescimento da população brasileira como um todo – e a intensificação da migração das zonas rurais para as cidades, especialmente do interior de Minas Gerais e do Nordeste para as grandes cidades da região Sudeste. Este processo se deu de forma bem concentracionista, já que, apesar de ter diminuído o número de cidades com mais de 20 mil habitantes entre 1920 e 1940, a expansão da população da urbana como um todo recebeu forte impulso.⁴⁶⁹ Além destes dados, cabe destacar que também do ponto de vista da luta, da experiência, da consciência e da associatividade, o período que vai do final da Primeira Guerra até meados da década de 1930s é de ascenso e transformações importantes no conjunto da classe trabalhadora e das massas urbanas; greves, formações de associações e grupos políticos, luta por direitos, etc., fez com que não mais se pudesse negligenciar a classe trabalhadora enquanto ator político relevante – seja no cálculo político entre as diferentes frações dominantes, seja para cooptar lideranças, para reprimir de forma crua ou para buscar algum tipo de apoio moral (por mais que os aspectos coercitivos prevalecessem). Exemplo disso é que a própria iminência da reelaboração de políticas sociais e trabalhistas após a queda da Primeira República em um momento em que existiam importantes sindicatos fazendo pressão política por suas posições foi mais um fator levado em conta pelos industriais para redefinir suas formas associativas e fazer valer seus interesses particulares. Neste sentido, buscaram em um primeiro momento se adequar ao modelo corporativo de associação – aproveitando-se da nova legislação para poder defender posições junto ao governo –, e posteriormente, lutar para que as formas de

469 Villela e Suzigan (*op. cit.*), p. 233 e ss. (“Apêndice B – Aspectos Demográficos”)

associação patronal (por empresas) fosse diferenciada das associações dos trabalhadores (por ocupação) – o que teve como principal efeito a liberdade de associação privada seletiva, *i. e.*, apenas para as associações patronais.⁴⁷⁰

Como se percebe, o regime político que surge do movimento de 1930 subsiste em um ambiente em que diversos interesses organizados e conflitantes se encontram em disputa, o que leva a que nenhuma das frações dominantes tenha clara preponderância no regime, resultando no caráter bonapartista e relativamente autônomo do Estado capitalista nesse período, por mais que (e exatamente por isso) busque inscrever os mais diferentes interesses (mesmo que de forma seletiva, excluindo as classes subalternas) em suas agências. Articulado a esses fatores, deve-se ter em conta que, dada as crescentes funções econômicas assumidas pelo Estado capitalista brasileiro em formação naquele período – o que se expressa na imensa quantidade de agências econômicas estatais criadas – e que tais funções levariam a quebrar os antigos automatismos da economia brasileira (automatismos que levavam à reiteração da condição agroexportadora) no sentido da redefinição do esquema de acumulação em favor do setor urbano-industrial⁴⁷¹, o *comportamento do Estado assumiria uma autonomia relativa também nas suas funções econômicas*. Dado o crescimento industrial que toma força no período e a necessidade da ação estatal para que este mantenha-se e se intensifique no futuro, assiste-se a uma especialização e diversificação no conjunto dos setores da economia brasileira, levando a que ocorra processos de autonomizações funcionais em certas etapas da reprodução de capital.

Sendo o Estado chamado a cumprir com algumas dessas funções no esquema de reprodução de capital (especialmente no que tange à intermediação financeira e cambial, além de algumas atividades produtivas que demandava vultosos investimentos de capital), o comportamento do Estado assume uma certa autonomia relativa também por que estas esferas da reprodução do capital crescentemente assumidas pelo Estado também tendem, com o desenvolvimento capitalista, a se autonomizar (seja em capitais especializados nas intermediações financeiras e comerciais, seja em capitais especializados em certos ramos

470 Neste sentido, os industriais tiveram a iniciativa junto a outras frações – como as associações comerciais – de buscar o apoio na luta junto ao governo pela liberdade de associação privada. A vitória nesta questão permitiu a consolidação da estrutura dual de representação dos industriais nos posteriores: uma associação privada com a mesma direção da associação oficial, cujo maior exemplo é a FIESP-CIESP. Sobre este tema, cf. Maria Antonieta P. Leopoldi, *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e Estado* (São Paulo: Paz e Terra, 2000). Sobre a histórica seletividade da ampliação do Estado capitalista brasileiro, cf. Virgínia Fontes, *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (Rio de Janeiro: ESPJV/EdUFRJ, 2010), p. 218 e ss.

471 Oliveira, (*op. cit.*).

produtivos).⁴⁷² O caráter desigual e combinado⁴⁷³ do desenvolvimento capitalista brasileiro faz com que estas etapas do desenvolvimento capitalista, que implicam um progressivo grau de especialização e divisão social de tarefas entre as diversas funções da reprodução do capital (e portanto, de autonomização), sejam assumidas de forma mais marcante pelo Estado, antes que os próprios capitalistas locais tenham condições tecnológicas e financeiras para tanto. É neste contexto que os industriais brasileiros crescentemente assumiriam a possibilidade do envolvimento do capital estatal e estrangeiro na economia exatamente naqueles setores em que suas possibilidades financeiras e tecnológicas fossem aquém das demandadas para a expansão da economia como um todo – especialmente nas indústrias de bens de capital, de transportes e de energia.

Em meio a intenso conflito entre as classes e frações brasileiras e de transformações profundas no esquema de acumulação de capital é que o *imperialismo norte-americano* procurou redefinir as suas formas de atuação e subordinação da economia e da sociedade brasileira. Sob a crescente pressão do imperialismo alemão na disputa pela supremacia sobre o capitalismo brasileiro e sob as novas determinações da correlação de forças sociais então vigentes na sociedade brasileira – expressando-se, como dissemos, na autonomia relativa do Estado brasileiro –, a partir de meados da década de 1930s (especialmente a partir de 1935, através do Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos e com as operações do Eximbank) inicia-se uma importante inflexão na ação política do imperialismo norte-americano sobre a sociedade capitalista brasileira de então que marcaria de forma profunda o esquema de poder entre as classes e frações sociais da sociedade e o desenvolvimento capitalista.

O ano de 1935 marca uma importante inflexão no regime e no grau de clareza da necessidade de implementar uma política de industrialização. Do ponto de vista do regime, este foi o ano da criação da Lei de Segurança Nacional, *aprovada no Congresso*, que recrudescer os aspectos repressivos do regime como uma forma de combater o avanço das forças políticas dos trabalhadores e das massas populares urbanas, cuja expressão maior se dava através do crescente prestígio angariado pela *Aliança Nacional Libertadora* fundada no mesmo ano. Portanto, após este momento, especialmente depois da ANL estar na ilegalidade e da tentativa de sublevação armada já sob a vigência da Lei de Segurança Nacional (cuja atividade maior foi em Natal, Recife e no Rio de Janeiro), o regime caminhou de forma cada vez mais acelerada para uma configuração abertamente ditatorial. Já no que diz respeito à política industrial, desde a criação do *Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE)* em

472 Karl Marx, *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo 1...* (op. cit.), p. 201 e ss. [Seção IV].

473 Leon Trotsky, *História da Revolução Russa* (São Paulo: Sundermann, 2007).

1934 e a partir dos primeiros resultados de seus trabalhos, a linha do governo em favor de uma política de industrialização assumia formas cada vez mais concretas (por mais que em processo de definição e chocando-se ainda com outros interesses), com a proliferação ainda maior de agências econômicas estatais nos anos posteriores (cf. o Quadro 1). Além disso, com a discussão em torno da reforma tarifária de 1934 – momento em que as lideranças intelectuais dos industriais agiram de maneira enérgica para garantir o efeito protecionista sobre a indústria –, a questão sobre como e qual setor da economia se deveria privilegiar naqueles anos ficou ainda mais explícita. Os resultados do crescimento industrial que vinha tomando fôlego desde 1933 e a própria movimentação das grandes potências imperialistas no sentido de expandir as suas áreas de influência comercial e política, deixavam claras as vulnerabilidades e dependências da economia brasileira em relação a essas potências, mas também a possibilidade e necessidade de redefinições em termos de política econômica para manter e expandir o crescimento industrial que acabara de se dinamizar.⁴⁷⁴ A assinatura do *Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos* e os primeiros *ajustes comerciais de compensação* com a Alemanha deixam claros os *limites*, fundamentados em sua inserção dependente no mercado mundial, mas também as *pressões* possíveis de serem exercidas na determinação dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro no sentido da industrialização.

A conjugação destes determinantes, a ascensão das disputas inter-imperialistas entre Estados Unidos e Alemanha sobre o Brasil e a escalada repressiva sobre os movimentos de massa urbanos, é fundamental para entender a posterior proliferação dos órgãos econômicos do Estado, já que, mesmo que de forma seletiva, estas agências mantiveram as portas abertas para uma série de intelectuais da classe dominante nas agências econômicas da sociedade política. Se por um lado os aspectos mais autoritários do regime – explícitos a partir do *Estado Novo* – denotam uma autonomia relativa deste Estado, por outro, novos canais foram desenvolvidos para manter a difusão dos interesses das classes dominantes nestas novas agências, o que deixa claro que esta autonomia é sempre relativa.

Quadro 3.1	
Cronologia da criação de algumas agências do aparelho econômico do Estado, medidas econômicas e outros eventos relevantes (1930-1945)	
Anos	Agências
1930	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

474 Francisco Luiz Corsi, “O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira” *In*: Pedro Paulo Zahluth Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca (orgs.), *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade* (São Paulo: Editora da Unesp, 2012).

1931	Conselho Nacional do Café; Instituto do Cacau da Bahia; Caixa de Mobilização Bancária
1932	Ministério da Educação e Saúde Pública
1933	Departamento Nacional do Café; Instituto do Açúcar e do Alcool.
1934	Conselho Federal de Comércio Exterior; Instituto Nacional de Estatística; Código de Minas; Código de Águas; Plano Geral de Viação Nacional; Instituto de Biologia Animal.
1937	Conselho Brasileiro de Geografia; Conselho Técnico de Economia e Finanças; Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
1938	Conselho Nacional de Petróleo; Departamento Administrativo De Serviço Público (DASP); Instituto Nacional do Mate; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
1939	Plano de Obras Públicas e Aparelhamento e Defesa
1940	Comissão de Defesa da Economia Nacional; Instituto do Sal; Fábrica Nacional de Motores
1941	Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); Instituto Nacional do Pinho
1942	“Missão Cooke”; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
1943	Coordenação de Mobilização Econômica; Companhia Nacional de Alcalis; Fundação Brasil Central; Usina Siderúrgica de Volta Redonda; Consolidação das Leis de Trabalho (CLT); Serviço Social da Indústria (SESI); Plano de Obras e Equipamentos; I Congresso Brasileiro de Economia
1944	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; Serviço de Expansão do Trigo
1945	Conferência de Teresópolis; Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC); Decreto-Lei nº. 7.666, sobre atos contrários à ordem moral e econômica; Comissão de Planejamento Econômico

Fontes: Octavio Ianni, *Estado e planejamento econômico no Brasil* (5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999); Pedro Malan *et al.*, *Política externa e industrialização no Brasil (1939/52)* (Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977); Villela e Suzigan (*op. cit.*); Draibe (*op. cit.*).

A realização de um acordo comercial com o Brasil era objetivo do governo Roosevelt desde seu início, em 1933. Apesar deste governo ter sido marcado por medidas “não-ortodoxas” em termos de política econômica – dado o importante papel dos gastos públicos e do envolvimento do Estado no mundo econômico como forma de combater a Grande Depressão – o *New Deal*, no que diz respeito à política econômica exterior, teve como linha dominante o *liberalismo*, pelo menos no que tange ao *princípio da nação mais favorecida*,

fórmula diplomática comercial que determina que os termos dos acordos fixados entre duas nações devem ser estendidos a todas as outras nações com as quais ambas têm acordos comerciais. Neste sentido, o acordo proposto pelos Estados Unidos ao Brasil em 1935 viria a ser firmado em termos semelhante com mais 32 países.⁴⁷⁵ Associada a esta linha liberal estava o que ficou conhecido como *Política da Boa Vizinhança*, buscando diminuir, naquela conjuntura, os elementos mais explicitamente coercitivos no tratamento da política exterior. Afinal, já era possível perceber a crescente tensão internacional e a necessidade de organizar *sistemas de poder* para manter garantidas as suas posições;⁴⁷⁶ nações potencialmente aliadas nesses sistemas de poder – e os Estados Unidos encaravam o Brasil como peça fundamental nessa construção – podiam receber um tratamento mais tolerante em favor de um arranjo geopolítico mais favorável. Mas de início, os termos do Acordo de 1935 pareceram muito desiguais.

Através deste Acordo, os Estados Unidos se comprometiam a *manter* as facilidades de colocação das mercadorias brasileiras no mercado norte-americano em troca da *redução* das tarifas brasileiras para a entrada dos produtos norte-americanos – o que já demonstra a profunda *desigualdade* nos termos deste Acordo. Por outro lado, cerca de 95% das mercadorias brasileiras entravam no mercado norte-americano com isenção tarifária, o que levantava o temor entre os exportadores brasileiros (principalmente de café) que a não assinatura deste Acordo resultasse em represálias contra os produtos brasileiros. Portanto, estes setores da classe dominante agrária – assim como boa parte das frações envolvidas nas atividades de importação e exportação – posicionavam-se de forma favorável ao Acordo. Por outro lado, os industriais que tinham obtido uma importante vitória no ano anterior com a aprovação de um novo esquema tarifário, ficaram muito apreensivos com o Acordo, pois temiam a forte concorrência que os produtos industrializados norte-americanos exerceriam sobre a indústria local.

A intensa campanha desencadeada pelos industriais contra a aprovação do Acordo – tanto no parlamento quanto em manifestações públicas e meios de comunicação – ajudou a prolongar o seu debate no Congresso e sua ratificação. O próprio Euvaldo Lodi, liderança dos industriais na *Confederação Nacional da Indústria* e Vice-Presidente do Congresso como deputado classista procurou diretamente a diplomacia norte-americana, dizendo que, apesar de ser favorável às tratativas comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos de forma geral,

475 Stanley Hilton, *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939: os aspectos políticos da rivalidade comercial* (trad. de Carlos Nelson Coutinho e Stanley E. Hilton. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977); Gerson Moura, *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980).

476 Moura, *Autonomia da dependência...* (*op. cit.*).

não poderia votar a favor da ratificação do Acordo nos termos em que estavam expressos, pelos danos que causaria à indústria doméstica; ainda acrescentou que, da forma como estava, o Acordo dificilmente seria aprovado.⁴⁷⁷ Apesar dos protestos de Lodi, que expressavam a posição de grande parte dos industriais brasileiros, o Acordo foi ratificado pelo Congresso – após fortes pressões exercidas pelo Executivo sobre os deputados. A aparente contradição do governo Vargas – apoiando a indústria em 1934 com as novas tarifas e a desfavorecendo em 1935 com o Acordo (mas apoiando os anseios dos exportadores de café) – expressa, na verdade, a contradição entre os interesses de diferentes segmentos da classe dominante que encontravam guarida no interior do aparato estatal daquele período.

O âmbito do Acordo de 1935, também envolvia a disponibilização de empréstimos pelo Eximbank para desbloquear atrasados comerciais, acumulados por mais uma das crônicas crises cambiais pela qual passou a economia brasileira durante o século. Na ocasião também tocou-se no assunto da criação de um *Banco Central* pelo Brasil, como forma de evitar novos choques cambiais no futuro, sendo, inclusive, disponibilizados créditos do mesmo Eximbank para a sua criação. Apesar disso, nada de conclusivo neste aspecto foi decidido. Apenas quase três décadas depois seria criado o *Banco Central do Brasil*; a recomendação pelas autoridades norte-americanas no sentido da formação de um Banco Central foi recorrente nos anos posteriores.

Da parte dos norte-americanos, também existiram protestos por vários setores contra a assinatura do Acordo com o Brasil. Parte dos que protestavam contra o Acordo, liderados pelo membro do governo Georges Peek, sustentavam a posição de que os Estados Unidos deveriam abandonar o liberalismo em termos de comércio exterior e que deveria realizar acordos bilaterais com diversos países em que constassem, inclusive, mecanismos de compensação que economizassem divisas (mecanismos profundamente criticados por sua aplicação pelos alemães com o Brasil) – além de serem favoráveis à adoção de medidas protecionistas. Além desse grupo, os possuidores de títulos da dívida pública brasileira e de atrasados comerciais, sustentavam que o governo norte-americano deveria ser mais duro em suas exigências com o Brasil – especialmente no que tange ao pagamento desses atrasados da dívida e também do combate ao comércio de compensação com os alemães. Apesar dessas pressões, as autoridades estadunidenses diretamente ligadas às negociações do Acordo não fizeram mais exigências, o que denota uma certa *autonomia* também na ação do Estado norte-americano deste período face a esses interesses particulares e também os objetivos *políticos*

477 United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1935. The American Republics* (Volume IV) (Washington: U.S. Government Printing Office, 1953), pp. 301-303.

envolvidos nessas negociações – já que além da influência comercial e econômica da Alemanha, também buscava-se afastar a crescente influência *ideológica e política* sobre diversos setores do governo e da intelectualidade como um todo neste período.⁴⁷⁸

Já as tratativas comerciais com o imperialismo alemão ocorriam através do chamado *comércio de compensação*, modalidade de intercâmbio bilateral em que os saldos comerciais de um país só poderiam ser usados para importar mercadorias do outro país – economizando divisas na realização dos pagamentos das trocas comerciais. Os saldos das exportações brasileiras para a Alemanha ficavam depositados em uma conta especial em uma moeda chamada *Aski*, mais conhecida como *marcos de compensação*. Através desses ajustes comerciais, os alemães se comprometiam em adquirir uma determinada cota de produtos brasileiros que não encontravam colocação fácil no mercado norte-americano; além de café, os alemães comprometiam-se com a aquisição de algodão, cacau, couros, babaçu, entre outros produtos. Esta modalidade de comércio permitiu à Alemanha tornar-se o segundo país em volume de trocas comerciais, suplantando a Inglaterra e chegando a ficar pouco atrás dos Estados Unidos.⁴⁷⁹ Não negligendo os interesses dos exportadores de mercadorias para os alemães, nem as vantagens decorrentes deste tipo de comércio possível sem divisas, o governo Vargas manteve este tipo de praxe comercial em paralelo com aquelas sob os auspícios do Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos (a despeito dos constantes protestos manifestados pelos norte-americanos). Além disso, este tipo de comércio viabilizaria a aquisição de material bélico com a Alemanha, de grande interesse em grande parte do alto oficialato do Exército, já que, além da Alemanha se mostrar mais preparada para atender a demanda por equipamento militar requerido pelos militares brasileiros, havia uma preferência no interior do Exército pelo armamento de fabricação alemã. Os Estados Unidos, naquele momento, não tinham condições de atender a demanda por armas dos brasileiros, tendo, inclusive, que intermediar a liberação de embarcações interceptadas pelos ingleses carregadas com armas alemãs importadas pelos brasileiros.⁴⁸⁰ Só em um momento posterior, durante o conflito mundial, os Estados Unidos puderam suprir, e mesmo de forma incompleta, as necessidades apontadas pelos militares de equipamento de guerra.

A coexistência das duas formas de comércio até o início da Segunda Guerra (quando o bloqueio naval britânico inviabilizou a manutenção das atividades comerciais entre os dois países) é mais um exemplo dos diversos interesses que o governo Vargas procurava atender,

478 Hilton (*op. cit.*); Moura, *Autonomia da dependência...* (*op. cit.*).

479 Hilton (*op. cit.*); Pedro Malan *et al.*, *Política externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

480 Moura, *Autonomia da dependência...* (*op. cit.*).

por mais que as ações sejam aparentemente contraditória. Aquilo que Gerson Moura chamou de *equidistância pragmática*, ou seja, a linha diplomática adotada pelo Brasil até o final da década de 1930s e que consistia em manter os laços com ambos os países a despeito de suas intensas disputas, pode ser entendido como uma expressão, no nível das relações internacionais, das disputas entre as diversas frações da classe dominante brasileira cujos interesses, naquela conjuntura, dividiam-se entre uma e outra potência imperialista.⁴⁸¹

Enquanto perdurou esta equidistância pragmática havia espaço para a construção de um discurso e de um projeto com traços mais fortemente nacionalistas – o que foi ainda mais acentuado a partir do golpe que instaurou o Estado Novo e a nova Carta Constitucional. Alguns pontos da nova Constituição previam a progressiva nacionalização de uma série de setores da economia, como as jazidas minerais, as quedas d'água, outras fontes de energia, os bancos, as companhias de seguros, entre outras áreas.⁴⁸² Portanto, o não-alinhamento exclusivo com um dos dois sistemas internacionais de poder em construção – ou, sob outro ponto de vista, a tentativa de se alinhar aos dois – criava uma brecha no meio das disputas entre as duas potências para os intentos mais nacionalistas do governo brasileiro de então. Vargas chegou até, em alguns de seus discursos, a caracterizar abertamente as tensões crescentes entre Estados Unidos e Alemanha como sendo conflitos *inter-imperialistas* e que, portanto, o Brasil não teria interesse e não deveria tomar parte em nenhum dos lados naquele momento. De acordo com Vargas, em pronunciamento de 1938, o

imperialismo do Brasil consiste em ampliar suas fronteiras econômicas e integrar em um sistema coerente em que a circulação de riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transporte eficientes que aniquilem as forças desintegradoras da nacionalidade. [...] Desde que o mercado nacional tenha sua unidade assegurada, acrescentando-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país.⁴⁸³

Portanto, se havia algum “imperialismo” ao qual o Brasil deveria se alinhar era ao seu próprio, segundo Vargas, cujo objetivo principal era integrar o mercado interno nacional e expandir as suas fronteiras econômicas. Importante destacar que desde meados da década de 1930s, figuras de destaque dentro do governo Vargas (como Oswaldo Aranha) sustentavam que o Brasil deveria, naquela tensa conjuntura de disputas entre as nações, buscar uma posição privilegiada na América da Sul através da expansão comercial sobre os países da região. Desta forma, os tons nacionalistas dos discursos e do projeto de desenvolvimento

481 *Ibid.*; Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978), pp. 240-306; Hilton (*op. cit.*).

482 Luiz Corsi (*op. cit.*), p. 233.

483 Vargas *apud* Corsi (*op. cit.*), pp. 233-234. Também cf. Pedro Cezar Dutra Fonseca, *Vargas: o capitalismo em construção* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1989).

então esboçado por Vargas devem ser entendido levando em conta, além dos determinantes econômicos e políticos internos, a conjuntura internacional que permitia a tão destacada pela historiografia “barganha” de Vargas com os Estados Unidos e a Alemanha, além das próprias pretensões políticas e econômicas na América do Sul – o que recorrentemente foi fonte de tensões, especialmente, com a Argentina.⁴⁸⁴

Com o início do conflito aberto em 1939, a equidistância até então cultivada pelo governo se quebra e progressivamente o Brasil caminha para o alinhamento com o bloco dos Aliados, afastando-se de vez do Eixo. Portanto, nesta nova conjuntura em que ficou cada vez mais clara para o Brasil a inevitabilidade de sair da posição de neutralidade, os intelectuais do governo tiveram que adaptar os projetos de desenvolvimento econômico e de proeminência na América do Sul à esfera de influência norte-americana, promovendo o prelúdio do processo de associação entre *desenvolvimentismo* e *imperialismo*. Os primeiros e mais evidentes frutos dessa associação foram a *Companhia Siderúrgica Nacional*, a *Companhia Vale do Rio Doce* e o *aparelhamento bélico do Brasil*, condições postas para o alinhamento do Brasil com os Aliados e sua entrada na guerra – todos esses empreendimentos financiados pelo Eximbank.

A linha política dominante durante o governo Vargas buscou sustentar a neutralidade até o ponto em que possível fosse, assim que o conflito mundial se iniciou na Europa. Porém, com o avançar do conflito, redundando em restrições à manutenção do intercâmbio comercial com a Alemanha – somados às crescentes pressões internas e externas para que o Brasil se posicionasse a favor dos Aliados –, o Brasil foi preparando a sua entrada na órbita geopolítica dos Estados Unidos. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados teve impactos nas mais diversas esferas da realidade histórica de então; as Forças Armadas, o regime político do Estado Novo e o Estado brasileiro, a economia capitalista até a cultura sofreram transformações oriundas daquela conjuntura de guerra.

Dos últimos anos de contatos comerciais com a Alemanha até a entrada do Brasil na guerra, ainda houve importantes lances na barganha com os Estados Unidos. No que diz respeito à questão siderúrgica, autoridades brasileiras mantiveram tratativas com as alemãs para a implantação da grande siderurgia no país. As autoridades alemãs levantaram a disponibilidade da empresa *Krupp* instalar uma grande siderúrgica aqui – e isto depois da norte-americana *US Steel* desistir da intenção de instalar plantas industriais deste tipo no país. Naquele contexto, inclusive, cresceram as animosidades entre Oswaldo Aranha (favorável à aproximação com os Estados Unidos) e o embaixador alemão no Brasil Carl Ritter – especialmente quando este estava prestes a apresentar a proposta de instalação da siderúrgica

484 Hilton (*op. cit.*), pp. 28-78.

pela Krupp. Estas animosidades culminam com a declaração de Ritter *persona non grata* pela diplomacia brasileira. Este episódio forçou o governo norte-americano a superar suas hesitações e definir a sua posição em torno do problema siderúrgico brasileiro, o que mostra que estes últimos anos de relações com a Alemanha foram importantes para os ganhos que o governo brasileiro viria a ter em sua barganha com o imperialismo norte-americano quando de seu definitivo alinhamento.⁴⁸⁵

Outro momento significativo foi quando das negociações com a Alemanha para aquisição de armamentos, o que era um elemento sensível, pois além de existir a preferência do Exército brasileiro pelo armamento de fabricação alemã e os Estados Unidos naquele momento não terem capacidade de fornecer armas para o Brasil na escala desejada pelas Forças Armadas brasileiras, existia o conhecimento da simpatia ostensiva de parte considerável do alto oficialato do Exército aos regimes do Eixo (como Eurico Dutra e Góes Monteiro); inclusive, com alguns sendo frequentadores assíduos do *Clube Germânia*, no Flamengo.⁴⁸⁶ Frente a este quadro, a busca do alinhamento do Brasil pelos Estados Unidos teve que levar em consideração estes interesses (importantes em qualquer regime, ainda mais em ditaduras) e efetuar algumas concessões – como realizar operações militares em conjunto com outra nação do continente – fornecendo, neste contexto, os equipamentos militares demandados pelos comandantes do Exército.⁴⁸⁷

Os partidários da aproximação com os Estados Unidos, especialmente na figura de Oswaldo Aranha, intensificaram as suas gestões. Em 1939 foi enviada a Washington a chamada *Missão Aranha*, que tinha por objetivo tratar de assuntos econômicos e políticos entre ambos os países. A orientação da presidência era para que Aranha não se comprometesse em retomar o pagamento da dívida externa – suspensa desde o início do Estado Novo. Porém as pressões do governo norte-americano para que o Brasil reiniciasse o pagamento da dívida para que os outros pontos do Acordo fossem acertados (como os créditos de até US\$ 50 milhões do Eximbank que estariam disponíveis para investimentos no desenvolvimento do Brasil desde de que fossem apresentados projetos concretos), fizeram com que Aranha *desrespeitasse* as instruções de Vargas em não se comprometer com a retomada do pagamento da dívida, já que o acordado nessa ocasião foi que no dia 1º de julho os pagamentos fossem retomados.⁴⁸⁸ Este episódio abalou a posição de Aranha no governo, apesar de Vargas não tê-

485 Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos...* (op. cit.); Moura, *Autonomia na dependência...* (op. cit.).

486 Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos...* (op. cit.), pp. 275-289.

487 O que não excluiu, de toda forma, a existência de conflitos na realização concreta da cooperação militar, especialmente na operação da base aérea de Natal. *Ibid.*

488 Corsi (op. cit.), 248.

lo destituído. Quando do retorno de Aranha ao Brasil, ficou decidido que o Brasil efetuará um pagamento simbólico naquela data e que buscaria renegociar o grosso da dívida externa posteriormente (o que foi feito de forma provisória em janeiro de 1940). Na ocasião houve também a transferência de parte das operações de câmbio para o mercado livre – outra exigência dos norte-americanos.

A menção a esta Missão Aranha é importante pois ela marca o início da negociação dos créditos que possibilitaram a construção da CSN. Com o acordo provisório realizado em janeiro de 1940 para o pagamento da dívida externa, daqueles US\$50 milhões anteriormente mencionados saíam os recursos para a siderúrgica brasileira.

A evolução do conflito mundial, com a ocupação do centro europeu pelas tropas alemãs, já anunciava que em breve a guerra envolveria também o continente americano, por causa, entre outras coisas, das possessões coloniais dos países invadidos no continente, como a Guiana Francesa. Assim, as preocupações na defesa do continente cresceram cada vez mais, fazendo com que governo norte-americano procurasse acordos de defesa mútua com outros países do continente, o que se tornou de capital importância após o ataque japonês a Pearl Harbor e a entrada dos Estados Unidos na guerra. Após as sempre mencionadas “dúbias” declarações de Vargas a bordo do *Minas Gerais* (em que dava a entender as suas simpatias pelos “regimes fortes”), os termos da participação do Brasil no conflito começaram a definir-se – o que envolvia o compromisso na concessão de bases aéreas no Nordeste e no fornecimento de materiais estratégicos aos Aliados (como parte do esforço econômico de guerra) por parte do Brasil e, por parte dos Estados Unidos, o apoio financeiro e tecnológico na construção da siderúrgica de Volta Redonda e às pretensões geopolíticas do Brasil na América do Sul. Assim, em janeiro de 1942, na Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, após crescentes manifestações em favor da entrada do Brasil na guerra, o Brasil caminha a passos largos rumo à declaração de guerra ao Eixo.

A entrada do país na guerra levaria a um deslocamento na correlação de forças internas, como dissemos, existia parcela expressiva no interior do governo, especialmente entre os militares, que tendiam para o Eixo. Além disso, as manifestações públicas em favor dos Aliados mobilizaram um volume considerável das massas urbanas, inclusive dos estudantes organizados pela UNE – que chegou a ocupar o prédio que então abrigava o *Clube Germânia*, recebendo a solidariedade, inclusive, de Nelson Rockefeller, que na ocasião doou uma vitrola aos estudantes como forma de saudação.⁴⁸⁹ Algumas militantes comunistas, da prisão, enviaram mensagem de saudação a Vargas pela declaração de guerra ao lado dos Aliados. As

489 Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos...* (op. cit.), p. 287.

manifestações pró-Aliados passaram a tomar cada vez mais a forma de manifestações em favor da redemocratização do país, contribuindo para criar a expectativa de que o regime e o esquema de poder em breve passariam por redefinições. Assim, tanto opositores ao regime, quanto o próprio Vargas e seus aliados passaram a preparar-se para as mudanças em curso – o que, no caso desses últimos, passava pela adoção de medidas visando a obter o apoio das massas trabalhadoras urbanas, especialmente através da elaboração da *Consolidação das Leis de Trabalho* e de outras políticas trabalhistas. Estas medidas trabalhistas deveriam levar em consideração as mudanças políticas que em breve tomariam lugar.

No que tange à economia capitalista, a guerra implicou em fortes impactos sob os mais diversos pontos de vista. A perda de parte considerável dos mercados para as exportações brasileiras foi um desses impactos. Por outro lado, por causa dos acordos em que se comprometia em fornecer materiais estratégicos para os Aliados e também por causa das exportações para colônias dos países beligerantes – como industrializados têxteis para a União Sul-Africana, colônia inglesa –, o Brasil conseguiu acumular saldos comerciais; afinal, dado o giro para os esforços de guerra dos antigos países exportadores de industrializados para o Brasil e a escassez de praça marítima para efetuar as importações, a economia brasileira pouco pôde usar tais divisas em importações durante a guerra. Além disso, o Brasil acordou com a Inglaterra (através do *Acordo de Pagamentos Anglo-Brasileiro*, em 1940) que os saldos comerciais com este país ficariam depositados em uma conta especial no Banco da Inglaterra, bloqueados por tempo indeterminado, até que outros países na zona da libra pudessem suprir mercadorias a serem pagas com estes saldos em libras. Portanto, estes saldos eram em *moedas inconversíveis* e não tinham comando real sobre recursos imediatamente – o que provocaria importantes efeitos após a Segunda Guerra.

Os Estados Unidos durante a guerra aprofundaram ainda mais a sua posição como principal comprador e vendedor para o Brasil. Esta situação foi acompanhada da já mencionada *liberalização relativa* do acesso ao câmbio, sob força dos acordos firmados quando da Missão Aranha e em 1940 – o que também estabeleceu o retorno do pagamento da dívida externa. Porém, dado o acúmulo dos saldos em virtude da exportação dos materiais estratégicos e dos preços e cotas favoráveis com que os Estados Unidos se comprometeram a pagar para alguns produtos brasileiros (especialmente café), o Brasil conseguiu efetuar os pagamentos da dívida externa sem muitos percalços – se comparado com períodos anteriores. Os empréstimos realizados pelo Eximbank para a construção da CSN, da Companhia Vale do Rio Doce, para a aquisição de material bélico através do esquema de *lend-lease*, etc., proporcionaram naquela conjuntura alívio ainda maior no balanço de pagamentos (alívio que

se reverteria logo após a guerra e com o retorno das importações).

Como dito anteriormente, um dos papéis do Brasil no esforço de guerra era o de fornecer materiais estratégicos para as nações aliadas; apesar das dificuldades da elaboração de estatísticas para o período de guerra, algumas séries estimam que não menos de 60% das exportações brasileiras foram realizadas mediante esses acordos,⁴⁹⁰ apontando que, dado o abalo geral no comércio internacional, fatores geopolíticos e administrativos foram de importância maior para a configuração das trocas internacionais durante este período do que forças de mercado – demonstrando que a ultrapassagem das exportações brasileiras dos níveis pré-1929 não se deu em função de automáticos mecanismos de mercado. Um outro fator relevante é o aumento, especialmente a partir de 1943, do investimento direto norte-americano na economia brasileira. Durante a década de 1930s, este processo ocorreu mais através da aquisição de empreendimentos de outros países (portanto, através de um processo de *centralização* de capitais) do que a partir de novos investimentos, que foi a forma principal de ampliação desses investimentos durante os anos finais da guerra. Podemos creditar esta ampliação ao atendimento do governo brasileiro à reivindicação norte-americana de disponibilizar cambiais para a remessa de lucros – estabelecido a partir da relativa liberalização cambial, da impossibilidade de efetuar investimentos em boa parte dos países europeus no meio do conflito e também para atender os contingentes militares operando no Brasil neste momento – o que é o caso, por exemplo, da chegada da *Coca-Cola* primeiramente em Natal para atender os militares lá instalados.

Outro aspecto econômico importante do período de participação do Brasil na Segunda Guerra foram as *nacionalizações*. Primeiramente foram nacionalizadas as empresas sob propriedade de países do Eixo – o que se dava em um contexto de coerção às atividades culturais e linguísticas das colônias de descendentes de italianos, alemães e japoneses. Os serviços de transporte aéreo de empresas italianas e alemãs – como a *Condor*⁴⁹¹ e a *Lati* – foram os primeiros a passar por esse processo, apesar de algumas firmas norte-americanas terem sido beneficiadas com o deslocamento das concorrentes europeias e adquirido uma parte do equipamento dessas empresas, como a *Panair*.⁴⁹² Porém, tais nacionalizações também ocorreram sobre algumas propriedades de países Aliados, especialmente da Inglaterra. O caso mais emblemático foi a da *Itabira Iron Ore* e da *Estrada de Ferro Vitória-Minas*. Desde a aprovação dos dispositivos constitucionais que vedavam a exploração do

490 Malan *et al.* (*op. cit.*), p. 132.

491 Que veio dar origem à VARIG.

492 Antonio Pedro Tota, *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra* (2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005), p. 80; Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos...* (*op. cit.*), p. 282.

subsolo a estrangeiros, a questão da Itabira Iron Ore vinha sendo discutida. Através da intermediação dos Estados Unidos, a Vitória-Minas foi adquirida pelo Brasil – a preços bem vantajosos para os ingleses – e incorporada ao patrimônio da então criada *Companhia Vale do Rio Doce*. Para estas e outras aquisições – como estradas de ferro – realizadas durante e após a Segunda Guerra, as divisas bloqueadas no Banco da Inglaterra, por causa dos acordos já mencionados, foram utilizadas.

O impacto da Segunda Guerra sobre a indústria brasileira foi de grande relevância, não apenas do ponto de vista quantitativo do desempenho do setor industrial, mas também do ponto de vista político e organizacional do empresariado industrial durante este período, especialmente no interior das diversas agências econômicas estatais criadas durante o conflito e também daquelas criadas anteriormente e que tiveram seus poderes redefinidos e ampliados; a experiência e a inserção do empresariado industrial no interior dessas agências foi fundamental para que pudessem privilegiar o desenvolvimento industrial no conjunto das medidas tomadas pelo Estado além de proporcionar uma visão de conjunto da economia brasileira e internacional a este empresariado.

Apesar das restrições à importação existente durante a guerra, as indústrias conseguiram a partir de 1943 manter um acesso relativamente constante a algumas matérias-primas e bens de capital essenciais ao seu funcionamento – sofrendo menos, portanto, com o racionamento de importações então vigente. Através de algumas agências criadas durante este período – como a *Carteira de Exportação e Importação* do Banco do Brasil (*Cexim-BB*) criada em 1941 e da *Coordenação de Mobilização Econômica (CME)*, criada em 1942 – o empresariado conseguiu estabelecer as suas demandas por importações em um grau de essencialidade privilegiado, atenuando os efeitos da guerra sobre o setor industrial. Assim, depois de um período inicial de maior impacto sobre a produção industrial (de 1939 a 1942, quando a indústria cresceu a uma taxa aproximada de 3% ao ano), de 1943 a 1945 a indústria cresceu a pouco mais de 9% ao ano – portanto, não muito abaixo da média percebida nos anos de grande impulso nesse crescimento na década anterior (cerca de 11% entre 1933 e 1939).⁴⁹³

O período da guerra aprofundou ainda mais a tendência à proliferação de agências estatais ligadas às funções econômicas, redefinindo a sua inserção no mundo econômico. Além da ampliação das incumbências dos já existentes *Conselho Federal de Comércio Exterior*, do *Conselho Técnico de Economia Finanças*, e da *Carteira de Crédito Agrícola e Industrial* do Banco do Brasil⁴⁹⁴, foram criados durante o conflito mundial a já mencionada *Carteira de*

493 Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial...* (op. cit.), p. 40 e ss.; Malan et al. (op. cit.), p. 265 e ss.

494 A partir de 1940, a maioria das operações de crédito efetuadas por essa carteira passaram a atender ao setor industrial. *Ibid.*, p. 242 e ss.

Exportação e Importação do Banco do Brasil (em 1941), a *Coordenação de Mobilização Econômica* (em 1942), a *Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial* (em 1944) e a *Comissão de Planejamento Econômico* (em 1945). Apesar do período emergencial ter dado ensejo à criação dessas agências, aprofundando ainda mais o papel do Estado no processo de acumulação capitalista, elas possibilitaram alocar os diversos interesses das frações dominantes diretamente no interior do aparelho de Estado – com todas as contradições, incongruências e sobreposições de funções que tal arranjo *bonapartista* de poder implica.

A Carteira de Exportação e Importação (Cexim-BB) foi criada para realizar as operações de câmbio que, naquela conjuntura de conflagração bélica, necessitavam de maior controle por diversas razões: além da desorganização esperada no mercado de divisas por conta do conflito, havia o temor de que parte dessas divisas pudessem ser usadas para realizar importações que caíssem nas mãos das nações do Eixo de alguma forma. Portanto, a liberação das divisas para importação – apesar de estar sujeita a um mercado relativamente mais liberalizado de câmbio⁴⁹⁵ –, dependia dessa fiscalização. Outra importante característica da Cexim-BB durante os anos de guerra, tornando praticamente redundante a liberalização do mercado de câmbio, era operar as prioridades elencadas para importações de acordo com a capacidade produtiva e com a praça marítima disponível *dos Estados Unidos*; ou seja, o controle seletivo das importações era, do ponto de vista norte-americano, *seleção de suas exportações*, ou seja, de acordo com as suas prioridades e disponibilidades naquela conjuntura de guerra. Este ponto é importante pois os industriais buscaram também progressivamente este mecanismo seletivo de câmbio em favor de seus investimentos. Dado que *naquela conjuntura* o interesse estadunidense era diminuir a quantidade de exportações não-essenciais para o Brasil e facilitar os meios para que fosse fabricado no próprio país certos artigos industrializados – o que liberaria capacidade produtiva e praça marítima para o esforço de guerra –, os industriais brasileiros inseridos em outras agências do governo puderam tirar proveito daquele momento para efetuar as importações necessárias para a expansão de suas atividades obtendo da Cexim-BB as divisas para importar. Cremos que a experiência destes anos de guerra na operação de uma política cambial seletiva de importações por critérios de essencialidade, formaram um importante acúmulo para amadurecer o uso deste instrumento como forma de favorecer a produção industrial – especialmente após a crise cambial de

495 Relativamente pois uma parte considerável das divisas ainda ficavam retidas com o governo para efetuar os seus pagamentos, outra parte ia para o mercado livre e a outra parte ficava no mercado livre especial, em que a taxa era menos favorável. Por essa última parte é que se realizavam as remessas de lucro e transferências de capital.

1947⁴⁹⁶ e de 1952⁴⁹⁷.

A Coordenação de Mobilização Econômica foi a agência criada para promover o esforço de guerra brasileiro, dispondo de um poder de centralização de decisões e de incidência sobre a economia até então inéditos. A Coordenação tinha o poder de tabelar o preço de uma série de produtos, elencar prioridades nas importações, efetuar o controle e a fiscalização das exportações e dos transportes, tomar as medidas necessárias para estimular setores econômicos considerados estratégicos, efetuar a política de nacionalizações, além de, no limite, efetuar requisições de produtos julgados de essencialidade crítica para o esforço de guerra. De acordo com Sônia Draibe, a Coordenação procedeu

[...] a mais exorbitante concentração de poder em mãos do Estado, alargando-se muito o âmbito de sua ação intervencionista. Os órgãos de regulação já existentes foram hierarquicamente ordenados, e praticamente todos os setores da atividade econômica – públicos e privados – passaram a estar sob a ação coordenadora direta do organismo burocrático.⁴⁹⁸

Após o fim da guerra, alguns de seus departamentos foram absorvidos por outras agências estatais. Os intelectuais industriais e outras figuras que atuaram no interior da Coordenação tiveram, sem dúvida, um panorama privilegiado da situação econômica (através de dados estatísticos, projetos estatais, etc.) e dos prováveis rumos da economia brasileira. Apesar dos fortes poderes econômicos exercidos pelo Executivo durante os anos de guerra através de suas agências – como a Coordenação –, os representantes de alguns setores da classe dominante, especialmente os industriais, não deixaram de ter lugar no aparelho estatal. Este período, segundo Maria Antonieta Leopoldi, teria sido o de maior colaboração entre os industriais e o Estado Novo, tendo a CIESP-FIESP direta colaboração e participação na CME, apoiando, inclusive com infraestrutura logística e administrativa, a operação do esquema de coordenação econômica de guerra.⁴⁹⁹ Assim, apesar de nesses anos de guerra a atuação estatal assumir formas cada vez mais autônomas, especialmente os industriais souberam deslocar a correlação de forças políticas a seu favor no que tange a essas agências econômicas do Estado. O *relativo* giro liberal dado pelo governo Dutra – cujos limites logo se apresentaram com a crise cambial de 1947⁵⁰⁰ – nos anos posteriores não impediu que os industriais mantivessem, na ossatura material do Estado, importantes trincheiras a favorecer os seus interesses. Importante destacar que em 1944 foi realizado o 1º Congresso Nacional de

496 Carlos Lessa e José Luis Fiori, “E houve uma política econômica nacional-populista?”. In: *Revista FEE* (Porto Alegre: volume 12, n.º1, 1991).

497 Sérgio Besserman Vianna, “A política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)” (Dissertação de Mestrado em Economia. Rio de Janeiro: PUC, 1987).

498 Sônia Draibe, *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985), p. 112.

499 Leopoldi (*op. cit.*), pp. 178-179.

500 Lessa e Fiori (*op. cit.*).

Economia e em 1945 o 1º Congresso Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), o que demonstra, no mínimo, a *busca* por parte do empresariado neste período de exercer uma *função hegemônica* sobre outras frações da classe dominante na transição para a “normalidade” do regime democrático.

Cabe, por fim, assinalar a criação nesses anos da *Comissão Nacional de Política Industrial e Comércio (CNPIC)* e a *Comissão de Planejamento Econômico (CPE)*; enquanto no CNPIC a atuação e destaque de Roberto Simonsen era crescente – defendendo a sua visão de planejamento econômico e defesa da indústria –, o CPE foi criado por Vargas no sentido de acomodar outros interesses e visões econômicas sobre o assunto – nesse caso, o famoso liberal carioca Eugênio Gudín. A formação dessas duas agências no final da guerra – em que questões ligadas ao futuro econômico brasileiro depois do conflito presidiam os trabalhos – com interesses díspares – como os de Simonsen e Gudín – mostra como o regime bonapartista de Vargas em pleno momento de crise ainda se esforçava em atender os diferentes interesses das frações dominantes, por mais contraditórios entre si que fossem.

Ao lado das agências estatais ligadas ao controle e à regulação da produção econômica criadas durante o início da década de 1940, cabe mencionar aquelas agências ligadas diretamente à esfera da produção. A CSN foi a realização do intento de estabelecer a grande siderurgia no Brasil que há anos vinha sendo buscado, tendo, além do seu evidente caráter econômico – substituindo parcela crescente das importações de materiais siderúrgicos pela produção nacional –, um caráter simbólico também muito pronunciado, já que no interior do ideário e do projeto desenvolvimentista, cujos marcos estavam em processo de formação, a criação da siderúrgica estabelecia uma virada na história da industrialização brasileira. Eli Diniz destaca que, por mais que desde anos anteriores o problema siderúrgico estivesse sendo levantado no país, o empresariado industrial não tinha clareza de como tal empreendimento seria levado adiante, revelando uma certa indefinição quanto à via a tomar na sua concretização. Apesar desta indefinição, dadas as insuficiências *financeiras e tecnológicas* dos capitais brasileiros, os industriais admitiam neste setor a participação tanto do capital estrangeiro quanto do capital estatal.⁵⁰¹ Dadas as resistências do capital estrangeiro norte-americano na instalação de uma planta siderúrgica no Brasil e as investidas do governo Vargas em obter apoio do governo Roosevelt à sua construção (facilitado pelo contexto de guerra), a solução adotada foi a construção da CSN sob a forma de uma empresa nacional majoritariamente estatal.⁵⁰² Dos Estados Unidos vieram os recursos *financeiros* (totalizando

501 Eli Diniz, *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978).

502 O primeiro diretor da CSN, Guilherme Guinle, também foi o avalista dos empréstimos do Eximbank para o projeto da CSN. Cezar Honorato e Geraldo Beauclair Oliveira, “A economia brasileira durante a

US\$ 45 milhões de dólares emprestados pelo Eximbank) e *tecnológicos* (através do fornecimento da maquinaria necessária e de consultorias técnicas prestadas pela firma *Arthur McGee*⁵⁰³ e pela *Missão Cooke*, enquanto esteve em operação no Brasil).

Sem muito nos determos na questão da CSN, já muito explorada pela historiografia, destacamos apenas que, se em um primeiro momento os Estados Unidos opuseram resistências a uma solução estatal para o problema siderúrgico brasileiro – preferindo manter as exportações das mercadorias siderúrgicas e depois tentando levar a US Steel a instalar uma planta por aqui –, depois da definição do caráter estatal deste empreendimento e da *entrada dos Estados Unidos e do Brasil na guerra*, o governo norte-americano buscou mobilizar este projeto siderúrgico em favor dos esforços de guerra, no sentido de diminuir as exportações destes materiais para o Brasil, focando suas capacidades produtivas e de transporte marítimo para as demandas do conflito mundial. Assim, se é verdade que a CSN foi resultado de uma “barganha” de Vargas em um momento de crescentes tensões imperialistas, por outro não era interesse dos Estados Unidos, depois de sua entrada na guerra, continuar sustentando exportações siderúrgicas para o Brasil – cuja importância para a produção bélica é evidente. A presença da Missão Cooke atesta esta mudança de prioridades dos Estados Unidos após a sua entrada de fato na guerra.

A criação da *Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)* se deu em articulação com o programa siderúrgico brasileiro, com os compromissos assumidos pelo Brasil em fornecer materiais estratégicos – inclusive minérios –, e com os dispositivos legais nacionalistas que vinham sendo elaborados desde a Carta Constitucional de 1937 – que vedava a exploração do subsolo a estrangeiros. Mediante os Acordos de Washington, ficou acertado que os Estados Unidos também forneceriam apoio financeiro (novamente através do Eximbank) para a instalação da CVRD, o que implicava na encampação das propriedades, naquela conjuntura, da majoritariamente inglesa *Itabira Iron Ore* (fundada por Percival Farquar) e da Estrada de Ferro Vitória-Minas (que ligava a região portuária de Vitória com as regiões onde localizavam-se as jazidas de minério). Também neste caso, o contexto de guerra facilitou o entendimento com as autoridades norte-americanas e inglesas em favor de uma solução majoritariamente estatal para a exploração mineral de grande escala. Com a formação da CVRD o Brasil prepara-se para arcar com o compromisso de fornecer minérios para os Aliados durante a guerra além de também poder obter internamente a matéria-prima

Segunda Guerra Mundial” In: Osvaldo Coggiola(org.), *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. (São Paulo: Xamã; USP, FFLCH, Departamento de História, 1995). Também cf. Regina Lúcia Morel, “A Ferro e fogo: construção e crise da ‘família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)” (Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1989).

503 Morel (*op. cit.*), p. 25.

necessária para atender à CSN. Como mencionamos anteriormente, a encampação das propriedades inglesas, apesar de alguns protestos dos mesmos, se deu de forma bem favorável a estes últimos, sendo os preços dessas propriedades fortemente sobre-estimados – mesmo com os pagamentos sendo efetuados através das moedas bloqueadas no Banco da Inglaterra (nos termos do Acordo Anglo-Brasileiro) e em boa parte após o fim do conflito e depois da desvalorização da libra (em 1949).

A forma que assumiu a criação da CSN e da CVRD se deve, em parte, ao contexto da Segunda Guerra Mundial; a necessidade de obter o apoio ativo do Brasil no conflito fez com que as autoridades norte-americanas e especialmente as inglesas aceitassem a solução nacionalista e estatal para ambos os projetos econômicos. No caso dos Estados Unidos, a disposição em obter o apoio do Brasil passava também pelo aparelhamento econômico, como se dizia à época, tanto para fins políticos (dobrando aqueles setores renitentes em alinhar-se com os Estados Unidos) quanto para fins econômico-militares, já que a economia brasileira deveria relativizar a sua dependência de industrializados norte-americanos e adaptar-se para o esforço de guerra. Expressão destes intentos estadunidenses na industrialização brasileira naqueles tempos foram as missões de cooperação técnica e econômica que tiveram lugar durante os anos de guerra, no caso, a *Missão Taub* (1941) e a *Missão Cooke* (1942).

A Missão Taub (chefiada por Alex Taub) é apenas indiretamente citada na historiografia, principalmente porque as suas atividades no Brasil pouco foram divulgadas e poucos documentos são conhecidos de suas operações. Eugênio Gudín, de acordo com Malan *et al.*, teria tido acesso a relatórios produzidos por essa missão, versando sobre os mais diversos temas econômicos, como transportes, indústrias, energia, etc. Suas recomendações implicavam em um programa de investimentos de dez anos que tinha como objetivo, em um primeiro momento, elevar a produção industrial brasileira ao dobro, que à época da Missão Taub era equivalente a apenas 2% da produção industrial norte-americana. Os investimentos totais chegariam a aproximadamente US\$ 4 bilhões de dólares, sendo destes, 1,8 bilhões em energia.⁵⁰⁴ Apesar de pouco conhecidos, esses trabalhos da Missão Taub serviram como ponto de partida para os trabalhos futuros de cooperação técnica e econômica entre Brasil e Estados Unidos durante a guerra.

A Missão Cooke (chefiada por Morris Cooke) foi enviada ao Brasil um ano depois para operar de forma articulada com a mencionada Coordenação de Mobilização Econômica; da

504 Malan *et al.* (*op. cit.*), p. 27, nota 29; Frank McCain Jr., *A Aliança Brasil-Estados Unidos (1935/1945)* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995), p. 297 e ss. Importante lembrar que naquela conjuntura a grande maioria das empresas do setor elétrico eram de propriedade estrangeira e existiam grandes interesses, especialmente da Standard Oil, em manter aberta a perspectiva de explorar o petróleo brasileiro, especialmente através da figura de Nelson Rockefeller.

parte norte-americana, a decisão do envio dessa Missão ao Brasil partiu do *Board of Economic Warfare (BEW)*, órgão responsável, como diz o nome, pela parte econômica do esforço de guerra dos Estados Unidos. Os objetivos da Missão Cooke consistiam em fazer um profundo levantamento de dados acerca da economia brasileira, realizar uma análise da sua dinâmica e sugerir medidas que resultassem em uma aceleração do crescimento econômico em geral e industrial em particular, e que se sustentasse no tempo. Os objetivos mais imediatos da Missão Cooke eram, como dito, desafogar as pressões por importações de industrializados pelo Brasil – liberando também praça marítima para o transporte de bens considerados mais essenciais para a guerra – e promover ainda mais o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos através de seu apoio a um programa de desenvolvimento econômico do país.

A Missão Cooke focou os seus esforços nas áreas de *energia e transporte*, encaradas em suas análises como problemáticas, já que as suas insuficiências se configurariam em *bloqueios* ao crescimento econômico que deveriam ser desobstruídos para que se pudesse promover o progresso material da nação. Esta grade de análise acerca do desenvolvimento econômico, em que noções como “pontos de estrangulamento” e “pontos de germinação” presidem as preocupações da análise, também seria a dominante em experiências posteriores de cooperação econômica entre Brasil e Estados Unidos, como a *Missão Abbink* (em 1948) e a *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* (entre 1951 e 1953).⁵⁰⁵

Além da área de energia e transportes, a Missão Cooke abordou problemas ligados à saúde (estas em parceria com *OCIAA*⁵⁰⁶, chefiado por Nelson Rockefeller), educação (prevendo inclusive um extenso programa de traduções de obras norte-americanas para o português, como manuais e outras obras de referência), diversos ramos industriais, entre outras questões. A Missão Cooke também recomendou a criação de um órgão de planejamento industrial e de uma instituição financeira que pudesse oferecer crédito de longo prazo para os investimentos industriais demandados pelo programa da Missão; tal instituição teria seus recursos oriundos da subscrição de títulos por parte dos estados, do governo federal e dos institutos de pensão e aposentadoria. Também faz-se menção aos baixos salários e à baixa qualificação da força de trabalho brasileira, além dos problemas existentes na saúde pública. É importante lembrar que naquela conjuntura foram liberados diversos créditos importantes através do Eximbank – como os já mencionados para a CSN e para a CVRD ; desta forma, a ação da Missão Cooke,

505 Transporte e Energia continuaram sendo apontadas como áreas prioritárias para investimentos visando o desenvolvimento econômico.

506 *Office of the Coordinator of Inter American Affairs*. Sobre esta importante agência norte-americana, na difusão mais incisivamente cultural sobre a sociedade brasileira nos de guerra, cf. Tota, *O imperialismo sedutor...* (*op. cit.*).

diretamente conectada com diversos órgãos econômicos da sociedade política brasileira de então através da Coordenação de Mobilização Econômica, era também uma forma de acompanhar e tentar obter alguma ingerência na aplicação dos recursos emprestados pelo Eximbank.⁵⁰⁷ Obviamente, o levantamento de informações acerca de minerais estratégicos, petróleo, entre outras questões, não estava excluído das operações da Missão Cooke.

De toda forma, se comparada com a conjuntura do pós-guerra, a Missão Cooke em particular e o governo norte-americano em geral, tiveram uma postura um tanto mais “generosa” e simpática a programas de desenvolvimento econômico, apoiando-os financeiramente. Moura lembra que, apesar de todas as movimentações do governo brasileiro, durante o período que ele chamou de equidistância pragmática, no sentido de obter vantagens com as potências imperialistas, apenas quando de seu alinhamento definitivo – a partir de 1942, com sua entrada na guerra – as autoridades brasileiras conseguiram os maiores ganhos em termos de financiamento, tecnologia e apoio político.⁵⁰⁸ Porém, após o fim do conflito, a emergência das preocupações estadunidenses na reconstrução europeia e na contenção do Comunismo naquele continente, arrefeceu seu entusiasmo por programas de desenvolvimento econômico no Brasil. De toda forma, os efeitos dessa experiência seriam de grande importância tanto para os Estados Unidos quanto para o Brasil nos anos posteriores. No caso dos Estados Unidos, entre outras razões, essas experiências contribuíram para formar um acúmulo para posteriores intervenções em programas de desenvolvimento econômico em outros países – como o próprio *Plano Marshall*, o *Programa do Ponto IV* (ambos sob o governo Truman) e, já nos anos 1960, a *Aliança para o Progresso* (sob o governo Kennedy).⁵⁰⁹

Outro acúmulo deste período é a associação das ações destes programas de desenvolvimento com ações de caráter cultural e intelectual, como foi a OCIAA chefiada por Nelson Rockefeller no Brasil. A partir desta agência, promoveu-se o intercâmbio de intelectuais, artistas, etc., vindo ao Brasil sob suas gestões Walt Disney⁵¹⁰, Orson Welles, o historiador Stanley Stein, entre outros. Esta combinação entre elementos econômicos, políticos, intelectuais e culturais seria uma característica da praxe imperialista norte-americana no período de seu domínio incontestado, sendo a exportação do *american way of*

507 Até 1945, o Brasil foi o segundo maior recebedor de empréstimos do Eximbank, ficando atrás apenas da França. Eximbank (*op. cit.*).

508 Moura, *Autonomia na dependência...* (*op. cit.*).

509 Para uma abordagem que enfatiza a importância deste acúmulo e lamentando a não manutenção desta linha diplomática pelo governo norte-americano em relação ao Brasil, cf. McCain Jr. (*op. cit.*).

510 Que, inclusive, elaborou o símbolo da “cobra fumando” da *Força Expedicionária Brasileira (FEB)*.

life uma das formas mais importantes para a sua penetração em outras sociedades.⁵¹¹

Apesar da linha dominante com relação ao Brasil sofrer uma inflexão maior ao final do conflito, vislumbrando-se já a reconstrução da Europa, ainda durante a guerra já existiam vozes discordantes no governo norte-americano no que tange ao apoio a programas de desenvolvimento como os da Missão Cooke; McCain destaca que certo membro do governo norte-americano (Walter Walmsey), ao se referir aos resultados da Missão Cooke, os classificou como “incursões no reino da fantasia”, mostrando a sua incompreensão das razões que levavam tantos intelectuais norte-americanos a voltarem com “vagares tão imaginativos” do Brasil, já que eram, sob outros aspectos, pessoas com mentalidade normal.⁵¹² Esta discordância é expressão da existência de interesses divergentes no interior do próprio governo norte-americano – o que era bem comum no governo Roosevelt, através das numerosas agências por ele criadas durante sua gestão sob o período mais crítico do capitalismo estadunidense – e que, portanto, a própria linha política exterior do governo norte-americano estava sujeita a oscilações e viradas de acordo com a mudança da correlação de forças internas.⁵¹³ Assim, esta linha mais “sedutora”, nos termos de Tota, do imperialismo pode ser, não apenas um expediente circunscrito no tempo, mas uma outra linha de recursos políticos mobilizáveis quando da mudança na *correlação de forças externas* e também de quais interesses estão em jogo.

Do lado brasileiro a importância do período de guerra para os anos posteriores teve muitos aspectos, como já mencionamos. Sublinhamos apenas que, em um momento de crise do regime do Estado Novo, a movimentação dos empresários e o espaço que conseguiram obter junto a essas agências econômicas estatais – além da própria experiência junto a agentes norte-americanos aqui sob as missões de cooperação –, contribuíram para o vislumbre do panorama econômico do pós-guerra e para a maior clareza dos projetos de desenvolvimento que melhor os atenderiam.

O aprofundamento do processo de industrialização, com o progressivo aumento da participação do capital estrangeiro norte-americano, era, sem dúvida, algo aceitável para os

511 Para visões distintas acerca desse processo de “americanização” do Brasil, cf. Tota (*op. cit.*); Gerson Moura, *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana* (2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985).

512 McCain Jr. (*op. cit.*), p. 303.

513 Anos mais tarde, quando da criação do Banco Mundial, tais diferenças de interesses ficaram mais nítidas: enquanto a grande banca de Wall Street era o principal elemento de pressão sobre o Banco Mundial – período em que boa parte de seus títulos eram negociados na Bolsa de Nova York –, os exportadores de bens de capital mantinham uma posição privilegiada junto ao Eximbank. Sobre este tema cf.: João Márcio Pereira, *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010), p. 118 e ss.; Bessermann Vianna (*op. cit.*), pp. 89-91; Thiago R. Marques Ribeiro, “Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da ‘Missão Abbink’ (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953)” (Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: UFF, 2012), p. 102 e ss.

industriais há muitos anos. Afinal, medidas protecionistas, se por um lado protegem as indústrias instaladas no país (sejam elas de capitais locais ou estrangeiros), por outro representam um estímulo ao investimento direto de capital no país para gozar dos efeitos protecionistas do mercado protegido. As contradições desse modelo e que se tornariam críticas nos períodos posteriores, seriam os efeitos cambiais que acarretariam; em crises cambiais como a de 1947, de 1951-1952, na reforma cambial instaurada pelo Instrução 113 da SUMOC (em 1955) até a criação do Banco Central em dezembro de 1964⁵¹⁴, a questão da *remessa de lucros e transferência de capitais* era sempre objeto de polêmica – dada a pressão gerada por este modelo de industrialização atrelado em grande medida ao capital estrangeiro. Assim que o poder econômico dos capitais estrangeiros no Brasil, crescentemente associados ao capital brasileiro (especialmente a partir de 1955), se amplia, a disparidade entre o poder econômico e sua expressão política leva de roldão tanto o esquema associativo empresarial constituído nos anos 1930s e 1940s⁵¹⁵, quanto, com o golpe de 1964, o próprio regime democrático.⁵¹⁶ Se por um lado, a queda do regime ditatorial de Vargas teve o apoio do governo norte-americano – evidenciado a partir do discurso do diplomata do Departamento de Estado Berle Jr. – e o imperialismo norte-americano naquela conjuntura tenha avaliado que a forma democrática (mesmo que representando a volta à liberdade de organização das organizações de massa e de esquerda) viria ao encontro de seus interesses, o próprio desenvolvimento dos interesses econômicos estadunidenses e associados aos brasileiros ao longo dos anos 1945-1964 (somados aos capitais europeus e japoneses após a recuperação dessas economias) gerou contradições políticas de tal ordem que a solução *autocrática* foi a adotada a partir do retorno do regime ditatorial em 1964 – obviamente, respondendo a uma outra correlação de forças em que o grande capital monopolista associado é a peça dominante. Tais contradições foram expressões da associação entre um projeto econômico *desenvolvimentista* e a manutenção da sua subordinação ao *imperialismo*, uma das facetas da *longa Revolução Burguesa no Brasil*⁵¹⁷, da nossa *revolução passiva* representada pelo ideário e pelo programa do “desenvolvimentismo realmente existente”.

Ao longo deste capítulo, que, pela proposta de periodização apresentada por Renato

514 Sobre as principais questões envolvidas no longo debate em torno da formação da reforma bancária que resultou no Banco Central e da organização política dos banqueiros – outro emergente grupo econômico envolvido na deposição do regime em 1964, cf. Ary Minella, *Banqueiros: organização e poder político no Brasil* (Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988).

515 Sendo mais relevante no trato com o Estado a partir de meados da década de 1950 as entidades setoriais como a ANFAVEA, ABDIB, entre outros. Cf. Leopoldi (*op. cit.*).

516 René Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe (Petrópolis: Ed. Vozes, 1981).

517 Fernandes (*op. cit.*).

Lemos⁵¹⁸, foca-se em um segmento contido, por sua vez, na *média duração* da *contrarrevolução preventiva brasileira* situada entre a “Revolução” de 1930 e a Segunda Guerra Mundial, procuramos dar conta de alguns aspectos do Estado capitalista brasileiro sob o regime bonapartista de Vargas, tocantes às suas agências econômicas. Pontuamos de forma mais precisa o período a partir de 1935, ano cujos dilemas e contradições entre as frações de classe foram assim descritos por Moniz Bandeira:

O fracasso do levante de 1935 transformava a ferida em gangrena. O abscesso latejava. A infecção corroía o organismo nacional. Apesar de todos os acordos de Souza Costa e Oswaldo Aranha, com a Europa e os Estados Unidos, tornava-se dia a dia mais difícil para o Brasil liquidar as suas contas internacionais. O preço do café deteriorava-se. São Paulo recompunha os planos para retomar a hegemonia do país, com a candidatura de Armando Sales de Oliveira à Presidência da República, reeditando, eleitoralmente, a sedição de 1932. O Rio Grande do Sul, sob o comando de Flores da Cunha, marchava, igualmente, para o dissídio, com armas compradas à Polônia e o mais moderno material de guerra embarcado na Alemanha. O Governo dividia-se em facções que se alinhavam com os blocos imperialistas em conflito. A Revolução, decapitada em 1935, ainda forçava as portas do regime por entre as contradições das classes dominantes. E a direita avançava à sombra do combate ao Comunismo. Plínio Salgado tentava reproduzir, com a passeata (maio de 1937) dos integralistas, a marcha de Mussolini sobre Roma. *O drama do Brasil espelhava a incapacidade da burguesia de um país atrasado, contemporâneo do imperialismo e da revolução proletária, para promover, conseqüentemente, o próprio desenvolvimento do capitalismo e avançar no processo de emancipação nacional.* O golpe de Estado Novo viria com Vargas ou contra Vargas. Não restou a este, portanto, outra saída senão prepará-lo, usando como pretexto a campanha contra o Comunismo, o *Plano Cohen*, e antecipá-lo, inclusive com a mudança da data inicialmente programada, de 15 para 10 de novembro de 1937. As necessidades históricas do Brasil deram-lhe sentido. A conjuntura mundial, marcada pela depressão do movimento de massas e pelo Fascismo, imprimiu-lhe a forma e cor. Vargas retomou, pela direita, o processo de 1930, mediando entre a burguesia e o proletariado, entre a Reação e a Revolução, como árbitro, na tragédia dos equívocos.⁵¹⁹

Através de cores dramáticas, Moniz Bandeira tenta dar conta da correlação de forças na sociedade brasileira de então apontando o papel de *árbitro* exercido por Vargas entre as classes e frações sociais. O que queremos destacar é que, não sendo os fatores políticos “exógenos” à dinâmica econômica, esta situação crítica na correlação de forças – especialmente entre as frações dominantes – e seus efeitos autonomizantes sobre a esfera estatal *stricto sensu* não deixariam de se expressar nos órgãos econômicos e nas principais decisões em termos de política econômica. Na verdade, a própria crescente assunção de funções econômicas por parte do moderno Estado capitalista, processo em curso naquele momento no Estado brasileiro, se expressa através de uma certa *rigidez relativa* ao longo do tempo, já que essas funções eram exercidas através de agências diretamente inscritas na ossatura material do aparato econômico do estado, transcendendo, portanto, diferentes

518 Renato Lemos, “Regime político no Brasil pós-64 – uma proposta de periodização” In: *XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH* (São Paulo: ANPUH, 2011).

519 Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos... (op. cit.)*, pp. 256-257, grifo nosso.

governos.⁵²⁰ Entendemos que a ação estatal durante este período deva ser apreendida levando em conta a articulação entre a correlação de forças políticas – sem a hegemonia definida a favor de nenhuma das frações dominantes – naquele momento (expressando-se na forma bonapartista do regime, de acordo com a proposta de interpretação de Demier) com a própria ação do Estado na quebra dos antigos automatismos da economia brasileira em favor da acumulação baseada no setor urbano-industrial – nos marcos propostos por Oliveira – na conjuntura crítica do capitalismo mundial da Grande Depressão até a Segunda Guerra.

As *pressões* exercidas em favor da industrialização brasileira pelo Estado durante este período encontravam seus *limites* no contexto *imperialista* de então, que representa a passagem de uma forma de imperialismo (representado, no Brasil, pelos conflitos comerciais e políticos entre Alemanha e Estados Unidos) para outra, em que a liderança dos Estados Unidos sobre o mundo capitalista era incontestável – sendo o opositor principal neste momento o bloco comunista. Portanto, o crítico período que culmina na Segunda Guerra Mundial, as pressões inter-imperialistas com as quais o governo teve que lidar (que, se por um lado abre possibilidades de barganha, por outro contribuía para o aguçamento dessas pressões), também são fatores que devem ser levados em consideração para o entendimento da autonomia relativa assumida pelo Estado brasileiro naqueles anos. Além disso, existem centralizações na esfera da tomada de decisões e de ação do Estado próprias de períodos de conflagração bélica direta – o que era o caso no início da década de 1940. Em outras palavras, a *dependência ao imperialismo* – um dos polos da *dupla articulação* a que se refere Florestan Fernandes⁵²¹ – é mais um elemento em se levar em consideração na avaliação da correlação de forças e das possibilidades de desenvolvimento econômico em termos capitalistas.

Uma indefinição na correlação de forças entre as frações e classes sociais não significa que este processo seja *estático*; na verdade, mesmo o governo ainda agindo de forma arbitral e com certa autonomia, o processo das lutas de classes é *dinâmico*, o que implica em poder avaliar que frações saíram enfraquecidas enquanto outras saíram fortalecidas. Neste sentido, cremos que os *industriais*, sob diversos aspectos, saem mais fortalecidos da ditadura Vargas do que outros setores da classe dominante – haja vista o *confisco cambial* que se realizava em

520 Tais reflexões são desenvolvidas por Nicos Poulantzas em sua obra derradeira, especialmente na parte em que trata do aparelho econômico do Estado capitalista. Poulantzas (*op. cit.*).

521 De acordo como este autor, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da emergência do poder burguês no Brasil se deu condicionado por uma dupla articulação: no plano *externo*, o desenvolvimento capitalista brasileiro se dá em íntima articulação com o imperialismo, aprofundando ainda mais a dependência ao invés de amenizá-la; no plano *interno*, este mesmo desenvolvimento capitalista assume uma intrínseca articulação com as formas econômicas e sociais as mais arcaicas. A expressão política desta forma de desenvolvimento e ascensão do poder burguês foi sempre das mais reativas e contrarrevolucionárias, limitando de forma recorrente a expressão política das massas. Fernandes (*op. cit.*).

favor dos industriais (através de taxas de câmbio subsidiadas e da oferta preferencial para as suas necessidades de importação) e às custas dos exportadores, entre outros exemplos. Tanto o seu poder econômico se expandiu durante esses anos quanto as suas formas de associatividade amadureceram, o que permitiu manter canais de pressão nas agências econômicas estatais.

Obviamente, este processo teve idas e vindas (como atesta a conquista na questão tarifária em 1934 e a derrota na questão do Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos em 1935); os anos da guerra e da experiência de colaboração intensa no interior das agências estatais por causa dos esforços de coordenação econômica e de cooperação com intelectuais norte-americanos contribuíram para que na agenda desenvolvimentista dos industriais a colaboração com capitais estrangeiros que quisessem participar com investimentos diretos em projetos de industrialização fossem ainda mais bem-vindos. Portanto, a associação com capitais estrangeiros é um ponto desta agenda de desenvolvimento construída pelos industriais desde então. O próprio avanço do processo de penetração do capital estrangeiro na produção industrial e sua crescente associação com o capital nacional pode ser encarado como uma forma das frações industriais ampliarem o seu poder econômico e também como expressão do sucesso daqueles industriais brasileiros que apostaram na via da associação como forma de expandir seus negócios.

Este foi o *desenvolvimentismo realmente existente*⁵²² defendido pela burguesia industrial brasileira que, ao invés de basear-se em um programa de desenvolvimento com apoio popular, se apoia no imperialismo externo e nos capitais monopolistas como via de desenvolvimento, levando àquilo que Florestan Fernandes chamou de *imperialismo total*⁵²³. O desenvolvimentismo, enquanto ideologia e projeto das classes dominantes industriais e de seus intelectuais orgânicos⁵²⁴, foi a expressão ideológica e programática de nossa *revolução passiva*, cuja repulsa à mobilização popular assume a forma *contrarrevolucionária e preventiva* quando da coexistência histórica da revolução proletária e do imperialismo, como salientam Moniz Bandeira e Renato Lemos. Assim, a tarefa de construir o capitalismo industrial nos termos do desenvolvimento desigual e combinado, expressando-se na dupla articulação a que se refere Florestan Fernandes, juntamente prevenindo uma revolução popular, deram as cores da nossa longa revolução burguesa e do desenvolvimento capitalista autocrático de nossa sociedade.

522 Florestan Fernandes se refere como “desenvolvimentismo terrorista”. Fernandes (*op. cit.*), p. 402.

523 *Ibid.*, p. 320. Este processo corresponde à ampliação dos investimentos diretos estrangeiros e a instalação de plantas industriais pelas grandes empresas monopolistas na economia brasileira.

524 No sentido conferido por Gramsci. Antonio Gramsci. *Cadernos do Cárcere, volume 2...* (*op. cit.*).

Capítulo 4

O Eximbank e o Brasil no pós-Segunda Guerra

§1. Bretton Woods e o Eximbank

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o volume das operações do Eximbank com a economia brasileira já era bem considerável, sendo o Brasil o segundo país, atrás apenas da França, em volume de empréstimos acordados.⁵²⁵ No pós-Segunda Guerra o Brasil continuou sendo um dos países mais importantes em termos de recebimento de financiamentos do Eximbank, o que não significa, porém, que as importantes mudanças realizadas na arquitetura financeira internacional não tivessem afetado as operações do Exim com a economia brasileira. Das “gêmeas de Bretton Woods”, *i. e.*, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird, principal agência do grupo Banco Mundial⁵²⁶) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), foi com o Bird que o Eximbank mais teve que se adaptar, já que uma das incumbências do Bird – financiar projetos de reconstrução e desenvolvimento – já vinham sendo assumidas até então pelo Eximbank. No caso do FMI, também existiam alguns tipos de financiamentos tocantes a essa agência multilateral que foram (e continuaram sendo em algumas ocasiões) também efetuados pelo Eximbank, especialmente os empréstimos destinados a liquidar atrasados comerciais e/ou contas bloqueadas acumulados por conta das crônicas crises cambiais brasileiras.⁵²⁷ Porém, seria com o Bird que o Eximbank mais teria tarefas sobrepostas, resultando em muitas ocasiões muito mais em conflitos do que em uma divisão harmônica de tarefas.

Além do Bird especializar-se em financiamento de projetos de reconstrução e de desenvolvimento, uma de suas principais características era o foco em projetos de desenvolvimento em infraestrutura, assim como a praxe de exigir projetos concretos de investimentos antes de conceder os empréstimos. Concretamente, a ação do Bird se dava também no sentido de influenciar a formação de agentes aptos a elaborar tais tipos de projetos de desenvolvimento no longo prazo (uma influência intelectual, em nossa perspectiva) de maneira que fossem viáveis financeiramente e para influenciar mais diretamente o balanço de forças geopolíticas. Critérios mais “principistas” eram abandonados em favor de um pragmatismo mais afim com as exigências geopolíticas de cada caso.

525 Eximbank, *First Semiannual Report to Congress for the period july-december 1945* (Washington, 1946). A posição do Brasil foi superada com apenas um empréstimo de cerca de US\$600 milhões em 1945 para a França para fins diversos.

526 Sobre a organização do Banco Mundial e as diversas agências que compõem o grupo, cf. João Márcio Pereira, *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010).

527 Apesar de em Bretton Woods a divisão de tarefas estabelecida prever que problemas cambiais caberiam ao FMI e os financiamentos de projetos de desenvolvimento caberiam ao Bird, não faltaram ocasiões em que esses papéis foram trocados – pesando bastante nesses episódios conveniências de ordem geopolítica. Cf. Pereira (*op. cit.*).

Antes da criação do Bird – e por diversas vezes também depois – o Eximbank não só apoiou programas de desenvolvimento econômico no Brasil (os *development loans*⁵²⁸) como também seus empréstimos estavam inseridos em um contexto maior da política exterior estadunidense para o Brasil, com missões de cooperação técnica para racionalizar e planejar aspectos diversos do mundo econômico e produtivo envolvidas. Portanto, o Eximbank cumpria parte das prerrogativas do Bird, mas apenas se tomarmos a ação do Estado norte-americano de forma mais abrangente, pois não era diretamente do próprio Eximbank que saíam os agentes que participariam de programas de cooperação técnica (como a Missão Cooke), ficando os agentes do Eximbank mais envolvidos com os aspectos mais diretamente ligados às questões financeiras. Os empréstimos do Eximbank, porém – principal fonte governamental de crédito externo para o Brasil – articulavam-se a uma política geral, associando os financiamentos governamentais (*development loans*) ao envio de missões de cooperação técnica, além das questões políticas e geopolíticas mais gerais sempre envolvidas nos empréstimos de origem estatal de grande monta.

O Bird seguia essa tendência de associar atuação financeira com formação técnico-intelectual e interesses de grande política internacional, mas com algumas diferenças fundamentais com relação ao Eximbank: enquanto o Eximbank era uma instituição estatal norte-americana para atuar em nível bilateral, o Bird era uma instituição internacional multilateral. O Estado norte-americano era o país com maior poder decisório no Bird tendo em vista a sua cota maior de contribuição, mas o banco tinha que atender interesses dos outros países subscritores de seus fundos, sendo o peso político estadunidense exercido de forma mais mediada.

Outra importante diferença é o fato dos agentes do Bird se envolverem diretamente nos projetos financiados com o objetivo de formar pessoal técnica e intelectualmente preparado para elaborar e executar projetos viáveis do ponto de vista do valor de uso e do valor, do processo de trabalho e do processo de valorização, *i. e.*, factíveis do ponto de vista administrativo/tecnológico e contábil/financeiro; além disso, como mencionamos, era estatutária a exigência de que fossem apresentados os projetos de investimento concretos e detalhadamente elaborados para que os financiamentos fossem liberados pelo Bird, funcionando boa parte dessas experiências de construção e financiamentos de projetos como uma espécie de “vitrine” de investimentos realizados e modelo para projetos aprováveis pela instituição.⁵²⁹

528 Cf. Capítulo 3.

529 Pereira (*op. cit.*).

Importante destacar que o Bird também possuía títulos seus negociados em Wall Street, trazendo a preocupação que os seus financiamentos fossem realizados em investimentos sólidos e rentáveis no prazo estipulado de maneira a garantir o reembolso e os juros ao Banco, fundamental para que os *bonds* do Bird negociados em bolsas fossem convidativos. Essa é mais uma das características distintivas do Bird e do Eximbank, que não possuía título negociado em bolsas de valores. A ligação do Bird com Wall Street não se resumia à negociação dos seus títulos na Bolsa de Nova York, mas também às exigências, em termos de política econômica, afinadas com os preceitos da alta banca apresentadas aos candidatos aos empréstimos do banco multilateral. Essa, inclusive, é uma característica do Bird que geraria frequentes conflitos com governos que avaliavam como muito duras as ingerências do banco na política econômica adotada pelo país. Muitos dos que tiveram que negociar empréstimos com agentes do Bird preferiam tratar com o Eximbank, já que este último não fazia exigências tão explícitas quanto o Bird em termos de política econômica a se adotar.⁵³⁰

Essa coincidência de áreas de atuação mas com métodos divergentes não tardou a gerar conflitos entre os agentes do Eximbank e do Bird, sendo a experiência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, quando ambas as instituições tiveram que trabalhar juntas para financiar os projetos elaborados pela Comissão, um dos episódios mais exemplares dessas divergências. Chegou, inclusive, a ocorrer acusações de parte de agentes estadunidenses favoráveis aos financiamentos pelos Eximbank de que o Bird estaria muito mais inclinado a favorecer os interesses de Wall Street em particular do que os interesses estratégicos dos Estados Unidos – interesses esses que implicavam, nessa visão, em fazer menos exigências em termos de política econômica no curto prazo em favor de vantagens geopolíticas de longo prazo.

Podemos afirmar, portanto, que em termos de frações do capital mais ou menos afins com cada uma das agências financeiras, o Eximbank se apresentava como favorecendo mais diretamente os exportadores estadunidenses e o Bird à grande banca de Wall Street; além disso, os agentes do Eximbank e/ou partidários dos seus métodos de atuação possuíam uma posição mais privilegiada no interior do governo nos tempos do New Deal, enquanto que os comungantes da linha política seguida pelo Bird tinham recuperado boa parte do seu prestígio no período pós-Bretton Woods. Um dos principais desafios, portanto, do Eximbank de forma geral e das suas relações com o capitalismo brasileiro em particular foi encontrar o seu lugar

530 Sobre as preferências de representantes de governos em tratar com o Eximbank em vez do Bird, cf.: Sérgio Besserman Vianna, “A política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)”. Dissertação (Mestrado em Economia). Rio de Janeiro: PUC, 1987; “Relatório Caphart” (1954). Disponível em: <

em um contexto histórico profundamente modificado pela reestruturação institucional que o mundo financeiro mundial passou a partir das diretrizes estabelecidas em Bretton Woods.

Com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial começaram a tomar fôlego no meio governamental norte-americano as discussões acerca do futuro do Eximbank no contexto de paz; nesse sentido, uma das maiores preocupações residia em como atender as necessidades de financiamento de importações das nações estrangeiras (especialmente as envolvidas no conflito e com urgentes necessidades de reaparelhamento e reconstrução) com o fim do programa do *Lend-lease* – que só seria mantido para algumas finalidades restritas e na sua maioria destinadas a questões de defesa. Tendo em vista a especialização das economias europeias para o esforço de guerra, deixando em segundo plano suas indústrias e outros ramos voltados para as exportações, assim como as necessidades de importações originadas nos Estados Unidos de outros países que não poderiam realizar essas mesmas importações em outros países (como era o caso do Brasil), existia uma forte demanda internacional por dólares que encontrava graves dificuldades de serem atendidas os exportadores foram afetados pelo esforço econômico de guerra. As economias devastadas pela guerra e aquelas que encontravam urgentes necessidades de reposição de sua capacidade produtiva (caso de setores industriais e de transportes brasileiros, que necessitavam repor seus maquinários e equipamentos desgastados com o uso intenso nos anos da guerra), portanto, deveriam encontrar meios outros que o *Lend-lease* para efetuar o pagamento de suas importações.

Foi para atender as necessidades de importações pelos Estados Unidos desses países, em um contexto de dificuldades em gerar as divisas em dólares para efetuar esses pagamentos, que foi estabelecido em 1945 o *Export-Import Bank Act*, medida que, entre outras coisas, ampliou bastante a capacidade de operação do Eximbank. Nesse sentido, as principais modificações estabelecidos por essa legislação foram as seguintes:

- (1) aumento da capacidade de realização de empréstimos e garantias de US\$700 milhões para US\$3,5 bilhões;
- (2) suspensão dos dispositivos do *Johnson Act* da década de 1930s, que impedia que nações em *default* com os Estados Unidos pudessem receber empréstimos do Eximbank – assim como empréstimos realizados por particulares –;
- (3) estabelecimento do *Board of Directors* responsável pela administração do Eximbank, composto pelo Secretário de Estado e mais quatro membros indicados pelo Presidente e aprovados pelo Senado, sendo que não mais que três desses quatro membros poderiam

ser do mesmo partido – sendo também criado o *Advisory Board* composto pelo Secretário de Estado, Secretário do Tesouro, Secretário de Comércio e o *Chairman* do *Board of Directors* (sendo esse também o *Chairman* do *Advisory Board*);⁵³¹

- (4) o Eximbank torna-se uma agência governamental independente, sendo removido os seus limites estatutários de existência.⁵³²

Portanto, como é possível perceber, o Eximbank sai fortalecido e com maiores poderes regulares após a Segunda Guerra (já que o programa do *Lend-lease* era tido como algo excepcional por causa do período de guerra) – isso apesar da criação do Bird e do FMI em Bretton Woods e com as possíveis sobreposições e conflitos de competências. Porém, mesmo com essa ampliação das suas capacidades a demanda por dólares por países necessitados de financiamentos para suas reconstruções permanecia sendo maior que a capacidade do Eximbank; nesse sentido, logo após a entrada em vigor do *Export-Import Bank Act* o Eximbank teve de estabelecer critérios para a concessão desses empréstimos: (i) a urgência das necessidades dos tomadores de empréstimo; (ii) as fontes próprias de ouro e dólares dos tomadores de empréstimos; (iii) as possibilidades de obter financiamento de fontes privadas de outros países ou do Bird; (iv) a capacidade do tomador de empréstimo de fazer efetivo uso do financiamento; (v) a capacidade do tomador de empréstimo de pagá-lo; (vi) o impacto do financiamento na economia dos Estados Unidos.⁵³³

Apesar desses critérios estabelecidos pelo Eximbank, o problema permanecia sendo de grande complexidade já que fontes privadas de financiamento para os programas de reconstrução assim como para governos estrangeiros não estavam acessíveis no imediato pós-guerra e não havia perspectivas de se tornarem disponíveis em futuro próximo; além disso, os atrasos na ratificação dos artigos em Bretton Woods adiaram a entrada em operação do Bird e do FMI. Com isso, recaíam sobre o Eximbank o papel de principal fonte de empréstimos de longo prazo para os países com necessidade financiar seus programas de reconstrução. Além disso, mesmo que outros países pudessem fornecer créditos de longo prazo para a reconstrução, apenas os Estados Unidos e, em menor proporção, o Canadá estavam em condições de suprir rapidamente e em larga escala as necessidades de importações desses países.⁵³⁴

531 O *Advisory Board* possui a mesma composição do *National Advisory Council on International Monetary and Financial Problems* criado pelo *Bretton Woods Agreements Act* – com exceção de que o *Chairman* desse último conselho era o Secretário de Tesouro.

532 Eximbank, *First Semiannual report to the Congress* (*op. cit.*), p. 9.

533 *Ibid.*, p. 10.

534 *Ibid.*, p. 10. Mesmo que em menor escala, o Canadá também forneceu empréstimos de longo prazo para a

Dentre as principais demandas de financiamento ao Eximbank estavam aquelas apresentadas pelos exportadores privados norte-americanos, para assegurar suas vendas, que não encontravam canais privados capazes de atender tais necessidades. Estas que se tornaram ainda maiores conforme o governo norte-americano ia relaxando seus controles sobre exportação que vigoraram durante a guerra. Além disso, havia uma grande demanda reprimida por exportações norte-americanas no mundo, abrindo grandes horizontes para os negócios norte-americanos ligados ao mercado mundial. Apesar das outras demandas por financiamento do Eximbank mencionadas, financiar as exportações norte-americanas era encarada como a maior importância, tendo em vista, inclusive, que esse era o propósito que suscitou a criação do Eximbank nos anos 1930s, *i. e.*, estimular as exportações norte-americanas.

Outra área de atuação do Eximbank era o financiamento dos chamados *development loans*, especialmente destinados aos países da América Latina; esses empréstimos eram considerados importantes pelo governo norte-americano pelo fato de “criar mercados imediatos para produtos norte-americanos e, assim fortalecendo as economias de países estrangeiros, elas se tornarão mercados crescendo firmemente para as exportações [*norte-americanas*], por um lado, e fontes de suprimento de importações, por outro”.⁵³⁵ Portanto, era do interesse do Eximbank continuar realizando esses empréstimos mesmo com a pressão exercida por outras demandas sobre sua capacidade de operação no pós-Segunda Guerra.

reconstrução de áreas libertadas e devastadas pela guerra.

535 *Ibid.*, p. 11. (tradução livre)

§2. O governo Dutra

Durante os trabalhos da constituinte de 1945 e no período posterior, uma boa parte dos opositores de Vargas e de seu governo nas classes dominantes brasileiras em suas críticas às medidas tomadas pelo governo anterior e na base de suas propostas estava a noção de que havia uma articulação entre regime político ditatorial e intervenção estatal na economia. Havia fortes tendências no interior do governo Dutra e em meio a alguns setores das classes dominantes para a adoção de medidas liberalizantes na economia, como se isso fosse um corolário da própria liberalização política – que, obviamente, fora absolutamente limitada, tendo em vista a repressão que grassou sobre os movimentos populares de forma geral e dos trabalhadores em particular que, entre outras coisas, se valeu de estabelecimento de estado de sítio por longos períodos, como foi o caso da cidade do Rio durante os trabalhos da Constituinte.⁵³⁶ O pretense compromisso com o regime democrático era, para dizer o mínimo, instrumental e retórico. As tentativas de reduzir o grau de importância das agências econômicas do Estado formadas no período anterior acabaram resultando em retorno de medidas de maior controle sobre a economia, como foi o caso do controle cambial estabelecido após a crise cambial de 1948.⁵³⁷

Apesar das reversões posteriores, é fato que do ponto de vista da política cambial o governo Dutra procurou liberalizar o mercado de câmbio; além dos aspectos mais ideologicamente liberais quanto a necessidade de estabelecer um mercado livre de câmbio, existia a crença de que por conta dos saldos comerciais que o Brasil acumulara durante a Segunda Guerra – período em que existiam fortes restrições às importações brasileiras por conta dos esforços econômico de guerra dos países de origem de boa parte dessas importações – devia-se facilitar o uso de tais divisas acumuladas para que fossem evitadas pressões inflacionárias.⁵³⁸ Portanto, de fato nesse período imediatamente após a Segunda Guerra houve uma política de facilitar as importações brasileiras com o temor de que as pressões inflacionárias se tornassem ainda maiores. Porém, existiam alguns fatores importantes que devem ser levados em consideração na análise e avaliação da política cambial do governo

536 Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

537 Sônia Draibe, *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985); Carlos Lessa e José Luis Fiori, “E houve uma política econômica nacional-populista?”, *In: Revista FEE*. (Porto Alegre: volume 12, n.º1, 1991).

538 Para uma crítica dessa visão e das virtualidades existentes naquela conjuntura do cruzeiro se tornar uma moeda de curso internacional, cf. Cezar Honorato e Geraldo Beauclair Oliveira, “A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial”, *In: Osvaldo Coggiola (org.), Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico* (São Paulo: Xamã; USP, FFLCH, Departamento de História, 1995).

Dutra dos primeiros anos.

Em primeiro lugar, é importante levar em consideração que existia uma demanda reprimida por importações que vinha se acumulando desde o período da guerra, especialmente por bens de produção no setor de transportes, têxteis, entre outros, que se encontravam profundamente depreciados e que necessitavam (em alguns casos urgentemente) de reposição. Portanto, uma boa parte das massivas importações realizadas no pós-guerra destinavam-se a realizar essas reposições. Em segundo lugar – e esse é um ponto de extrema relevância muitas vezes negligenciado –, boa parte do montante acumulado de saldo comercial nos anos da Segunda Guerra foram em moedas bloqueadas, *i. e.*, não possuíam capacidade de mobilização imediata sobre recursos reais, sobre valores de uso; dessa forma, esses recursos em moeda bloqueada não poderiam ser usados para a realização de importações – sendo um dos exemplos mais destacados o saldo comercial brasileiro com o Reino Unido, já que esse último não só mantinha esses saldos bloqueados no Banco da Inglaterra como seu aparato produtivo não se encontrava em condições de atender as demandas por importações do Brasil.

Dito isto, devemos, portanto, compreender esses relativamente vultosos saldos comerciais da Segunda Guerra fazendo essa distinção entre a parte em moeda conversível e a parte em moeda bloqueada – o que fazia com que a parte desse saldo efetivamente utilizável fosse muito menor do que o total. Se é verdade que parte das importações desse período foram de bens não essenciais e suntuosos – como se dizia de forma jocosa na época, as preciosas divisas foram usadas para importar “ioiôs” –, os principais fatores *imediatos* que levaram à exaustão das divisas e à crise cambial em 1948 foram a demanda reprimida por importações desde a Segunda Guerra e o fato de parte dessas divisas estarem em moedas bloqueadas. Do ponto de vista dos usos não essenciais das divisas nesse período, mais do que importações suntuosas ou afins, pesaram bastante as transferências de capital e as remessas de lucros e dividendos das empresas estrangeiras instaladas no Brasil.

Apesar dessas questões circunstanciais da crise cambial de fins da década de 1940s, do ponto de vista estrutural a cronicidade dessas crises cambiais repousa no caráter dependente do capitalismo brasileiro com relação às grandes potências capitalistas, especialmente os Estados Unidos (já que até o momento dessa crise cerca de 60% das importações brasileiras em moedas conversíveis foram de origem estadunidense). Essa dependência resultava, entre outros fatores, da *apropriação* nesses centros capitalistas de boa parte do valor *produzido* no território brasileiro. Tendo em vista que boa parte dessas importações dos Estados Unidos foram de bens de produção, essa dependência do capitalismo brasileiro era também do ponto de vista do valor de uso, do processo de produção, ou seja, da tecnologia necessária à

moderna produção industrial que o capitalismo brasileiro de então não era capaz de produzir. Portanto, assim como a mercadoria, a célula da sociedade burguesa, é a unidade contraditória de valor e de valor de uso, a dependência do capitalismo brasileiro também expressava-se nessa dupla perspectiva, *i. e.*, do valor (dependência financeira) e do valor de uso (dependência tecnológica).

A ACRJ e a situação econômica pós-Segunda Guerra

Podemos obter um índice dos problemas e expectativas da economia brasileira no pós-Segunda Guerra – assim como dos desdobramentos das relações econômicas e políticas entre Brasil e Estados Unidos – através das posições assumidas pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) – agência privada que representava interesses para além dos estritamente comerciais, contando também com representantes da *AmCham* nos seus quadros e considerada pelo Departamento de Estado como um aliado interno no Brasil para fazer valer as posições políticas estadunidenses.

Em dezembro de 1945 a ACRJ reformula a sua principal publicação, mudando o seu nome para *Revista do Comércio*. Já no seu primeiro abordam em várias reportagens e colunas de opinião algumas das “questões candentes” do desenvolvimento capitalista brasileiro naquele imediato pós-guerra; temas como a inflação, as relações entre Brasil-Estados Unidos, as possibilidades de exploração do Rio São Francisco, a usina de Volta Redonda, entre outros assuntos, foram tratados na seção de opinião da Revista. Cabe um destaque: o primeiro tema da seção editorial da Revista foi a realização do I Conferência Nacional das Classes Produtoras (I Conclap) na cidade de Teresópolis (maio de 1945).

O artigo começa com a convocação para a realização da Conferência, uma iniciativa da ACRJ (“a mais velha das nossas associações de Comércio”) em uma reunião realizada no auditório da Associação de Comércio de São Paulo no dia 2 de março daquele ano – apontando a oportunidade desse gesto, já que naquele mesmo dia era retomada a “livre manifestação da opinião da imprensa no país”.⁵³⁹ Diz o seguinte editorial:

No discurso de convocação, que então lhes dirigiu o presidente João Daudt d’Oliveira [*então diretor da Revista do Comércio*], foi recordada a missão orgânica das classe produtoras, em palavras destituídas de qualquer partidarismo, pairando acima das paixões do momento, definindo os deveres superiores de que são responsáveis para com a Nação. Relembrou que, no período a findar, suspensas as atividades do Parlamento e dos partidos, cabia à indústria, ao comércio e à agricultura o estudo e o debate dos problemas fundamentais da vida brasileira, no que se relaciona a seu campo de ação. Apontou o problema da carestia, já alarmante, como decorrente de uma falta básica: a ausência de uma sólida organização econômica nacional. Justificou a reunião das classes produtoras, como um

539 ACRJ, *Revista do Comércio*, nº. 1, ano 1, 1945/dez, p. 9.

imperativo do momento histórico, pois era chegado o dia de devolver ao país o clima democrático em que o Brasil realizou no passado suas conquistas de progresso. E afirmou a confiança nos dois elementos responsáveis pela ordem nacional, as classes produtoras, integradas num só bloco, e as forças armadas do país. Colaboradoras no passado, seriam no presente esses dois elementos a garantia moral da unidade e da ordem.⁵⁴⁰

É interessante observar que apesar de aparentemente aprovar o reestabelecimento do regime democrático, a Revista identificava apenas nas “classes produtoras” e nas forças armadas os elementos válidos, cujo papel central era a manutenção da ordem – mesmo sendo ela uma ordem democrática. Evidencia-se o estreito círculo no qual esse entendimento pretendia encarar a democracia.

O editorial, ainda sobre o I Conclap, menciona que os “mais ardorosos combatentes dos partidos em formação” criticaram a conferência por ter sido extremamente tímida e cautelosa. Afirmava o editorial, porém, que o ambiente de acirramento dos debates cobrava às “classes produtoras” não permitir que tais “tentações” acabassem por velar a compreensão sobre a realidade econômica brasileira do período, reivindicando para si (o Conclap) o papel de “equilíbrio” entre as forças econômicas, sociais e políticas”. A ebulição social e as disputas políticas retornaram mais à frente, quando se afirma que “a tranquilidade pública é ameaçada quando o povo conhece as privações”, identificando a inflação e a carestia como os principais males que concorriam para “ameaçar” a “tranquilidade pública”. Em contrapartida, a aprovação de uma legislação “antitruste” foi qualificada pela Carta de Teresópolis, a que faz referência o artigo, como sendo um duro golpe nas “classes produtoras”, pois, sob o argumento de combater o excesso de poder econômico, “atentava-se maleficamente contra a produção e a segurança jurídica”. A suspensão dessa legislação antitruste, objeto de manifesto lançado na Conferência de Teresópolis – pouco tempo antes da publicação dessa edição da Revista fora revogada.⁵⁴¹

Esse editorial, ao tratar do tema da carestia e da inflação, mostrava uma clara preocupação com a possibilidade de que as tensões e conflitos sociais pudessem colocar sob risco a ordem social, motivo exposto para a necessidade das classes produtoras – ou seja, o patronato do comércio, da agricultura e da indústria das classes dominantes brasileiras – defenderem uma política para combater esses males. Porém, por outro lado, os integrantes das classes dominantes reunidas no I Conclap buscavam garantir e expandir os seus interesses, o que se percebe da ferrenha crítica dirigida à legislação antitruste que poderia atingir seus interesses.⁵⁴²

540 *Ibid.*, p. 9.

541 *Loc. cit.*

542 *Loc. cit.* Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/ACRJRevistas/43888>>; acesso em: mar./2017.

A inflação – que atingira níveis inéditos no início da década de 1940s – mereceu também uma reportagem especial da Revista:

O pesadelo da guerra passou. Não passou, porém, o pesadelo do encarecimento da vida. Quando a marcha ascensional dos preços foi adquirindo maior velocidade, o Governo, através da Coordenação de Mobilização Econômica, solicitou um reexame do problema da vida cara. Reuniões inúmeras foram feitas com as classes conservadoras [*sic*] e o resultado delas é a Comissão Nacional de Preços.⁵⁴³

Sobre o tabelamento de preços estabelecido durante os anos da Guerra e a formação de um mercado negro, a Revista também se manifesta:

Os tabelamentos, que levam a louvável missão de congelar os preços, incentivam a uma outra manobra extra e ilegal – a manobra do “mercado negro” – de tão dramáticas consequências. Em resposta às razões e considerações dos técnicos, os produtores e comerciantes apresentam as suas próprias, muitas das quais têm que ser levadas em conta, pois são frutos do contato diário com os problemas, dificuldades, obstáculos e restrições que hoje cercam o mercado interno nacional.⁵⁴⁴

De acordo com a análise publicada, existiam poderosos fatores que representavam duros obstáculos ao desenvolvimento da produção brasileira naqueles anos, de forma geral:

Dos vinte e poucos comerciantes (atacadistas e varejistas) por nós entrevistados na praça do Rio de Janeiro, nenhum deles, por exemplo, deixou de apontar o problema da limitação da produção como um dos principais fatores que vêm contribuindo para a atual carestia de vida. “Devemos produzir mais e mais. A abundância é inimiga da carestia” – é o pensamento e a convicção de todos, o que nos prova também, e mais uma vez, que entre as possibilidades ilegais do “mercado negro” – consequência da mingua dos gêneros – e os resultados de um comércio livre e abundante, o comerciante prefere sempre os segundos.⁵⁴⁵

O fraco desenvolvimento da produção agrária era encarado como sendo causado pelos seguintes fatores:

- pouca densidade da população rural;
- a situação de quase completo abandono em que vive essa população;
- a precariedade dos meios de transporte;
- impostos, taxas e barreiras interestaduais que formam o nosso sistema tributário empírico.⁵⁴⁶

A produção industrial também encontraria seríssimos óbices naquele período, segundo a matéria da Revista da ACRJ, que dizia sobre este tema:

Quanto à produção industrial, o seu retardado desenvolvimento apresenta-se também como consequência de fatores numerosos, dos quais o maior e mais importante é, sem dúvida, o estado obsoleto do maquinário do nosso parque industrial. S. Paulo, que centraliza mais da metade de toda a nossa capacidade industrial, tem suas fábricas atrasadas de 50 e 20 anos, deficiência esta agravada por outra não menos

543 *Ibid.*, p. 10.

544 *Ibid.*, p. 10. Nesse mesmo local, é possível se ler na legenda de uma foto de sal refinado sendo vendido a 1,70 cruzeiros o quilo: “Um dos fatores que mais contribuíram para a alta dos preços: a falta de transportes. Os sucessivos afundamentos dos nossos navios, em 1942, paralisaram quase que totalmente o comércio de cabotagem entre o Norte e o Sul, o que redundou numa das mais terríveis crises já sofridas pela economia nacional. O fato veio encarecer, mais uma vez, a necessidade de uma ligação rodoviária perfeita entre o Sul e o Norte do país”.

545 *Ibid.*, p. 11.

546 *Ibid.*, p. 11.

grave: a falta de técnicos, de onde se origina igualmente uma produção menor e de qualidade inferior. As recomendações de alguns técnicos brasileiros, que têm feito sentir aos poderes oficiais a necessidade da criação de Escolas Técnicas industriais e de Universidades especializadas, até hoje não foi aproveitada num largo plano de realizações. O exemplo do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), apesar de suas finalidades práticas louváveis, ainda não pôde pesar na balança, devido as suas possibilidades limitadas. Noventa por cento dos nossos operários industriais são criaturas que se improvisaram, ganhando com o trabalho diário uma experiência empírica e defeituosa. Atentar ainda para o fato de que nossas fábricas estão repletas de antigos camponeses que trocaram as agruras e injustiças do campo pelas condições menos ingratas das indústrias da cidade.⁵⁴⁷

O problema dos transportes é apontado como sendo mais um fator a encarecer os itens de abastecimento, especialmente com a guerra e o bloqueio à navegação de cabotagem no Brasil.⁵⁴⁸

Mais crítica, ainda, é a situação do Brasil Central, região dominada em grande parte pelos latifúndios improdutivos e mortos (somente em Mato Grosso, 7.035.237 hectares de terra se encontram distribuídos entre alguns poucos latifundiários, enquanto que na região sul do mesmo Estado existe, para uma população de 250 mil pessoas, um total de somente 2.500 propriedades). As poucas possibilidades produtivas da região Central mais agravadas se tornaram com a intensificação da criação do “zebu”, fenômeno econômico que jogou a população camponesa local numa de suas crises mais agudas. É que a criação de gado, exigindo uma participação mínima da mão de obra, desfavoreceu acentuadamente o trabalho do homem, intensificando e incentivando as constantes migrações que hoje se verificam – o êxodo de camponeses sem terra e sem trabalho para as promessas das cidades e do litoral. [...] Solução para tal contingência seria, sem dúvida, aquela tantas vezes apontada: a da intensificação racional, nas regiões desfavorecidas, da produção agrícola, visando o consumo local.⁵⁴⁹

Outros problemas abordados nessa longa análise da realidade econômica brasileira de então são: o aumento dos fretes,⁵⁵⁰ o problema da escassez de carne nas grandes cidades⁵⁵¹, etc. Como se percebe, todas essas questões giram em torno do tema do aumento considerável dos preços ao consumidor e das dificuldades de abastecimento de muitas regiões do país. Nesse sentido, João Daudt d’Oliveira, então presidente da ACRJ, pede a revisão do tabelamento de preços que vinha se praticando na guerra ou uma política de subvenção aos produtos agrícolas, como nos Estados Unidos.⁵⁵² Os impostos cobrados também são duramente criticados, especialmente os sobre o consumo, assim como os impostos interestaduais como fatores responsáveis pelo aumento dos custos de vida de diversas cidades.⁵⁵³

547 *Ibid.*, p. 11.

548 *Ibid.*, pp. 12-13.

549 *Ibid.*, p. 13.

550 *Ibid.*, p. 13, 15. (“Tabela N.º 2”)

551 *Ibid.*, pp. 13-14. Sobre o problema dos movimentos populares por voltados para reivindicações do ponto de vista do consumo – sendo a falta de carne um dos seus principais itens, cf.: Fernando Pureza, “Da carne podre à tradição dos vencidos”, in *BlogJunho* (2017, 03.20). Disponível em:

<<http://blogjunho.com.br/da-carne-podre-a-tradicao-dos-vencidos/>>; acesso em: mar./2017.

552 *Revista do Comércio*, nº. 1, ano 1, 1945/dez, p. 16.

553 *Ibid.*, p. 16. (“Tabela N.º 3” – valor dos impostos sobre gêneros selecionados.)

A Coordenação de Mobilização Econômica, estabelecida durante a guerra e que, entre outras funções, regulava o tabelamento de preços e o controle do abastecimento dos produtos fornecidos para diversas regiões, é apontada como sendo uma experiência que cometera muitos fracassos:

[...] a política da Coordenação da Mobilização Econômica não foi uma política vitoriosa. Ao contrário, lamentáveis derrotas assinalaram sua ação, e apesar mesmo do caráter policial que o governo houve por bem dar ao combate às anormalidades econômicas nascidas da guerra, todas aquelas anormalidades nasceram, ganharam forma e passaram atuar decisivamente na economia do consumidor. Os tabelamentos, muitas vezes apressados, incoerentes e injustos, incentivaram abertamente o “mercado negro”, que passou atuar, entre nós, paralelamente ao próprio comércio legal. Por outro lado, diante da imposição de preços impossíveis de serem aceitos, os sucessivos tabelamentos desencorajaram os comerciantes, muitos dos quais, nas principais praças do país, passaram a negociar apenas com produtos não tabelados. Tal atitude levou à falta de certos produtos de primeira necessidade, que passaram a ser encontrados apenas, sob preços variáveis, nas especulações do comércio ilegal.⁵⁵⁴

De acordo com o artigo da Revista, o comerciante estava sendo exposto como bode expiatório; as constantes perseguições policiais e da imprensa aos comerciantes, sendo estes colocados como culpados da situação de aumento de preços e de escassez de mercadorias de abastecimento corrente. Nesse sentido, havia fortes críticas ao tabelamento, especialmente por não diferenciar mercadorias de procedências diferentes.⁵⁵⁵

Para fazer frente a esses problemas, no primeiro número de sua Revista, pretendendo incidir no debate acerca dos rumos da economia brasileira, a ACRJ apresentava os principais eixos do programa econômico que defendia.

OUTRA POLÍTICA ECONÔMICA

Melhor seria, portanto, que em vez daquelas medidas repressivas, muitas das quais apressadas e injustas, e a maioria atuando apenas como paliativo efêmero, uma outra política econômica fosse adotada no Brasil, visando, particularmente, o incremento da produção. “A terra é de tão sorte boa – já revelava Caminha – que em se plantando nela tudo dá”. Plantemos mais e melhor, plantemos racionalmente, e, paralelamente, renovemos nossas possibilidades industriais, reaparelhando nossas fábricas e valorizando, através de escolas técnicas, a nossa pobre e defeituosa mão de obra. Acabemos, de uma vez por todas, com as barreiras interestaduais, levando em conta que os impostos e taxas de fronteira interna não podem, em prejuízo da população consumidora do país, se transformar em fonte de renda de municípios ou Estados. Aceleremos o nosso plano rodoviário, para que nos libertemos dos caminhos do mar. E que pelas estradas do Brasil, os produtos trafeguem livres dos pesados ônus alfandegários e aduaneiros, permitindo uma permuta ininterrupta de produtos entre as diversas partes da Federação e fazendo da livre concorrência, inimiga declarada da carestia, a mola incentivadora de todas as nossas transações comerciais. Valorizemos, igualmente, o homem do campo, lhe dando armas contra os elementos, facilitando-lhe um trabalho lucrativo, numa política que vise, como um dos objetivos primordiais, a extinção dos latifúndios improdutivos. Consultemos as necessidades de cada região agrícola ou industrial, e façamos chegar até elas, quando necessário, a proteção do Estado, perfeitamente possível dentro de nossa economia liberal. Um programa, enfim, que não pode ser executado de uma hora

554 *Ibid.*, p. 16.

555 *Ibid.*, p. 18.

para outra, mas que já poderia ter sido iniciado de há muito.⁵⁵⁶

As relações Brasil-Estados Unidos é outro tema que mereceu grande destaque nesse número inaugural da Revista.⁵⁵⁷ “*Visando sempre uma crescente aproximação do Brasil com os Estados Unidos...*”, assim se inicia a matéria sobre as relações econômicas entre os dois países. O artigo não sem dá o trabalho de afirmar as causas do princípio incondicional de aproximação com os Estados Unidos. Segue a matéria: “*As nossas vinculações com os Estados Unidos datam de cerca de dois séculos e vem se estreitando com o passar dos anos, até atingir a intensidade atual, em que o interesse mútuo de nos conhecermos é cada vez mais acentuado*” (grifos no original). Como se percebe, ainda não existia, pelo menos não se evidenciava, a consciência de que a política exterior norte-americana no imediato pós-Segunda Guerra se voltava para a Europa e o Japão.

É bem significativo das expectativas da parte das classes dominantes brasileiras representadas pela ACRJ e sua Revista com relação aos fluxos de capitais e investimentos no após a guerra a seguinte passagem:

O formidável desenvolvimento industrial dos Estados Unidos e a rapidez com que ali se está processando a reconversão das indústrias de guerra para a produção dos tempos de paz, os ensinamentos colhidos por seus dirigentes nestes trágicos anos de luta e também o critério objetivo e prático que sempre presidiu à política estadunidense, são uma garantia para os que, como nós, pretendem se beneficiar da boa vontade e da experiência dos americanos.⁵⁵⁸

A “Conferência Econômica Internacional” reunida em Rye, N. Y., reconheceu, no “Relatório da Seção de Investimentos de Capitais”, que “a inversão de capitais deverá ter como fim correlato a melhoria da situação econômica dos povos dos países que receberem esses capitais. Tanto os países que emprestam, quanto os que recebem os empréstimos, deverão reconhecer a mutualidade de seus interesses, evitando-se dessa forma a discriminação e tratamento injusto, da parte de quem recebe, e a exploração egoísta, da parte de quem empresta. Quando o capital particular de um país é invertido em outro, recomenda-se vivamente que se considere a associação e a coparticipação com o capital local. Deverá merecer especial atenção a política de industrialização dos países possuidores de condições adequadas à construção de uma estrutura manufatureira.”

Sem dúvida as resoluções de Rye representam não só uma vitória do ponto de vista da nossa delegação, mas ainda a certeza de que as relações americano-brasileiras deverão se desenvolver dentro desse clima de amizade, confiança e assistência recíprocas. Veremos no decorrer deste trabalho que a convenção de Rye representa o coroamento dos esforços de várias gerações de homens públicos e de negócios de ambos os países, os quais durante séculos vêm lutando e trabalhando pelo maior desenvolvimento da amizade entre o Brasil e os Estados Unidos.⁵⁵⁹

Todo o artigo é uma extrema ode ao “destino manifesto” do estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos; apresenta uma grande quantidade de dados acerca de fatos

556 *Ibid.*, p. 18. (“Tabela N.º4” – Preços médios de alimentícios no Distrito Federal (1938-1944)

557 *Ibid.*, pp. 19-29. (“Relações Econômicas Brasil-Estados Unidos”) Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/ACRJRevistas/43897>>; acesso em: mar./2017.

558 *Ibid.*, p. 19. (grifos no original)

559 *Loc. cit.*

importantes na história econômica entre ambos os países. Não espanta que na última página do artigo figure na parte inferior um anúncio da seguradora Equidade dos Estados Unidos, publicando o seu relatório anual e relatando uma melhoria na situação de seus balancetes – inclusive, informando a natureza de alguns dos seus ativos, como imóveis no Rio, São Paulo e em Minas. De toda maneira, esse artigo sobre as relações brasileiro-estadunidenses já interessante por si só por demonstrar a disposição do editorial da Revista – e, muito claramente, também da ACRJ – em alinhar-se da maneira mais automática possível à política norte-americana, assim como apontar preocupações que se repetiriam nos relatórios das posteriores missões de cooperação econômica – especialmente no que tange ao aumento vertiginoso dos preços, a infraestrutura de transportes e a racionalização e planejamento da produção econômica brasileira de forma abrangente.

§3. Relações brasileiro-estadunidenses no pós-Segunda Guerra

Nos momentos finais da guerra e nos anos imediatamente posteriores, as relações entre Brasil e Estados Unidos já davam sinais de que passariam por mudanças, perdendo o Brasil, em relação aos anos anteriores, a importância que tinha para os Estados Unidos na sua política exterior; a Ásia e especialmente a Europa passaram a concentrar atenção muito maior, inclusive, se refletindo no montante dos empréstimos concedidos pelo Eximbank, passando a França ao primeiro lugar em magnitude de empréstimos concedidos pelo Banco, conforme mencionamos anteriormente. Da parte dos membros das classes dominantes brasileiras, existia a expectativa de que o movimento de capitais – não só de origem estatal, mas também de origem privada – experimentariam uma ascensão ainda maior em comparação com os anos de guerra, até por conta da diminuição da ocupação do aparato produtivo norte-americano com o esforço de guerra. Além disso, tendo em vista a participação brasileira no conflito enviando tropas para o teatro de guerra europeu, existia o entendimento de que o Brasil era um parceiro com prerrogativas especiais, o que em breve se mostraria equivocado – pelo menos do ponto de vista dos agentes norte-americanos.

Tais expectativas existiam não apenas entre agentes brasileiros; alguns agentes estadunidenses que participaram nas missões de cooperação mútuas, sendo a Missão Cooke o caso mais emblemático, também eram da opinião de que o adensamento das relações políticas, econômicas e culturais com o Brasil eram de importância estratégica e, portanto, deviam ser cultivadas para além da excepcionalidade do período de guerra. Porém, nos últimos momentos da guerra e nos imediatamente seguintes, aqueles que entendiam que as relações com o Brasil deviam se dar nos mesmos termos daqueles com outros países do continente americano (relevando, porém, o peso econômico e territorial do Brasil) passaram ter uma influência maior na formulação e execução da política exterior norte-americana.⁵⁶⁰

A frustração dessas expectativas, no caso dos agentes brasileiros, se tornava ainda mais grave tendo em vista a urgente necessidade de reposição de equipamentos que alguns setores da economia brasileira passavam, com destaque para os setores de transporte e algumas indústrias, como as têxteis; o intenso uso feito do aparato desses setores da economia no âmbito do esforço econômico de guerra em um momento em que não havia a possibilidade ou era muito difícil realizar as importações para realizar a substituição de equipamentos já altamente depreciados fazia com que, ao fim da guerra, tais setores se encontrassem com graves necessidades de reposição. Além disso, tendo em vista o aumento da produção

560 Cf. Capítulo 3.

industrial e da população urbana, a demanda por energia também crescera de forma considerável, ficando a capacidade instalada de produção energética brasileira cada vez mais insuficiente. É importante ter em mente que uma parte considerável dessa produção energética no Brasil era realizada por empresas subsidiárias de companhias norte-americanas, como era o caso do *American & Foreign Power*⁵⁶¹, fazendo com que fossem grandes as cobranças a essas e outras companhias de energia para que fossem realizados investimentos para ampliar a capacidade de produção de energia – a despeito desses investimentos estarem (ou não) nos planos dessas companhias ou de serem julgadas pelas mesmas como lucrativas.

Do ponto de vista político, a conjuntura que se iniciou em fins da Segunda Guerra foi marcada pelas ingerências norte-americanas no processo de transição de regime que então passava o Brasil. É bem conhecido o caso da ação do anteriormente membro do *brain trust* de Roosevelt e agora embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Berle Jr., que este manifestou-se publicamente no sentido de que a transição para o regime “democrático” se desse sem Getúlio na presidência.⁵⁶² Dada a importância de Berle Jr. durante os anos do governo Roosevelt na elaboração das linhas gerais a ser adotada pelo governo, podemos ter um índice de que a perda de importância do Brasil na política exterior norte-americana deve ser tomada como relativa. Afinal, existiam fortes interesses de companhias norte-americanas na exploração de recursos existentes no território brasileiro, assim como consideráveis estoques de investimentos diretos de capitais norte-americanos no Brasil, além da expectativa de reversão, com a mudança constitucional, das medidas restritivas ao investimento estrangeiro em algumas áreas, como minerais e petróleo.⁵⁶³

561 Situada no grupo capitalista Morgan-First National, conforme exposto no Capítulo 2.

562 Existem algumas controvérsias sobre esse episódio, sendo as posições de Hilton (*op. cit.*) e Moniz Bandeira (*Presença dos Estados Unidos... op. cit.*) as mais contrapostas. Enquanto o primeiro afirma que esse ato de Berle Jr. fora “um ponto fora da curva”, dado que este confiava na capacidade de Getúlio em conduzir a transição para o regime democrático e que estava mesmo um tanto incerto quanto a correção desse seu discurso, o último afirma que a postura de Berle Jr. estava afim com o desiderato norte-americano de manter sua ingerência sobre a vida política brasileira afastando potenciais opositores de uma política que permitisse a exploração por companhias norte-americanas de recursos brasileiros.

563 A intensa atividade da figura de Nelson Rockefeller e da agência por ele dirigida deve ser entendida com essas questões em perspectiva; a *Standard Oil*, que no Brasil tinha o nome de *Esso*, tinha grande interesse em instalar refinarias no Brasil assim como explorar as potenciais reservas de petróleo que porventura existissem no país – sendo que os investimentos do grupo Rockefeller no Brasil não se resumiam ao setor petrolífero, existindo interesse, por exemplo, na indústria química, agrícola, entre outras. Importante destacar que Rockefeller e as agências por ele dirigidas inauguram uma forma de influenciar politicamente que transcendiam os canais políticos regulares, incidindo também na assim chamada opinião pública de forma mais geral com objetivo de obter alguma forma de *consenso* acerca do papel positivo dos Estados Unidos no Brasil, sendo significativos os casos do *Repórter Esso* (um verdadeiro marco nas técnicas e padrões jornalísticos no Brasil), das missões de saúde pública (especialmente na região Norte do Brasil, onde existiam perspectivas de exploração de petróleo, borracha, minerais, etc.), entre outros casos. Sobre o caso da instalação de refinarias de petróleo no Brasil por companhias norte-americanas, cf. United States Department of State, *Foreign relations of the United States: diplomatic papers, 1945. The American Republics* (Volume IX. Washington: U.S. Government Printing Office, 1969), p. 678 e ss.

Apesar da manifesta “decepção” de alguns setores brasileiros no que tange à magnitude do ingresso de capitais norte-americanos no Brasil, especialmente os de origem estatal, é importante destacar que esse fluxo não cessou nesse período. Existiram importantes empréstimos norte-americanos para o Brasil no fim da guerra e nos anos logo posteriores, boa parte deles efetuados através do Eximbank. É claro que o alinhamento quase que automático da política exterior brasileira aos Estados Unidos durante os anos do governo Dutra fazia com que se tornassem relativamente menos necessários aportes financeiros oficiais para conseguir o apoio do Brasil em questões geopolíticas.⁵⁶⁴ Também é importante ter em mira o aumento da importância da indústria de bens de consumo duráveis no território brasileiro no segundo lustro dos anos 1940s, com exceção da indústria automobilística, sendo boa parte dessas indústrias de origem norte-americana.⁵⁶⁵ Portanto, tais investimentos longe estão de serem negligenciáveis.

Alguns eventos, porém, infletiriam a postura norte-americana com relação ao Brasil no período 1947-1950, tanto do ponto de vista interno à sociedade brasileira quanto do ponto de vista geopolítico mundial. Eventos como a crise cambial de 1947, o estabelecimento de rígidos controles cambiais em 1948, o rompimento diplomático com a URSS e colocação do Partido Comunista na ilegalidade, o anúncio da Doutrina Truman e emergência explícita da Guerra Fria, a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia, entre outros, vão fazer que o caráter de *contenção* de movimentos populares e potencialmente revolucionários, assim como o combate a outras tendências que pudessem obliterar os investimentos norte-americanos no Brasil, se tornassem cada vez mais pronunciados no trato do Estado norte-americano com o Brasil, inclusive no que toca à política de concessão de empréstimos para o Brasil e no apoio a programas de crescimento econômico acelerado no Brasil. Em outros termos, o caráter de *revolução passiva*, ou, nos termos de Florestan Fernandes, de *fuga pra frente*, se tornarão ainda mais visíveis a partir desses episódios da história brasileira e mundial.

Um dos temas que concentrava grandes atenções dos agentes norte-americanos nos últimos meses da guerra, era o abastecimento do mercado brasileiro de petróleo e derivados. Afinal,

564 Moniz Bandeira (*Presença dos Estados Unidos... op. cit.*) em sua obra clássica e incontornável sobre a presença estadunidense no Brasil afirma que em função desse alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos os empréstimos norte-americanos para o Brasil cessaram por completo, o que não se verifica, inclusive no caso do Eximbank, como veremos adiante. De toda maneira, o Autor está correto em afirmar a tendência ao alinhamento automático aos Estados Unidos durante os anos Dutra, o que se torna ainda mais patente no contexto da Doutrina Truman e nos episódios de rompimento diplomático com a URSS e a colocação na ilegalidade do Partido Comunista.

565 Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

esse problema permanecia carecendo de um encaminhamento na conjuntura após a Segunda Guerra. Naqueles meses finais da guerra, havia grande escassez de petróleo e derivados no Brasil em função da prioridade do abastecimento aos teatros de guerra. Havia constantes reclamações sobre o atendimento insatisfatório da demanda brasileira, surgindo, então, propostas de construção de refinarias no território brasileiro com o objetivo de atender a crescente demanda brasileira. Porém, tendo em vista os dispositivos presentes na Carta de 1937 e suas respectivas regulamentações, as companhias de petróleo estrangeiras temiam encontrar sérios obstáculos para explorar tais recursos no Brasil ou até a nacionalização dos seus investimentos.

A documentação do Departamento de Estado aponta que surgiram, da parte de alguns membros do governo do Estado Novo, a proposta de que fossem construídas refinarias como companhias de capital misto, junto com as empresas estrangeiras do ramo; porém, a oposição inegociável a essa possibilidade partiu das empresas norte-americanas: tais investimentos deveriam ser feitos sobre uma base inteiramente privada e com predominância das companhias norte-americanas, não cogitando, em caso contrário, participar de nenhum investimento no Brasil.⁵⁶⁶

Tais questões ainda se arrastariam por muitos anos, mas sempre com os agentes privados e estatais norte-americanos explorando todas as possibilidades possíveis para uma solução que permitisse a exploração dos virtuais recursos petrolíferos brasileiros, assim como o refino e a produção de derivados, por companhias norte-americanas.

Outra questão que preocupava as autoridades norte-americanas nos momentos finais da guerra era a manutenção dos controles sobre as importações no Brasil; tendo em vista que o controle sobre as exportações norte-americanas estava sendo relaxado pela definição do conflito, novo estabelecimento de controles de importações brasileiras era encarado como medida cujo real objetivo seria exercer um efeito protetivo sobre a produção nacional. Nesse sentido, em inícios de 1945 o governo estabeleceu um *regime de licença prévia* na concessão de permissões para importar, fato encarado pelos agentes do Departamento de Estado e da *AmCham*, no Rio, como um índice inequívoco do aumento do poder dos *grupos industriais* sobre o governo:

Velloso remarked that the Ministry of Foreign Affairs looks upon it as a war measure. He added that it appears to be the work of a strong industrial group in Brazil whose influence in Government circles is not unlike that of the cotton group in United States.

I have informed the President and Directors of the American Chamber of commerce and they are meeting today with the President of the Associação Commercial with a

566 United States Department of State, *Foreign relations of the United States: diplomatic papers, 1945. The American Republics...* (op. cit.), p. 678 e ss.

view to enlisting the cooperation of that organization in minimizing the effects of the proposal.
Souza Costa has just informed me that the modified list will be put into effect within a few days.⁵⁶⁷

Como se lê no documento, os agentes contavam que os membros da *AmCham* buscassem alguma solução em conjunto com a *Associação Comercial do Rio de Janeiro*, especialmente na figura do seu presidente – que na época era Daudt de Oliveira. Lembremos que a *AmCham* também figurava entre os membros da ACRJ, datando de muitos anos a interlocução privilegiada entre as duas associações. De toda maneira, pelo menos no plano mais imediato, os agentes do Departamento de Estado agiram no sentido de negociar a retirada de itens importantes da pauta de exportações norte-americanas para o Brasil da lista de mercadorias sujeitas ao pedido de licença prévia para importar. A percepção de que a colocação desse regime em vigor era algo favorável aos industriais baseava-se exatamente no entendimento de que as importações de mercadorias concorrentes com os produtos industrializados nacionais seriam preteridas na concessão das licenças para importar – assim como seria favorecido a obtenção de licenças para importar seus equipamentos e insumos para suas indústrias.

The Order will enormously augment paper work on both ends, increase the cost of living, and generally stimulate even greater inflation. These factors were repeatedly brought to the attention of the Ministers of Foreign Affairs and Finance. The Order is most unpopular locally, among both Brazilian and American importers, but it represents a gratifying victory for the Brazilian industrial elements that favor it.⁵⁶⁸

O caso das indústrias de rádio era dado como um exemplo de como a política tarifária praticada anteriormente lhe fora favorável – o que, segundo essa visão, também seria o caso com o regime de licença prévias.

During the conversation the impression was obtained that, while basically the consumption tax is primarily for revenue purposes, Government officials are very sensitive on the question of affording protection to domestic industries. For example, when it was mentioned that most radio receivers normally were imported and that domestic manufacture in the past was dependent upon imported components, immediate interest aroused in examining the tax status of such components jointly with that of the completed sets, so that the rates on the former could be reduced if such action is taken on the latter.⁵⁶⁹

Como se pode observar, o estabelecimento do regime de licença prévia para importar era encarado pelos agentes do Departamento de Estado como uma medida protecionista, mesmo que não fossem mecanismos tarifários, mas cambiais, os utilizados para fornecer proteção à produção concorrente brasileira. De fato, a situação cambial brasileira em 1945 era favorável se comparada com conjunturas posteriores, e, portanto, não se poderia argumentar que tal regime fosse necessário por causa de escassez cambial – como fora o caso em diversas

567 *Chargé Donnelly* para Secretário de Estado, 02.01.1945 – *ibid.*, pp. 714-715.

568 *Berle* para Secretário de Estado, 29.01.1945 – *ibid.*, p. 718.

569 14.05.1945 – *ibid.*, p. 719.

conjunturas da década de 1930s e seria o caso a partir de 1947. De toda maneira, o argumento de que tais medidas de regulação das importações fossem necessárias como medida de guerra suscitava profundas reservas pelos agentes norte-americanos, apesar dos próprios Estados Unidos também estarem implementando uma política de licença prévia, mas para as suas exportações. Outra coisa que se destaca na documentação do Departamento de Estado é a percepção do aumento do poder relativo dos grupos industriais – e isso desde a década de 1930s, sendo notável o caso referido no capítulo anterior da assinatura do Acordo Comercial Recíproco de 1935, em que os agentes norte-americanos enxergavam os industriais como o maior foco de oposição à assinatura do Acordo.⁵⁷⁰

Em dezembro de 1945 o regime de licença prévia foi suspenso para um vasto grupo de mercadorias importadas, quando Vargas não mais estava no poder. A partir do governo Dutra, como fizemos referência, haverá uma liberalização ainda mais profunda das importações, medidas encaradas com satisfação pelos membros do Departamento de Estado. Portanto, podemos entender o fim desse regime brasileiro de licença prévia para importar e a liberalização de importações implementado no início do governo Dutra como uma vitória do Departamento de Estado e do governo norte-americano – que durará apenas até 1947, quando diante da realidade da exaustão da cobertura de dinheiro mundial daquela conjuntura o regime de licença prévia para importar será novamente implementado.

A abolição de licença prévia para importar e a liberalização das importações durante o início do governo Dutra não significou que o novo governo tivesse abandonado suas intenções de implementar algum programa de desenvolvimento econômico no Brasil. Tais intenções existiam e esperavam o apoio do governo estadunidense e do Eximbank para apoiar e financiar tais programas. Da parte do governo norte-americano, porém, alguns receios quanto a novos financiamentos para o Brasil, especialmente por causa da suspensão do pagamento de antigas dívidas contraídas nos Estados Unidos em 1930 para a compra de excedentes de café e da demora nas obras de construção da Cia. Vale do Rio Doce – empreendimento financiado pelo Eximbank.⁵⁷¹

Em reunião realizada em 1 de maio de 1946, na qual estavam presentes da parte brasileira o Ministro dos Transportes Macedo Soares e Roberto Campos, no momento Segundo Secretário da Embaixada Brasileira nos Estados Unidos, foi enfatizado pelo Ministro o caráter político das demandas brasileiras por financiamento e que ele estava presente ali não como um devedor diante de um credor, mas como um representante do governo reportando-se ao

570 Cf. Capítulo 3.

571 United States Department of State, *Foreign relations of the United States, 1946. The American Republics* (Volume XI. Washington: U.S. Government Printing Office, 1969), pp. 485-504.

governo norte-americano. Macedo Soares ressaltou o caráter político do programa de desenvolvimento econômico brasileiro, lembrando dos laços que uniam Brasil e Estados Unidos, destacando que os resultados das negociações em torno do apoio estadunidense à industrialização brasileira seriam interpretados politicamente no Brasil. Nesse sentido, o Ministro Macedo Soares aponta que se os Estados Unidos apoiasse um programa de desenvolvimento econômico que concorresse para a melhoria das condições de vida da população brasileira, o Brasil poderia representar muito mais um “ativo” para o governo norte-americano do que um “passivo”. Questionado sobre o significado dessa afirmação, explicou que estava pensando em termos do potencial *militar* brasileiro como aliado.⁵⁷²

Macedo Soares segue explicando as razões pelas quais o Brasil não utilizaria suas reservas acumuladas durante os anos da Segunda Guerra Mundial para financiar esse programa de desenvolvimento econômico: (a) as reservas eram necessárias para adquirir ouro para lastrear a moeda brasileira; (b) para os certificados de crédito de posse dos exportadores de café cujo dinheiro estava retido nos Estados Unidos; (c) para pagar as cotas dos fundos do Brasil no Bird e no FMI; (d) prover fundos para o estabelecimento do Banco Central do Brasil. Além disso, o Ministro destacou que boa parte das divisas brasileiras estavam congeladas naquele momento – por exemplo, cerca de 45 milhões de libras estavam retidas na Grã-Bretanha. Das reservas livres e disponíveis, algo estimado por Macedo Soares em cerca de US\$100 milhões, a maior parte seria requerida para financiar a aquisição de nova maquinaria – o que deixaria, no máximo, cerca de US\$35 milhões para iniciar o programa de desenvolvimento econômico, uma soma considerada bem abaixo da necessária pelo ministro.⁵⁷³

O representante do governo norte-americano na reunião, Mr. Fetters, afirma que o governo norte-americano entendia (e essa era a sua atual política de empréstimos para outros países) que o Bird deveria ser a fonte primária de financiamento para projetos de desenvolvimento econômico. Roberto Campos interveio e disse que não havia qualquer objeção ao Bird como principal financiador, mas existiam algumas ressalvas, como a taxa de juros, se o Bird poderia efetuar os financiamentos no prazo estabelecido pelo programa de desenvolvimento econômico e se alguns imponderáveis poderiam trabalhar contra o Brasil receber tais empréstimos requisitados.

Sobre o momento adequado para implementar um programa de desenvolvimento econômico, Macedo Soares afirma que o imediato pós-guerra era tido pelo governo como o momento adequado para tanto – fato confirmado através de conversas com alguns industriais

572 *Ibid.*, p. 493.

573 *Ibid.*, p. 493.

brasileiros. Além disso, o Ministro afirmou que a assim chamada “nova” política de empréstimo norte-americana (ou seja, a de tomar o Bird como a principal agência financiadora de programas de desenvolvimento econômico) deveria ficar clara para os representantes do governo brasileiro no sentido de permitir ao país reorientar sua política econômica exterior. Macedo Soares diz que o governo brasileiro tinha expectativas “[...] *to be able to carry out its development program with American capital, and purchasing only American equipment. This, he felt, under the “new” policy, to be impossible*”.⁵⁷⁴

Como é possível perceber dessa reunião, a linha política representada pelo Ministro Macedo Soares seguia no sentido de pressionar o governo norte-americano por novos financiamentos, de criticar (mesmo que veladamente) a nova política de empréstimo norte-americana para projetos de desenvolvimento (calcada no Bird) e de, inclusive, também veladamente “chantagear” o governo norte-americano, afirmando que dependendo da linha política norte-americana para o Brasil, poderia o governo brasileiro alterar os termos da sua política econômica exterior. O episódio dessa reunião do dia 1 de maio de 1946 é importante para mostrar tanto os limites do alinhamento automático brasileiro aos Estados Unidos (mesmo que as afirmações de Macedo Soares possam ser encaradas como um “blefe” e representante de apenas uma parcela do governo brasileiro) quanto da existência de interesses no governo Dutra em implementar algum programa de desenvolvimento econômico.

Na documentação do Departamento de Estado é possível conferir que, de acordo com conversações entre o Embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Carlos Martins, e o membro do Departamento de Estado (Braden), o programa de desenvolvimento econômico brasileiro para os primeiros dois anos montaria em cerca de US\$150 milhões. Porém, da parte norte-americana existiam graves objeções à concessão desses empréstimos. Por exemplo, os diretores do Eximbank eram da opinião de que o Brasil deveria concluir as obras da ferrovia Vitória-Santos (parte das instalações da Vale do Rio Doce) antes de solicitar novos empréstimos; na verdade, os diretores do Banco julgavam ser quase escandaloso o Brasil solicitar novos empréstimos antes de concluir as obras da CVRD. Outra objeção era a reduzida capacidade de empréstimo que então passava o Eximbank, que estava em torno de US\$200 milhões naquele momento (apesar do Banco ter enviado ao Congresso um pedido para que os fundos disponíveis para o Banco fossem aumentados em US\$1,250 bilhões, pedido esse que, na visão do Departamento, tinha poucas chances de ser atendido). Existia também o fato de que as demandas de financiamento para reconstrução, principalmente vindas da Europa, eram mais urgentes do que as brasileiras para programas de

574 *Ibid.*, p. 494.

desenvolvimento econômico (apesar de tais programas serem encarados como sendo de grande importância pelos Estados Unidos). Por fim, era muito difícil que o Eximbank concedesse novos empréstimos para o Brasil enquanto o país possuísse vastas reservas em ouro depositadas nos Estados Unidos. De acordo com Mr. Fetters, o total desses reservas (incluindo os fundos em libras não imediatamente utilizáveis) eram de cerca de US\$750 milhões.⁵⁷⁵

Como se pode perceber, além de ser improvável que o Brasil conseguisse junto ao Eximbank imediatamente novos empréstimos para programas de desenvolvimento em geral e para a CVRD em particular, as pressões para que concluísse as obras do complexo da Vale do Rio Doce (minas, ferrovias e portos) e realizasse os pagamentos dos empréstimos realizados para esse fim pelo Eximbank eram cada vez maiores. Pelo acordo firmado em março de 1942 (envolvendo também a Grã-Bretanha, dado os interesses ingleses envolvidos na antiga *Itabira Iron Ore*) os pagamentos dos empréstimos ao Eximbank deveriam ser feitos em um período de tempo determinado e a partir das receitas oriundas das vendas do minério explorado pela Companhia; daí a preocupação nos atrasos na finalização das obras que pudessem colocar a Vale do Rio Doce em operação.

A solicitação de empréstimo pelo governo brasileiro era de US\$50 milhões, sendo que essa solicitação seria apreciada pelo *National Advisory Council*, órgão então responsável por traçar a linha geral da política financeira e monetária exterior dos Estados Unidos. Dada a dimensão política desse pedido de empréstimo e dos possíveis efeitos que poderiam advir de uma negativa da parte norte-americana, o Departamento de Estado e, agora convencido para a mesma posição, o Eximbank, eram favoráveis à concessão do empréstimo – assim como o Departamento de Comércio. Contrários à concessão dos empréstimos estavam o Tesouro e o *Federal Reserve*, apresentando argumentos como a limitada capacidade de empréstimo do Eximbank naquele momento, a alegada não urgência desses empréstimos em comparação aos programas de reconstrução europeus (podendo o programa de desenvolvimento econômico aguardar a entrada em funcionamento do Bird assim como ser financiado pelas reservas em ouro do Brasil), o fato dessa requisição ser adequada para o Bird, de ser um importante teste para o funcionamento desse banco e estimular interesses privados em empréstimos externos e que a demora nas aquisições brasileiras nos Estados Unidos minimizaria pressões inflacionárias nos Estados Unidos.⁵⁷⁶

É bem significativa a mudança de posição do Tesouro em comparação com os tempos em

575 *Ibid.*, p. 496.

576 *Ibid.*, pp. 498-499.

que Henry Morgenthau era o seu secretário, já que em fins da década de 1930s e inícios dos anos 1940 partia desse órgão econômico do Estado norte-americano uma das principais forças favoráveis ao apoio a projetos de desenvolvimento econômico no Brasil.⁵⁷⁷ Portanto, existem aqui fortes indicações de que o crescentemente renovado poder do setor financeiro dos Estados Unidos tinha na Tesouro e no *Fed* importantes *loci* defensores dos seus interesses – o que se atesta, entre outras coisas, pela indicação do Bird como principal fonte de financiamento para os projetos de desenvolvimento, tendo em mente que os *bonds* do Bird naqueles anos vinham sendo negociados em *Wall Street*.⁵⁷⁸

A questão dos novos empréstimos para a Cia. Vale do Rio Doce continuaram ao longo de 1946, com o governo norte-americano condicionando a sua negociação à conclusão das obras realizadas com os empréstimos fornecidos anteriormente pelo Eximbank – inclusive ocorrendo duras discussões envolvendo o Embaixador Carlos Martins e os representantes do Eximbank (o Presidente William McChesney Martin e o representante do Banco no Brasil R. K. West).⁵⁷⁹ A dificuldade em encontrar uma solução para o empréstimo requerido pelo governo brasileiro para a conclusão das obras da CVRD fez com que o próprio presidente do Eximbank, McChesney Martin, viajasse ao Brasil em outubro de 1946, sendo a decisão do governo norte-americano quanto a essa questão condicionada à opinião do presidente do Banco assim que retornasse de sua viagem ao Brasil.⁵⁸⁰ O Ministro da Fazenda já era Pedro Correia e Castro, conhecido pela sua pouca receptividade a projetos de desenvolvimento industrial e por sua defesa dos interesses agrários.⁵⁸¹ Sendo assim, os agentes do Departamento de Estado procuraram explorar as posições de membros do governo brasileiro, como Correia e Castro e Valentim Bouças (então Presidente do Comitê de Controle dos Acordos de Washington), que viam como *desnecessários* novos empréstimos do Eximbank para programas de desenvolvimento em geral e para a conclusão das obras da CVRD em particular.⁵⁸² Uma solução definitiva para esse problema não seria encontrada ainda no ano de 1946, com as discussões se arrastando no ano posterior – discussões que seriam obviamente impactadas pelos efeitos da crise cambial de 1947.

No início de 1947 o tema dos empréstimos suplementares do Eximbank para a CVRD continuava a ser debatido pelo governo norte-americano, sendo levantadas severas objeções.

577 Cf. *supra*.

578 João Márcio Pereira (*op. cit.*).

579 United States Department of State, *Foreign relations of the United States, 1946. The American Republics...* (*op. cit.*), pp. 499-500.

580 *Ibid.*, p. 503.

581 Draibe (*op. cit.*); Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos...* (*op. cit.*).

582 United States Department of State, *Foreign relations of the United States, 1946. The American Republics...* (*op. cit.*), p. 504.

Uma delas se referia ao fato de que os pagamentos do empréstimo ocorreriam através das vendas esperadas de minério de ferro quando da entrada em operação da Companhia. Portanto, atrasos na construção da infraestrutura que possibilitaria a colocação do minério no mercado também significavam atrasos nos pagamentos das prestações do financiamento. Havia a expectativa inicial de que seria necessária a venda de cerca de 1,5 milhões de toneladas de minério de ferro anualmente para a realização dos pagamentos ao Eximbank. Porém, existiam objeções quanto a esses números, o que atesta o exemplo de William Clayton, Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos: de acordo com esse último, seriam necessários novos investimentos de cerca de US\$100 milhões, uma produção anual de 5 milhões de toneladas, assim como a construção de toda uma nova linha ferroviária (dentro da bitola padrão) para que o projeto da CVRD fosse pagável (“*paying basis*”).⁵⁸³ Além disso, a Bethlehem Steel Company estava realizando um investimento de cerca de US\$40 milhões na região do Rio Orinoco, na Venezuela, para a exploração de minério de ferro considerado do mesmo nível de qualidade daquele encontrado em Itabira; a planta da Bethlehem Steel situada em Sparrows Point, em Baltimore, estava a cerca da metade da distância do local de exploração do minério na Venezuela, em comparação com o porto de Vitória, no Brasil. Sendo assim, seria mais difícil para a CVRD conseguir vender a quantidade necessária de minério anualmente para realizar os pagamentos devidos ao Eximbank. Portanto, até que a CVRD estivesse plenamente estabelecida no mercado de minério, novos empréstimos do Eximbank para a Companhia deveriam ser rejeitados.⁵⁸⁴

Apesar de todas essas recomendações em contrário, em 20 de fevereiro de 1947 foi concedido novo empréstimo do Eximbank para a CVRD no montante de US\$7,5 milhões. A partir da documentação do Departamento de Estado, é possível observar que a concessão desse empréstimo para o Brasil era desaconselhado pelos agentes competentes para esses assuntos no interior do Departamento de Estado – ficando a dúvida, expressa por um dos agentes, se a reunião do Eximbank que decidiu pelo empréstimo para a CVRD estava ciente da posição do Departamento de Estado sobre o tema.⁵⁸⁵ Apesar da concessão desse empréstimo ao Eximbank para a CVRD, a tensa situação gerada com o Departamento de Estado e com Eximbank, tendo em vista as demoras na conclusão das instalações da Companhia e na efetivação dos pagamentos, acabou afetando a avaliação de novos empréstimos pelo Exim, inicialmente rejeitados sob o argumento de que novos empréstimos

583 United States Department of State, *Foreign relations of the United States, 1947. The American Republics* (Volume VIII. Washington: U.S. Government Printing Office, 1972), p. 442.

584 *Ibid.*, pp. 442-443.

585 *Ibid.*, p. 443.

não poderiam ser realizados até a regularização dos pagamentos dos empréstimos para CVRD – mesmo que posteriormente os empréstimos terminassem por ser liberados.

O tema do apoio norte-americano a projetos de desenvolvimento econômico voltou a ser abordada em reunião de junho de 1947, com a presença do Embaixador norte-americano Pawley, o Presidente Dutra, o Ministro da Fazenda Correia e Castro, o Ministro das Relações Exteriores Raul Fernandes e o Ministro da Agricultura Daniel de Carvalho.⁵⁸⁶ Nessa reunião, o Ministro da Agricultura apresentou um esboço para um possível acordo envolvendo a vultosa quantia de US\$450 milhões para o financiamento de melhorias no sistema de transporte brasileiro. O Embaixador Pawley mencionou o episódio anterior em que o Ministro Correia e Castro recusara um financiamento de US\$50 milhões para finalidades similares; segundo Pawley, se houvesse projetos concretos bem definidos para investimentos produtivos, eles poderiam ser submetidos ao Banco Mundial – como era a praxe do Banco.⁵⁸⁷

No mês seguinte, a disposição norte-americana em apoiar projetos de desenvolvimento econômico no Brasil foi novamente abordada, dessa vez de forma bem mais tensa, em reunião ocorrida entre o Embaixador Carlos Martins e o Presidente do Eximbank McChesney Martin. O Embaixador Martins, segundo descrição apresentada na documentação do Departamento de Estado, aparentemente de mal humor (“*sour mood*”), afirmou que os projetos apresentados ao Eximbank em busca de financiamento não estavam recebendo a atenção que mereciam – ele viajaria para o Rio nos próximos dias e gostaria de saber o que poderia retornar para as autoridades no Brasil acerca da disposição do Banco em apoiar seus projetos econômicos. O Presidente Martin, do Eximbank, respondeu que era de grande interesse do Banco apoiar os projetos brasileiros, mas os atrasos nas obras da Vale do Rio Doce – inclusive com interrupções totais, ficando os equipamentos inoperantes nos canteiros de obras – geravam dificuldades para o Exim aprovar novos financiamentos.

O Embaixador Martins chegou a afirmar, tornando mais tensa a reunião, que o governo norte-americano estaria de fato abandonando a política da boa vizinhança (escrita assim mesmo, em letras minúsculas, na documentação norte-americana). Além disso, o Embaixador Carlos Martins e o seu Segundo Secretário, Celso Garcia, trouxeram a questão do empréstimo solicitado para a construção de uma refinaria de petróleo no Rio de Janeiro, ainda à espera de uma decisão do Banco. O Presidente Martin afirmou, então, que a decisão ainda não fora tomada por conta da necessidade de novas informações relacionadas à recém-aprovada

586 Nessa reunião também foi tratado do tema da participação do Brasil no FMI – no que o governo brasileiro demonstrou inteira disposição em participar da agência internacional, inclusive contribuindo com a sua parcela na formação do Fundo, mas sem comprometer com alguma data.

587 *Ibid.*, p. 447.

Constituição brasileira – no que o Embaixador Carlos Martins afirmou que estaria à disposição para telegrafar para o Brasil para obter imediatamente as informações demandas pelo Banco para tomar a sua decisão. Não deixa de ser relatado pelo agente norte-americano o “sarcasmo”, em sua opinião, de Garcia e Martins quando sugeriram que a verdadeira razão da demora na tomada da decisão pelo Eximbank era a espera da aprovação por parte da Standard Oil Company.⁵⁸⁸

Como se percebe, as discussões entre as autoridades brasileiras e norte-americanas sobre o financiamento para os projetos econômicos no Brasil estavam se tornando cada vez mais tensas, situação agravada com os primeiros efeitos da grave crise cambial de meados de 1947. Em novembro desse ano, a difícil situação econômica brasileira e o apoio financeiro norte-americano ao Brasil voltaram a ser debatidos em reunião que contou com a presença do ex-Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa, que naquele momento estava nos Estados Unidos como delegado brasileiro para a Assembleia Geral da ONU (além de ser membro da Comissão Financeira da Câmara dos Deputados). Da parte brasileira, estava também presente o Embaixador Carlos Martins. Souza Costa discorreu sobre a difícil situação cambial brasileira, mencionando o desejo do Brasil em apoiar a recuperação europeia; porém, o país encontrava-se em uma difícil situação, pois cerca da metade das exportações brasileiras eram pagas com divisas inconvertíveis (“*soft currencies*”), enquanto quase todas as importações brasileiras eram pagas em dólar. Assim, a continuidade das exportações brasileiras para Europa tornar-se-iam impossíveis, ao menos que algum pagamento em dólar pudesse ser recebido deles – caso contrário, os efeitos inflacionários seriam tremendos, na visão do ex-Ministro. Havia a expectativa de que o Programa de Recuperação Econômica para a Europa, ou seja, o *Plano Marshall*, pudesse melhorar a situação também para as exportações brasileiras. No mesmo dia dessa reunião, na parte da tarde, Souza Costa sugeriu o pedido de um crédito de cerca de US\$100 milhões para o Brasil.⁵⁸⁹

O empréstimo solicitado por Souza Costa naquele momento, o que ficaria claro em discussões posteriores entre as autoridades dos dois países, se destinava, dessa vez, para o Banco do Brasil fazer face à difícil situação cambial brasileira – diferentemente dos empréstimos cogitados anteriormente, destinados a investimentos em transportes, abandonados por razões orçamentárias. Como ficou claro nas discussões, o tema da concessão dos US\$100 milhões para o Brasil estava relacionado com a entrada do Brasil no FMI –

588 “The Ambassador then retorted that he was willing to telegraph Rio for any information that the Bank might need and he was joined by Garcia in sarcastic comments to the effect that the real reason for the lack of a decision was because the Bank had not yet gotten Standard Oil Company’s approval.” *Ibid.*, pp. 449-450.

589 *Ibid.*, pp. 451-452.

implicando na aceitação das suas cláusulas, mesmo com as graves e recorrentes crises cambiais pelas quais passava a economia capitalista brasileira. De acordo com Souza Costa, o atendimento ao pedido do Brasil para combater a crise cambial ajudaria em muito o debate no Brasil em favor da sua entrada no FMI.⁵⁹⁰

A posição do Presidente Martin do Eximbank era, todavia, contrária à concessão de novos empréstimos para o Brasil até que a situação dos empréstimos para a CVRD fossem solucionados. Além disso, na opinião do Presidente do Exim, as ideias e propostas de Souza Costa eram demasiadamente vagas para merecerem uma apreciação positiva naquele momento.⁵⁹¹

Apesar da linha crescentemente contrária à concessão de novos empréstimos para projetos no Brasil, o governo dos Estados Unidos buscou apresentar algumas medidas às autoridades brasileiras como medidas destinadas à promoção do crescimento econômico brasileiro. Nesse sentido, em dezembro de 1947 foi estabelecida a *Joint Brazil-United States Technical Commission*, que ficaria conhecida na historiografia brasileira como *Missão Abbink*. A Missão deveria realizar estudos que apontassem as causas do retardo e do avanço do progresso econômico brasileiro – além de formar um pessoal tecnicamente preparado para lidar com as principais questões e áreas do crescimento econômico acelerado. Porém, desde esses momentos iniciais do estabelecimento da Missão já estava definido que ela não deveria se ocupar com nenhum projeto em específico de investimento nem indicar nenhum tipo de financiamento externo, deixando claro que não se deveria esperar financiamentos oriundos dos Estados Unidos relacionados aos trabalhos da Missão.⁵⁹²

A política de empréstimos para o Brasil naquela conjuntura pôde ser atestada no caso da companhia Laminação Nacional de Metais, situada em São Paulo e de propriedade de Francisco Pigntari. Através de requisição do exportador norte-americano, a *Reynolds & Company* de Nova York, foi apreciado pelo Eximbank o pedido de um empréstimo total de US\$4.869.423 para a aquisição de equipamentos e matérias-primas para a expansão de suas instalações voltadas à produção de produtos de metais não-ferrosos. De acordo com a avaliação do Eximbank, o projeto estava preparado para ter o seu financiamento aprovado, apesar de alguns problemas – como a qualidade das garantias oferecidas, no caso, pelo governo do estado de São Paulo. O Eximbank concedeu os empréstimos para a Laminação Nacional de Metais, conforme solicitado. Porém, a opinião de boa parte do Departamento de Estado foi de que os empréstimos não deveriam ter sido concedidos, mesmo que os motivos

590 *Ibid.*, pp. 452-454.

591 *Ibid.*, p. 455.

592 *Ibid.*, pp. 455-456.

não fossem relacionados com o caso dos problemas enfrentados no projeto da CVRD – sendo questionado nesse caso, por exemplo, qual seria o interesse dos Estados Unidos em fortalecer companhias potencialmente monopolizadoras do mercado nacional assim como apoiar companhias que pudessem disputar pelas fontes de metais não-ferrosos nos Estados Unidos (já que no pedido do empréstimo também era mencionada a aquisição de matérias-primas de exportadores norte-americanos). Existiam, portanto, opiniões divergentes quanto continuar concedendo empréstimos para a economia brasileira tanto entre membros do Departamento de Estado quanto do Eximbank, devendo-se, porém, continuar a política de conceder empréstimos para investimentos do Brasil quando esses se apresentassem sólidos e viáveis.⁵⁹³

593 *Ibid.*, pp. 456-458.

§4. Crise e controle cambial

A economia capitalista brasileira passa em 1947 por mais um episódio da sua longa tradição de recorrentes crises cambiais em sua história econômica, apontando, para os analistas mais atentos da época e de períodos posteriores, para as raízes estruturais dessa contradição da formação capitalista brasileira. Apesar de desde inícios da década de 1930s ser o setor urbano industrial o mais dinâmico da economia – por crescer mais rapidamente, embora apenas na década de 1950s o setor industrial superaria a agricultura em proporção da produção brasileira anual –, isso em nenhum momento significou a superação do caráter dependente do capitalismo brasileiro ou da perda da importância das suas vinculações com a economia capitalista mundial; a expressão *substituição de importações* deve ser entendida não apenas no sentido de que mercadorias que antes eram importadas são substituídas por outras produzidas internamente, mas também no sentido de que algumas importações são substituídas *por outras importações, i. e.*, ganha cada vez mais espaço na pauta de importações brasileiras os *meios de produção* em detrimento dos bens de consumo. Não que se tenha deixado de importar bens de consumo, especialmente os bens duráveis, mas é perceptível na trajetória econômica desses anos a tendência a produzir internamente tais bens de consumo, sendo ocupada a pauta de importações cada vez mais por meios de produção – especialmente que representariam a setores mais dinâmicos do ponto de vista tecnológico e matérias-primas industriais não disponíveis em quantidades suficientes no mercado brasileiro (*e. g.*, petróleo e derivados, materiais químicos, entre outros). Portanto, pelo menos até a adoção da famosa Instrução 113 da Sumoc em 1955 (obviamente, apenas para o capital estrangeiro investido no Brasil), a importação desses meios de produção concorria pela cobertura cambial brasileira para efetuar os pagamentos de outras espécies. Tendo em vista os critérios que presidiram os controles cambiais, a distribuição de cobertura cambial para as importações desses meios de produção fabris encontrou menos obstáculos do que outros setores para obter câmbio.

Desde fins da Segunda Guerra vinha aumentando o volume dos investimentos diretos estrangeiros oriundos dos Estados Unidos, processo que se acentuará na segunda metade da década de 1940s, encerrando-se o decênio com a instalação de uma grande quantidade de indústrias de bens de consumo duráveis (com a notável exceção da indústria automobilística, que se instalaria na economia brasileira na década posterior).⁵⁹⁴ Tais investimentos estrangeiros tinham como uma das suas principais necessidades cambiais – ao lado das

594 Conceição Tavares (*op. cit.*); Malan *et alii* (*op. cit.*).

importações de meios de produção, conforme mencionamos (e isso até a Instrução 113) – as divisas necessárias para efetuar as suas remessas de lucros e dividendos assim como as transferências de capital. Portanto, ao mesmo tempo que tais capitais sofriam inconvenientes nos momentos de graves apertos de dinheiro mundial, encontrando dificuldades para realizar suas transações, o próprio comando desses capitais aqui investidos, *i. e.*, realizar o processo de produção aqui mas objetivando a valorização do seu capital, e, o que talvez seja o mais importante no caso do capital estrangeiro, *valorização do seu capital na forma do dinheiro mundial*, fazia com que as anteriores pressões sobre o câmbio para importar bens industrializados fossem agora substituídas pelas pressões exercidas pelas transferências e remessas.

É importante ter em mente que um dos pilares da arquitetura institucional estabelecida em Bretton Woods era, além do estabelecimento do dólar como dinheiro mundial e pretensamente conversível em ouro a uma taxa fixa, a tentativa de estabelecer taxas as mais fixas possíveis também entre as moedas – tendo em vista que uma das preocupações dos agentes reunidos na Conferência era evitar as guerras cambiais que se disseminaram nos anos 1930s, que, além das consequências econômicas nos fluxos internacionais de mercadorias, concorriam para o agravamento de instabilidades políticas, como bem observado por Gramsci em inícios da década de 1930s.⁵⁹⁵ O Brasil firmou junto ao FMI uma taxa fixa que na segunda metade da década de 1940s variou entre Cr\$18-20 por dólar. Porém, é fundamental ter em mente que desde o início da década a economia brasileira vinha experimentando taxas anuais de inflação que pela primeira vez atingiam dois dígitos – iniciando, portanto, a longa trajetória inflacionária brasileira que estende até a última década do século. Existia, assim, uma forte pressão para converter as contas de cruzeiros para dólares, já que a mesma unidade da moeda brasileira desvalorizada pela inflação não estava depreciada frente ao dólar por causa do câmbio fixo – além do próprio temor de que o Brasil não conseguisse evitar depreciar sua moeda, como fizera, por exemplo, a Inglaterra em 1949, antes de fixar uma nova taxa. Todos esses fatores exerciam forte pressão sobre o mercado de câmbio, contribuindo para as recorrentes crises de escassez de divisas e para o estabelecimento dos controles cambiais.

Outra necessidade de câmbio que pressionara bastante a parca cobertura disponível era a referente aos pagamentos dos serviços da dívida externa; porém, desde os acordos da dívida estabelecidos em 1943⁵⁹⁶ e do estabelecimento da tendência do capitalismo mundial do pós-Segunda Guerra de que os principais fluxos de capitais de empréstimos fossem de origem

595 Sobre esse tema, cf. Capítulo 1, §4.

596 Paiva Abreu, *O Brasil e a economia mundial...* (*op. cit.*).

oficial – tanto dos Estados Unidos como das instituições multilaterais como o FMI e o Bird⁵⁹⁷ –, o pagamento da dívida externa privada não era mais um dos principais demandadores de divisas. Os serviços dos empréstimos de instituições oficiais, apesar de importantes no balanço de pagamentos, estavam sempre sujeitos a serem mais ou menos relaxados em caso de conveniências políticas mais imediatas.

A crise cambial que levou ao estabelecimento dos controles cambiais em 1948 teve em sua base, além dos fatores estruturais oriundos de seus vínculos subordinados ao capitalismo mundial, características do pós-Segunda Guerra da economia capitalista mundial e da brasileira em particular, no caso monetário, a conjugação de taxas fixas de câmbio em um contexto de desvalorização da moeda brasileira. Apesar da inflação não ser uma questão enfrentada apenas pela economia brasileira nesse período, as taxas atingidas no Brasil (assim como em outras economias latino-americanas) devem ser entendidas levando-se em consideração o processo intenso de crescimento da população urbana que vinham sendo expropriados dos meios rurais e a consequente mercantilização e monetarização da reprodução da força de trabalho brasileira, tendo em vista que nos meios urbanos a tendência é que uma parcela maior da produção da força de trabalho seja reproduzida em termos mercantis em comparação com os meios rurais.⁵⁹⁸ Dados os diferenciais nas taxas e velocidades do reajuste dos preços da força de trabalho e do restante dos itens do mercado brasileiro, a inflação acabava por incidir na distribuição do valor produzido pela sociedade em detrimento do trabalhador, sendo, portanto, mais uma poderosa alavanca da acumulação de capital no Brasil e mais um elemento a rebaixar o preço pago pela força de trabalho brasileira.

Dadas essas raízes econômicas e sociais profundas da inflação brasileira na forma própria do desenvolvimento capitalista aqui experienciado e os efeitos da inflação sobre a disponibilidade de dinheiro mundial a uma taxa fixa, a escassez de câmbio deve ser entendida não apenas na sua expressão fenomênica nas contas internacionais, mas como sendo uma das expressões contraditórias no nível de suas relações econômicas internacionais da maneira própria de acumulação de capital que vinha se estabelecendo no Brasil, em que ganhava importância a acumulação realizada internamente mas os vínculos dependentes com a economia capitalista mundial longe estavam de ser superados, muito pelo contrário.

Do ponto de vista do capital estrangeiro, a crise cambial o afetava principalmente sob a forma de atrasados comerciais e dos retardos e dificuldades em efetuar suas remessas e

597 Ruy Mauro Marini, *Dialética da dependência*: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini (Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000).

598 Estamos aqui tratando em termos *relativos* na comparação entre trabalhador urbano e rural, já que mesmo nas cidades existiam formas não mercantis de reprodução da força de trabalho, sendo esse fator, inclusive, mais um a ajudar a baratear a reprodução da força de trabalho em termos mercantis e monetários.

transferências – já que tais operações não estavam nos mais altos patamares de essencialidade durante os períodos de exercício de controle cambial. Portanto, dada a gravidade dessa situação para o grande capital estrangeiro com negócios no Brasil, não foi à toa que em 1948 foi enviada ao Brasil mais uma edição das missões de cooperação técnica e econômica para realizar investigações na realidade econômica brasileira objetivando informar planos de ação do governo e formação de agentes engajados no cotidiano administrativo e gerencial da economia capitalista brasileira – especialmente, mas não apenas, no nível do Estado restrito; nos referimos à Missão Abbink.

§5. A Missão Abbink e seu programa

Desde inícios do governo Dutra havia pressões por parte de alguns membros do governo assim como de outros setores das classes dominantes brasileiras para que se repetissem tanto as experiências de cooperação técnica e intelectual quanto as de financiamento governamental como ocorrera no período da Segunda Guerra. Existia o sentimento de que o Brasil era um aliado especial dos Estados Unidos pelo fato de ter contribuído econômica e militarmente na guerra – o que deveria se traduzir no apoio norte-americano a seus programas de desenvolvimento econômico – ainda mais tendo em vista que parte do aparato produtivo brasileiro se encontrava desgastado exatamente por causa dos sacrifícios econômicos realizados no conflito. Porém, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial o interesse outrora manifestado em apoiar técnica e financeiramente projetos de desenvolvimento econômico no Brasil arrefeceram. Um conjunto complexo de motivos explica essa mudança de atitude, mas os fatores mais significativos estão ligados à maior importância relativa do apoio a reconstrução europeia, tendo em vista o papel de destaque assumido pela União Soviética no Leste Europeu, e ao alinhamento automático à geopolítica estadunidense adotado pelo governo Dutra. Os Estados Unidos não necessitavam mais realizar tantas concessões ao Brasil para conseguir o seu apoio internacional.

A grave crise cambial de 1948 e a instituição do controle de câmbio por critério de essencialidade, porém, fez com que o envio de uma missão de cooperação técnica para o Brasil não pudesse mais ser adiado, sendo nesse mesmo ano formada a *Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (CBAEE)*, mais conhecida como *Missão Abbink*. John Abbink, chefe da seção norte-americana e que anteriormente participara das discussões iniciais para a formação do Eximbank no início da década de 1930s⁵⁹⁹, teve como principal objetivo apresentar elementos básicos de um programa de política econômica que deveria ser seguido pelo Estado brasileiro – na verdade, implicando na própria criação e aperfeiçoamento das agências econômicas do Estado – para promover o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil. As análises e recomendações existentes no *Relatório Final* da Missão Abbink possuem algumas importantes continuidades com àquelas realizadas pela Missão Cooke anteriormente, especialmente no que diz respeito às recomendações quanto aos recursos existentes na economia brasileira a ser mobilizados para um programa amplo de desenvolvimento econômico – com ênfase no setor de transportes e de energia.

De acordo com os membros norte-americanos da Missão Abbink e dos agentes do

599 Cf. Capítulo 2.

Departamento de Estado, tendo em vista não haver recursos financeiros associados aos trabalhos da Missão Abbink para apoiar nenhum projeto concreto em particular, a linha geral norteadora dos trabalhos dessa missão era o que eles chamavam de “*self-help*”, ou seja, deveriam ser exploradas as virtualidades internas à economia brasileira em termos de recursos financeiros para progredir com os projetos de desenvolvimento econômico de grande porte que a economia capitalista brasileira em rápido crescimento demandava naquele momento, evitando, assim, a formação dos chamados “pontos de estrangulamento”. Dessas fontes internas à economia brasileira, à semelhança das recomendações da Missão Cooke, os principais meios sugeridos para canalizar recursos que pudessem realizar massivos financiamentos eram o estímulo ao desenvolvimento de um *mercado de títulos* e a disponibilização dos recursos dos *fundos de pensão*.

No que diz respeito ao uso dos fundos previdenciários para a aplicação em investimentos de longo prazo – coisa, aliás, que já tinha sido realizada nos casos particulares da CSN e da CVRD com a subscrição de suas ações pelos fundos previdenciários de algumas categorias profissionais –, era recomendado a unificação dos diversos fundos previdenciários, de maneira a facilitar sua mobilização para investimentos de longo prazo – com ênfase, conforme dissemos, nos setores de energia e de transportes, campos de investimentos de longo prazo de amortização e que demandavam grandes massas monetárias para serem realizados.⁶⁰⁰

Se o Governo assumisse diretamente determinadas funções de previdência social, poder-se-ia lançar mão de um princípio diferente, ou seja, o de providenciar apenas quanto aos pagamentos a vencer em futuro próximo, contando-se em dotações provenientes da receita geral do governo para enfrentar quaisquer deficiências que possam surgir. Contudo, enquanto as instituições de previdência social conservarem o seu caráter autárquico, o Governo não poderá comprometer-se a atender todas as deficiências que porventura possam surgir, sem correr o risco de sérios abusos. A principal decisão, portanto, a ser tomada pelo Governo Brasileiro no momento atual, é a de escolher entre o conservar-se o sistema em seu atual estado semi-independente, operando segundo o princípio da reserva integral, ou chamar a si os encargos de previdência social, assegurando os pagamentos de benefícios futuros com as contribuições passadas e presentes e, ainda quando necessário, com recursos provenientes da receita geral.⁶⁰¹

Como se pode notar, o objetivo na unificação dos diversos fundos previdenciários era permitir que se mobilizassem os recursos que representavam reservas para pagamentos futuros de benefícios para os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico,

600 Sobre as formas de mobilização de diversos capitais em áreas que exigem altas concentrações de capitais e que também possuem alta composição orgânica, como o caso das sociedades anônimas, tornando rentáveis tais investimentos, cf. Marx, *Livro 3*. Os setores de transportes e energias eram justamente setores em que vigoravam altas taxas de composição orgânica de capital assim como demandavam uma grande soma de recursos financeiros para se instalarem.

601 Comissão Mista Brasileiro Americana de Estudos Econômicos (CMBAEE). *Relatório Final, vol. 1*. (Rio de Janeiro, 1949), p. 155.

tendo que os fundos prontamente disponíveis serem necessários apenas para os pagamentos daqueles que já estavam recebendo os benefícios; nas palavras da Missão Abbink, tratava-se de abrir mão do princípio da reserva integral. Como se percebe, esse ponto em termos de uma política econômica mais geral para o desenvolvimento econômico brasileiro, era uma constante desde os tempos da Missão Cooke, recomendação que se repetirá no caso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no início da década posterior. Aqui, porém, esse tipo de procura por recursos próprios da economia doméstica era chamada de “*self-help*”, em uma velada indicação de que os agentes brasileiros deveriam esgotar as possibilidades internas de mobilizar recursos antes de pleitearem recursos financeiros externos. Mais uma vez os limites dos capitalistas e das classes dominantes brasileiras fizeram com que os grandes investimentos tivessem que ser financiados através dos recursos reservados para assegurar alguns direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros de então, no caso, os fundos destinadas às aposentadorias e pensões de algumas categorias profissionais.⁶⁰²

As recomendações da Missão Abbink abrangiam uma vasta área da economia capitalista brasileira, mas destacamos aqui essa recomendação em termos de mobilização de recursos para investimentos de longo prazo exatamente pois representa uma continuidade com relação às experiências anteriores, e que seria novamente aventada posteriormente. A sugestão dos agentes norte-americanos para suprir internamente as necessidades de financiamento para os projetos brasileiros de longo prazo – tendo em vista que os empréstimos do Eximbank não seriam disponibilizados para os investimentos demandados no Brasil –, distanciavam-se das reservas e/ou poupanças acumuladas pelos capitais brasileiros, mas sim agia pela expropriação dos recursos formados através de deduções dos salários dos trabalhadores brasileiros para atender os poucos direitos até então conquistados.⁶⁰³

602 Essa mobilização de recursos previdenciários para a realização do financiamento dos grandes projetos de desenvolvimento econômico pode ser entendido como um caso precoce na formação capitalista brasileira de *expropriações secundárias*, conceito trabalhado por Virgínia Fontes para entender uma das características do capitalismo do pós-Segunda Guerra, conceituado como *capital-imperialismo*. As expropriações secundárias seriam aquelas realizadas já no interior de formações sociais capitalistas, que implicam, entre outras coisas, em perda de direitos adquiridos, recursos coletivos (como os fundos públicos e de pensões), bens públicos, disponibilizando renovadas áreas para o uso capitalista. Virgínia Fontes, *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010).

603 Pedro Paulo Z. Bastos aponta que o capital acumulado dos principais empresários brasileiros não eram suficientes para dar conta de empreendimento do vulto da CSN, por exemplo. Para tanto, compara o montante de empréstimos do *Eximbank* para a construção da Companhia com o capital disponível na Creai-BB e o assinalado nos censos industriais da época. Cf. Pedro Paulo Z. Bastos, “A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1945)” (Tese de Doutorado em Economia. Campinas: UNICAMP, 2001), pp. 215-216 e ss. O que o Autor não destaca é exatamente o uso dos fundos previdenciários dos trabalhadores para suprir essa carência de capitais privados internos.

§6. O Ponto IV e as relações Brasil-Estados Unidos

O governo Dutra possuiu duas fases bem definidas – assim como posteriormente será sugerido para o segundo governo Vargas⁶⁰⁴ –, marcadas tanto por mudanças no que diz respeito à política econômica (sendo um dos mais emblemáticos o estabelecimento do regime de licença prévia na distribuição das divisas), quanto ao cenário político de forma mais ampla – sendo o caso da colocação do PCB na ilegalidade e o rompimento das relações diplomáticas com a URSS em 1947 representativos desse novo cenário político. Mesmo que a repressão aos partidos e aos movimentos de esquerda tenha se manifestado desde os momentos iniciais do governo Dutra, a cassação do PCB e o rompimento com a URSS se inserem na nova conjuntura que se abre nos anos finais da década de 1940s marcados pela *Doutrina Truman*, momento em que o desiderato estadunidense de combater processos revolucionários nas mais diversas partes do globo assume um novo e elevado patamar. A tensão geopolítica própria dos anos da Guerra Fria adquire a partir desse ponto um movimento de escalada gerando repercussões nas mais diversas regiões e nas suas respectivas dinâmicas políticas e econômicas.

A praxe de usar mediações econômicas para finalidades políticas, cujo âmago consistia em combater a *efetividade* ou a *possibilidade* de uma revolução social e manter a “pacificação” política nos termos do *status quo* capitalista, também experimentou uma inflexão em fins dessa década, sendo criado nesse momento o chamado *Programa do Ponto IV*. Em seu discurso de posse de segundo mandato presidencial, Truman anunciou no quarto ponto do seu discurso o estabelecimento de um programa destinado a apoiar a consecução de projetos de desenvolvimento econômico em diversos países dependentes, com destaque para a América Latina. A ideia era que fosse oferecida ajuda financeira e intelectual para esses países elaborarem seus planos de desenvolvimento econômico – sendo um importante difusor do modelo de planejamento econômico capitalista defendido pelos Estados Unidos para esses países.

O Programa do Ponto IV vem a efeito com a aprovação em julho de 1949 do *International Technical Cooperation Act*⁶⁰⁵, que buscava mais uma vez aliar apoio financeiro com prescrições de ordem intelectual. Com o estabelecimento desse programa se elevam no Brasil

604 Besserman Vianna (*op. cit.*). Esse Autor lembra que alguns agentes do governo Vargas atribuíam à estratégia de governo de Vargas a alcunha de “Campos Sales – Rodrigues Alves”, aludindo ao que seria o caráter liberal e austero do primeiro e o caráter de empreendedor e realizador de grandes obras do segundo.

605 Para documentação parlamentar abordando sobre o Programa do Ponto IV, cf.: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pcaac280.pdf>; acesso em: mar./2017.

as expectativas de que um plano de financiamento governamental norte-americano para o desenvolvimento capitalista brasileiro viesse a ocorrer – tendo em vista que a Missão Abbink tivera claras orientações de não envolver nenhum tipo de empréstimo, mas apenas análises e recomendações sobre a realidade econômica brasileira.

O Programa do Ponto IV também teve importantes efeitos sobre a política de empréstimo sobre o Eximbank, que Banco passaria a reservar uma parte de seus recursos para financiar projetos de desenvolvimento articulados a esse Programa. Além disso, também estava previsto o fornecimento de garantias pelo Eximbank contra riscos sobre investimentos diretos estrangeiros oriundos dos Estados Unidos que fossem julgados importantes politicamente para o Programa do Ponto IV – sendo levantada, inclusive, a possibilidade dessas garantias abrangerem possíveis processos de *nacionalizações* de empreendimentos norte-americanos em outros países⁶⁰⁶ (o que será o caso anos mais tarde de companhias telefônicas em atividade no sul do Brasil).

No caso brasileiro, a primeira experiência ocorrida sob os auspícios do Programa do Ponto IV foi a *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU)*, que seguia a praxe de aliar financiamentos com estudos e prescrições econômicas – elevando, porém, essa tendência a um novo patamar de complexidade e abrangência.

O Programa da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

Abbink fez alguns alertas acerca da insatisfatória recepção da Missão e das suas recomendações. Porém, outros fatos importantes devem ser levados em consideração para se entender o início da nova missão de cooperação econômica e técnica – e que dessa vez contaria com empréstimos para financiar projetos concretos de desenvolvimento –, como o recrudescimento das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética (inaugurando uma etapa decisiva da *Guerra Fria* a partir do anúncio da *Doutrina Truman*), o advento da *Revolução Chinesa* e o início da *Guerra da Coreia* (1950). Este último fato é de grande importância para a instalação da Comissão Mista pois, semelhante ao que ocorrera no contexto da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos buscavam envolver o Brasil e outros países da América Latina ao seu lado no conflito na Coreia. Desta forma, as autoridades norte-americanas voltam a encarar com mais seriedade a possibilidade de realizar um programa de cooperação econômica com o Brasil que pudesse contar com empréstimos para financiá-lo.

Portanto, devem ser adicionado esses fatores ao estabelecimento do Programa do Ponto IV

606 Eximbank, *Ninth Semiannual report to the Congress* for the period july-december 1949 (Washington, 1950), pp. 2-5.

– sob a égide desse programa se concretizou a Comissão Mista – somente no segundo governo Vargas, apesar das negociações para a sua realização terem se iniciado desde fins do governo Dutra.⁶⁰⁷

Apesar da conjuntura internacional e do novo governo Truman, os agentes estadunidenses que participaram da última missão – a Missão Abbink – assinalaram o que consideraram dificuldades intelectuais e políticas próprias dos setores dominantes brasileiros e suas expressões na sociedade política brasileira de então. Conforme temos enfatizado, desde os tempos da Missão Cooke um dos principais objetivos dessas missões era investigar os recursos internos à economia brasileira que poderiam ser usados em investimentos com efeitos positivos sobre o crescimento da economia como um todo. Nesse sentido, como já mencionamos, as terras rurais e os imóveis eram apontados como tomando uma parcela demasiadamente elevada das poupanças acumuladas na economia brasileira; no que diz respeito à produção agrícola, o investimento especulativo acabava tendo efeitos negativos sobre a produtividade do campo, na visão dos agentes norte-americanos. Porém, como reportou Abbink ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, o tema da propriedade rural era um *tabu* para as autoridades brasileiras. Outras soluções deveriam ser buscadas para viabilizar o progresso econômico brasileiro – a despeito das tensões políticas que gerava essa situação do campo.⁶⁰⁸ Portanto, em uma situação em que um programa que pudesse tocar na estrutura da propriedade fundiária estava fora de cogitação, a necessidade por uma “poupança externa” na forma de empréstimos norte-americanos se tornava ainda maior para financiar projetos de desenvolvimento econômico de longo prazo.

As negociações junto aos norte-americanos em busca de novos empréstimos e de uma nova missão de cooperação econômica iniciaram-se, como dito, logo após o anúncio da vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950. No início do próximo ano, João Neves da Fontoura – já como Ministro das Relações Exteriores – e Horácio Lafer – novo Ministro da Fazenda – vão aos Estados Unidos por conta da *IV Reunião de Consulta dos Chanceleres das Américas*,

607 Quando foram divulgados os resultados das eleições de 1950, indicando a vitória de Vargas, este, antes mesmo de sua posse, já indicou João Neves da Fontoura, futuro Ministro das Relações Exteriores de seu governo, para tomar parte das tratativas em torno da realização de nova missão de cooperação econômica e de empréstimos que pudessem financiar um programa de investimentos.

608 “The basic political objective of the Brazilian Government in dealing with agriculture should be, of course, to prevent the emergence of acute unrest among the large underprivileged rural population. This is an issue which may seem unimportant for the near future, but it represents a latent threat to Brazil's internal stability and to stability of Brazil's international relationships over two or three decades ahead. The immediate danger is that the Brazilian government will not face the problem fully and that it will content itself with half solutions or even with promises of solutions. The proposal to set up a rural bank, for example, seems to promise more than it is really likely to accomplish in the near future. I may note also that any discussion of rural ownership problems was tabooed by the Brazilian members”. United States Department of State, *Foreign relations of the United States, 1949. The United Nations; The Western Hemisphere* (Volume II. Washington: U.S. Government Printing Office, 1975), p. 553.

reunião convocada pelos norte-americanos no sentido de buscar o apoio dos países americanos no conflito coreano. Porém, o que foi noticiado na imprensa da época foi uma pouco usual “independência” da posição brasileira em relação aos Estados Unidos. Ao que parecia, o novo governo buscava, mesmo que apenas superficialmente, “endurecer” um pouco os termos do debate com os Estados Unidos. Porém, o principal resultado dessa política foi desvincular as negociações sobre os empréstimos norte-americanos ao Brasil do tema da posição do Brasil em relação à Guerra da Coreia – inclusive, as autoridades norte-americanas estavam na expectativa de que as Forças Armadas brasileiras fornecessem contingentes para a zona de conflito. Este fato bastou para causar exultação entre as autoridades brasileiras. Na verdade, durante essa visita em 1951, o que os agentes brasileiros conseguiram foram termos um tanto vagos acerca das condições desses empréstimos, o que geraria complicações posteriores quanto à forma e ao montante total dos empréstimos acordados. Porém, estava evidente que, apesar de não mais se exigir o envio de tropas para a Coreia, os empréstimos para o Brasil estavam relacionados com as negociações em torno do fornecimento pelo Brasil de minerais estratégicos aos Estados Unidos em condições extremamente favoráveis para esse último – especialmente no que tange às cotas de *areias monazítica*, matéria-prima para a obtenção de *tório e urânio*.⁶⁰⁹

Para este programa de apoio norte-americano ao desenvolvimento capitalista brasileiro, de início, o *Banco Mundial* foi aventado como o principal fornecedor de empréstimos – e isso de acordo com as exigências e normas desta instituição multilateral, mas na qual os Estados Unidos eram os que detinham a maior cota e maior poder de mando. Os agentes ligados ao *Eximbank*, que tradicionalmente vinham realizando empréstimos para o Brasil, ressentiram-se de ficar de fora deste programa e foram posteriormente incluídos como outra fonte de recursos para o programa em negociação. Porém, as diferenças de perspectivas entre essas duas instituições financeiras não deixariam de provocar conflitos, como mencionaremos à frente. Além disso, ficou decidido que o Brasil levantaria uma quantia equivalente em cruzeiros para financiar os custos internos do programa de desenvolvimento – de uma forma que se entendia na época como *não inflacionária*, ou seja, sem emissão monetária e, portanto, via instrumentos fiscais e orçamentários. Também ficou acertado que os empréstimos a serem realizados pelo *Eximbank* e pelo Banco Mundial deveriam ser aprovados mediante a apresentação de projetos concretos de investimentos; para tanto, seria criada uma comissão especial responsável pela elaboração dos referidos projetos, com a participação de técnicos

609 Sobre este tema, cf. Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos... (op. cit.)*.

norte-americanos e brasileiros, o que viria a ser a Comissão Mista.⁶¹⁰

Existia forte pressão por parte dos Estados Unidos para que tanto os empréstimos levantados junto ao *Eximbank* e ao Banco Mundial, quanto o fundo equivalente em cruzeiros, não ficasse nas mãos do Banco do Brasil, mas que fosse criada uma nova instituição financeira. O temor manifestado pelos agentes norte-americanos era o de que tais capitais ao serem depositados no Banco do Brasil poderiam lastrear novas operações deste banco – o que, na argumentação desses agentes, teria efeitos inflacionários. Além disso, esta nova instituição financeira deveria ser o *locus* de proliferação de novas praxes empresariais, especialmente no que tange à elaboração de projetos concretos de investimentos que demandassem financiamento de longo prazo. Esta instituição financeira concretizar-se-ia com a fundação, em 1952, do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico*, o *BNDE*.

Ao retornar da viagem aos Estados Unidos, Horácio Lafer chegou ao Brasil afirmando que o total do capital levantado a partir das negociações naquele país seria de US\$ 500 milhões – sobrestimando o total ou, no mínimo, sendo pouco cuidadoso na distinção entre o montante *potencialmente* disponível para investimentos no Brasil e aquele imediatamente disponível. Além de levar em consideração também os capitais privados que poderiam ser atraídos para investimentos no Brasil, Lafer também não mencionou que os empréstimos do *Eximbank* e, principalmente, do Banco Mundial estavam na dependência de aprovação sob critérios determinados. O aparente “blefe” de Lafer se provavelmente pretendia estimular o Congresso Nacional a aprovar a fonte de receita interna para levantar o equivalente em cruzeiros, de acordo com as exigências dos agentes norte-americanos.

Com a aprovação pelo Congresso da lei que formava o fundo em cruzeiros ser usado para o programa de investimentos do governo, ficava disponível a fonte financeira que viabilizaria a formação do BNDE. De acordo com a legislação aprovada, seria estabelecido um adicional no imposto de renda por um determinado prazo, recurso destinado para a formação do fundo em cruzeiros. Além disso, parte dos fundos de pensão, de seguros e de capitalização seriam canalizados para o BNDE, portanto, seguindo diretriz muito semelhante àquelas prescritas

610 “The question of cruzeiro financing has been a tough one for the Administration, as you know, and I gather from Lafer that it is his belief such an announcement along the lines of that outlined above would be of immense service to the Administration, and in particular to the Finance Ministry, in securing the necessary legislation and appropriations from Congress to implement the Brazilian side of the Joint Commission's work.

Lafer and Vargas do not expect the Bank [*Banco Mundial*] actually to make money available except for completed and approved projects. What they want is an announcement that the Bank will earmark funds for the purposes described. The money, of course, will not be available until definite projects have been submitted to the Bank and received its approval.” United States Department of State, *Foreign relations of the United States, 1951. The United Nations; the Western Hemisphere* (Volume II. Washington: U.S. Government Printing Office, 1979), p. 1220.

desde os tempos da Missão Cooke e da Missão Abbink.⁶¹¹ De forma residual, algumas dotações orçamentárias previstas para o chamado *Plano SALTE* do governo Dutra seriam também destinadas para o novo banco. No que diz respeito ao fundo em dólares do BNDE, os empréstimos do Eximbank e do Banco Mundial formariam o seu quantitativo inicial – o que foi visto com muito bons olhos pelos agentes norte-americanos, por isolar tais recursos do Banco do Brasil e evitar possíveis consequências inflacionárias, de acordo com a visão vigente entre esses agentes.

Porém, esta não era a única razão pela qual as autoridades norte-americanas viam com aprovação a formação de uma nova instituição financeira; existia também o objetivo de usar a agência financeira estatal como um foco de difusão de novas praxes empresariais. O intuito era que os empréstimos realizados pelo BNDE só pudessem ser liberados mediante projetos de investimento, que, além de viáveis economicamente, deveriam estar afins aos desideratos da política econômica adotada, especialmente no que tange à remoção dos “pontos de estrangulamento” e da criação dos “pontos de germinação”, para usar as duas noções principais no interior do ideário que animava tais políticas econômicas. Nesse sentido, a experiência dos anos da Comissão Mista foi de fundamental importância para formar política e intelectualmente os agentes que comporiam os quadros mais importantes do BNDE.

Do ponto de vista da estratégia de governo brasileiro no que diz respeito à política econômica, o sucesso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos era crucial – especialmente a liberação dos empréstimos em dólares. Alguns líderes do governo chamaram essa estratégia de “Campos Sales/Rodrigues Alves”, em alusão aos dois ex-presidentes: a primeira fase, a “fase Campos Sales”, seria marcada por ajustes fiscais, monetários, etc.; a segunda fase, a “fase Rodrigues Alves”, seria marcada por grandes investimentos e realizações. Os projetos da Comissão Mista eram fundamentais para o sucesso dessa segunda fase, especialmente.

Os trabalhos da Comissão Mita Brasil-Estados Unidos desenvolveram-se entre os anos de 1951 e 1953 e resultaram em uma vastíssima publicação com um total de 17 volumes: 2 volumes de um *Relatório Geral* – contendo uma análise da evolução da economia brasileira inédita do ponto de vista da abrangência, das categorias utilizadas e das dotações estatísticas com que pôde contar⁶¹²; 15 volumes contendo 42 projetos concretos de investimento, a grande

611 O *Relatório Geral* da Comissão Mista também enfatiza o suposto caráter não inflacionário desse tipo de canalização de recursos para investimentos. “Parece inquestionável, de qualquer forma, que atento ao volume substancial de fundos anualmente veiculados através de instituições de poupança coletiva, a sua re-orientação deve constituir parte importante de qualquer programa anti-inflacionário”. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), *Relatório Geral, vol.1* (Rio de Janeiro, 1954), p. 79.

612 O *Instituto Brasileiro de Economia* da *Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV)* tinha iniciado em 1948 o cálculo de algumas variáveis macroeconômicas de forma sistemática. Assim, a equipe da Comissão Mista

maioria na área de *energia e transporte* (duas áreas consideradas críticas desde os relatórios da Missão Cooke e da Missão Abbink), mas também na área siderúrgica, de equipamento agrícola, entre outras. A publicação pretendia justamente difundir entre intelectuais, empresários, autoridades, etc., a consciência sobre os principais “nós” do desenvolvimento econômico brasileiro e o saber próprio à elaboração de projetos de investimento de longo prazo (técnicas de “projetamento”, de acordo com expressão de Roberto Campos, membro da Comissão Mista), contribuindo, assim, para a modernização dos métodos de administração e do próprio “espírito de empresa” na sociedade brasileira – conforme expressão usada em um dos itens do *Relatório Geral*. Os trabalhos da Comissão, portanto, além de objetivos econômicos, tinham também claros objetivos políticos e intelectuais, e aqui encontra-se um dos principais eixos da influência norte-americana, através da Comissão Mista, *i. e.*, sobre a concepção geral do que seria uma política econômica de desenvolvimento e quais tipos de comportamento empresarial deveriam ser estimulados através de facilidades de financiamento. Assim, os projetos da Comissão Mista funcionariam como “vitrines” (“showcases”) para uma nova mentalidade empresarial e para a própria definição de quais seriam os principais problemas econômicos nacionais.

Apesar de nos casos anteriores já ser possível observar o intento norte-americano de influenciar intelectual e politicamente os rumos da economia brasileira, no caso da Comissão Mista há uma ênfase no sentido dessa influência atingir também o nível da própria administração das empresas em operação no Brasil. Tal prática é um dos aspectos distintivos do Banco Mundial, já que, de acordo com os seus estatutos, o Banco só poderia realizar empréstimos para investimentos julgados como promotores do desenvolvimento econômico – com destaque para a área de energia e transporte – e através da apresentação de projetos que se mostrassem economicamente viáveis. Portanto, o dinheiro do Banco Mundial funcionava como uma espécie de “lubrificante” para o introjetamento das ideias.⁶¹³

Apesar dos anteriores empréstimos do Eximbank não terem sido desinteressados do ponto de vista intelectual e político, a ingerência sobre a política macroeconômica exigida pelo Banco Mundial era muito mais intensa. Além disso, os agentes do Eximbank eram mais sensíveis aos interesses dos exportadores norte-americanos para o Brasil – especialmente no setor de maquinaria pesada – e à perspectiva adotada pelas autoridades do Departamento de Estado. Portanto, em pontos em que o Banco Mundial se mostrava mais exigente no que diz

foi das primeiras que pôde largamente lançar mão de tais informações estatísticas, o que se pode observar nos agradecimentos na documentação do *Relatório Geral* e nas informações quantitativas contidas no *volume 2* do referido relatório.

613 Sobre este aspecto do Banco Mundial, cf. Pereira (*op. cit.*).

respeito a contrapartidas em termos de política cambial, fiscal e monetária, o Eximbank demonstrava maior resolução em liberar os empréstimos. Isso gerou conflitos entre os agentes das duas instituições financeiras, assumindo o Eximbank uma parte considerável dos empréstimos que caberiam ao Banco Mundial.⁶¹⁴

Apesar desse tenso arranjo envolvendo o Banco Mundial e o Eximbank apontarem para os limites de uma empreitada como a Comissão Mista, não se pode afirmar que o fim da Comissão Mista tenha ocorrido por esse motivo – nem mesmo que o motivo seja a mudança de governo nos Estados Unidos com a posse de Eisenhower. Tampouco se pode afirmar que esse fim tenha sido motivado pelo tenso cenário econômico e político do fim do segundo governo Vargas (crise cambial, a greve dos 300 mil, aumento de 100% do salário-mínimo, etc.). O máximo que se pode afirmar é que estes fatos poderiam ter dificultado uma *prorrogação* dos trabalhos da Comissão, já que o objetivo era que esta terminasse em 1953. Talvez, também seja possível afirmar que o agravamento do cenário econômico e político tenha concorrido para minorar o montante total de empréstimos levantados junto ao Banco Mundial e ao Eximbank (ao cabo, algo em torno de US\$180 milhões).⁶¹⁵ Afinal, um dos principais objetivos da Comissão era difundir uma determinada concepção sobre os problemas econômicos brasileiros e preconizar os meios de combatê-los, e além de formar o empresariado brasileiro nas modernas técnicas de administração e planejamento empresarial. A formação do BNDE, por um lado, e a implementação do *Plano de Metas*⁶¹⁶ pelo governo

614 Nos anos posteriores à Comissão Mista, os empréstimos do Banco Mundial foram quase insignificantes, com exceção do empréstimo para a usina hidrelétrica de Paulo Afonso. Só após o golpe de 1964 é que os empréstimos do Banco Mundial para o Brasil voltam a ter maior relevância. Sobre esse assunto, assim se recorda o membro da Comissão Mista Roberto Campos: “O relacionamento com uma agência internacional, como o Banco Mundial, evitaria acusações de excessiva dependência bilateral e permitiria compras de equipamentos nos países europeus. De outro lado, a permanência do Eximbank nos permitiria mobilizar em nosso favor os exportadores americanos, desinteressados estes das exigências de bom-comportamento macroeconômico impostas pelo Banco Mundial. Esta última consideração se tornou importante quando, mais tarde, Mr. Black cancelou os financiamentos do Brasil, até que *puséssemos a casa em ordem*. No período de vacas magras, que durou de 1953 a 1961, somente um financiamento, o da hidrelétrica de Furnas, foi concedido pelo Banco Mundial, enquanto vários créditos foram obtidos do Eximbank. Este, no governo Kubitschek, tomou a seu cargo o funcionamento de vários projetos de infraestrutura, incluídos o Plano de Metas”. Roberto Campos, *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Top Books, 1994), pp. 158-159.

615 A despeito do caráter provisório da Comissão Mista, os conflitos entre o Banco Mundial e o Eximbank foram fundamentais para as complicações durante o funcionamento da Comissão. Poucos meses antes do fim da Comissão Mista, assim se pronunciou Merwin Bohan, embaixador e membro da Comissão: “Once it is granted that the program was political, then the selection of the International Bank as the sole source of financing (with specified exceptions) can be seen to have been a major error since it delegated authority over implementation of a bilateral political program to an international banking institution which quite rightly prides itself on its independence and resistance to the individual political interests of its members”. United States Department of State, *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1952-54. The American Republics* (Volume IV. Washington: United States Government Printing Office, 1983), p. 617.

616 Uma das características do Plano de Metas foi a adoção do princípio daquilo que intelectuais da época chamavam de *planejamento setorial* ou *planejamento seccional*, sendo a Comissão Mista uma das

posterior, seriam expressões do sucesso da Comissão Mista no que diz respeito à implementação de suas recomendações. Outras dessas recomendações tardariam um pouco mais a serem concretizadas, como a criação do *Banco Central* (1964) e da *Comissão de Valores Mobiliários* (1976), medidas que serviriam para modernizar o sistema financeiro brasileiro e estimular o desenvolvimento de um mercado de capitais no Brasil.

Outro exemplo da influência norte-americana sobre a formação do BNDE via Comissão Mista é que parte considerável do pessoal que ocupou a cúpula dos quadros do BNDE em seus primeiros anos participou da equipe da Comissão Mista. Essa experiência foi um importante episódio em sua formação intelectual e política, como Lucas Lopes, Roberto Campos, entre outros. Estes dois últimos, por exemplo, ocuparam diversos cargos para além da diretoria do BNDE – inclusive durante o regime ditatorial. De certa forma, a experiência da Comissão Mista e da formação do BNDE formou uma “geração” de agentes que ocuparam posições de proa no aparelho de Estados nos anos subsequentes. Os efeitos dessa geração também se deram no âmbito privado – sendo um dos casos mais emblemáticos aquele da criação da *Consultec* por alguns outrora membros da Comissão Mista, cuja principal atividade era exatamente a elaboração de projetos de investimentos para serem apresentados ao BNDE em busca de financiamento.⁶¹⁷

experiências pioneiras na difusão desses princípios no Brasil – pelo menos de acordo com alguns sujeitos presentes na equipe da Comissão Mista e nos altos escalões dos governos posteriores. De forma resumida, tais princípios consistiam que, em vez de um planejamento integral, o governo deveria realizar planos em determinados setores (transportes, energia, entre os mais importantes) no sentido de superar os pontos de estrangulamento que obstavam o investimento privado; portanto, não se tratava de substituir o setor privado, mas de agir em áreas em que, por conta de suas limitações técnicas e financeiras, os capitais privados não poderiam atuar. Além disso, este tipo de planejamento setorial buscava que os investimentos realizados pelo governo tivesse o máximo de efeitos multiplicadores e intersetoriais possíveis. De acordo com a classificação proposta por Ricardo Bielschowsky, os membros da Comissão Mista estariam situados entre os *desenvolvimentistas do setor público não nacionalistas*. Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000).

617 “A CONSULTEC proporcionou os canais para contornar tanto as agências estatais corporativistas tradicionais de articulação de interesses quanto o Congresso. Ao estabelecer contatos diretos com agências estatais, ela evitou o escrutínio do público e a necessidade de responder às demandas populares ou ter de levar em conta outras pressões”. René Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe (Petrópolis: Ed. Vozes, 1981), p. 86.

Considerações Finais

Pretendemos dar uma contribuição, à apreensão crítica do capitalismo no Brasil em seu *conceito, i. e.*, em seu *movimento*. Ainda mais especificamente, pretendemos focar nos problemas concernentes à articulação desse capitalismo com a economia capitalista mundial. Tratamos na tese das relações com uma economia capitalista em particular – mesmo sendo a de maior magnitude e poder: o capitalismo norte-americano. Trata-se do Estado e suas agências – mais especificamente, o *Departamento de Estado* e o *Eximbank* – em sua histórica relação com a nossa economia capitalista.

Apesar do interesse sobre os aspectos econômicos mais detalhados e “técnicos” das operações do Eximbank e das agências econômicas do Estado norte-americano nesse período, nosso foco principal foi exatamente na dimensão *política* dessas agências econômicas; ou seja, qual o impacto político da ação dessas agências sobre os rumos adotados pelo capitalismo brasileiro. Nesse sentido, as operações do Eximbank responderam a determinações de caráter *geopolítico-militar, político-intelectual*, além de propriamente econômico. Podemos apresentar dois exemplos: impactos sobre a *política econômica exterior* adotada pelo Brasil e impacto sobre a formação do *aparelho econômico do Estado capitalista brasileiro* – que vivenciava naqueles anos um período de profunda expansão e transformação.

Obviamente, essas duas dimensões se entrecruzam; uma determinada política econômica pode justamente implicar na criação de novas agências. Portanto, procuramos trabalhar com essas dimensões de forma integrada. Do ponto de vista da política econômica exterior, podemos expor o problema seguindo as formas que assumem o valor-capital: *política e capital-dinheiro* e *política e capital-mercadoria* (ou, para evitar mal-entendidos, fosse melhor “*política e dinheiro*” e “*política e mercadoria*”).⁶¹⁸ A política comercial equivaleria à mercadoria e a política cambial equivaleria ao dinheiro – e aqui especificamente na determinação apontada por Marx de dinheiro enquanto *dinheiro mundial*.

Os 1930s foram de acaloradíssimo debates no Brasil e no mundo – o que seria de se esperar dada a situação crítica da Grande Depressão. No caso brasileiro, 1935 foi um ano de grande significação; de certa forma, o ciclo de conflitos sociais ostensivos aberto após a Primeira Guerra Mundial – que vai desde as intensas greves de 1917, 1918, 1919, atravessa os 1920s, com diversas expressões e matizes organizativos. O ano de 1935 marca uma virada exatamente porque é o início de uma importante inflexão na correlação de força no que diz respeito às forças populares e de esquerda. A escalada repressiva culmina com a implantação

618 Aqui também um outro problema no que diz respeito a melhor forma de abordar a questão do capital produtivo (o “P” da fórmula marxiana) e a política. Em se tratando de política econômica exterior, se for para incluir essa rubrica será necessário avaliar o que já existia e o que passou a existir de capital estrangeiro investidos em atividades produtivas no Brasil. Minas, estradas de ferro, companhias elétricas, etc., são as primeiras áreas que podemos arrolar.

do Estado Novo, iniciado já no ano de 1935, com a repressão aos movimentos populares (como a ANL), ao estabelecimento da Lei de Segurança Nacional, etc. Dali em diante, os aspectos ditatoriais experimentavam um crescendo, culminando no estabelecimento formal de uma ditadura a partir do Estado Novo.

Por mais que estejamos a tratar das agências econômicas do Estado, esses aspectos repressivo e ditatorial do Estado brasileiro daqueles anos não podem ser deixados de lado – o que expressa, por outro lado, um momento da correlação de forças sociais daquele período.

No que diz respeito à política comercial, as “questões candentes” dominantes naquele período giravam em torno do bilateralismo vs. multilateralismo (cosmopolitismo talvez seja a melhor denominação). Isso envolvia problemas tarifários mas, principalmente, problemas que redundaram na formação de um comércio de cotas, preferências, compensações, etc. – implicando, de uma forma ou de outra, a economia de certas divisas na manutenção do seu intercâmbio exterior.

Já no que diz respeito à política cambial, após o esfacelamento do padrão-ouro, tais questões giraram em torno das desvalorizações competitivas – para estimular as exportações e obstar as importações de outros países – e da formação de blocos monetários – o que aparecia como uma consequência da política comercial bilateralista nas suas versões mais “radicais”.

Apesar da grita do empresariado brasileiro contra as reduções tarifárias implicadas no Acordo Comercial de 1935, a desvalorização do mil-réis somada à recorrente escassez cambial ofereceu grande vantagem aos capitais brasileiros capazes de substituir as mercadorias outrora importadas. As recorrentes crises cambiais naqueles anos (mas também antes e depois) impedia por falta de divisas a importação de diversas mercadorias; nessas situações, mesmo com tarifas zeradas o sucedâneo nacional com meios para ocupar esse espaço gozava de proteção muito maior do que qualquer tarifa.

Mais que isso: tais crises cambiais levaram – por motivos e pressões que variaram no tempo – à adoção de critérios de preferência na distribuição dessas escassas divisas. Mesmo que inicialmente tais medidas tendessem a favorecer o cumprimento dos serviços da dívida pública externa, posteriormente as importações de meios de produção para a indústria brasileira passaram a usufruir de certa preferência. Importante destacar que as remessas de lucros e os movimentos de capitais estavam no fim da escala de preferências. A situação “paradoxal”, aparentemente, se deu durante a Segunda Guerra Mundial – momento em que foi instalado um sistema de licença prévia na concessão de cambiais com claro sentido de contribuir para o esforço econômico de guerra. Dizemos paradoxal porque esse sistema foi estabelecido por determinação do governo norte-americano; portanto, do ponto de vista norte-

americano, era um controle das suas próprias exportações – dado que sua economia estava direcionada para guerra. Também paradoxal porque, apesar da disponibilidade de cambiais – na verdade, durante a guerra o Brasil consegue resolver seu problema com a dívida e a falta de câmbio – não havia como realizar boa parte das importações por causa da falta de praça marítima e do conflito. Portanto, muitas unidades industriais chegaram ao fim da Segunda Guerra com o seu equipamento no limite de sua vida útil. Seja como for, o precedente fora aberto e nos anos posteriores seria novamente convocado o regime de licença prévia em favor dos importadores de bens de capital (isso após as crises de 1947 e de 1951-1952).

É importante destacar que essa preferência representa uma importante inflexão na correlação de forças entre as frações dominantes; é claro que existem outras dimensões que devem ser abordadas – a política agrária, trabalhista, etc. –, porém, tomando do ponto de vista da política cambial, o que é uma dimensão do mundo capitalista que está longe de ser desprezível, não há dúvida de que aqueles que tiveram preferências no acesso ao câmbio tiveram um maior *poder e astúcia* do que outros setores daqueles anos – obviamente, por conta de um processo complexo que envolve desde elementos ideológicos até elementos coercitivos. Ou seja, o caráter bonapartista e autonomizado do Estado capitalista brasileiro daqueles anos, não significou o imobilismo no balanço de forças. A existência de uma força política que exerça uma função arbitral entre as frações não significa que as relações entre as próprias frações entre si não pudessem ser redefinidas. É nesse contexto histórico e social contraditório e dinâmico que se deve entender a turbulenta trajetória de atividades do Export-Import Bank of Washington com a formação social capitalista brasileira.

Conforme expusemos nesse trabalho, as primeiras operações do Eximbank incidiram no sentido de buscar resolver os problemas de escassez de câmbio. Porém, tendo em vista a tensa conjuntura interna no Brasil e externa – culminando na Segunda Guerra –, o Eximbank passa a atuar no sentido de apoiar os projetos de desenvolvimento econômico capitalista no Brasil tendo em vista os dividendos políticos que os Estados Unidos poderiam auferir desse apoio – trazer o Brasil definitivamente para o lado dos Aliados na guerra. Junto a esse apoio financeiro através do Eximbank, as experiências realizadas pelos Estados Unidos de cooperação econômica no Brasil tiveram como objetivo difundir as suas concepções de *planejamento econômico* e de *racionalização da produção*.

Tendo em vista que um dos elementos da revolução passiva do século XX, conforme abordamos no Capítulo 1, foi exatamente a adoção de elementos de planejamento econômico nas economias capitalistas para simultaneamente combater a situação crítica pela qual passava as diversas formações capitalistas e conter o quanto possível fosse qualquer possibilidade de

revolução e/ou protagonismo popular no processo de condução dos rumos políticos e econômicos, no caso brasileiro, a forma mais bem-sucedida em sua aplicação desse tipo de planejamento capitalista foi aquela elaborada pelos agentes e agências norte-americanas. No caso da Missão Cooke, o próprio Morris Cooke fora um dos pioneiros na aplicação das primeiras experiências de racionalização propostas por Taylor – no seu caso, com foco na administração pública. Nas experiências do pós-Segunda Guerra, especialmente após a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia (ou seja, no contexto de recrudescimento da Guerra Fria), o uso *político* dos financiamentos e da difusão das “técnicas” de planejamento econômico capitalista com vistas ao crescimento acelerado tornam-se ainda mais evidentes. A luta pela definição acerca dos “problemas” econômicos prioritários da economia brasileira e também de quais programas deveriam ser implementados para superar tais “pontos de estrangulamento” transformando-os em “pontos de germinação”, obviamente, tinha como objetivo promover o crescimento *capitalista* da economia brasileira; porém, os objetivos dos agentes norte-americanos com esse apoio crescentemente se definiam também como uma maneira de conter instabilidades sociais através do crescimento econômico de setores mais “atrasados” da economia capitalista brasileira, assim como manter o Estado brasileiro no campo dos países combatentes da “ameaça comunista” no nível mundial. Esse aspecto da revolução passiva brasileira – *i. e.*, aliar o crescimento econômico capitalista acelerado com contrarrevolução preventiva – é um dos exemplos daquilo que Florestan Fernandes tão bem caracterizou de “fuga pra frente”.

Porém, tal processo também implicou na passagem da economia capitalista brasileira para os níveis de concentração e centralização de capitais próprios da fase monopolista/imperialista. Se, por um lado, contou com o capital e a *expertise* estadunidense (para os fins políticos aludidos acima), por outro lado, as necessidades internas para operar essa passagem quantitativa e qualitativa no capitalismo brasileiro se deu, entre outras formas, às custas das *expropriações secundárias* – ou seja, dado as insuficiências relativas dos capitais brasileiros para realizar os investimentos demandados para trazer a efeito os projetos de investimento do “desenvolvimentismo realmente existente”, foram os trabalhadores com os fundos formados para dar conta dos seus direitos há pouco adquiridos que foram chamados a “financiar” esses empreendimentos. Portanto, se quisermos ainda falar em uma “assim chamada” acumulação primitiva, quem a efetuou foram os trabalhadores através da formação dos seus fundos sociais. Os empréstimos do Eximbank e as missões econômicas estimularam através de suas recomendações a captação dos recursos em moeda nacional para financiar os empreendimentos de desenvolvimento através dessas expropriações dos fundos sociais dos

trabalhadores – recomendações que ocorreram no caso dos empréstimos para a CSN, para a CVRD, nos trabalhos da Missão Cooke, da Missão Abbink e da Comissão Mista.

Assim como em outros casos de revoluções passivas, tal passagem do capitalismo brasileiro para os níveis de acumulação próprios dos capitais monopolistas não implicou em um deslocamento absoluto dos setores das classes dominantes formados em períodos anteriores – haja vista, por exemplo, a composição política com os proprietários de terras e o “tabu” representado por qualquer coisa que se assemelhasse a uma reforma agrária. Na verdade, ocorre a colocação dos intelectuais, dos representantes políticos, formados no bojo de períodos pretéritos da formação social brasileira a serviço do programa político de nossa revolução passiva, *i. e.*, conforme temos chamado nesse trabalho, do “desenvolvimentismo realmente existente”. Portanto, se podemos afirmar que o capital brasileiro associado ao capital estrangeiro saiu privilegiado nesse processo, dados os *dramatis personae* oriundos das classes dominantes pretéritas “refuncionalizados” que continuaram tendo papel-chave na engenhosa tarefa de aprofundar o capitalismo e conter a revolução social, isso se configurou de maneira a serem dominantes muito mais os seus interesses do que necessariamente as suas pessoas.

Anexos

Anexo 1
200 maiores empresas não-financeiras e as 50 maiores empresas financeiras norte-americanas em 1935 (milhões de dólares)

Corporação	Ativos (milhões de dólares)
<i>Industriais</i>	
Standard Oil Co. (N. J.)	1.894,9
United States Steel Corporation	1.822,4
General Motors Corporation (estimado)	1.491,9
Socony- Vacuum Oil Co., Inc.	789,7
Standard Oil Co. (Ind.)	693,5
Ford Motor Co.	681,6
Bethlehem Steel Corporation	673,1
Anaconda Copper Mining Co.	581,5
E. I. DuPont de Nemours & Co.	581,1
Standard Oil Co. of California	579,5
The Texas Corporation	473,8
Gulf Oil Corporation	430,2
General Electric Co.	398,1
International Harvester Co.	365,2
Shell Union Oil Corporation	358,1
Consolidated Oil Corporation	331,1
The Koppers Co. (estimado)	331,0
Kennecott Copper Corporation	323,6
Swift & Co.	321,4
Armour & Co. (Ill.)	317,1
Republic Steel Corporation	297,5
Union Carbide & Carbon Corporation	271,1
The American Tobacco Co.	264,2
Pullman Incorporated	258,6
Allied Chemical & Dye Corporation	252,5
Sears, Roebuck & Co	234,0
Aluminum Co. of America	223,0
American Can Co.	209,1
Youngstown Sheet & Tube Co.	207,5
Westinghouse Electric & Manufacturing Co.	194,5
Chrysler Corporation	193,5
F. W. Woolworth Co.	192,3
The Goodyear Tire & Rubber Co.	192,3
National Dairy Products Corporation	192,0
Great Atlantic & Pacific Tea Co. of America	189,2

Phelps Dodge Corporation	185,1
Jones & Laughlin Steel Corporation	185,0
United Fruit Co.	184,9
Tide Water Associated Oil Co.	182,8
National Steel Corporation	180,5
Singer Manufacturing Co.	175,8
Phillips Petroleum Co.	174,5
American Smelting & Refining Co.	171,7
Liggett & Myers Tobacco Co.	170,5
Montgomery Ward & Co., Inc.	168,7
Warner Bros. Pictures, Inc.	168,5
Eastman Kodak Co.	168,3
The Atlantic Refining Co.	163,0
United States Rubber Co.	159,3
American Radiator & Standard Sanitary Corporation	159,1
The Pure Oil Co.	157,2
R. J. Reynolds Tobacco Co.	153,9
Union Oil Co. of California	151,7
Glen Alden Coal Co.	151,4
Pittsburgh Coal Co.	142,2
Ohio Oil Co.	139,7
The Firestone Tire & Rubber Co.	139,3
Loew's Incorporated	128,6
Hearst Consolidated Publications Inc.	128,6
The Procter & Gamble Co.	127,1
National Biscuit Co.	124,5
The B. F. Goodrich Co.	124,0
The American Rolling Mill Co.	123,0
The Borden Co.	120,1
Paramount Pictures, Inc.	118,9
Corn Products Refining Co.	118,7
S. S. Kresge Co.	118,5
Inland Steel Co.	118,3
The American Sugar Refining Co.	117,7
Wheeling Steel Corporation	113,0
Pittsburgh Plate Glass Co.	109,7
Crucible Steel Co. of America	109,1
Sun Oil Co.	107,1
National Lead Co.	104,0
Radio Corporation of America	102,5
Crown Zellerbach Corporation	101,3

Marshall Field & Co.	97,0
United Shoe Machinery Corporation	96,4
General American Transportation Corporation	96,3
Crane Co.	95,2
Continental Can Co., Inc.	94,6
Philadelphia & Reading Coal & Iron Corporation	93,0
Continental Oil Co.	91,7
American Car & Foundry Co.	91,2
R. H. Macy & Co., Inc.	90,5
International Shoe Co.	83,2
The Lehigh Coal & Navigation Co.	82,0
Gimbel Bros., Inc.	79,9
Deere & Co.	79,7
Wilson & Co., Inc.	79,2
Climax Molybdenum Co.	79,1
Minnesota & Ontario Paper Co.	78,2
The Cudahy Packing Co.	76,4
Brown Co.	76,4
J. C. Penney Co.	74,4
St. Regis Paper Co.	73,7
Allis-Chalmers Manufacturing Co.	73,2
U. S. Smelting, Refining & Mining Co.	73,0
Columbia Oil & Gasoline Corporation	71,8
McKesson & Robbins, Inc. (Md.)	71,4
American Woolen Co.	71,0
S. H. Kress & Co.	70,4
The Baldwin Locomotive Works	69,7
The Cleveland Cliffs Iron Co.	69,5
American I. G. Chemical Corporation	69,3
General Foods Corporation	67,9
Interlake Iron Corporation	67,4
<i>Serviços Públicos</i>	
American Telephone & Telegraph Co.	3.998,3
Consolidated Edison Co. of New York, Inc.	1.377,0
Commonwealth & Southern Corp.	1.173,8
Associated Gas & Electric Properties (estimado)	1.125,4
Cities Service Co.	1.113,2
The North American Co. (estimado)	1.042,6
The United Gas Improvement Co.	812,9
American Power & Light Co.	795,9
International Paper & Power Co.	771,2

Public Service Corporation of New Jersey	694,0
Electric Power & Light Corporation	651,5
Niagara Hudson Power Corporation	648,0
Pacific Gas & Electric Co.	647,3
Standard Gas & Electric Co.	637,3
Columbia Gas & Electric Corporation	584,7
Interborough Rapid Transit Co.	554,8
National Power & Light Co.	546,8
The United Light & Power Co.	537,2
International Telephone & Telegraph Corporation	489,7
American Gas & Electric Co.	417,7
Middle West Corporation (estimado)	400,6
American Water Works & Electric Co.	396,7
Commonwealth Edison Co.	376,4
Stone & Webster, Inc.	371,7
Utilities Power & Light Corporation	367,2
Southern California Edison Co., Ltd.	360,2
Western Union Telegraph Co.	341,6
The Detroit Edison Co.	327,2
Midland United Co. (estimado)	320,0
Brooklyn-Manhattan Transit Corporation	300,4
Public Service Co. of Northern Illinois	226,1
Duke Power Co.	213,6
The Peoples Gas Light & Coke Co.	211,4
Pacific Lighting Corporation	194,3
The Edison Electric Illuminating Co. of Boston	181,8
Federal Water Service Corporation	176,7
Consolidated Gas Electric Light & Power Co of Baltimore	160,1
Central Public Utility Corporation	151,6
Lone Star Gas Corporation	134,3
Long Island Lighting Co.	127,6
Hudson & Manhattan Railroad Co.	125,5
The Brooklyn Union Gas Co.	121,8
Chicago Railways Co.	112,0
Boston Elevated Railway Co.	110,6
Third Avenue Railway Co. (estimado)	107,2
Portland Electric Power Co.	95,0
Community Water Service Co.	84,5
Jersey Central Power & Light Co.	80,1
Associated Telephone Utilities Co.	79,4

Philadelphia Rapid Transit Co.	73,0
St. Louis Public Service Co.	72,8
National Fuel Gas Co.	72,4
The Baltimore Transit Co.	67,7
Natural Gas Pipeline Co. of America	67,3
<i>Ferrovias</i>	
The Pennsylvania R. R. Co. (estimado)	2.863,0
The New York Central R. R. Co. (estimado)	2.356,0
Alleghany Corporation (estimado)	1.739,0
Southern Pacific Co.	1.677,7
The Great Northern Ry. Co. (estimado)	1.152,1
Northern Pacific Ry. Co (estimado)	1.131,2
Baltimore & Ohio R. R. Co.	1.118,3
The Atchison, Topeka & Santa Fe Railway Co.	1.091,6
Union Pacific R. R. Co.	1.069,6
Atlantic Coast Line R. R. Co. (estimado)	786,5
Chicago, Milwaukee, St. Paul and Pacific R. R. Co.	699,5
The Illinois Central R. R. Co.	656,8
Missouri Pacific R. R. Co.	617,3
Chicago & Northwestern Ry. Co.	598,2
Southern Railway Co.	587,1
The New York, New Haven, & Hartford R. R. Co.	535,9
Reading Co. (estimado)	495,3
Chicago, Rock Island & Pacific Railway Co.	481,2
Norfolk & Western Ry. Co.	467,9
St. Louis-San Francisco Railway Co.	417,9
Wabash Railway Co.	318,6
Boston & Maine R. R. Co.	295,4
Seaboard Air Line Ry. Co.	272,1
Missouri- Kansas-Texas R. R. Co.	249,6
The Delaware & Hudson Co.	235,8
The Denver & Rio Grande Western Railroad Co.	233,1
Lehigh Valley Railroad Co.	217,0
The Western Pacific R. R. Crporation (estimado)	196,8
The Delaware, Lackawanna & Western Railroad Co.	176,4
Western Maryland Ry. Co.	168,1
The Virginian Ry. Co.	153,4
Chicago Great Western R. R. Co.	141,3
Kansas City Southern Ry. Co.	131,3
Florida East Coast Ry. Co.	123,2
Chicago Union Station Co.	91,4

Chicago & Western Indiana R. R. Co.	88,9
Chicago & Eastern Illinois Ry. Co.	80,2
Terminal Railroad Association of St. Louis	77,0
Minneapolis & St. Louis R. R. Co.	72,0
<i>Bancos</i>	
Chase National Bank	2.350,5
National City Bank	1.880,7
Guaranty Trust Co.	1.847,4
Bank of America National Trust & Savings Association	1.277,4
Continental Illinois National Bank & Trust Co.	1.141,1
Bankers Trust Co.	1.031,7
First National Bank (Chicago)	925,4
Central Hanover Bank & Trust Co.	914,8
First National Bank (Boston)	729,6
Irving Trust Co.	720,0
Manufacturers Trust Co.	673,0
Chemical Bank & Trust Co.	625,2
Security First National Bank	591,0
First National Bank (N. Y.)	584,2
Bank of the Manhattan Co.	548,3
J. P. Morgan & Co., Drexel & Co.	537,9
Philadelphia National Bank	432,8
New York Trust Co.	419,7
National Bank of Detroit	395,8
Cleveland Trust Co.	337,7
Mellon National Bank	337,6
Union Trust Co.	334,5
Northern Trust Co.	320,7
Corn Exchange Bank Trust Co.	317,4
American Trust Co.	271,8
Wells Fargo Bank & Trust Co.	248,6
First National Bank (St. Louis)	235,5
Pennsylvania Co. for Insurances, etc.	235,3
Anglo-California National Bank:	214,3
Harris Trust & Savings Bank	207,6
<i>Outras corporações financeiras</i>	
Metropolitan Life Insurance Co.	4.234,8
Prudential Insurance Co.	3.129,5
New York Life Insurance Co.	2.243,6
Equitable Life Insurance Society of the United States	1.816,2

Mutual Life Insurance Co. of New York	1.239,0
Northwestern Mutual Life Insurance Co.	1.072,0
Travelers Insurance Co.	787,9
John Hancock Mutual Life Insurance Co.	731,5
Penn Mutual Life Insurance Co.	600,7
Mutual Benefit Life Insurance Co.	586,8
Massachusetts Mutual Life Insurance Co.	532,2
Aetna Life Insurance Co.	503,5
Marine Midland Corporation	453,3
New England Mutual Life Insurance Co.	343,5
Union Central Life Insurance Co.	326,8
Provident Mutual Life Insurance Co.	298,3
Commercial Investment Trust Corporation	297,2
Wisconsin Bankshares Corporation	276,4
Connecticut Mutual Life Insurance Co.	268,4
Pacific Mutual Life Insurance Co.	215,6

Fonte: National Resources Committee, *The structure of the American economy, Part I: Basic Characteristics* (Washington: Government Printing Office, 1939), p. 274ss. (Corporações não-financeiras) e p. 298ss (Corporações financeiras).

Anexo 2

Diretorias interligadas entre as maiores corporações

Corporação	Diretorias interligadas com:
Reading Co.	Baltimore & Ohio R. R. Co. Pennsylvania Co. for Insurances, etc.
Virginia Ry. Co.	Brooklyn Union Gas Co.
Phillips Petroleum Co.	Manufacturers Trust Co., New York First National Bank (St. Louis)
National Dairy Products Corporation	Sears, Roebuck & Co. McKesson & Robbins, Inc. (Maryland) Gimbel Bros., Inc.
Shell Union Oil Corporation	Swift & Co. Chicago, Rock Island & Pacific Ry. Socony-Vacuum Oil Co., Inc.
United Shoe Machinery Corporation	Travelers Insurance Co.
American Power & Light Co.	Anaconda Copper Mining Co. Florida East Coast Ry. Co. American Gas & Electric Co.
Chicago, Rock Island & Pacific Ry. Co.	Shell Union Oil Corporation Republic Steel Corporation Atlantic Coast Line
Manufacturers Trust Co., New York	Socony-Vacuum Oil Co., Inc. Cities Service Co. Phillips Petroleum Co.
Pacific Mutual Life Insurance Co.	Union Oil Co. of California Crown Zellerbach Corporation Pacific Gas & Electric Co. Security First National Bank, Los Angeles Anglo-California National Banks Southern California Edison Co., Ltd.
Bethlehem Steel Corporation	Anaconda Copper Mining Co. Interlake Iron Corporation National Fuel Gas Co.
Anaconda Copper Mining Co.	Bethlehem Steel Corporation Interlake Iron Corporation American Power & Light Co. Kansas City Southern Ry. Co. National Bank of Detroit
Republic Steel Corporation	Niagara Hudson Power Corporation Standard Gas & Electric Co. Chicago, Rock Island & Pacific Ry. Co. Marine Midland Corporation
Sears, Roebuck & Co.	National Dairy Products Corporation R. H. & Co., Inc. McKesson & Robbins, Inc. (Maryland)
Loew's, Inc.	Commercial Investment Trust Corporation
Philadelphia & Reading Coal & Iron Corporation	Baldwin Locomotive Works Minneapolis & St. Louis R. R. Co. Provident Mutual Life Insurance Co.
Gimbel Brothers, Inc.	Sears, Roebuck & Co.

Cities Service Co.	Wisconsin Bankshares Corporation National Dairy Products Corporation
Niagara Hudson Power Corporation	Philadelphia Rapid Transit Co. Manufacturers Trust co., New York Marine Midland Corporation Natural Gas Pipeline Co. of America
American Gas & Electric Co.	Republic Steel Corporation St. Regis Paper Co. Marine Midland Corporation
Baltimore & Ohio R. R. Co.	North American Co. American Power & Light
Seaboard Air Line Ry. Co.	Reading Co. Corn Products Refining Co. Wheeling Steel Corporation Commonwealth Southern Corporation
Norfolk & Western Ry. Co.	Pennsylvania Co. for Insurances, etc.
Pennsylvania Co. for Insurances, etc.	Reading Co. Norfolk & Western Ry. Co. National Lead Co.
Marine Midland Corporation	Republic Steel Corporation St. Regis Paper Co. Cities Service Co. Niagara Hudson Power Corporation
McKesson & Robbins, Inc. (Maryland)	Sears, Roebuck & Co. National Dairy Products Corporation Pacific Lighting Corporation
Baldwin Locomotive Works	Philadelphia & Reading Coal & Iron Corporation
Tide Water Associated Oil Co.	Anglo-California National Bank
North American Co.	Wisconsin Bankshares Corporation Sears, Roebuck & Co. American Gas & Electric Co. Pacific Gas & Electric
Southern California Edison Co., Ltd.	Union Oil Co. of California Pacific Lighting Corporation Security First National Bank (Los Angeles) Pacific Mutual Life Insurance Co.
Missouri Pacific R. R. Co.	Youngstown Sheet & Tube Co. Alleghany Corporation Denver & Rio Grande Western R. R. Co.
Denver & Rio Grande Western R. R. Co.	Alleghany Corporation Missouri Pacific R. R. Co.
Anglo-California National Bank	Standard Oil Co. of California Crown Zellerbach Corporation Security First National Bank (Los Angeles) Pacific Mutual Life Insurance Co. Tide Water Associated Oil Co.
Cleveland Trust Co.	Cleveland-Cliffs Iron Co. Interlake Iron Corporation
First National Bank (St. Louis)	International Shoe Co. Chicago & Eastern Illinois Ry Co. Commercial Investment trust Corporation

National Bank of Detroit	Phillips Petroleum co. St. Louis Public Service Co.
Travelers Insurance Co.	Anaconda copper Mining Co. Detroit Edison Co.
United States Rubber Co.	United Shoe Machinery Corporation
American Rolling Mill Co.	General American Transportation Corporation
R. H. Macy & Co., Inc.	Columbia Gas & Electric Corporation
Corn Products Refining Co.	Sears, Roebuck & Co.
Allis Chalmers Manufacturing Co.	Allis Chalmers Manufacturing Co. Seaboard Air Line Ry Co.
Interlake Iron Corporations	Corn Products Refining Co. Northwestern Mutual Life insurance co. Wisconsin Bankshares Corporation
Pacific Gas & Electric Corporation	Bethlehem Steel Corporation Anaconda Copper Mining Co. Allied Chemical & Dye Corporation Cleveland Trust Co.
Detroit Edison Co.	American Rolling Mill Co. Sun Oil Co. Lone Star Gas Corporation
Commercial Investment Trust Corporation	National Bank of Detroit North American Co.
Wisconsin Bankshares Corporation	Loew's Incorporated Community Water Service Co. First National Bank (St. Lois)
Chicago & western Indiana R. R. Co.	Gimbel Bros., Inc. North American Co. Allis Chalmers Manufacturing Co. Northwestern Mutual Life Insurance Co.
Security First National Bank, Los Angeles	Chicago & Eastern Illinois Ry. Co.
Commonwealth Southern Corporation	Union Oil Co. of California Southern California Edison Co., Ltd. Anglo-California National Bank Pacific Mutual Life Insurance Co.
Pacific Lighting Corporation	Seaboard Air Line Ry. Co.
Swift & Co.	McKesson & Robbins, Inc. (Md.) Pacific Gas & Electric Co. Southern California Edison Co., Ltd. American Trust Co.
Union Oil Co. of California	Shell Union Oil Corporation Aetna life Insurance Co.
St. Regis Paper co.	Southern California Edison Co., Ltd Security First National Bank, Los Angeles Pacific Mutual Life Insurance co.
Cleveland-Cliffs Iron Co.	Niagara Hudson Power Co. Marine Midland Corporation
Alleghany Corporation	Cleveland Trust Co. Wheeling Steel Corporation Denver & Rio Grande Western R. R. Co.

Aetna Life Insurance Co.	Swift & Co.
Provident Mutual Life Insurance Co.	Connecticut Mutual Life Insurance Co.
Northwestern Mutual Life Insurance Co.	Philadelphia & Reading Coal & Iron Corporation
American Trust Co.	Allis Chalmers Manufacturing Co.
National Fuel Gas Co.	Wisconsin Bankshares Corporation
Chicago & Eastern Illinois Ry Co.	Hearst Consolidated Publications, Inc.
Kansas City Southern Ry. Co.	Pacific Lighting Corporation
National Lead Co.	Pacific Gas & Electric Co.
Crown Zellerbach Corporation	Bethlehem Steel Corporation
Socony-Vacuum Oil Co.	Chicago & Western Indiana R. R. Co.
Community Water Service	First National Bank (St. Louis)
Philadelphia Rapid Transit Co.	Anaconda Copper Mining Co.
St. Louis Public Service Co.	Pennsylvania Co. For Insurances, etc.
Natural Gas Pipeline Co. of America	Wells Fargo Bank & Union Trust Co.
Brooklyn Union Gas Co. of America	Anglo-California National Bank
Wheeling Steel Corporation	Pacific Mutual Life Insurance Co.
American I. G. Chemical Corporation	Manufacturers Trust Co., New York
Sun Oil Co.	Shell Union Oil Corporation
Hearst Consolidated Publications, Inc.	Commercial Investment Trust Corporation
Minneapolis & St. Louis R. R. Co.	Cities Service Co.
Atlantic Coast Line R. R. Co.	First National Bank (St. Louis)
Union Central Life Insurance Co.	Cities Service Co.
Connecticut Mutual Life Insurance Co.	Virginia Ry. Co.
Lone Star Gas Corporation	Seaboard Air Line Ry. Co.
Standard Gas & Electric Co.	Cleveland-Cliffs Iron Co.
Florida East Coast Ry. Co.	Standard Oil Co. (New Jersey)
Wells Fargo Bank & Union Trust Co.	Ford Motor Co.
General American Transportation Corporation	Columbia Gas & Electric Corporation
Procter & Gamble Co.	American Trust Co.
International Shoe Co.	Philadelphia & Reading Coal & Iron Corporation
Youngstown Sheet & Tube Co.	Chicago, Rock Island & Pacific Ry. Co.
Allied Chemical & Dye Corporation	Procter & Gamble Co.
Standard Oil Co. of California	Aetna Life Insurance Co.
Ford Motor Co.	Columbia Gas & Electric Corporation
	Republic Steel Corporation
	American Power & Light
	Crown Zellerbach Corporation
	United States Rubber Co.
	Union Central Life Insurance Co.
	First National Bank (St. Louis)
	Missouri Pacific R. R. Co.
	Interlake Iron Corporation
	Anglo-California National Bank
	American I. G. Chemical Corporation

Standard Oil Co. (New Jersey)	American I. G. Chemical Corporation
-------------------------------	-------------------------------------

Fonte: National Resources Committee, *The structure of the American economy, Part I: Basic Characteristics* (Washington: Government Printing Office, 1939).

Anexo 3

Empréstimos do Eximbank para o Brasil até o segundo semestre de 1955

Prestamista (fiador entre parênteses)	Nº do empréstimo	Mercadoria ou propósito (nome do exportador entre parêntesis)	Data do empréstimo	Montante (US\$)
Cia. Siderúrgica Nacional (República do Brasil)	269	Equipamento para usina siderúrgica	19/06/1940	18.759.489,42
“	269	“	19/06/1940	26.240.510,58
“	481	“	20/07/1950	25.000.000,00
Cia. Vale do Rio Doce, S. A.	310	Equipamento ferroviário e de mineração [Menos: adiantamento para participantes]	03/03/1942	14.000.000,00 - 7.000.000,00 7.000.000,00
Cia. Vale do Rio Doce, S. A. (República do Brasil)	358	Equipamento ferroviário	27/01/1945	5.000.000,00
Cia. Vale do Rio Doce, S. A. (Tesouro Nacional)	418	Equipamento ferroviário e materiais de mineração e serviços	19/02/1947	7.500.000,00
Cia. Vale do Rio Doce, S. A. (Banco do Brasil)	540	Locomotivas diesel-elétricas	54/12/1952	1.070.677,00
Cia. Vale do Rio Doce, S. A. (Tesouro Nacional)	694	Expansão de instalações de mineração e navais	16/06/1955	3.920.000,00
Cia. Brasil de Energia Elétrica (Brazilian Electric Power Co.)	456-A	Desenvolvemento de energia elétrica	22/12/1948	2.336.000,00
Cia. Energia Elétrica da Bahia (B E. P. Co.)	456-B	“	22/12/1948	423.000,00
Cia. Central Brasileira de Força Elétrica (B. E. P. Co.)	456-C	“	22/12/1948	121.839,00
Cia. Força e Luz de Minas Gerais	456-D	“	22/12/1948	158.149,00

(B. E. P. Co.)				
Cia. Força e Luz do Nordeste do Brasil (B. E. P. Co.)	456-E	“	22/12/1948	147.000,00
Cia. Força e Luz do Paraná (B. E. P. Co.)	456-F	“	22/12/1948	250.000,00
Cia Elétrica Rio Grandense (B. E. P. Co.)	456-I	“	22/12/1948	1.013.012,00
Cia. Paulista de Força e Luz (B. E. P. Co.)	456-L	“	22/12/1948	3.179.000,00
“	523-A	“	05/06/1952	30.363.000,00
Cia. Força e Luz do Paraná (B. E. P. Co.)	523-B	“	05/06/1952	3.657.000,00
Cia. Brasileira de Energia Elétrica (B. E. P. Co.)	523-C	“	05/06/1952	4.012.000,00
Cia. Força e Luz de Minas Gerais (B. E. P. Co.)	523-D	“	05/06/1952	1.303.000,00
Cia. Força e Luz do Nordeste do Brasil (B. E. P. Co.)	523-E	“	05/06/1952	504.000,00
Cia. Energia Elétrica da Bahia (B. E. P. Co.)	523-F	“	05/06/1952	545.000,00
Cia. Central Brasileira de Força Elétrica (B. E. P. Co.)	523-G	“	05/06/1952	756.000,00
Cia. Paulista de Estradas de Ferro	479	Equipamento ferroviário	22/06/1950	8.817.600,00
“	524	“	05/06/1952	7.000.000,00
American-Brazilian Corp., N.Y.	233	Importação de produtos tropicais	12/06/1939	1.117.049,28
Tesouro Nacional do Brasil – Ferrovias Central do Brasil	359	Equipamento elétrico (Electrical Export Corp.)	12/02/1945	4.500.000,00
Moore-McCormack (Navegação) S. A. (M-McC Lines, Inc.)	409	Barcaças portuárias	18/09/1949	115.000,00
Empresa	466	Balsas e	26/10/1949	3.806.200,00

Internacional de Transportes Ltda. (Mineração Geral do Brasil Ltda.)		embarcações (Higgins, Inc.)		
Cimento Aratu S. A. (Cia. Nacional de Cimento Portland, S. A.)	478	Equipamento para indústria de cimento	24/05/1950	3.142.500,00
Industria e Comércio de Minérios S. A.	533	Produção de manganês	04/09/1952	69.302.333,43 -15.599.308,98 53.703.024,45
Cia. Metalúrgica Barbará (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico)	536	Fundição de tubos de ferro	10/10/1952	2.185.000,00
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Tesouro Nacional do Brasil)	525	Equipamento ferroviário	05/06/1952	8.600.000,00
Estado de Minas Gerais (Tesouro Nacional do Brasil)	529	Equipamentos, materiais e serviços	03/07/1952	5.000.000,00
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Tesouro Nacional do Brasil)	537	Equipamento agrícola	10/10/1952	18.000.000,00
Banco do Brasil, S. A.	541	Liquidação de contas congeladas passadas	21/02/1953	300.000.000,00
“	565	Trigo	17/06/1954	15.000.000,00
“	606	Financiamento de bens e capital fabricados nos Estados Unidos	09/02/1955	75.000.000,00
Lloyd Brasileiro (Banco do Brasil)	376	Navios cargueiros	11/09/1945	38.000.000,00
S. A. Empresa de Viação Rio Grandense (Banco do Brasil)	551	Aeronaves e peças sobressalentes (Lockheed Aircraft Corp.)	30/10/1953	3.110.000,00
Ferrovia Santos-	560	Equipamento	20/05/1954	320.00,00

Jundiaí (Banco do Brasil)		ferroviário (General Railway Signal Co.)		
Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. (Banco do Brasil)	561	Aeronaves e peças sobressalentes (General Dynamics Corp.)	25/05/1954	1.945.00,00
Cia. Brasileira de Estireno	544	Fábrica de Estireno ; materiais plásticos básicos	03/06/1953	2.500.00,00
Fongra Produtos Químicos, S. A.	586	Equipamentos e materiais	26/11/1954	300.000,00
Siderúrgica Belgo-Mineira, S. A.	597	Equipamento de usina siderúrgica (R. W. Hebard & Associates, Inc.)	27/01/1955	730.440,00
Cia. Fabricadora de Peças (COFAP)	605	Máquinas-ferramentas (Machine Affiliates, Inc.)	02/03/1955	180.000,00
Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas (Hime-Comércio e Indústria, S. A.)	615	Indústria de sinterização (John E. Greenawalt)	24/02/1955	400.000,00
Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Banco do Rio Grande do Sul)	616	Ônibus (Evans & Edell, Inc.)	17/03/1955	1.222.000,00
Colubagaco [sic] Indústria e Comércio, S. A.	AOFC-2	Indústria de papel de polpa de bagaço (Noble & Wood Machine Co.)	23/12/1955	540.000,00
Total				698.492.490,73

Fonte: EXPORT-IMPORT BANK OF WASHINGTON. *Semiannual report to the Congress*. Washington, 1946-1955.

Anexo 4		
Membros da Missão Cooke		
Nome	Descrição	Função
Morris L. Cooke	<i>Engenheiro e Consultor de Administração</i> Ex-diretor das Obras Públicas da cidade de Filadélfia; primeiro administrador da Repartição de Eletrificação Rural; presidente do Comitê da Estabilização da Construção Naval do Bureau de Produção de Guerra. Trabalhou, recentemente, como perito americano no acordo do petróleo do México	Chefe
Charles F Bonilla	<i>Engenheiro Químico</i> Professor Adjunto de Engenharia Química na Universidade John Hopkins. Dedicar-se ao magistério, a consultas, às pesquisas industriais e aos projetos técnicos; especialista em projetos e operações de equipamentos químicos e eletroquímicos.
James M. Boyle	<i>Engenheiro Consultor</i> Recentemente consultor-chefe da Divisão de Produção do Bureau de Produção de Guerra. Ex-major do Exército Americano, destacado para o desenvolvimento da artilharia antiaérea; dedica-se a pesquisas e desenvolvimento de T.S.F., na Europa e na América. Engenheiro consultor de indústrias, finanças e de serviços de utilidade pública. Membro da Sociedade Americana de Engenheiros Civis.	Secretário Executivo
Judson C. Dickerman	<i>Técnico de Energia</i> Engenheiro Economista da Comissão Federal de Comércio. Inspeção e estudo de sistema de energia elétrica e gás natural. Estudos de instalações fabris e de praticas e técnicas para distribuição de equipamento elétrico e maquinaria agrícola. Consultor de repartições públicas relacionadas partições com problemas de energia.
Corwin D. Edwards	<i>Economista</i> Presidente do Conselho de Política da Divisão Anti-Trust do Ministério da Justiça. Ex-economista-chefe, adjunto e consultor econômico da	Chefe de Pessoal

	Comissão Federal de Comércio; coordenador dos estudos de prática comercial da Divisão de Revisão da Repartição Nacional de Recuperação; diretor técnico do Conselho Consultivo dos Consumidores da Repartição Nacional de Recuperação.	
Frank Hodson	<i>Técnico Metalúrgico</i> Metalurgista-chefe da Divisão de Engenharia Industrial do Conselho Econômico de Guerra. Projeto e operação de usinas siderúrgicas e metalúrgicas. Inventor de processos e métodos para o tratamento e redução de minérios a metais, e fabricação de metais.
William J. Kemnitzer	<i>Geólogo e Economista</i> Perito do Governo Federal nas questões que envolvem terras do Domínio Público ou das Reservas Navais de Petróleo dos Estados Unidos. Geólogo da Comissão Petrolífera Americano-Mexicana de 1942. Co-autor de “ <i>Petroleum in the United States and Possessions</i> ” e autor de “ <i>Rebirth of Monopoly</i> ”.
William O. Lichtner	Engenheiro Consultor-chefe em máquinas do Conselho de Produção de Guerra. Investigações e estudos para Juntas de arbitramento e associações comerciais. Especialista em projetos de engenharia mecânica e reorganização de fábricas.	Chefe dos Técnicos
Joseph W. Rothmeyer	<i>Técnico de produção</i> Gerente comercial. Especialista no desenvolvimento de equipamentos, instrumentos e maquinarias automotrizes e na desidratação de artigos alimentícios. Projetista de modernas fábricas de munições.
Alex A. Tennant	<i>Especialista em transportes</i> Chefe da Secção de Transportes e Comunicações da Divisão do Hemisfério Americano do Conselho Econômico de Guerra. Colaborador na manutenção das instalações dos meios de transportes e comunicações essenciais à aquisição de materiais estratégicos em fontes do Hemisfério Ocidental.
Kenneth N. Watson	<i>Advogado</i> Chefe-adjunto da Divisão de Apelações do Conselho de Produção de Guerra. Colaborou na solução dos problemas concernentes à organização,	Representante do Conselho de Produção

Donald K. Woodard	<p>expansão e conversão da indústria para a produção de guerra. Dirigiu o estudo das apelações industriais quanto às Ordens de Conservação e Limitação, baixadas pelo Conselho de Produção de Guerra. Ex-Membro da Consultoria Jurídica da Comissão Federal de Comércio.</p> <p><i>Técnico Têxtil</i></p> <p>Associado a Newnan Cotton Mills, Georgia. Ex-engenheiro consultor da indústria têxtil. Recentemente, presidente adjunto da Riverside and Dan River Cotton Mills.</p>
Raymond R. Hall	Assistente Administrativo
<p>Fonte: COOKE, Morris (Chefe da Missão). <i>A Missão Cooke no Brasil</i>. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949.</p>		

Anexo 4

Descrição das operações do Eximbank com o Brasil (1945-1955)⁶¹⁹

1945

No segundo semestre do ano de 1945 os empréstimos do Eximbank para o Brasil se destinaram à aquisição de navios cargueiros pelo Lloyd brasileiro; tratou-se de uma operação de US\$38 milhões para a aquisição de 14 embarcações transoceânicas a serem construídas nos Estados Unidos. O pagamento do empréstimo será feito em prestações sobre um período de dez anos com taxa de juros de 4% a. a.⁶²⁰ Houve outros empréstimos no ano de 1945 efetuados no primeiro semestre do ano, mas estes não estão detalhados no *First Semiannual Report to the Congress*, já que foi apenas a partir do segundo semestre que a nova legislação que regia o Eximbank e exigia a confecção semestral de relatórios para o Congresso entrou em vigor. De toda maneira, esses empréstimos realizados na primeira metade de 1945 foram os seguintes: para a Cia. Vale do Rio Doce (27/01/1945) no montante de US\$5 milhões para a aquisição de equipamento ferroviário; para a Central do Brasil (12/02/1945) no montante de US\$4,5 milhões para a aquisição de equipamentos elétricos; para a Cia. Ferroviária Paulista (12/04/1945) no montante de US\$2,5 milhões para a aquisição de material rodante.⁶²¹ Como se percebe, tais empréstimos se concentraram em financiar equipamento ferroviário e tomando o ano de 1945 como um todo, os empréstimos realizados nesse ano destinaram-se para equipamentos de transporte – uma das áreas, junto com a de energia, que mais receberam financiamentos do Eximbank nas suas primeiras duas décadas de operações com a economia brasileira.

1946

No primeiro semestre de 1946, as operações do Eximbank com a economia brasileira foram um crédito ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (*National Department of Railways*) de US\$1,9 milhões para a aquisição de locomotivas diesel e um crédito para a Panair do Brasil de US\$3 milhões para a aquisição de equipamento de transporte aéreo.

619 As informações sobre as operações sobre as operações do Eximbank com o Brasil foram coletadas diretamente dos relatórios semestrais do Banco durante esse período.

620 Eximbank, *First Semiannual Report to Congress for the period July-December 1945* (Washington, 1946), p. 20.

621 *Ibid.*, pp. 42-43.

O crédito para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, feito por requerimento do fornecedor norte-americano, cobriu um máximo de 75 por cento do preço de contrato das locomotivas. As obrigações que o Banco concordou em adquirir, sem recurso (*without recourse*) sobre fornecedor, são as obrigações do Tesouro brasileiro ou do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, plenamente garantidas pelo Tesouro brasileiro ou o Banco do Brasil. Pagamento será feito em parcelas sobre um período não excedente a 5 anos, com juros a 4 por cento ao ano. O crédito estendido à Panair do Brasil foi um exemplo da política do Banco de assistir na venda e exportação para transportadoras aéreas estrangeiras equipamentos produzidos nos Estados Unidos. O crédito é para financiar até 80 por cento dos custos de sete aeronaves e peças de reposição relacionadas e equipamento. Os adiantamentos sob o crédito maturarão em 3 a 5 anos, variando de acordo com o tipo de avião envolvido, com juros de 4 por cento ao ano. Um banco comercial dos Estados Unidos está participando no crédito na extensão de 25 por cento.⁶²²

No segundo semestre de 1946, as operações do Eximbank com o Brasil foram um crédito de US\$106 mil para financiar a compra de barcaças requeridos pela Moore-McCormack (Navegação) S. A., nos termos idênticos aos concedidos à subsidiária argentina dessa mesma companhia (financiamento de até 43% do total dos custos, obrigações a serem adquiridas pelo Banco até 15 de junho de 1948 que maturarão por uma período de 10 anos comerciais, aproximadamente 1 ano após o envio das barcaças e com taxas de juros de 4% a. a., sendo incondicionalmente garantidas pela companhia matriz [*parent company*]).

Também no segundo semestre desse ano, partir de requisição do fornecedor norte-americano, o Banco autorizou um crédito de não mais que US\$3.024.000 para financiar a compra de equipamento ferroviário pela *Paulista Railway Company of Brazil*. O crédito foi autorizado para colocar o requerente do crédito, assim como outros fornecedores, em condições de oferecer uma oferta para o negócio, sendo esse crédito para financiar sem recurso [*without recourse*] ao fornecedor até 80% dos preços *c.i.f.* faturados dos vagões [*flat cars*]. As notas da *Paulista Railway Co.* a serem dadas em pagamento pelos vagões estarão sujeitos a garantias da autoridade cambial brasileira em respeito à disponibilidade de divisas para realizar os pagamentos dos juros e do principal assim que devido. Maturarão por um período de 6 anos a partir da data de embarque e portará juros de 4,5 por cento a.a.⁶²³

1947

A partir de requisição realizada pelos fornecedores, um crédito de US\$6,65 milhões foi autorizado para a *Sorocabana Railways* cobrindo equipamentos para a segunda seção do programa de eletrificação de estradas de ferro. A primeira seção foi semelhantemente

622 Eximbank, *Second Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1946* (Washington, 1946), pp. 25-26.

623 Eximbank, *Third Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1946* (Washington, 1947), pp. 9-10.

financiada pelo Banco. Este financiamento carrega a garantia do Estado de São Paulo. Juros serão de 4,5 por cento a. a. Os fornecedores participam no financiamento sob seu próprio risco. As notas maturam semestralmente, sendo a última maturação em 1954.

Um requerimento de uma construtora de locomotivas norte-americana, financiando a mesma companhia ferroviária com as mesmas garantias, foi autorizado no montante de US\$1,5 milhões para a aquisição de locomotivas diesel-elétricas. A taxa de juros será de 4,5% a. a. e o empréstimo irá maturar de forma serial pelos próximos 5 anos. A condições para este e outros créditos comparáveis é que, quando for do interesse nacional pelas autoridades de controle cambial, a última acordará em registro específico para as próximas requisições de câmbio para seus serviços e permitirá tais requerimentos uma prioridade correspondente ao seu *status*.

Um crédito de US\$2,06 milhões para financiar locomotivas diesel-elétricas pela *Central Railways of Brazil* foi autorizado e será garantido pelo Banco do Brasil, destinando-se a outra companhia fabricante de locomotivas. Os pagamentos serão feitos sobre um período de 5 anos a taxa de juros será de 3,5% a. a. Uma característica desse crédito é que não apenas o fornecedor mas também muitos bancos comerciais norte-americanos estão participando no financiamento por sua própria conta e risco.

Um crédito existente para a aquisição de barcaças de porto [*harbor barges*] pela subsidiária brasileira da Moore-McCormack foi ampliado em US\$9.000.

A partir do requerimento da *National Alkali Corporation of Brazil*, um crédito de US\$7,5 milhões foi autorizado para o financiamento de compra de materiais, equipamentos e serviços norte-americanos necessários para a construção de uma fábrica de cinza de soda [*soda ash*] e soda cáustica. O estabelecimento dessa indústria no Brasil aliviará a criticamente curta oferta desses produtos e, reduzindo as importações, operará para conservar as divisas estrangeiras brasileiras para outros propósitos.

O Banco concordou em estender um crédito a mais de US\$7,5 milhões para a Companhia Vale do Rio Doce, sobre a garantia do governo brasileiro, para o financiamento de materiais, equipamentos e serviços norte-americanos requeridos para a rápida conclusão da reconstrução da ferrovia e para a conclusão de programas de desenvolvimento de minas iniciada a partir de créditos anteriores. Juros serão de 3,5% e a maturação se estenderá sobre um período de 15 anos, começando 3 anos a partir da data do contrato. Uma condição para o crédito é que o governo brasileiro forneça os fundos locais no equivalente a US\$12 milhões. A conclusão desse projeto proverá facilidades para a exportação de minério de ferro brasileiro com

consequentes benefícios para a posição cambial brasileira.⁶²⁴

1948

A partir de uma requisição realizada pela *Baldwin Locomotives Works*, no primeiro semestre de 1948 é autorizado um crédito de US\$8.330.000 para apoiar o financiamento de vendas de 130 locomotivas à vapor para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro do Brasil. Essa autorização se deu para permitir aos fabricantes norte-americanos de locomotivas apresentar ofertas em respostas aos convites enviados pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro do Brasil. Apesar do requerimento ter sido feito por um único fabricante norte-americano de locomotivas, o crédito pode estar disponível para fabricantes de locomotivas que a requeiram desejosas de apresentar ofertas ou que tenha obtido o pedido. As locomotivas a serem adquiridas são para ser usadas na medida da bitola das estradas de ferro de propriedade e operadas pelo governo brasileiro. Essas linhas estão entre as mais importantes artérias de transporte do Brasil. A necessidade de locomotivas adicionais é urgente porque o equipamento existente não pôde ser repostado durante os anos da guerra e estava sujeito a um uso incomumente pesado neste período. Os termos do acordo estabelece pagamento sobre 5 anos, taxas de juros não inferiores a 4%, garantia do governo brasileiro ou do Banco do Brasil e participação do fabricante por seu próprio risco.

Na segunda metade de 1948, os empréstimos do Eximbank para o Brasil foram os seguintes:

1. Cia. Municipal de Transportes Coletivos, de São Paulo: US\$2,183 milhões, juros de 4%; 36 prestações mensais a partir de 60 dias da data da nota (transporte rodoviário).
2. Auto-Viação São Paulo Relâmpago S. A., do Rio de Janeiro: US\$914 mil, juros de 4,5%; 19 prestações mensais a partir de 60 dias da data da nota (transporte rodoviário).
3. Auto-Viação São Paulo-Santos S. A.: US\$558 mil, juros de 4,5%; 24 prestações mensais a partir de 60 dias da data da nota (transporte rodoviário).
4. 12 companhias operadoras brasileiras da *American and Foreign Power System*: US\$8,278 milhões, juros de 4,5%; 20 prestações semestrais a partir de 01/03/1950 (desenvolvimento de energia elétrica).

No relatório do segundo semestre de 1948 o empréstimo de maior vulto e o que mereceu o maior destaque foram aqueles destinados às 12 subsidiárias da *American and Foreign Power*

624 Eximbank, *Fourth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1947* (Washington, 1947), pp. 8-9.

Co. no Brasil, com o objetivo de estender instalações e serviços dessas companhias – na verdade, os créditos mais importantes nessa categoria operados pelo Banco em todo esse semestre. De acordo com o relatório, essas subsidiárias atendem uma população de aproximadamente 6 milhões de pessoas em 333 comunidades em 10 estados brasileiros. A demanda por energia aumentou com a industrialização do Brasil e com a mecanização do processamento de alimentos agrícolas. Ajudadas pelos adiantamentos da companhia matriz norte-americana [*“parent United States company”*], as doze subsidiárias investiu nos últimos anos US\$25 milhões para a construção de novas instalações de energia. Os créditos do Banco são para ajudar as subsidiárias a adquirir equipamentos norte-americanos com os quais se iniciará demais expansões na geração e distribuição de energia elétrica.⁶²⁵

1949

Em outubro de 1949⁶²⁶ foi estabelecido um crédito de US\$3.806.200 para apoiar o financiamento de vendas pela *Higgis, Inc.* para a Empresa Internacional de Transportes, Ltda. de São Paulo de quatro *LST's* convertidas, quatro barcas de passageiros e quatro barcas de carga. Os quatro *LST's* serão usadas na costa brasileira em serviços de navegação operada pela Empresa Internacional de Transportes. Três serão usadas para transportar carvão de Santa Catarina para os portos de Santos e do Rio de Janeiro. Isso permitirá abastecer a maior parte da demanda brasileira de carvão de fontes domésticas. A quarta será usada principalmente para carregar produtos de ferro e aço e minérios de ferro e manganês para a Argentina e Uruguai. As barcas de passageiros de carga serão operadas entre o Rio de Janeiro e Niterói através da baía. Isto é urgentemente necessário para permitir o movimento essencial de pessoas empregadas no Rio de Janeiro para e das suas casas em Niterói, assim como o movimento direto de alimento na cidade das áreas agrícolas no entorno. Os adiantamentos sob o crédito serão pagos em 17 parcela semestrais sobre um período de 9 anos, com taxas de juros de 4,5% a. a. O pagamento será incondicionalmente garantido pelos acionistas da Empresa assim como pela Mineração Geral do Brasil, Ltda., uma companhoa de produção de aço de mesma propriedade. Adicionalmente, o Banco deve fornecer garantias da autoridade brasileira controladora do câmbio que serão disponibilizados dólares requeridos para os pagamentos.⁶²⁷

625 Eximbank, *Sixth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1948* (Washington, 1949), pp. 4-7.

626 Eximbank, *Ninth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1949* (Washington, 1950).

627 *Ibid.*, pp. 9-10.

1950

Em maio de 1950 foi autorizado um crédito de US\$2.070.000 para a cia. Bahiana de Cimento Portland, uma companhia privada de propriedade de interesses brasileiros e norte-americanos para apoiar o estabelecimento de fábrica de cimento com uma capacidade anual de 100.000 toneladas, próxima ao porto de Salvador, Bahia. A fábrica terá a vantagem do gás natural disponível agora naquela área. O custo total da construção da fábrica está estimado em US\$4.580.000, dos quais US\$2.300.000 representa o custo estimado de equipamentos e serviços norte-americanos que serão financiados conjuntamente pela *Allis-Chalmers Manufacturing Co.* e pelo Banco. A expectativa é que fabrica possa economizar divisas no equivalente à US\$1.200.00 anualmente, substituindo as anteriores importações de cimento da Europa e considerável expansão na área da Bahia da construção anual de estradas, instalações portuárias, moradias e desenvolvimentos industriais e hidrelétricos. Os adiantamentos sob o crédito portarão juros de 4,5% e serão pagos sobre um período de 5 anos a começar a 2 anos. As obrigações serão incondicionalmente garantidas pela Cia. Nacional de Cimento Portland S. A., uma afiliada da *Lone Star Cement Corp.* dos Estados Unidos. Garantias de divisas em dólar para o pagamento serão fornecidas pela autoridade brasileira de controle de câmbio.

Também em junho o Banco autorizou um crédito não maior que US\$8.817.600 para a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, uma ferrovia de propriedade e direção privada na área de São Paulo. Os fornecedores norte-americanos de equipamento a ser financiados em parte pelo Banco irá estender crédito adicional para a Paulista de cerca de US\$2.025.900 nos mesmos termos. O crédito será usado para a aquisição de equipamentos necessários nos Estados Unidos, incluindo 48 vagões de passageiros, 5 grandes locomotivas de fretes elétricas, 12 locomotivas diesel-elétricas, equipamento de controle centralizado de tráfico e materiais de eletrificação e equipamentos de oficinas. Adiantamentos sob o crédito portarão juros de 4,5% e serão pagos sobre um período de 5 anos começando em junho de 1952. Garantias de divisas em dólar para os pagamentos serão fornecidas pela autoridade brasileira de controle de câmbio.⁶²⁸

Em julho de 1950 o *Board of Directors* autorizou um empréstimo de US\$25 milhões para a Companhia Siderúrgica Nacional, para apoiar no financiamento da aquisição e transporte para o Brasil dos Estados Unidos de maquinaria, equipamento, fornecimento e serviços requeridos

628 Eximbank, *Tenth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1950* (Washington, 1950), pp. 5-6.

para a expansão da usina siderúrgica de Volta Redonda. Esta usina, a primeira e maior usina siderúrgica completamente integrada, foi originalmente construída com a ajuda de um empréstimo de US\$45 milhões realizado pelo Banco em 1940 para cobrir a maior parte dos custos dos equipamentos, materiais e serviços norte-americanos requeridos. A usina começou a operar em 1946 e está no corrente em operação em mais de 100% da capacidade, produzindo 366.000 toneladas de lingotes de aço e 324.000 toneladas de produtos acabadas de aço por ano. A usina está suprindo cerca de metade de todo o ferro e aço consumido no Brasil a um custo competitivo com os produtos de ferro e aço importados.

O novo empréstimo seguiu detalhadas estudos da companhia de aço de suas operações atuais e seus resultados financeiros, do aumento da demanda de aço do mercado brasileiro e das instalações adicionais. Firmas de engenharia e contabilidade dos Estados Unidos participaram nesses estudos realizados pela CSN. O programa de expansão está desenhado para aumentar a capacidade anual de produção de lingotes de aço para 662.000 toneladas e aumentar a capacidade de produção de produtos acabados de aço para 467.000 toneladas por ano.

Adiantamentos sob o crédito portam taxa de juros de 4% a. a., e serão pagos em 36 parcelas semestrais a se iniciar 2 anos após a data do estabelecimento do acordo estabelecimento o crédito. As notas são endossadas ou assinadas pelo Banco do Brasil como codevedor com o tomador do empréstimo e são incondicionalmente garantidas pelo governo dos Estados Unidos do Brasil.

O primeiro empréstimo do Banco para o tomador do empréstimo brasileiro foi autorizado em 1936 [?]. Entre aquela data e 31 de dezembro de 1950, um total de US\$170,2 milhões foram desembolsados como empréstimos em benefício da economia brasileira e US\$72,1 milhões foram pagos com juros nos termos de vários acordos de empréstimos.⁶²⁹

1951

Em janeiro de 1951 o *Board of Directors* autorizou um aumento de US\$2.070.000 para US\$3.142.500 em crédito estendido pelo Banco em maio de 1950 em favor da Cimento Aratu S. A. (anteriormente, Cia. Bahiana de Cimento Portland S. A.), uma subsidiária de interesses norte-americanos na área de cimento. Esse crédito foi para o propósito de fazer possível para a companhia brasileira de cimento adquirir equipamento norte-americano para a construção da

629 Eximbank, *Eleventh Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1950* (Washington, 1951), pp. 5-8.

fábrica de cimento.

A fábrica deve provar ser um produtor de custo razoável e deve ajudar a suprir a demanda no Brasil onde capacidade adicional de cimento é necessária.

Adiantamentos sob o crédito portarão juros de 4,5% a. a. e será pago sobre um período de 5 anos começando em junho de 1952.⁶³⁰

O *Board of Directors* em dezembro desse ano autorizou uma linha de crédito no montante não maior que US\$5 milhões em favor da Cia. Brasileira de Ligantes Hidráulicos para apoiar o financiamento da aquisição maquinaria, equipamentos, materiais, fornecimentos e serviços dos Estados Unidos necessários em conexão com a construção de uma fábrica de cimento e instalações relacionadas em Macaé no estado do Rio de Janeiro. Adiantamentos sob o crédito devem portar juros de 4,5% a. a. pagáveis semestralmente, será pago em 14 parcelas semestrais iniciando aproximadamente 3 anos após a data do acordo do crédito e será segurado por garantia satisfatória ao Banco contra ativos da Hidráulicos. Saques sob essa linha de crédito não devem ser feitos após junho de 1954.⁶³¹

1952

Em junho o *Board of Directors* autorizou empréstimos agregados de US\$15.600.000 para duas importantes ferrovias brasileiras. Uma, no montante de US\$8.600.000, é a Ferrovia Santos-Jundiaí, que opera 87 milhas do linha principal dupla do Porto de Santos para São Paulo e Jundiaí e 30 milhas além.

O outro empréstimo, no montante de US\$7.000.000, é para a *Paulista Railway* que opera 1.100 milhas dos trilhos principais de Jundiaí, no coração do estado de São Paulo.

As duas ferrovias servem a mais importante área industrial e comercial do Brasil, centrada em São Paulo e o porto de Santos, assim como a mais importante seção agrícola do país. A Santos-Jundiaí em 1950 moveu no interior cerca de dois terços de toda a tonelagem aportada em Santos. As duas ferrovias, juntas com a Central do Brasil, com a qual ela se interconecta com São Paulo, move aproximadamente 40% de total de tráfego ferroviário de carga do Brasil. As duas juntas com a Central do Brasil opera toda milhagem de ferrovias de bitola larga no Brasil.⁶³²

Ambas Santos-Jundiaí e a *Paulista* são bem-sucedidas e bem administradas, A Santos-

630 Eximbank, *Twelfth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1951* (Washington, 1951), p. 11.

631 Eximbank, *Thirteenth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1951* (Washington, 1952), p. 13.

632 Eximbank, *Fourteenth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1952* (Washington, 1952), pp. 15-18.

Jundiaí, propriedade pelo governo do Brasil, é operada por uma autoridade autônoma. Sua renda líquida de operação em 1951 foram equivalentes a aproximadamente US\$7.500.000.

A *Paulista* é de propriedade privada cuja operação por muitos anos ganhou elogios de norte-americanos do ramo ferroviário com experiência que inspecionaram e viajaram em suas linhas. A companhia tem uma contínua melhora e estendeu suas instalações e tem contribuído pesadamente para o desenvolvimento da área que serve. Ao mesmo tempo ela tem sido um sucesso financeiro com um ininterrupto recorde de dividendos sobre um período de 80 anos. O Eximbank fez um empréstimo anterior para a *Paulista* em junho de 1950 de US\$8.817.600 para a aquisição nos Estados Unidos de locomotivas, material rodante e equipamentos acessórios. Os embarques estão agora sendo realizados.

O empréstimo para a *Paulista* inclui US\$3.000.000 para equipamento mecânico a ser instalado nos vagões e locomotivas existentes e aproximadamente US\$4.000.000 para a aquisição de 605 novos vagões de carga. O empréstimo para a Santos-Jundiaí inclui US\$2.600.000 para equipamentos a ser instalados no material rodante existente e US\$6.000.000 para 1.100 novos vagões de carga.

A conversão aperfeiçoará a eficiência da operação das duas ferrovias, mas ainda mais importante, fará possível o livre intercâmbio de vagões de carga e passageiros entre a Santos-Jundiaí, a *Paulista* e a Central do Brasil. Essa última está agora equipada com engates automáticos e freios e como resultado do tráfego não tem sido livremente intercambiável entre ela e as duas outras ferrovias. A conclusão desses dois projetos relacionados resolverá um dos mais básicos problemas do transporte ferroviário no Brasil.

Os empréstimos para a Santos-Jundiaí e para a *Paulista* serão pagos em aproximadamente 14 parcelas semestrais iguais a iniciar no meio de 1955.

O *Board of Directors* autorizou um crédito de US\$41.140.000 para sete instalações elétricas de companhias operadoras no Brasil. O propósito do crédito é financiar, com menores exceções, a aquisição de materiais, equipamentos e serviços dos Estados Unidos para um programa de expansão elétrica com um custo total equivalente de mais de US\$98.000.000.

As sete companhias são subsidiárias da *Brazilian Electric Power Co.*, que por sua vez é uma subsidiária da *American & Foreign Power Co.* Esta última é uma companhia dos Estados Unidos que é dona de um número de companhias de serviços elétricos operando na América Latina. Suas ações são vastamente portadas por investidores privados nos Estados Unidos. Em 1948 o Banco estendeu um crédito de US\$8.278.000 para subsidiárias da *American & Foreign Power Co.* no Brasil, incluindo companhias que serão financiadas pelo Banco no presente empréstimo.

As companhias brasileiras em operação, junto a outras companhias afiliadas, formam o segundo mais importante grupo de companhias de serviços elétricos no Brasil e formam o maior investimento dos Estados Unidos neste país. As companhias brasileiras sendo financiadas sob o crédito são:

Companhia Paulista de Força e Luz, que fornece serviço elétrico para a porção centro-norte do estado de São Paulo, um rico território agrícola dentro do principal estado industrial do Brasil, contando com aproximadamente metade de todo o valor agrícola produzido em São Paulo. As indústrias servidas por essas companhias são diversas e de crescente importância para o desenvolvimento do estado.

A Companhia Força e Luz do Paraná, que fornece serviço elétrico para Curitiba, capital do estado do Paraná, assim como para três municípios vizinhos. Curitiba é a metrópole dos estados do Paraná e Santa Catarina.

A Companhia Brasileira de Força Elétrica, que fornece energia elétrica para 15 comunidades do estado do Rio de Janeiro. Essas comunidades incluem Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro, e Petrópolis, a capital de verão do Brasil. Niterói, a maior comunidade servida, cresceu rapidamente nos anos recentes.

Companhia Força e Luz de Minas Gerais, que fornece energia elétrica para Bole Horizonte, capital de Minas Gerais, e três outras municipalidades na mesma área. Indústrias importantes, incluindo fábricas de alimentos, têxteis, ferro e aço, estão localizadas nessa área.

Companhia Força e Luz do Nordeste, que supre de serviços elétricos, de transporte e telefônicos para Maceió, estado de Alagoas, e Natal, estado do Rio Grande do Norte. Maceió é a capital do estado e primordialmente importante como um centro comercial. Natal é a maior cidade e porto do estado do Rio Grande do Norte.

Companhia Energia Elétrica da Bahia, que fornece serviço elétrico para 11 comunidades e serviço telefônico para 26 comunidades no estado. A maior cidade servida é Salvador, a quarta maior cidade do Brasil. A cidade é importante como um porto, mas também possui muitas industriais substanciais.

Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, que opera a área de Vitória, a capital do estado do Espírito Santo, que também está expandindo.

O programa de construção aumentará a capacidade de geração de energia das sete companhias em aproximadamente 175.000 quilowatts em 1955 ou 90 por cento de sua capacidade atual.

Nos anos recentes, a demanda por energia em áreas servidas por essas companhias tem crescido rapidamente, primeiramente devido ao marcante crescimento industrial, incluindo o

processamento de produtos agrícolas. Por conta do agudo crescimento da demanda, racionamento de energia tornou-se necessário em larga escala. Em alguns casos, a oferta de energia tem sido tão inadequada que se tornou necessário diminuir a operação de indústrias individuais e negar pedidos de serviços.

A construção de programas a serem financiados em parte pelo Banco incluem instalações de geração, linhas de transmissão e instalações de distribuição. Aproximadamente 65% das instalações de geração serão hidrelétricas, incluindo projeto de 80.000 quilowatts no Rio Grande em Minas Gerais.

Os créditos autorizados pelo Banco foram recomendados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O crédito de US\$41.140.000 portarão juros de 4,5% a. a. e será pago em parcelas semestrais sobre um período de 20 anos iniciando-se em 1956.

Os tomadores de empréstimo têm sido financiados com sucesso mas têm tido dificuldades em obter empréstimo privados, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, suficientes para cobrir o custo total do programa de construção. Fundos para o programa de construção não fornecidos pelo Banco serão obtidos por lucros anteriores [*“plowed-back earnings”*] e em parte pela venda de ações para o público brasileiro.⁶³³

Em julho de 1952, o Banco autorizou um crédito no montante de US\$5 milhões em favor do estado de Minas Gerais para financiar a importação de equipamento agrícola dos Estados Unidos. A aquisição e revenda do equipamento para os fazendeiros de Minas se fará através dos canais comerciais normais.

O estado de Minas Gerais se posiciona alto nas atividades brasileiras de apoio ao fazendeiro e o plantador de mantimentos e mantém uma das melhores escolas de agricultura do país. Este financiamento tem o apoio do governo do Brasil e o projeto foi endossado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O empréstimo será pago em 10 parcelas semestrais com juros de 4 por cento por ano e terá garantia do Tesouro Nacional Brasileiro.

O Banco em setembro autorizou um crédito de US\$67,5 milhões para a Indústria e Comércio de Minérios S. A. para assistir no financiamento da produção de minério de manganês de depósitos no Território Federal do Amapá, no Norte do país. De todo o crédito US\$52,5 milhões foi estendido pelo Banco sob as provisões do *Export-Import Bank Act* de 1945, com suas emendas, e os restantes US\$15 milhões foram feitos a partir de fundos certificados pelo Banco pela *Defense Materials Procurement Agency* com adiante descrito no

633 *Ibid.*, pp. 15-18.

capítulo 3 desse relatório. Essa agência entrou em um contrato de aquisição de 5.500.000 toneladas de minério a ser produzido pelo projeto.

O tomador do empréstimo, que é conjuntamente propriedade da Auxiliar de Empresas de Mineração, uma corporação brasileira, e a *Bethlehem Steel Company*, tem uma concessão para se envolver em no desenvolvimento dos depósitos de minério de manganês na Serra do Navio. O desenvolvimento vai incluir a abertura de instalações de minas, transporte ferroviário, a construção de um porto no Rio Amazonas, junto com as moradias necessárias e outras instalações para empregados.

Os termos do crédito requerem que, se não previamente liquidado pelos pagamentos prévios resultantes das vendas de minério de manganês, os pagamentos do principal serão realizados em dezembro de 1965. O empréstimo tem juros de 4,5% a. a.

Outro crédito para a aquisição equipamentos agrícolas dos Estados Unidos foi autorizado em outubro em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico no montante de US\$18 milhões. Essa entidade foi recentemente criada pelo governo brasileiro para lidar com financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

Os US\$18 milhões serão usados para a aquisição de equipamento agrícola dos Estados Unidos para venda, tanto a vista quanto a crédito, principalmente para agricultores individuais no Brasil. A distribuição será feita pelos canais comerciais tradicionais. O equipamento fará uma importante contribuição para a contínua expansão e melhoria da eficiência da agricultura brasileira. O crédito carrega o endosso da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

A taxa de juros será de 4 por cento ao ano e as notas do BNDE serão garantidas pelo Tesouro Nacional do Brasil. Os fundos avançados sob o crédito serão pagos sobre um período aproximado de 5 anos.

Novamente em outubro o Banco concedeu um crédito de US\$1.860.000 para a Cia. Metalúrgica Barbará para financiar a aquisição de equipamento, maquinaria e serviços dos Estados Unidos requeridos em conexão com a expansão das instalações existentes da companhia no estado de São Paulo [?] para a manufatura e forja de tubos de ferro. A rápida taxa de crescimento urbano do Brasil intensificou a demanda por tubos de ferros forjados [*sem costura*] que é usado extensivamente na instalação e ampliação do fornecimento de água e serviços de esgoto. Cia. Metalúrgica Barbará é um dos poucos fabricantes brasileiros deste produto e o projeto foi endossado pela CMBEU.

A primeira das parcelas semanais de amortização será paga a partir de 15 de junho de 1954. O empréstimo será garantido pelo Banco do Brasil e terá juros de 4% ao ano.

Um crédito no montante de US\$1.070.677 foi aprovado em dezembro para apoiar a Cia.

Vale do Rio Doce S. A. a financiar a aquisição de cinco linhas de locomotivas diesel-elétricas e quatro locomotivas de comutação [*“switching locomotives”*] requeridas para a reposição de antigos e não econômicos equipamentos a vapor da Estrada de Ferro Vitória-Minas, de propriedade e operada pela CVRD. Serão fabricadas pela divisão eletro motiva da *General Motors Corporation* que também vai participar no financiamento de uma porção o preço total das aquisições de locomotivas. O empréstimo será garantido pelo Banco do Brasil ou pelo Tesouro Nacional do Brasil e terá juros de 4% ao ano. A amortização será em oito parcelas semestrais, a começar em dezembro de 1953.⁶³⁴

1953

Uma linha de crédito de US\$300 milhões em favor do Banco do Brasil S. A. foi aprovada em fevereiro par apoiar o Brasil a liquidar suas dívidas passadas em contas em dólares dos Estados Unidos. A concessão desse crédito seguiu meses de negociação entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil enquanto o Brasil estava preparando-se para instituir o mercado livre que foi estabelecido em 21 de fevereiro de 1953. O Brasil concordou em suplementar o crédito com seus próprios recursos para estender o pagamento necessário de seus atrasados comerciais [*“commercial backlogs”*] e instituir um sistema de pronta remessa por importações correntes dos Estados Unidos.

O empréstimo tem juros de 3,5% ao ano e será pagável sobre um período de 3 anos a começar no próximo outono.

Em junho o Banco autorizou um crédito de até US\$2,5 milhões em favor da Cia. Brasileira de Estireno para apoiar no financiamento de compras de materiais, equipamentos e serviços norte-americanos necessários para a construção de uma planta de US\$5.590.000 para a produção de estireno monômero [*“styrene monomer”*], principal matéria-prima para a produção de plásticos. A será construída nos arredores do porto de Santos e terá a capacidade de produzir 10.000.000 *pounds* de estireno por ano. A propriedade da Cia. Brasileira de Estireno é investida [*“vested”*] na Companhia Brasileira de Plásticos “Koppers”, Koppers Comércio e Serviços Technicos Limitada e Indústria de Pneumáticos Firestone S. A., a subsidiária brasileira da *Koopers Co.* e da *Firestone Tire & Rubber Co.* respectivamente, e por nacionais brasileiros. A administração da empresa será da pela *Koppers Co.* durante a vida dos empréstimos do Banco sob os termos do contrato que provê também que a *Koppers Co.*

634 Eximbank, *Fifteenth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1952* (Washington, 1953), pp. 8-11.

fornecerá seus processos, patentes e conhecimento técnico para a produção de estireno monômero.

O crédito será pago em aproximadamente 18 parcelas semestrais iguais com taxa de juros de 5⁵/₈% ao ano e terá a garantia incondicional de muitas subsidiárias brasileiras da *Koppers Co.* e da *Firestone Tire & Rubber Co.*

O Banco autorizou em junho um crédito de exportação de US\$595.000 em favor das Indústrias Reunidas Matarazzo S. A., de São Paulo, para apoiar o financiamento da aquisição de máquinas têxteis de *rayon*. O montante do crédito representa 85 por cento do valor *c.i.f.* declarado do equipamento; os 15 por cento restantes do total do custo *c.i.f.* de aproximadamente US\$7000.000 será financiada pela *Whitin Machine Works*, o fornecedor norte-americano do equipamento.

Um outro crédito para a aquisição de maquinaria têxtil de algodão foi autorizada no mesmo mês em favor das Indústrias Votorantim S. A. Deste crédito um montante de US\$255.000 representa 85% do valor *c.i.f.* declarado de equipamentos avaliados em aproximadamente US\$300.000, o restante 15% sendo financiada pela *Whitin Machine Works*, o fornecedor dos Estados Unidos.

Os 2 créditos para maquinário têxtil será pago em 8 parcelas semestrais com juros de 6 por cento ao ano.⁶³⁵

Um crédito de exportação de US\$3.110.000 foi autorizado em outubro para apoiar a *Lockheed Aircraft Corporation os Burbank*, Califórnia, na venda de três aeronaves *Super-Constellation* para a Empresa de Viação Aérea Rio Grandense S. A. (VARIG), uma linha aérea brasileira líder. *Lockheed* está participando no financiamento em sua própria conta.

O principal campo de atuação da VARIG é do Rio de Janeiro para Porto Alegre, no rio Grande do Sul. Ela comanda uma das mais bem-sucedidas linha aérea em operação no Brasil, onde a aviação é um fator vital em trazer áreas remotas para o segmento principal [*“main stream”*] da vida brasileira. O equipamento será usado na rota entre Brasil e Estados Unidos e é esperado que seja uma faturada substancial de dólares [*“substancial dollar earner”*].

O crédito será paga sobre um período de 4 anos e terá juros de 4,75% ao ano.

Em novembro um crédito de exportação de US\$705.500 foi autorizado para apoiar a *Crompton & Knowles Loom Work*, de Worcester Mass., em financiar a venda de 300 teares para Cia. Fiação e Tecidos Nossa Senhora do Carmo, de Sorocaba, no estado de São Paulo, onde a planta têxtil em que os teares serão usados está localizada. *Crompton & Knowles* vão

635 Eximbank, *Sixteenth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1953* (Washington, 1953), pp. 7-9.

participar do financiamento por sua própria conta.

Além de prover emprego nas indústrias de maquinário têxtil dos Estados Unidos, este financiamento será útil na modernização da indústria têxtil do Brasil pela instalação de equipamentos norte-americanos em suas fábricas. Têxteis constituem uma das mais antigas e maiores indústrias do Brasil.

O crédito será pago sobre um período de 5 anos e terá juros de 6%.⁶³⁶

1954

Em maio o Banco autorizou uma revisão nos termos nos quais o Banco do Brasil teria que pagar o montante principal do empréstimo de US\$300 milhões autorizado em abril de 1953. O propósito do empréstimo era apoiar o Brasil a liquidar atrasados comerciais em dólares e estabelecer e manter um sistema de pronta remessa. Desde então tem se tornado evidente que a escala original de pagamentos, que demandava por mais de US\$13 milhões por mês iniciando-se em setembro de 1954, poderia ser mantida apenas às custas de uma repentina e drástica redução das exportações dos Estados Unidos para o Brasil, uma revisão da escala de pagamentos foi negociada. Sob a nova escala, o Banco do Brasil liquidará o crédito em pagamentos mensais de US\$4,2 milhões mais uma porção do total de levantamento [“*earnings*”] em dólares que excedesse US\$1 bilhão num ano.

Um crédito de exportação de US\$320.000 foi autorizado em maio para apoiar a *General Railway Signal Co.*, de Rochester N.Y., em financiar a venda de controles de embreagem [“*interlocking control*”] e equipamento de sinalização para a operação de um cabo inclinado da estatal Santos-Jundiaí que ascende a “Serra” entre as cidades de Santos e São Paulo. As obrigações da estrada de ferro serão pagas sobre um período de 4 anos com juros de 4,5 por cento ao ano.

No mesmo mês um crédito de exportação de US\$1.945.000 foi autorizado em favor da *General Dynamics Corp.*, sucessora pela fusão da *Consolidated Vultee Corp.*, San Diego Calif., para apoiar o financiamento da venda de quatro aeronaves para o Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, do Rio de Janeiro. *General Dynamics Corp.* está tomando uma parte substancial do financiamento por sua própria conta. O crédito será pago sobre um período de 5 anos em parcelas trimestrais [“*quarterly*”] com juros de 4,75% ao ano e com garantia do Banco do Brasil.

636 Eximbank, *Seventeenth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1953* (Washington, 1954), pp. 9-11.

Em junho um crédito de US\$15 milhões foi autorizado em favor do Banco do Brasil para apoiar o financiamento da aquisição de aproximadamente 200.000 toneladas de trigo através de canais de negócios privados nos Estados Unidos. O crédito será pago em um ano e terá juros de 3,5 por cento ao ano pagos semestralmente.⁶³⁷

US\$1.500.000 em crédito foi autorizado em novembro para a Fongra Produtos Químicos S. A. para o financiamento de equipamentos a serem adquiridos nos Estados Unidos para uma nova fábrica de inseticida e químicos a ser estabelecida em São Paulo sob a liderança da *W. R. Grace & Co.* e interesses brasileiros, sendo outros acionistas a *American Home Products Corp., U.S.A.*, e a *Farnwerke Hoechst A. G. de Frankfurt am Main*, Alemanha. Plena a produção é planejada para ser atingida em 1957 e dará ao Brasil uma fonte doméstica de uma significativa porção de sua demanda de inseticida DDT, valorosa no controle de pestes de insetos e trabalhos sanitários, assim como útil produzindo porções de solventes industriais, detergentes, soda cáustica, cloro e outros produtos químicos. A planta será situada em Suzano, cerca de 30 milhas ao leste da cidade de São Paulo nas linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil. O investimento de capital [*“equity investment”*] pelos participantes na nova empresa montará em muitas vezes o financiamento suprido pelo Eximbank. O período de pagamento será de 7 anos em meio a partir do início estimado de suas operações e a taxa de juros será de 5,5% ao ano.⁶³⁸

1955

Em janeiro, o Banco autorizou a extensão de um crédito de US\$325.000 para a companhia privada Companhia Metalúrgica Barbará para apoiar a companhia arcar com o custo aumento em dólar relacionado com a instalação de uma fornalha de jato à carvão [*“charcoal blast furnace”*], incluindo custos de refratários e de encargos de embarque. O crédito aumento um de US\$1.860.000 previamente concedido para a aquisição de equipamento e materiais dos Estados Unidos para as instalações da companhia para a fabricação de tubos de ferro sem costura [*“cast-iron pipe”*].

Um crédito de US\$730.440 foi autorizado pelo Banco para apoiar o financiamento da venda de equipamentos dos Estados Unidos para a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira S. A. do Brasil para ser usado no seu programa para o aumento da produção de aço da planta de

637 Eximbank, *Eighteenth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1954* (Washington, 1954), pp. 11-12.

638 Eximbank, *Nineteenth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1954* (Washington, 1955), p. 7.

Monlevade. *R. W. Hebard & Associates*, de Nova York, estão arranjando as aquisições para a companhia brasileira e participarão eles mesmos no financiamento. Mais que 25 fabricantes norte-americanos fornecerão um vasto espectro de equipamentos, de pás mecânicas [*“power shovels”*] a máquinas de desenho de arame [*“wire-drawing machines”*]. O comprador é um produtor privado brasileiro de aço e a planta onde o novo equipamento será usado é adjacente aos depósitos de minério de ferro de alto nível no estado de Minas Gerais.

O Banco autorizou um crédito de US\$315.000 para apoiar o financiamento da venda para a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas de uma planta completa de sinterização, incluindo aço estrutural, caixas de armazenamento, transportadores, etc. O comprador brasileiro é uma companhia de ferro e aço brasileira no estado de Minas Gerais. O crédito foi aprovado a partir de pedido da *John E. Greenawalt*, uma desenvolvedora e construtora de máquinas de sinterização dos Estados Unidos que supervisionará o programa de construção e equipamento da planta. As obrigações do comprador brasileiro serão garantidas pelas sua companhia filiada [*“parent company”*], a Hime-Comércio e Indústria S. A.

Em fevereiro o Banco autorizou uma linha de crédito de US\$75 milhões em favor do Banco do Brasil disponível em 31 de julho para assegurar divisa em dólar necessária para efetuar pagamentos por importações dos Estados Unidos de requisições mínimas para a economia brasileira dentro do seu orçamento de câmbio. O crédito foi estabelecido para suplementar ao invés de deslocar as linhas de créditos disponíveis através de canais bancários comerciais normais. O acordo de crédito seguiu conversações no Rio de Janeiro entre o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Fazenda e representantes do Departamento de Estado e do Tesouro dos Estados Unidos e do Eximbank.

A partir de pedido da *Machine Affiliates Inc.*, o Banco autorizou um crédito de US\$180.000 para apoiar o financiamento da venda de máquinas ferramentas para a Cia. Fabricadora [*sic*] de Peças. O comprador, um companhia privada, estabeleceu uma nova planta e está agora no processo de aquisição de máquinas ferramentas para uso na fabricação de várias peças automobilísticas a partir de acertos de licença com produtores dos Estados Unidos. O pagamento das obrigações da Cia. Fabricadora de Peças será garantida pela Cia. de Comércio, Indústria e Representações, São Paulo, e outras partes ou entidades interessadas. *Machine Affiliates, Inc.*, está preparando a aquisição pela companhia brasileira e participará no financiamento na proporção de um terço da parte financiada do total dos preços de venda, que é estimado em US\$300.000.

Um crédito de US\$1.222.000 autorizado pelo Banco em março apoiará o financiamento da venda de 60 novos ônibus e peças para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Evans and*

Edell, Inc., exportadores norte-americanos de equipamentos pesados no campo de máquinas agrícolas de construção, montará e exportará os ônibus e participará no financiamento na extensão de 25% do preço do contrato. Porto Alegre é a quinta cidade do Brasil e a metrópole do extremo sul brasileiro. Suas instalações portuárias provê uma saída para muitos produtos na costa e no comércio exterior e por causa do seu crescimento rápido suas necessidades de transporte estão aumentando. O município recentemente adquiriu instalações de inúmeras companhias de transporte independentes para a consolidação de um sistema de propriedade municipal. A aquisição de 60 ônibus e peças, que é objeto desse acordo, ajudará a cidade no seu programa de modernização. As obrigações do comprador vão contar com garantia incondicional do Banco da Província do Rio Grande do Sul.

Em junho o Banco autorizou um crédito de US\$3.920.000 para a Cia. Vale do Rio Doce para financiar a aquisição de equipamentos dos Estados Unidos para ampliar a produção e exportação de minério de ferro das minas da companhia em Itabira. O pagamento do crédito será garantido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil. A CVRD também é proprietária e opera a Estrada de Ferro Vitória-Minas entre as minas e o porto de Vitória no estado do Espírito Santo, uma distância de aproximadamente 350 milhas. O crédito será usado para adquirir equipamentos para as minas; locomotivas diesel-elétricas, componentes de vagões de minério e equipamentos para oficinas de manutenção da estrada de ferro; maquinário para o manejo e triagem do minério no porto. A companhia apresenta exportações de 1,5 milhões de toneladas de minério de ferro anualmente, uma porção substancial das quais são adquiridas por companhias de aço dos Estados Unidos. O presente programa de expansão fará possível a exportação anual de 3 milhões de toneladas. Desde 1942 o Banco estende créditos para a Cia. Vale do Rio Doce, agregando US\$31 milhões para financiar a aquisição de equipamentos e serviços técnicos dos Estados Unidos. Desse montante, mais de US\$15 milhões já foram pagos.⁶³⁹

639 Eximbank, *Twentieth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1955* (Washington, 1955), pp. 17-20.

Referências Bibliográficas

Fontes

AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE FOR BRAZIL. *Brazilian Business*, Ano 1, nº. 1. Rio de Janeiro, 1921.

AMERICAN MANUFACTURERS EXPORT ASSOCIATION. *Foreign trade and domestic markets*. New York, 1935.

ARQUIVO NACIONAL. *Fundo Conselho Nacional de Economia*. [AN-CNE].

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO (ACRJ). *Revista Commercial do Brasil* (órgão oficial da Associação Commercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Commerciaes do Brasil). Anno XXXIII, 1935.

_____. *Revista do Comércio*, Rio de Janeiro, Nº. 1, Ano 1, dez. 1945.

BRASIL. *Diário do Poder Legislativo – Estados Unidos do Brasil*, 1935. Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>> (acesso em: mar./2017).

BRASIL. Ministério da Fazenda. Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, *Finanças do Brasil: Atas e Pareceres* (agosto de 1933 a agosto de 1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Oficinas do Calabouço, 1934 (Volume VI).

CPDOC. *Arquivo Sousa Costa* [SC]. Arquivos Pessoais.

_____. *Arquivo Oswaldo Aranha* [OA]. Arquivos Pessoais.

_____. *Arquivo Getúlio Vargas* [GV]. Arquivos Pessoais.

COOKE, Morris (Chefe da Missão). *A Missão Cooke no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO AMERICANA DE ESTUDOS ECONÔMICOS (CMBAAE). *Relatório Final, vol. 1*. Rio de Janeiro, 1949.

COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CMBEU). *Relatório Geral, vol.1*. Rio de Janeiro, 1954.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR. *Os dois ciclos econômicos da República e o seu comércio exterior*: Parecer emitido pelo Consultor Técnico Valentim Bouças na sessão de 7 de outubro de 1935. Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph. C. Mendes Junior, 1935. [“Relatório Bouças” (1935)]

EXPORT-IMPORT BANK OF WASHINGTON (Eximbank). *Annual Report of the President of Export-Import Bank of Washington*. Washington, 1934.

_____. *Second Annual Report the Export-Import Banks*. Washington, 1935.

_____. *Annual Report of the Export-Import Bank of Washington for 1936*. Washington, 1936.

- _____. *Annual Report of the Export-Import Bank of Washington for 1937*. Washington, 1937.
- _____. *First Semiannual Report to Congress for the period July-December 1945*. Washington, 1946.
- _____. *Second Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1946*. Washington, 1946.
- _____. *Third Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1946*. Washington, 1947.
- _____. *Fourth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1947*. Washington, 1947.
- _____. *Sixth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1948*. Washington, 1949.
- _____. *Ninth Semiannual report to the Congress for the period july-december 1949*. Washington, 1950.
- _____. *Tenth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1950*. Washington, 1950.
- _____. *Eleventh Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1950*. Washington, 1951.
- _____. *Twelfth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1951*. Washington, 1951.
- _____. *Thirteenth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1951*. Washington, 1952.
- _____. *Fourteenth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1952*. Washington, 1952.
- _____. *Fifteenth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1952*. Washington, 1953.
- _____. *Sixteenth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1953*. Washington, 1953.
- _____. *Seventeenth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1953*. Washington, 1954.
- _____. *Eighteenth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1954*. Washington, 1954.
- _____. *Nineteenth Semiannual Report to the Congress for the period July-December 1954*. Washington, 1955.

_____. *Twentieth Semiannual Report to the Congress for the period January-June 1955*. Washington, 1955.

HULL, Cordell. *The Memoirs of Cordell Hull, Volume I*. New York: The MacMillan Company, 1948.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Comércio exterior do Brasil (resumo por mercadorias)*. Rio de Janeiro: Directoria de Estatística e Economia Financeira, 1935.

NATIONAL RESOURCES COMMITTEE. *The structure of the American economy, Part I: Basic Characteristics*. Washington: Government Printing Office, 1939.

ROOSEVELT, Franklin D.: "Executive Order 6581 Creating The Export-Import Bank of Washington.," February 2, 1934. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*. <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=14772>> (acesso em: dez./2015).

OFFICE OF THE COORDINATOR OF INTER-AMERICAN AFFAIRS. *History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: Historical Reports on War Administration*. Washington: Government Printing Office, 1947.

TEMPORARY NATIONAL ECONOMIC COMMITTEE. *Investigation of concentration of economic power*. Washington: Government Printing Office, 1941.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Papers Relating to the Foreign Relations of the United States, 1928, Volume III*. Washington: Government Printing Office, 1943.

_____. *Papers Relating to the Foreign Relations of the United States, 1926, Volume II*. Washington: Government Printing Office, 1941.

_____. *Paper Relating to the Foreign relations of the United States, 1930*. Volume I. Washington: U.S. Government Printing Office, 1945.

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1932. The American Republics*. Volume V. Washington: U.S. Government Printing Office, 1948.

_____. *Foreign relations of the United States: diplomatic papers, 1933. The American Republics (Volume V)*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1952.

_____. *Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers, The Soviet Union, 1933-1939*. Washington: Government Printing Office, 1952.

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1934. The American Republics (Volume IV)*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1951.

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1935. The American Republics (Volume IV)*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1953.

_____. *Foreign Relations of the United States. Diplomatic papers, 1936, Volume V (The American Republics)*. Washington: Government Printing Office, 1954.

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1937. The American Republics* Volume V Washington: U.S. Government Printing Office, 1954.

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1938. The American Republics* Volume V Washington: U.S. Government Printing Office, 1956.

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1939. The American Republics* Volume V Washington: U.S. Government Printing Office, 1957.

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1940. The American Republics* Volume V Washington: U.S. Government Printing Office, 1961.

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1941. The American Republics* Volume VI Washington: U.S. Government Printing Office, 1963.

_____. *Foreign relations of the United States: diplomatic papers, 1945. The American Republics* Volume IX Washington: U.S. Government Printing Office, 1969.

_____. *Foreign relations of the United States, 1946. The American Republics* Volume XI Washington: U.S. Government Printing Office, 1969.

_____. *Foreign relations of the United States, 1947. The American Republics* Volume VIII Washington: U.S. Government Printing Office, 1972.

_____. *Foreign relations of the United States, 1948. The Western Hemisphere* Volume IX Washington: U.S. Government Printing Office, 1972.

_____. *Foreign relations of the United States, 1949. The United Nations; The Western Hemisphere* Volume II Washington: U.S. Government Printing Office, 1975.

_____. *Foreign relations of the United States, 1951. The United Nations; the Western Hemisphere* Volume II Washington: U.S. Government Printing Office, 1979.

_____. *Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1952-54. The American Republics. Volume IV.* Washington: United States Government Printing Office, 1983.

Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva. “O Brasil e a economia mundial (1929-1945)”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, tomo III, volume 4*. São Paulo: Difel, 1984.

_____. *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. “Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador?” (Texto para discussão nº. 403). PUC-Rio, 2001. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/td403.pdf>>.

ARANTES, Paulo. “Cavalaria global”; In: _____, *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A formação do Império Americano: da Guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. 2. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1974.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1945)”. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 2001.

BECKER, William H.; MCLENAHAN JR., William M. *The Market, the State and the Export-import Bank of the United States, 1934-2000*. New York: Cambridge University Press, 2003.

BERLE JR., Adolf; MEANS, Gardiner C. *The modern corporation and private property*. New York: MacMillan Company, 1933.

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. “Marx, Engels e a guerra civil nos Estados Unidos”. In: *Revista Outubro*, n. 22, novembro de 2014.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BULLIT, Willian; FREUD, Sigmund. *Thomas Woodrow Wilson: A Psychological Study*. Boston: Houghton Mifflin 1967.

CALLINICOS, Alex. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. London: Bookmarks Publications, 2014.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Top Books, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso et al. *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Volume 8: O Brasil Republicano*. 8. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

CARR, Edward. *The Soviet impact on the Western World*. New York: The Macmillan Company, 1947

CHANDLER JR., Alfred DuPont. *The visible hand: the managerial revolution in American Business*. 15. ed. Cambridge/Massachusetts/London: The Belknap Press of Harvard, 1999.

CHASE, Stuart; DUNN, Robert; TUGWELL, Rexford (ed.). *Soviet Russia in the second decade: A joint survey by the Technical Staff of the First American Trade Union Delegation*. New York: The John Day Company, 1928.

CORSI, Francisco Luiz. “O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira”. In: BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.) *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

DALLEK, Robert. *Franklin D. Roosevelt and American Foreign Policy, 1932-1945*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina; MOURA, Geron. “O Tratado Comercial Brasil-EUA e os interesses industriais brasileiros” In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21, Nº 1, jan./mar., 1978.

DEMIER, Felipe. “O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário”. (Tese de Doutorado). Niterói: PPGH-UFF, 2012.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

_____. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

EICHENGREEN, Barry. *Globalizing capital: A history of the international monetary system*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2008.

FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira, tomo III, volume 4*. 8. ed. São Paulo: Difel, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Globo, 2010.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FONER, Eric. *Reconstruction: American's Unfinished Revolution, 1863-1877*. New York: Harper & Row, 1988.

FOSTER, William Z. *History of the Communist Party of the United States*. New York:

International Publishers, 1952.

FITCH, Stephen D. “The Harriman Manganese Concession in the Soviet Union: Lessons for Today”, *In: Berkeley Journal of International Law* (v. 9, 1991).

FINZI, Roberto. “Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência”. *In: HOBBSAWM, Eric (org.). História do marxismo VII: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo.* 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FRIEDMAN, Milton; SCHWARTZ, Anna. *Monetary history of the United States.* 9. reimpressão. Princeton: Princeton University Press, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cadernos do cárcere, Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.* 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cadernos do Cárcere, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.* 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo.* 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

_____. *Cadernos do Cárcere, volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

_____. *Cadernos do cárcere, volume 6: Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939: os aspectos políticos da rivalidade comercial;* trad. de Carlos Nelson Coutinho e Stanley E. Hilton. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX.* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HONORATO, Cezar; OLIVEIRA, Geraldo Beauclair. “A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial”. *In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico.* São Paulo: Xamã; USP, FFLCH, Departamento de História, 1995.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil.* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IBGE. *Giorgio Mortara: Ampliando os horizontes da Demografia Brasileira.* Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

KOLKO, Gabriel. *Railroads and regulation, 1877-1916.* New York: The Norton Library,

1970.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

_____. *As tarefas do proletariado na nossa revolução* (“Nacionalização dos Bancos e dos Consórcios Capitalistas”); In: _____, *Obras escolhidas, volume II*. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1988.

LEMOS, Renato. “Regime político no Brasil pós-64 – uma proposta de periodização”. In: *XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, Carlos; FIORI, José Luis. “E houve uma política econômica nacional-populista?”. In: *Revista FEE*. Porto Alegre: volume 12, n.º1, 1991.

LEVINE, Rhonda F. *Classe struggle and New Deal: industrial labor, industrial capital, and the state*. Lawrence, Kansas: University Press of Kansa, 1988.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LIBBEY, James K. Libbey. *Alexander Gumberg & Soviet-american Relations, 1917-1933*. Kentucky: The University Press of Kentucky, 1977.

LIMA, Aruã Silva de. “Acima de tudo, trabalhadores: comunistas negros nos Estados Unidos do início do século XX”, In: *História e luta de classes* (set. 2015).

LOGERMAN, Roberta Carlquist. “Diplomacy of the Export-Import Bank of Washington, D. C.”. Los Angeles: Thesis submitted to the Department of History and Government, 1950.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MALAN, Pedro; BONNELI, Regis; ABREU, Marcelo de Paiva; PEREIRA, José Eduardo. *Política externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MARQUESE Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. “Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão”; In: *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Volume I, Tomo 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O capital: crítica da economia política. Volume I, Tomo 2: o processo de produção do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *O capital: crítica da economia política. Volume II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *O capital: crítica da economia política. Volume III, Tomo 1: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *Grundrisse: manuscritos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCCAIN JR., Frank *A Aliança Brasil-Estados Unidos (1935/1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MELTZER, Allan H. *A history of the Federal Reserve, volume I (1913-1951)*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Agronomia e poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. “O Convênio de Taubaté e a agricultura fluminense”, *In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 4, nº. 3. Taubaté, agosto de 2008.

_____. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Eduff, 2010.

_____. “A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF/PPGH, 1977.

_____. “Economia e política na historiografia brasileira”. *In: Antropolítica*. Niterói: Eduff nº. 7, 1999.

_____. *Estado e classe dominante agrária no Brasil pós-1930 (1930-1945)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

MINELLA, Ary. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e

Tempo, 1988.

MOREL, Regina Lúcia. “A Ferro e fogo: construção e crise da ‘família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)’”. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: FFLCH/USP, 1989.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1950*. Rio de Janeiro: Funag, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair. “A evolução do sistema financeiro na época Vargas”. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF/PPGH, 1974.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism: the political economy of american empire*. New York: Verso, 2012.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2 ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

PEREIRA, João Márcio. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PIJL, Kees Van Der. *The making of an atlantic ruling class*. London; New York:Verso, 2012.

POGGI, Tatiana. “FACES DO EXTREMO: Uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América (1970-2010)” (Tese de Doutorado). Niterói: PPGH-UFF, 2012.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

POST, Charles. *The American road to capitalism: study in class-structure, economic development, and political conflict 1620-1877*. Leiden/Boston: Brill, 2011.

RIBEIRO, Thiago R. Marques. “Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953)”. Dissertação (Mestrado em História Social). Niterói: UFF, 2012.

ROBERTS, Michael. “Profits call the une”, *In: <thenextrecession.wordpress.com>*; publicado em: 26/06/2012; acessado em: 12/2015.

_____. “The Great Depression and the war”, *In: <thenextrecession.wordpress.com>*; publicado em: 26/06/2012; acessado em 12/2015.

ROSEN, Elliot. *Roosevelt, the Great Depression and the economics of recovery*. University of Virginia Press, 2005.

SAFIRE, William. *Safire's Political Dictionary*. New York: Oxford University Press, 2008.

SHOUP, Laurence; MINTER, William. *Imperial Brain Trust: the Council on Foreign Relations and United States Foreign Policy*. New York; London: Monthly Review Press, 1977.

SPULBER, Nicolas. *Foundations of the Soviet Strategy for Economic Growth: selected soviet essays, 1924-1930*. Bloomington: Indiana University Press, 1964.

STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.

TRUNDLE JR., Sidney A. "The Export-Import Bank of Washington: its origins, operations and relationships with other governmental agencies (1934-1950)". New York: Rutgers University, 1950.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. 2. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 2014.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Henry Holt and Company, 1920.

VALLA, Victor. *A penetração norte-americana na economia brasileira (1898-1929)*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck.. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Sérgio Besserman. "A política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)". Dissertação (Mestrado em Economia). Rio de Janeiro: PUC, 1987.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VILLELA, Annibal; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1989-1945*. 2. ed.. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.